

BIBLIOTECÁRI@S NEGR@S

INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO, EMPODERAMENTO E MEDIAÇÕES



FRANCIÉLE CARNEIRO GARCÊS DA SILVA
GRAZIELA DOS SANTOS LIMA

Organizadoras

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Graziela dos Santos Lima
Organizadoras

BIBLIOTECÁRI@S

NEGR@S

Informação, educação, empoderamento e mediações

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora Ltda.
2019

Selo Nyota

Coordenação do Selo

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Nathália Lima Romeiro

Site: <https://www.nyota.com.br/>

Comitê Científico

Geisa Muller (UFG)

Priscila Sena (UFSC)

Bruno Almeida (UFBA)

Samanta Coan (UFMG)

Jéssica Sá (UFMG)

Franciéle Carneiro Garcês da Silva (UFMG)

Ana Claudia Borges Campos (UFES)

Andreia Sousa da Silva (UDESC)

Daniella Camara Pizarro (UDESC)

Graziela dos Santos Lima (UNESP)

Frederico Luis Moreira (UFMG)

Andreza Gonçalves (UFMG)

Nathália Lima Romeiro (UFMG)

Dirnéle Carneiro Garcez (UFSC)

Diagramação: Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Arte da Capa: Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva

Ficha Catalográfica: Priscila Rufino Fevrier – CRB 7-6678

B582

Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações / Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Graziela dos Santos Lima (Org.). - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota)
614 p.

Inclui Bibliografia.

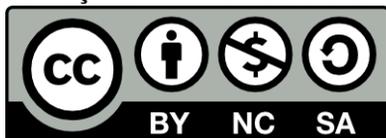
Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>

ISBN 978-85-60527-11-3 (Impresso)

ISBN 978-85-60527-10-6 (E-book)

1. Biblioteconomia. 2. Biblioteconomia Negra. 3. Bibliotecários(as) negros(as). I. Silva, Franciéle Carneiro Garcês da. (Org.). II. Lima, Graziela dos Santos. (Org.). I. Título.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS*



**Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0
Brasil¹**

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



NÃO-COMERCIAL

Você não pode usar esta obra para fins comerciais.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença² que este original.

¹ Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3> Acesso em: 01 jun. 2019.

² Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6> Acesso em: 01 jun. 2019.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	11
AS FEIÇÕES DA GUINEIDADE NA PROSA DE ODETE SEMEDO E ABDULAI SILA	13
Wellington Marçal de Carvalho	
PERCURSOS DE UM JOGO DE TRILHA GRIÔ: COMPREENDENDO A REDE DE TRANSMISSÃO ORAL DAS MESTRAS E MESTRES GRIÔS DE TERREIROS DE CANDOMBLÉ E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DA CIDADE DE SALVADOR/BA	31
Rosevânia Machado Leyde Klebia Rodrigues da Silva	
EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA DE AXÉ POR MEIO DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO EM TERREIRO DE CANDOMBLÉ.....	63
Juliana Santos Conceição Leidiane Reis Nídia M. L. Lubisco	
INFORMAÇÃO PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NEGRAS	91
Patrícia da Silva Oliveira Gisele Rocha Côrtes Maria Cristiana Félix Luciano Ana Patrícia Silva Moura Felipe Arthur Cordeiro Alves	
INFOEDUCAÇÃO COMO PRÁTICA COLABORATIVA NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA	119
Ingrid Passos	

INFORMAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO DE YOUTUBERS NEGRAS	151
Dávila Maria Feitosa da Silva	
Maria Cleide Rodrigues Bernardino	
A BIBLIOTECA ESCOLAR NA LUTA CONTRA O RACISMO.....	.183
Quedma Ramos da Silva	
Erinaldo Dias Valério	
PRÁTICAS ABOLICIONISTAS EM BIBLIOTECAS PRISIONAIS	199
Nathany Brito Rodrigues	
Michelli Pereira da Costa	
CABEÇALHO DE ASSUNTO PARA ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS PARA O NEAB-UDESC.....	221
Graziela dos Santos Lima	
Márcia Silveira Kroeff	
Divino Ignácio Ribeiro Junior	
Daniella Camara Pizarro	
A BRANQUITUDE NAS PRÁTICAS DOCENTES EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: NOTAS TEÓRICO-CRÍTICAS SOBRE UM ENSINO QUE PROMOVE O PRECONCEITO RACIAL.....	245
Franciéle Carneiro Garcês da Silva	
Gustavo Silva Saldanha	
Daniella Camara Pizarro	
PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS DE TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA: ENTRE AUSÊNCIAS, INVISIBILIDADES E DESAFIOS	273
Solange Alves Santana	
OS ARQUIVOS PELOS DIREITOS HUMANOS E PELA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES.....	299
Gláucia Aparecida Vaz	

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA..... 331

Jailma Cruz da Silva
Adriana Miranda Pimentel

A INFORMAÇÃO E SEU CARÁTER SOCIAL 359

Bruno Almeida dos Santos
Nídia M. L. Lubisco

PLURALIDADE CULTURAL E IDENTIDADES: BREVES REFLEXÕES..... 373

Marcio Ferreira da Silva

EXPERIÊNCIA E MEDIAÇÃO NA LITERATURA: UM ESTUDO DO PROJETO TERTÚLIA LITERÁRIA BETIM 389

Eni Alves Rodrigues

PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA DISCIPLINA RELAÇÕES DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 409

Fernanda C. da Silva Costa
Daniella Alves de Melo
Laelson Felipe da Silva
Gisele Rocha Côrtes

BIBLIOTECA PÚBLICA E REPRESENTAÇÃO DA SUBALTERNIDADE? UMA QUESTÃO PERTINENTE 427

Fernando Cesar Gomes
Fabrício José Nascimento da Silveira

RECURSOS PARA O FUNCIONAMENTO COESO E MANUTENÇÃO DE REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES.....457

Everton da Silva Camillo
Claudio Marcondes de Castro Filho

BIBLIOTECA MACHADO DE ASSIS: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E ORALIDADES 483

Danielle Barroso

O PAPEL DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DIANTE DO FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO 499

Arthur Ferreira Campos

Júlio Afonso Sá de Pinho Neto

***E-SCIENCE* NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS: DA INFRAESTRUTURA À GESTÃO DOS DADOS DE PESQUISA 515**

Valdinéia Barreto Ferreira

SERVIÇOS ON-LINE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS: ESTUDO DA DISPONIBILIDADE 537

Leidiane Reis

Nídia M. L. Lubisco

ANÁLISE DOS AMBIENTES INFORMACIONAIS DO NÚCLEO TEMÁTICO DA SECA E DO SEMIÁRIDO DA UFRN (NUT-SECA) SOB A ÓTICA DO *WAYFINDING* NO CONTEXTO DA ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO 557

Arthur Ferreira Campos

Fernando Luiz Vechiato

INTER-RELAÇÕES CONCEITUAIS COMPLEXAS: INTEGRAÇÃO ENTRE ONTOLOGIA E FOLKSONOMIA 575

Jacqueline Aparecida de Souza

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES 597

PREFÁCIO

Constatamos com entusiasmo, nos dias de hoje, a aparição de uma grande “onda negra” de informações potentes a respeito da temática étnico-racial, manifestada numa profícua produção de conhecimentos afro-orientados, no campo da Ciência da Informação. Tal produção tem nos permitido repensar sobre o fazer docente e profissional na medida em que acessamos conteúdos viáveis ao rompimento da hegemonia eurocêntrica na produção da informação.

A Ciência da Informação é um campo interdisciplinar que engloba pesquisa científica e prática profissional com interesse especial na natureza, gênese e efeitos da informação na sociedade. A informação é de tal modo “elemento modificador da consciência” que tem o poder de alterar a condição de indivíduos e/ou de seu grupo de pertencimento.

Com imensa satisfação tenho a incumbência de prefaciá-lo esse segundo volume do livro “Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações” que rompe definitivamente com a ideia de produção de conhecimento hegemônica ocidentalizante na Ciência da Informação. Os textos, ainda mais instigantes, refletem postura “crítica e autocrítica” no desenvolvimento da temática étnico-racial nos fazeres e saberes da Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação, tencionando e ampliando a discussão a respeito da alteridade da produção científica de pesquisadores negr@s na construção das redes de seus saberes que, interconectados, engendram novas tessituras constitutivas e ampliam a visão sobre informação e negritude.

Esta nova configuração da interação em rede nos permite desenvolver o entendimento e compreensão do mundo acadêmico-profissional em que estamos inseridos, da nossa área de atuação profissional, das possibilidades de efetiva inserção dos sujeitos negr@s em nossas ações. Olhar a cultura africana e afro-brasileira na perspectiva de *griots* desterrados que habitam o universo da produção brasileira na literatura, nas artes, na ciência e na construção da cultura da oralidade.

Percebemos a importância da informação de qualidade nesse sentido como fator de empoderamento e emancipação da população negra e das mulheres negras no enfrentamento das diversas violências que nos rodeiam; isto é, informação como elemento de construção da identidade negra e de enfrentamento ao racismo brasileiro. Os relatos das práticas de “infoeducação”, como subsídios conectivos de produção de saberes coletivos para a promoção de protagonismos culturais, são importantes ferramentas para a transformação social e para a produção de conhecimentos afro-orientados.

Todos os textos são oriundos das práticas e saberes da militância e da resistência registrados pelo protagonismo de pesquisadores, docentes, estudantes e profissionais comprometidos com a transformação ético-social brasileira; intelectuais orgânicos que promovem a revolução dos saberes. Essa geração de bibliotecários, arquivistas e profissionais da informação está dizendo a que veio e não pretende parar por aí, certamente.

Profa. Dra. Ana Cláudia Borges
Departamento de Biblioteconomia
Universidade Federal do Espírito Santo

APRESENTAÇÃO

Escrever tem sido a base primordial para as pessoas negras evidenciarem suas subjetividades. É por meio da escrevivência que, segundo Conceição Evaristo, registramos experiências, resistências e sobrevivências de um passado e de um presente de dores e sofrimentos por reivindicar, no mínimo, a nossa humanidade. É na escrevivência que buscamos nos informarmos e escaparmos das garras das epistemologias europeia e estadunidense, que têm nos invisibilizado e falado por nós negras e negros, assim como destilado o racismo epistêmico.

Antes, éramos vistas/os como objetos de estudo em diversas áreas do conhecimento e tínhamos nossas histórias e memórias contadas por outros olhares que não os nossos. Após a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003, as publicações *sobre e por* autores e autoras negros aumentaram, assim como as produções que abordam a temática referente às histórias e culturas africanas e afro-brasileiras.

É na Biblioteconomia e Ciência da Informação que nos focamos para exercer o direito de fala, de reflexão e de trazer nossas epistemologias para serem pautadas e discutidas dentro dessas áreas do conhecimento. O primeiro livro intitulado “Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política” demarcou a existência epistêmica e crítica de profissionais negras/os distribuídas/os em diversos setores da sociedade brasileira. Trouxe também, um olhar crítico sobre a profissão e atuação bibliotecárias que ainda são demarcadas por uma abordagem euro-americanizada.

A partir deste marco, reivindicamos o protagonismo de nossas próprias histórias e da produção de conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Alicerçadas neste fortalecimento intelectual e profissional de nossos irmãos e irmãs bibliotecári@s negr@s, promovemos a disseminação da informação sobre nossas ações, pesquisas, educação e atuação ético-política para um empoderamento coletivo.

Este segundo volume do livro “Bibliotecári@s Negr@s: Informação, educação, empoderamento e mediações” se propõe atingir a emancipação de uma epistemologia que preze a equidade, a sororidade e o respeito à diversidade cultural e étnico-racial dentro da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Elaborado sem seções, este livro é uma analogia a uma “montanha russa”, onde o trajeto se inicia pela prosa de autoria africana; segue pelos espaços tradicionais de religiosidades afros; ingressa no percurso da identidade negra, empoderamento da mulher negra e enfrentamento do racismo e violências; faz uma curva acentuada em direção à infoeducação e às práticas profissionais emancipatórias, abolicionistas e de reflexão crítica sobre a branquitude e papel docente; faz um *looping* pelos periódicos científicos de temática afro e pelos arquivos e direitos humanos; sobe em direção à inclusão no ensino superior e ao caráter social da informação; mergulha na discussão da pluralidade e passa pelas práticas informacionais na educação; emerge na discussão sobre representação da subalternidade e, por fim, retorna ao início passando pelo universo das bibliotecas e das tecnologias.

Boa leitura!
As Organizadoras

AS FEIÇÕES DA GUINEIDADE NA PROSA DE ODETE SEMEDO E ABDULAI SILA

Wellington Marçal de Carvalho

1 O LABOR COM A MEMÓRIA EM PROJETOS LITERÁRIOS POLITICAMENTE ESTETIZADOS³

Como enxergar, no fazer literário guineense, fragmentos da concepção da Guiné-Bissau como um país? Enfrentar a complexidade do mundo e tentar compreendê-la requer a utilização de construtos de toda ordem. O gesto literário pode ilustrar esse trabalho. Mais especificamente, a literatura guineense instrumentalizaria possibilidades de entendimento das noções de identidade dos povos que compõem aquele país, uma vez que esses construtos ficcionais trariam, em seu interior, ingredientes das várias mentalidades de que fazem parte.

Essas considerações pretendem afirmar o objetivo geral deste trabalho que se volta à reflexão sobre a memória e os lugares de memória que, sob alguma medida, encontram-se simbolicamente construídos em textos em prosa dos escritores guineenses Odete da Costa Semedo e Abdulai Sila. Deseja-se pensar como se efetivam textos arquitetados por escritores oriundos de uma cultura em que a oralidade ainda é muito forte e presente em todas as esferas da vida social, uma vez que o universo da escrita, da letra, é ainda muito pequeno na Guiné-Bissau.

Nesse sentido, seria interessante discutir sobre como o conceito de “lugares de memória”, originalmente gestado no campo da História e, posteriormente, disseminado para a Geografia e Sociologia, pode ser apropriado pelos estudos literários como um

³ O presente texto, de cunho ensaístico, retoma e desenvolve aspectos essenciais de tese produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa, na PUC Minas, defendida em março de 2017.

robusto operador teórico na discussão de narrativas de memória. E, ainda, ressaltar as estratégias narrativas utilizadas tanto por Odete Semedo quanto por Abdulai Sila para criar textos que se constroem com apelo às modulações da oralidade e a aspectos do passado histórico guineense. A pertinência de se buscar respostas para essas indagações é referendada por Fonseca, para quem

a investigação das relações entre oralidade e escrita literária induz ao estudo das formas de narrar que os escritores africanos [...] assumem quando imprimem nos textos escritos a força de manifestações da oralidade, ainda tão presente em grupos culturais de seus países. (FONSECA, 2015, p. 125).

Como adiante se demonstrará, Semedo e Sila exercitam a todo instante a memória e, com esse processo deliberado, atravessam os tempos e, no cômputo final, suas obras performam espaços de simbolização da memória. Portanto, é fundamental a reflexão sobre projetos de escrita que se fazem com inserções nas diversas culturas de um país, cuja tradição se assenta na palavra falada.

Faz-se necessário, então, apresentar informações gerais acerca desses dois escritores. Maria Odete da Costa Semedo nasceu em 7 de setembro de 1959, em Bissau, capital da então colônia portuguesa Guiné-Bissau. Licenciou-se em Línguas e em Literaturas Modernas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e doutorou-se em Literaturas de Língua Portuguesa, em 2010, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais⁴. Professora de Língua portuguesa, foi Diretora da Escola Normal Superior “Tchico Té”. Atuou como Ministra da Educação Nacional e Presidente da Comissão Nacional da UNESCO-Bissau e, também, como Ministra da Saúde Pública e Consultora do Instituto Nacional

⁴ A tese defendida e aprovada na linha de pesquisa “Identidade e Alteridade na Literatura”, sob orientação da Professora Doutora Maria Nazareth Soares Fonseca, intitula-se *As mandjuandadi – cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura*.

de Estudos e Pesquisa (INEP) para as áreas da Educação e Formação. Em 1971/1972, publicou na revista *Zeitschrift für Literatur, Kuns and Kultur Politik Losophones Afrika e Giraz*. Em 1996, publicou o livro de poesia *Entre o ser e o amar*, além de diversos trabalhos em várias antologias literárias, jornais e revistas especializadas (no exterior e na Guiné-Bissau), como por exemplo: *Antologie de Literatures Francophones de l'Afrique de l'Ouest*, Paris, pela *Editions Nathan*, e na revista austríaca *Sterz*. Participou da fundação das revistas *Tcholona Artes e Cultura*. Em 2000, publicou dois volumes de contos inspirados em histórias tradicionais, respectivamente, *Sonéá: histórias e passadas que ouvi contar I* e *Djênia: histórias e passadas que ouvi contar II*. Os livros foram editados em Bissau, pelo INEP, e marcam a sua estreia na ficção. Em 2003, lançou a primeira edição do livro de poesia *No fundo do canto* pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, em Portugal⁵. Neste mesmo ano, recebeu o prêmio, na categoria escritora, de personalidade que contribuiu para o desenvolvimento global da Guiné-Bissau. Em 2011, organizou com a pesquisadora Margarida Calafate Ribeiro, o livro *Literaturas da Guiné-Bissau: cantando os escritos da história*. Também em 2011, pela Editora Nandyala, publica o livro *Guiné-Bissau: história, culturas, sociedades e literatura*. Destacase, de sua produção crítica, os artigos *A língua e os nomes da Guiné-Bissau* e *Língua esvoaçante* e o texto *As cantigas medievais e as cantigas de dito: uma leitura comparada possível*, publicado pela revista *Scripta*, v. 11, n. 20, 1º semestre de 2007 (DEUS, 2012, p. 77-78; COSTA, 2009, p. 6).

Abdulai Sila nasceu em Catió, na Guiné-Bissau, em 1º de abril de 1958. Após a proclamação da independência, em 24 de setembro

⁵ Em 2007, publica-se a primeira edição “brasileira de *No fundo do canto*, [que] inaugura a Coleção “Para ler África”, disponibilizada pela Nandyala Livros aos leitores de língua portuguesa, a fim de contribuir para a socialização, principalmente no Brasil, da produção literária de escritores africanos de Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Desta forma, amplia-se o leque de efetivação da Lei 10.639/2003 junto ao universo literário de professores e estudantes brasileiros, nos diversos níveis da educação nacional” (AMÂNCIO, 2007, p. 11).

de 1973, participou das brigadas de alfabetização, sob a orientação do pedagogo brasileiro Paulo Freire. Formou-se em Engenharia Eletrotécnica pela Universidade de Dresden (Alemanha) e se dedicou aos estudos das tecnologias de informação e comunicação, tornando-se empresário nessa área. É um dos fundadores da primeira editora privada guineense: a *Ku Si Mon* Editora. Participou da fundação da revista *Tcholona* e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) na Guiné-Bissau (AUGEL, 1999, p. 42; BISPO, 2010, p. 1). Os romances do autor já editados são *A última tragédia* (1984/1995), *Eterna paixão* (1994) e *Mistida* (1997). Esses livros foram posteriormente editados em Cabo Verde, em Praia, pelo Instituto Camões, em 2002, sob o título comum de *Mistida (trilogia)*. Além desses, o autor publicou, ainda, as peças teatrais *As orações de Mansata* (2007) (PADILHA, 2011, p. 175), *Dois tiros e uma gargalhada* (2013), *Kangalutas* (2018) e *Memórias somânticas*, romance, em 2016.

Acredita-se que esta reflexão pode contribuir para a tentativa de se compreender a formação do sistema literário guineense e da constituição da própria guineidade. A reflexão encaminhada se estrutura a partir de dois conceitos que funcionarão como chave de leitura para a efetivação das discussões que ora se propõem: “memória” e “lugares de memória”. As discussões sobre memória são amparadas em estudos clássicos como os de Le Goff (2003) e Ricoeur (2007), além de se valer das indagações/reflexões de Achugar (2006), Halbwachs (2006), Hampaté Bâ (2010), Huyssen (2000), Todorov (2002), Winter (2000) e ainda Semedo (2010), que dialogam, no presente trabalho, com os estudos de Nora (1985; 1993). As teorizações sobre “lugares de memória” serão retomadas a partir do texto fundante de Pierre Nora (1993), que trata dessa categoria.

Os textos literários selecionados para este trabalho pertencem ao gênero conto, os de Semedo, e ao gênero romance, os de Sila. O gênero conto é utilizado por Semedo como estratégia para deslocar, para o universo da escrita, “a cultura do contar e cantar histórias que corre na veia africana em geral e na guineense em particular” (SEMEDO, 2000, p. 19). O gênero romance, utilizado por Sila, reveste-se de peculiaridades que demonstram como o escritor faz desse gênero literário, marcadamente europeu, uma extensão da tradição

africana de contar estórias, como se pretende demonstrar nos próximos passos desta reflexão.

A história, a memória e a identidade nacional encontram, no meio literário, o ambiente ideal para se formarem e se propagarem (VALANDRO, 2011, p. 127). Afirma-se, assim, a potencialidade da arte literária de dar conta de propalar enunciações dos agrupamentos sociais, cuja memória foi silenciada. Ratifica-se, pois, a força da literatura para estetizar a “voz do qualquer um” e a experiência vivida. Vale, nesse sentido, resgatar um fragmento da reflexão do filósofo francês Georges Didi-Huberman, principalmente em sua defesa do que denomina de “um rosto humano qualquer”. Sua teoria sobre a sobrevivência dos vagalumes, em oposição à prevalência das grandes luzes, no presente trabalho, parece pertinente:

Linguagens dos povos, gestos, rostos: tudo isso que a história não consegue exprimir nos simples termos da evolução ou da obsolescência. Tudo isso que, por contraste, desenha zonas ou redes de sobrevivências no lugar mesmo onde se declaram sua extraterritorialidade, sua marginalização, sua resistência, sua vocação para a revolta. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 72).

O texto literário pode desenhar essa rede de sobrevivência ao articular, mesmo que subrepticamente, relações entre memória e história. A produção literária guineense objeto de estudo neste trabalho reativa instantes de um tempo desacelerado e impede, a sua maneira, a extinção das práticas e reforça a preservação da tradição. Como se pretende demonstrar, a literatura dos escritores selecionados se faz na pauta que glorifica o qualquer um.

Se uma das exíguas maneiras de romper o silêncio é o uso do gume afiado da linguagem, da literatura, observa-se que um conjunto de escritores não se furtará a fazê-lo, ainda que possam despertar reações violentas. Afinal, colocar elementos dissonantes na pauta desse instrumento elitista que é a literatura pode convocar a atenção para as fraturas de um projeto de organização de mundo em

que a glória do qualquer um não tem lugar. Ou tem lugar enquanto coisa, enquanto subalternidade.

Por meio de estratégias transgressoras utilizadas na composição das ações narrativas que formatam as obras de Sila e Semedo, potencializa-se a retomada da história sonogada pela força homogeneizadora do discurso do colonizador, viabilizada através da encenação das memórias e dos “lugares de memória” hibridizados e simbolicamente construídos nas narrativas, na medida em que suas respectivas literaturas assumem, com diferentes matizes, “a relevante tarefa de forjar a guineidade”⁶.

Ora, na intenção de se recorrer ao texto ficcional, ao resultado do trabalho estético com a língua realizado por Sila e Semedo para consubstanciar seus construtos artísticos, enlaça-se a ideia de lugar de memória e, nessa direção, apontam-se, na ex-colônia portuguesa Guiné-Bissau, novas peças para compor o mosaico de uma jovem nação. Independentemente do estágio da audiência, pelo mundo, do que se produz em literatura da Guiné-Bissau, o que se constata é um interesse cada vez mais significativo por parte da crítica literária em fazer desse material objeto de reflexão.

Cumprir registrar o percurso executado para realização do levantamento bibliográfico que subsidiou a concepção das reflexões apresentadas neste trabalho. Alguns acervos ou fontes de informação consultados são elencados a seguir: sumário dos periódicos científicos⁷ *Africa Studia*, *Scripta*, *Cadernos CESPUC de Pesquisa*,

⁶ Expressão tomada de empréstimo de Moema Parente Augel (2006, p. 16), em seu *Prefácio* ao romance de Abdulai Sila, intitulado *A última tragédia*.

⁷ De acordo com Fonseca (2008, p. 22), as publicações científicas, editoradas no Brasil, mais significativas para o estudo dessas literaturas são, pelo menos, as que se seguem: a *Gragoatá*, da Faculdade de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), cujo primeiro número é de 1996; a *Scripta*, do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-Afro-Brasileiros (CESPUC), da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), lançada no segundo semestre de 1997; a *Via Atlântica*, da Universidade de São Paulo (USP), de 1998; e a *Metamorfose*, da Cátedra Jorge de Sena, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de 2000.

*Gragoatá, Via Atlântica, Metamorfoses, Soronda*⁸, *Tcholona*⁹, *Research in African Literatures*¹⁰, *Coleção História Geral da África*, e acervo do Centro de Estudos Africanos da UFMG. Para fins de aquisição de informações histórico-culturais guineenses, percorreram-se os fascículos do *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, sem perder de vista aspectos observados por Augel (2006a, p. 74; 2007, p. 79).

De certa maneira, espera-se que esta reflexão cumpra o desafio proposto pelo escritor Luandino Vieira (2008) quando convoca pesquisadores e estudiosos das literaturas africanas de língua portuguesa para se voltarem a questões que foram empurradas para os “buracos negros”, tais como as que afirmaram a inexistência da literatura da Guiné-Bissau. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que este trabalho procura atenuar o esquecimento que ameaça a palavra forte do qualquer um, ressignificando, de alguma maneira, os sentidos construídos por Nora com a metáfora das “conchas vazias” que chegam à areia da praia.

⁸ *Soronda. Revista de Estudos Guineenses* é uma publicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) que vem saindo regularmente há mais de duas décadas (desde janeiro de 1986), sendo um acervo indispensável para qualquer estudioso de assuntos relativos à Guiné-Bissau. [...] Destaco o fato de a maioria dos artigos serem resultado de reflexão teórica e da pesquisa de campo dos próprios cientistas do país, apresentando a visão endógena indispensável para nós, pesquisadores de fora (AUGEL, 2007a, p. 103). *Soronda*, palavra crioula que significa germinar, rebentar, desabrochar, crescer, foi escolhida pela equipa pioneira do Instituto para simbolizar a eclosão cultural e científica da qual a revista deve ser o vetor (KOUAWO, 2000, p. 6).

⁹ O periódico *Tcholona - Revista de Letras, Artes e Cultura* divulgou, durante o curto período de sua existência (1994-1997), recebeu artigos sobre a literatura guineense e a cultura em geral, assinados por guineenses e por estrangeiros. Os autores nacionais foram Leopoldo Amado, Odete Semedo, Tony Tcheka e ainda Carlos Lopes, Carlos Cardoso, Maria Domingas Pinto, Alexandre Furtado, entre outros (AUGEL, 2007a, p. 102).

¹⁰ 1970 viu a publicação de *Research in African Literatures*, de uma qualidade excepcional que a faz o mais próximo dos jornais de reputação internacional estabelecida em outras áreas da literatura no mundo (GÉRARD, 1980, p. 79, tradução nossa).

2 CONFIGURAÇÕES DA MEMÓRIA EM SEMEDO E EM SILA

O labor de Semedo, seu projeto literário, parece ter como planta baixa a orientá-lo uma questão nuclear, um princípio: a imbricação entre oralidade e escrita. Seus contos estão colados, deliberadamente, nessa imbricação, sobretudo, porque na Guiné-Bissau a força preponderante, em todas as esferas da vida social, provém da oralidade. É desafiadora a empreitada de Semedo exatamente por esse aspecto. Há uma subversão do que, regra geral, acontece em várias outras literaturas, cujo predomínio da letra, da escrita, está consolidado. No caso da Guiné-Bissau, em relação ao trabalho de Semedo, tem-se um movimento da escrita flertando, invadindo e acomodando-se no espaço em que circulam as histórias, os contos, as cantigas, como bem demonstrou a escritora em sua tese já mencionada.

O presente trabalho adentra alguns dos contos de Semedo, lendo-os tanto como uma imersão na memória oral guineense e na sua cultura, quanto como uma proposta de se fazer com que essa escritura não se configure como o apagamento da oralidade. Algumas questões que as análises aqui levadas a efeito pretendem elucidar versarão sobre o trabalho de contação exibido nos contos, sobre o modo como os contos retomam a tradição de contar histórias e, ainda, sobre a pesquisa que a escritora vem realizando com o material recolhido da oralidade e seus significados em culturas da Guiné-Bissau.

Mas, como se efetivam os agenciamentos entre a tradição oral e a literatura produzida por escritores em alguns países de África? Parece elementar o imbricamento da oralidade na literatura para, inclusive, materializar a memória das ex-colônias portuguesas, notadamente, em Guiné-Bissau.

No conto *Os dois amigos*, a escrita oralizada de Semedo assume a contemporânea discussão sobre a imbricação da oralidade no mundo da escrita, oferta outra temporalidade e convoca peremptoriamente a tradição. Logo, de alguma maneira, assume os “tempos vividos múltiplos” aludidos por Le Goff.

Já o conto *Aconteceu em Gã-Biafada* encena uma roda de

contação de estórias feita por uma senhora a uma turma de crianças, inclusive uma que é seu filho, sentadas em sua volta. Pode-se pensar, a partir da narrativa feita de encaixes, que conta a história do casamento de Lamarana, no recurso à memória das coisas e costumes da tradição veiculados às crianças. Não é trivial o fato de ser alterada a ordem “natural” dos acontecimentos, principalmente por se tratar de um público ouvinte e partícipe da estória formado por crianças. A roda de contação é um momento pedagógico em que se veicula a experiência.

No conto intitulado *Sonéá*, integrante do primeiro volume de *passadas* da escritora, explicita-se a transmissão da experiência que precisa ser passada às gerações futuras. A escrita teimosa de Semedo assume a modernidade, a atual investida da Guiné-Bissau no desenvolvimento, mas sem desprezar a oralidade, lugar no qual se inspira para entretecer um projeto literário esteticamente politizado.

É interessante, de igual modo, refletir sobre as estratégias narrativas postas em prática por Abdulai Sila em parte dos romances *Eterna paixão* (1994) e *A última tragédia* (1995), para ressaltar as memórias colocadas em tensão na urdidura textual. Propõe-se destacar os movimentos que a enunciação literária de Sila leva à exaustão para enfrentar, com tenacidade, a tentativa de roubo praticada contra os guineenses pelos agentes que, em diferentes épocas, exerceram e exercem o poder no país.

Que mecanismos narrativos são apropriados para demonstrar a habilidade de transpor para o gênero romance, burguês e ocidental, estratégias que poder-se-ia chamar de cafrealização¹¹, a partir do mergulho deliberado na oralidade guineense? Importa demonstrar como o projeto literário do escritor se constitui a partir das tramas sensíveis da memória, tornada dejetivo, restolho, para realçá-la no âmbito da modernidade em um país que se mostra assolado pelas sequelas da descolonização, parecendo estar completamente perdido e desencantado com a própria independência.

¹¹ De acordo com Fonseca (2011, p. 80), o termo cafrealizar ou cafrelizar significa “adotar os costumes dos cafres, população africana banta, do sudoeste da África.”

É possível perceber na obra *Eterna paixão*, diferentes configurações de memórias e destacar, sobretudo, seus desdobramentos em três vertentes: i) o processo de tomada de decisão do filho do casal Dan e Ruth, o menino Kwame; ii) a decorrente do fortuito encontro de Dan e o taxista Mukedidi e da sólida amizade entre eles; e, por fim, iii) a que é inerente a Dan e sua idiossincrática concepção da autenticidade africana. De maneiras distintas, pensa-se que o ponto a unir esses trajetos é a prevalência do jogo, por vezes árduo, entre o que se deve lembrar e o que se deve esquecer. A vida das personagens ressaltaria a dificuldade para enfrentar, deliberadamente, o destutelamento da memória.

Também no romance *A última tragédia*, visualiza-se a boa fatura colhida por Sila para destruir, mais uma vez, a tentativa de roubo da memória do povo do qual ele faz parte. A enunciação literária, a contrapelo, estrategicamente põe em evidência a cosmovisão das comunidades assentadas na tradição e, ao mesmo tempo, desmonta o roubo de memória de que eram alvo esses povos.

O orgulho em alguns aspectos presentes nos dois primeiros romances de Sila autoriza concluir pela assertividade alcançada, na enunciação deste escritor guineense que toma justamente como substrato de criação o roubo da memória planejado pelas forças estrangeiras e também pelos mecanismos do poder interno.

As várias dimensões nas quais a memória se faz motivação para a tessitura enunciativa de Semedo e Sila permitem repensar uma postura contundente dos escritores para escavar o terreno das oralidades e reinscrevê-las no texto escrito. Este, como se vem afirmando, é caminho escolhido pelos escritores para não deixarem desaparecer traços importantes de sua cultura.

Tamanha engenhosidade não permitiria considerar, na criação literária dos escritores, notadamente nos contos de Semedo, sustentáculos de “lugares de memória”, tais como concebidos por Pierre Nora? Por outro lado, as particularidades da obra romanesca de Sila, que denunciam as consequências terríveis da tentativa fracassada de roubar a memória aos guineenses, também não poderiam ser entendidas como alinhadas aos esforços desenvolvidos pelos “lugares de memória” para salvaguardar a memória do que

não mais existe, como assinala o cientista político e historiador francês?

Para que serviriam os acervos de memória simbolicamente construídos pela obra dos dois escritores? Em que esse movimento contribuiria para construir, em seus projetos literários esteticamente politizados, uma visão de futuro que condiz com um projeto de nação? Na atual conjuntura política da Guiné-Bissau, caracterizada pelo processo de descolonização, em que os planos programáticos dessa literatura, enquanto próteses da memória viva, objetos em abismo, “lugares de memória”, sinalizariam em direção a uma mirada esperançosa para o futuro do país? Em que a obra de Semedo e Sila impulsionaria a consolidação do sentimento de guineidade?¹²

Por essas razões, considerou-se fundamental tentar esquadrihar as várias espacialidades encenadas na produção literária de Semedo, na passada *Kunfentu stória da boa nova* e Sila, em algumas passagens do romance *Mistida*, pois não é nada absurdo ler esses construtos literários ressaltando marcas textuais e estratégias que, ao fim, podem situar essas obras como objetos em abismo, “lugares de memória” que reativam o discurso do qualquer um, do rosto humano qualquer e, a seu modo, afirmam uma rizomática identidade nacional guineense em contínuo processo de fundação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CENTRALIDADE DO ROSTO HUMANO QUALQUER

É razoável reafirmar a força dos artifícios transgressores

¹² A pesquisadora Moema Augel assinala: “[...] Quando falo de guineidade ligada à literatura, refiro-me ao modo de como o texto literário se inscreve no sistema cultural guineense. Foi possível verificar que não se trata, como o foi num primeiro momento, de uma oposição à lusitanidade, ou portugalidade, e sim, muito mais, de uma auto-afirmação identitária, baseada no respeito e no apreço à alteridade, na aceitação das culturas nativas e tradicionais, na vontade de enfeixar todas as diferenças, todas as especificidades, no seio comum e no elo umbilical com a pátria, mátria ou frátria.” (AUGEL, 2007, p. 361-362).

utilizados na gestação das ações narrativas das obras de Smedo e Sila, que retomam instantes da história sonogada pelo discurso do poder colonial e o proferido pelos agentes do poder no pós-independência. A encenação da memória e de “lugares de memória” hibridizados e figurativamente construídos pelas narrativas ressalta a contribuição dessas literaturas para edificar a construção da nação guineense.

O tempero estético-politizado que alinhava o projeto literário de Smedo e Sila permitiu apreender os motivos que levam os dois escritores a revolver os acervos de memórias figurados em seus textos como avenidas seguras para encenar as múltiplas feições da nação guineense. De certa forma, a enunciação por eles construída oferta a sua força para a consolidação do sentimento de guineidade.

Smedo expande o grito dos povos guineenses que denunciam atos de aprisionamento esculpido em projetos de ideologia nacional feitos à revelia da memória viva, da tradição e da oralidade. Por seu turno, Sila gerencia fragmentos de memória que esboçam o nacional, posicionado na defesa de se manter viva a esperança, ainda que o cenário pós-independência seja túrgido de desencanto e decepção, que fortalecem a construção de metáforas alusivas à amnésia coletiva do povo guineense. Nesse desenho do nacional, o escritor sublinha, mais uma vez, a força das mulheres na condução do projeto de comunidade imaginada, principalmente, ao não escamotear os conflitos advindos das diferentes temporalidades representadas por personagens que funcionam como metonímias da nação guineense.

Parece ter sido comprovada a habilidade da literatura de congregar esforços para a conquista de uma feitura do nacional, sobretudo, em tempos de globalização, em que prevaleça a esperança e a felicidade. Essa é a bandeira que o projeto literário de Smedo e Sila insiste em colocar a prumo.

A reconstrução da ideologia nacional, na pena desses dois escritores, operacionaliza-se com a centralidade do qualquer um e, por conta desse ato político, materializa uma revolução estética. Nos termos de Rancière (2009, p. 48), um programa literário dessa natureza, ao articular em seu núcleo ficcional rastros e vestígios dos que a história oficial considerava como infra-humanos, promove

novas engrenagens de apreensão do real, culminando em uma história de matiz poético.

REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, H. O lugar da memória: a propósito de monumentos (motivos e parênteses). In: _____. **Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura.** Tradução de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 167-184.
- AMÂNCIO, I. M. da C. Apresentação. In: SEMEDO, O. C. **No fundo do canto.** Belo Horizonte: Nandyala, 2007. p. 11-12.
- AUGEL, M. P. O crioulo guineense e a oratura. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 69-91, 2. sem. 2006a.
- AUGEL, M. P. **O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007a. 422 p.
- AUGEL, M. P. Posfácio: cantopoema do disassossego. In: SEMEDO, O. C. **No fundo do canto.** Belo Horizonte: Nandyala, 2007b. p. 185-198.
- AUGEL, M. P. Prefácio: as três faces da nação. In: SILVA, A. **A última tragédia.** Rio de Janeiro: Pallas, 2006b. p. 7-20.
- AUGEL, M. P. Prefácio: persistência e resistência – a arte de contar de Odete Costa Semedo. In: SEMEDO, O. C. **Sonéá: histórias e passadas que ouvi contar.** Bissau: INEP, 2000. p. 7-17.
- AUGEL, M. P. Sol na Iardi: perspectivas otimistas para a literatura guineense. **Via Atlântica**, n. 3, p. 24-47, dez. 1999.
- BISPO, E. C. O livro como arma: entrevista com Abdulai Sila. **Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa**, v. 10, n. 13, 2. sem. 2010.
- CALADO, K. de A. **Ancestralidade e imagens de nação no cantopoema No fundo do canto, de Odete Semedo.** Orientadora: Maria Nazareth Soares Fonseca. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- CALADO, K. de A. Memórias da guerra: um diálogo entre poemas de Odete Semedo e o registro fotográfico do conflito armado de 1998-1999, na Guiné-Bissau. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 20, n. 39, p. 117-129, 2. sem. 2016.

CARVALHO, W. M. de. **A relevante tarefa de forjar a guineidade**: a prosa de Odete Semedo e Abdulai Sila. Orientadora: Maria Nazareth Soares Fonseca. 2017. 222 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

COETZEE, J. M. **À espera dos bárbaros**. Tradução de Luiz Araújo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COSTA, L. [Mais] conversa com... Odete Semedo. **Boletim + Escola**, n. 11, p. 6-7, maio. 2009.

COUTO, H. H. do; EMBALÓ, F. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau. **Papia**: Revista Brasileira de Estudos Críticos e Similares, n. 20, p. 12-56, 2010.

DEUS, L. P. S. **A língua é minha pátria**: hibridação e expressão de identidades nas literaturas africanas de língua portuguesa. Orientadora: Maria Nazareth Soares Fonseca. 2012. 103 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2012.

DIDI-HUBERMAN, G. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: UFMG, 2015. 328 p.

DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 160 p.

DJALÓ, I. O conflito político-militar na Guiné-Bissau e os desafios da reconstrução e recuperação da memória e da identidade nacional. **Soronda**: Revista de Estudos Guineenses, n. 8, p. 97-108, jan. 2004.

FONSECA, M. N. S. Em que língua escrever?: a língua e seus conflitos na literatura da Guiné-Bissau. In: RIBEIRO, M. C.; SEMEDO, O. C. (Org.). **Literaturas da Guiné-Bissau**: cantando os escritos da história. Porto: Afrontamento, 2011. p. 71-82.

FONSECA, M. N. S. **Literaturas africanas de língua portuguesa**: mobilidades e trânsitos diaspóricos. Belo Horizonte: Nandyala, 2015. 243 p.

FONSECA, M. N. S. Percursos da memória em textos das literaturas africanas de língua portuguesa. In: FONSECA, M. N. S. **Literaturas africanas de língua portuguesa**: percursos da memória e outros trânsitos. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2008. p. 73-91.

- GÉRARD, A. **The study of African literature**: birth and early growth of a new branch of learning. Canadá: University of Toronto Press, 1980.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p.
- HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). **História geral da África**. Tradução do MEC/Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. v. 1, cap. 8, p. 167-212.
- HUYSSSEN, A. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9-40.
- KOUDAWO, F. A guerra desenhada. **Soronda**: Revista de Estudos Guineenses, v. 2, p. 285-294, 2003.
- LAROCHE, M. **La double scène de la représentation**: oraliture et littérature dans la Caraïbe. Québec: Université de Laval, 1991. (Ensaio, 8).
- LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003. 541 p.
- MARTINS, L. M. **Afrografias da memória**: o reinado do Rosário de Jatobá. Belo Horizonte: Mazza, 1997. 194 p. (Perspectiva).
- MIRVILLE, E. Intervie sur le concept d'oraliture accordée à Pierre-Raymond Dumas. **Le Novelliste**, p. 161-164, mars-jun. 1984.
- MOREIRA, T. T. Literatura e oralidades: apresentação. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 19, n. 37, p. 9-20, 2015.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NORA, P. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1985.
- PADILHA, L. C. **Entre voz e letra**: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; EdUFF, 2007. 255 p.
- PADILHA, L. C. Os romances de Abdulai Sila e o abraço entre gerações. In: RIBEIRO, M. C.; SEMEDO, O. C. (Org.). **Literaturas da Guiné-Bissau**: cantando os escritos da história. Porto: Afrontamento, 2011. p. 175-188.

- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo: 34, 2009. 71 p.
- RIBEIRO, M. C.; SEMEDO, O. C. (Org.). **Literaturas da Guiné-Bissau**: cantando os escritos da história. Porto: Afrontamento, 2011. 257 p.
- RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: UNICAMP, 2007. 535 p.
- SEMEDO, M. O. da C. **As mandjuandadi – cantigas de mulher na Guiné-Bissau**: da tradição oral à literatura. Orientadora: Maria Nazareth Soares Fonseca. 2010. 415 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Letras, Belo Horizonte, 2010.
- SEMEDO, M. O. da C. **Djênia**: histórias e passadas que ouvi contar. Bissau: INEP, 2000. 143 p.
- SEMEDO, M. O. da C. **Guiné Bissau**: histórias, culturas, sociedades e literatura. Belo Horizonte: Nandyala, 2011. 132 p.
- SEMEDO, M. O. da C. **No fundo do canto**. Belo Horizonte: Nandyala, 2007. 198 p.
- SEMEDO, M. O. da C. **Sonéá**: histórias e passadas que ouvi contar. Bissau: INEP, 2000. 153 p.
- SILA, A. **A última tragédia**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006. 191 p.
- SILA, A. **Memórias somânticas**. Bissau: Ku Si Mon, 2016. 123 p.
- SILA, A. **Mistida (trilogia)**. Praia: Centro Cultural Português, 2002. 468 p.
- TODOROV, T. A conservação do passado. In: TODOROV, T. **Memória do mal tentação do bem**: reflexões sobre o século XX. Tradução de Joana Angélica D'Avila. São Paulo: Arx, 2002. p. 133-171.
- VALANDRO, L. **A difícil mistida guineense**: nação e identidade da Guiné-Bissau através da trilogia de Abdulai Sila. Orientadora: Jane Fraga Tutikian. 2011. 133 p. Dissertação (Mestrado em Literaturas Portuguesa e Luso-Africanas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- VIEIRA, J. L. Literatura angolana: estoriando a partir do que não se vê. In: PADILHA, L. C.; RIBEIRO, M. C. (Org.). **Lendo Angola**. Porto: Afrontamento, 2008. p. 31-37.

WA THIONGO, N. Notes towards a performance theory of orature. **Performance Research: a Journal of Performing Arts**, v. 12, n. 3, p. 4-7, 2007.

WINTER, J. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Argos, 2000. p. 67-90.

ZIRIMU, P. Oral power and europhone glory: orature, literature, and stolen legacies. In: WA THIONGO, N. **Gunpoints, and dreams: towards a critical theory of the arts and the state in Africa**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

PERCURSOS DE UM JOGO DE TRILHA GRIÔ: COMPREENDENDO A REDE DE TRANSMISSÃO ORAL DAS MESTRAS E MESTRES GRIÔS DE TERREIROS DE CANDOMBLÉ E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DA CIDADE DE SALVADOR/BA¹³

*Rosevânia Machado
Leyde Klebia Rodrigues da Silva*

1 INTRODUÇÃO

Peço a bença aos meus ancestrais e aos mais velhos que me guiam, peço licença ao amor que existe entre o sol, a terra e a lua. Eu sou Rosevânia Machado¹⁴.

Cantigas de roda sob a lua cheia, samba de roda, festa junina, caruru de sete meninos, rezas de santo Antônio e capoeira; cresci nesse rico universo cultural no bairro tradicional do Engenho Velho

¹³ Como forma de trazer outras narrativas e mais características orais, em alguns momentos, poderão observar que o texto está escrito na primeira pessoa do singular. Por se tratar de uma pesquisa oriunda de um trabalho de conclusão de curso e ainda com a perspectiva da Pedagogia Griô, escrevo em primeira pessoa, no intuito de me colocar como autora/educadora/bibliotecária revelando e firmando a posição que eu ocupo hoje, mas sem esquecer as memórias de luta abrigadas em meu útero, buscando cura para as dores que carrego e que não são minhas. Peço a bença à minha ancestralidade e me afirmo na roda da vida, eu sou Rosevânia Machado e estou inteira em tudo que faço.

¹⁴ As epígrafes deste trabalho seguem o objeto do mesmo, a oralidade como fonte de informação. Logo, todas são frutos dos diálogos e andanças trilhadas no decorrer desta pesquisa.

da Federação, Salvador/BA, tendo convívio direto com mestras e mais velhos de raízes orais, guardiões da memória e da consciência comunitária deste lugar. Na minha rua, a maioria dos moradores era de analfabetos, alguns dos meus amigos de infância não frequentavam a escola por não ter certidão de nascimento; venho dessa realidade onde as políticas públicas demoram a chegar, onde, na verdade, a própria comunidade se torna principal responsável por criar e exigir as políticas públicas.

Inserida na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, a Biblioteconomia, ciente de seus notáveis compromissos sociais, busca com atraso preencher lacunas cruciais, almejando abordar descentramento, descolonização e decolonialidade nas discussões acadêmicas. Este movimento surge das mais diversas áreas já que busca atender a uma situação intolerável de silenciamento e segregação social dos povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais e dos suburbanos nas grandes cidades, que sofreram e sofrem um tratamento negligente à vista da história oficial.

Com isso, durante a elaboração do material didático *Jogo de Trilha Griô* sobre alguns dos terreiros de candomblé mais tradicionais da cidade de Salvador, enfrentamos dificuldades no levantamento inicial de fontes de informação acerca do tema por se tratar de nossas raízes afroindígenas. Nesse sentido, o terreno se torna movediço pelo teor fantasioso e tendencioso, até porque partimos do pressuposto que a história é escrita pelos colonizadores há centenas de anos, anos de escritos com intenções “ocultas” de diminuir e silenciar a nossa cultura. O que encontraremos de bibliografia negra e indígena é considerado recente e incipiente, se tomarmos como base uma história milenar que está presente desde o berço da humanidade. Para além disso, este é um material que busca principalmente preservar a rede de transmissão oral. Esse tipo de abordagem contrapõe algumas práticas que vêm sendo feitas em pesquisas acadêmicas, pois, não poderíamos chegar a uma mestra griô munidos de um formulário e numa postura de detentores do conhecimento que provavelmente o resultado nem chegaria próximo ao esperado (PACHECO, 2015). É preciso reconhecer e respeitar o protagonismo já existente das mestras e mestres em suas

comunidades e a sua expertise em saberes e fazeres tradicionais; o pesquisador precisa assumir seu papel de humilde aprendiz diante desses mananciais de cultura.

Sendo assim, no decorrer deste processo utilizaremos os mecanismos de busca, ferramentas de pesquisa e fontes de informação providos pela Biblioteconomia, atestando a confiabilidade das informações coletadas e construindo um material informativo, educativo e dinâmico, além de buscar promover memória afetiva, sentimentos identitários e conhecimento geral acerca do universo de terreiros de candomblé no território de identidade soteropolitano.

O conservadorismo ganhou mais espaço em nosso contexto político atual, por conta de notícias falsas e dos discursos de ódio que estão sendo legitimados pelas atitudes tomadas por nossos governantes. A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) publicou um infográfico com oito passos simples sobre como checar a veracidade da notícia (baseados no artigo de 2016 da FactCheck.org, “Como Identificar Notícias Falsas”). As notícias estão se espalhando com muita rapidez nas redes sociais; quanto mais absurda é a notícia mais rápido ela se alastra. Esta é uma pauta que precisa cada vez mais ser discutida em nossa área, porque alternativas estão sendo criadas para filtrar as notícias verídicas.

Então, é preciso fortalecer ainda mais as ligações com a educação, atuar nos meios de comunicação com esse propósito de amenizar os efeitos dessa descrença generalizada no sistema democrático, sobretudo, no convívio saudável com a diversidade e o respeito com o outro. A importância de um trabalho como esse, chega a ser imensurável para manutenção da esperança, porque essa onda de *fake news* está carregada de racismo, preconceito, intolerância e incitação à violência, todos potencializados pela desinformação.

Com isso, encontramos uma forma de testar as ferramentas e a eficácia do que lançam luz Biblioteconomia e Ciência da Informação. Como uma pesquisa cujas fontes são orais ganha confiabilidade? A Ciência da Informação realmente explora todas as fontes de informação? Os seus mecanismos de busca nos ajudam até que ponto? Poderíamos afirmar que existe interseccionalidade na

Biblioteconomia? Apenas livros e audiovisuais merecem a atenção salvaguardista da biblioteca?

Sendo assim, o objetivo deste estudo é compreender o uso e a apropriação dos mais diversos tipos de fontes de informação, através do processo de elaboração de um jogo de trilha griô para a manutenção e salvaguarda de parcela significativa da memória coletiva, sobretudo, a rede de transmissão oral tecida pelas mestras e mestres griôs de terreiros de candomblé e de comunidades tradicionais da cidade de Salvador.

Entendendo que a Biblioteconomia tem competências que podem oferecer suporte para elaboração de qualquer material informativo, o nosso trabalho trata sobre o processo de construção de um material didático que será utilizado inclusive para trabalhar a Lei nº 11.645/2008, que prevê a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e indígena nas escolas. Este é um material oriundo de fontes e nascentes de informação que revelam dados informacionais, histórias e curiosidades acerca de alguns dos terreiros de candomblé mais tradicionais da cidade de Salvador e seus assuntos correlatos de maneira lúdica e educativa.

2 AUTOCONHECIMENTO, PESQUISA, ANDANÇAS, VIVÊNCIAS E SENSIBILIDADE

Eu vi o medo e a insegurança contando histórias de coragem sobre você (risos). Bons ventos, meu bem! Vamo caminhando [...] um dia de cada vez! - Mafá.

A nossa caminhada metodológica de abordagem qualitativa busca interpretar, descrever e explorar a elaboração da prática pedagógica do jogo de trilha griô sobre alguns dos terreiros de candomblé mais tradicionais de Salvador/BA. O jogo de trilha griô *Nações Afroindígenas em Salvador* é uma prática da pedagogia griô, e foi produzido pela educadora griô Rosevânia Machado, Priscila Martins, Izabel Dantas, Naiara Santos, envolvendo os saberes e fazeres de mestras e mestres griôs Vovó Cici, Makota Valdina, Mestre Zoinho, Mestre Jurandir e Professor Cardoso, no contexto do curso

de Formação em Pedagogia Griô como principal trabalho de produção partilhada da totalidade do curso da turma de 2018, assessorado por Lillian Pacheco.

A Pedagogia Griô tem raízes na cidade de Lençóis na Chapada Diamantina/BA, e possui ramos por todo o Brasil, resultante das ações que partiram dessa iniciativa. Por isso, a pedagogia griô tem parceria com várias universidades estaduais e federais do país e, recentemente, desenvolveu parceria com a Universidade Federal da Bahia, trazendo pela primeira vez o curso de formação em Pedagogia Griô para a capital baiana.

A Escola de Formação em Pedagogia Griô, atualmente, oferece o curso completo em pedagogia griô, cuja periodicidade é mensal com carga horária de 200 h, atuando em cinco estados (Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia). Envolve mais de 330 educadores e conta com o apoio da USP, UFRGS, UFBA, Instituto José Bonifácio/RJ e coletivos como Nzinga Capoeira Angola/SP e Escola Comunitária Jataí/SE. Conta também com um dossiê na revista *Diversitas* cujas produções são de pessoas que passaram pelo curso de formação, chamado *Dossiê Pedagogia Griô*. Traremos um pouco mais sobre a Pedagogia na próxima seção.

No campo da pesquisa social, nossa caminhada investe no caráter qualitativo, pois esta abordagem propicia abertura para buscar compreender e interpretar os aspectos, subjetivos (percepções, sentimentos, comportamentos) acerca do nosso estudo. E mais, Alves e Aquino (2012, p. 81) nos atentam que a abordagem qualitativa é:

uma práxis que visa a compreensão, a interpretação e a explicação de um conjunto delimitado de acontecimentos que é a resultante de múltiplas interações, dialeticamente consensuais e conflitivas, dos indivíduos, ou seja, os fenômenos sociais.

Para isso, ao longo da pesquisa, contamos com fontes de informação orais a partir de conversas com mestras e mestres da

tradição oral e demais conhecedores da história afroindígena da cidade. As atividades de pesquisa, escrita e construção do jogo de trilha ocorreram concomitantemente, sendo registradas em fotos, ilustrações e nas escrevivências do instrumento de pesquisa, o diário de bordo. Como tipo de pesquisa, é exploratória, descritiva e interpretativa, e a busca se dá sob a análise da interseccionalidade de classe, raça, gênero e religiosidade.

Na fase inicial de levantamento da literatura, mapeamento e estudo acerca do jogo de trilha, manifesta-se a fase exploratória da nossa pesquisa, uma vez que essa é, na verdade, uma preparação para a fase descritiva da pesquisa quando buscaremos registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados (SEVERINO, 2007, p. 123).

As frases que encabeçam o início de cada seção são alguns dos valiosos conselhos e incentivos que meus guias me presentearam generosamente, tudo foi anotado em meu diário de bordo, instrumento de pesquisa, companheiro de andanças onde descrevi, desabafei, e relatei desde as minhas vivências até às minhas angústias, meus medos, sonhos e pesadelos que tive no decorrer dessa vasta aprendizagem e agora é partilhado aqui. Araújo, Dolina, Petean, Musquim, Bellato e Lucietto (2013), acentuam as potencialidades deste instrumento, pois, o diário de pesquisa além de auxiliar na sistematização das etapas da pesquisa, as vivências e as diversas narrativas do processo da pesquisa. Ele também é utilizado para:

retratar os procedimentos de análise do material empírico, as reflexões dos pesquisadores e as decisões na condução da pesquisa; portanto ele evidencia os acontecimentos em pesquisa do delineamento inicial de cada estudo ao seu término (ARAÚJO; DOLINA; PETEAN; MUSQUIM; BELLATO; LUCIETTO, 2013, p. 54).

No que concerne ao método para análise e interpretação dos dados, fizemos uso de uma corrente teórico-metodológica,

considerada pela pesquisadora negra Carla Akotirene (2018, p. 54) como “sensibilidade analítica” – a interseccionalidade. A partir da visão desta autora entendemos que essa corrente teórica quando utilizada como metodologia “impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável” e investigam os cenários conflituosos de choques e impactos causados entre as estruturas que geralmente não conseguem lidar com os tipos de “discriminações interseccionais”.

Esse método tem como princípio a adoção de três premissas: “instrumentalidade conceitual de raça, classe, nação e gênero, sensibilidade interpretativa dos efeitos identitários e atenção global para a matriz colonial moderna, evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão” (AKOTIRENE, 2018, p. 15).

Assim, nessa pesquisa, navego pelos rios e praias da cidade de Salvador e também atravesso o Atlântico através das contações de histórias da mestra griô Vovó Cici, nos livros do mestre Didi e os de Vanda Machado, viajo nos escritos de Fu-Kiau, Hampâté Bâ, entre outros, este instrumento está composto de anotações sobre viagens, vivências, conversas, encontros, sonhos e leitura, a reunião de tudo isso resulta nesta pesquisa. Como compreenderia o outro se não compreendo a mim mesma? Então essa pesquisa é sobre mim também, mulher negra, descobrindo a minha raiz indígena, ciente da presença do colonizador em minha rama, sou periférica, baixa renda, uma cotista sonhadora/viajante.

3 ALGUÉM AINDA LEMBRA DAS CANTIGAS DE RODA EM NOITE DE LUA CHEIA?

Qual é a sua sensibilidade? Como ela se manifesta? É preciso saber disso para não ficar se sentindo estranha ou com a energia baixa sem saber o motivo. E como você vai fazer para externar essa sensibilidade? Eu escrevo poesias. - Professor Edson Cardoso.

Na escola, aprendemos sobre outras culturas e os materiais didáticos aos quais eu tive acesso me apresentaram um olhar depreciativo sobre o nosso povo e eu me apropriei deste olhar inconscientemente, me afastando das minhas raízes e sem interesse por minha própria história. Perdi meus familiares mais velhos sem nunca ter perguntado de suas origens, suas lembranças e dores, eu sou fruto dos meus ancestrais, carrego traços, manias, impulsos que desconheço de onde vêm justamente por não ter aproveitado mais os meus momentos com meu vô Argemiro, por exemplo. Hoje, percebo que uma pessoa sem passado é completamente vulnerável a manipulações e à alienação em seu grau máximo, “o esquecimento, que atravessou o rio Letes¹⁵, é letal. Conduz também a letargia da cognição do presente” (BOSI, 2003, p. 44). Existe um colonialismo moderno e muito bem camuflado que quer que a gente se esqueça. A memória nos faz guerreiros, mas não nos querem lutando. Posso perceber isso lá mesmo com meus vizinhos. Nos últimos anos sofremos com a chegada de um sistema doutrinário que perpassa por um processo de entrega, uma conversão que precisa ter o esquecimento como aliado, pois o incentivo é que a pessoa renasça com o ímpeto de começar do "zero", se desfazendo de crenças, práticas e comportamentos antigos, adotando uma nova conduta onde o passado do convertido se torna mundano.

O modo como a sociedade se organiza e as mudanças no cenário político e econômico do país, desde o emprego com carga horária maior, os engarrafamentos no trânsito, enfim, o tempo que passamos distante de casa e também as escolas onde as crianças e adolescentes se sentam enfileiradas sem contato físico ou visual com seus colegas, diante de uma só pessoa possuidora do poder da fala na qual é ignorada todas as suas bagagens pessoais, tudo isso contribui para que a comunidade perca a força. Voltando a falar especificamente da minha, isso se mostra decisivamente na

¹⁵ Segundo o mito de Er, o rio Ameles ou rio Lete (rio do esquecimento) quem bebe de sua água perde a memória de tudo, esquecem todas as lições e avisos ofertados no mundo superior. Este mito é relatado no livro República, de Platão, livro X, de 614b a 621b.

dificuldade de se lembrar práticas cotidianas do passado, a exemplo de um dos meus tios, que durante uma conversa nossa fiz ele se lembrar de um passado que ele havia apagado desde o seu "renascimento": ele lutou contra a ditadura militar e tinha "esquecido" o quão foi doloroso, já que, atualmente, ele assumia um discurso extremamente conservador ao qual eu me apavorei. Pude presenciar que suas lembranças o sensibilizaram e o envergonharam, mas, infelizmente, como convertido a uma outra conduta ele tratou de desconversar, muito envergonhado, pelo menos.

Em uma disciplina de ação curricular em comunidade e sociedade, me deparei com um novo modelo de aula, desprezando os calçados e as cadeiras; sentávamos no chão com pés descalços e em roda; assim, o olhar do professor podia alcançar a todas as pessoas da roda, o poder de fala era democrático, sempre tínhamos o momento de compartilhar nossos saberes também; um ritual de vínculo e aprendizagem transformou a turma dessa disciplina em grandes amigos; a elaboração do conhecimento resultou em lindas produções partilhadas. As danças e cantos tradicionais tiveram seus mestres/mestras e comunidades referenciadas e reverenciadas. Eis que me foi apresentada a Pedagogia Griô.

3.1 PEDAGOGIA GRIÔ

Nosso país esteve em regime de redemocratização desde 1985 até a promulgação da Constituição de 1988, e o ensino nas escolas também percorre lentamente este processo. Porém, o modelo que alcancei em minha caminhada estudantil foi obedecendo a um sistema que nos cala por horas e horas a fio, ouvindo os professores passarem todo o conteúdo exigido no ano letivo. O nosso conhecimento, desprezado, se manifesta dando a entender que é resultado somente do que foi passado em aula.

A Pedagogia Griô criou um modelo de ação pedagógica que traz para o cerne a identidade, ancestralidade e o direito à vida, se utiliza de cantos e danças tradicionais para, por "fim", trabalhar conteúdos como música universal, psicomotricidade (ciência do movimento e do corpo), emoções humanas universais, mitologia de

outras culturas e povos, história da região, país e mundo, e as ciências e artes contemporâneas. Seguindo a metodologia oferecida por essa pedagogia, é possível tornar notável o conhecimento prévio que já carregamos acerca dos mais diversos temas. Todas as pessoas possuem sabedorias fragmentadas acerca de todos os conteúdos, a pedagogia griô nos auxilia a acentuar, esquematizar e mostrar aproveitamento sobre o conhecimento que cada pessoa carrega em suas bagagens pessoais. Esse processo é entremeado de encantamento e partilha, assim, todas as pessoas que participam de uma aula ou vivência griô percebem que já sabiam algo sobre o que foi trabalhado e passam a valorizar mais o seu próprio saber.

As práticas pedagógicas da Pedagogia Griô têm por símbolo uma espiral, pois tudo pode ser continuado. Essas práticas revisitam temas e seguem a fórmula orgânica de tempo que a tradição oral nos ensina sempre, não sendo totalmente cíclica ou linear, mas em espiral, sempre revisitando alguns processos; assim é a vida.

Os processos vivenciais são inspirados na bioandança de Rolando Toro (2002) e na educação biocêntrica de Ruth Cavalcante (2015). Logo, as práticas seguem a curva da vivência sugerida por Toro, *Música – Movimento – Emoção*. Nos rituais de vínculo e aprendizagem é utilizada a curva da vivência para que se torne possível o acesso ao que é proposto pelo modelo de ação pedagógica, transformando a tríade em *Canto tradicional – Dança tradicional – Sentimentos identitários*.

O movimento espiral (pensando em sua ciclicidade fluida) se dá não no processo de ensino-aprendizagem, mas nas ondas vivenciais, partilhando do conhecimento como um todo por se tratar de diversos momentos que respeitam nossos processos orgânicos, propiciando o acesso à identidade humana para mais à frente chegarmos a compreender e alcançar a consciência comunitária.

A curva da vivência obedece ritmos e ciclos vivos da natureza (PACHECO, 2006). A vivência precisa de abertura e fechamento, os níveis vivenciais precisam se autorregular gradativamente de forma sutil e confortável. Inicia-se a vivência a partir do encantamento e dos sentimentos identitários despertados pelas palavras, convites e símbolos utilizados na chamada 'roda de benção'. A curva começa

com cantos tradicionais e danças, integra-se o grupo com brincadeiras, cantigas de trabalho, encontros dialógicos, e chega-se ao topo da curva da vivência, onde é propícia a expressão da identidade e levemente transitamos do ritmo acelerado ao ritmo de embalo das canções de ninar. Nessa ambientalização de regressão sutil se dá a contação de histórias e partilha de memórias, mitos, lembranças, chegando o momento das produções partilhadas onde se dá a elaboração do conhecimento. A vivência é fechada com o mesmo ritmo que iniciou, despertando o grupo, reativando-o novamente.

O modelo de ação pedagógica de Lilian Pacheco (2006) propõe um hexágono, composto de triângulos potencializadores de diálogo e produção partilhada (Figura 1). A espiral evolutiva ascende no entorno do hexágono avançando e retornando aos temas que se encontram no cerne do modelo de ação pedagógica – *identidade, ancestralidade e a vida em comunidade* – percebidos através de cantos e danças tradicionais, sentimentos identitários despertados e enlaçados a mitos arquétipos e símbolos presentes nas histórias de vida e histórias da comunidade assim como na ciência, artes e ofícios tradicionais. Ascendendo a temas mais amplos, universalizados, essa ascensão não despreza o conhecimento basilar tradicional da comunidade, ao contrário, é nesse caminho que os temas do mundo e o país estarão mais carregados de sentido.

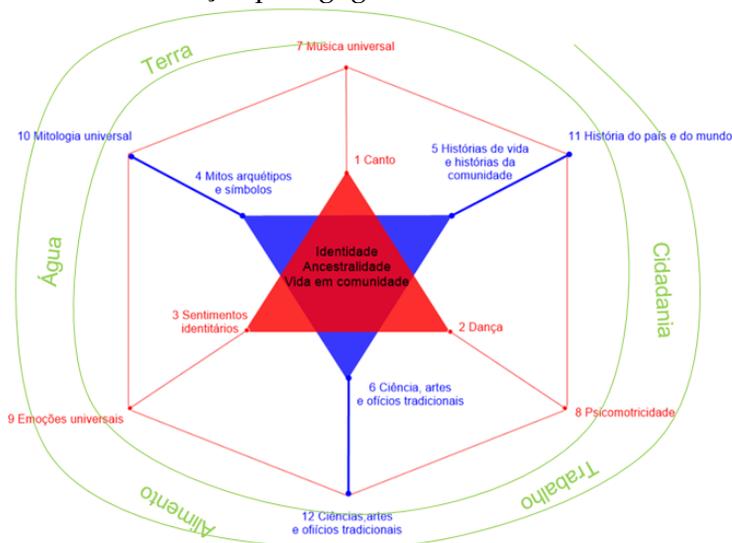
Figura 1 – Triângulos de encantamento e vivência.



Fonte: adaptado de Lilian Pacheco (2017a, p. 4).

Por isso, o movimento espiral é tão ilustrativo para essa forma de perceber o tempo, pois ao nos reconhecer em nossa ancestralidade podemos ter mais percepção sobre como proceder no tempo presente. Não querendo dizer que reproduziremos o que fora vivido por nossos ancestrais, mas para obter sábios subsídios nas mudanças do tempo presente, a tradição é mutável, mas exige fundamentos e a construção da identidade requer raízes ancestrais.

Figura 2 – Modelo de ação pedagógica.



Fonte: adaptado de Lilian Pacheco (2017a, p. 5).

Toda esta ascensão que trazemos aqui tem por intenção alcançar novos níveis de consciência. Ao final da vivência, aula grão ou até mesmo após uma aula-espetáculo Lilian Pacheco (2006) enfatiza que precisamos do diálogo, da problematização e não podemos deixar escapar o momento ideal para concretizar a consciência alcançada, uma vez que fecundou-se sentimentos, gerou-se palavras grávidas de sentido, fez-se um trânsito pelos níveis de consciência durante a partilha das palavras grávidas e a alteridade do lugar de fala de cada um. Chega o momento de concretizar para que nasça o sonho coletivo que é construído – a produção partilhada.

É nesse momento em que se arremata a evolução de cada um; é a hora de parir sentimentos-palavras e consciência que foram gerados durante a vivência e o círculo de cultura.

A pessoa facilitadora de todo o processo precisa cuidar para não devolver respostas ao grupo, pois isso seria um aborto espontâneo de toda a consciência gerada. É preciso devolver problematizações, incentivar o pensamento crítico sobre si e sobre a realidade.

Com forte referência a Paulo Freire, a Pedagogia Griô considera os três níveis de consciência enumerados pelo autor: intransitiva ou mágica, transitiva ingênua e a consciência transitiva crítica. Após refletir e se debruçar na literatura de Freud, Yung e Toro, a autora Lilian Pacheco lança luz aos níveis de consciência proposto por Paulo Freire e nos revela um novo viés: acrescenta o nível de consciência transitiva comunitária que transita entre a realidade e o inconsciente individual, também o coletivo e vital.

A nossa ancestralidade semeou sonhos coletivos que estão contidos em nossa memória afetiva e temos por missão cultivá-los para que se realizem. Temos em nós essa força que nunca seca¹⁶ e que buscou perpetuar, em pleno equilíbrio, a memória coletiva que resguarda nossa história de luta.

3.2 MEMÓRIA COLETIVA

As práticas vivenciais da pedagogia são repletas de maneiras que acionam sentimentos identitários; memória afetiva desperta memória olfativa, auditiva, sensitiva. Por isso, no momento da chamada produção partilhada ou até mesmo na contação de histórias, memórias e lembranças, abre-se um portal luminoso propiciador de trocas cruzadas, enlaçadas como numa tecelagem cuja a obra final revela mitos e/ou sonhos coletivos dos quais se ampliam o espectro representativo de grupo à comunidade, cidade, estado, país, etc.

¹⁶ Referência à música *A força que nunca seca* dos compositores Francisco Cesar Goncalves e Vanessa da Mata.

O mito está presente na contação de histórias e nas aulas-espetáculo por mexer com memórias e linguagens muito próximas, principalmente, dos que tiveram contato com a oralidade mais intimamente em sua infância e cotidiano. “O mito é a forma escolhida para compreender o sagrado, também os pensamentos, sentimentos e sonhos. O mito é o sonho coletivo”, compreende Vanda Machado (2017, p. 57).

Os mitos estimulam o pensamento reflexivo, a mudança de comportamento, dá lições relacionadas à ética, caráter e humildade, que acabamos por adotar em nossas ações interpessoais: os aprendizados passados por meio dos mitos e contos que nos chegam. Por isso é perceptível que quando há um sistema no qual os mitos só contam a história de uma das partes, ou que esses não se mostram interessados, buscando criar um imaginário que dialogue com seus interesses, por exemplo, numa sociedade machista como a nossa, não é difundido um conto sobre uma mulher guerreira, independente, com autonomia sexual e reprodutiva. É claro que para essa sociedade é mais cômodo fomentar um imaginário que as mulheres briguem entre si por motivos fúteis, rebaixando a relação feminina à rivalidade e dando a entender que é sinônimo de sucesso se casar e jamais pensar em separação: o famoso e ilusório “felizes para sempre”.

Por vezes, o mito tradicional é visto como uma mentira nas sociedades industrializadas, consideram que as informações são fantasiosas e, por isso, falaciosas. Mas nas comunidades tradicionais, entre os povos originários, o mito é um costume que zela a sabedoria do seu povo, memória, mistério e segredo, entrelaça-se e resulta em uma história interessante cheia de avisos e informações sábias, onde são transmitidos nas relações intergeracionais.

Os mitos, assim como as cantigas de roda, ciranda, samba de umbigada, cantigas de trabalho, plantio e colheita, preservam a memória coletiva e cultivam saberes sobre a sacralização da celebração da vida, já que as condições nunca foram fáceis, mas a nossa ancestralidade resistiu/resiste cantando e dançando. Nessas práticas está imbricada uma educação pautada no respeito aos mais velhos, no senso de partilha e cuidado com o outro.

Por se tratar de narrativas orais, memória coletiva e tradição, precisamos considerar que “a apreensão plena do tempo passado é impossível, como é a apreensão de toda a alteridade” (BOSI, 2003, p. 53). Há uma seleção natural sobre o que nossas fontes e nascentes escolhem revelar e uma outra seleção, igualmente natural, condizente com as minhas inquietações e desejo ou não de partilhar algo que ouvi. Pensar o tempo como uma espiral nos ajuda a perceber essa naturalidade em selecionarmos o que silenciar, por que silenciar e quando. A linearidade não condiz com essa forma de perceber o tempo, pois “o presente é o momento idealmente concebido sem duração. É o tempo presente do passado que também é o presente do futuro” (MACHADO, 2017, p. 52).

Cada ser participante nas práticas dos rituais de vínculo e aprendizagem passa a se perceber na fala das demais pessoas, mas também percebendo em si familiaridades, impulsos e memórias afetivas presas a suas entranhas que nunca antes receberam um olhar que buscou compreender amorosamente questões internas e também dores que não lhe pertencem, mas que lhes ferem. Quero dizer que “o mundo e a comunidade somos nós. Para compreender o mundo é preciso compreender a nós mesmos e nossas vivências individuais e coletivas” (MACHADO, 2017, p. 52). Essas práticas vão tecendo percepções sobre a alteridade ao fomentar a escuta profunda livre de julgamentos e contra argumentações no momento dos encontros dialógicos, dos círculos de cultura e nas histórias de vida.

Um exemplo de consciência comunitária que muito me toca é pensar em como negros africanos de diferentes nações e línguas, inclusive de nações conflituosas, dividiram o mesmo espaço. Desde a desumana viagem transatlântica criaram/reinventaram formas de resguardar e eternizar elementos da memória coletiva de suas nações de origem e acabaram criando aqui uma identidade negra para garantia de subsistência até mesmo nos momentos diaspóricos. O candomblé é uma criação comunitária, solidária, de coexistência de povos e nações para manutenção de línguas, práticas, e ritos tradicionais de origem africana. Aqui, não podemos esquecer dos povos indígenas conhecedores das matas que mostraram caminhos e deram guarita, auxiliando para a existência de alguns quilombos.

As mais velhas e os mais velhos, mestres e mestras griôs, são as fontes que tanto nos ensinarão sobre nossas lutas e conquistas ancestrais, sobre viver em comunidade, perceber o mundo natural de maneira mais sensível e se utilizar da medicina tradicional nos processos de cura.

4 O VENTO PEGA PELA PALAVRA: PODER E IMPONÊNCIA DE FONTES ORAIS

Palavra separada de ação não carrega axé.

Denise Carrascosa

Os dados informacionais identificáveis no jogo de trilha dispõem um acervo diverso de fontes de informação, pois todos os símbolos e todas as cores utilizadas carregam significados e referências. No tabuleiro, a disposição geográfica que representa o território urbano de Salvador, com as referências simbólicas e culturais dos espaços de terreiros, torna possível se localizar geograficamente, desenvolver sentimento de identificação e perceber símbolos fortes do nosso território e da nossa cultura.

Os colares feitos de contas coloridas e sementes penduram uma pequena bolsinha que irá carregar os grãos ganhos no decorrer do jogo; miniaturas de personagens caminantes da cidade representam cada jogador e o livro de consulta, também feito à mão, carrega informações bibliográficas, frases de fontes orais, curiosidades e reflexões, inclusive, ambientalistas. As cartelas do jogo trazem ilustrações de símbolos e arquétipos fortes do candomblé e da cultura indígena que resiste em Salvador. Trazemos várias questões sobre o crescimento urbano desenfreado da nossa capital e os impactos causados, nossa floresta nativa e sua importância, nossos rios, além de dados sobre aldeamentos e quilombos na cidade de outrora, para que nos apropriemos da nossa cultura e dos nossos direitos socioambientais trazendo uma reflexão sobre o racismo estrutural e, sobretudo, sobre o racismo ambiental na cidade de Salvador.

Pensamos aqui a apropriação da informação como decisória na construção da identidade do ser que atravessa os níveis de

consciência, reconhecendo o seu lugar de fala, aberto a ouvir e dialogar (trocar realidades) com o lugar de fala do outro. Nosso exercício de consulta às fontes se deu dos conhecedores mais novos aos mais velhos, buscando intermediários, que além de contribuir com o seu conhecimento de iniciado, se dispõe a abrir caminho para que tenhamos acesso às nascentes; uma pesquisa entre fontes terciárias e secundárias para ascender à fonte primária.

Campello (2000, p. 4) define as características dessas três fontes como:

[As fontes primárias] registram informações que estão sendo lançadas, no momento de sua publicação, no corpo de conhecimento científico e tecnológico. As fontes primárias são, por essas razões, difíceis de serem identificadas e localizadas [...]. As fontes secundárias apresentam a informação filtrada e organizada de acordo com um arranjo definido, dependendo de sua finalidade. São representadas, por exemplo, pelas enciclopédias, dicionários, manuais, tabelas, revisões da literatura, tratados, certas monografias e livros-texto, anuários e outras. As fontes terciárias são aquelas que têm a função de guiar o usuário para as fontes primárias e secundárias. São as bibliografias, os serviços de indexação e resumos, os catálogos coletivos, os guias de literatura, os diretórios e outras.

Fazendo uma alegoria, penso que os conhecedores a quem me refiro como mediadores são as minhas fontes orais de origem secundária, homens e mulheres iniciados no candomblé ou não, mas que estudam a nossa cultura e tem contato forte com um mais velho ou mais velha mestre da tradição oral que aqui eu considero como nascente, que são aqui minhas fontes orais de origem primária.

A nascente não costuma ser acessível; um bom mateiro¹⁷, guia com seu facão, abrindo trilha pelas florestas fechadas que protegem tamanha riqueza, a andarilha segue atrás atenta às histórias e curiosidades sobre aquela mata. No caminho, também saciam a sede graças a bicas e fontes importantes para a continuidade dessa rica caminhada e que, por sua vez também indicam caminhos para chegar à nascente.

Porém, “a CI [Ciência da Informação] estabelece restrições no seu trabalho com as narrativas, esta vem trabalhando apenas com as narrativas registradas em suporte material” (CARDOSO, 2015, p. 56). E as valiosas fontes e nascentes de informações ancestrais, recheadas de conhecimento empírico sobre ciência, arte e ofícios, acabam por não receber o olhar cuidadoso que merece por parte Ciência da Informação e da Biblioteconomia.

A oralidade brasileira é composta principalmente das raízes indígena e africana. Nota-se um cerco fechado para os povos afro e indígenas, privando-os acesso e mais, subestimando e inferiorizando seus saberes e fazeres. O descrédito à riqueza das nossas fontes e nascentes orais é uma prova do racismo estrutural que existe na postura da Ciência da Informação denunciada na fala da autora Francilene Cardoso (2015), que também pontua várias questões acerca da memória coletiva e da construção de identidade, considerando a participação dos equipamentos culturais no combate ao racismo estrutural. Em seu livro ela reflete que:

A identidade é uma construção social, mas também política, podendo ser afirmada ou não ao longo da história. Trabalhar para a (re)construção da identidade negra exige a mediação de informação e conhecimento, portanto perpassa o **espaço da biblioteca**. Esta assim como outros **espaços sociais, tem reproduzido o preconceito e a discriminação racial**. (CARDOSO, 2015, p. 97, grifo nosso).

¹⁷ Pessoa que vive na mata e guia trabalhadores/brigadistas ao interior das florestas. Sábios guias.

Ao discutir sobre as fontes de informação na biblioteca escolar, por exemplo, a postura do(a) bibliotecário(a) que se propõe a trabalhar os diferentes recursos informacionais, devendo assumir também o seu papel natural de educador(a), tendo em vista o seu ambiente de trabalho e a sua atuação dentre os(as) estudantes, Mestre Didi nos chama atenção para a arquitetura de escolas e bibliotecas, que reforçam uma frieza que não nos pertence, uma hierarquia que não cultivamos em nosso seio comunitário e uma opressão que tem por intenção silenciar pensamento crítico. Ele nos diz que a escola oficial, com o seu modelo eurocêntrico, “se propõe a educar o corpo e a mente através do exercício da escrita” e que, em decorrência dessa prática reducionista, as pessoas são lesadas com uma “atrofia dos demais sentidos e da expressão e movimentos corporais” (SANTOS; LUZ, 2007, p. 165).

Assim, poderemos dispor de diferentes fontes de informação e, com isso, dar conta dos nossos patrimônios culturais imateriais brasileiros como samba de roda, capoeira, o acarajé, entre outros em nossas bibliotecas onde se prega a disseminação e o acesso à informação.

5 A ESPIRAL: RESULTADOS, ANÁLISES, DISCUSSÕES

*“Só falei o que o sinhô queria ouvir”
Caboclo Capangueiro*

O jogo de trilha griô *Nações Afroindígenas em Salvador* é uma prática da pedagogia griô. Foi produzido pelas educadoras griôs: Rosevânia Machado, Naiara Santos, Priscila Martins e Izabel Dantas. Este jogo envolveu os saberes e fazeres de mestras e mestres griôs como Vovó Cici, Makota Valdina, Mestre Zoinho, Mestre Jurandir e Professor Cardoso, no contexto do curso de *Formação da Pedagogia Griô*, assessorado por Lillian Pacheco.

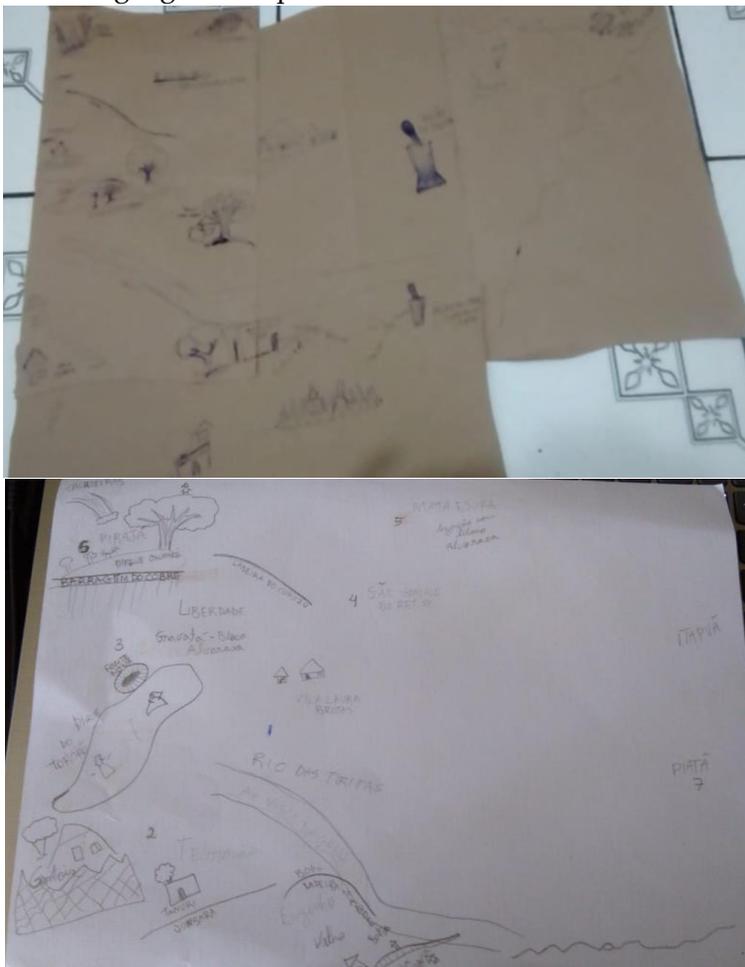
O mapa do jogo representa o território urbano de Salvador, com as referências simbólicas e culturais dos espaços de terreiros: Fundação Pierre Verger, Terreiro do Gantois, Terreiro Tanuri

Junsara, Ilê Axé Iyá Nassô Oká (Casa Branca), Zoogodô Bogum Malê Rundó (Terreiro do Bogum), Tumba Junsara, Pilão de Cobre, Pilão de Prata, Ilê Axé Asipá, Ilê Axé Opó Afonjá, Mansu Banduquenqué (Terreiro Bate Folhas), Ilê Maroialaji Alaketu, Ilê Asé Kalè Bokùn, Ilê Axé Oxumaré, Bacia do Cobre, Igreja Nosso Senhor do Bomfim e Casa de Yemanjá. O mapa também representa referências geográficas: Dique do Tororó, Final de Linha Engenho Velho da Federação, Rio Lucaia, Rio Jaguaribe, Rio Trobogy, Farol de Itapuã e Farol da Barra, Largo da Mariquita, Parque São Bartolomeu ou, como chamado pela comunidade, Oxumaré.

Os bonecos e bonecas do jogo representam figuras caminhantes no cotidiano de Salvador: capoeiristas, baianas, ganhadeiras (lavadeiras, vendedoras de cocada, pamonha, cuscuz, etc. chefes de família que faziam de tudo e mais um pouco para sobreviver) vendedores para obrigações (vendem por obrigação em respeito a algum preceito do candomblé), vendedores de caranguejos e pescadores.

O primeiro passo foi fazer um levantamento sobre alguns dos terreiros mais tradicionais de Salvador/BA e elaborar um rascunho e como seriam essas casas localizadas geograficamente no território identitário soteropolitano (Figura 3). Fora feito um refinamento para que não sobre-carregássemos o jogo de informações, até porque não temos a intenção de fazer um mapeamento dos terreiros de candomblé. Nossa proposta é salientar a presença dessas casas, sua importância para a memória coletiva da cidade e seu papel quando reconhecidas como patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Figura 3 – Primeiros rascunhos (papel cartão e metro): Terreiros e alguns locais geográficos que referenciam a cidade de Salvador/BA.



Fonte: acervo pessoal (2018).

Feito o desenho no pano, nós combinamos um encontro para a pintura do jogo de trilha e encaminhamento de outras atividades do programa. Nessa ocasião, não pude ir, pois estava sendo uma facilitadora do curso *Agente de Cultura Griô*, pela Rede de Ação Griô Bahia. Nesse encontro, a pintura foi feita, mas sentimos falta de mais referências geográficas e culturais de Salvador, as quais não constavam desde o rascunho.

Nesse ponto, nós constatamos que o uso de algumas cores descaracterizou algumas representações ilustradas. Também percebemos que os símbolos e arquétipos que nos localizaria na cidade de Salvador/BA precisavam ser mais evidenciados.

Então, desenhamos um novo pano, que é o que demos continuidade. Seguindo um novo rascunho, iniciamos a pintura também em um pano de tecido cru. Logo após, demos início à feitura improvisada das cartelas, com a intenção de serem provisórias, pois não tinha como imprimir as cartelas coloridas e precisava mostrar o jogo aos mestres de capoeira. As cartelas foram pintadas à mão em papel cartão, sem uniformidade nem nos traços, nem no corte (Figura 4).

Figura 4 – Confeção artesanal das cartelas do jogo que foram aceitas também pelo restante da turma.



Fonte: acervo pessoal (2019).

Foram acrescentados alguns símbolos importantes como grafismo indígena, pena e um arco-íris, pois sonhei que as representações indígenas precisavam ser mais evidenciadas no jogo. Nas imagens a seguir, apresentamos o resultado final da elaboração do jogo (Figura 5 e 6).

Figura 5 – Jogo finalizado.



Fonte: acervo pessoal (2019).

Figura 6 – Cartelas finalizadas.



Fonte: acervo pessoal (2019).

O jogo de trilha griô pede a presença da comunidade em sua construção e ele deve ser feito com base em fontes, bicas e nascentes informacionais. A minha madrinha, além de guia, é uma fonte de histórias e causos. É bastante adequado e poético associá-la à água limpa que brota da terra. Assim, apresentamos no Quadro 1, como foram entendidas e classificadas as fontes utilizadas neste trabalho.

Quadro 1 – Tipos de fontes utilizadas e sua classificação.

a) Primária	Aqui nomeadas como nascentes informacionais, fazendo uma alusão às diferenças entre fontes e nascentes de água. São mestras e mestres da tradição oral, rezadeiras, mestres(as) de capoeira, cantadores e sambadeiras, etc.; todo mais velho ou mais velha de comunidade e povos tradicionais que ocupam um lugar de sabedoria em seu território identitário.
b) Secundária	Aqui referenciados como mateiros, guias, conhecedores dos caminhos que devemos percorrer para termos acesso às nascentes de informação. São pesquisadores, iniciados, amigos e familiares que nos dão informações importantes e nos indicam caminhos, já que seus conhecimentos ainda não são tão amplos quanto os de um(a) mestre(a).
c) Terciária	Neste trabalho, representam o primeiro contato com o tema; foram estes os indicadores que serviram para dar uma noção sobre a complexidade deste tema; são eles: livros, artigos, catálogos, filmes/documentários e <i>webs</i> consultados ao longo de toda a pesquisa.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

É bastante intimista este modo de pesquisa, uma vez que as minhas fontes de informação estão diante de mim visualizando minhas potencialidades e fragilidades. Por isso, sugestões, opiniões, críticas, conselhos e advertências foram surgindo naturalmente e isso justifica a riqueza deste trabalho (o jogo de trilha), já que recebeu cuidadosas contribuições de todas as pessoas que tiveram contato com o material. Todo o cuidado e generosidade tanto com o jogo quanto comigo se deu por este se tratar de um sonho coletivo.

Segui alguns conselhos, sobretudo, em relação ao campo energético do meu corpo; hoje faço uso de umbigueiras. A mestra Nádia Akawã me chamou atenção para usar algo que “feche” o corpo durante a minha lua, em uma vivência sobre o feitio e os modos de uso do tabaco feito tradicionalmente numa ritualística que remonta ao tempo das suas ancestrais tupinambás, do aldeamento de Olivença no sul da Bahia, onde ela vive.

A umbigueira representou um processo de cura muito bonito. De início ela partiu, perdeu, quebrou, rachou os pingentes, cristais e sementes utilizadas para potencializar o efeito desse amuleto utilizado em diversas culturas, também chamado de jóia do ventre. Tantos significados possui esse símbolo hoje pra mim. Não vivi esse processo sozinha; Sávia Santana intuitivamente cuidou de mim através da feitura ritualizada dessa jóia, que hoje me cobre concretamente. O mestre Zoinho bem disse que era melhor se cobrir.

A minha guiança foi repleta de pessoas misteriosas que compartilharam frases valiosas, grávidas de sentido para mim; algumas foram utilizadas em local de destaque aqui no texto, encabeçando os capítulos; outras foram transformadas em perguntas ou conteúdo para o livro de consulta do jogo e as mais íntimas, guardei.

A construção das perguntas foi uma parte bastante delicada, porque estas precisam ser perguntas universais, mas o candomblé possui um sistema muito complexo formado por nações, línguas, práticas, ritos e símbolos diferentes que possuem suas similaridades e distinções. As perguntas foram elaboradas e passaram por constantes correções; cada guia ou mestre chamou atenção para um detalhe diferente. Recebemos colaboração do grupo do curso de

formação em Pedagogia Griô, que também contribuíram de forma direta com perguntas: amigos Mafá Santos, Manoel Miranda, Laís Souza e o Professor Edson Cardoso.

A partir das conversas acerca do tema, pude sistematizar o que o meu imaginário produzia a cada diálogo e daí nasceram desenhos, minhas próprias dúvidas viraram perguntas e algumas anotações ganharam como destino o livro de consulta.

A pergunta que fazia inicialmente às minhas fontes e nascentes orais era mais ou menos assim: “O que você gostaria que as pessoas soubessem sobre o candomblé?” E a partir daí se desenrolava um diálogo sempre muito rico em amorosidade, pois, no geral, a resposta trazia o desejo de desestigmatizar as afirmativas maldosas, racistas e infundadas que a sociedade prega ao longo dos anos sobre as culturas indígenas e negras.

“Do que sente falta representativamente no jogo?” Recebi retornos reivindicando a presença mais evidente de terreiros de Itapuã, Liberdade, Plataforma e Ilha de Maré. Para além desses, foi questionada a ausência dos terreiros de Lauro de Freitas e da Ilha de Itaparica.

O jogo se torna mais humano pelas contribuições orais, (contribuições intergeracionais dos mais velhos e das crianças também). O jogo de trilha já tem o seu próprio encantamento por não ter sido uma produção arbitrária. Ver as sugestões, dicas e informações sendo consideradas, aproveitadas e incluídas no jogo faz também com que cada um que fez parte do processo sinta sua colaboração sendo efetivada e valorizada.

O mestre Jurandir chamou atenção para a ausência de um terreiro de nação Ijexá no tabuleiro; informou sobre o Ilê Asê Kalè Bokùn, que imediatamente incluí no mapa do jogo. Esse terreiro foi tombado como patrimônio cultural da cidade de Salvador no ano de 2019.

O terreiro do Alaketu teve sua representação incluída no jogo após sugestão de Mafá. Então, não fora só considerada as contribuições dos griôs, nossas nascentes informacionais, mas também de fontes como Mafá, que apesar de ser jovem na idade,

possui grande sabedoria acerca da nossa cultura, da tradição yorubá e da transmissão oral.

Todos esses contatos ativados, realizados ou não, tiveram por intenção enriquecer o jogo de trilha griô com informações da memória afetiva, coletiva, amorosa ou de luta, resistência e resiliência presente nas pessoas que aqui vivem – Salvador/Bahia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de elaboração do jogo de trilha foi documentado, mas algumas das fontes e nascentes não tiveram seus nomes revelados neste estudo, pois fora evitado evidenciar o teor academicista dessa pesquisa, ao invés de enfatizar a universidade, falamos de maneira informal e em nome da Pedagogia Griô e da Associação Grãos de Luz e Griô.

O processo de elaboração do jogo de trilha não se finda aqui e, mesmo que se dê por concluído, poderá ser retomado, atualizado, acrescentado, modificado e isso é muito importante, pois durante a elaboração e aplicação do jogo de trilha griô *Nações Afroindígenas em Salvador*, nós contatamos diversas pessoas, mestras, mestres, zeladores de alguns terreiros de candomblé que não puderam nos receber por motivos diversos.

Em minhas caminhadas, me deparei com diversos contratempos: a quaresma obedecida por algumas casas; momento de festas e rituais fechados ao público; horário e local de algumas celebrações serem inviáveis para mim; a natural resistência por se tratar de um trabalho de pesquisa; falecimento de uma mestra griô; problema de saúde de uma mestra zeladora; falta de tempo por parte das mestras e mestres; agendas conflitantes; e o prazo da primeira autora chegando ao fim.

Segundo Rui Póvoas (2007), os três princípios que regem o candomblé são respeito, preceito e segredo. Tão verdadeiro quanto a luz do sol, esses princípios cercam e protegem o candomblé; todos que consultei respeitam os três princípios e escolhem as palavras cuidadosamente. Nós concordamos que não deve ser revelado mais do que precisamos saber. Mas foi muito interessante perceber ainda

hoje o respeito e a valorização a suas crenças, costumes e, sobretudo, respeito à ancestralidade.

Ainda visitarei muitas casas porque a pesquisa para o jogo de trilha não termina aqui e já temos pessoas interessadas em colaborar; temos também professoras de História e Sociologia pensando comigo a aplicação do jogo em turmas do primeiro ao terceiro ano do segundo grau e a aplicação do jogo durante o III Seminário Griô que acontece ainda em 2019. São esses os débitos que deixamos pendentes nesta pesquisa.

Gostaria de ter tido mais tempo para poder conhecer mais pessoas, visitar mais casas e assim poder trocar mais. É preciso tempo para conquistar a confiança das pessoas. Nós já fomos muito explorados e acabamos por ficar cismados com pesquisadores(as), ainda que sejam boas iniciativas.

Ainda precisamos potencializar o papel educacional da biblioteca e demais ambientes que têm por missão a disponibilização e o acesso à informação; não só facilitar trânsitos informacionais, mas incentivar pensamento crítico, consciência comunitária e levantar problematizações sobre o senso comum. Oferecer cursos, oficinas, vivências, elaborar materiais didáticos, produzir!

Convidamos às novas pesquisas para o olhar da interseccionalidade, considerando a palavra dita, a memória oral e afetiva, nossos patrimônios imateriais. Percebendo-me como bibliotecária, educadora, agente cultural, autora desse estudo, sinto-me demasiadamente orgulhosa da minha participação na construção desse potente material. Além disso, tornar público de forma detalhada como se deu o processo de elaboração dessa prática pedagógica tão rica e comunitária que é o jogo de trilha griô, é emocionante. Agradeço a possibilidade de aparecer em meu próprio texto, podendo dizer o quanto amei e o que eu senti.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. 143 p. (Feminismos Plurais).

ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UEPB - 2008 a 2012. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. esp., p. 79-100, 2012.

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de; DOLINA, Janderléia Valéria; PETEAN, Elen; MUSQUIM, Cleiciene dos Anjos; BELLATO, Roseney; LUCIETTO, Grasielle Cristina. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 15, n.3, p. 53-61, jul./set. 2013.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2003. 219 p.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 319 p.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015. 114 p.

CAVALCANTE, Ruth; GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Educação Biocêntrica**: ciência, arte, mística, amor e transformação. Fortaleza: Edições CDH, 2015. 312 p.

PACHECO, Lillian. **Pedagogia Griô**: a reinvenção da roda da vida. Lençóis/BA: Grãos de Luz e Griô, 2006. 171 p.

PACHECO, Lillian. **Modelo de Ação Pedagógica**. Lençóis: Grãos de Luz e Griô, 2017a. (texto não publicado).

PACHECO, Lillian. Pedagogia Griô: elaboração do conhecimento e referências metodológicas. In: PACHECO, Lillian (Org.). **Escola de Formação na Pedagogia Griô**. Lençóis: Grãos de Luz e Griô, 2017b. 12 p. No prelo.

PÓVOAS, Ruy. **Da porteira pra fora**: mundo de preto em terra de branco. Ilhéus: Editus, 2007. 482 p.

SANTOS, Deoscoredes M. dos (Mestre Didi); LUZ, Marco Aurélio. **O rei nasce aqui**: oba biyi. Salvador: Fala Nagô, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

TORO, Rolando. **Biodanza**. São Paulo: Olavobra, 2002. 158 p.

EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA DE AXÉ POR MEIO DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO EM TERREIRO DE CANDOMBLÉ

Juliana Santos Conceição

Leidiane Reis

Nídia M. L. Lubisco

1 INTRODUÇÃO

A religião de matriz africana, designada candomblé, praticada em ambientes conhecidos como terreiro ou axé, tem em sua tradição uma forte presença feminina. O mundo feminino do axé está sujeito às mesmas condições de desigualdade da sociedade como um todo. No entanto, também não é incomum encontrar no candomblé espaços onde a mulher seja valorizada como tal.

Historicamente, a figura feminina tem um papel muito forte na religião. A formação matriarcal do candomblé no Brasil é prova disso. A mulher negra, especificamente, é uma grande contribuinte para a representação, fortalecimento e permanência da ancestralidade religiosa. A mulher negra, ocupando papéis religiosos, hierárquicos e administrativos nos terreiros de candomblé, é importante para gerações futuras e para a permanência do seu legado, algo que ainda não é comum em outras religiões. Mesmo com diversas conquistas e avanços femininos, no campo religioso, em questão de liderança, o homem ainda ocupa mais espaço; isso se comprova com uma simples observação nas estruturas das diversas religiões que compõem a nossa sociedade.

A Ciência da Informação (CI) é o elemento fundamental para dar continuidade à investigação e para responder a problemática da pesquisa por ser um campo preocupado em disseminar a informação de forma acessível a todos. A CI trabalha diretamente com os procedimentos, visando facilitar o acesso e acrescentar conhecimento

à sociedade, despertando no indivíduo a curiosidade de conhecer e saber a importância da informação na formação da sociedade.

Diante do exposto, tem-se como problema de pesquisa: quais condições informacionais são capazes de empoderar a mulher negra de axé para combater e discutir a desigualdade de gênero? Como resposta preliminar (hipótese), acredita-se que o ambiente do axé é favorável ao fortalecimento da identidade de gênero e da redução da desigualdade.

Diante deste cenário, o objetivo geral da presente pesquisa foi investigar, quanto às condições informacionais, quais mediações sociais são capazes de promover o poder da mulher negra adepta do candomblé. Para dar cumprimento ao objetivo geral, estabeleceram-se as seguintes etapas como objetivos específicos: identificar as condições de informação existentes no axé que favoreçam o empoderamento da mulher e averiguar se as informações que circulam no axé são adequadas para promover o empoderamento da mulher nesse e em outros ambientes.

Para dar cumprimento aos objetivos, na revisão da literatura investigada, buscou-se embasamento teórico sobre o tema e se utilizou como instrumento de coleta um questionário, visando atender às exigências do estudo que tem caráter qualitativo. Com base no estudo de trajetória dos movimentos negros e feministas, problematizamos os caminhos percorridos por esses sujeitos sociais, na busca por emancipação, reparação e igualdade social, analisando em que medida a informação religiosa pode contribuir ou não para o empoderamento dessas mulheres.

Empoderamento¹⁸, no sentido de conceder poder a si próprio, é um tema contemporâneo, muito discutido em vários campos acadêmicos e sociais, e está associado comumente às questões de

¹⁸ Empoderamento é a ação social coletiva de participar de debates que visam potencializar a conscientização civil sobre os direitos sociais e civis. Esta consciência possibilita a aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política. Disponível em: https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=fTKxVrHXNMXK8gfgpZO4BQ#q=significado+de+empoderamento Acesso em: 10 jun. 2019.

gênero, isto é, o tema se propõe tratar a mulher mais do que do ponto de vista apenas da igualdade.

2 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo assunto abordado na pesquisa surgiu a partir das inquietações acadêmicas como aluna¹⁹ do curso de Biblioteconomia e documentação onde circulam as informações formais e das vivências pessoais no terreiro de candomblé como mulher negra de axé.

Dessa maneira, iniciei um processo de investigação sobre o tema no projeto de trabalho de conclusão de curso, tomando como parâmetro o Terreiro Ilê Axé Omin Odé Oxê, situado no bairro da Federação em Salvador, onde foi observado sobre o acesso às informações formais e informais, tanto dentro como fora do espaço religioso, e a capacidade de tornar a mulher negra de axé empoderada.

2 MOVIMENTO DA MULHER NEGRA NO BRASIL: ASPECTOS E CARACTERÍSTICAS

Durante muito tempo, a sociedade brasileira apresentou a imagem da mulher como um ser submisso e de baixa capacidade, sendo que isso se constituiu em um problema histórico e social, fundamentado na própria cultura escravista e machista do país. Isso não é uma característica apenas da sociedade brasileira, pelo contrário, está no cerne de muitas sociedades de forma geral, em diferentes tempos históricos e culturas.

Na Antiguidade, a mulher era vista como moeda de troca para sua família construir alianças, posição social e acúmulo de riquezas através de casamento arranjado. Na Idade Média, sob a influência da Igreja católica e da Inquisição, a mulher foi perseguida e, muitas vezes, queimada viva, principalmente aquela que era identificada como “bruxa”. A caça às “bruxas” se fortaleceu e foi transformada

¹⁹ Primeira autora deste estudo.

em campanha com apoio do poder religioso. Ao final da Idade Média, ocorreu um grande massacre com “as bruxas”, com a combinação da igreja e outros poderes políticos da época.

A Idade Moderna foi um período de grandes mudanças, principalmente para a igreja no período do Iluminismo. Com a perda do poder da Igreja, as ideias referentes à mulher como ser submisso, por conta de seguir os ensinamentos bíblicos, começaram a ser questionadas, dando início a uma visão diferente ao papel da mulher na sociedade.

Na contemporaneidade, considerando o final do século XIX e os séculos XX e XXI, a vida feminina, no Ocidente, inicialmente, esteve restrita à maternidade, a cuidar da família e a organizar as tarefas domésticas para manter a estrutura familiar na sociedade. No entanto, os reflexos da Revolução Industrial e as duas Guerras Mundiais determinaram mudanças. O período foi marcado pelas maiores lutas de emancipação, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Para Lessa (2012):

É importante destacar que, evidentemente, esse perfil de mulher dizia respeito àquelas que pertenciam à elite. Para estas, o estereótipo determinado pela sociedade e pela Igreja, de mulher submissa aos padrões morais vigentes deveria ser seguido à risca. Por outro lado, para as mulheres das camadas populares, não havia essa correspondência. Era muito comum a presença de mães solteiras, vítimas de exploração sexual e doméstica, traduzindo-se em humilhações, abandono e violência por parte do homem progenitor da criança. Assim, caracterizadas como auto-sacrificadas, submissas sexualmente e materialmente reclusas, a imagem da mulher de elite se opõe à promiscuidade e à lascívia da mulher de classe subalterna, em regra mulata ou índia. (LESSA, 2012, p. 29).

Com isso, Lessa (2012) faz perceber que houve uma diferença no modo como esses problemas de gênero afetaram as mulheres, apontando que a questão não se restringe apenas ao gênero, mas também a etnia e a classe social. Dessa maneira, ao falarmos de mulher negra brasileira, esse problema se estende ainda mais, pois nessa especificidade é observada a questão não só de gênero, mas também racial. A partir daí, surge o questionamento: por que a mulher negra foi afetada com mais gravidade?

As relações entre senhores e escravas não foram construídas sobre laços 'suaves' de afetividade e reciprocidade. A lógica da sociedade escravocrata patriarcal se apropriou do trabalho da escrava como ama-de-leite, cozinheira, arrumadeira, mucama dos filhos dos senhores, mas também se apropriou de seu corpo como objeto de exploração sexual. (FREYRE, 2003, p. 369).

Assim, somando todas as amarras das agressões deixadas pelo sistema escravocrata, no qual as mulheres negras eram classificadas como animais e objeto sexual dos senhores e de seus filhos, é possível compreender que a vida da mulher negra no Brasil foi de violência ao seu corpo e a sua "alma", maltratada sem compaixão. Ela foi colocada na posição de submissão e também de desumanização, não sendo vista como pessoa humana.

Entretanto, essa vivência de submissão e opressão foi se transformando ao longo dos anos e, como causa dessa mudança, destaca-se a sua atuação como conhecedora dos seus direitos, no combate pelas questões de gênero e racial. De acordo com Cardoso (2002), ela foi incisiva no Movimento Negro.

Elas organizaram lutas contra a opressão de raça e gênero e trouxeram novos conceitos e abordagens feministas para ações anti-racistas. No interior desse movimento as mulheres negras fomentaram discussões importantes e específicas como exploração sexual, social e econômico e

esterilização das mulheres negras como formas de extermínio da população negra. Essas discussões também foram feitas junto ao Movimento Feminista, entretanto, com recorte de raça em relação ao de gênero (CARDOSO, 2002, p. 25).

Ao se debruçar sobre a história, é possível perceber que antes mesmo das ações coletivas, como movimento social negro, as mulheres já lutavam e resistiam às opressões da sociedade colonial, com atuações singulares, porém, significativas. Como exemplos, podemos destacar: Dandara²⁰, Zeferina²¹, Luisa Mahin²², Maria Felipa²³, Carolina de Jesus²⁴, Aquatune²⁵ e muitas outras, no Brasil e em muitos países de África, como é o caso da Angolana Nzinga de Matamba, que lutou bravamente contra a dominação colonial portuguesa, sendo um dos últimos reinos a resistir ao Estado Absoluto Português (SERRANO, 1990, p. 3).

²⁰ Dandara, esposa de Zumbi dos Palmares, foi uma das lideranças femininas negras que lutou contra o sistema escravocrata do século XVII.

²¹ Zeferina era líder do Quilombo do Urubu, época da escravidão em que um bando de escravizados de origem angolana busca refúgio nas matas do atual Parque São Bartolomeu, em Salvador.

²² Nascida em Costa Mina, na África, no início do século XIX, Luísa Mahin foi trazida para o Brasil como escrava. Pertencente ao povo Mahin, da nação africana nagô, Luísa esteve envolvida na articulação de todas as revoltas e levantes de escravos que sacudiram a então Província da Bahia nas primeiras décadas do século XIX.

²³ Maria Filipa de Oliveira foi uma mulher marisqueira, pescadora e trabalhadora braçal que junto de Maria Quitéria e Joana Angélica, participou da luta da Independência da Bahia, em 1823.

²⁴ Carolina de Jesus, negra, pobre, favelada, dona de uma das escritas mais contundentes da literatura brasileira, em 1960, com o livro Quarto de Despejo.

²⁵ Aquatune fez parte do Quilombo de Palmares, juntamente com as lideranças femininas negras que lutavam contra o sistema escravocrata do Brasil.

As populações sequestradas para o Brasil, na condição de escravizados, compartilhavam de uma cosmovisão distinta do elemento do dominador. Nas sociedades, povos e grupos étnicos bantos sudaneses, a condição da mulher era elevada a outro patamar social, cultural e religioso.

Em analogia, a ancestralidade dos terreiros de candomblé da Bahia jamais foi constituída de mulheres submissas, ou seja, nos países de África e no Brasil, as mulheres tentavam resistir mediante ao que a sociedade da época apresentava como modelo social. As mulheres negras sempre exerceram espaços de resistência.

Foram inúmeras formas, como por exemplo, as fugas e formação de quilombos, onde viviam de modo semelhante ao tempo em que estavam em África (CARDOSO, 2002). Durante todo esse período de resistência ao escravismo no Brasil, as mulheres estiveram no bojo do processo, não apenas como informantes, enfermeiras, mas nas trincheiras da luta, sendo efetivas para sua libertação.

Todavia, a conquista da liberdade não se configurou em uma conquista por direitos e, mais uma vez, as mulheres negras atuaram intensamente na estruturação do movimento social negro no Brasil, inclusive, na fundação do Movimento Negro Unificado.

As mulheres negras que sempre participaram de forma atuante nos movimentos social e negro no Brasil, na maioria das vezes, tinham suas atuações veladas, com dificuldade de atuar de forma igualitária com os demais membros dos movimentos.

Na verdade as mulheres negras, ao demarcarem um posicionamento de gênero no movimento negro, revelaram aos seus companheiros e existência da reprodução quase imperceptível por parte deles, do machismo, revelaram que, mesmo sendo companheiras de luta no combate ao racismo não reconheciam a reciprocidade no combate às subordinação de gênero. Elas não enxergaram nos homens o reconhecimento de que o racismo atingia de forma distinta aos homens e as mulheres negras. Às “mulheres negras, além

do racismo, enfrentam o machismo, muitas vezes praticado pelos próprios militantes do movimento negro". (CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 2003, s.p.).

Entretanto, os líderes desses movimentos alegavam que, estando as mulheres à frente desses movimentos, poderia ocorrer uma negligência com os pontos principais, como a questão racial, que passaria a segundo plano, por conta das prioridades dadas às questões de gênero. Este fato foi causa de rupturas e conflitos internos no movimento.

A partir da década de 1980, esse cenário foi se modificando, com surgimento do movimento das mulheres negras no Brasil. Com características e reivindicações próprias, acompanhadas das feministas negras estadunidenses, iniciou-se um processo de mudança dentro do próprio movimento social negro. Este foi um grande passo para o fim do silenciamento das mulheres negras, não mais presas à pauta geral do movimento negro, mas passando a discutir suas articulações sobre direitos humanos.

2.1 ENCONTROS DE MULHERES NEGRAS

O movimento construído por mulheres negras atuantes passou a se fortalecer, articulando diversos encontros, como no I Encontro Nacional de Mulheres Negras (IENMN)²⁶, realizado Valença-RJ, no ano de 1988. Este evento contou com a participação de 450 mulheres de diversos estados brasileiros.

Entre tais mulheres, estava Luísa Bairos que atuou como ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do governo de Dilma Rousseff e também militante do movimento de mulheres. Também Benedita da Silva, atualmente deputada federal; Benedita foi a primeira mulher negra em vários cargos exercidos na

²⁶ Informação retirada do relatório final sobre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras.

sua carreira política; no poder legislativo não foi diferente, sendo a primeira mulher negra Senadora.

Estas são duas mulheres que têm grande importância na construção do movimento de mulher negra no Brasil. Mesmo com recurso financeiro limitado, persistiram na busca de seus objetivos, ao saber: discutir e denunciar sobre a condição de vivência das mulheres negras na sociedade brasileira, como as desigualdades raciais e sociais existentes; fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação; políticas alternativas de desenvolvimento e a construção do projeto político de atuação e da identificação das várias concepções e formas de trabalho com mulheres negras.

O I Encontro surgiu a partir do IX Encontro Feminista em Garanhuns-PE, onde se discutiu sobre o feminismo, mas não citaram questões que contemplassem a mulher negra como as questões citadas anteriormente. Assim, o IX Encontro foi um provocador para as negras ativistas decidirem se organizar para promover o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, como relata Adeolana – uma das mulheres presente no encontro – na entrevista abaixo:

Eu estive em Garanhuns no Encontro Feminista que deu origem para a gente fazer as primeiras articulações para o primeiro encontro de mulheres negras que a gente achava que era o momento pra começar a se movimentar nessa direção. Toda a articulação dele sai de dentro do nono encontro nacional feminista. Então estava eu, Gildália, Benedita da Silva, Wania Santana, Sandrão do Rio de Janeiro, Silvia Catanhede do Maranhão. Então você tinha nesse encontro de Pernambuco várias mulheres negras do Brasil inteiro e nós levamos o encontro todo fazendo encontro de mulher negra dentro do encontro pensando a possibilidade da gente se reunir nacionalmente. A gente se reunia na beira da piscina, todo o tempo do encontro a gente usou para fazer isso. E nós criticávamos o próprio encontro feminista que não pautava a questão das mulheres negras e daí nós vamos

sair para o encontro em Valença. Então, foi do encontro feminista que a gente caminha para o encontro de Valença, pro centenário da abolição, que foi um encontro lindo e eu falo lindo não só pelo esforço como pela necessidade que as mulheres negras tinham no Brasil de se encontrar.

É certo que essas mulheres passaram por diversas dificuldades para realizar esse novo projeto, mas tais dificuldades encontradas no caminho da organização não foi motivo de fracasso, pelo contrário, só mostrou o poder que as mulheres têm de organização e articulação. Prova disso, são os resultados positivos do IENMN e um ganho político para o movimento, pois a partir desse encontro surgiram novas lideranças e grupos organizados de mulheres negras pelo Brasil, como o N'Zinga em Belo Horizonte e o Crioula no Rio de Janeiro. Com essa exposição das organizações pelo Brasil, fica evidente que o movimento de mulher negra não precisa estar subordinado aos demais movimentos negros e feministas.

Com resultado significativo, o IENMN motivou as ativistas negras a dar continuidade aos encontros e articular o II Encontro. De modo que, no ano de 1991, em Salvador, ocorreu o II Encontro Nacional de Mulheres Negras (IENMN)²⁷, com um público de 430 mulheres de 10 estados. No entanto, a captação de recursos financeiros não foi diferente ao do I Encontro, pois também foi limitado, se configurando como uma barreira.

A temática do II Encontro foi Mulher Negra, Organização, Estratégias e Perspectivas. O tema proposto esteve relacionado com o que estava acontecendo na política brasileira na época do governo Fernando Collor de Mello, quando se discutia sobre políticas sociais e economia, sendo que o intuito era a construção de um projeto político nacional, dando resposta à situação da mulher negra no país, inclusive tratando do tema esterilização.

²⁷ Informação retirada do relatório final sobre o II Encontro Nacional de Mulheres Negras.

Nossa tarefa é assegurar que as futuras gerações possam ter mais orgulho e se sentir mulheres mais empoderadas porque a gente sabe que não é brincadeira nesse país racista ser mulher preta. E todo mundo achar que você se recupera das cinzas como fênix não é verdadeiro. Essa capacidade de fênix chega uma hora que a gente perde e adocece como algumas de nossas mulheres negras que estão aí que ficam de pés atados quando vê que a polícia invade mesmo, que derruba mesmo a porta, mata dentro de casa e outras tantas desgraças que nos assolam e que a gente vai com essa capacidade de resiliência fantástica que os orixás, que essa cultura que a gente guarda muito dá pra gente. Então eu acho que é um pouco isso, desse lugar que eu quero falar, que eu gosto de falar, que eu gosto de estar. Um pouco disso. (ADEOLA, 1991, s.p.).

Diante dessas falas, é possível perceber que foi enriquecedora a troca de experiência com mulheres de todo o país que estão na luta pela inserção sociopolítica e cultural na sociedade brasileira. Elas retornaram para suas cidades com pensamentos renovados e com sede de lutar muito mais para conseguir seu espaço, que é de direito em uma sociedade igualitária. Os encontros, as manifestações e as conquistas estão sendo referenciais de motivação do tempo atual e contribuirão com as gerações futuras do movimento de mulheres negras.

Apesar dos dilemas e das dificuldades encontradas na formação do movimento de mulheres negras, elas tiveram seus destaques, dos quais podemos apontar: emancipação e o resgate da mulher negra; o ingresso de mulheres negras nas universidades, no mercado de trabalho, valorização da estética da mulher negra e muitas outras contribuições importantes.

Ao se destacarem nas reivindicações e conseguindo avanços, até o próprio movimento negro teve que admitir que o progresso foi

positivo diante de toda negação que ronda o movimento das mulheres negras, sem apoios financeiros para se manterem na luta.

Entre os anos de 1980 e 1990, uma série de organizações não governamentais, sem fins lucrativos e sem vínculo com partidos políticos, começou a surgir no país com o intuito de contemplar a pauta de gênero e de raça, algo muito latente na sociedade por conta da desigualdade social. É devido a essas ações políticas promovidas nesse período, que se tem hoje o legado do Coletivo de Mulheres Negras-SP, em 1984, o Instituto Geledés²⁸, em 1988, a organização Criola-RJ²⁹, em 1992, e tantas outras que ainda estão ativas, dando a linha de luta da mulher negra.

Considerando o que foi dito anteriormente, destaca-se que em meio aos pontos de divergências que separaram as mulheres negras do movimento negro, também é possível encontrar dois pontos de convergência: o combate ao sistema classista e racista, como aborda a autora abaixo:

Vivemos todos em um sistema patriarcal, classista e racista, por isso estamos vinculados a esses inúmeros preconceitos e falhas graves nas estruturas do Estado. Portanto nosso papel como mulheres, pretas, índias, brancas, pardas, amarelas e feministas é lutar contra essas amarras sociais e discutir sempre o porquê dos preconceitos, o porquê de estarmos tão presos a essa lógica burra que gere a sociedade em que vivemos (GOMES, 2013, s.p.).

²⁸ Geledés Instituto da Mulher Negra fundado em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.

²⁹ Criola é uma organização da sociedade civil fundada em 1992 e conduzida por mulheres negras. Atua na defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal.

O movimento de mulheres negras e feministas está cada dia mais fortalecido e ganhando visibilidade na luta para mostrar e denunciar as questões camufladas pela sociedade sexista. A caminhada é árdua, na luta de direitos e deveres iguais como cidadão comum, sem tratamento de inferioridade pelo fato de ser mulher negra. As mulheres ainda se encontram em condições desiguais nos quesitos geração de emprego, renda e acesso à educação. Dessa maneira, observa-se que as barreiras rompidas pelos movimentos de mulheres negras e feministas mostram liberdade, autonomia e poder de voz ativa para que a mulher decida sua trajetória de vida, que pode ir além de entendimentos arraigados como casamento e maternidade.

3 INFORMAÇÃO × CIDADANIA

A informação e a cidadania são elementos essenciais na vida de um indivíduo, pois ao adquiri-los, eles contribuem para seu bem-estar, para o setor produtivo e para a mudança do seu contexto social. No entanto, como é possível adquirir informação? Como determinar que a informação pode ser útil na constituição da cidadania? Com que critérios podemos diferenciar uma boa informação de uma informação ruim?

No Brasil, a Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação, sancionada em 18 de novembro de 2011, trata do livre acesso do cidadão a qualquer tipo de informação pública. Muitos desconhecem ou desconheciam a citada Lei, apesar de que recentemente o presidente eleito cogitou a possibilidade de realizar alterações complexas na Lei, o que causou discussões, mas trouxe mais visibilidade. Todavia, a sua divulgação ainda não atinge a todos os cidadãos que, por sua vez, ficam inertes diante desse cenário.

A Lei nº 12.527 engloba assuntos referentes ao acesso à educação, cultura, tecnologia e acessibilidade, temas que toda a população deve ter acesso, pois se trata de algo fundamental no processo de desenvolvimento social, cultural e político de uma nação.

A informação é um fator vital para o convívio humano em sociedade; é um fenômeno construído socialmente, em seus diferentes níveis e ambientes; ela existe onde existe cultura e é por meio de esforço humano de entender e interpretar a realidade, de comunicação à imagem que cada indivíduo faz do seu meio, que a informação é gerada. Qualquer grupo social, independente da sua posição na sociedade, quando orientado para objetivos humanistas é capaz de gerar, transformar, interpretar e disseminar informação. (BARRETO, 1995 apud VARELA, 2007, p. 44).

Da mesma forma, a informação e a cidadania também são fatores importantes na vida do indivíduo, pois a cidadania é resultado da informação transformada em conhecimento, sendo relevante para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade como um todo. De acordo com Varela (2007), o conceito de cidadania é apresentado como algo de extrema relevância no convívio social:

A cidadania pressupõe requisitos fundamentais como consciência crítica, raciocínio lógico, responsabilidade individual e coletiva, habilidades de tomar decisões e iniciativa, de aceitar e conviver com diferentes opiniões e pontos de vista, de criar alternativas de soluções. Enfim, é estar preparado para autonomia, para a responsabilidade, para participação efetiva nas transformações necessárias ao progresso do país, portanto, não para alimentação, para a dependência e para o consumismo. (VARELA, 2007, p. 80).

A informação e a cidadania têm uma relação inseparável com a educação, pois a sociedade que forma cidadãos questionadores dos seus direitos consegue alcançar melhores resultados. O uso da informação e a formação da cidadania em uma sociedade desigual como no Brasil, é algo extremamente difícil de ser praticado, pois a

educação não é considerada prioridade. Em geral, a educação de má qualidade acaba formando pessoas sem pensamento crítico. Na maioria das vezes, parte delas se torna “massa de manobra” diante das questões colocadas para serem resolvidas por um coletivo maior. Como exemplo, temos o voto, no qual se exerce um ato de cidadania. Porém, a informação para alguns cidadãos é transmitida de forma distorcida nos diversos meios de comunicação, conflitando o direito e o dever de forma subjetiva.

Tomando como referência atual a conjuntura política do nosso país, é possível perceber que a realidade do congresso é manipulada e transmitida de acordo com o interesse de cada setor da mídia. E esse jogo de interesses reflete diretamente na concepção de cidadania dos indivíduos, alterando, em diversos casos, a ação do ser cidadão.

Existem diversas formas de manipular uma sociedade sem informação, entre elas podemos destacar a manipulação coletiva, que ocorre através da mídia.

É certo que a imprensa pode, sim, fracassar em determinados momentos, mas não dá para negar as evidências de que manipulações existem conforme seus interesses mercadológicos e partidários. Ela continua sendo o poder e a formadora de opiniões, que informa ou deforma quando lhe é conveniente. (MIRELLY, 2016, p. 2).

Mirelly (2016) afirma que os meios de comunicação têm poder sobre a sociedade mal informada, ou seja, eles utilizam seus artifícios de convencimento para manipular a população, buscando seu próprio benefício. Com isso, o cidadão mal informado recebe a informação, mas não consegue internalizá-la, interpretá-la ou até mesmo questioná-la. Dessa forma, entende-se que a informação é um instrumento que promove o exercício da cidadania, pois o indivíduo que recebe educação de qualidade consegue exercer seu papel de cidadão, ou seja, buscar e exercer seus direitos e deveres. Por outro lado, o indivíduo que sofre todos os males sociais presentes na sociedade, como desigualdade, violência, pobreza, fome,

desemprego e uma educação caótica, não consegue exercer plenamente seus direitos e deveres dentro da sociedade.

Portanto, a informação é uma ferramenta de poder, que pode ser utilizada para a transformação da nossa realidade social, de modo que, informar e se informar, implica participar ativamente da construção e transformação da sociedade.

4 EMPODERAMENTO DA MULHER DE AXÉ POR MEIO DA INFORMAÇÃO

Paulo Freire, um importante educador brasileiro, foi o primeiro a traduzir a palavra empoderamento para o português e defini-la. Para Freire, o empoderamento é a capacidade do indivíduo de realizar por si mesmo as mudanças necessárias de evolução e fortalecimento. Assim, entende-se que empoderamento é ter autonomia, influência e ser capaz de determinar o que você quer e decidir as coisas que afetam a sua vida, ou seja, é ter o poder de decisão dos seus passos, ser o único responsável por cada ação.

O empoderamento está em vários contextos, sendo um deles encontrado no movimento de mulheres negras que surge com outro conceito:

O empoderamento de mulheres negras, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinas americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desse estabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do 'empoderamento' é destruir a ordem patriarcal

vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre 'nossos corpos, nossas vidas'. (SARDENBERG, 2015, p. 2).

O empoderamento representa o movimento de mulheres negras pelo seu significado e expressão, objetivo do movimento que vem buscando e acreditando na força e no poder da mulher negra.

Na busca de saber se a mulher negra de axé se encaixa nesse empoderamento, ao longo dos anos, foram feitos vários estudos sobre a matriz africana e a influência da religião candomblé, introduzida no Brasil pelos escravizados originários de África. Entre os séculos XVI e XIX, o candomblé se tornou uma forte influência religiosa no Brasil, principalmente na Bahia, onde surgiram os primeiros terreiros, todos liderados por mulheres negras. O primeiro, inicialmente situado no bairro da Barroquinha, foi o terreiro Ilê Axé Iyá Nassô Oká ou Casa Branca como é conhecido por todos. Atualmente instalado na Avenida Vasco da Gama, ali o papel feminino é bastante forte, uma vez que apenas mulheres podem encarnar orixás, sendo que esse terreiro é uma das grandes referências no candomblé, na Bahia e no Brasil pela sua história.

[...] veio em 1982 com o tombamento do terreiro pela Prefeitura Municipal de Salvador, tornando-o área de preservação simples. Entretanto, tal medida não era suficiente para garantir sua permanência. Assim, seu representante solicitou o tombamento em nível federal, pedido acatado em 1984, mas apenas efetivado em 1986, após a desapropriação do terreno pela Prefeitura (1985) e sua doação à Associação São Jorge do Engenho Velho, representante civil do Terreiro Casa Branca. Ainda em 1985, o terreiro foi incluído na categoria de área de proteção rigorosa do município. (MORIM, 2014, s.p.).

Nos enfiamentos a favor do candomblé, destacou-se uma grande liderança feminina, Escolástica Maria da Conceição Nazaré, conhecida como Mãe Menininha do Gantois.

Antes e durante o exercício da liderança da casa, Menininha trabalhou como costureira, bordadeira e também quituteira. Naquele tempo não era nada fácil comandar uma casa de candomblé, haja vista a perseguição que a religião sofria das autoridades baianas. Menininha, no entanto, soube valorizar a religião e integrá-la na sociedade baiana, obtendo a licença para o culto aos Orixás em 1930. O marido, Álvaro MacDowell, advogado, também teve forte influência e prestou grandes contribuições à luta pela defesa do candomblé e dos membros da comunidade. Apesar de não possuir um cargo religioso na casa, auxiliava no terreiro e atuava como ponte entre o Gantois e a sociedade. (MUSEU AFRO BRASILEIRO, 2014, s.p.).

Mãe Menininha ficou conhecida como referência religiosa no candomblé, devido sua luta contra a intolerância religiosa da época. Assim, a religião foi ganhando espaço para realizar seus rituais, sem perseguição das autoridades. No governo de Roberto Santos, em 1976, por força de ato legislativo, os terreiros passaram a ter liberdade de fazer seus rituais sem necessitar de prévia autorização da Delegacia de Jogos e Costumes, como era exigido até então.

No continente africano, o candomblé tem como característica ser patriarcal, isto é, liderado por homens. Entretanto, no Brasil, no início era totalmente matriarcal, ou seja, liderados por mulheres, sendo que os homens não tinham cargo de Babalorixá³⁰ e nem faziam parte do xiré³¹. As Ialorixás eram as conhecedoras da religião e

³⁰ Babalorixá e Ialorixá são altos cargos de hierarquia na religião do candomblé.

³¹ Xiré é roda de danças e cantos para os orixás.

tinham o papel de enfrentamento, no combate de intolerâncias religiosas, buscando o direito de cultuar as suas divindades livremente. Essa liderança feminina tem uma razão histórica no Brasil: enquanto os homens estavam na agricultura e em outros trabalhos pesados mais distantes da casa grande e da senzala, voltando tarde da lida, as mulheres estavam em casa e, por isso, tinham a oportunidade de preservar os ensinamentos e repassar para os filhos.

As características do candomblé são: a valorização da natureza e o respeito aos mais velhos, por eles trazerem os ensinamentos feitos por meio da oralidade e na prática, por não dispor de nenhum livro sagrado, folheto, manual ou cartilha que seus adeptos possam seguir. Os alimentos, as danças e os cantos dos cultos religiosos são direcionados a cada orixá, com seus segredos e particularidades.

Existem diversas maneiras de conhecer o candomblé. Porém, a prática de ensinamento pela oralidade permanece nos terreiros. Apesar dos avanços na religião, principalmente no seu espaço físico, para que possa atender a comunidade, as tradições são mantidas e respeitadas pelos seus adeptos.

As mudanças vêm ocorrendo na estrutura física de alguns terreiros de candomblé por acreditarem que a informação é importante, não só para os adeptos da religião, mas para toda comunidade, visto que o conhecimento está para todos sem restrição. Por exemplo, no terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, bastante conhecido em Salvador, Mãe Stella de Oxóssi, até seu falecimento em 2018 (cuja relevância no candomblé e na sociedade baiana chegou à Universidade Federal da Bahia, onde recebeu título de Doutor Honoris Causa), transformou o espaço do terreiro acessível a todos.

Dentro do terreiro há ainda uma escola municipal, a Eugênia Anna dos Santos, onde os estudantes aprendem sobre a identidade negra (em aulas como as de Iorubá e história da África); o Museu Ilê Ohum Ilailai, com acervo composto por mais de 750 peças que fazem parte da história do centenário terreiro; e uma biblioteca com

materiais de referência para estudiosos da cultura afro. (KOINONIA, 2015, s.p.).

Além do terreiro citado acima, existem outros com estrutura mais sofisticada, como é o caso do Ilê Odô Ogê, conhecido como Pilão de Prata, no Alto do Caxundé, Boca do Rio: além das instalações amplas e bem cuidadas, tem um Memorial e uma Biblioteca em homenagem à fundadora da casa, Mãe Caetana, sendo seu líder o babalorixá Air José. Há muitos outros terreiros, com estruturas mais reduzidas, porém, com a mesma importância e objetivo de disseminar a informação e passar a cultura através das atividades que oferecem.

Nos espaços de terreiros ocorrem palestras sobre intolerância religiosa ou outros temas que estejam em discussão atual, exposição fotográfica, exibição de filmes e documentários, cursos de costura, aulas de percussão, rodas de conversas, seminários com questões de gênero, raça, educação, curso de confecção de indumentária de orixá, política, violência, drogas, danças e suas vestimentas; todos são utilizados para disseminar a informação de forma dinamizada para a sociedade. Nessas ações, têm-se a preocupação de facilitar a transmissão da informação, para que possa atingir todos os envolvidos. Em muitas delas, o foco é a mulher negra por ser uma figura importante na religião.

Este sentimento de intimidade da mulher negra com a mitologia e com a ritualidade religiosas afro-brasileiras abre caminhos para que ela vá conhecendo, ampliando, recriando e transformando, numa forma de poder socialmente construído, assumindo papéis que vão se redefinindo a cada passo: ora mãe, ora educadora, ora curadora, estabelecendo relações sociais, políticas e mesmo diplomáticas. (SIQUEIRA, 2008, s.p.).

E ainda, segundo Carneiro (2012):

A mulher encontra no candomblé não apenas realizar-se religiosamente, como também política e socialmente, com o social, porque relegada a um plano inferior da existência em sociedade, encontra-se nos ritos do candomblé a forma de ritualizar este conflito (CARNEIRO, 2012, p. 5).

5 ILÊ AXÉ OMIM ODÉ OXÊ: FOCANDO O TERREIRO

Dentre os diversos terreiros surgidos em Salvador-BA, o terreiro Ilê Axé Omim Odé Oxê, seguindo a nação Ketu, Angola e Jeje, foi aberto à Rua Santiago nº 67, bairro da Federação, e logo depois teve sua construção definitiva em 1997, na rua Caetano Moura, nº 50, no mesmo bairro, sendo liderado por uma mulher negra, a Ialorixá Edna Alves, conhecida como Mãe Edna de Oxum, por sua sensibilidade, cuidado e alegria de receber a todos.

O terreiro tem como principal objetivo prestar apoio e orientação religiosa a seus membros e a toda comunidade, garantindo a conservação do culto dos orixás, implantado com todo respeito ao legado de seus ascendentes, exercendo a caridade, conforme os preceitos nagô de seus antepassados. Mãe Edna de Oxum, aos seus 72 anos, é ativa nos movimentos culturais e religiosos de Salvador, como os blocos afro, grupo de baianas, grupo de fanfarra, grupos quadrilhas juninas; é também, membro do conselho da Federação Nacional Cultural do Culto Afro Brasileiro e muito atenta às mudanças e conquistas, principalmente relacionadas à mulher negra.

Acreditando que a informação é o caminho da transformação e é capaz de empoderar aqueles que a detém, o Ilê Axé Omim Odé Oxê a passou a combater e discutir a desigualdade de gênero. Assim, duas a três vezes no mês ocorrem encontros com os filhos e filhas do terreiro, para discutir questões sobre a religiosidade e outras questões com informações úteis para o crescimento da família de axé e para o cotidiano de todos.

Os encontros vêm se tornando algo positivo no terreiro por estarem fortalecendo os laços do axé e modificando hábitos

enraizados na religião e na sociedade. A mudança vem acontecendo de forma lenta, mas contínua. É um resultado positivo quando se consegue dialogar com o outro, sem causar “rachaduras” na relação de convívio, procurando fazer com que esse outro entenda organizações operacionais diárias. O candomblé é uma religião de evolução. Dentro do terreiro, qualquer função é valorizada porque não importam as funções executadas, pois todas têm seu valor.

Mudanças vêm ocorrendo no cotidiano das mulheres negras do terreiro, principalmente das que não tiveram acesso à educação formal, por diversos motivos sociais (de amplo conhecimento) que cercam a vida da mulher negra. Hoje, elas já despertam a curiosidade por saber sobre as informações que atingem seus direitos enquanto mulher negra de axé, e as que já adquiriram algum conhecimento as ajudam a entender que a informação não será utilizada só no axé, e sim, em qualquer espaço que elas estejam, pois conhecimento gera liberdade de escolha.

5.1 PERCURSO METODOLÓGICO E RESULTADOS

A pesquisa foi desenvolvida com um grupo de mulheres negras do Ilê Axé Omim Odé Oxê, com intuito de averiguar se as informações que circulam no axé são adequadas para promover o empoderamento da mulher. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário com cinco questões, com a finalidade de observar, registrar e buscar cumprir os objetivos da pesquisa.

Foram enviados 10 questionários por e-mail, sendo que o critério de participação da pesquisa foi de ser mulher negra de axé. Obteve-se o retorno de sete questionários respondidos, no período de 24 a 27 de julho de 2017.

Ao serem questionadas sobre o termo empoderamento e o conhecimento acerca dele, quatro mulheres responderam que sim, conhecem o termo empoderamento. No entanto, de maneira distinta, sendo que algumas conhecem de forma científica, isto é, de maneira mais profunda, por terem o conhecimento acadêmico e por participarem de movimentos sociais e feministas. Entretanto, outras

três mulheres deixaram explícito que conhecem o termo empoderamento, mesmo respondendo de forma superficial.

Questionadas sobre os fatores que favorecem o empoderamento da mulher negra de axé, elas acreditam que o fator financeiro e emocional são os mais importantes, isto por acreditarem que esses dois fatores são base para manter uma vida estruturada e segura, sendo que o emocional e o financeiro precisam caminhar juntos, pois quando o emocional não está saudável, ele abala a autoestima; e sem a parte financeira, isso tanto pode atingir a autoestima, como promover a desestabilização na vida individual, familiar e social.

Há uma parcela de mulheres do universo pesquisado que já tem propriedade do conceito de empoderamento e as classificam como empoderadas, isto por entendermos que elas não precisam do conhecimento científico sobre o termo para se declararem empoderadas.

Para o total de mulheres que integraram a pesquisa, o conhecimento adquirido no candomblé ultrapassa suas barreiras e o transborda. Por se encaixarem nos fatores que as tornam mulheres com poder de decisão, sobre sua própria vida, mostram-se da forma que são, sem seguir padrões.

Quando questionadas sobre os conhecimentos adquiridos no candomblé que tornam uma mulher empoderada em outros espaços da sociedade, elas informaram que os ensinamentos adquiridos no terreiro se tornam base para suas atividades diárias e trabalho. Foi citado, como exemplo, as baianas de acarajé, quando transformam seu conhecimento em trabalho ou quando carregam suas guias, turbantes e roupas. Dessa forma, ao levar o conhecimento para outros espaços de convívio, como trabalho, relacionamento, família, etc., mostram seu empoderamento, autoestima e confiança não só na religião, mas também em seu cotidiano.

Indagadas sobre o papel relevante da mulher na religião, cada uma com sua vivência de gerações diferentes, todas responderam ter a consciência da importância e do poder da mulher no candomblé, seja ela como matéria humana ou em orixá (as yabás). Elas destacaram momentos históricos em que a mulher esteve à frente do

candomblé e, ao chegarem no Brasil, o cultuavam mesmo quando proibidas pelos senhores de engenho, na época da escravidão.

Hoje, o candomblé segue sem intervenções e proibições para sua prática, e muitos terreiros são liderados por mulheres, que fortalecem o significado da mulher no candomblé, seja no ensinamento, encarnando orixás ou nas funções destinadas, sendo representadas de alguma forma no axé. Dessa forma, o universo da pesquisa afirma que as informações adquiridas no axé são propícias para o desenvolvimento do empoderamento da mulher negra de axé, em qualquer espaço que elas circulem, seja na família, trabalho, relacionamento ou em grupos de amizades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando brevemente os diversos contextos históricos ao longo dos anos, a mulher, em sua conjuntura social, sempre esteve em situação de submissão, pois nunca lhe foi permitido a escolha sobre seu próprio futuro. Porém, essa submissão nunca foi aceita por todas de forma passiva, pois algumas mulheres sempre enfrentaram a opressão mesmo que sofressem as consequências pelos atos do enfrentamento.

No período da Revolução Francesa, surgiu o movimento feminista, quando se iniciou a discussão sobre a liberdade e direitos da mulher na sociedade. O movimento foi ganhando força e visibilidade pelo mundo e sendo referência na criação de outros movimentos com a mesma ideologia para discutir questões como gênero, desigualdade, violência contra mulher, entre outros. Assim, a mulher é a principal responsável pela construção da sua própria história de conquistas, luta e resistência.

A introdução do termo empoderamento em 1970, por Paulo Freire, fortaleceu a luta da mulher, já que representa muito bem o objetivo do movimento negro e feminino, para se referir ao processo de autoafirmação pessoal e da cultura negra dentro dos espaços de poder. Empoderar-se seria tomar para si as glórias e o poder de ser uma pessoa negra. A palavra empoderamento também se debruça

sobre as diferenças de gênero; daí o desdobramento do termo em empoderamento feminino.

A pesquisa foi conduzida pela problemática sobre quais condições informacionais são capazes de empoderar a mulher negra de axé para combater e discutir a desigualdade de gênero, com um breve estudo no terreiro de candomblé Ilê Axé Omin Odé Oxê. Buscou-se averiguar se as informações que circulam no axé são adequadas para promover o empoderamento da mulher. Foi possível concluir, com base na análise de dados e observações nos encontros do Ilê Axé Omin Odé Oxê, que as informações que circulam no axé contribuem de forma admirável e são adequadas para o empoderamento da mulher negra de axé.

As condições informacionais utilizadas no processo de conscientização do empoderamento da mulher negra de axé são informações formais (impresos, eletrônico, visual e áudio) ou informais (das relações interpessoais), todas importantes para transmitir a informação e conhecimento. No entanto, ao avaliar os tipos de informações, percebe-se que as trocas informais obtêm resultados mais eficazes e positivos, principalmente quando estão relacionadas a referências pessoais. Usar as referências pessoais para incentivar, entender e mostrar a alguém a importância do empoderamento só reforça a ideia de que esse é um trabalho coletivo e, antes de qualquer coisa, envolve respeito, cuidado e sensibilidade, já que empoderar-se se tornou uma questão de sobrevivência para a mulher negra de axé numa cidade como Salvador: racista, preconceituosa e machista.

Dentro do terreiro de candomblé, esse incentivo ao empoderamento se torna ainda mais significativo, dando a importância de manter o emocional e a espiritualidade em equilíbrio. A saúde física, mental e psicológica é fundamental para o processo de conscientização do empoderamento. Desta forma, o empoderar-se faz a mulher repensar e decidir sua condição dentro da sociedade, quebrando os paradigmas estabelecidos durante séculos. No que diz respeito à mulher negra de axé, empoderar-se se faz ainda mais necessário, já que sofrem diversos tipos de discriminações, entre elas a religiosa e racial.

Para enfrentar as barreiras impostas pela intolerância e o racismo na sociedade é preciso estar segura, confiante e consciente, e somente o empoderamento trás essa sensação de poder e liberdade de escolha.

REFERÊNCIAS

- AQUALTUNE - Corpo Negro. **Quem foi Aqualtune?** Salvador, 2010. Disponível em: <http://aqualtunecorponegro.blogspot.com.br/2010/05/quem-foiaqualtune.html> Acesso em: 24 fev. 2017.
- AXÉ COM ARTE. **Ilê Axé Opô Afonjà**. Salvador: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2017. Disponível em: <http://koinonia.org.br/axe-comarte/terreiro-detalhes.php?inst=9> Acesso em: 19 jun. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de acesso à informação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2011.
- CARNEIRO, Suely. **Poder feminino no culto aos orixás**. Rio de Janeiro: Editora, 2008.
- CARDOSO, Marco Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.
- CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 7. Lisboa, 2003.
- FREYRE, Gilberto. O escrevo negro na vida sexual e de família do brasileiro. In: FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global editora, 2006. p. 366-497.
- GELEDÉS. **Biografia em quadrinhos conta a história de Carolina Maria de Jesus**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/biografia-em-quadrinhos-conta-historia-de-carolina-maria-de-jesus/> Acesso em: 24 fev. 2017.
- GELEDÉS. **Missão Institucional**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/> Acesso em: 24 fev. 2017.
- GELEDÉS. **Luíza Mahin: um mito libertário no Feminismo Negro**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/luisamahin/?gclid=CLfc8evrp9ICFckHkQod44M6w#gs.imW0b74> Acesso em: 24 fev. 2017.

- GOMES, Mara. Feminismo Negro. **Blogueiras Negras**. s.l., 2013. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2013/06/13/feminismo-negro/> Acesso em: 26 fev. 2017.
- HERÓIS DO BRASIL, OS. **Maria Felipa, a Heroína Negra da Independência**. s.l., 2012. Disponível em: <http://osheroisdobrasil.com.br/herois/maria-felipa-a-heroina-negra-da-independencia/> Acesso em: 24 fev. 2017.
- LESSA, Sergio. A origem da família monogâmica. In: LESSA, Sergio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Editora Instituto Lukács, 2012.
- MIRELLY, Patrícia. Imprensa, manipulação e poder. **Brasil Escola**: Mey artigo, 2017. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/imprensa-manipulacao-poder-1.htm> Acesso em: 28 maio 2017.
- MORIM, Júlia. **Terreiro Casa Branca/Ilê Axé Iyá Nassô Oká**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2014.
- MUSEU AFRO BRASILEIRO. **Mãe Menininha**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%b3ria-e-mem%b3ria/historia-e-memoria/2014/07/17/m%C3%A3e-menininha> Acesso em: 28 fev. 2017.
- OLIVEIRA, Eduardo David de.; SOUZA, Marcilene Garcia de.; PAULA, Maria José da Silva S. **A questão de gênero no candomblé**. s.l., 2008. Disponível em: <http://www.ifil.org/Biblioteca/souza.htm> Acesso em: 28 fev. 2017.
- SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES – PROJETO ‘TEMPO’, 1., Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006. **Anais...** Salvador: NEIM/UFBA, 2006.
- VARELA, Aída. Informação e Cidadania. In: VARELA, Aída. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

INFORMAÇÃO PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NEGRAS

Patrícia da Silva Oliveira

Gisele Rocha Côrtes

Maria Cristiana Félix Luciano

Ana Patrícia Silva Moura

Felipe Arthur Cordeiro Alves

1 INTRODUÇÃO

Historicamente as mulheres negras enfrentaram situações de exclusão e contextos de vulnerabilidade. Suas especificidades foram negligenciadas, e seu protagonismo histórico de luta e de resistência invisibilizado.

O racismo e os reflexos do sistema escravocrata impactam até hoje na inserção das mulheres negras em diferentes âmbitos sociais. O corpo negro, sobretudo o da mulher negra, é marcado por uma sexualização exacerbada, por supressão e violência permanentes. A objetificação influencia as representações sociais, dando a entender que os corpos das mulheres negras pertencem a diversas instâncias que não a elas mesmas. De acordo com Gomes (2008), no Brasil, a construção das identidades negras é delineada por processos complexos.

Estas identidades foram (e têm sido) ressignificadas, historicamente, desde o processo da escravidão até às formas sutis e explícitas de racismo, à construção da miscigenação racial e cultural e às muitas formas de resistência negra num processo – não menos tenso – de continuidade e recriação de referências identitárias africanas. É nesse processo que o corpo se destaca como veículo de expressão e

resistência sociocultural, mas também de opressão e de negação (GOMES, 2008, s.p.).

No Brasil, as mulheres negras enfrentam um sistema opressor, que naturaliza e silencia o racismo. Conforme Silva e Garcez (2018, p. 219), as mulheres negras se deparam com obstáculos para terem garantia do direito à educação e acesso ao mercado de trabalho formal. Em geral, quando conseguem acessar o mercado de trabalho, inserem-se em setores da atividade econômica com menos seguridade social, e os rendimentos percebidos são inferiores aos dos homens brancos, negros e das mulheres brancas. Também enfrentam muitas dificuldades para estudar e acessar o ensino superior. Aquino (2008) enuncia que as/os afrodescendentes,

[...] quando conseguem freqüentar a universidade, encontram baixa qualidade de ensino público e a imposição de um conteúdo programático que não valoriza seu universo cultural nem reconhece a presença do racismo – construção histórica e social introjetada nas práticas sociais e culturais dos indivíduos – nas relações cotidianas. (AQUINO, 2008, p. 3.4).

A questão da desigualdade racial ultrapassa o campo da educação e do mercado de trabalho e atinge as mulheres negras em relação ao direito à saúde, à moradia e ao acesso à informação. Isso se configura como um processo de exclusão social e, conseqüentemente, tem levado as mulheres negras a situações de pobreza, de discriminação e de racismo (AQUINO, 2008).

Nessa dinâmica, a imbricação entre o racismo e o sexismo potencializa as vulnerabilidades. No que tange à violência de gênero, não obstante, o fenômeno atinge as mulheres de todas as classes sociais e grupos raciais/étnicos, mas, os estudos apontam que impacta, de forma desproporcional, as mulheres negras (OLIVEIRA, 2004).

Indicadores sociais do estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (IPEA), em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), retratam as desigualdades que as mulheres negras vivenciam cotidianamente: altos índices de mortalidade materna, desigualdades no acesso à educação e à saúde e um índice mais alto de estupro e de assassinatos.

O Mapa da Violência (2015) traz à luz que o número de homicídios femininos entre as mulheres negras cresceu exponencialmente na década de 2003 a 2013.

[...] O número de homicídios de brancas cai de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período. [...]. Já os homicídios de negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas (WASELFISZ, 2015, p. 30).

Há que se ressaltar que os índices são apenas a ponta do *iceberg*, tendo em vista que muitas violências e mortes não são denunciadas. No Brasil, a deficiência de informações oficiais no que diz respeito à violência contra as mulheres é um dos desafios nas ações de coibição e prevenção da violência. O cenário é agravado nas notificações de violências e feminicídios de mulheres negras. A não identificação da caracterização étnico-racial das vítimas dificulta a sistematização de dados oficiais (LIMA; FARIA, 2016).

Conforme Côrtes, Alves e Silva (2015) e Silva et al. (2017), há obstáculos para obtenção de informações estatísticas oficiais e abrangentes desagregados por sexo, etnia e cor, que dificultam a realização de estudos sobre o tema, o controle social e o aperfeiçoamento de políticas públicas condizentes com as necessidades informacionais das mulheres.

A implantação e o aperfeiçoamento de tecnologias da informação, como, por exemplo, o registro do quesito 'raça/cor', nos órgãos públicos, promovem, de acordo com Campos, Almeida e Pinheiro (2017, p. 355),

o alicerce necessário para a ocorrência de mudanças nas esferas sociais, uma vez que permite à administração pública uma acumulação de informações em diferentes setores e sobre diferentes fenômenos, possibilitando a criação de uma base de auxílio ao processo de formulação de decisões e aprimoramento dos serviços públicos.

Tendo em vista o caráter social da Ciência da Informação, o/a profissional da informação pode atuar no sentido de dirimir desigualdades, abordando a questão étnico-racial nesse campo (PEREIRA; SANTOS; BARREIRA, 2016). De acordo com Garcia, Targino e Dantas (2012, p. 19),

a RS da Ciência da Informação refere-se à capacidade de priorizar a informação em suas diferentes nuances, como elemento precípua da comunicação, com enfoque sociológico que justifica o ciclo informacional sempre em prol da humanidade, mediante ações contínuas, sistemáticas e que expressem comprometimento das organizações envolvidas [...].

Seguindo as enunciações de Marteleto e Saldanha (2016), de que os processos informacionais constituem ações culturais, concebe-se que a produção científica a respeito da violência contra mulheres negras, no campo da Ciência da Informação, pode potencializar processos de descolonização do conhecimento (GONZALEZ, 1983).

Nascimento e Marteleto (2009, p. 4) afirmam que o tratamento, a captação e a interpretação da informação estão inseridos em dimensões sociais e culturais. Assim, a informação deve ser referenciada à historicidade dos sujeitos, ao funcionamento das estruturas e das relações sociais e aos sujeitos que executam ações. Isso significa que a informação, configurada como um fenômeno da ordem cultural e da humanidade, também pode ser entendida como um problema da sociedade. Nesse sentido, a informação é um elemento fundamental para alterar a mudança de mentalidades e

mobilizar processos de resistência. Nessa direção, este trabalho tem como objetivo mapear e descrever o perfil das mulheres negras que acessaram o Centro Estadual de Referência Fátima Lopes – Campina Grande, Paraíba.

A Ciência da Informação tem produzido pesquisas que visibilizam o acesso à informação como um elemento fundamental para reduzir as desigualdades sociais, apesar de ainda serem poucos os trabalhos que abordam o tema ‘violência contra as mulheres’, especialmente, contra as mulheres negras. Em consulta realizada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) por meio dos termos: ‘violência mulheres negras’, ‘violência contra a mulher’, ‘mulheres afrodescendentes’, ‘mulheres negras e racismo’, verificou-se que entre os anos de 1972 e 2019, no total de 19.255 artigos publicados, somente 15 abordaram a violência contra as mulheres. Porém, não foram encontradas produções sobre a violência contra as mulheres negras.

Conforme Silva Júnior, Severo e Aquino (2013), a mobilização de pesquisadores/as da área para escolher temas de pesquisa que contemplem a inclusão de grupos específicos, especialmente negros e negras, dando destaque à contribuição desses grupos na composição sociocultural do país, contribuirá para reverter as consequências do racismo e promover diálogos com a diversidade cultural.

Respeitando os limites do estudo, este capítulo visa contribuir para a produção de informação estatística oficial a respeito da violência contra as mulheres negras e faz uma interface entre os estudos informacionais e os estudos sobre a violência contra as mulheres negras.

2 BREVE HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO BRASIL

A violência é um fenômeno multifacetado, plural. Um fenômeno social, passível de ser investigado e que inquieta os indivíduos a pesquisarem a respeito de seus significados e de estratégias para prevenir e coibir o fenômeno.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará – conceitua a expressão ‘violência contra a mulher’ como

[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause ou passível de causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (10 ANOS..., 2004).

A violência é uma violação dos direitos humanos que atinge mulheres em todo o mundo. Ocorre, com predominância, no âmbito doméstico, tendo como autor um homem – a maioria com quem as vítimas mantiveram e/ou mantêm uma relação afetiva. Durante séculos, a violência contra as mulheres foi concebida e vivida como um problema de ordem privada, “problema de família”, um fenômeno que as mulheres deveriam suportar sozinhas (WHITE, 2000).

Ao discorrer sobre a problemática, consideramos fundamental trazer para o debate a categoria analítica e metodológica ‘gênero’, que nos possibilita compreender a prática desse tipo de violência pelo viés social e histórico. O conceito ‘gênero’ ganhou visibilidade a partir de seu uso no âmbito acadêmico, na década de 1990, em trabalhos escritos, especialmente, por teóricas feministas estadunidenses, dentre elas, Joan Scott. A autora propõe que as relações sociais entre os gêneros sejam compreendidas com base no processo de socialização, rejeitando explicações meramente biológicas (SCOTT, 1990).

[...] Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o

aspecto relacional das definições normativas da feminilidade [...] (SCOTT, 1995, p. 75).

O conceito 'gênero', nessa perspectiva, questiona as estruturas de poder existentes entre mulheres e homens. A violência de gênero se enraíza em concepções naturalizadas em torno das feminilidades e das masculinidades e na aceitação social do domínio dos homens sobre as mulheres.

Para Silva (2013), o feminismo negro foi protagonista na discussão sobre a articulação de gênero e de raça e trouxe essa problematização para o interior do movimento negro, do movimento feminista e as análises sobre a violência contra as mulheres. Com a finalidade de ampliar a plataforma de ação feminista, "as mulheres negras teceram inúmeras críticas à invisibilidade de sua ação política" (RIBEIRO, 2006, p. 803). Carneiro e Santos (1885) enunciaram que a variável cor não foi englobada de forma sistemática na produção teórica, o que ocasionou uma invisibilização das mulheres negras em pesquisas.

No bojo dessas discussões, conforme apontam Carvalho e Rocha (2016), as intelectuais negras passaram a formular conceitos para englobar e especificar as necessidades sociais das mulheres negras. Em geral, as novas perspectivas se colocaram em oposição às concepções identitárias do discurso feminista tradicional/ocidental. Objetivava-se, em especial, promover a imbricação com outros marcadores sociais, como classe, raça, etnia, geração, orientação sexual e identidade de gênero, para romper a concepção de uniformização das mulheres numa categoria única, ocasionando o apagamento das múltiplas identidades.

Pons (2017) assevera que, como estratégia política, o movimento negro denunciou a coexistência de diversos processos de desempoderamento que atuavam na vida das mulheres negras, em decorrência da intersecção de marcadores de desigualdade, como gênero, raça e classe. No Brasil, instituições de mulheres se configuram como campos de protagonismo de organização dinamizados pelas mulheres negras no enfrentamento das vulnerabilidades, do racismo e do sexismo, que impactam a vida

cotidiana das mulheres negras. A autora apresenta três momentos que compuseram a história dos movimentos de mulheres negras na contemporaneidade e refere que:

[...] Esses três momentos rapidamente e muito sucintamente descritos, com certeza, não encerram toda a dinâmica dos movimentos de mulheres negras na atualidade, muito menos possuem essa intenção, procuram, ao invés disso, destacar/exemplificar como a interseccionalidade é apropriada e elaborada pelas mulheres negras brasileiras. (PONS, 2017, p. 127).

O primeiro momento – no início dos anos de 1980 – explicitou a afirmação de uma identidade política fortalecedora de um sujeito político plural e transformador: as mulheres negras. O segundo momento – já no início dos anos 1990 – apontou intervenções políticas, com o objetivo de publicizar o racismo e a discriminação racial presentes no Brasil, articuladas à política de combate ao sexismo.

No terceiro momento – nos anos 2000 – a agenda política se concretizou e o contexto foi marcado pela ampliação, pelo fortalecimento das redes e pelos encontros internacionais. Ponz (2017) enuncia que, em âmbito nacional, destacaram-se as mobilizações para a III Conferência contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, em Durban, em 2001.

O fortalecimento do movimento feminista negro se configurou como uma ferramenta de fundamental importância na luta pelos direitos das mulheres negras, no enfrentamento à violência doméstica, por meio da atuação autônoma, do controle social, da reivindicação e da atuação das instituições governamentais. Lélia Gonzalez, intelectual e ativista negra, foi uma das pioneiras a discorrer sobre as especificidades das mulheres negras. Buscou “enegrecer” o feminismo e referiu que as opressões são vivenciadas de maneiras distintas pelas mulheres, tendo em vista sua inserção nos diferentes marcadores sociais de classe, gênero e raça/etnia (ROCHA; CARVALHO, 2016).

Kimberlé Crenshaw (2002), feminista negra norte-americana, é expoente nas análises sobre a invisibilidade e a marginalização de mulheres étnica e racialmente identificadas. A autora trouxe à tona, em 1989, o debate a respeito de como a raça, o gênero e a classe social se entrecruzam e produzem diferentes formas de opressão e de desempoderamento nas vivências de mulheres negras e elaborou o conceito de interseccionalidade, que possibilita chamar à atenção para as diferentes articulações que atuam na produção da subordinação.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Sob o ponto de vista de Rocha e Carvalho (2016), o conceito de intersecção é essencial para se compreenderem as condições específicas das mulheres negras na sociedade alicerçada no racismo, marcador estruturante das relações sociais. Essa situação, durante muito tempo, não foi reconhecida pelo poder público. Nesse contexto, o Movimento de Mulheres Negras tem atuado enfatizando a afirmação de uma identidade feminista e uma identidade negra, ambas colocadas em intersecção, com o objetivo de fortalecer as ações das mulheres negras na luta contra o racismo e o sexismo no Brasil (SILVA, 2018).

No que se refere à violência, o movimento feminista negro tem denunciado a existência de violências que extrapolam a violência doméstica e a sexual, que atingem as mulheres de modo geral. Há uma violência que constrange o direito a uma representação positiva, circunscreve as possibilidades afetivas, compromete o

exercício da sexualidade, cerceia o acesso ao trabalho, desanima aspirações pessoais e causa baixa-estima (CARNEIRO, 2003).

3 CAMPO DE PESQUISA

No Brasil, os movimentos feministas foram/são protagonistas no enfrentamento a discursos essencialistas e práticas embasadas na banalização e na naturalização da violência, desde a década de 1970. Ao longo das décadas, atuaram para incluir o tema na agenda política e nos programas de governo, buscando reverter lógicas desiguais que inviabilizam a participação social e política de mulheres na democracia.

O movimento ressignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder e às formas em que é exercido (COSTA, 2005, p. 2).

No cenário de abertura política e transição para a democracia, conforme coloca Santos (2005), os grupos feministas pautavam as distintas formas de violência: violência sexual, violência doméstica e violência racial.

Na década de 1980, políticas públicas específicas voltadas para as mulheres em situação de violência foram implantadas no país. Elas resultaram da atuação organizada dos movimentos de mulheres e feministas em diálogo com o poder público no plano executivo e no legislativo³².

³² As primeiras formas de organização, de prestação de serviços para as mulheres ancoradas em iniciativas militantes, foram os SOS – Mulher. (ALMEIDA, 1988). Concebidos no II Congresso da Mulher Paulista (1980), por uma Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher, os órgãos foram implantados em Recife, em 1978, em São Paulo, Campinas e Belo

No que tange à implantação das políticas públicas, destaca-se, em 1985, a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça, e da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, em São Paulo. “[...] Com a criação dessas delegacias, a demanda, antes reprimida, começou a aflorar nas estatísticas policiais de norte a sul, permitindo trazer à tona uma realidade anteriormente oculta” (TELES, 2003, p. 165-136). No ano de 1986, foi criada a primeira Casa-abrigo, o Centro de Convivência de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (COMVIDA), vinculado à Secretaria de Segurança Pública (SILVEIRA, 2006). Nos anos de 1987 e 1988, os avanços foram significativos, especialmente quando a Constituição de 1988 reconheceu a necessidade de o Estado coibir a violência doméstica. No período, surgiram as Organizações não Governamentais feministas, que passaram a exercer, de forma especializada e profissionalizada, pressão ao Estado, reivindicando políticas públicas.

Na década de 90, o tema do enfrentamento da violência se institucionaliza tanto na agenda dos movimentos quanto do governo. Vivemos a era das conferências internacionais, quando vimos avançar o movimento global de mulheres como força organizada, capaz de influenciar em acordos institucionais de compromisso com a igualdade social e de gênero. (DINIZ; SILVEIRA; MIRIM, 2006, p. 25).

No contexto paraibano, ressalta-se a ONG Bamidelê – Organização de mulheres negras da Paraíba, fundada em 2001, que representa o protagonismo negro no feminismo no contexto paraibano. De acordo com Silva (2014), a Bamidelê é um nome de ancestralidade africana, e um de seus significados é esperança. A maioria do público atendido pela organização é composta de mulheres negras, jovens e adolescentes de comunidades,

Horizonte (denominados Centro de Defesa da Mulher), em 1980, e no Rio de Janeiro, em 1981.

movimentos e escolas do eixo urbano e do rural. O destaque do seu público é a comunidade localizada em Alagoa Grande, oriunda do Quilombo Caiana dos Crioulos.

Silva (2014) diz que as atividades desenvolvidas pela Bamidelê compreendem a mobilização sociopolítica dos movimentos negro e feminista, por meio de atividades formativas, campanhas e projetos voltados para a saúde, combate às desigualdades sociais, conscientização de direitos, entre outros. Além de todas essas ações, a instituição atua no controle social para a implantação de políticas públicas de enfrentamento ao racismo e às diversas formas de violência contra as mulheres negras.

Em âmbito nacional, um marco importante nas políticas públicas para as mulheres no Brasil foi a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, com *status* de Ministério. Por meio da elaboração de diretrizes, normas, termos de referência sobre funcionamento de órgãos, publicações de pesquisas, conferências, planos de políticas para as mulheres, definição de estratégias de gestão e monitoramento, foram potencializadas as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Nesse cenário, também salientamos a sanção, em 7 de agosto de 2006, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da Lei nº 11.340/2006 (conhecida por Lei Maria da Penha). Elaborada sob a perspectiva feminista, essa Lei se destacou como marco ao sublinhar o caráter específico da violência doméstica e familiar, articulando as profundas relações de poder entre mulheres e homens na sociedade, assim como a concepção de sua prática como violação dos direitos humanos (PASINATO, 2017). No que tange aos equipamentos públicos específicos para o acolhimento/atendimento psicológico, social e de orientação jurídica da mulher em situação de violência, os centros de referência, foco deste trabalho, começaram a ser criados na década de 1990 (SILVEIRA, 2006). Esses centros são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visam promover a ruptura da situação de violência e construir a cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (BRASIL, 2006).

3.1 CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DA MULHER FÁTIMA LOPES (CERMFL)

O estado da Paraíba dispõe de diversos organismos de políticas para mulheres, a saber: Centros de Referência da Mulher (Campina Grande, Cajazeiras, João Pessoa, Patos e Santa Luzia); Casa Abrigo Aryane Thais; onze Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Campina Grande, Guarabira, Patos, Cajazeiras, Sousa e Monteiro); dois núcleos de delegacia nas Seccionais de Queimadas e Esperança; e Hospitais de Referência no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual, entre outros equipamentos.

No estado, a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), em conjunto com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), lançou o I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres. Esse Plano funciona como canal de diálogo entre o Governo do Estado, os demais governos e os movimentos de mulheres.

O Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL) foi implantado no dia 12 de dezembro de 2012, ligado à SEMDH. Localiza-se em Campina Grande (PB), no bairro São José. A equipe multiprofissional (psicólogas, advogadas, assistente social, arte educadora) realiza acolhimento com atenção especial às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, oferecendo atendimento social, psicológico, jurídico e arte-educação, para além de um órgão de atendimento às mulheres vítimas de violência.

4 METODOLOGIA

Para a revisão de literatura, lançou-se mão da pesquisa bibliográfica. Fonseca (2012) entende que qualquer trabalho científico é iniciado pela pesquisa bibliográfica, realizada nos diversos meios, seja eletrônico, em *websites*, artigos científicos, livros impressos. A pesquisa desenvolvida é de natureza descritiva e quantitativa. De acordo com Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever atributos de determinada

população, fenômeno e estabelecer relações entre variáveis. A abordagem quantitativa foca a mensuração, os atributos mensuráveis e a quantificação (MINAYO; SANCHEZ, 1993).

Quanto às fontes documentais, utilizaram-se, mais especificamente, as fichas das mulheres negras atendidas na CERMFL, no período entre 2015 e 2017. Para a descrição dos dados, utilizou-se a estatística descritiva.

5 BREVE PERFIL DAS MULHERES NEGRAS QUE ACESSARAM O CERMFL

Este estudo buscou contribuir para preencher a lacuna de falta de dados estatísticos que evidenciem a problemática da sobreposição das categorias de análise 'gênero' e 'raça' no cotidiano das mulheres negras. Segundo Oliveira (2017), para além de ser apenas um número, um indicador estatístico se configura como um reflexo da visão que a sociedade tem de si mesma, e o olhar estatístico é a representação do reconhecimento, por parte da sociedade, de certos fenômenos sociais. Portanto, esta pesquisa buscou, por meio da organização e da descrição dos dados do CERMFL, traçar o perfil das mulheres negras atendidas. Esse levantamento pretende contribuir com informações estatísticas oficiais e relevantes que possibilitem não só elaborar um diagnóstico da situação das mulheres, como também produzir informações para novas pesquisas e aperfeiçoar políticas voltadas para as mulheres negras que contemplem bem mais suas necessidades informacionais.

As políticas de gênero passaram a requerer a produção de estatísticas públicas que permitissem diagnosticar as transformações ocorridas na condição feminina e, conseqüentemente, as mudanças havidas nas relações de gênero, bem como os obstáculos que ainda impedem a efetiva superação das desigualdades entre homens e mulheres. (OLIVEIRA, 2017, p. 4).

O universo da pesquisa é composto de 520 mulheres atendidas no CERMFL, desde a inauguração, em dezembro de 2012, até o primeiro semestre de 2018. O CERMFL totaliza mais de 10.000 atendimentos às mulheres, que acessam várias vezes os diferentes atendimentos, em decorrência do ciclo da violência. É importante ressaltar que o órgão promove oficinas, palestras para a comunidade, campanhas educativas, seminários, busca ativa, dentre outros atendimentos.

A amostra desta pesquisa foi composta com base nas 150 mulheres negras que acessaram o CERMFL, no período de 2015 a 2017 (Tabela 1). É importante salientar que as mulheres acessam diferentes atendimentos no serviço. Os números são mais alarmantes ainda porque se sabe que eles não são condizentes com a realidade, visto que os dados são subnotificados, e as políticas públicas e os órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência não alcançam todas as mulheres. Considerando a intersecção dos marcadores sociais de gênero, raça e classe, esse alcance pode se tornar ainda menor, em virtude do menor acesso das mulheres negras aos órgãos de atendimento.

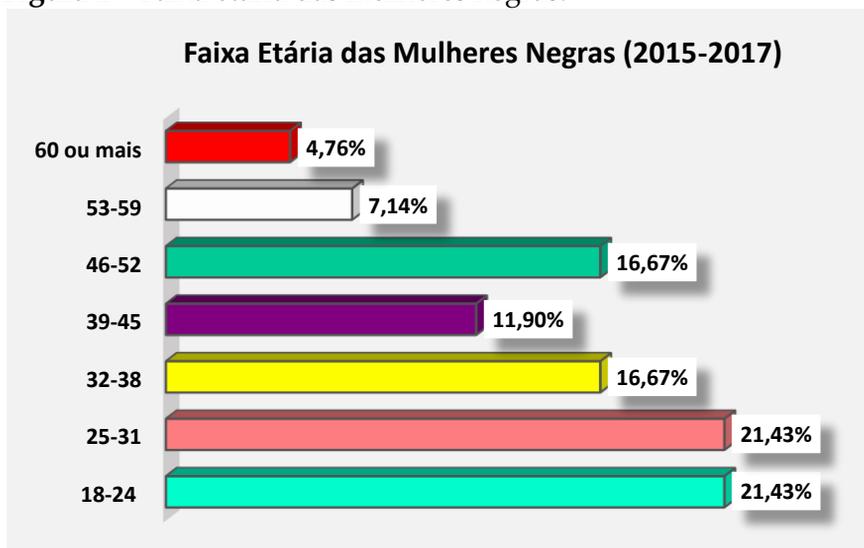
Em relação à faixa etária das mulheres negras atendidas no órgão, nesse período, evidenciou-se que a maioria daquelas que buscaram o serviço tinha idade entre 18 e 31 anos, somando 42,86% dos atendimentos. Há um declínio visível no número de atendimentos das mulheres na faixa etária a partir de 53 anos, totalizando 11,9% (Figura 1).

Tabela 1 – Mulheres brancas e negras (2015-2017).

Ano	Brancas	Negras	Não informou
2015	40	42	8
2016	25	49	12
2017	26	59	8
TOTAL	91	150	28

Fonte: dados da pesquisa (2018).

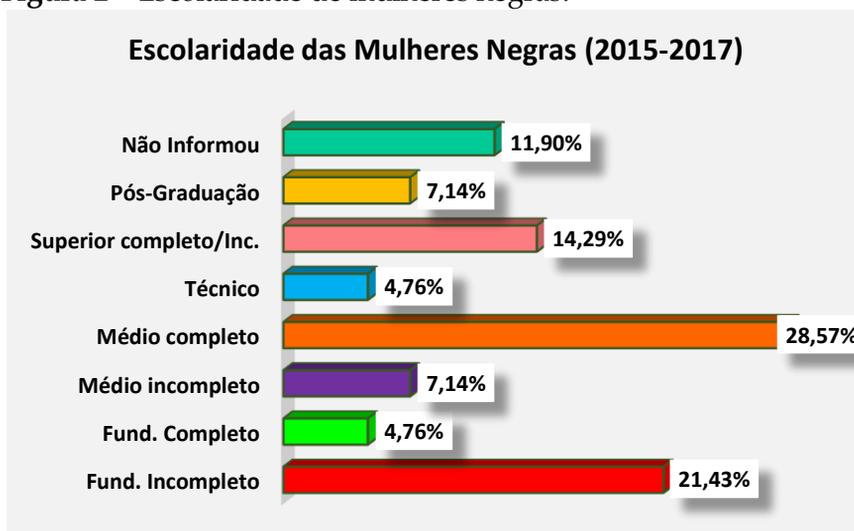
Figura 1 – Faixa etária das mulheres negras.



Fonte: dados da pesquisa (2018).

No tocante à escolaridade, chama à atenção o fato de, aproximadamente, $\frac{1}{4}$ da amostra não ter concluído o ensino fundamental e de 28,57% ter o Ensino Médio completo (Figura 2). O número cai consideravelmente em relação ao Nível Superior e à Pós-graduação, revelando que apenas 14,29% das atendidas têm diploma. Deve-se levar em consideração que aproximadamente 12% das mulheres atendidas não informaram sua escolaridade, o que pode significar que não concluíram o Ensino Fundamental.

Figura 2 – Escolaridade de mulheres negras.



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Concordando com essa realidade, dados da pesquisa “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”³³, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), lançado em 2018, revela que as mulheres continuam em maior número nas escolas e nas universidades. A taxa líquida da frequência escolar de homens e de mulheres é de 63,2% de homens e 73,5% de mulheres. Entretanto, a pesquisa do IBGE revelou que, entre as mulheres com nível superior, as negras estão em larga desvantagem, uma vez que 23,5% das mulheres brancas têm nível superior, e apenas 10,4% das mulheres negras. Esse fato nos ajuda a entender que a intersecção cor/raça é um fator seriamente influente na desvantagem educacional dessas mulheres.

Essa informação acerca da escolaridade está intrinsecamente relacionada aos cargos que as mulheres ocupam, que repercutem em suas rendas. Contudo, não podemos perder de vista que tal situação é resquício da ordem escravista. Historicamente, a mulher negra é

³³ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf

colocada em posições subalternas. Enquanto escravizadas, eram usadas como objeto sexual por aqueles que se faziam seus senhores, e as demais funções eram trabalhos domésticos e de cuidado com as sinhás e suas crianças. Ainda assim, as mulheres escravizadas conseguiam, por meio de muitos entraves, organizar resistências.

Mulheres negras tinham oportunidades de viver ensaios de autonomia e poder social, circunscrito, mas exemplar; eram, contraditoriamente, mais livres para ganhar as ruas – espaço proibido às brancas de elite e da incipiente classe média – e obter rendimentos quando eram escravas de ganho, ou forras e libertas; desenvolviam profissões diversas (dentro dos limites estreitos das alternativas colônias); negavam o mito da submissão absoluta dos escravizados; [...] e ainda ameaçavam a ordem escravista. (CARNEIRO, 2006, p. 31-32).

Silva, Bernardino e Silva (2016) referem que pesquisas empreendidas até os dias atuais sobre o ensino do Brasil mostram como a desigualdade racial existente na sociedade impacta nas escolas, que deveriam ser um local de respeito às diferenças, mas também adotam práticas de reforço à discriminação. As autoras afirmam que é comum vermos situações de discriminação racial nas escolas, mas que, muitas vezes, são tratadas como situações isoladas ou somente como uma brincadeira entre os/as alunos/as.

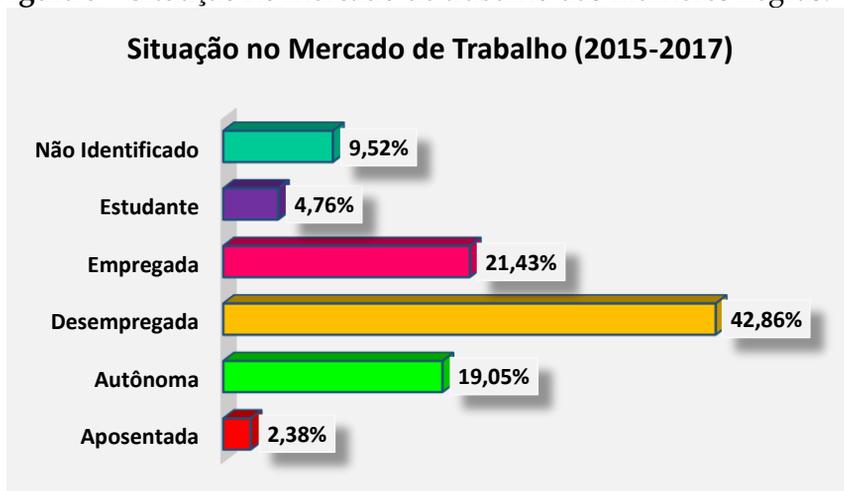
No que se refere à ocupação (profissão) das mulheres, os dados informados revelam que a maior categoria profissional, com aproximadamente 12% do total, é de trabalhadoras domésticas não remuneradas, seguida pelas categorias professora e agricultora. A categoria Outro, em que estão inclusas as profissões de auxiliar de cozinha, auxiliar de serviços gerais, manicure, profissional do sexo, cozinheira, babá, dentre outras ocupações com menores salários, soma 28,57% do resultado.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, o estudo mostrou que quase 43% estão desempregadas, apenas 21% da amostra está

empregada, e 19% trabalham de maneira autônoma (Figura 3). Esse dado evidencia a extrema vulnerabilidade das mulheres negras em situação de violência que acessam o CERMFL. O fato de não terem um emprego que lhes garanta autonomia dificulta o rompimento com o ciclo de violência.

Esses dados revelam o que historicamente vem sendo vivenciado por mulheres negras e que, sistematicamente, é negligenciado pelas instituições e pela sociedade de modo geral. As mulheres negras são escrupulosamente invisibilizadas, seja pela falta de estímulos ou pela discriminação que ocasionam que elas não alcancem cargos de melhor prestígio e remuneração. Há também uma diferença no que se refere às horas trabalhadas, mesmo as mulheres que estão empregadas trabalham, em média, mais de 40 horas semanais.

Figura 3 – Situação no mercado de trabalho das mulheres negras.



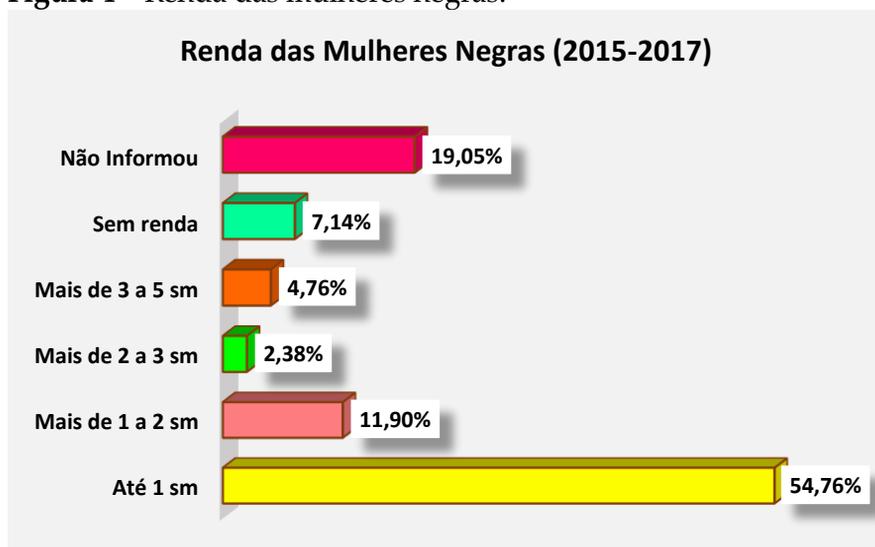
Fonte: dados da pesquisa (2018).

Ainda nos dias atuais, as desigualdades de gênero permanecem, e “As mulheres negras são a parcela mais pobre da sociedade brasileira. No mercado de trabalho, elas enfrentam condições de trabalho mais precárias, têm os menores rendimentos e as mais altas taxas desemprego [...]”. (SANTOS et al, 2017, p. 7).

No que corresponde à renda (Figura 4), quase 55% dessas mulheres percebem uma renda de até um salário mínimo. Se considerarmos o número de mulheres negras desempregadas, esse percentual indica que sua renda é, provavelmente, proveniente de benefícios sociais. Quase uma em cada cinco (19,05%) não informou sua renda.

Quanto aos tipos de violência sofridos pelas mulheres negras atendidas no CERMFL, a maioria, ou 21%, sofreu violência física, psicológica, patrimonial e sexual. A segunda maior imbricação de violência indica que 19% das mulheres negras atendidas sofreram violência física e psicológica, seguidas de 17% dos casos de violências física, psicológica e patrimonial.

Figura 4 – Renda das mulheres negras.



Fonte: dados da pesquisa (2018).

No que concerne à relação com o autor da violência, os dados da pesquisa corroboram a cruel realidade brasileira: a maioria das mulheres são vítimas de homens com quem mantêm relações afetivas, (ex) “companheiros”, (ex) namorados. Esses dados nos fazem constatar que o ambiente familiar se configura como um local inseguro e perigoso para as mulheres. A violência doméstica, ou

violência de gênero, é persistente em nossa sociedade. Ela é fruto de uma construção social baseada no sistema patriarcal opressor, que alicerça desigualdades em cima de desigualdades. Nesse cenário, as mulheres negras, em especial, além de enfrentarem os bárbaros resquícios do racismo na construção de suas identidades, têm que lutar cotidianamente para viver.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra as mulheres foi, durante muito tempo, vivenciada de forma particular e silenciosa. A pesquisa buscou abordar essa grave violação dos direitos humanos no âmbito da Ciência da Informação, articulando também a perspectiva interseccional. Objetivou-se visibilizar como as opressões são vivenciadas de maneiras distintas pelas mulheres, tendo em vista o entrecruzamento entre os eixos gênero e raça. O estudo evidenciou quão periférica é a situação social das mulheres negras que acessaram o CERMFL. As mulheres negras, no período em questão, são as que mais acessam o órgão em virtude de sofrerem violência doméstica por parte dos “companheiros”. As informações estatísticas nos possibilitam ver que, além da baixa escolaridade, da vulnerabilidade socioeconômica e de ocuparem cargos sem seguridade social, as mulheres negras estão expostas a diferentes formas de violência, em uma sociedade marcada pelo racismo, pelo sexismo e pelas diferenças de classe.

A situação de marginalização social das mulheres negras não se restringe a aspectos econômicos, mas também compreende a segregação informacional que elas sofrem. Na transição de sociedade industrial para sociedade da informação e do conhecimento, o direito de acesso à informação não foi ampliado para toda a população exercer a cidadania. As tecnologias da informação, ao mesmo tempo em que poderiam propiciar subsídios para a compreensão e a reflexão crítica do contexto social, também excluem populações marginalizadas, que não têm chance de ter acesso a elas. E quando isso é possível, em geral, não têm

competência para usufruí-las concretamente de modo a impactar seu quadro social (SILVA, GARCEZ, 2018).

Para mudar esse cenário de marginalização informacional, o Estado precisa desenvolver e aperfeiçoar políticas públicas de fomento à educação. Para isso, os/as profissionais da informação podem contribuir mediando conteúdos informacionais pautados no respeito às diferenças em diferentes unidades informacionais.

Fontes e Martins Filho (2018) consideram que a realização de projetos permanentes de educação nas relações étnico-raciais, nessas unidades, é uma estratégia para reduzir as desigualdades e possibilitar o conhecimento e a valorização da pluralidade cultural brasileira.

A implantação de políticas públicas na perspectiva interseccional é fundamental para reverter as desigualdades e para a participação mais justa e igualitária de todas as mulheres na sociedade. Constata-se que o Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes é uma unidade informacional e um equipamento público fundamental para o resgate da autonomia das mulheres. Contudo, contata-se também a necessidade de ampliar a implantação de órgãos como este em outras cidades do estado da Paraíba. Os resultados da pesquisa alertam para a necessidade de se repensar e de aprofundar estratégias para delinear ações que façam a interseção entre raça e gênero, para que as mulheres negras possam romper com o ciclo da violência e participar, de forma mais justa e igualitária, da sociedade.

Nesse processo, a Ciência da Informação, por meio de seu paradigma social, caracteriza-se como potente aliada para enfrentar as diversas formas de opressão vivenciadas por mulheres negras. Respeitando os limites deste estudo, espera-se que a organização, a sistematização e a disseminação de informação estatística sobre o perfil das mulheres que acessaram o CERMFL, entrecruzando gênero e raça, possam contribuir para fomentar novas pesquisas, (re)traçar estratégias, (re)planejar políticas públicas condizentes com as necessidades informacionais e em prol da garantia de direitos e de cidadania das resistentes mulheres negras.

Nossos agradecimentos às equipes do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes e da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

10 ANOS da adoção da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher: Convenção de Belém do Pará. Brasília: AGENDE, 2004. Disponível em: <http://www.agende.org.br/revistaConvenBelémdoPará.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo, 2008. **Anais[...]**. São Paulo, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Centro de referência de atendimento à mulher**: norma técnica de padronização. Brasília, 2006.

CAMPOS, Mariana de Lima; ALMEIDA, Gustavo Henrique Moreira Dias. Violência contra a mulher: uma relação entre dimensões subjetivas e a produção de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 349-367, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dec. 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CARVALHO, Rayssa Andrade; ROCHA, Solange Pereira. As mulheres negras em movimento no Brasil: atuação política da Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba. **Gênero**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2016.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando a informação estatística no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 16., 2015. João Pessoa. **Anais[...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

- COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2005.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 12, p. 171-188, 2002.
- DINIZ, Carmem Simone Grilo; SILVEIRA, Lenira Politano da; MIRIM, Liz Andrea Lima (Org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra mulheres: alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.
- FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FONTES, Sandra Martins; MARTINS FILHO, Lourival José. Práticas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (Org.). **Bibliotecári@S Negr@s: Ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 295-316.
- GARCIA, Joana Celi Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças; DANTAS, Esdra Renan Farias. Conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Revista UEL**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 17-25, jan/jun. 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, n. 2, p. 223-244, 1983.
- IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso em: 02 ago. 2019.
- SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da; SEVERO, Ronhely Pereira; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Imagens de exclusão de negros/as em

produção de conhecimento nas universidades públicas. **PontodeAcesso**, v. 7, n. 3, p. 78-92, 2013.

LIMA, Andrêsa Helena de; FARIA, Daniele Ribeiro de. Mulheres negras e feminicídio no Brasil: a violência em sua face dupla. In: CONGRESSO INTERNACIONAL EM ESTUDOS CULTURAIS, 5., 2016, Aveiro. **Anais[...]**. Coimbra, 2016.

MARTELETO, Regina Maria; SALDANHA, Gustavo Silva. Informação: qual estatuto epistemológico? In: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (Org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 69-90.

MINAYO, Maria Cecília da Silva; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 01-09, 2009.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. Política de informação na área de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004. **Anais Eletrônico[...]**. Salvador: UFBA; 2005.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcante de. **Política de informação na área de gênero**. Salvador: CINFORM, 2005.

PASINATO, Wânia; LEMOS, Amanda Kamancheck. Lei Maria da Penha e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher. In VIZA, Ben-Hur; SARTORI, Myrian Caldeira; ZANELLO, Valeska. **Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: TJDFT, 2017. 210 p.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira; SANTOS, Jaires Oliveira; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa. Empoderamento das mulheres quilombolas: contribuições das práticas mediacionais desenvolvidas na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 114-140, 11 ago. 2016.

PONS, Cláudia Cardoso. Feminismo Negro e suas interseccionalidades: o ponto de vista das mulheres negras brasileiras. In: SANTIAGO, Ana Rita (Org.). **Descolonização do conhecimento no Contexto afro-brasileiro**. Crus das Almas: UFRB, 2017. p. 123-134.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e O feminismo em novas rotas e visões. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 3, p. 801-811, 2006.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Women's police stations: gender, violence, and justice** in São Paulo, Brazil. São Paulo: Springer, 2005.

SANTOS, Maria Santana dos; QUEIROZ, Josiane Mendes de M. de; LUZ, Rafaela Araújo da; OLIVEIRA, Samara Barroso. Desigualdades de gênero: a mulher negra no mercado de trabalho. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8. 22 a 27 de agosto de 2017. São Luís, MA. **Anais...** São Luís: UFMA, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul. 1995.

SILVA, Maria Josilânia da; BERNARDINO, Maria Cleirde Rodrigues; SILVA, Joselina da. Etnografia do bullying racial na escola: um olhar da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. **Unigranrio**, v. 1, n. 13, p. 215-230, Jan. 2016.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Maria Mazinni. (Org.). **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013, p. 109-132.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba**. João Pessoa, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2014.

SILVA, Franciéle Carneiro da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro. As mulheres negras e a sociedade da informação. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 209-236.

SILVA, Brenda Beatriz. **O ativismo de organizações de mulheres negras em Natal/RN: resistência contra as desigualdades de raça, gênero e classe**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

SILVA, Naiara Gajo; BARROS, Sonia; AZEVEDO, Fernanda Christiane de; BATISTA, Luís Eduardo; POLICARPO, Váleria Camargo. O quesito raça/cor nos estudos de caracterização de usuários de Centro de Atenção Psicossocial. **Saude e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 100-114, Mar. 2017.

SILVEIRA, L. P. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, Simone; SILVEIRA, Lenira; MIRIN, Liz. (Org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. p. 45-77.

TELES, Maria Amelia de Aumeida; MELO, Monica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO Brasil, 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf Acesso: 1 ago. 2019.

WHITE, Evelyn. O amor não justifica. Mulheres negras e violência doméstica. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras**. Rio de Janeiro: Criola, 2000. p. 147-152.

INFOEDUCAÇÃO COMO PRÁTICA COLABORATIVA NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA³⁴

Ingrid Passos

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação deram origem ao que conhecemos hoje como Sociedade da Informação, onde inúmeras informações são disseminadas por diferentes meios de comunicação, principalmente os computadorizados. Frente à profusão de informações, para que um indivíduo possa filtrar aquelas que lhe serão úteis, é necessário que sejam desenvolvidas competências informacionais, habilidades e atitudes para aprender a se informar. Nesse sentido, se faz necessária a criação de uma de uma Sociedade do Conhecimento, cuja preocupação está em preparar o indivíduo dentro dessa Sociedade da Informação para um uso mais efetivo e consciente da informação.

A Sociedade do Conhecimento possibilita o exercício sob a informação, propondo processos de análise e reflexão da informação recebida e o que fazer com a mesma. A Infoeducação vem deste aspecto de racionalizar a informação por uma ótica educacional, com a apropriação das informações por meio da reflexão adquirida com os saberes e fazeres informacionais.

Como um campo de estudo interdisciplinar, a Infoeducação fornece subsídios para a construção de sentido diante dos fenômenos informacionais, por meio de ações práticas e reflexivas

³⁴ O presente texto é uma supressão do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no 2º semestre de 2018, publicado integralmente no site da Biblioteca da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

desenvolvidas em diferentes dispositivos informacionais. Desta forma, acreditamos ser possível a sua discussão em torno da problemática de gênero e raça, e como as suas práticas podem contribuir com o empoderamento da população preterida analisada: a mulher negra.

Ao abordar a população preterida, historicamente desumanizada e escravizada, é importante realizar um recorte além do racial: o de gênero. As mulheres negras escravizadas eram subalternas aos homens e mulheres brancos e também aos homens negros. Além dos serviços domésticos prestados às famílias brancas, as mulheres negras realizavam também serviços braçais em lavouras e plantações. Em meio a tanta submissão e sofrimento, essas mulheres buscavam meios de sobreviver e resistir, mesmo sem acesso a inúmeros recursos na época e, dentre eles, os recursos informacionais.

O resgate histórico sobre África propõe a conscientização de um ponto de vista da história que, antes dos incentivos da Lei Federal nº 10.639³⁵, não nos era apresentada nas salas de aula. Tal resgate possibilita a identificação e a reestruturação psicológica e social do povo negro, desencadeando a reafirmação de sua humanidade na luta por seus direitos.

Nesse sentido, a Infoeducação como uma prática de conexão dos saberes entre a área da Ciência da Informação e a Educação, com vistas à apropriação da informação e o protagonismo cultural, se apresenta como uma possibilidade de discussão teórica e metodológica para a mudança desse cenário. Dessa forma, a questão de pesquisa que se apresenta é: as práticas infoeducativas realizadas no Clube Negrita contribuem com o empoderamento da mulher negra? Assim, temos como *locus* de investigação o Clube Negrita. Trata-se de um clube de leitura de obras de autores negros, que busca promover o letramento, a troca de experiências e conhecimentos.

³⁵ Lei Federal nº 10.639 publicada em 2003, estipula o ensino da história africana e afro-brasileira nos sistemas de ensino fundamental e médio em todas as instituições de ensino em território nacional.

Com método descritivo, definido por Cervo, Bervian e Silva (2007) como o estudo que busca descrever determinadas especificidades da sociedade identificando aspectos e relações humanas, sejam grupais ou individuais, a pesquisa busca identificar como as atividades de Infoeducação podem contribuir com os processos de empoderamento da mulher negra.

Por meio de observações diretas, definida por Marconi e Lakatos (2006) como um método de obter e examinar fatos e informações de acordo com aspectos da realidade, acompanhamos o Clube Negrita com objetivo de coletar dados para verificar como as mulheres negras participantes dessas ações educativas se apropriaram das informações recebidas, e como tais informações poderiam contribuir para seu empoderamento.

Trata-se de um estudo descritivo qualitativo, com a finalidade de verificar como a Infoeducação, uma das diversas abordagens práticas da Ciência da Informação, pode se relacionar com temas políticos e sociais.

2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: CONSIDERAÇÕES

Com a imprensa de Gutenberg, os meios de produção e compartilhamento da informação têm se desenvolvido constantemente. Os avanços tecnológicos proporcionaram o constante desenvolvimento dos canais de comunicação. Os aprimoramentos das tecnologias da informação e comunicação após a Segunda Guerra Mundial deram origem ao que chamamos de Sociedade da Informação, na qual inúmeras informações são lançadas a cada minuto por meio de diferentes canais de comunicação, desencadeando o fácil acesso às informações, que podem ser fidedignas ou não³⁶.

³⁶ Reflexões de acordo com a aula sobre Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento, da disciplina de Sociedade da Informação e Comunicação em Mídias Digitais, ofertada no 4º semestre do curso de

2.1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Nas concepções de Barreto (2003), Sociedade da Informação remete ao acesso universal a conteúdos informativos para indivíduos que compõem um grupo, e só é concretizada quando o indivíduo pode se beneficiar destas informações, seja para favorecimento próprio ou para o desenvolvimento de sua realidade. Partindo dessa perspectiva, não podemos afirmar que o conceito de Sociedade da Informação seja global, visto que em pleno século XXI ainda temos grupos que sobrevivem sem o acesso às necessidades básicas.

Considerando a temática da pesquisa, na qual a intenção é identificar as contribuições do Clube Negrita para o empoderamento de mulheres negras – indivíduos que perpassam por questões interseccionais de gênero e raça, o que nos traz a Sociedade da Informação ao tratar de um grupo preterido?

Ao tratarmos de África, é comum a associação do continente à miséria. Precisamos refletir por qual motivo os livros didáticos apresentam a história de África falando somente sobre escravidão. Compreendendo que informação é poder, essas informações trazem benefícios a quem? São prejudiciais a quem? Se toda história tem dois lados, por qual razão comumente nos apresentam um lado pejorativo de África? Nessas fendas informacionais percebemos a necessidade de refletir e discutir sobre questões de raça na área da Ciência da Informação, além de ser também um campo de atuação, em que o profissional pode exercer sua função social e proporcionar aos sujeitos a possibilidade de ressignificar seus conceitos. Sendo assim, conhecer a história de África pode ser enriquecedor para o empoderamento de uma mulher negra, como veremos adiante.

De acordo com Castells (1999, p. 120), “[...] A desinformação na África [...] pode ser o golpe de efeitos mais duradouros desferidos no continente pelos novos parâmetros de dependência, agravados pelas políticas praticadas pelo Estado predatório”. Neste panorama, podemos considerar a informação como produto passível de geração

Biblioteconomia e Ciência da Informação da FaBCI, ministrada pelo docente e então orientador Wanderson Scapechi.

de riquezas, de poder. A informação é uma mercadoria de consumo inesgotável, que tem seu valor estipulado por sua intencionalidade, qualidade e validade (BARRETO, 2003). Para Burke (2003, p. 11) “[...] A mercantilização da informação é tão velha quanto o capitalismo”.

Assim, podemos questionar por quais razões manter um continente afastado intencionalmente do desenvolvimento econômico e social? Continente este onde milhões de indivíduos tiveram suas vidas interrompidas com a finalidade de serem escravizados em outros continentes, como é o caso do Brasil, país do continente sul-americano que mais recebeu escravizados vindos do continente Africano.

Castells (1999, p. 99) nos instiga à reflexão de que a exclusão de um grupo da Sociedade da Informação desencadeia impactos sociais, econômicos e territoriais, e ainda ressalta que:

[...] De acordo com a nova lógica dominante do espaço de fluxos [...], áreas consideradas sem valor na perspectiva do capitalismo informacional e que não sejam objeto de interesse político significativo a qualquer tipo de poder são ignoradas pelos fluxos de riqueza e de informação e, em última análise, privadas da infra-estrutura tecnológica básica que nos permite comunicar, inovar, produzir, consumir e, até mesmo, viver no mundo de hoje.

O processo do capitalismo informacional desencadeia um impacto geográfico irregular de inclusão e exclusão, definindo conexões entre os líderes do jogo, que geram valores em redes de acumulação de bens, informação e poder. Em contrapartida, a população socialmente excluída compõe uma massa cada vez mais populosa (CASTELLS, 1999), seja em África, seja no Brasil.

As tecnologias da informação, bem como seu uso, são fontes de geração de riqueza que movimentam a economia e, enquanto a Europa, as Américas e a Ásia se desenvolviam tecnologicamente, a África não foi favorecida, “[...] à exceção de alguns nós de

gerenciamento financeiro e internacional diretamente relacionados a redes globais que, ao mesmo tempo, desprezam as economias e sociedades de onde se originam” (CASTELLS, 1999, p. 117). As consequências da exclusão são a falta de infraestrutura em diversos países africanos para desenvolver redes tecnológicas de informação e comunicação (CASTELLS, 1999). Neste contexto, podemos compreender que a Sociedade da Informação depende de uma realidade não necessariamente global e, dentro de um mesmo conjunto de comunidades, podemos ter partes que se inserem no contexto de Sociedade da Informação e partes que são excluídas de tal realidade.

Kerbaui (2009) nos traz que a Sociedade da Informação é um paradigma que se constitui por parcelas do desenvolvimento econômico, que depende de providências por parte do Estado para agregar à Sociedade da Informação a população preterida, por meio de programas político-sociais.

2.2 SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

O acesso à informação é facilitado para os indivíduos que compõem os meios acadêmicos e científicos. Nesse sentido, pode-se perceber que o Estado exercita a segmentação do desenvolvimento tecnológico e social, deixando à margem a população preterida (CANCLINI, 2015). Neste panorama, a questão que se apresenta diz respeito a saber se, de fato, existe uma Sociedade da Informação e do Conhecimento que seja global, além de relativizar os conceitos que lhes são atribuídos, ou seja, o que uma Sociedade Informacional de África tem de semelhante a uma Sociedade Informacional de Europa? Quais são as necessidades informacionais de cada sociedade? Percebe-se, também, que dentro de uma sociedade podem existir microsociedades. Portanto, os aparatos tecnológicos existentes na Sociedade da Informação podem possibilitar a disseminação, acesso e compartilhamento da informação, desde que as pessoas desenvolvam competências e habilidades dos recursos disponíveis de tecnologia da informação e comunicação de forma a utilizá-los.

A Sociedade da Informação nos proporcionou inúmeros benefícios ao tratar de redes de comunicação. Porém, o excesso informacional tem como consequência a propagação de informações difusas e inconsistentes, dificultando a compreensão por parte dos meios sociais, políticos e educacionais (SCAPECHI, 2009). Neste ponto, a Sociedade do Conhecimento se preocupa com quais tipos de informação o indivíduo está recebendo e o que tal informação lhe proporcionará. Assim, a Sociedade do Conhecimento tem como base a Sociedade da Informação, e aborda o desenvolvimento das informações passíveis de geração de conhecimento

Para Canclini (2015, p. 227), as contestações sobre Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento partem do reconhecimento da pluralidade cultural de línguas, religiões, classes sociais, “[...] entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre modos díspares de acesso à informação e ao entretenimento, segundo as idades e os níveis educacionais”.

A Sociedade do Conhecimento se desenvolveu com o ato de organizar e estruturar informações e estudos para que se tornem conhecimentos (BURKE, 2003). O foco não é mais a aquisição e transmissão de informações, mas o desenvolvimento e a construção do conhecimento.

Com características menos estruturais nos processos de transmissão da informação, a Sociedade do Conhecimento foca nas práticas dos mais variados indivíduos, ocasionando também um “[...] maior interesse pela microsociologia, pela vida intelectual cotidiana de pequenos grupos, círculos, redes ou “comunidades epistemológicas” [...]” (BURKE, 2003, p. 17), ou seja, os interesses passam a ser direcionados e específicos.

Em síntese, a Sociedade do Conhecimento busca desenvolver ações direcionais e estruturar as informações de acordo com interesses particulares ou de pequenos grupos, de forma a gerar conhecimentos que possam ser disseminados, multiplicados e apropriados.

3 INFOEDUCAÇÃO

Perrotti (2016) nos alerta que é fundamental a avaliação do sentido da informação, além de sua importância histórica e cultural de acordo com o contexto em que está inserida. Não basta receber uma informação e atuar sob ela sem que se desenvolva o que o autor chama de 'saberes informacionais', que tratam diretamente das aprendizagens informacionais.

É nesse ponto que a Informação se relaciona com a Educação: nas aprendizagens informacionais, na construção e aprimoramento de ferramentas e recursos que buscam transmitir o saber, não com ênfase em somente informar e ensinar, mas no desenvolvimento da habilidade de se informar e aprender (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007).

As aprendizagens informacionais não tratam somente das habilidades de se informar e aprender, mas também das ações face às informações acessadas e aos aspectos culturais relacionados aos indivíduos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007).

Considerando os aspectos particulares da realidade brasileira, dentre eles as exclusões socioculturais e educacionais facilmente observadas, trabalhar na direção que busca o desenvolvimento de *saberes informacionais*, num quadro amplo de formação de atitudes, competências e habilidades articuladas, implica um novo caminho histórico e epistemológico, nova compreensão dos fenômenos informacionais e suas relações com a sociedade, a educação e a cultura. (SCAPECHI, 2009, p. 16, grifo do autor).

Tratar de Informação e Educação num mesmo termo acarreta em questões não só epistemológicas, mas também no entendimento dos aspectos formativos da Informação. Pela perspectiva da Infoeducação, a Informação se torna objeto de aprendizagem, não se limitando às amarras estruturais formativas, e subsiste por meio de

dispositivos, ou seja, a informação tomará forma de acordo com a demanda do público-alvo, com a intencionalidade de que o público aprenda a informação, aprenda a informar e informar-se (PERROTTI, 2016).

Isto posto, podemos entender que a Infoeducação é uma abordagem da Ciência da Informação que trata de informar para educar e educar para informar, por meio do desenvolvimento de técnicas e habilidades (tanto por parte do mediador quanto por parte do público), que articularão com o compartilhamento e apropriação de conhecimentos e culturas, proporcionando “[...] processos reflexivos que colocam em causa as próprias concepções de informação e de formação, bem como as relações estabelecidas entre elas” (PERROTTI, 2016, p. 11). De acordo com Oliveira (2008), um acúmulo de informações não significa acúmulo de conhecimentos e, educar para informar, é mais que possibilitar o acesso à informação, e ressalta quão importante é a análise sobre a informação e a apropriação dela.

3.1 INFOEDUCAÇÃO E A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A humanidade é produtora e produzida por signos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007), que podem ser entendidos como algo que tenha sentido atribuído, que seja interpretável para e por alguém. Signos são considerados uma forma de expressão, presente desde os primórdios da humanidade, como as gravuras pré-históricas.

Após a atribuição de sentido, os signos podem carregar valores intrínsecos e extrínsecos, culturais e históricos, particulares ou coletivos. Podem ser considerados até mesmo atributos de identificação, apropriação e memória. O conceito de signo pode ser comparado ao conceito de informação: um signo só é passível de ter sentido atribuído se contextualizado. O mesmo ocorre com a informação, entendida como um conjunto de dados que possam significar, comunicar ou expressar algo.

A informação é abordada em diversas áreas do conhecimento e, dessa forma, pode ter diferentes significados. De acordo com a

concepção sociocultural, a informação ultrapassa as abordagens de signos e significados, codificação e decodificação, tratando de um processo contínuo que implica trocas, compartilhamentos de ideias que tenham algum sentido (PERROTTI, 2016). Reconhecer e identificar os signos ou códigos contidos em um texto não assegura sua compreensão (PERROTTI, 2016).

A Infoeducação perpassa a gênese de que a aprendizagem é um ato de assimilação, e percebe o ato de aprender como uma atividade assertiva de indivíduos sobre a informação, o conhecimento, os signos e os significados, atuando de forma produtiva, dinâmica e interlocutiva (PERROTTI, 2016). A informação é objeto comum entre a Infoeducação e a mediação. A mediação ocorre nos processos infoeducativos, e é carregada de aspectos culturais, possibilitando aos indivíduos a recepção e percepção da informação, desencadeando a possibilidade do indivíduo se apropriar e criar novos sentidos e conhecimentos a partir da prática infoeducativa.

Para Almeida Junior (2009), toda e qualquer interferência exercida por um profissional da informação pode ser considerada mediação. Seja essa interferência uma interação direta, consciente, individual, singular ou não. Atividades de leitura também são consideradas mediação, na visão de Almeida Junior (2009), visto que do reconhecimento da necessidade informacional se possibilita a apropriação da informação.

Oliveira (2017, p. 402) baseia-se em Martín Barbero (1987) ao afirmar que “[...] mediação é o conjunto de fatores que estrutura, organiza e reorganiza a percepção e apropriação da realidade nas relações entre emissor e receptor”. Costas e Ferreira (2011) nos trazem a concepção de Vygotsky sobre mediação, sentido e significado. De acordo com as autoras, Vygotsky apresenta o que não é mediação: interrelação, imposição de regras sem discussão e, atividades estruturadas de forma inflexível. Para Vygotsky, a mediação depende de dois elementos básicos: instrumento – que regula as ações; e signo – a representação de algo. Ou seja, a mediação acontece por meio de um objeto social, e depende de processos

psicológicos tanto do mediador quanto do mediado para seu desenvolvimento.

Na Infoeducação podemos compreender a informação como instrumento regulador das ações. O signo seria o conjunto das ações direcionadas ao público. É a partir do processo de atuação sob a informação que o indivíduo terá a possibilidade de atribuir sentido ao significado da informação. O significado é estável, já o sentido é particular, individual, e muda de acordo com as experiências vividas pelo interlocutor, tendo um “[...] caráter provisório e é revisitado e torna-se novo sentido em situações novas” (COSTAS; FERREIRA, 2011, p. 216).

Sendo ações infoeducativas atividades culturais que vão além de informar e informar-se, preocupando-se com a internalização e apropriação das informações para transformação em conhecimento, analisamos o Clube Negrita pela ótica da mediação, transmissão da informação e sua apropriação pelas participantes do Clube.

4 GÊNERO E RAÇA: CONSIDERAÇÕES

Ao tratar sobre gênero, devemos abordar questões de raça, e vice-versa. A realidade social e a qualidade de vida são muito díspares entre um homem branco e uma mulher negra.

Os conceitos de gênero e raça são abordados em diversas áreas do conhecimento. No presente trabalho, abordaremos os conceitos pela ótica social, visto que a população analisada pode ser considerada mais desfavorecida em relação aos demais grupos sociais, e tais desigualdades são perpetuadas no decorrer das gerações (HITA, 2017).

Os deslocamentos populacionais desencadeados por migrações, invasões territoriais ou pelos tráfico humanos, além das ocorrências pós-coloniais desencadearam grandes impactos econômicos e sociais ao redor do mundo (MUNANGA, 2015). Dentre esses impactos, “[...] têm-se as práticas racistas, a xenofobia e todos os tipos de intolerâncias” (MUNANGA, 2015, p. 21), tendo como consequência as desigualdades e o direito de ser ao mesmo tempo igual e diferente (MUNANGA, 2015).

O Brasil foi o país que mais recebeu escravizados africanos, e o último a abolir a escravidão (FERREIRA, 2000). Apesar das tentativas de embranquecer a população, seja com as práticas forçadas de miscigenação – leia-se estupro, seja com a Lei da Eugenia³⁷, 54,9% da população é declarada como não-branca³⁸ (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2017), ou seja, tal parcela da população é composta por pretos, pardos, indígenas e amarelos, de acordo com os indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda assim, “de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras” (INSTITUTO DE PESQUISA..., 2017, p. 30). Nas concepções de Munanga (2006, p. 19), “[...] raça é social e política: ela é uma categoria social de exclusão e de homicídio”. Tais discriminações sofridas pelos negros não se tratam somente de questões econômicas, mas são os principais resultados da discriminação racial velada (MUNANGA, 2015).

O racismo estrutural da sociedade brasileira ocorre de forma velada para olhares desatentos, e se mostra, por exemplo, nas universidades, composta majoritariamente por indivíduos brancos; em instituições e corporações, é considerado comum que funcionários negros ocupem cargos profissionais baixos, e com baixa remuneração. Além disso, correm 23,5% mais chances de assassinato pelo Estado (INSTITUTO DE PESQUISA..., 2017). Igualmente, os negros constituem 61,6% da população carcerária (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO..., 2017), na desigualdade salarial, social e política, em uma sociedade composta por 44,2% da população declarada como branca, 54,9% declarada como não-branca, e 0,9% não declarada (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2017). Ou seja, um país com mais da metade da população declarada não-branca é considerado um dos países mais racistas do mundo (LORAS, 2015 apud VITÓRIA, 2015).

³⁷ Teoria disseminada por Francis Galton, em 1883, que significa 'o bem nascido'. A prática tinha objetivo de dizimar pessoas com características vistas como ruins na sociedade.

³⁸ Termo utilizado para englobar os indicadores de pretos, pardos, indígenas ou amarelos do IBGE.

As questões de raça se relacionam com as questões de gênero desde os tempos da escravidão, a partir do reconhecimento de que “[...] a mulher negra escrava não era valiosa como um homem negro” (HOOKS, 2014, p. 14). De acordo com dados do IBGE, em 2016, a taxa de frequência escolar por gênero e raça no ensino médio foi de 71,9% de homens brancos enquanto homens não-brancos tiveram taxa de 57,3%, e de 80,1% de mulheres brancas e de 69,3% para mulheres não-brancas (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2018).

Em 2018, o IBGE apresentou também o índice da população com 25 anos de idade completos ou mais com ensino superior completo no ano de 2016: 20,7% eram homens brancos, enquanto 7,0% eram homens não-brancos e 23,5% eram mulheres brancas enquanto 10,4% eram mulheres não-brancas (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2018). Com os dados apresentados somente relacionados à educação, podemos perceber a discrepância entre a realidade de um homem branco e de uma mulher negra. Podemos analisar que existe também uma diferença na tratativa de um homem negro para uma mulher negra.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (INSTITUTO DE PESQUISA..., 2017, p. 37),

[...] 63% das mulheres assassinadas no Brasil no último ano [2016] eram negras, na evidência de que a combinação entre desigualdade de gênero e racismo é extremamente perversa e configura variável fundamental para compreendermos a violência letal contra a mulher no país.

É neste ponto que podemos perceber a interseccionalidade, que evidencia as diferentes identidades de uma mulher (gênero, raça, sexualidade, classe social, etc.), e busca uma tratativa adequada de forma que, no caso estudado, a raça não anule o gênero e o gênero não anule a raça.

4.1 INTERSECCIONALIDADE

Compreendendo que a sociedade brasileira se apresenta machista e racista, podemos considerar que a mulher negra carrega um duplo fardo de preconceitos. De acordo com um artigo escrito por Neusa Pereira ao jornal *Versus*, em 1977,

A mulher negra pertence a uma das minorias raciais mais cruelmente vitimadas pelos castigos da divisão da sociedade em classe. Esta divisão é a maior responsável pela campanha da difamação sofrida pela mulher negra, considerada pelos representantes desta sociedade de classes como objeto sexual de consumo. Há muito que nós, afro-brasileiros, estamos lutando para apagar esta mancha original e sair do lugar onde nos colocaram. (PEREIRA, 1977 apud RIOS, 2017, p. 237).

No âmbito profissional, mulheres negras eram (e ainda são) associadas a atividades de esforço físico e zelo, como empregadas domésticas, lavadeiras, cuidadoras, babás, amas de leite, costureiras, cozinheiras, entre outras atividades (RIOS, 2017). Tais trabalhos não são considerados de pouco reconhecimento e dignidade. Porém, a sociedade habitualmente associa a figura da mulher negra a tais funções, e as limita a este espaço. Akotirene (2018) aponta que os estereótipos de raça e gênero impostos às mulheres negras sustentam arquétipos patriarcais.

Kimberle Crenshaw (2004) nos traz sua experiência ao ingressar em um evento de agremiação de um colega na universidade de Harvard, e ressalta que a instituição não aceitava negros até o ingresso de seu colega. Na tentativa de adentrar ao evento, Crenshaw (2004, p. 7) relata:

[...] Nosso colega negro abriu a porta e saiu muito envergonhado, muito sem jeito. Então ele disse: 'Estou muito constrangido, pois esqueci de dizer

que vocês não podem entrar pela porta da frente’. Meu colega imediatamente retrucou: ‘Bem, se não pudermos entrar pela porta da frente, não vamos entrar. Não vamos aceitar qualquer discriminação racial’. O colega anfitrião esclareceu: ‘Não é uma questão de discriminação racial. Você pode entrar pela porta da frente. A Kimberle é que não pode, porque ela é mulher’.

Desde então, Crenshaw passou a dedicar seus estudos para compreender o fenômeno entre a discriminação por raça e gênero. Para Crenshaw (2004), a interseccionalidade trata de uma sobreposição das múltiplas identidades que um mesmo indivíduo pode ter, e seu conceito pode contribuir para as discussões de gênero, raça, direitos humanos, classes sociais, entre outras áreas, visto que busca estabelecer uma aproximação entre as discussões outrora segmentadas.

4.2 FEMINISMO NEGRO

De maneira geral, o feminismo propõe a luta por equidade de gênero em diversas áreas importantes, como a educação, desenvolvimento e direitos profissionais, direitos políticos, relações sociais, relações familiares, saúde, entre outros. Para Collins (2017, p. 12), “[...] Essa ampla agenda feminista mundial encontra expressões distintas em diferentes regiões do mundo e entre as diversas populações”. Sendo assim, podemos considerar que o feminismo é global? Por qual razão utilizar o termo ‘Feminismo Negro’?

Collins (2017) nos traz as concepções de feminismo negro nos Estados Unidos, onde o feminismo é retratado como um movimento somente para mulheres brancas e, portanto, propriedade cultural delas. A autora afirma que “[...] muitas mulheres afro-americanas têm lutado muito contra esse feminismo excludente e têm participado de atividades feministas que parecem ser somente para brancas” (COLLINS, 2017, p. 13), além do constante enfrentamento ao racismo nas instituições organizadas por feministas brancas.

Desde os princípios do movimento feminista até os tempos atuais, houve diversas ramificações no movimento, por exemplo o feminismo liberal, feminismo radical, feminismo marxista, e o feminismo negro. Para Collins (2017), a utilização do termo ‘feminismo negro’ desconstrói o paradoxo de que o feminismo é um movimento universal gerido por e para mulheres brancas.

No Brasil, devido às desigualdades e estereótipos, mulheres negras ativistas políticas passaram a se associar a movimentos feministas e movimentos afro-brasileiros, lutando contra a ditadura militar no país, buscando por direitos humanos, por direitos da mulher, direitos do povo negro e, conseqüentemente, direito das mulheres negras (RIOS, 2017).

Inúmeras ativistas influentes, que lutavam no *front* ou clandestinamente, foram presas e/ou assassinadas. Os atos não se limitavam a organizações revolucionárias do *front*, “[...] somam-se outras atuações políticas em que se flagra a participação de ativistas negras, como as colaborações em jornais alternativos” (RIOS, 2017, p. 237). Exemplo disto é o jornal *Versus*, mencionado anteriormente, no item 5.1, com trecho do artigo de Neusa Pereira, “[...] periódico de esquerda, com circulação nacional [...] [redigido por] um coletivo de jovens negros de inspiração marxista, que reportavam e denunciavam cenas cotidianas de preconceitos e discriminação raciais” (RIOS, 2017, p. 237).

Com a implantação de órgãos participativos do Estado após a ditadura militar, coletivos autônomos tiveram um ambiente favorável para o aumento das organizações e análise de estratégias de ação (RIOS, 2017). A coligação mais expressiva nesse contexto foi a do movimento feminista com o movimento negro, mediado por mulheres negras, que possibilitou a discussão de pautas significativas para as questões da mulher negra na sociedade (RIOS, 2017).

Neste contexto, podemos perceber a intersecção entre raça e gênero, e os possíveis impactos sociais que discussões por ponto de vista interseccional podem desencadear. Tais movimentos são possíveis a partir da compreensão do indivíduo como ser político. Ou seja, a partir do momento em que uma mulher negra se reconhece

como um corpo político, seja para militância ou não, e passa a adotar uma nova postura em relação a sua identidade. Essa conscientização conversa com o que conhecemos hoje como empoderamento, que objetiva o reconhecimento à autoafirmação do indivíduo por meio de mecanismos de desenvolvimento social.

4.3 EMPODERAMENTO

Conforme mencionado, 54,9% da população brasileira se identifica como não-branca. Reconhecer-se como indivíduo negro em uma sociedade que se apresenta racista é um ato revolucionário que perpassa por diversos processos de identidade. Carlos e Colombo (2015) evidenciam isso exemplificando que ao identificarmos pessoas por seus atributos físicos, temos dificuldades de falar sobre cor:

[...] quando é preciso se referir à cor, existe aí um problema, pois a pessoa descrita ganha os mais variados e possíveis tons, às vezes até mesmo inexistentes: a pessoa se torna parda, morena ou “melhor”, moreninha. Pior de tudo é que, muitas vezes, a pessoa que tem essa atitude não faz por mal, pelo contrário, usa tais termos como um mecanismo de proteção à pessoa descrita, ou seja, fala tentando livrar essa pessoa da palavra “negra”, que tanto pesa, tanto incomoda, tanto estabelece valorações e significados negativos. (CARLOS; COLOMBO, 2015, p. 32).

Neste panorama, pode-se considerar que ‘ser negro’ é encarado como algo pejorativo. Com as tentativas de embranquecimento da sociedade, e com o reforço dos estereótipos da população negra, tornar-se negro é um ato de coragem. De acordo com Carlos e Colombo (2015, p. 66), “[...] podemos dizer que, cada vez que um(a) negro(a) diz-se “moreno(a)”, ele está abrindo mão do direito de ser ele(a) mesmo(a); e isso não é por opção”, pois as consequências de se integrar à sociedade, aceitando-se como pardo/moreno, são

diferentes das consequências e riscos que se carrega ao se assumir e aceitar-se negro.

A dificuldade de se aceitar tem relação com o que nos é ensinado desde a infância nas escolas e na sociedade, e também com o que nos é apresentado na mídia. Carlos e Colombo questionam:

Como manter uma boa autoestima, se todo dia somos seguidos por olhos de brancos que desejam apenas sexo, sexo e sexo de nós? [...] Se temos uma quantidade de cotas reduzida e desproporcional à etnia negra para entrar em faculdades? Como sentir-nos inteligentes, se a escola desestimula, segrega e trata-nos como futuros mortos pela Polícia? Como sentir-nos seguros em um mundo onde somos a maioria, mas que, a todo momento, somos obrigados a agradecer uma minoria que nos humilha, nos xinga, que nos agride e que, constantemente, nos maltrata? (CARLOS; COLOMBO, 2015, p. 66).

Por estas e outras inúmeras razões, empoderar-se é uma tarefa intensamente construtiva, que deve ser cultivada constantemente. Mas, dentro deste contexto, o que é empoderamento?

Joice Berth (2018) nos traz importantes discussões sobre o conceito se baseando em autores como Hannah Arendt, que em sua obra *Sobre a violência* argumenta que o poder trata da capacidade humana de ação grupal; e Paulo Freire, que em sua obra *Medo e ousadia*, defende que o poder é consequência da conscientização do indivíduo como ser integrante de uma sociedade e que junto a ela busca a transformação social.

Tratar de empoderamento feminino nos remete ao resgate de importantes figuras ancestrais, as quais tiveram seus registros apagados, sobrevivendo apenas pelas memórias e oralidades das gerações. Dandara e Luísa Mahin, guerreiras quilombolas da região dos Palmares que ainda têm suas existências questionadas, muitas vezes, sendo tratadas até como mito na história, assim como outras importantes mulheres negras da época da escravidão.

Para Berth (2018, p. 34, grifo da autora),

[...] o *empoderamento* como teoria está estritamente ligado ao trabalho social de desenvolvimento estratégico e recuperação consciente das potencialidades de indivíduos vitimados pelos sistemas de opressão e visam principalmente a libertação social de todo um grupo, a partir de um processo amplo e em diversas frentes de atuação, incluindo a emancipação intelectual.

Pensando o conceito de coletivo como a reunião de indivíduos com interesses em comum, podemos considerar que uma coletividade empoderada é composta por indivíduos com “[...] alto grau de recuperação da consciência do seu *eu social*, de suas implicações e agravantes” (BERTH, 2018, p. 41, grifo do autor).

O empoderamento feminino trata da superação de opressões individuais e coletivas, visando a ruptura com as estruturas opressoras (BERTH, 2018). O empoderamento individual é consequência do coletivo, e vice-versa. Logo, podemos compreender que empoderamento não é um processo particular, mas sim resultado de um processo contínuo de junção social para construção, desconstrução e reconstrução, e indissociável dos movimentos de emancipação sociopolítica (BERTH, 2018).

Pensando em empoderamento como prática, temos uma

[...] noção fática de que caminhos são válidos e, principalmente, quais os perigos e até mesmo os momentos onde podem haver fissuras que facilitem o escoamento do sentido e da necessidade real do processo como instrumento emancipatório dentro de um sistema de dominação e opressão. (BERTH, 2018, p. 86).

A Infoeducação se relaciona com o empoderamento de acordo com a intencionalidade de suas práticas. Compreendendo que o empoderamento ocorre por meio de processos de desconstrução para

ressignificação e até mesmo emancipação, tais processos podem incluir práticas infoeducativas. Por exemplo, uma atividade em que os participantes aprendem um novo idioma com uma abordagem temática é um processo de empoderamento com uma prática infoeducativa; ou uma atividade lúdica que proporcione ao participante a ressignificação de seus sentidos; ou como o Clube Negrita, nosso objeto de estudo, que visa o letramento por meio de obras de autores/as negros/as.

4.4 ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

A partir da compreensão sobre as intersecções de raça e gênero, e de empoderamento, é possível indagar, para efeitos de uma problematização mais ampla, quais são as contribuições do profissional da informação para reforma social dos indivíduos que compõe a população preterida?

Na área da Ciência da Informação tratamos sobre “[...] o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos)” (LE COADIC, 1996, p. 26), mas, aparentemente, pouco se discute sobre como o indivíduo irá atuar a partir da informação acessada. Desse modo, é necessário repensar as práticas profissionais ao pensarmos no contexto social. David Lankes (2015) nos apresenta a emergência de mudar o foco das ferramentas e nos atentarmos mais às práticas de trabalho com o conhecimento nas unidades de informação.

Lankes (2015, p. 58, grifo do autor) evidencia as transformações das unidades informacionais, como um espaço mais dinâmico e inclusivo, resgata as Leis de Ranganathan e questiona “[...] O que está moldando o “organismo em pleno desenvolvimento” de Ranganathan? Uma missão de longo prazo: *A missão de uma biblioteca é melhorar uma sociedade facilitando a criação de conhecimento em uma comunidade*”.

Devemos nos tornar profissionais que se preocupam com o desenvolvimento de saber do indivíduo, não mais com a postura de ‘guardião do saber’, mas como um facilitador. A unidade de informação deve se tornar um ambiente acolhedor e promissor, onde

os indivíduos possam desenvolver suas atividades de maneira criativa e construtiva.

A identificação de novas formas e práticas de aprendizagem bem como o incentivo das mesmas é fundamental. Transformar as linguagens possibilitando a apropriação, instigando novas formas de pensar, novas formas de criar, tornar-se um profissional mediador da informação, que proporciona ao indivíduo novas reflexões e outras percepções, práticas recorrentes de Infoeducação.

5 CLUBE NEGRITA

Com sua primeira edição realizada em 2017, o Clube Negrita foi idealizado por Bruna Tamires³⁹, tendo como objetivo incentivar a leitura de obras de autoras e autores negras e negros. Planejado para acontecer bimestralmente, o Clube Negrita é itinerante. Os encontros podem ocorrer em diferentes espaços da cidade de São Paulo.

De porte pequeno, com aproximadamente 10 participantes por encontro, o Clube Negrita é direcionado ao público negro, mas aberto a todos os públicos, independentemente de classe social, gênero, raça ou etnia. Porém, é importante que indivíduos que não façam parte do público-alvo tenham consciência do que Djamila Ribeiro (2017) chama de *lugar de fala*, que trata do indivíduo reconhecer-se como não-pertencente a determinado grupo e, portanto, não tomar a posição de representá-lo.

O Clube Negrita busca proporcionar um ambiente confortável para conversas, troca de experiências e reflexões que sejam relacionadas com as vivências do indivíduo negro na sociedade. Aborda questões de identidade, representação na sociedade, história de África, autocuidado, consciência política, entre outros assuntos. Bruna convida algum voluntário que tenha conhecimento no assunto para enriquecer as trocas com os participantes.

A mediação é realizada por Bruna e, ao apresentar o autor, realiza um resgate biográfico, trazendo o contexto histórico em que

³⁹ Bruna Tamires é uma mulher negra, Gestora de Políticas Públicas formada pela USP. É também artista, conhecida como Malokêarô.

o autor vive ou viveu, seus principais feitos, premiações, e demais curiosidades. Em relação à obra, aborda seu contexto histórico, além de apontar outras fontes externas que possam complementar a apresentação da obra, como resenhas feitas por outras pessoas.

A leitura compartilhada é realizada por todos os participantes em voz alta. Caso algum participante não compreenda o significado de alguma palavra ou sua pronúncia, é possível contar com o auxílio dos demais. Cada participante lê um parágrafo e passa para o próximo, até concluir a leitura dos excertos selecionados. Na discussão, Bruna resgata informações das apresentações de autor(a) e obra, questiona o que os participantes compreenderam sobre o que foi apresentado, questiona reflexões e sentimentos que tiveram no decorrer da leitura, como forma de estimular o diálogo entre eles.

No ano de 2018, o Clube Negrita realizou seis encontros. Tratando desta pesquisa, estivemos presentes nas edições #8 – Se toca garota! e #9 – Maryse Condé, para a observação direta. De acordo com o objetivo, desenvolvemos um questionário para verificação da relação das práticas infoeducativas do Clube Negrita com o empoderamento das mulheres negras participantes.

5.1 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O questionário foi elaborado pelo *Google Forms* (formulário online) e foi encaminhado para todos os indivíduos que já se inscreveram para alguma edição do Clube Negrita, e tiveram seus contatos salvados no *mailing*. O questionário foi encaminhado para um total de 97 endereços de e-mail, especialmente para pessoas que se autodeclararam não-brancas, dentre homens e mulheres. Para obter as respostas da população desejada, o primeiro filtro do questionário foi saber se o(a) respondente se identificava como mulher, não tendo como impeditivo a questão de ser uma mulher cis ou trans.

Recebemos o total de seis respostas, sendo cinco via questionário e uma via e-mail (que será abordada adiante). De início, fizemos perguntas básicas com intuito de conhecer a respondente:

como conheceu o Clube Negrita, de quais edições participou no ano de 2018 e se têm o hábito de leitura.

Das respostas que recebemos via questionário, as participantes afirmaram ter conhecido o Clube Negrita por meio de amigos, pelas redes sociais e pela Livraria Africanidades. Todas as respondentes declararam ter o hábito de leitura.

Ao questionarmos sobre a representação do Clube Negrita, com a finalidade de identificar a percepção das participantes em relação ao Clube, as respondentes declararam ser um espaço de trocas, fortalecimento, acolhimento e cura, liberdade de expressão, aprendizado e lazer, conforme relatos⁴⁰ recebidos via questionário abaixo:

“Liberdade de expressão e maior entendimento da minha existência como mulher negra.” (Julia⁴¹).

Questionamos se ao participar do Clube Negrita as respondentes aprenderam algo que passaram a implementar em suas vidas e pedimos exemplos:

“Sim. Ir atrás de escritoras negras brasileiras, enaltecer e prestigiar o trabalho delas sempre. Incentivar os nossos, os que estão a nossa volta. Aplicar a ginecologia natural com mais frequência e no dia-a-dia.” (Gabriela⁴²).

“Sim, comecei a me dar tempo para o meu auto cuidado, por exemplo.” (Brenda⁴³).

⁴⁰ As informações apresentadas entre aspas são respostas transcritas das participantes, extraídas de forma fidedigna ao que nos foi respondido via questionário, em outubro de 2018.

⁴¹ Nome fictício.

⁴² Nome fictício.

⁴³ Nome fictício.

“Sim, buscar cada vez mais informações sobre literatura negra.” (Julia⁴⁴).

Todas as participantes respondentes afirmaram que o Clube Negrita contribui com seu desenvolvimento pessoal. Das cinco respondentes, quatro afirmaram que os encontros do Clube Negrita contribuem com sua consciência política. Somente quatro das cinco afirmaram realizar pesquisas relacionadas aos temas abordados nos encontros.

Pedimos que as respondentes compartilhassem suas experiências e vivências relacionadas ao Clube Negrita, podendo realizar também críticas e sugestões.

“[...] um encontro super político. Foi incrível. Sugiro que aja mais encontros como esse.” (Ana⁴⁵, ao se referir ao encontro #8 – Se toca garota!).

“O Clube coopera para o meu desenvolvimento oral. Sou tímida falando em público e com pessoas que nunca vi na vida. Compartilhar leituras, ler e ouvir tem me surpreendido.” (Brenda⁴⁶).

“[...] pude conhecer outras pessoas que tem maior entendimento sobre o assunto, uma das oportunidades que muito agregou pra mim nesse longo processo que me encontro de descobertas.” (Julia⁴⁷).

“Minha experiência é muito positiva, gosto do ambiente formado pelas pessoas que o frequentam e gosto do conteúdo transmitido pelas mesmas, com isso aprendo, me divirto, distraio, relaxo, é um momento

⁴⁴ As informações apresentadas entre aspas são respostas das participantes e extraídas de forma fidedigna ao que nos foi respondido via questionário, em outubro de 2018.

⁴⁵ Nome fictício.

⁴⁶ Nome fictício.

⁴⁷ Nome fictício.

diferente de experiências cotidianas que geralmente são ou só de aprendizado, ou somente de lazer de uma forma geral, já o clube não, ele trabalha muito bem com a interdisciplinaridade e isso me atrai.” (Tais ⁴⁸).

Com o relato da participante Gabriela⁴⁹, que afirmou passar a compartilhar o que aprende no Clube Negrita com outras pessoas que fazem parte de seu convívio, podemos afirmar que o processo perpassa pelo individual e pelo coletivo.

Via e-mail, recebemos um *feedback* de Jéssica⁵⁰, que ressaltou três pontos de acordo com a vivência dela no Clube Negrita. Tais pontos serão descritos da mesma forma que recebemos via e-mail:

1) Me dá a forte impressão de que ‘sempre elege alguém que mora logo ao lado’, dando voz a círculos de pessoas que se conhecem pessoalmente, sem se abrir para aqueles ‘navegantes desconhecidos’ que tentam propor conteúdos compatíveis.

2) Me parece especialmente voltado para veicular nomes de sucesso, com apelo midiático, talvez por que lhe falte a estrutura necessária para fazer uma curadoria efetivamente democrática e apta à descoberta e revelação de novos autores.

3) É, de fato, um vetor de empoderamento da nossa comunidade, porém não pelos motivos que vc, possivelmente, busca provar no seu TCC. Ou seja, do meu ponto de vista, o fortalecimento dos laços de afeto e pertencimento de pessoas que já se conhecem é mais determinante do que os conteúdos veiculados ou a maneira como estes são disponibilizados para o público⁵¹.

⁴⁸ Nome fictício.

⁴⁹ Nome fictício.

⁵⁰ Nome fictício.

⁵¹ Relato encaminhado por Jéssica em outubro de 2018, via e-mail.

O relato é legítimo de acordo com as vivências de Jéssica em relação ao Clube Negrita. É importante ponderar as experiências e particularidades de cada participante, e pensar os apontamentos de acordo com os objetivos do Clube.

O Clube Negrita tem objetivo de propor um ambiente agradável e suscetível a trocas de vivências e conhecimentos relacionados ao que se foi sugerido na leitura das obras. Mesmo sem intenção, por meio do Clube Negrita, Bruna cria um dispositivo infoeducativo que contribui com o empoderamento das mulheres negras participantes. Tal constatação reforça o ponto de que empoderar-se é um exercício coletivo que perpassa as individualidades de cada um.

Além de infoeducativo, o Clube Negrita é também um espaço de resistência para a mulher negra, visto que:

[...] Essa identificação e aplicabilidade devem transpassar áreas também estruturais da formação de subjetividades ou na reconstrução destas. Ou seja, todas as possibilidades devem ser trabalhadas e quando necessário, ressignificadas e/ou reconstruídas. Como exemplo, podemos pensar no sentido de autoestima, de ascensão econômica, acesso à cultura e informação, formação de lideranças, entre outras práticas. Assim, percebemos [...] que empoderamento já era utilizado como importante estratégia de sobrevivência e resistência de mulheres negras, e após sua teorização, as mulheres negras marcadamente as feministas negras pensam de uma maneira mais abrangente ao ter a interseccionalidade como ferramenta essencial de estratégia e de luta política. (BERTH, 2018, p. 87).

Consideramos o Clube Negrita como uma atividade infoeducativa pela ênfase no compartilhamento de vivências, do informar para educar, do educar para informar, e pela possibilidade dos indivíduos ressignificarem suas percepções, atribuindo novos

sentidos aos seus significados, além de possibilitar o empoderamento por meio dos novos conhecimentos adquiridos. O Clube Negrita planta uma semente para que o indivíduo possa buscar novas informações e desenvolver seus conhecimentos, tanto por novos autores/as negros/as, pelas obras apresentadas e pela busca por autoconhecimento, conhecimento de seu povo e resgate à história de suas origens e ancestralidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociedade da Informação e a Sociedade do Conhecimento são conceitos polissêmicos, ou seja, estão em constante desconstrução e reconstrução. Percebemos que, no contexto de países desenvolvidos, a Sociedade da Informação e a Sociedade do Conhecimento são frutos de acesso e uso dos recursos de tecnologias da informação e da comunicação. Porém, compreendendo que há desigualdades sociais globais quanto ao desenvolvimento tecnológico, uma sociedade não informatizada também pode ser considerada como Sociedade da Informação e/ou Sociedade do Conhecimento, se considerarmos outras categorias de análise.

As interseções dos conceitos de raça e gênero podem se relacionar com a Ciência da Informação também por meio das práticas de Infoeducação, por meio de um Clube de Leitura, conforme abordado nesta pesquisa, em atividades lúdicas que busquem reforçar a identidade da mulher negra, atividades culturais que possam resgatar diferentes aspectos culturais de África. Tais práticas devem ser constantemente revisitadas e desenvolvidas pelos profissionais da informação, buscando manter a atualização e a qualidade de seus serviços prestados com o objetivo de promover a informação à comunidade.

Faz-se necessária a reconstrução da postura do profissional da informação no tocante à Infoeducação, especialmente em ambientes não tradicionais da Biblioteconomia. São necessários saberes e fazeres informacionais próprios da contemporaneidade, pautados no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes para o protagonismo cultural nos diferentes dispositivos informacionais.

Pode-se dizer que o conceito de Sociedade da Informação apresentado se aplica a uma pequena parcela da sociedade brasileira, visto que existe uma grande disparidade quanto ao desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação. É necessário que o Estado implemente políticas públicas que possam abranger todas as realidades sociais existentes em território nacional, buscando o desenvolvimento gradual do país.

As percepções apresentadas por parte das mulheres negras participantes do Clube Negrita nos faz constatar de que o mesmo contribui com o processo de empoderamento. Desta forma, precisamos, enquanto sociedade, buscar formas diversas de empoderar a população preterida, com intuito de resgatar a identidade individual e coletiva dessa população, desencadeando a autoafirmação, propondo o autoconhecimento, buscando desenvolver raciocínio crítico e as formas de atuação e resistência dessa população na sociedade.

Compreendendo a Infoeducação como prática de informar para educar e educar para informar, que se relaciona diretamente com os processos de empoderamento, inúmeras atividades tanto formais e tradicionais quanto informais podem ser realizadas com a população preterida: seja por meio do esporte, do incentivo à cultura, da música, do teatro, da dança, das rodas de conversa, das rodas de leitura, entre outras. A Infoeducação é multidisciplinar e suas práticas cabem em diferentes dispositivos informacionais, e pode ser trabalhada com diferentes faixas etárias e grupos sociais, com finalidades que variam de acordo com a intencionalidade das práticas.

Cumprindo seu papel de propor um ambiente acolhedor para trocas e promoção do letramento, o Clube Negrita proporciona, também, o empoderamento das mulheres negras participantes, mesmo sem a intenção de fazê-lo. Percebe-se, porém, uma relutância da população negra periférica em relação aos conceitos de Feminismo Negro e Empoderamento, temas que estão cada vez mais tendo visibilidade acadêmica. Precisamos compreender as razões da negação dos conceitos por parte dessa população e buscar formas de estreitar as relações entre a academia e a comunidade. Visto que a

Infoeducação preza o compartilhamento dos saberes, as estruturas acadêmicas de linguagem e postura precisam ser revistas em relação ao seu contato com as demais comunidades.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez., 2009.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. O tempo e o espaço da sociedade da informação no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 1, jan./jun., 2003.
- BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados:** mapas da interculturalidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- CARLOS, Wilassan; COLOMBO, Caio. **O lado negro da força:** conversas sobre o apartheid no Brasil. São Paulo: RG Editores, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio.** São Paulo: Paz e terra, 1999.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome?: mulherismo, feminismo negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, e175118, 2017.
- COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; FERREIRA, Liliansa Soares. Sentido, significado e mediação em Vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. **Revista Ibero-Americana de Educação**, v. 55, p. 205-223, jan. 2011.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. **Cruzamento:** raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> Acesso em: 3 nov. 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: INFOPEN. Atualização – Junho de 2016. Brasília: Departamento da Justiça e Segurança Pública, 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf Acesso em: 22 maio 2018.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente**: identidade em construção. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

HITA, Maria Gabriela (Org.). **Raça, racismo e genética**: em debates científicos e controvérsias sociais. Salvador: EDUFBA, 2017.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher?** mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: [s.e], 2014. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Disponível em: https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf Acesso em: 18 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. **Agência IBGE**: Estatísticas Sociais, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html> Acesso em: 22 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso em: 2 nov. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. **Atlas da violência**: 2017. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017> Acesso em: 22 maio 2018.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Diversidade cultural e política de informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 60-69, jan./dez., 2009.

LANKES, David. **Expect more**: melhores bibliotecas para um mundo complexo. São Paulo: FEBAB, 2016.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6 rev. São Paulo: Atlas, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 5, n. 1, p. 17-24, dez. 2006.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.

OLIVEIRA, Amanda Leal de. Estudos sobre o conceito de negociação cultural nos processos de mediação e apropriação da informação. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2017, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2017. p 398-413.

OLIVEIRA, Amanda Leal de. O conhecimento: entre a falta e o excesso de informações. In: **Salto para o futuro**: a aventura de conhecer. Ano 18, boletim 15, set. 2008. p. 14-24.

PERROTI, Edmir. Infoeducação: um passo além científico-profissional. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 4-31, jul./dez. 2016.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres na contemporaneidade. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (Org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Nectar, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIOS, Flavia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: FAPESP, 2017.

SCAPECHI, Wanderson. **Saberes informacionais na educação superior**: um estudo exploratório com estudantes universitários. 2009. Dissertação (Mestrado-Ciência da Informação. Informação e Cultura). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2009.

VITÓRIA, Gisele. O Brasil é um dos países mais racistas do mundo, **Istoé**, n. 2400, 2015. Disponível em: https://istoe.com.br/441675_O+BRASIL+E+UM+DOS+PAISES+MAIS+RACISTAS+DO+MUNDO/
Acesso em: 22 maio 2018.

INFORMAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO DE YOUTUBERS NEGRAS

*Dávila Maria Feitosa da Silva
Maria Cleide Rodrigues Bernardino*

1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata de um recorte da dissertação de mestrado da primeira autora intitulada “A construção da estética feminina negra a partir de informações étnico-raciais disseminadas no *YouTube*”, defendida no Programa Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. Partimos do pressuposto de que, historicamente, foi negado ao povo negro e, em especial, às mulheres negras, contar a sua história, suas vivências, dores, alegrias, perdas e ganhos. O que se tem registro é de escritos feitos pelo olhar do colonizador que as expõe a partir do seu olhar de dominador, colocando-as como apenas seres objetificados, subservientes e inferiores.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar processos de produção e uso da informação étnico-racial na construção da identidade negra, tendo como foco os canais de *Youtubers* negras, e como objetivos específicos: pretende-se identificar nas informações étnico-raciais se há uma posição política de enfrentamento ao racismo no Brasil; discutir o papel da informação no processo de politização e autoafirmação da identidade negra.

Esta pesquisa teve como motivação o ativismo do Grupo de Mulheres Negras do Cariri – Pretas Simoa⁵², a qual sou (primeira autora) uma das fundadoras; a participação ainda na graduação do Núcleo Brasileiro Latino Americano e Caribenho de Estudos em

⁵² Disponível em: <https://pretassimoa.wordpress.com/2014/03/25/as-filhas-deste-solo/>

Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais (N'BLAC), por acreditar ser urgente e necessário inserir o tema da produção e disseminação da informação étnico-racial na Biblioteconomia e compreender como podem contribuir para autoafirmação das mulheres negras; tê-las como protagonistas dessa produção e disseminação de informações no ambiente da *web*.

As tecnologias da informação e comunicação (TIC'S), juntamente com a internet, modificaram as formas de relações nos mais variados setores sociais. Muitas atividades profissionais sumiram, outras se adequaram e algumas surgiram. *Blogs*, páginas no *Facebook*, *YouTube* e sites de compartilhamentos são exemplos desses meios surgidos a partir da rede; o intento da globalização que conecta por meio dos artefatos tecnológicos de informação e comunicação. Segundo Castells (2000), os impactos das TIC'S têm forte ingresso nas sociedades e até mesmo naquelas menos industrializadas, relacionando-se com a economia e sociedade. O autor supracitado afirma que umas das características fundamentais dessa entrada surge uma vez que a informação é um componente complementar de toda atividade humana, individual ou coletiva, e, conseqüentemente, todas essas atividades se inclinam diretamente pela nova tecnologia.

Neste sentido, o presente estudo está alicerçado no seguinte questionamento: as informações étnico-raciais veiculadas na *web* através dos vídeos sobre estética negra exercem alguma influência na construção da identidade? Tem-se como hipótese a influência que a internet tem no cotidiano das internautas. Destarte, os canais sobre estética negra podem contribuir para a construção de uma identidade negra positiva; as informações étnico-raciais são elementos importantes nesse processo e a(o) bibliotecária(o) se torna mediadora(or) dessas informações que podem ser consideradas como material didático para trabalhar as relações étnico-raciais nas escolas e universidades.

Por fim, pretende-se contribuir com a problematização da temática na Biblioteconomia e áreas afins, com o intuito de alcançar uma sociedade mais informada, com mulheres e crianças negras

protagonistas nos diversos espaços de atuação, tendo, além de representatividade nos meios informacionais, proporcionalidade.

2 MULHERES NEGRAS E MOBILIZAÇÃO

Aqui, a abordagem é sobre a trajetória de luta e o protagonismo resistente e invisibilizado das mulheres negras no Brasil até chegarmos às contribuições destas na produção, uso e disseminação de informação étnico-racial a partir das mídias sociais, na contemporaneidade. É fato a carência de relatos, artigos científicos e os variados escritos correlatos produzidos por mulheres e homens negros/os. Os livros didáticos, que por muito tempo, foram o único componente teórico trabalhado nas escolas foi pensado e escrito na perspectiva do colonizador, “[...] refletindo uma educação calcada em uma sociedade eurocêntrica, machista e racista que relegou os negros e as negras a papéis subalternizados na sociedade” (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 57). Durante séculos, a ação de escrever, falar e de se expressar em primeira pessoa foi impedido. Neste sentido, para se compreender de forma mais detalhada os processos de silenciamentos, invisibilidade, luta e resistência é preciso conhecer a trajetória dessas mulheres.

Trazidas dos diversos países de África para o que era chamado de ‘Novo Mundo’, mulheres africanas escravizadas passaram por terríveis agressões nas embarcações, juntamente com seus companheiros, filhos(as), parentes, amigos(as), conterrâneos(as) ou não. O processo de animalização dos povos africanos escravizados teve início ainda dentro dos navios negreiros onde eram tratados com precariedade e violência. Trabalharam na lavoura, nas cozinhas, nas lavanderias, foram amas de leite dos filhos das Sinhás, exploradas sexualmente pelos seus ‘donos’, até os seus nomes mudaram, batizando as africanas e africanos escravizados com nomes cristãos. “No entanto, a grande maioria de africanas resistiu e preservou seu nome de origem” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2006, p. 23).

Apesar das violências sofridas e a falta de liberdade, resistiram, lutaram e contribuíram grandemente para a perpetuação da fé, das

palavras e das maneiras de ser, de se reinventar sem esquecer as origens, da memória. As africanas e suas descendentes se manifestaram de diversas maneiras contra o sistema escravocrata “[...] como rebeliões e formação de quilombos, outras estratégias mais elaboradas, como fugas e compras de alforrias” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2006, p. 91). Muitas dessas mulheres compraram suas alforrias e a dos seus filhos e maridos; guardavam quantias durante anos para conseguir ‘liberdade’. Estiveram à frente de movimentos de fugas e rebeliões motivadas pelo ideal de Liberdade, Igualdade e Fraternidade da Revolução Francesa, no final do século XVIII, e um dos maiores exemplos foi o levante do Haiti, que dominada pelos franceses, tiveram vitória, colocando fim em uma das mais lucrativas colônias europeias, em 1804. A população africana e seus descendentes impulsionaram lutas e levantes em prol de liberdade e do mínimo de benefícios para seus povos e comunidades.

Nesse cenário de luta e enfrentamento, muitas protagonistas desses movimentos foram invisibilizadas da historiografia. Em 7 de novembro de 1831 é promulgada a Lei que determinava o fim do tráfico negreiro. No entanto, as travessias continuaram ilegalmente, e apenas em 1850 foi que a Lei antitráfico estabeleceu uma punição mais incisiva. Como consequência, os escravocratas estabeleceram algumas leis como forma de perdurar o regime. Em 1871, é instituída a Lei do Ventre Livre ou Lei do Rio Branco que “[...] declarava de condição livre os filhos de uma mulher escrava que nascerem desde a data desta lei” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2006, p. 98). Contudo, os filhos ‘livres’ continuavam sob o poder do proprietário de suas mães até os oitos anos de idade. Depois desse tempo, escolheriam se permaneceriam com a criança ou receberiam o reembolso do Estado.

Em seguida, veio a Lei do Sexagenário, que estabelecia a libertação dos escravizados com mais de 60 anos. Após essas medidas, os exploradores não se sentiram satisfeitos e, por vezes, a luta pela carta de alforria ia para o viés jurídico; as cativas, por não serem alfabetizadas, saíam perdendo devido à astúcia dos seus ‘defensores’. O que é possível afirmar é que essas diversas mulheres

agiram de diferentes formas, de acordo com o contexto, e se encontravam para tentar alcançar a liberdade.

As práticas religiosas de matriz africana também foram, e ainda são, um meio de propagação de valores e resistência onde essas mulheres atuaram e que influenciou fortemente na perpetuação de algumas expressões culturais.

Formaram-se em diferentes áreas do Brasil, com diferentes ritos e nomes locais derivados de tradições africanas diversas: candomblé na Bahia, xangô em Pernambuco e Alagoas, tambor de mina no Maranhão e Pará, batuque no Rio Grande do Sul, macumba no Rio de Janeiro (PRANDI, 1998, p. 152).

Foram muitas as perseguições – que acontecem até os dias atuais – em torno das comunidades religiosas. Milhares de sacerdotisas foram trazidas ao Brasil e forçadas a abdicarem de suas crenças para a conversão cristã. Diferentemente de outras doutrinas, no Brasil, nas religiões de matriz africana as mulheres são as principais responsáveis e as que ocupam posições hierárquicas significativas. “Pode-se dizer, sem exagero, que os símbolos de africanidade que se espalharam por toda sociedade brasileira foram sustentados, em grande parte, pela iniciativa e determinação dessas mulheres em seus espaços religiosos” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2006, p. 110). Outro lugar em que as Mulheres Negras estiveram à frente foi nas Irmandades Negras que se configuram também como uma estratégia de luta, resistência, propagação de cultura e interação sociocultural.

Até hoje, algumas irmandades existem e resistem, atuam na salvaguarda da memória, de perpetuação e valorização da cultura, são espaços políticos. Outro campo em que as mulheres negras atuaram/atuam foi no combate às doenças das famílias em que serviam. Benzedeiras, curandeiras, parteiras, realizavam procedimentos medicinais caseiros, que são fruto da ligação das culturas africanas e indígenas emergentes da cultura oral. Algumas

foram julgadas pela Igreja, outras sofreram os piores castigos físicos, mas ainda assim, em muitos casos, eram requisitadas para tratarem de doenças das famílias de seus proprietários. Atualmente, há organizações que evidenciam a profissão das parteiras que são modelos de coragem e solidariedade. No entanto, ainda sofrem com a desvalorização, a exploração do seu trabalho que não paga o sustento delas e de suas famílias.

Todos esses fatos que foram destacados até aqui marcam os primeiros séculos do Brasil; alguns se estendem até os dias atuais. O período republicano é definido ao que se conhece como o processo de branqueamento da população brasileira, a eliminação da “mancha negra”. No imaginário colonizador, o Continente Africano abrigava seres primitivos, que estavam distantes de qualquer civilização. Vistos como inferiores, as relações se consolidaram pela hierarquização das diferenças. A cor escura dos escravizados foi uma das primeiras abominações e inferiorizações aos Povos Negros que “[...] iria, ao longo da colonização do Brasil, se consolidar no principal argumento para a continuidade da escravização africana, além de se converter em instrumento para a disseminação do racismo científico no século XIX” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2006, p. 192). As *peças* consideradas mulatas, pardas, morenas, são frutos dos estupros das mulheres africanas pelos brancos; esses abusos se naturalizaram, passando de geração à geração.

O Brasil mestiço foi uma das primeiras esperanças de se alcançar o embranquecimento do país e eliminar a negritude. “Com o crescimento da população mulata, a raça negra ia desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país” (NASCIMENTO, 2017, p. 84). Lembremos do quadro a Redenção de Cam, que mostra a mãe negra agradecendo pela criança branca nos braços da filha mulata⁵³. Ou seja, a demonstração visual o ideário da eugenia.

O sexismo e o racismo colocam a mulher negra na base da pirâmide e em duas categorias que se complementam ao fixar a trajetória calcada no consciente social em que foi construído, que é o

⁵³ Termo pejorativo para se referir à mulher negra.

da mulata e da doméstica. Gonzalez (1984) traz o papel da mucama como emblema para se chegar a esta problemática. A princípio, a autora apresenta o significado da palavra mucama no dicionário que é: criada, mulher negra jovem que auxiliava sua senhora com os afazeres domésticos e passeios, por vezes, ama de leite, amamentava os filhos de seus senhores. Etimologia: quimbunda makamba⁵⁴. Em sua análise a primeira observação se dá a origem da palavra que é da língua quimbunda, nome africano. Contudo, há um esvaecimento no sentido original da palavra. “Essas imagens foram historicamente construídas de forma distante e antagônica a qualquer referencial de positividade” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2006, p. 198). E quando essas mulheres denunciam os modos como são tratadas, logo, são vistas como atrevidas, e ridicularizadas. A dita democracia racial vem sendo combatida e questionada por espaços de militância negra no país. Como já mencionado aqui, a historiografia oficial invisibilizou e apagou a atuação de milhares de mulheres negras que contribuíram e atuaram na construção do país.

Aqui é apresentado algumas mulheres negras que se destacam no campo da educação e do ativismo em prol de uma sociedade igualitária como: Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Eliane Cavalleiro, Maria Aparecida Silva Bento, Joselina da Silva, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck, Luiza Bairros, Nilma Lino Gomes, Marielle Franco, Alzira Rufino, Elisa Lucinda, Giovana Xavier, Katia Regina Costa Santos e muitas outras. São cultivadoras de sementes em terrenos considerados inférteis, porém, as flores brotaram e brotarão apesar das inúmeras barreiras encontradas ainda no campo da educação formal ao que concerne a presença de mulheres negras professoras e também como referências teóricas.

É oportuno destacar o trabalho da Djamila Ribeiro (2017) no livro *O que é lugar de fala?* em que aborda pontos importantes para se compreender o lugar em que a mulher negra se encontra na perspectiva de existência, discorrendo sobre o percurso intelectual e

⁵⁴ Significado retirado do dicionário *online*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mucama/>

de luta. Para isso, ela inicia sua obra apresentando Isabella Bumfree, nascida em cativeiro, que decidiu mudar o seu nome para Sojourner Truth; foi abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher. Em 1851, Sojourner participou da Convenção dos Direitos da Mulher, em Ohio, nos EUA, onde proferiu um discurso que foi denominado de: *E eu não sou uma mulher?* As palavras proferidas já denunciavam a hegemonia do discurso feminista ainda no século XIX. Ou seja, sempre houve a discussão sobre a interseccionalidade, o que não favoreceu foi à invisibilidade das falas das mulheres negras que puxaram a discussão. Abaixo é apresentado trechos do discurso de Sojourner Truth.

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda essa falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E eu não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E eu não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher? (TRUTH, 1851 apud GELEDÉS, 2017, *online*).

Neste trecho, é evidente a diferença de tratamento entre mulheres brancas e negras estadunidenses; o privilégio em se ter a pele branca leva a obtenção de um tratamento diferenciado. Sojourne questiona a sua identidade de gênero, já que ela realizou tarefas igualmente de homens.

O discurso de Sojourner explicita, ainda no século XIX, a posição hegemônica em que o feminismo trataria as questões das mulheres, dispensando fatores como raça, orientação sexual, identidade de gênero. Velasco (2012) diz que Sojourne foi uma das pioneiras no feminismo negro, pois a partir do seu discurso é perceptível que sempre existiram debates e questionamentos das mulheres negras acerca da universalização da categoria. Entretanto, as falas, as produções dessas mulheres foram invisibilizadas.

Dessa forma, as opressões denunciadas pelo feminismo hegemônico não abarcaram o quesito cor como uma pauta de interesse para debates e muito menos o reconhecimento do privilégio de se ter pele branca. O racismo e o machismo são dois fatos que afetam diretamente as mulheres negras da América Latina. Os acontecimentos que ocorreram contra a mulher escravizada no período colonial se apresentam ainda hoje, revestido com a capa do mito da democracia racial. Muitas são as ações e discursos sobre a opressão que as mulheres sofrem. No entanto, esses debates tradicionais não contemplam e nem reconhecem que é o quesito cor que afeta propriamente a identidade da mulher negra.

Sueli Carneiro, em seu artigo 'Enegrecendo o feminismo', expõe os seguintes questionamentos em torno do que se defende na luta feminista tradicional:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos

parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem a serviço das frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados (CARNEIRO, 2003, p. 2).

Uma das inúmeras consequências da colonização na vida das mulheres negras é a naturalização de espaços domésticos e de prazer, ou seja, a empregada doméstica, a “mulata tipo exportação”, que faz lembrar a análise demonstrada por Lélia Gonzalez que diz ser o espelho da mucama no período colonial. Pode-se refletir a complexidade da condição dessas mulheres que passa de geração à geração. Dessa maneira, a clássica luta feminista não corrobora com a realidade e historicidade desse grupo. “Nesta perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para ação política feminista antirracista” (CARNEIRO, 2003).

É nesse contexto, e a partir dessas reflexões sobre a trajetória de luta das mulheres negras, que será tratado discursos e narrativas, através das mídias sociais, em destaque a plataforma do *YouTube* que, mesmo paulatinamente, vem ganhado visibilidade, ecoando suas demandas relacionadas ao racismo, machismo e sexismo a partir de temas sobre beleza negra. Contudo, é preciso entender a importância, o impacto dessas informações disseminadas na *web* na vida das mulheres negras que produzem conteúdo e das que se utilizam delas, e de que forma contribuem para minimizar o problema do racismo e machismo. A próxima seção trata sobre informação étnico-racial que ajudará na compreensão sobre o protagonismo e atuação das *YouTubers* negras.

3 INFORMAÇÃO ÉTNICO RACIAL

Para chegar ao que se refere informação étnico-racial é preciso compreender o que é informação. O termo informação possui um conceito polissêmico; existem vários, de diversos autores, nas mais variadas áreas do conhecimento, por exemplo: nas ciências naturais, sociais e humanas. É considerado um elemento essencial na vida dos seres humanos, na perspectiva de subsistência como também no desenvolvimento cultural, intelectual e econômico. Varela (2007) afirma que a qualidade de vida de uma sociedade pressupõe a geração de conhecimento e também de se valer dos já existentes, para a promoção do saber científico e social.

Pelo viés etimológico da palavra informação, '*Informare*', de origem latina, significa dar forma, colocar em forma, criar, representar, construir ideia ou uma noção. Este processo pode ser associado à noção de sentido onde há representação informacional com a junção de geração e transferência para que o fenômeno informacional suceda. Araújo (2001) diz que:

[...] através dessa análise etimológica do termo informação, um ponto se destaca. Temos que, seja como processo de atribuição de sentido, seja como processo de representação para a comunicação, a informação comporta um elemento de sentido, ou seja, o objetivo do ato de informar é o envio e a apreensão de sentido.

Buckland (1991), embasado na diversidade de sentidos que o termo informação está ligado, assinala três como sendo os principais, a saber: **informação como processo** – o autor demonstra na perspectiva de quando um indivíduo é informado de algo, ou seja, “[...] informação é o ato de informar” (BUCKLAND, 1991, p. 2); **informação como conhecimento** – empregado para expressar o conhecimento que foi comunicado, aquele que foi captado na informação como processo; e por fim, **informação como coisa** – entendendo que aqui a informação é remetida para objetos, como

documentos que carregam dados que podem ser comunicados. “Qualquer expressão, descrição ou representação seria informação como coisa” (BUCKLAND, 1991, p. 3).

É nítida a complexidade teórica diante da conceituação do termo, sendo considerado ambíguo e confuso por apresentar diferentes pontos de vista. Para tanto, Oliveira (2010) constrói um conceito de informação étnico-racial por perceber a necessidade de gerar uma conceituação específica de informação que se adequasse aos estudos com recorte étnico-racial. Neste sentido, o autor conceitua informação étnico-racial como sendo:

[...] todo elemento inscrito num suporte físico, (tradicional ou digital), passivas de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana (OLIVEIRA, 2010, p. 56).

É possível perceber que o conceito acima abrange diversas possibilidades informacionais, ou seja, não se delimita a um tipo específico de documento, contemplando, assim, as informações étnico-raciais veiculadas através de *vlogs*. O autor explicita que o conceito construído é passível aos diversos grupos étnicos; aqui aplicado à negritude. Atualmente, o termo informação está numa posição relevante; para a literatura esse termo obteve destaque após a segunda guerra mundial, onde houve uma propagação global no uso de redes de computadores. Por tanto, o uso e apropriação da *web* para a produção e disseminação de informações étnico-raciais são crescentes. Nesta perspectiva, é fundamental que haja um olhar coerente para com tais produções, como elas são disseminadas, construídas, usadas, armazenadas, já que elas têm a possibilidade de modificar as relações e as identidades positivamente.

3.1 OS CANAIS DO *YOUTUBE* COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

É importante entender a dimensão e o impacto dos vídeos produzidos e disseminados pela plataforma *YouTube*. Para isso, é necessário discorrer um pouco mais sobre seu surgimento, expansão, produções e influências informacionais no mundo contemporâneo. A plataforma foi lançada no ano de 2005, fundada por Chad Herley, Steve Chen e Jawed Karim. No ano seguinte foi comprada pela *Google* por 1,65 bilhão de dólares estadunidenses. A origem da palavra *YouTube* vem do inglês **you** = você, e **tube** = tubo, que pode ser entendida como “TV você”, e no português “Você TV”. O *YouTube* é uma plataforma online de armazenamento de conteúdo audiovisual.

O *YouTube* é o portal de vídeos mais acessado nos últimos anos. Os vídeos são classificados em diversas categorias, por exemplo: animação, jogos, comédias, entretenimento, música, política, curiosidades, animais, esportes, viagens, filmes, vídeo-aulas, beleza, tutoriais de maquiagem, artesanato, entre outros. Assim, o simples acesso a variados conteúdos estimula também a produção, os usuários (telespectadores) se tornaram produtores de conteúdos no ciberespaço. A interface do site apresenta mecanismos fáceis de manipular que impulsionam até aquele que possui certo embaraço com a internet.

A presente pesquisa trabalha com os vídeos de beleza negra, especificamente. Para alcançar o objetivo proposto nesta investigação é necessário entender o *YouTube* como uma fonte de informação. Para isso, é preciso compreender do que tratam as fontes de informação. Fonte de informação pode ser entendida como recursos informacionais necessários para responder aos questionamentos dos usuários. Cunha (2000, p. 8) afirma que “[...] o conceito de informação ou documento é muito amplo, pois pode abranger manuscritos e publicações impressas, além de objetos, como amostras minerais, obras de arte, ou peça museológicas”. São compreendidos como convencionais e não convencionais. Os convencionais – literatura branca – correspondem a livros e artigos; os não-convencionais – literatura cinzenta – equivalem a teses, relatórios, manuais; podem

ser analisadas enquanto a sua dimensão – geral ou especializada; e ao seu tipo – primária, secundária e terciária. Com a inserção tecnológica na sociedade contemporânea e sua influência nos meios de comunicação, Blattmann e Rodrigues (2014) informam que as fontes de informação podem ser definidas como qualquer ferramenta que atenda as necessidades informacionais dos sujeitos. Destarte, tornou-se pertinente incluir produtos, pessoas, programas de computador, meios digitais, sites e portais. Ou seja, com o crescente desenvolvimento de serviços oferecidos pela *web*, utilizados a partir de buscadores como o *Google*, atualmente, o *YouTube* é manipulado com a finalidade de sanar dúvidas, como fonte de pesquisa, isto é, um campo de fonte de informações.

[..] a partir disso, com a evolução de *softwares* e aplicativos integrados com a internet, as chamadas mídias sociais armazenam e veiculam toda a informação gerada neste ambiente, seja por meio dos próprios usuários ou por meios externos, transformando-as em importante meios de interação e divulgação de informação (SANTOS; SILVA; ZATTAR, 2016, p. 90).

Nesse contexto, o *YouTube* se tornou um espaço de atuação de mulheres negras – fonte de estudo desse estudo – sobre beleza. Dessa forma, as demandas de mercado de produtos específicos para beleza negra foram surgindo. Atrelado a isso, os questionamentos e cobranças sobre representatividade nos espaços de beleza, abrindo espaço para a discussão sobre as relações raciais e de gênero; o que se quer dizer é que muitos desses canais abordam os assuntos sobre beleza negra juntamente com uma nova narrativa sobre suas vidas, experiências, histórias. Mulheres negras falando em primeira pessoa, produzindo audiovisual com conteúdos pautados sobre suas especificidades de maneira pedagógica, política e interativa. Obviamente que a disparidade entre canais de beleza de mulheres brancas para negras é visível, tanto em quantidade, como de seguidores. Isto acontece devido ao *YouTube* ser uma mídia social que é compreendida e afetada por relações poder, como são também

as relações fora do ambiente da rede. Mas o assunto será abordado em outro momento.

Segundo informações traçadas por Santos, Bonfim e Zattar (2016, p. 91) o *YouTube*:

[...] destaca-se como fonte de informação estratégica, pois representa uma referência potencial, no atendimento das demandas do mercado de moda beleza, além de apresentar um papel considerável como fonte inovadora, pois se conceitua como ferramenta para a aplicação de novas ideias em qualquer serviço, produto ou processo.

O *YouTube* apresenta características voltadas para o mercado de negócios; é uma ferramenta que favorece o *marketing*, a partir da disseminação de informações com um viés de divulgação. O retorno do público ao que é trabalhado pela plataforma é instantâneo; ocorre pelos dispositivos da própria mídia social, a saber: a quantificação de visualizações, *likes*, *dislikes*, comentários, compartilhamentos. Outro fator importante de ser destacado aqui é a possibilidade de destaque pessoal e profissional que as produtoras de conteúdos adquirem, ou seja, é um trabalho que para a maioria é sua fonte de renda; ou seja, mulheres negras também estão alcançando fonte de sustento a partir da disseminação de produção de conteúdos sobre beleza, transmitidas na rede, expondo sua imagem e seu intelecto.

Foi possível observar a relevância das mídias sociais como plataformas de compartilhamento de informações de variados conteúdos. Dessa forma, é notória a percepção das mídias sociais como fontes de informação. Portanto, o *YouTube* pode ser entendido como uma fonte de informação que perpassa pelo viés do mercado de negócios, pela instrução, pelo entretenimento, pelo conhecimento, entre outros. “[...] Para os usuários, pode-se perceber como um instrumento de interatividade e obtenção de informações formais e informais, gerais e especializadas” (SANTOS; BONFIM; ZATTAR, 2016, p. 93).

Na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, é importante apontar que o *YouTube*, como um recurso informacional disponível na rede, se apresenta como uma fonte para pesquisas de determinadas áreas do conhecimento, que pode ser trabalhada como um instrumento pedagógico e de formação, como também, nesse caso específico, de enfrentamento ao racismo, à misoginia e ao sexismo, violências as quais mulheres negras são submetidas.

4 BELEZA NEGRA NO BRASIL: UM BREVE PERCURSO

Esta seção trata sobre as questões da beleza negra no Brasil, traz um resgate histórico iniciando no período escravocrata até chegar aos tempos atuais para que, assim, o entendimento da pauta tratada nesta pesquisa se torne um aparato de auxílio e, não obstante, de referência, sabendo que o tema da beleza negra é fundamental e caro para as questões de construção de identidade. Tal questão perpassa por processos de negação, ódio, invisibilidade, exclusão de símbolos, culturas e sujeitos.

No Brasil, o propósito da escravização não se limitou apenas aos trabalhos braçais, de cozinha e casa, mas também de serviços sexuais. O discurso da mestiçagem brasileira é reverberado como hino, firmada por Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande & Senzala*; com uma abordagem romantizada, escreveu sobre estupro, vingança, incesto, como escreve história de amor e cumplicidade.

Freyre escreveu também a obra *O escravo* nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Anúncios que descrevem os traços físicos das negras e negros fugidos ou dispostos à compra, venda e aluguel. Não é difícil perceber a relação feita entre a esteatopigia⁵⁵ que trataram a Sarah Bartman, como no exemplo, “a bunda empinada e os dedos [dos pés] muito curtos, e que pareciam não ter juntas, eram as principais deformações que caracterizavam o corpo

⁵⁵ Se refere a uma hipertrofia na região das nádegas que ocorre pelo acúmulo de gordura no local.

cheio e de estatura regular da escrava Cristina, crioula” (FREYRE, 2010, p. 80)⁵⁶.

As descrições físicas dos anúncios deixavam explícitas as intenções dos negociantes. Um comércio para fins sexuais existia e preenchia considerado espaço nos jornais.

Alguma mucama ou mumbanda de “bonita figura”, criada quase como folha e fugida talvez com o mulato de sua paixão, deixando o senhor branco sozinho, com saudade dos seus cafunés, dos seus dengos e dos seus quitutes. Está nesse caso a negrinha Luísa, de beiços finos, olhos grandes, pés pequenos, espigadinha de corpo, peito em pé, que em 1833 fugiu da Rua das Violas, aqui em São Cristóvão (FREYRE, 2010, p. 60)⁵⁷.

É possível afirmar, diante desta singela amostragem, que a escravidão engendrou condições sexuais para brancos e negros com a intenção de favorecer um funcionamento propício ao sistema colonizador. Havia, para além da satisfação sexual, um objetivo comercial vindo do branco. Tendo em vista, que quanto mais filhos as negras tivessem, mais se estendia sua posse.

Povos diversos foram trazidos ao novo mundo e as descrições detalhadas dos perfis dos escravizados e escravizadas anunciados nos jornais está também relacionada à diversidade estética dessa população. Os penteados africanos dentre o conjunto de elementos diversos também trazem importantes informações sobre um indivíduo e, até mesmo, sobre sua etnia. Os penteados sinalizavam o estado civil, idade, região de origem, religião, posição social, entre outras informações. Ou seja, o cabelo se caracterizava como um elemento valioso para os povos africanos. Além do aspecto estético, havia também o valor cultural.

Como um dos propósitos da escravização era dissipar também as lembranças, e qualquer vínculo que os negros e negras traziam de

⁵⁶ Diário de Pernambuco, de 11/11/1841 em Freyre ([1963] 2010, p. 80).

⁵⁷ Jornal do Commercio, de 08/01/1833 em Freyre ([1963] 2010, p. 60).

África, os seus cabelos, percebidos como um aspecto precioso, foram submetidos à raspagem, com a justificativa de necessidades higiênicas. No entanto, o objetivo crucial era atingir o pertencimento étnico bastante estimado pela população africana escravizada no Brasil.

A tradição africana no que diz respeito ao cabelo não se perde, no entanto, com o tráfico, mas renasce: a prática de manipular e enfeitar os cabelos foi sendo aos poucos, mesmo sob o domínio da escravidão, transformada e ressignificada (BRAGA, 2015, p. 82).

Entretanto, essas transformações e ressignificações não foram tão valorizadas quanto os processos de manipulação que surgem a partir do clareamento da população brasileira, entendida e disseminada no processo de miscigenação. A miscigenação no Brasil trouxe o que é denominado de traços finos, o que seria a seleção eugênica de aproximação ao europeu. Ou seja, o tom de pele mais claro, o cabelo cacheado, o nariz fino – herança da procriação forçada dos senhores para com as negras, a miscigenação – excluindo ainda mais aqueles e aquelas com traços negróides evidentes.

A estética sofre alteração na perspectiva de se aproximar ao que é considerado aceitável, e surge daí a busca por um *status* aceitável. Os métodos utilizados para chegar a esse ideal podem ser exemplificados na prática do alisamento dos cabelos. Após a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, a luta pela sobrevivência da população negra continua e além da busca pelos direitos básicos de subsistência, manifesta-se a necessidade de “humanização”, de reeducar a raça.

Passados os anos, o imaginário da mulata, mulher gostosa e pronta pro sexo, fruto da “mistura perfeita”, permanece no imaginário brasileiro. O carnaval se tornou um momento de exaltação e hipersexualização da mulher negra, reforçado pela mídia e utilizado como entretenimento nacional e internacional.

Em 1993, o personagem da “Globeleza” aparece pela primeira vez na televisão: Valéria Valenssa, esteve durante 13 anos nas vinhetas de propaganda do carnaval, com o corpo parcialmente coberto por purpurina, sambando, sem nenhuma fala.

Os discursos racistas inserem-se na cultura brasileira com ares de “naturalidade” o que, num primeiro olhar, impede uma crítica sistemática. Com referência ao negro, é preciso estar atento ao fato de que a mídia constrói identidades virtuais (ou pseudos identidades) a partir não só da negação e do recalçamento da identidade negra, como também um saber de senso comum alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições (FARIAS; FERNANDES, 2007, p. 8).

Ou seja, a Globeleza é a representação da mulata sexualizada na versão contemporânea. Programas globais realizavam concursos de competição entre mulheres negras para selecionar a musa do carnaval e a Globeleza. As participantes se apresentam seminuas, reforçando o estereótipo da mulata. No ano de 2014, a eleita à Globeleza Nayara Justino, mulher negra retinta e traços negróides protuberantes foi alvo de piadas, comentários racistas e misóginos na internet. Esse caso confirma o ideal de embranquecimento ainda latente no Brasil. A Figura 1 apresenta outra forma midiática de reforço ao racismo e sexualização da mulher negra.

Figura 1 – Anúncio publicitário cerveja Devassa.



Fonte: <https://veja.abril.com.br/economia/brasil-kirin-pode-ser-punida-por-publicidade-da-devassa/> Acesso em: ago. 2018.

O anúncio coloca o corpo da mulher negra como um produto perfeito, fruto da mistura perfeita. Dessa forma, apresenta esse corpo como um objeto, um produto mercadológico da sensualidade e do sexo. Essa seção demonstrou o percurso da beleza negra no Brasil a fim de enfatizar que a necessidade de trabalhar tais aspectos nos mais variados meios sociais é urgente. Trata-se de um fator intimamente ligado à identidade feminina negra. Dessa forma, as produtoras de conteúdos étnico-raciais exercem um papel importantíssimo na construção de um novo discurso sobre os corpos das mulheres negras, tendo em vista, a exposição de seus corpos (rostos, cabelos, boca, olhos) numa plataforma de grande visibilidade. É um papel de resistência.

5 YOUTUBERS NEGRAS

Nesta seção, é trabalhada a análise dissertativa dos canais pesquisados evidenciando o conteúdo da beleza negra. A pesquisa analisa o aspecto subjetivo em que as falas são construídas, ressaltando o contexto histórico de onde parte a construção do que pode afirmar ser um novo discurso sobre um grupo social específico

– mulheres negras, compreendendo que se trata de temas caros que atingem o campo da subjetividade que envolve dores, traumas, frustrações, depressões e silenciamentos. São aspectos simbólicos trazidos e imersos na diáspora africana, ou seja, com marcas de violência e de resistência ocorridos pelas trocas construídas a partir de um novo local, uma nova perspectiva de mundo, outro rearranjo identitário.

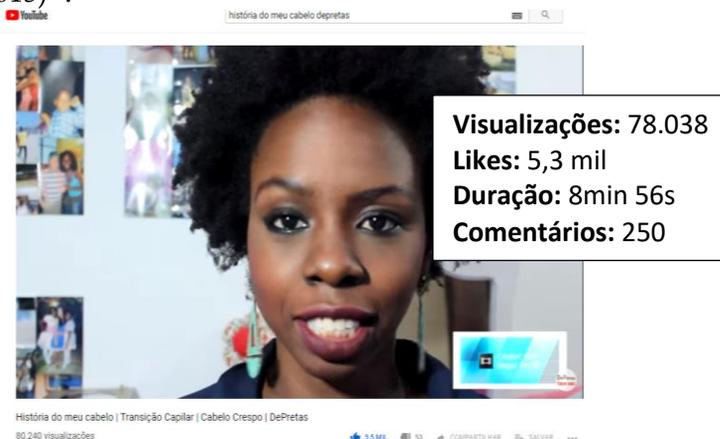
Tratar sobre beleza negra no Brasil é remeter nosso olhar para um grupo social racializado, em um país que cultiva o mito de democracia racial no seu imaginário, o qual sustenta o racismo estrutural existente.

As falas das *YouTubers* serão apresentadas na aplicação itálico nas representações dos dados obtidos. Também são trabalhados os comentários das seguidoras dos canais, na perspectiva de enriquecer a análise e a qualidade da pesquisa por demonstrar o diálogo e a interação entre as produtoras de conteúdos e suas seguidoras. Os comentários seguiram caracterizados pelo código C de comentário com numeração arábica, ex. C1, C2, C3, apresentados dentro de caixas. O critério utilizado para escolher os comentários é baseado naqueles que apresentaram interação efetiva com o assunto abordado no vídeo.

5.1 GABRIELA OLIVEIRA

No vídeo em questão, Gabriela Oliveira fala sobre sua transição, que se deu em um momento específico em que se programou com algumas amigas de fazer uma leitura bíblica contínua com duração de três dias em sua residência (i.e., um desafio). Em um desses dias foi o aniversário da Gabriela, por esse motivo, ela chamou uma amiga que fazia seu cabelo para atendê-la em casa. Ou seja, foi feito o processo de relaxamento capilar durante o desafio.

Figura 2 – Vídeo ‘História do meu cabelo / transição capilar’ (16 de setembro 2015)⁵⁸.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=s7PTXJ8b6Rg&t=81s> Acesso em: ago. 2018.

Ela então afirma ter decidido não relaxar mais seus cabelos por ter percebido que era incitada por uma necessidade, um vício. O relaxamento foi feito somente em volta do cabelo porque utilizava *megahair* naquele momento. Depois retirou o *megahair* devido à quebra do cabelo, não havia crescimento e, esteticamente, não estava bonito, como relatado por ela no vídeo. Ela colocou tranças e permaneceu por um mês.

Quando eu botei a trança eu fiquei desesperada pra ver o meu cabelo de novo, porque eu só vi meu cabelo durante um dia, como eu comecei a alisar meu cabelo com uns quatro anos, mais ou menos, então eu não conhecia meu cabelo.

⁵⁸ Os dados sobre visualizações, *likes* e comentários estão sujeitos à alteração, evidenciando que os vídeos podem ser acessados a qualquer hora, por qualquer indivíduo conectado à rede.

Em seguida realizou o *big chop*⁵⁹ conhecido também como BC. A *YouTuber* fala que se sentiu muito bem, talvez por um aspecto de liberdade, mas não soube identificar exatamente o porquê. Atualmente, olhando para as fotos do momento do BC, ela indaga como teve coragem de cortar o cabelo curto.

Após esse processo, entrou em diversos grupos virtuais sobre cabelos cacheados e crespos. A partir daí ela conta que começou a entender esse universo estético, ressaltando que a transição não se deu pela influência dos grupos. Ela passou a pesquisar sobre o assunto, onde identificou o tipo de cabelo que tem.

Descobri que meu cabelo é tipo 4 logo de início porque aqui em casa todo mundo é crespo, então assim... eu já achava que era tipo 4 mesmo.

Gabriela fala que não teve dificuldade. Procurou referências de cabelos crespos para aprender a lidar da maneira correta. Em seguida, afirma que a transição é muito mais do que cabelo para ela e para muitas pessoas que também passaram por tal transformação. Afirma que depois do cabelo natural, passou a entender questões que envolvem ser mulher negra e o racismo. E, deste modo, o grupo do *Facebook* “Cacheadas em transição” foi tema da monografia de Gabriela. Afirma também que, a partir daí, abriu os olhos para muitos aspectos; justifica que fala sobre cabelo, pela falta de representatividade na plataforma *YouTube*, sobretudo, das mulheres com cabelos tipo 4 em relação às cacheadas. Exemplifica o não interesse de empresas e da mídia. Indaga as seguidoras sobre os motivos de passar pela transição se por influência de uma onda ou se realmente há um interesse em se descobrir, em se conhecer, de entender o cabelo, as origens.

Gabriela Oliveira diz que a transição foi muito importante pessoalmente para entender sobre alguns aspectos relacionados a se conhecer, conhecer o seu cabelo; isso também se deu por meio de leituras no período da escrita da monografia. Por fim, ela deixa um

⁵⁹ Termo em inglês que pode ser traduzido literalmente como grande corte.

recado de incentivo às seguidoras, sobre passar pela transição com a intenção de se conhecer, e não porque outras pessoas estão passando pela transição. Ela diz ainda que no final do processo há a descoberta do ser, sujeito protagonista que foi renegada e que finalmente se encontrou.

5.2 ANÁLISES DOS COMENTÁRIOS DO CANAL 'HISTÓRIA DO MEU CABELO/TRANSIÇÃO CAPILAR'

Neste segmento, é apresentada uma amostra da interação das seguidoras com a produtora de conteúdo, que trata também de trocas e compartilhamento de informações e conhecimentos. É perceptível a proximidade das seguidoras em demonstrar, a partir dos comentários, suas memórias, vivências e realidades capilares, que percorre subjetividades e individualidades. Dessa maneira, é manifestada a atuação e disseminação de informações étnico-raciais, com o tema voltado para transição, aceitação. Relatos que, por vezes, não são – ou ainda não foram – dialogados fora do ambiente da rede. Ou seja, é um mecanismo de reflexão e de conhecimento.

C1: Nossa você falou tudo. amei seu canal. faz um bom tempo que procuro uma blogueira tipo 4. gosto das outras, mas acho que a gente precisa estar acompanhado blogueiros com o cabelo mais parecido com o nosso, afinal isso fortalece. acho que a mídia devia apoiar mais blogueiras tipo 4.

É perceptível o reconhecimento através da representatividade enquanto tipo de cabelo, de acompanhar canais que tratam de aspectos relacionados às necessidades específicas do cabelo tipo 4, nesse caso. Também, a exigência em difundir e apoiar influenciadoras digitais com cabelos crespos do tipo 4.

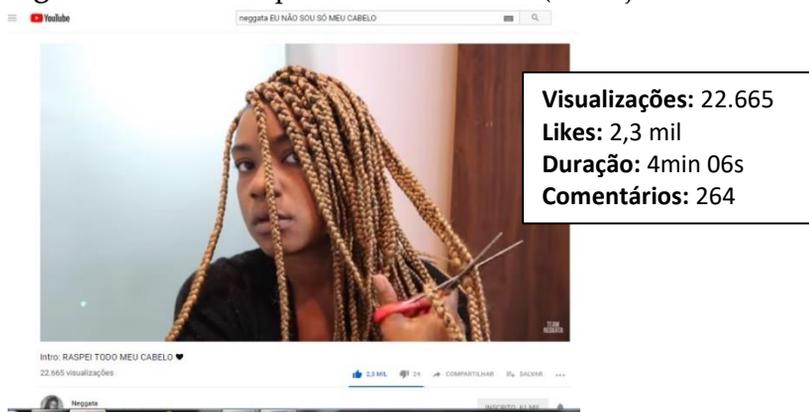
C2: Muito bom sua análise, eu usei tranças quase uma vida toda, com uns 25 anos resolvi fazer a cagada de relaxar, porque meu cabelo 'não tinha jeito', segundo os cabelereiros... realmente não tinha jeito para química rs! caiu em 6 meses sem ao menos eu

retocar a raiz! Não queria ver meu cabelo caindo no banho! fiquei em transição por 2 anos (nas tranças) rs e finalmente no final do ano passado resolvi que era hora de tirar de vez as tranças, não queria mais aquilo pra mim. Vejo várias transições e parece que as pessoas acham dolorido, eu nem senti! rs – por causa das tranças – Mas como você mesmo fala, há um certo preconceito, as pessoas me perguntam cadê os cachos? e eu digo tenho micro-cachos, pois meu cabelo é crespo, e sabe qual a maior diferença entre o cacheado e o crespo? o cacheado lava estica e o crespo lava e encolhe, e elas riem... e eu digo É SÉRIO! É preciso muita resistência e força de vontade e acima de tudo empoderamento para assumir o CRESPO sendo ele 4A, B e acho que o ainda mais o C. E posso dizer que aqui no Sul do país ainda é muito mais difícil, Parabéns pelos vídeos.

Um ponto importante a ser destacado no comentário C2 é o uso da trança pela seguidora que a usou por mais de 25 anos. As manifestações de racismo sofridas têm como uma de suas consequências o alisamento dos cabelos crespos na tentativa de diminuir o volume, definir cachos. Calasans (2016, p. 100) informa que “[...] a partir dos anos setenta, as mulheres negras brasileiras começaram a ver nos cabelos trançados um elemento de revolução”, ou seja, um constituinte de embelezamento especialmente para as mulheres negras, que buscam reconhecimento identitário. A seguidora expõe o insucesso ao optar pelo alisamento, retornando ao uso das tranças e depois ao cabelo natural. As indagações pelas quais ela afirma ter passado sobre seu cabelo não formar cachos demonstra a inferiorização imposta ao cabelo crespo, levando a constatar que assumir o cabelo naturalmente crespo é um ato de coragem.

5.3 LORENA MONIQUE

Figura 3 – Vídeo Raspei todo meu cabelo (22 de janeiro de 2018)⁶⁰.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=Hm_xYCo1phw.

O vídeo acima produzido pela Lorena Monique do canal Naggata é distinto dos outros por não utilizar de uma narração verbal – que é um fator possibilitado pela produção de audiovisual; ela diz poucas frases durante toda a gravação. No início do vídeo, com a expressão muito tensa, questiona: *por quê nós mulheres somos tão apegadas a cabelo?* Utilizando de uma sonoplastia, a cena continua com o corte de suas tranças. No decorrer do corte, ela diz: *Tá acontecendo!*. Depois de cortadas, as tranças acima dos ombros, em exatos 1min 03s, é mostrada na tela a data referente ao dia 16/01/2018.

Retoma o vídeo em outro espaço, que indica ser a residência da Lorena Monique, com duas pessoas destrançando e cortando seu cabelo, um homem e uma mulher que se pode subentender serem seus pais. A cena segue com muita emoção vinda de Lorena Monique que passa os dedos pelos seus cabelos curtos.

Depois de cortados, é o momento da raspagem. Posteriormente, é exibida na tela a seguinte frase: *“Não viva de arrependimentos!”* O vídeo é finalizado com Monique em outro

⁶⁰ Os dados sobre visualizações, *likes* e comentários estão sujeitos a alteração, evidenciando que os vídeos podem ser acessados a qualquer hora, por qualquer indivíduo conectado à rede.

momento, usando argolas grandes, *piercing* no septo e maquiada. Onde ela respira fundo e sorri como quem se sente livre.

5.4 ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DO CANAL DA NEGGATA

C1: *Acho que só quando cortamos nosso cabelo bem curto temos a real experiencia (*sic) de olhar nosso rosto e nos enxergar (*sic) de verdade, ver cada detalhe da nossa beleza. Ficou tão linda quanto já é!!*

O cabelo, ligado fortemente às questões de feminilidade e embranquecimento, é um aspecto que perpassa questões como a “boa aparência”. Ou seja, o padrão a ser seguido era ter um cabelo grande e liso. Esse fato recai sobre a negação de uma identidade e a invisibilização dos traços faciais. No comentário, a seguidora afirma que quando se corta o cabelo curto a visão da face fica mais evidente.

C2: *Cara eu me pergunto isso todos os dias... e já achei minha resposta. O mais difícil é se desapegar dessa construção maluca. Penso que no nosso caso (negras com cabelo crespo) o cabelo representa uma identidade muito forte, masss não somos só cabelo né não? <3 Neggata volte com tudooo, estávamos com saudade poxa <*

No comentário acima, a seguidora remete à indagação feita pela Lorena Monique no vídeo, a saber: *por quê nós mulheres somos tão apegadas a cabelo?* Afirma que é um questionamento diário. No entanto, a resposta para ela é o desapego da construção de um padrão de beleza imposto socialmente, levando em consideração o fato de que seguir um caminho diferente ao que é determinado é um ato de coragem.

Isto posto, raspar a cabeça é dar um passo além, entendendo que o cabelo carrega um valor simbólico de feminilidade, e fugir desse padrão é ser vista e tratada de maneira diferente, preconceituosa e racista. Ressaltar a cabeça raspada em um corpo

feminino remete ao imaginário social questões como doenças, orientação sexual e ritual religioso, e se for uma mulher negra a violência é acentuada. No entanto, o rompimento de padrões estéticos acontece juntamente com a expansão da subjetividade e construção de identidade de mulheres negras que começam a perceber que a afirmação identitária, sua sensualidade e feminilidade não estão sujeitadas ao cabelo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se faz a análise da trajetória das Mulheres Negras no Brasil, são perceptíveis os duros caminhos percorridos e as dificuldades que ainda hoje sofrem devido às consequências do racismo em suas vidas. O silenciamento, o apagamento histórico da atuação destas desde o período escravocrata, as diversas formas de subserviências as quais foram submetidas, o lugar de empregada doméstica e ou de “mulata exportação” como apenas o que se pode alcançar, e os diversos enfrentamentos diante dos movimentos que, da mesma forma que a historiografia, não lhes deram voz, causando como um dos efeitos o não reconhecimento de uma identidade negra.

Nessa conjuntura, construir uma identidade negra positiva é ir contra todo um sistema e processo histórico que invisibiliza uma população marginalizada, estigmatizada e preterida. A utilização das mídias sociais e, aqui, a plataforma *YouTube* como mais um mecanismo que pode ajudar no fortalecimento de uma identidade negra, assim como a informação étnico-racial, tem potencialidade de ressignificar a imagem das mulheres negras. A Biblioteconomia tem, portanto, um papel fundamental, entendendo que o *YouTube* é uma fonte de informação, portanto, a área deve se adequar e trabalhar também na sua mediação. Os fluxos de informações produzidas e disseminadas na *web* são gigantescos, a(o) bibliotecária(o) pode, a partir de suas competências, qualificar esse acesso para os usuários.

Com isso, é possível afirmar que a informação tem papel preponderante no processo de autoaceitação e principalmente quando a informação e o conhecimento são produzidos por autores/as que possam ser referência para os seus “aprendentes”,

tendo em mente que o conhecimento e o seu acesso também são questões políticas. Nesta linha de análise, percebemos que o *YouTube* é uma fonte de informação que precisa ser inserida no campo de tratamento e medição exercida pela Biblioteconomia, considerando ser uma fonte informacional que abrange as diversas áreas do conhecimento, tem um considerado número de acesso, é flexível o que diz respeito a produção e disseminação da informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 5, out., 2001.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, ago./dez., 1995.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a revolução digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society of information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

BRAGA, Amanda. **História da beleza negra no Brasil**: discursos, corpos e práticas. São Carlos: EdUFUCar, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: CASTELLS, Manuel. (Org.). **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan/abr. 2007.

FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**: tentativa e interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de característicos de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. 4 ed. São Paulo: Global, 2010.

GONZALÉZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Literatura cinzenta. In: CAMPELLO, Bernardete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeanette M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 97-103.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 2, p. 55-69, jan/jun. 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2017.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, out., 2004.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de. **Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito etnicorracial ao projeto “A cor da cultura”**. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PRANDI, Reginaldo. Referências Sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 151-167, jun., 1998.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SANTANA, Anália. Mulheres negras do Rosário do Pelourinho: memória, identidade e poder. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013.

SANTOS, Bruna Ribeiro; SILVA, Letícia Machado; ZATTAR, Marianna. YouTube como fonte de informação para o mercado de moda e beleza. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 86-95, 2016.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2006.

VARELA, Aida. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

A BIBLIOTECA ESCOLAR NA LUTA CONTRA O RACISMO

Quedma Ramos da Silva
Erinaldo Dias Valério

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade moderna, os diferentes meios de informação e comunicação têm possibilitado mais discussões sobre as relações raciais que envolvem grupos historicamente discriminados. No que se refere à população negra, tema deste capítulo, a produção científica sobre a temática tem contribuído para a desmistificação da cultura africana e afro-brasileira, mostrando a história de luta e resistência no cenário brasileiro e no mundo.

É por meio de informação e produção de conhecimento que os indivíduos conhecem o valor histórico-cultural de suas origens. Portanto, o debate tem se mostrado um aliado na luta contra o preconceito, discriminação e racismo, visto que a intolerância é uma consequência - dentre outros motivos - da falta de informação.

A luta por igualdade de direitos e oportunidades da população negra na sociedade vem acontecendo há séculos, devido à militância dos movimentos sociais negros. Esses movimentos se caracterizam por grupo de pessoas, entidades e associações que lutam em prol da igualdade racial em todos os setores. Segundo Valério (2014), o movimento social negro busca discutir e promover igualdade da população negra na sociedade por meio de reivindicações, ações e estratégias políticas específicas.

A partir das reivindicações deste movimento social houve a aprovação da Lei nº 10.639/2003⁶¹, que determina que toda escola de ensino básico no Brasil inclua em suas disciplinas regulares o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, a luta das(os) negras(os),

⁶¹ Altera para Lei nº 11.645/2008 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática indígena.

mostrando a contribuição da população negra nas áreas econômicas, políticas e social no que se refere à história do Brasil. Acredita-se que a reeducação é a melhor maneira para que a desinformação que gera discriminação, preconceito e racismo, seja eliminada.

Neste sentido, a escola é um dos principais meios de produção e circulação de informação existente. Cabe a ela, dentro do ambiente escolar, criar meios em conjunto com a biblioteca para a reeducação étnico-racial de suas(seus) alunas(os).

Assim, esta pesquisa foi realizada em uma biblioteca escolar de uma escola conveniada como a indústria localizada na cidade de Goiânia, Goiás. Por questões éticas, o nome da escola ficará no anonimato. É importante ressaltar que a escolha se deu por ser uma instituição que possui bibliotecário e também por ter o espaço físico da biblioteca. A partir dessas observações, o presente capítulo tem como objetivo verificar como a biblioteca da escola analisada atende à Lei nº 10.369/2003 e como as relações raciais têm sido abordadas nessa biblioteca. É importante ressaltar que este capítulo apresenta resultados parciais de uma pesquisa maior, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Biblioteconomia, na Universidade Federal de Goiás (UFG).

2 BIBLIOTECA ESCOLAR E A QUESTÃO RACIAL

Os livros abordados no ambiente escolar precisam tratar as relações raciais de forma que as crianças negras(os) se reconheçam nesses materiais. É importante não utilizar livros que retratam a(o) negra(o) como marginal e subjugada(o) às pessoas não negras(os). A escola é o primeiro convívio social das crianças, por isso, é essencial discussões com o recorte racial, uma vez que esse debate possibilita que elas(eles) se tornem adultas(os) com uma base sólida de conhecimento e pertencimento racial para as discussões contra a discriminação, preconceito e racismo.

Cabe a(ao) bibliotecária(o) manter olhar atento para inibir essas práticas na biblioteca escolar, que vão desde o olhar crítico aos livros até as brincadeiras que acontecem nesse ambiente. As histórias contadas e os livros disponibilizados necessitam apresentar as(os)

personagens negras(os); nas mostras culturais, sempre resgatar a cultura africana e afro-brasileira, para que essas crianças conheçam sua ancestralidade e suas contribuições para a cultura brasileira e se reconheçam na história.

Deve ser inserido no cotidiano da biblioteca escolar pessoas negras com diversas formações, como: autoras(es), poetisas (poetas), escritoras(es), jornalistas e profissionais de todas as áreas do conhecimento. E essa divulgação deve ser feita através de ações culturais, roda de leitura, exposição fotográfica, filmes, revelando como a(o) negra(o) contribuiu e contribui para o desenvolvimento da sociedade. Isso favorece a construção da identidade dessas crianças negras.

As bibliotecas têm um papel fundamental no combate à discriminação e ao racismo; a biblioteca é um lugar onde as pessoas buscam conhecimento e informação, assim, é importante que as relações étnico-raciais sejam tratadas de maneira coerente. É necessário que a história não seja transmitida apenas de um único ponto de vista, excluindo a contribuição das(os) negras(os) na construção estrutural, física e cultural brasileira. Gomes (2016, p. 10) afirma que,

a (o) bibliotecária (o) não deve se portar passivamente diante do acervo e sim estar atenta (o) e informada (o) a respeito das ideologias e estereótipos que circulam nos diversos suportes informacionais a fim de propor uma reflexão do processo de discriminação racial brasileiro que desqualifica a participação da população negra na construção social (GOMES, 2016, p. 10).

É necessário que os livros utilizados nas bibliotecas não retratem a(o) negra(o) de forma inferiorizada, como pobre, marginal, com capacidade intelectual reduzida, com características físicas grotescas. Há muito tempo se discute a inclusão social da(o) negra(o) na sociedade brasileira e, neste sentido, a biblioteca precisa se

adaptar a este novo cenário e incluir em seus serviços, produtos e ações, um olhar para a diversidade racial.

3 METODOLOGIA

Toda pesquisa pode ser considerada como bibliográfica, em que seus fundamentos estão baseados em materiais bibliográficos, como livros e artigos científicos, entre outros. Segundo Gil (1989), a pesquisa bibliográfica é elaborada através de um material já existente. Algumas pesquisas são realizadas usando exclusivamente materiais bibliográficos, permitindo ao(à) pesquisador(a) uma abordagem mais ampla de determinado assunto.

Embasando-se nisso essa pesquisa é de cunho bibliográfico, pois foram utilizados materiais já publicados dentro das seguintes temáticas: biblioteca escolar, o papel do bibliotecário dentro desse ambiente, estudo das relações raciais e cumprimento da Lei nº 10.639/2003.

Este trabalho trata de uma pesquisa exploratória. Na ótica de Marconi e Lakatos (2003), trata-se de uma pesquisa que tem como finalidade formular uma questão ou problema, com o objetivo de gerar mais conhecimento ao tema estudado, fazer com que o(a) pesquisador(a) tenha familiaridade com o assunto de sua pesquisa, gerando possibilidade de novas abordagens de uma pesquisa.

Este trabalho se caracteriza como estudo de caso por ser uma pesquisa exaustiva e profunda de um determinado local a fim de compreender o comportamento mediante as situações sociais pré-estabelecidas. O ambiente escolhido foi a biblioteca escolar de uma escola conveniada com a indústria, localizada na cidade de Goiânia, Goiás. Na definição de Gil (2002), os estudos de caso podem ser feitos por meio de entrevistas, questionários, observações, depoimentos entre outros, para esta pesquisa, foram utilizados questionários e observações.

Para a obtenção dos dados foi realizada a aplicação de questionários. Os questionários foram aplicados aos estagiários do colégio que trabalham na biblioteca, ao professor que ministra a disciplina de História, e ao bibliotecário responsável pela biblioteca.

No que se refere ao delineamento, esta pesquisa é de cunho qualitativo. A pesquisa qualitativa se baseia no estudo das relações sociais e humanas, mostrando a relevância de fatos socioculturais para construção da sociedade atual. Segundo a definição de Creswell (2010), ela busca entender o significado que os indivíduos ou grupo atribuem a um grupo social ou humano.

4 COLETA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresenta-se a coleta e análise de dados. Para a coleta de dados, foram utilizados três modelos de questionários, onde no primeiro modelo foram feitas perguntas para os estagiários, no segundo para o bibliotecário e no terceiro para o professor.

A coleta dos dados com estes instrumentos foi realizada pessoalmente na biblioteca do colégio e por meio de e-mails. As perguntas foram elaboradas com a finalidade de perceber como a biblioteca tem trabalhado as questões raciais; como os profissionais estão preparados para trabalhar com este tema; se o tema é importante e qual a contribuição da biblioteca na luta antirracista. Para melhor percepção da análise, optou-se por dividir os questionários em blocos e analisar separadamente por cada tipo de participante. Dessa forma, a primeira análise se refere às respostas dos questionários aplicados aos estagiários.

4.1 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTAGIÁRIOS

Os blocos foram divididos da seguinte maneira: **Bloco 01** – dados de caracterização, que permitiu que fosse identificado o perfil dos profissionais, como faixa etária, sexo, raça/cor e escolaridade; e **Bloco 02** – informações relativas ao tema da cultura afro-brasileira e africana na biblioteca, possibilitou compreender a percepção deles em relação à temática racial, as ações promovidas pela biblioteca para promoção do tema, processo de escolha e aquisição de livros. Nesse sentido, apresenta-se as análises distribuídas nos blocos relatados acima.

a) Bloco 01 – dados de caracterização:

A biblioteca analisada tem como apoio para a realização das atividades dois estagiários do sexo masculino, com faixa etária entre 25 a 40 anos; quando perguntado qual era sua cor o estagiário **A** se declarou pardo, alegando que no Brasil a maioria da população é parda, devido à miscigenação, e o estagiário **B** se declarou negro. Ambos cursam graduação em Pedagogia.

Ao verificar estas respostas, é possível observar que os participantes têm uma identidade racial construída, mas ainda com discurso da miscigenação. Não há dúvidas que o Brasil é um país de uma população miscigenada, porém, nas relações sociais o que conta são as características fenotípicas que impedem, principalmente, o acesso das pessoas negras a diferentes ambientes.

a) Bloco 02 – informações relativas ao tema da cultura afro-brasileira e africana na biblioteca:

Análise das respostas à questão: Você já ouviu falar sobre a Lei nº 10.639/2003? E sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação das relações étnico-raciais? O que sabe sobre esses documentos?

Se tratando dessa questão, o estagiário **A** afirmou que a conhece a Lei e as diretrizes curriculares; porém, quando perguntado qual era seu conhecimento sobre as mesmas, ele não conseguiu expressar uma opinião. O estagiário **B** afirmou categoricamente que desconhecia.

Ao indagar essas questões, se tornou evidente que o curso de graduação ainda não está trabalhando a temática, o que é bastante preocupante por se tratar de futuros profissionais da educação. Espera-se que até a conclusão do curso de graduação desses estagiários, eles possam ter contato com o tema e contribuir para a luta contra a desigualdade racial.

Análise das respostas às questões: Já foram trabalhadas, na biblioteca, ações referentes à cultura afro-brasileira e africana? De que forma? Com que frequência? Com que materiais?

No que se refere a ações realizadas na biblioteca que contemplem a temática, o estagiário **A** afirmou que no dia que se comemora “O dia da Consciência Negra” é exibido na biblioteca algum filme que trabalhe a temática; entretanto, o estagiário **B** disse que não existe nenhum tipo de evento na biblioteca, independentemente do dia, ao menos no período vespertino que é o quando ele está na biblioteca.

Percebe-se que a biblioteca da escola, a partir dessas informações, trabalha a temática apenas na data em que se comemora o dia da Consciência Negra. Seria importante que esse trabalho fosse realizado cotidianamente e abrangesse todos os turnos, para que todas(os) as(os) alunas(os) tivessem oportunidade de conhecer sobre as relações raciais. Acredita-se que talvez com a contratação de um(a) bibliotecário(a) específico(a) para a unidade com a formação política voltada para diversidade, a biblioteca teria mais ações com esse recorte, visto que o bibliotecário chefe faz gestão de todas as bibliotecas da rede de ensino da escola e não consegue fazer o acompanhamento efetivo de cada unidade.

Análise das respostas à questão: Você acha importante essas atividades com esse tipo de recorte?

Apesar de a biblioteca quase não promover ações que discutam sobre as relações raciais, os estagiários acham importante atividades com esse recorte. O estagiário **A** afirmou que o povo precisa de cultura e inclui a cultura afro-brasileira em seu diálogo, e o estagiário **B** também concorda e comenta que *“atividades com recorte racial melhora a consciência social dos alunos, e também faz com que os alunos negros se sintam incluídos na história”*. Nota-se que eles acreditam no potencial dessas atividades para desconstruir o preconceito e racismo, e assim, romper o silêncio imposto às contribuições da população negra na formação da sociedade brasileira.

Constata-se, a partir dessas informações, que caso a biblioteca tivesse um(a) bibliotecário(a) para trabalhar a temática, ambos estariam dispostos a auxiliar, pois demonstram interesse ao debater o tema. Também é possível inferir que eles não criam ações por não terem o mínimo de conhecimento necessário para desenvolver de tais atividades.

Análise das respostas à questão: Qual a participação da biblioteca na escolha dos livros que serão usados no decorrer do ano letivo na bibliografia básica e complementar?

Os estagiários não participam das escolhas dos livros que serão adquiridos pela escola, mas ambos disseram que as(os) alunas(os) podem pedir livros que não tenham no acervo. Esses pedidos são encaminhados para a coordenação/direção, até chegar às mãos do bibliotecário chefe; o prazo para que esse material solicitado chegue à biblioteca é de mais ou menos 12 meses.

Análise das respostas à questão: Com qual frequência os livros que abordem a temática africana e afro-brasileira são solicitados?

Quando perguntado quando os livros que abordam a temática são solicitados, o estagiário **A** não soube informar, pois, no momento, o sistema estava fora do ar, o que impossibilitou o acesso a essa informação. Já o estagiário **B** afirmou que esses livros são poucos solicitados; as(os) alunas(os) só procuram livros com o recorte racial quando solicitado para tarefas escolares. Com relação aos livros literários que trabalham a temática não existe procura por parte delas(es).

A falta de procura desses materiais é um ponto que merece reflexão e indagação. Como está sendo discutido esse tema em sala de aula? Por que as(os) alunas(os) não vão à biblioteca procurar esses materiais?

Análise das respostas à questão: Na sua opinião, qual a contribuição da biblioteca para a reconstrução de forma positiva na imagem da população negra?

Se tratando da importância da biblioteca na reconstrução de forma positiva da imagem do negro, o estagiário **A** diz ser importante, porque é através da leitura que a cultura é conhecida. Para o estagiário **B**, a biblioteca é importante porque os livros trazem informações verdadeiras sobre a população negra que vai além da escravidão.

Durante as visitas feitas na biblioteca, percebeu-se que todo livro relacionado à temática racial está classificado como literatura. Quando questionado porque esses livros não estão em sua área de conhecimento devida, a resposta foi que, em algum momento,

algum(a) funcionário(a) das unidades de ensino os catalogou dessa maneira e agora não tem como modificar.

A aplicação dos questionários aos estagiários permitiu compreender a forma de funcionamento da biblioteca do colégio; a circulação da informação da temática nesse ambiente; entender como é feito o processamento técnico dos materiais e identificar quais ações a biblioteca tem desenvolvido que colaboram com o debate das relações raciais. A seguir estão as informações do questionário aplicado ao bibliotecário chefe.

4.2 QUESTIONÁRIO APLICADO AO BIBLIOTECÁRIO

O questionário foi aplicado ao bibliotecário chefe através de e-mail e suas respostas também foram divididas em blocos da seguinte maneira: **Bloco 01** – dados de caracterização, que permitiu que fosse identificado o perfil do profissional, como faixa etária, sexo, cor e escolaridade e **Bloco 02** – informações relativas ao tema da cultura afro-brasileira e africana na biblioteca, que possibilitou a compreender a percepção dele em relação a temática racial e o papel dele na luta antirracista.

a) Bloco 01 – dados de caracterização:

O bibliotecário chefe está na faixa etária de 25 a 31 anos e se declara branco. Ele é formado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás, e gerência todas as bibliotecas da rede de ensino da escola pesquisada. Olhando para a idade do bibliotecário, é possível inferir que se trata de um profissional jovem e que pode estar mais flexível a mudanças e acompanhar as discussões da atualidade.

b) Bloco 02 – informações relativas ao tema da cultura afro-brasileira e africana na biblioteca:

Análise das respostas à questão: Você já ouviu falar sobre a Lei nº 10.639/2003? E sobre as Diretrizes Curriculares para a

Educação das relações étnico-raciais? O que sabe sobre esses documentos?

Se tratando da Lei, o bibliotecário respondeu que tem conhecimento; porém, afirma que necessita de mais leituras e participação em debates para compreender a proposta e os objetivos da Lei. O curso de Biblioteconomia da UFG, até o ano de 2016, não contava com disciplinas que tratassem o tema das relações raciais. Só a partir de 2017.1, com a nova reforma do Plano Pedagógico de Curso (PPC), que este tema foi inserido como disciplina optativa. Ressalta-se que na universidade existem várias disciplinas com esse recorte, mas são ofertadas como núcleo livre e não discutem o papel da biblioteca e da(o) bibliotecária(o) neste processo. Dito isso, é possível afirmar que o desconhecimento do bibliotecário também guarda relação com a inexistência dessa discussão no curso, na época de sua formação.

Análise das respostas à questão: Em sua opinião, qual a contribuição da(o) bibliotecária(o) para educação étnico-racial?

Na concepção do participante, a(o) bibliotecária(o) tem conhecimento necessário para desenvolver mecanismos no combate ao racismo. Basta estudar sobre o tema e desenvolver essas habilidades por meio de ações. Como se percebeu na questão anterior, o bibliotecário não possui uma formação acadêmica e continuada para trabalhar a temática; isso se percebe na falta de sugestões ou de iniciativas que possibilitariam a aproximação com o tema deste estudo.

Análise das respostas à questão: Como a biblioteca pode contribuir para o fim do preconceito, discriminação e racismo que afetam a população negra?

De acordo com o bibliotecário, acredita-se que, ao tratar da contribuição para o fim do preconceito e discriminação que afeta a população negra, a biblioteca deve desenvolver projetos e mecanismos que contribuam para acabar com essas práticas na sociedade. No entanto, como já foi falado, a biblioteca não desenvolve muitas ações e não consegue evidenciar modelos de práticas neste sentido.

Análise das respostas à questão: Você, enquanto bibliotecário, o que tem feito para a promoção da igualdade racial na biblioteca?

O bibliotecário não tem realizado nenhum tipo de ação, mas está aberto a propostas. E, apesar de no momento não estar desenvolvendo nenhum projeto que trabalhe questões raciais, ele demonstra interesse em receber sugestões para que essa situação mude. Essa afirmativa é bastante importante por provar a existência de uma prática que deve ser combatida.

Análise das respostas à questão: Como é feita a seleção de materiais utilizados na biblioteca? Qual a sua participação na escolha desses materiais?

Apesar de ser o bibliotecário responsável, ele não participa da escolha dos livros que serão adotados na escola; essa seleção é feita pela direção do colégio, professora (professor) e lista de sugestões feitas por alunas(os). O bibliotecário participa do processo no momento da aquisição dos materiais, visto que a listagem já vem de órgãos superiores.

4.3 QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR

Para melhor percepção das análises, optou-se por dividir o questionário em 3 blocos sendo: o **Bloco 01** – dados de caracterização, que permitiu conhecer o perfil do professor, como: cor, faixa etária, sexo e formação acadêmica; **Bloco 02** – informações relativas ao tema da cultura afro-brasileira e africana abordadas em sala de aula, que possibilitou compreender a percepção dele em relação à temática; e **Bloco 03** – informações relativas ao tema da cultura afro-brasileira e africana na biblioteca, que proporcionou entender com qual frequência e por meio de quais materiais é abordada as questões raciais.

a) Bloco 01 – dados de caracterização:

O professor está na faixa etária de 31 a 40 anos e se declara branco. Ele possui pós-graduação em nível de mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), e ministra as disciplinas

de Sociologia e História para o ensino médio. É importante frisar que mesmo pertencendo a um grupo racial privilegiado, o professor tem desenvolvido ações importantes para a luta antirracista, como pode ser visto nas próximas questões.

b) Bloco 02 – informações relativas ao tema da cultura afro-brasileira e africana aborda em sala de aula:

Análise das respostas à questão: Você já ouviu falar sobre a Lei nº 10.639/2003? E sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação das relações étnico-raciais? O que sabe sobre esses documentos?

Se tratando da Lei nº 10.639/2003, ele respondeu que conhece e também possui informação sobre o texto da LDB que faz referência aos estudos das relações raciais e que orienta as(os) professoras(es) a trabalharem conteúdos que valorizam e problematizam as raízes histórico-culturais afro-brasileira e africana no ambiente escolar. Percebe-se que o professor tem a preocupação de trabalhar esse recorte em suas aulas.

Vale ressaltar que, as(os) professoras(es) enquanto educadoras(es), têm a responsabilidade de trazer para suas aulas textos e fomentar debates com o recorte racial, porque se acredita que a falta de conhecimento sobre a temática colabora para continuidade do preconceito, discriminação e racismo.

Análise das respostas à questão: Já foram trabalhadas, em sala de aula, ações referentes à cultura afro-brasileira e africana? De que forma? Com que frequência? Com que materiais?

As relações raciais são trabalhadas regularmente em suas aulas, através de debates, projetos, literaturas, etc.; devido a biblioteca do colégio não possuir os materiais necessários para se trabalhar a temática, o professor faz uso de materiais pessoais, como: revistas, blogs e páginas especializadas em temas sobre o movimento negro.

Nota-se que é urgente a necessidade da biblioteca do colégio em auxiliar no debate racial. Talvez as(os) demais professoras(es) não trabalhem as relações raciais porque materiais com esse recorte são poucos nessa unidade de informação.

Análise das respostas à questão: Em sua opinião qual a importância de atividades que trabalhem a reeducação racial? Existem dificuldades em se ensinar história e cultura africana e afro-brasileira em sala de aula? Quais séries são mais resistentes em reconhecer os danos causados à população negra?

Na concepção do participante, a discussão do debate racial é imensurável, pois esse recorte possibilita que suas(seus) alunas(os) façam um questionamento sobre suas origens. Também quando a história oficial é retratada na ótica afro-brasileira e africana gera na população um debate mais humanizado. Apesar do Plano Político Pedagógico (PPP) do colégio conter a obrigatoriedade do ensino das relações raciais, o colégio não fornece nenhuma forma de educação continuada para suas(seus) professoras(es) e também falta tempo na grade de ensino para trabalhar a temática. O participante também relatou que algumas(alguns) das(os) suas(seus) alunas(os) são resistentes ao reconhecer que a população negra foi prejudicada por todos os anos de esquecimento de sua história.

Verificou-se que o colégio adotou algumas políticas de inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana, mas não está efetivamente contribuindo para que essas medidas propostas possam ser cumpridas; isso se reflete em suas(seus) alunas(os) de forma negativa quando elas(es) resistem em discutir a temática.

- a) Bloco 03 – informações relativas ao tema da cultura afro-brasileira e africana na biblioteca:

Análise das respostas às questões: Quais livros disponíveis na biblioteca do colégio (física e digital) são utilizados durante as suas aulas? Em sua opinião, e ainda pensando na temática afro-brasileira e africana, a biblioteca do colégio funciona como auxílio no desenvolvimento intelectual e social das(os) alunas(os)? Como são feitas as seleções dos livros didáticos trabalhados durante o ano letivo? Qual critério é seguindo para essa seleção?

O professor não faz uso da biblioteca; como dito anteriormente, ela não está adequada no que se refere às relações raciais, e ainda, afirma que ela não é percebida como um auxílio, por causa da

estrutura institucional que silencia a fala da população negra nesses lugares. O professor não participa da seleção do conteúdo didático abordado no material. Com a tentativa de suprimir a carência informacional das(os) suas(seus) alunas(os), o professor trabalha em sala de aula textos das(os) autoras(es) como: Angela Davis, Djamila Ribeiro, Milton Santos e outras(os).

Conclui-se que, até o momento, o professor tem contribuído bastante para inserir a pauta em suas aulas por diferentes instrumentos. E apesar de a escola e a biblioteca não darem suporte, o professor percebe a importância da discussão na contribuição intelectual e social das(os) suas(seus) alunas(os).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biblioteca escolar contribui para a autonomia intelectual das(os) suas(seus) alunas(os) por meio das fontes de informações que são disponibilizadas para estes públicos, permitindo a eles a possibilidade de ter olhares críticos sobre diversos temas da sociedade, e a(o) bibliotecária(o) tem a responsabilidade de promover meios para que isto aconteça.

O presente capítulo trouxe a percepção da importância da biblioteca escolar na formação de sociocultural de suas(seus) usuárias(os); uma escola com uma boa biblioteca fornece meios para que as(os) alunas(os) sejam capazes de reelaborar e criar experiências vividas dentro desse ambiente. Verificou-se, ao concluir esta pesquisa, que a biblioteca escolar brasileira ainda não está adequada para tratar as relações raciais, por uma variedade de fatores, sendo um deles, a falta de preparo das(os) profissionais que atuam na biblioteca.

Com base nos resultados obtidos foi possível perceber que a biblioteca do colégio precisa de mais ações que trabalhe as relações raciais, como realizações de exposições com recorte racial, manter o expositor de livros sempre atualizado com pelos menos três obras de autoras(es) negras(as). Outra medida que também pode ser tomada para promoção da igualdade racial é a realização de entrevistas com as(os) alunas(os) para identificar qual o nível de conhecimento que

elas(es) possuem sobre a temática e, mediante as suas respostas, criar ações culturais raciais que atendam à necessidade dessas(es) usuárias(os).

Vale ressaltar que a rede de ensino da escola pesquisada na cidade de Goiânia possui três escolas de ensino regular. No primeiro momento da realização desta pesquisa, foi cogitada a possibilidade de se realizar a pesquisa em todas as unidades, mas por questões logísticas isso se tornou inviável; diante disso, sugere-se para estudos futuros, uma análise das outras unidades para obtenção de um panorama mais geral sobre a situação desta escola no tocante ao tema trabalhado nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- CRESWELL, John W. **Projetos de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago/nov. 2016.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- VALÉRIO, Erinaldo Dias. **Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do grupo de valorização negra do Cariri – GRUNEC**. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Ciência da informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

PRÁTICAS ABOLICIONISTAS EM BIBLIOTECAS PRISIONAIS

*Nathany Brito Rodrigues
Michelli Pereira da Costa*

“O abolicionismo prisional significa
tentar abolir o racismo”
Angela Davis (2018a, p. 41)

1 INTRODUÇÃO

Se vamos falar seriamente sobre bibliotecas prisionais, precisamos falar seriamente sobre os problemas do sistema⁶² carcerário brasileiro e como ele afeta essas bibliotecas. O sistema carcerário é baseado numa necropolítica⁶³ de corpos negros que criminaliza vulnerabilidades sociais (tais como ser negr@, pobre, condições precárias de moradia, baixo acesso ao ensino, desemprego, etc.) para exercer sua soberania, controlando quem morre e quem vive e como se morre ou vive.

O filósofo camaronês Achille Mbembe entende que essa “soberania significa ocupação. E ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto”. Em síntese, o autor revela que essa necropolítica se desenvolve sobre corpos colonizados e seus descendentes, constituindo, assim, uma prática histórica que se concentra na racialidade. De maneira ampasã, podemos compreender que a necropolítica define quem vive, quem morre e como se vive ou morre, se concentrando na morte como expressão de soberania. E há diversos instrumentos de atuação, pois trata-se de uma administração estatal racializada de mortes como forma de controle. Aqui, partiremos da forma como a

⁶² Corruptela criada pela transfeminista Viviane Vergueiro para abarcar a cisheteronormatividade como uma força de controle social.

⁶³ MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo, sp: n-1 edições, 2018.

necropolítica estatal⁶⁴ se desenvolve no âmbito prisional para iniciar o debate.

É possível perceber sinais desse desenvolvimento ao observarmos o arcabouço de legislações racistas que define pessoas negras como alvo e criminaliza suas vidas, culturas e comunidades. No período colonial, podemos citar o Código Criminal de 1824 e o Livro Cinco das Ordenações Filipinas que legalizaram tratamentos cruéis a escravizados e só os reconhecem como pessoas dotadas de consciência no momento de punir, tirando, assim, sua humanidade e relegando-os a um não-lugar de ora objeto, ora animal e ora humano⁶⁵ conforme for conveniente. No pós-abolição, há a Lei da Vadiagem prevista no Código Penal de 1980, que fez a manutenção das perseguições racistas anteriores e reforçaram processos higienistas das cidades. Contemporaneamente, devemos citar a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2016) que, segundo Brito (2019, p. 43), “descriminalizou o usuário [enquanto] definiu condições mais severas para o tráfico privilegiado. Essa lei determina que a definição de usuário ou traficante pass[e] a ser responsabilidade do agente policial”.

Mbembe (2016) centraliza seu debate sobre necropolítica e necropoder na Guerra Estadunidense Contra o Terrorismo e no *Apartheid* Sul-africano. Ao trazer essa perspectiva para a realidade brasileira, encontramos no discurso da ‘guerra às drogas’ a mais forte justificativa das violências militarizadas estruturalmente racistas praticadas pelo Estado. Para Brito (2019), existe uma trindade de destruição criada para massacre e controle de corpos negros e inconformes: genocídio, etnocídio e epistemicídio.

“O genocídio ataca diretamente corpos; o etnocídio destrói a cultura e a identidade dos marginalizados e o epistemicídio elimina seus saberes. Nessa trindade de destruição, os dois últimos atacam diretamente a memória e a

⁶⁴ Pleonasma intencional.

⁶⁵ Trata-se de uma dinâmica imposta aos colonizados e seus descendentes segundo o conceito de soberania de Mbembe.

história de tod@s@s marginalizad@s pelo sistema.
(BRITO, 2019, p. 26).

Nesse contexto, a ‘guerra às drogas’ superlotou as penitenciárias brasileiras, autorizou massacres em comunidades negras e o genocídio da juventude negra. Desde a aprovação da Lei de Drogas em 2006, até 2016, a população carcerária masculina cresceu em 126% e a feminina em 246,51%⁶⁶, sem diminuir as taxas de assassinato e morticídio do Atlas da Violência. Borges (2018) ressalta que um dos maiores problemas da Lei de Drogas é permitir que @ policial defina se @ detid@ é ou não traficante; uma vez que este agente é formado por uma instituição racista que entende “o jovem, homem negro, [...] como traficante e não usuário. Então, de fato, até temos uma redução do encarceramento, mas de quem? De pessoas brancas”, ou seja, o aumento de aprisionamento de jovens negr@s é ocasionado pela aplicação desta Lei que privilegia corpos brancos. Para Brito (2019, p. 25):

As políticas racistas criaram o problema do encarceramento em massa e fazem diariamente a manutenção de violências sistematizadas para atingir comunidades criminalizadas (tanto física, intelectual, psicológica e financeiramente). Portanto faz-se necessário lançar um olhar sobre o cárcere a partir de sua criação e sua repercussão no funcionamento da biblioteca prisional, bem como uma proposta baseada em dinâmicas de justiça reparativa, que é a base do abolicionismo penal.

É possível acrescentar ao conceito de “necropolítica” de Achille Mbembe o de “cistema” de Vergueiro. Para Vergueiro (2015), é preciso compreender que a construção da contemporaneidade

⁶⁶ Importante ressaltar que o último levantamento de informações penitenciárias oficial data de 2016. Desde então, os governos Temer e Bolsonaro não atualizaram os dados.

também é atravessada pelo determinismo biológico que define dois gêneros (mulher que nasceu com vagina e homem que nasceu com pênis, ou seja, mulher cisgênero e homem cisgênero) e invisibiliza e persegue corpos inconformes. A corruptela “cistema” abarca os três grandes genocídios da colonização patriarcal europeia incorporando a lógica da cisheteronormatividade:

‘Cistema-mundo’, uso-a enquanto referência a Grosfoguel (2012, 339), que caracteriza um “[c]istema-mundo ocidentalizado/cristiano-cêntrico moderno/colonial capitalista/ patriarcal” que produz “hierarquias epistêmicas” em que – na leitura específica desta dissertação – perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas, ou silenciadas. A corruptela ‘cistema’, entre outras corruptelas do tipo, têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – ‘cistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia’.

Num país com passado escravocrata gritante como o Brasil, é preciso ressaltar que o racismo é a base das violências sistêmicas, onde as outras (de gênero, orientação sexual, capacitismo, etc.) se aparelham nela e ampliam as áreas de soberania⁶⁷ do Estado. Posturas anti-sistêmicas são, por essência, interseccionais. Nesse sentido, Davis (2018a) entende que a interseccionalidade não se resume a uma somatória de opressões, trata-se de uma lente analítica onde vivências são transformadas em experiências e constroem disputas políticas. Ou seja, não se limita a uma compreensão individual das violências que atravessam um corpo, mas está intimamente ligada em repensar e reconstruir as relações sociais que abarquem toda a diversidade de existência.

⁶⁷ Para Mbembe (2016), “exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”

A realidade prisional concentra as violências/violações sociais do “mundo livre” e todo projeto aplicável no espaço carcerário será controlado em nome de uma falsa segurança⁶⁸. O objetivo desse texto é indicar um terreno conceitual que transforme a biblioteca num instrumento de emancipação para o abolicionismo. Em conformidade com o que Davis (2018b, p. 120) aponta, para tanto, é necessário compreender que projetos de reforma ou de humanização do sistema carcerário (salários melhores, acesso à saúde, inclusão social, etc.) estão fazendo a manutenção da existência da instituição prisional, entretanto, contribuem para o avanço do projeto abolicionista “ao combater o racismo e outras formas de dominação social”; e esse precisa ser o escopo caso queiramos abolir o racismo. Dito isso, esse trabalho busca identificar elementos que apontem as condições de implementação de práticas abolicionistas em bibliotecas carcerárias e suas necessidades.

2 CÁRCERE E ABOLICIONISMO

A filósofa estadunidense Angela Davis (2018b), em “Estarão as prisões obsoletas?”, faz uma análise da construção histórica do sistema prisional dos Estados Unidos, evidenciando o racismo institucional, o sexismo e as relações capitalistas que o converteram em um complexo-industrial-prisional que funciona como um instrumento de controle de corpos marginalizados. O contexto brasileiro é bastante similar ao apresentado por Davis:

- Apesar de não ser amplamente privatizado, trata-se de uma instituição que encarcera pessoas que sequer foram apenadas (48% do total)⁶⁹;
- A população negra é a mais encarcerada e a mais assassinada por forças policiais;

⁶⁸ Para Davis (2018a, p. 42), “a prisão atua como uma instituição que consolida a inabilidade e a recusa do Estado em enfrentar os problemas sociais mais prementes da atualidade”.

⁶⁹ Dados retirados do sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro (INFOPEN, 2016).

- Encarcerad@s são mantid@s em constante isolamento social tendo sua interação “livre” com parentes e amig@s fiscalizada de forma a controlá-l@s;
- O habitat (penitenciária) é imposto e sua existência nesse espaço depende de terceiros;
- Baixo acesso à educação formal e oriund@s de comunidades criminalizadas.

Angela Davis demonstra que esses aspectos do sistema carcerário são muito similares à escravidão, sendo o encarceramento em massa uma [necro]política alternativa ao genocídio pensada para controlar corpos negros [e inconformes]. Ou seja, o sistema penitenciário de países colonizados, como o nosso, se constitui enquanto uma herança sistêmica da escravidão. Nesse contexto, a abolição das prisões e penitenciárias vem para encerrar esses centros de tortura e de treinamento para o crime criados pelo Estado.

O abolicionismo das prisões proposto por Angela Davis está intimamente entrelaçado com a justiça reparativa. Ao invés de punir um crime, o Estado assume a função de reparar os danos e prevenir para que não volte a ocorrer novas situações de crise. A autora entende que não é possível reformar o sistema carcerário sem reproduzir violências sistêmicas. É necessário abolir o cárcere para garantir uma democracia real, ou, como Davis (2009) define, exercer uma democracia da abolição a partir do fim de instituições que autorizem a dominação de um grupo por outro.

Compreendendo a complexidade das relações sociais e econômicas que autorizam a prisão, Davis entende a necessidade de criar alternativas abolicionistas ao cárcere:

com o objetivo de remover as prisões das paisagens sociais e ideológicas de nossa sociedade [...], não buscaríamos substitutos para a prisão semelhantes às prisões, como a prisão domiciliar monitorada por tornozeleiras eletrônicas. Em vez disso, colocando o desencarceramento como nossa estratégia global, tentaríamos imaginar um continuum de alternativas ao encarceramento – a desmilitarização das escolas, a revitalização da

educação em todos os níveis, um sistema de saúde que ofereça atendimento físico e mental gratuito para tod@s e um sistema de justiça baseado na reparação e na reconciliação em vez de na punição e na retaliação (DAVIS, 2018b, p. 116).

Essas alternativas abolicionistas precisam preservar a interseccionalidade para poderem abarcar as especificidades de diferentes comunidades marginalizadas.

3 PRÁTICAS ABOLICIONISTAS E EPISTEMICÍDIO

No âmbito da biblioteca, precisamos falar sobre a democracia da informação. O professor brasileiro Oswaldo de Almeida Jr, em seu livro “Biblioteconomia e Sociedade” (1997), critica o foco da biblioteca na cultura escrita em detrimento de outras culturas. O autor analisa que o baixo alfabetismo brasileiro e a priorização dos livros afastam das bibliotecas a maior parte da população.

Ao racializar a questão, faz-se necessário trazer o conceito de epistemicídio desenvolvido pela filósofa brasileira Sueli Carneiro, que demonstra como não existe uma democracia racial da informação:

Para nós [negros], porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pel[o impedimento] ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de

conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado [conhecimento branco]. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a *sequestra*, mutila a capacidade de aprender, etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela [recusa] da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos é imposta. Sendo, pois, um processo persistente de produção de inferioridade intelectual ou da [rejeição] da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio nas suas vinculações com as racialidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quanto do biopoder, a saber, disciplinar/normalizar e matar ou anular. É um elo de ligação que não se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

No caso da biblioteca, não podemos apenas falar do suporte em que a informação e o conhecimento são dispostos, mas também sobre qual informação/conhecimento é disponível, qual cultura ela representa e a quem ela está orientada. Em consonância com Carneiro, Brito (2019, p. 65) entende que:

No Brasil, o epistemicídio tem seu pilar na racialidade e se expande a outras comunidades socialmente perseguidas, sendo assim é necessário considerar essas outras marcas de atuação do epistemicídio dentro do funcionamento da Biblioteca.

Ou seja, alternativas abolicionistas precisam ser interseccionais. É necessário considerar a cultura negra, indígena, LGBTQI+, de pessoas com deficiência, etc.

Partindo da percepção da existência e da atuação do epistemicídio, a biblioteca está intimamente ligada com a possibilidade de desenvolvimento de processos educativos emancipadores, de representatividade, autonomia intelectual, acessibilidade, etc. A biblioteca não irá resolver os problemas da educação formal ou do epistemicídio, mas pode se estabelecer como uma parceira em prol de uma verdadeira democracia da informação conscientemente antirracista e anticistêmica e, conseqüentemente, abolicionista.

4 BIBLIOTECAS PRISIONAIS

As discussões acerca das bibliotecas em estabelecimentos prisionais são reflexo, em parte, dos contornos e desenvolvimento da temática do apenamento com privação de liberdade. Segundo Stam (2002), os primeiros registros sobre a existência de bibliotecas em estabelecimentos dessa natureza datam do final do século XVIII e início do século XIX, nos Estados Unidos da América e Europa. No período, suas funções estavam relacionadas ao entendimento que se tinha sobre o caráter e a funcionalidade dos presídios. Com isso, as bibliotecas exerciam as funções de isolamento social e instrumento para formação de uma determinada moral, hegemônica e aceita socialmente. Nesse período, os presídios carregam a função de punição por meio do isolamento total e trazem, como consequência, a retirada da possibilidade de a pessoa apenada exercer seus interesses individuais e de autodeterminação, direitos assegurados pelos princípios da humanidade e da dignidade na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, pela Assembleia Geral da Organização Nações Unidas (ONU).

Na década seguinte da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU estabeleceu Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos (ONU, 1955), onde é determinada a

existência de uma biblioteca em cada estabelecimento penitenciário, destinada ao uso de todas as categorias de pessoas reclusas. A regra estabelece ainda que tais bibliotecas deverão disponibilizar livros para atividades de lazer e de formação e que é sua responsabilidade incentivar sua comunidade para utilizá-la plenamente. No Brasil, o tema só será tratado em 1984 na Lei de Execução Penal Brasileira em seu artigo 21 que estabelece as mesmas condições apontadas pelas regras na ONU (BRASIL, 1984), exceto que na legislação brasileira não é apontada a responsabilidade de incentivo à plena utilização da biblioteca. Em 2015, a legislação é atualizada com vista a instituir o ensino médio nas penitenciárias. A atualização reafirma a existência de bibliotecas e que o censo penitenciário deverá apurar além da sua existência, as condições do acervo (BRASIL, 2015).

Os parâmetros de qualidade das condições do acervo não são estabelecidos por nenhum dos documentos citados. A única menção legal ao acervo das bibliotecas foi identificada em uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que “dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura” (CNJ, 2013). No documento, é recomendado que os tribunais estimulem programas de remição da pena a partir da prática da leitura. Para tanto, é necessário a posposição de um projeto específico, elaborado pelas autoridades competentes. Tais projetos deverão considerar a disponibilidade de no mínimo 20 exemplares de cada obra no acervo da biblioteca da unidade. As obras poderão ser de caráter literário, científico ou filosófico.

Ademais, destaca-se outro documento que normaliza o tamanho do espaço físico da biblioteca em estabelecimentos prisionais no Brasil. O documento foi elaborado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e estabelece Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal. Nas diretrizes, a biblioteca é parte do módulo de ensino, que é destinado “às atividades de ensino formal, informal e profissionalizante e atividades da comunidade com as pessoas presas” (BRASIL, 2011, p. 66). Além da biblioteca, são previstas instalações como sala de aula, sala de docentes, sala de informática e

sala de encontro com a sociedade. Para o espaço da biblioteca é estabelecida a metragem mínima de 30 m² em estabelecimentos classificados como cadeias públicas, penitenciárias, centros de observação criminológica e colônias agrícolas, industriais ou similares. O documento revoga a Resolução nº 3, de 23 de Setembro de 2005, que estabelecia 60 m² como tamanho mínimo para a biblioteca no módulo de ensino (BRASIL, 2005).

A ausência de adequadas diretrizes nacionais para as bibliotecas em estabelecimentos prisionais compromete seu funcionamento e suas formas de monitoramento. No Brasil, o Ministério Público é o órgão competente para fiscalizar o exercício das bibliotecas. Tal competência é estabelecida pela Lei de Execução Penal de 1984, em seu artigo 68 e pela Resolução nº 56 de 22 de junho de 2010 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e fundamenta-se na garantia da integridade física e moral das pessoas privadas de liberdade, conforme estabelecido na artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Portanto, a inspeção realizada pelo Ministério Público, por meio de suas visitas mensais, tem a finalidade de verificar e avaliar recursos básicos que garantam a integridade e dignidade das pessoas em custódia dos estabelecimentos prisionais. Apesar da obrigatoriedade do monitoramento, não foram localizadas fartas fontes de informação. Com esta finalidade, destacam-se aqui três documentos:

- Os relatórios intitulados de “Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias” (INFOPEN) de 2013, 2016 e 2018;
- As publicações denominadas de “Visão do ministério público sobre o sistema prisional brasileiro” de 2014, 2016 e 2018;
- Os *datasets* produzidos nas visitas, relacionados aos anos de 2014, 2015 e 2016, disponíveis no Portal dados.gov⁷⁰ do governo federal.

⁷⁰ Ver: INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias1> Acesso em: jan. 2019.

Nos documentos identificados foram localizadas apenas informações acerca da existência ou não de bibliotecas em estabelecimentos prisionais referentes aos anos de 2013 e 2016. A partir dos dados disponibilizados observou-se o seguinte:

- Houve uma diminuição na quantidade absoluta de bibliotecas em estabelecimentos prisionais. Em 2013, foram contabilizadas 630 bibliotecas em 1598 estabelecimentos, enquanto que em 2016 foram registradas 626 bibliotecas em 1438 estabelecimentos. No entanto, houve um aumento proporcional, já que em 2013 as bibliotecas estavam presentes em 39% dos estabelecimentos e em 2016 o número passou para 44%;
- As regiões sul e sudeste apresentam as maiores quantidades absolutas e proporcionais de bibliotecas. Em ambas regiões indicou-se existir bibliotecas em mais de 50% dos estabelecimentos;
- Nas regiões norte e centro-oeste, as taxas de existência de bibliotecas estão entre 32% (centro-oeste) e 37% (norte). Em ambas regiões se notou crescimento na quantidade de bibliotecas entre 2013 e 2016;
- Na região nordeste, a quantidade de estabelecimentos prisionais com bibliotecas diminuiu absoluta e proporcionalmente entre 2013 e 2016;
- Não há contratação ou cargo de bibliotecário previstos para as bibliotecas prisionais.

A despeito das influências relacionadas às políticas de cada estado para criação ou extinção de bibliotecas em estabelecimentos prisionais, é necessário apontar que em nenhum dos casos é possível assegurar sobre a natureza e a qualidade do que está sendo considerado como bibliotecas nos relatórios. Nos documentos normativos brasileiros não é estabelecido nenhum parâmetro para as bibliotecas. A orientação do tamanho mínimo de 30 m² e oferta mínima de 20 títulos por participante dos projetos de remição da pena pela leitura não foram verificadas nas visitas descritas. Portanto, é urgente discutir diretrizes basilares para o planejamento,

implementação e avaliação em bibliotecas de estabelecimentos prisionais no contexto brasileiro.

Leite (2016) defendeu a oferta de bibliotecas em estabelecimentos prisionais como um instrumento para o combate à exclusão social. No entanto, para que a biblioteca se realize nestes termos se faz necessário o atendimento a requisitos básicos. Tais requisitos foram discutidos a partir de quatro orientações internacionais, a saber:

1. *Guidelines for library services to prisoners*, publicada pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA, 2005);
2. *Australian prison libraries: minimum standard guidelines*, publicada pela *Australian Library and Information Association* (ALIA, 2005);
3. *Library standards for adult correctional institutions*, publicado pela *American Library Association* (ALA, 1992);
4. *Directrices para las bibliotecas de prison de Catalunya*, publicado pelo *Col·legi Oficial de Bibliotecaris-Documentalistes de Catalunya* (NAVARRA; DUESA, 2007).

As orientações apontadas foram problematizadas quanto a sua pertinência e aplicabilidade no contexto brasileiro. Leite (2016, p. 141) propõe então um conjunto de 47 critérios para validação de uma biblioteca em estabelecimento prisional. Tais critérios são categorizados entre requeridos (27) e desejáveis (20) e dizem respeito a nove dimensões das bibliotecas. A primeira delas trata da administração e engloba aspectos relacionados à estrutura organizacional, políticas e procedimentos, bem como planejamento e avaliação. A segunda trata da formação da equipe, que deve ser composta por bibliotecária(o) e outras(os) funcionárias(os), devidamente selecionadas(os). A terceira diz respeito ao espaço físico, localização da biblioteca no estabelecimento, mobiliário e equipamentos necessários. A quarta dimensão contempla aspectos relacionados à coleção. No instrumento, entre outros elementos, é apontado como requisito que o acervo seja composto por no mínimo 10 títulos por pessoa e esteja de acordo com os requisitos para adequação ao programa de remição de pena pela leitura. A quinta

versa sobre a necessidade de orçamento próprio da biblioteca. A sexta dimensão é sobre a natureza dos serviços e produtos a serem ofertados. A sétima trata da necessidade de sistemas de informação e conexão com a internet; no entanto, ela é a única categoria que não apresenta nenhum critério obrigatório, já que todos os elementos por ela apontados são tratados como desejáveis. A oitava diz respeito às formas de divulgação e promoção da biblioteca na sua comunidade usuária. E, por fim, a nona dimensão aborda requisitos para a regulamentação do acesso à biblioteca.

A proposta de Leite (2016) é ampla e contempla diversos aspectos necessários ao exercício mínimo de uma biblioteca e para sua atuação com vista à inclusão social. No entanto, o contexto do sistema prisional é complexo e perverso, atinge determinados grupos sociais de forma intencional e resulta no aprofundamento de exclusões histórica e socialmente constituídas. Portanto, é necessário considerar a perspectiva das práticas abolicionistas para a discussão do planejamento, implementação e avaliação de bibliotecas em estabelecimentos prisionais como forma de instrumentalizar a superação de diversas segregações e violências sociais.

5 PROPOSTA DE PRÁTICAS ABOLICIONISTAS EM BIBLIOTECAS PRISIONAIS

Em 2019, a bibliotecária Nathany Brito estudou o trabalho de Luanna Leite (2016) numa perspectiva anticistêmica para estabelecer apontamentos de como as bibliotecas prisionais podem desenvolver práticas abolicionistas dentro do cárcere. Brito considera que o cenário político brasileiro marcado pelo racismo institucional e pela ascensão do neonazismo não permite a imediata abolição das prisões. Portanto, é estratégico estabelecer bibliotecas como alternativas abolicionistas para a ampla defesa da democracia e da democracia da informação e, no caso das bibliotecas prisionais, promoção do abolicionismo penal a partir do combate ao epistemicídio e das demais violências entrelaçadas na prática bibliotecária.

Nesse trabalho, Brito (2019) focou nos aspectos da biblioteca prisional que considerou estarem diretamente ligados ao desenvolvimento intelectual da instituição e de seus usuários:

- a) Conceituação: por entender que encarcerad@s são alvos do epistemicídio e que o cárcere radicaliza essa condição, a autora corrobora o entendimento que a biblioteca prisional precisa se constituir tanto como biblioteca escolar quanto como pública para suprir as necessidades abarcáveis de seus usuários. E acrescenta que essa é a única biblioteca que a população carcerária terá acesso. Portanto, a defesa do direito à informação e à cultura precisa estar no seio de seu desenvolvimento;
- b) Definição de público-alvo: a autora compreende que todas as pessoas que passam muito tempo dentro do cárcere precisam ser abarcadas pelas bibliotecas e identifica pessoas encarceradas, crianças no cárcere e funcionários da penitenciária (em especial trabalhadores da limpeza) como o público-alvo da biblioteca. Salaria que esse reconhecimento das crianças como usuárias pode ter a múltipla funcionalidade de aproximar encarcerad@s da leitura, desenvolver a biblioterapia e fortalecer laços familiares; e que a inclusão de trabalhadores da limpeza deve atravessar os muros do cárcere e atingir as comunidades criminalizadas com mais eficiência, uma vez que a atuação epistemicida sobre esse grupo é similar à sobre encarcerados. Para Brito, professores e voluntários são usuários potenciais;
- c) Missão e objetivos: tanto a missão quanto os objetivos devem orientar as práticas da biblioteca no combate ao epistemicídio. A autora destaca o fortalecimento do acesso à informação e à cultura, da autoestima intelectual, da oralidade, da interseccionalidade e da alfabetização como instrumentos para a autonomia intelectual. Importante ressaltar que esses elementos também delineiam projetos a serem desenvolvidos;

d) Administração: Brito, lembrando o Projeto de Lei nº 4.497 de 1962⁷¹, entende que a administração da biblioteca deve se desenvolver de forma autônoma da administração da penitenciária para que os serviços bibliotecários não sejam convertidos em instrumentos de controle sobre encarcerad@s e tenham mais independência em relação às constantes mudanças políticas e administrativas que sucateiam bibliotecas e demais canais de acesso à cultura. Nessa categoria, Brito prioriza o caráter participatório de elementos propostos por Leite (2016), tendo como principais acréscimos:

- *Estrutura organizacional*: Brito (2019) defende a obrigatoriedade de um comitê consultivo formado por encarcerad@s e representantes de demais setores da instituição e de, pelo menos, um bibliotecário com dedicação exclusiva durante o horário de funcionamento;
- *Procedimentos*: para a autora, os procedimentos devem estar registrados, difundidos e atualizados para garantir a manutenção da autonomia de funcionamento da biblioteca em caso de corte de pessoal, de verba pública, etc.

e) Equipe: a autora entende que existem violências sistêmicas que definem a relação da biblioteca com os funcionários:

- *Trabalho prisional*: as atuais condições do cárcere estabelecem as condições trabalhistas abusivas, com salários baixíssimo, sem obrigatoriedade de carteira assinada, sem contabilidade desse tempo de trabalho para aposentadoria, sem possibilidade de acessar sindicato, etc. Considerando todas essas problemáticas, a

⁷¹ O projeto de Lei nº 4.497, de 1962, prevê um sistema de bibliotecas coordenado pela Biblioteca Nacional de Brasília, que articularia uma política nacional de bibliotecas, coordenando e integrando todos os tipos de bibliotecas de uso público, sejam estas públicas, comunitárias, escolas, hospitalares ou prisionais. O PL nº 4497/1962 foi engavetado em 1965 pelo Golpe Militar de 1964 por, de acordo com Sertão (2016), ser de caráter progressista.

autora defende que as condições de trabalho do encarcerados devem ser as mesmas da Consolidação das Leis de Trabalho e não da Lei de Execuções Penais, pois esta permite abusos e é negligente com a segurança mental e física dos encarcerados;

- *Desenvolvimento profissional*: para Brito, os funcionários devem receber cursos profissionalizantes nas áreas de interesse à biblioteca com certificados que levem o nome de instituições parceiras nesse projeto (como associações, órgãos públicos, universidades, etc.); assim, a experiência desenvolvida na biblioteca prisional poderá ser reconhecida e utilizada fora do cárcere sem carregar o estigma em torno de egressos do sistema;
 - *Relação com Academia*: a autora reconhece a possibilidade e a necessidade de parcerias com faculdades de Biblioteconomia para estabelecimento de estágio remunerado e/ou obrigatório, entendendo essa relação uma forma de criar e manter projetos que atualizem as atividades da biblioteca e tirem a biblioteca prisional do esquecimento ao qual o meio Acadêmico historicamente a manteve.
- f) Coleção: nessa categoria, Brito (2019) modifica completamente os elementos apresentados por Leite (2016):
- *Coleção representativa*: ao incorporar as questões sistêmicas, o elemento “Coleção” é transformado em “Coleção representativa”, pois, apesar de vivermos num país culturalmente diverso, a cultura hegemônica é masculina, branca e elitista. Portanto, faz-se necessário estabelecer a representatividade de comunidades criminalizadas (negra, indígena, LGBTQI+, de mulheres, pessoas com deficiência, etc.) e formas culturais não-escritas;
 - *Política de reparação de acervo*: mantendo o raciocínio do elemento anterior, “Política de desenvolvimento de coleções” foi transformado em “Política de Restauração

de Acervos”⁷², pois é preciso que a equidade representativa seja mantida para o combate ao epistemicídio ser possível.

Existem casos isolados de atuação bibliotecária em institutos prisionais: podemos citar a criação de bibliotecas nas penitenciárias feminina e masculina do Distrito Federal pela bibliotecária Iza Antunes Araújo, o programa de extensão “Novos Horizontes” coordenado pela professora Daniela Pizarro da Universidade do Estado de Santa Catarina⁷³, a militância da bibliotecária Catia Lindemann que foi essencial para a criação da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP) da Federação Brasileira de Bibliotecas (FEBAB) e outras poucas. Cabral (2010, p. 13) indica que há “pouca ocupação pelos bibliotecários e salientar o baixo despertamento dos estudantes de Biblioteconomia para atuarem nessa área”, em parte, pelo descaso do Estado que não prevê contratação de bibliotecários no sistema prisional, e em parte pela não inclusão de temas relativos à área nos cursos de Biblioteconomia. Silva (2017, p. 31) ressalta o problema ao afirmar que ainda se faz necessário:

[...] bibliotecas que tenham bibliotecários capacitados e motivados a fazer diferença na vida dos usuários, que infelizmente encontram-se em situações muitas vezes degradantes, de calamidade, de precariedade e super-lotação. (SILVA, 2017, p. 31).

⁷² “[...] percebe-se na constituição de coleções obras literárias, predominantemente, de autoria masculina, branca ou, mesmo a literatura estrangeira – como sendo natural, e o desejado. De modo geral, há um apagamento dos autores negros e autoras negras nos acervos das bibliotecas, o que conduziu à reflexão de repensar tais acervos e discutir **‘política de reparação dos acervos da biblioteca’** o que passaria a incluir (as)os autoras(es) africanos e afro-diaspóricos” (TANUS; TANUS, 2018, p. 3906).

⁷³ Disponível em: <https://bit.ly/2kWa0x9>

As indicações de Brito (2019) extrapolam os limites da biblioteca tradicional ao analisar condições de trabalho, relação da biblioteca prisional com academia e outros elementos que salientam que a atuação de bibliotecári@s precisa ultrapassar o tecnicismo e se recusar a objetificar pessoas encarceradas através de caridade, assistencialismo ou reformas prisionais. O trabalho feito por Brito não está acabado, mas se constitui numa proposta que aponta caminhos para a defesa de uma democracia da informação focada na emancipação de comunidades criminalizadas, que busca construir a biblioteca como uma alternativa abolicionista ante à colonialidade sistêmica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nasceu a partir da compreensão que não se pode apenas lutar pelos direitos de pessoas encarceradas, é preciso garantir espaço onde elas próprias façam esse trabalho e emancipem sua auto-estima intelectual, fortaleçam a relação com a comunidade e outros tantos relacionamentos e anseios. Para o desespero de toda pessoa de comunidade criminalizada, em 2018, assistimos a ascensão do neonazismo através das urnas, e no primeiro semestre de 2019 experimentamos os primeiros passos desse governo de ódio encabeçado por Jair Bolsonaro.

Entretanto, também colhemos o fruto de anos de políticas sociais afirmativas: uma geração de intelectuais negros conscientes da necropolítica que tenta definir nossas vidas. Nesse contexto, talvez precisemos desenvolver bibliotecas que realmente atendam as comunidades negra, LGBTQI+ e outras minorias sociais focadas em combater radicalmente o histórico genocídio de corpos negros e inconformes através da construção de uma democracia focada em abolir todas as formas de violência e dominação numa perspectiva global – seja física, psicológica ou intelectual.

Desenvolver práticas abolicionistas para bibliotecas é construir alternativas ao encarceramento em massa e ao epistemicídio que o provoca/acompanha. Isso exige que nós, bibliotecári@s, entendamos como a complexa necropolítica atinge nosso campo de atuação

(conhecimento e cultura) através do assassinato e perseguição das nossas mentes a partir da defesa de uma neutralidade que tem como finalidade perpetuar o genocídio.

O compromisso com a abolição de opressões atravessa diversos processos dentro da biblioteca – tais como lista de aquisição, representação da informação, tipo de material disponível, mediação da informação, etc. – e fora dela – se organizar em órgãos representativos, debater currículo dos cursos, fortalecer projetos políticos abolicionistas, etc.

Estamos num contexto político onde o racismo velado no auto de resistência de outrora deu lugar a 80 (120, em fato) tiros públicos passíveis de *habeas corpus* e compreendemos, enfim, que já nunca mais poderão nos limitar ao lugar de negro-drama onde só podemos denunciar. Agora denunciemos e construamos em todos os territórios para garantir espaço. Uma nova Biblioteconomia há muito é exigida no Brasil Negro, e, enfim, estamos continuando os passos que vieram de longe, no mar e na mata.

REFERÊNCIAS

ALA - AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Library standards for adult correctional institutions**. ALA, 1992.

ALIA, A. L. AND I. A. **Australian prison libraries: minimum standard guidelines**. ALIA, 2005.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, APB, 1997.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** São Paulo: Letramento, 2018.

BRASIL. Lei nº 11.343/2016, de 23 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução nº 3, de 23 de setembro de 2005. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal**. Brasília: Ministério da Justiça; CNPCP, 2011.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1984.

BRITO, Nathany Rodrigues. **Práticas abolicionistas em bibliotecas prisionais ou Sugestão de critérios avaliativos para bibliotecas prisionais**. TCC (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação. Brasília, 2019.

CABRAL, Maria Raimunda de Lira. **Atuação em bibliotecas prisionais: percepção de formandos em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina**. TCC (graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação nº 44 de 26/11/2013**. Brasília, 2013.

DAVIS, Angela Y. **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

DAVIS, Angela Y. **A liberdade é uma luta constante**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018a.

DAVIS, Angela Y. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: DIFEL, 2018b.

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions. **Guidelines for library services to prisoners**. Haia: IFLA, 2005.

IPEA. **Atlas da violência**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> Acesso em: 11 ago. 2018.

LEITE, L. V. **Bibliotecas de estabelecimentos prisionais: proposta de diretrizes internacionais para o combate à exclusão social**. TCC (Graduação) - Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. **Artes e ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016.

NAVARRA, Maite Comalat; DUESA, Andreu Sulé. **Directrices para las bibliotecas de prison de catalunya**. Barcelona: Col·legi Oficial de Bibliotecaris-Documentalistes de Catalunya, 2007.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos**. Nova York: ONU, 1955.

SERTÃO, Henrique Macarenhas. **Esforços iniciais para a criação da Biblioteca Nacional de Brasília**: concepção original, atores, ações e circunstâncias. 178 f. TCC (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

SILVA, Isabelle Ariane Ribeiro da. **A importância das bibliotecas prisionais**. TCC (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

STACCIARINI, Isa. DF tem uma biblioteca em cada presídio: leitura é esperança de resgate. **Correio Braziliense**, 21 de maio de 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/21/interna_cidadesdf,682043/df-tem-uma-biblioteca-em-cada-presidio-leitura-e-esperanca-de-resgate.shtml Acesso em: 11 ago. 2018.

STAM, D. **International Dictionary of Library Histories**. [s.l.]: Taylor & Francis, 2002.

TANUS, Gustavo. TANUS, Gabrielle Francinne S. C. As bibliotecas públicas e a importância da formação e desenvolvimento dos acervos de literatura afro-brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais...** Londrina, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2015.

CABEÇALHO DE ASSUNTO PARA ESTUDOS AFRICANOS E AFRO- BRASILEIROS PARA O NEAB-UDESC

Graziela dos Santos Lima

Márcia Silveira Kroeff

Divino Ignácio Ribeiro Junior

Daniella Camara Pizarro

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, os estudos científicos no campo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros e sua consequente publicação, começaram a ganhar força a partir de 1890. E são, em sua maioria, estudos de caráter multidisciplinar, originários das Universidades, Centros de Estudos Africanos e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros.

A produção de conhecimentos sobre as temáticas africana e afro-brasileira aumentou de uma maneira significativa e, como consequência, observa-se a necessidade de pensar na organização do conhecimento da área, possibilitando assim, o efetivo acesso à recuperação dessa relevante produção científica. Nesse sentido, os instrumentos de organização do conhecimento – conhecidos como linguagens documentárias – surgiram com o objetivo de auxiliar na organização de informações e possibilitar o controle vocabular para facilitar a recuperação precisa da informação. O Cabeçalho de Assunto é um instrumento de organização do conhecimento que auxilia na organização da informação, em especial, na escolha de possíveis termos no processo de indexação.

A preocupação com a elaboração de uma linguagem documentária sobre a temática em estudo surgiu a partir do contato da pesquisadora com fontes históricas e sociológicas da Cultura

Africana e Afro-brasileira no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB)⁷⁴, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Em 2003, com o intuito de agregar as atividades de pesquisas, ensino e extensão surge o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC). Dessa forma, o NEAB-UDESC é um núcleo ativo que coleta e produz informação, sendo visto como uma Unidade de Informação com programas (extensão e pesquisa) e diversos projetos, entre eles, destaca-se a Biblioteca de Referência NEAB-UDESC.

Os projetos do NEAB/UDESC possibilitam visualizar os assuntos que seus pesquisadores abordam nas pesquisas e servem de parâmetro para a seleção de termos para a construção do vocabulário controlado, instrumento que facilitará a indexação dos materiais na referida biblioteca.

Nessa direção, a participação de uma das pesquisadoras deste estudo em eventos científicos e rodas de conversas vivenciadas durante a sua permanência no NEAB/UDESC foi fundamental para se constatar a variedade e a quantidade de termos próprios, muitas vezes, desconhecidos que gravitam em torno do campo do conhecimento dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.

A linguagem documentária (LD) relacionando o campo de estudos Africanos e Afro-Brasileiros, além de ser um produto inexistente, tem pretensão de oportunizar uma justa recuperação da informação; de modo a auxiliar a evitar a ocorrência de erros no que diz respeito, por exemplo, a conceitos iguais, porém, com significados diversificados, correspondentes a uma época específica,

⁷⁴ A Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros (ABPN), possui 123 núcleos (NEABs) vinculados a universidades brasileiras. As instituições de ensino superior, em especial, as universidades públicas brasileiras, têm um papel fundamental, acolhendo demandas a partir da produção de informação ou conhecimento que tem sustentado as reivindicações dos afrodescendentes por justiça e igualdade. O resultado é uma considerável produção de publicações, na forma de trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, dissertações de mestrado, teses de doutorado e milhares de artigos científicos.

além de evitar ambiguidades e uso errôneo por meio de termos que desqualificam os sujeitos negros/as.

O presente trabalho teve como objetivo geral construir um Cabeçalho de Assunto sobre estudos Africanos e Afro-Brasileiros para organização e recuperação da informação no NEAB/UDESC. Mais especificamente pretendeu: a) Identificar, localizar e obter o material bibliográfico sobre o tema em estudo do NEAB/UDESC, que servirá de base para a elaboração do Cabeçalho de Assunto; b) Converter os documentos em TXT para preparação dos termos candidatos por meio de um *software* de conversão; c) Analisar e selecionar os termos candidatos ao cabeçalho; d) Criar o Cabeçalho de Assunto por meio de *software* livre (TemaTres).

Espera-se que este estudo, sirva como mecanismo de controle terminológico para facilitar a recuperação da informação, viabilizando o uso adequado da temática nos diversos suportes em uma unidade de informação. Por fim, essa pesquisa pretendeu ser mais uma ação, dentre muitas ações de caráter afirmativo, desencadeadas pelos Núcleos de Estudos Afros, nas últimas décadas. Buscou-se também contribuir, assim, para que a Ciência da Informação se inscreva, de forma cada vez mais presente e completa, entre as áreas de conhecimento capazes de contribuir para a busca de uma sociedade mais igualitária.

2 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Muito se tem discutido sobre o conceito de Organização da Informação e Organização do Conhecimento em diversos meios de comunicação, entre eles, os eventos relacionados à área da Ciência da Informação onde as teorias são discutidas de modo que possam chegar em um consenso entre seus pares em relação aos termos a serem usados. Nesse sentido, “organizar informação e organizar conhecimento implica lidar com aspectos intrínsecos e extrínsecos à cognição humana, e, mais diretamente, àqueles relacionados ao uso da linguagem natural, como principal veículo de comunicação” (BRASCHER, 2012, p. 11).

A interdisciplinaridade da Ciência da Informação relacionadas à linguística, à filosofia, à terminologia e à semiótica ajudou nos estudos direcionados à organização e à representação da informação e do conhecimento (BRASCHER, 2012, p. 12). Os estudos relacionados à Organização da Informação também começaram no mesmo período do surgimento da Ciência da Informação, onde se obteve um crescimento exponencial da informação nos diversos periódicos relacionados à Ciência e Tecnologia com o objetivo de buscar soluções na organização e recuperação das informações. Também é nesse período que Vannervar Bush criou o *Memex*, que consistia em uma base de dados para a recuperação da informação.

Em 2008, Marisa Brascher e Lígia Café elaboraram um artigo para o IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, intitulado “Organização da informação ou Organização do conhecimento?”, informando os diferentes usos da terminologia, que afirma que,

Por vezes, o termo organização do conhecimento é utilizado no sentido de organização da informação e vice-versa e, em determinadas situações, empregam-se os termos conjuntamente – organização da informação e do conhecimento. (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 2).

As autoras fazem perceber que os termos não estariam evidenciados entre os pesquisadores que integram a linha Organização da Informação, Organização do Conhecimento, Representação da Informação e Representação do Conhecimento nos programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação. E nesse sentido, as autoras nos elucidam por meio da conceituação dos termos “informação” e “conhecimento” que os termos “Organização da Informação” e “Organização do Conhecimento” possuem definição e função diferentes.

[...] A representação da informação é conjunto de atributos que representa determinado objeto informacional e que é obtido pelos processos de

descrição física e de conteúdo e a representação do conhecimento, que se constitui numa estrutura conceitual que representa modelos de mundo. (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6).

A Organização do Conhecimento “visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5). A partir disso, ressalta-se o uso das linguagens documentárias, as quais são sistemas de organização do conhecimento que subsidiam as atividades de organização da informação, principalmente, no que tange a área do Tratamento Temático da Informação.

A organização em uma unidade de informação é feita para melhor compreensão e recuperação da informação em sistema ou em um acervo físico de uma biblioteca. Assim, organizar a informação é “um processo de arranjo de acervo tradicional ou eletrônico realizado por meio de descrição física e de conteúdo (assunto) de seus objetos informacionais” (CAFÉ; SALES, 2010, p. 118), ou seja, um objeto informacional para ser melhor recuperado, passa por um processo de descrição da parte física e temática do seu conteúdo, onde serão retirados elementos principais que facilitarão a sua recuperação.

O objetivo da Organização da Informação é possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação (BRASCHER; CAFÉ, 2008), e para que isso aconteça o campo de estudo possui duas dimensões, a saber: a primeira está relacionada com a descrição física do documento, ou seja, a descrição do suporte informacional, por meio do processo de catalogação e origina as fichas catalográficas. A segunda dimensão está relacionada com a representação do conteúdo, também chamado de Tratamento Temático da Informação, a Indexação e a Classificação. É justamente na área da indexação que está o foco deste estudo.

2.1 PROCESSO DE INDEXAÇÃO

A recuperação da informação, processo final da organização da informação, possibilita que o usuário tenha contato com a informação desejada. Nesse sentido, Teixeira e Schiel (1997) apud Holanda e Braz (2012), informam que a recuperação da informação corresponde a três etapas, a saber: indexação, armazenamento e recuperação da informação. Entretanto, para que haja uma boa recuperação da informação, a indexação é o processo principal e deve ser feita de maneira minuciosa, de modo que sejam identificados termos que representem os documentos. Para Rubi (2008, p. 26), a

[...] indexação diz respeito à identificação do conteúdo do documento, por meio do processo de análise de assunto, e à representação desse conteúdo através de conceitos, que por sua vez, serão representados ou traduzidos em termos advindos de uma linguagem documentária, com vistas à intermediação entre o documento e o usuário no momento da recuperação da informação, seja em índices, catálogos ou bases de dados.

A indexação é feita por meio de leitura documentária, atividade na qual possui influências culturais, sociais, políticas, físicas, cognitivas, entre outras, do bibliotecário indexador (SOUSA; FUJITA, 2014). Nela, são identificados e selecionados os conceitos participantes do assunto do documento. Para essa pesquisa, utilizou-se o termo *análise de assunto*. O termo escolhido “é o mais utilizado, mas grande parte dos autores o considera como a etapa de tradução dos conceitos extraídos dos documentos para um vocabulário controlado ou o processo de indexação como um todo” (FUJITA, 2003, p. 67). A análise de assunto tende a determinar a tematicidade do documento mediante identificação e seleção dos conceitos que compõem o assunto ou tema principal e secundários (FUJITA, 2003, p. 69). Manifesta-se o entendimento dos significados dos

documentos e o acesso à informação conforme a necessidade do usuário (RODRIGUES; CERVANTES, 2015, p. 38).

Outro ponto importante de ser abordado neste trabalho se refere ao processo de indexação automática considerada como uma forma prática e rápida para o processo de identificação, seleção e relevância das palavras em um documento científico. Lembre-se que o foco deste trabalho foi a construção de uma linguagem pré-coordenada, em especial, um cabeçalho de assunto. Nesse sentido, o processo de extração e obtenção dos termos se deu utilizando o aspecto semiautomático da indexação.

Segundo Holanda e Braz (2012), a indexação automática pode ser dividida em indexação por extração e indexação por atribuição. Para as autoras, a indexação por extração se utiliza de métodos estatísticos para extrair palavras com certo grau de ocorrência em um documento. A Indexação por atribuição tem proximidade com a indexação manual realizada pelo ser humano, na qual possibilita atribuir termos utilizando um vocabulário controlado.

Contudo, o computador pode ser programado para realizar a extração de termo em um documento ou em um conjunto de documentos possibilitando a verificação de frequência e relevância por parte do bibliotecário especialista no domínio. Segundo Lancaster (2004, p. 286),

[...] é possível escrever programas simples para contar palavras num texto, desde que este tenha sido cotejado com uma lista de palavras proibidas, a fim de eliminar palavras não significativas (artigos, preposições, conjunções e assemelhado), e, em seguida, ordenar essas palavras segundo a frequência dessas ocorrências.

As palavras não significativas são conhecidas como *Stop Word* (ou palavras de parada), cujo significado “são palavras que podem ser consideradas irrelevantes para o conjunto de resultados a ser exibido em uma busca realizada em um motor de busca”

(HOLANDA; BRAZ, 2012, p. 50). Nesse caso, as *Stop Word* são as palavras não significativas extraídas juntamente com as palavras significativas.

O processo de eliminação de palavras feito pelo computador é semelhante à leitura feita pelo ser humano, onde “o olho é considerado a janela do cérebro: ele reconhece as palavras significativas e suas associações, fixando-se nelas um tempo necessário para assegurar a memorização das idéias, ignorando, praticamente, as palavras não significativas” (BORGES, 2009, p. 31-32). Nesse sentido, a guarda das palavras significativas por meio da leitura possibilita que possamos fazer uma releitura de forma sintética do documento; assim é feito com o processo de indexação automática.

Com relação à pesquisa sobre a construção de um Cabeçalho de Assunto para os Estudos Africanos e Afro-Brasileiros do NEAB, foi realizada uma indexação semiautomática, a qual é realizada da seguinte forma:

inicialmente o sistema faz uma indexação automática dos documentos levando em conta as ocorrências das palavras mais freqüentes no texto. Em um segundo momento, o indexador humano refina a lista dos descritores propostos pelo sistema fazendo os ajustes e/ou complementações necessárias. (PINTO, 2000, p. 66).

A partir daí, possibilitou-se que o indexador especialista da área identificasse possíveis descritores na lista de palavras extraídas e com os descritores dos diversos materiais indexados se pode compor um Cabeçalho de Assuntos, permitindo que tal linguagem documentária suprisse a demanda da Biblioteca de Referência do NEAB/UEDESC.

2.2 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

Em tempos em que a informação está em diferentes suportes, pensar no controle dos termos é pensar previamente no modo em que o usuário irá utilizar as palavras para realizar a busca de informações. Conforme Marshall (2009), a linguagem natural é polissêmica, ou seja, as palavras podem possuir mais de um significado que, conseqüentemente, pode prejudicar na busca de informação. Nessa perspectiva, ter um padrão vocabular para auxiliar na busca de informações poderá evitar a ambigüidade e a polissemia vinda da linguagem natural.

A linguagem natural, linguagem expressa por grupo, ou comunidade, sinônimo de discurso comum (PEDROSO; CERVANTES, 2013), é construída segundo as experiências, padrões comunicativos relacionados com a tradição cultural e do momento social de um determinado grupo (CINTRA et al., 2002). A mesma é composta por palavras que podem possuir diversos significados que, dependendo do sistema da biblioteca, interferem na busca e recuperação da informação.

Na área da Ciência da Informação, em especial nos temas que trabalham com a representação da informação e recuperação da mesma, a linguagem natural tende a ser transformada em linguagem documentária de modo que as influências linguísticas e seus significados não interfiram na recuperação da informação. Dessa maneira, para representar um conteúdo específico à linguagem natural deve ser padronizada com termos escolhidos por especialista da área de modo que possa facilitar a indexação da informação feita pelo profissional bibliotecário e na recuperação da informação feita por pesquisadores e interessados na informação.

A preocupação com a recuperação da informação fez com que os bibliotecários levassem em conta os padrões de normatização com o intuito de evitar ambigüidades, além da função sintática, característica da linguagem natural. Portanto, a linguagem natural não seria suficiente para representar as informações, devido aos fatores citados. E para o tratamento da informação especializada seria importante a construção de uma linguagem documentária.

Esta, segundo Dobedei (2002, p. 12), “passa a ser objeto de estudo, não só dos bibliotecários, como de linguistas e outros profissionais preocupados com a representação do conteúdo informativo para fins de recuperação e disseminação da informação e análise de assunto”.

A linguagem documentária construída por termos selecionados, na atividade de tradução, tem um importante papel de dar suporte aos profissionais indexadores, a utilizar descritores precisos na indexação e auxiliar os usuários na busca de informações. É considerada uma linguagem intermediária entre o profissional indexador e o usuário da informação por meio de um sistema de recuperação da informação (CERVANTES, 2009). Para que aconteça essa função,

[...] as linguagens documentárias devem ser construídas de tal forma que seja possível o controle do vocabulário. Tal controle é necessário para que, a cada unidade preferencial integrada numa LD, corresponda um conceito ou uma noção. Essa correspondência só é assegurada por intermédio das terminologias de especialidade. (CINTRA et al., 2002, p. 40).

Na visão de Wanderley (1973) apud Dodebei (2002), os termos Linguagem Documentária e Vocabulário Controlado são sinônimos, bem como Linguagem de Indexação, Linguagem Descritoras, Codificações Documentárias, Linguagens de Informação, Listas de Assuntos Autorizados e Linguagens de Recuperação. Porém, têm a mesma intenção. Entretanto, têm como função: a) Termos para indexação; b) Recuperação de informação; c) Classificação da Informação; d) Normalização da expressão; e) Sistema simbólico para mediação; f) Meio de comunicação; e) Descrição da linguagem natural (VOGEL, 2009).

Segundo Almeida (2011, p. 21), “as linguagens documentárias podem ser notacionais ou verbais e pré ou pós-coordenadas. As notacionais utilizam símbolos (notações) que auxiliam na organização e na localização dos documentos na estante”. As verbais, segundo a mesma autora, “visam o tratamento e a recuperação da

informação pela representação do assunto” (ALMEIDA, 2011, p. 21). Segundo Cervantes (2009), as linguagens documentárias podem ser de dois tipos: classificadas (hierárquicas) e alfabéticas (de indexação ou combinatória).

As linguagens pós-coordenadas “são aquelas em que o usuário combina os assuntos no momento da busca de informação” (CERVANTES, 2004, p. 34). Na indexação, o profissional deve identificar e representar os conceitos separadamente, possibilitando que o usuário realize múltiplas combinações no momento da busca. A pré-coordenada “requer a coordenação dos termos no momento da representação dos conteúdos documentários” (CERVANTES, 2009, p. 38). Ela possibilita a combinação de conceitos únicos em uma sequência (HARPRING, 2016) e consegue limitar e modular a pesquisa do usuário. Nessa lógica, existem como linguagem pré-coordenadas os Sistemas de Classificação e os Cabeçalhos de Assuntos.

O cabeçalho de assunto, pode ser entendido como uma lista de termos autorizados e construído para evitar confusões criadas por sinônimos e outras inconsistências oriundas da linguagem natural no momento da indexação de documentos. Tem objetivo de instrumentalizar a indexação de assuntos de documentos, com o objetivo de padronizar as entradas de assuntos de catálogos ou índices de bibliotecas” (MARSHALL, 2009, p. 32).

Para Van Der Laan (2006), a Lista de Cabeçalho de Assunto é criada a partir de palavras-chaves retiradas de um vocabulário livre, organizadas em sequência por ordem de prioridade. Segundo Marshall (2009, p. 34), “essa ordem é determinada a partir da importância que os conceitos representam para os usuários”. Nesse segmento, segundo a mesma autora, por mais que seja retirado de um vocabulário livre, o cabeçalho de assunto não é elaborado de forma aleatória. Deve ser elaborado por meio de regras pré-definidas, por exemplo: o uso da palavra no singular ou plural. Cervantes (2009) entende que são listas de termos ordenados de forma alfabética e hierárquica, associativa ou combinatória de palavras ou expressões, com a finalidade de representar o conteúdo documentário.

A Lista de Cabeçalho de Assunto serve também para o estabelecimento de uma rede de referências cruzadas que ajudem o leitor a encontrar o assunto específico por meio de remissivas “VER” e “VER TAMBÉM”. Ressalta-se, que no caso desta pesquisa, foi elaborada uma linguagem documentária na forma de Cabeçalho de Assunto, para representar o conhecimento do campo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são detalhados os procedimentos metodológicos que apoiaram o desenvolvimento da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa é de natureza aplicada. Para Barros e Lehfeld (2000, p. 78), a pesquisa aplicada tem como motivação a produção de “conhecimento para aplicação de seus resultados, com o objetivo de ‘contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade’”. No caso específico, a partir de teoria preexistente, criou-se um Cabeçalho de Assuntos sobre Estudos Africanos e Afro-Brasileiros dirigido ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC, cuja aplicação pode ser estendida ao demais NEABs do país, por meio da Associação Brasileira dos Pesquisadores/as Negros/as. O estudo assume, ainda, forma de pesquisa bibliográfica, uma vez que foi elaborado a partir de material publicado, que compõem o *corpus* da pesquisa.

A pesquisa teve uma abordagem quantitativa e qualitativa. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, não reduzidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa é considerada quantitativa quando se utiliza de técnicas de extração de termos e seus conceitos para verificação da frequência de ocorrência.

3.2 CORPUS DA PESQUISA

O material bibliográfico, objeto de análise do presente estudo, compõe-se de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses digitais do acervo da Biblioteca de Referência do NEAB/UDESC, de 2005 até 2015, bem como de artigos da Revista ABPN sobre os Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, de 2010 a 2015. Somam, ao todo, 219 artigos, 54 trabalhos de conclusão de curso, 66 dissertações e 17 teses, totalizando 356 obras bibliográficas em formato digital.

O Cabeçalho de Assuntos foi estruturado com base no conhecimento da pesquisadora, enquanto associada ao NEAB-UDESC e à ABPN. Dessa forma, para guiar a escolha da terminologia mais adequada para a área, além do *background* da pesquisadora, utilizou-se os instrumentos normativos do Ministério da Educação (BRASIL, 2004), tais como: a) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana; b) Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DO CABEÇALHO DE ASSUNTO

3.3.1 Normalização

Kobashi (2008) destaca a importância de saber os fatores determinantes para a elaboração de uma linguagem documentária. Assim, segundo a autora, dimensionar porquê e para quem é destinado o trabalho final, são questões primordiais para traçar diretrizes na escolha do termo. Desse modo, as diretrizes traçadas foram as seguintes: a) foram adotados os assuntos abordados nas pesquisas vinculadas ao NEAB-UDESC; b) optou-se pelo termo mais específico para representar o assunto, evitando termos genéricos e dúbios; c) os termos que compõem o Cabeçalho de Assuntos são simples e/ou compostos, sendo simples os que possuem uma única

palavra e compostos os que associam mais de uma palavra; d) ordenou-se o Cabeçalho de Assuntos em ordem alfabética, sendo os termos incluídos denominados como:

- ✓ **Termo candidato:** termos selecionados pela pesquisadora a partir da listagem gerada pelo *software* extrator de palavras;
- ✓ **Termo preferido:** termo candidato após ter sido aceito pela pesquisadora, no TemaTres, também chamado de descritor. No TemaTres os termos preferidos podem ser: a) subordinados a outros termos; b) não preferidos; c) relacionados; d) recomendados.

3.3.2 *Software*

O *software* livre escolhido no presente estudo para a construção e inserção da linguagem documentária é chamado TemaTres, que se trata de uma ferramenta inserida na *web* para a gestão de representações formais de conhecimento como: tesouros, taxonomias e vocabulários multilíngues para aplicação e gestão de representações formais do conhecimento (TEMATRES, 2016, tradução nossa). Os procedimentos realizados no estudo podem ser explicitados da seguinte forma:

- a) Coleta, seleção e processamento dos textos (1º passo): os documentos são agrupados e, em seguida, processados. Vale ressaltar que os documentos processados devem ser relevantes para a área do conhecimento, pois a irrelevância pode gerar o aumento da dimensionalidade de palavras irrelevantes. Após esse procedimento, os textos são convertidos do formato PDF para TXT (2º passo);
- b) Transformação de texto em lista de palavras (*Tokens*) (3º passo) e remoção de palavras não significativas (*stop word*) (4º passo): após o agrupamento são extraídas palavras significativas e não significativas (artigos, conjunções, preposições). As significativas são chamadas de *Tokens*, “uma cadeia de caracteres que representa uma parte de uma estrutura, sendo que em linguagem natural ele representa uma palavra ou símbolo” (BUSARELLO, 2013, p. 15);

- c) Redução das palavras ao radical (Lematização) (5º passo): processo de redução das palavras em radical. O Radical é o “elemento mórfico que fornece a significação da palavra” (LUCCA; NUNES, 2002, p. 6). Ex.: Pedra, pedrinha, pedrada, o radical dessas palavras é pedr-;
- d) Agrupamento das palavras de acordo com o radical (*Clusterização*);
- e) Cálculo da frequência de palavras (7º passo): contagem automática de palavras frequentes no *corpus* documental. Nesta pesquisa foi realizada somente a contagem dos radicais das palavras mais frequentes no *corpus* documental;
- f) Segunda etapa da indexação semiautomática: análise e seleção dos termos pelo pesquisador bibliotecário (8º passo).
- g) Inserção no TemaTres para publicação/disponibilização (9º passo).

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O número reduzido de fontes para extração dos termos constitui um dos fatores limitantes da pesquisa, visto o acesso e a consulta basicamente aos documentos existentes no acervo do NEAB/UDESC. Ao mesmo tempo em que o uso do Extrator de Palavras facilitou a quantificação e o estabelecimento de termos candidatos, notou-se uma imprecisão nos resultados fornecidos, em relação ao conteúdo em si, uma vez que o Extrator de Palavras apontou como mais frequentes alguns termos que, no entendimento da pesquisadora, não tinham significado para o campo de estudo.

4 RESULTADOS

O campo de estudos relacionado às produções sobre os povos africanos e seus descendentes no Brasil inclui aspectos sociais, culturais, educacionais e econômicos. Estas produções abrangem o campo das relações raciais e possuem diversos termos próprios, que, muitas vezes, foram ressignificados por intelectuais afro-brasileiros e antirracistas vinculados aos movimentos sociais e ao movimento negro (GOMES, 2005). Para entender a construção do Cabeçalho de Assuntos e a forma como os pesquisadores, usuários das produções científicas, buscam essa informação, é preciso entender o contexto dos termos, seus significados e usos. No entendimento de Gomes (2005, p. 39), “termos e conceitos revelam não só a teorização sobre a temática racial, mas também as diferentes interpretações que a sociedade brasileira e os atores sociais realizam a respeito das relações raciais”.

A criação do Cabeçalho de Assuntos tomou por base as palavras com frequência acima de 1000 ocorrências, apontadas pelo Extrator de Palavras. A partir de então, a pesquisadora pôde proceder a análise e a seleção dos termos candidatos, incluindo-os no TemaTres e aceitando os termos, tornando-os, então, termos preferidos (Quadro 1).

Quadro 1 – Termos preferidos listados no TemaTres.

NÚMERO DE ORDEM	TERMOS PREFERIDOS
1	Abolição
2	Abolicionismo
3	África Centro Ocidental
4	África Centro Oriental
5	África Meridional
6	África Ocidental
7	África Subsaariana
8	Africano
9	Africanos escravizados

Continua

Continuação

10	Afro-brasileiros
11	Afro-catolicismo
12	Afrodscendentes
13	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
14	Associação religiosa
15	Batuque
16	Branco
17	Branquitude
18	Cacumbi
19	Candomblé
20	Colonização
21	Comunidade negra rural
22	Comunidade remanescente de quilombo
23	Comunidade tradicional
24	Continente africano
25	Cotas raciais
26	Cotas sociais
27	Crioulo
28	Crioulo cativo
29	Crioulo escravo
30	Crioulo forro
31	Desigualdade
32	Desigualdade étnico-racial
33	Desigualdade racial
34	Desigualdade social
35	Diáspora
36	Diáspora africana
37	Diáspora africana no Brasil
38	Diáspora negra
39	Discriminação
40	Discriminação racial
41	Diversidade cultural
42	Diversidade multicultural

Continua

43	Educação antirracista
44	Educação para relações étnico-raciais
45	Emancipacionismo
46	Ensino de África
47	Ensino de história da África e da diáspora
48	Escola de samba
49	Escravidão
50	Escravo
51	Estrutura colonialista
52	Feminismo negro
53	Festa negra
54	Florianópolis
55	Grupo carnavalesco
56	História da África
57	Identidade negra
58	Identidade racial branca
59	Ilha de Santa Catarina
60	Irmandades negras
61	Kizomba
62	Literatura africana
63	Literatura afro-brasileira
64	Literatura negra
65	Movimento afro-diaspórico
66	Movimento de mulheres negras
67	Movimento negro
68	Movimento negro diaspórico
69	Movimento social
70	Multiculturalismo
71	Negritude
72	Negro
73	Nossa Senhora do Desterro
74	Pardo
75	Pluralismo
76	Política de reparação
77	Políticas de ações afirmativas
78	Políticas públicas

79	Preconceito
80	Preconceito étnico-racial
81	Preconceito racial
82	Preto
83	Preto da Costa
84	Quilombo
85	Quilombola
86	Racismo
87	Relação racial
88	Religião de matriz africana
89	Saúde da população negra
90	Sociedade recreativa
91	Sujeito escravizado
92	Umbanda

Fonte: dados da pesquisa.

Para criar o Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, tomou-se por base o conhecimento da temática e, por intermédio da revisão de literatura do campo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, foram elaboradas, pela pesquisadora, combinações entre as palavras e inclusão de termos, quando necessário, para dar sentido ao “novo termo” criado. Para melhor compreender o significado dos termos preferidos⁷⁵, percebeu-se indispensável incluir no presente estudo as definições de cada um (como nota de escopo no TemaTres).

Cesarino e Pinto (1978) orientam que o Cabeçalho de Assuntos consiste em sistema de pouca relação hierárquica. Nesse sentido, a partir da análise dos termos e para entendimento da estrutura do Cabeçalho de Assuntos, compreendeu-se a necessidade de incluir relações hierárquicas e relacionais, auxiliando, futuramente, na construção de um tesouro. Para uma melhor visualização das relações entre termos, a partir dos termos preferidos inseridos no TemaTres, criou-se uma estrutura esquemática em ordem alfabética.

⁷⁵ Termos aceitos, pela pesquisadora, no TemaTres.

Entendendo-se como TR – Termo Relacionado e como TG – Termo Geral⁷⁶.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *corpus* documental do estudo se constituiu de 356 documentos que, por meio dos procedimentos metodológicos escolhidos e do uso de ferramentas tecnológicas (Extrator de Palavras, *Access* e TemaTres), deram origem à Lista de Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-brasileiros para o NEAB-UDESC. As escolhas metodológicas possibilitaram destacar 92 termos preferidos, divididos em 17 termos gerais, 36 termos específicos e 40 termos relacionados, úteis para a representação do campo em estudo. As notas de escopo, adicionadas a 24 termos, se originaram de leituras realizadas pela pesquisadora, a partir de revisão da literatura especializada na área.

Entende-se que a determinação de termos gerais, específicos e relacionados, constitui um avanço para a área e, futuramente, pode servir de base para a construção de um tesouro especializado. De acordo com os textos revisados, o Cabeçalho de Assuntos pode auxiliar na representação e na organização da área em estudo. No entanto, faz-se necessário construir um tesouro especializado no campo dos Estudos Africanos e Afro-brasileiros, possibilitando o aprofundamento das relações hierárquicas e validação dos termos por parte de pesquisadores do campo dos estudos. Ou seja, o Cabeçalho de Assuntos foi somente um ponto de partida.

⁷⁶ O Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-brasileiros se encontra depositado por meio de *software livre* (TemaTres). Até 2016 esteve disponível no seguinte endereço: <http://www.labtecgc.udesc.br/tematres2/vocab/index.php>.

O estudo na íntegra pode ser acessado em: LIMA, Graziela dos Santos. **Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**. 2016. 111 p. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2121/dissertacao_versao_final.pdf Acesso em: 10 ago. 2019.

Construir uma linguagem documentária sobre Estudos Africanos e Afro-brasileiros consistiu em uma tarefa árdua, pois se trata de um campo que, no decorrer do tempo, sofreu transformações/alterações, sendo que termos e conceitos são ressignificados e readaptados, não tendo importância somente no passado, mas também no presente, no momento da busca de um documento que remete a períodos anteriores.

Ao se deparar com as publicações para fundamentar a pesquisa, encontrou-se palavras compostas (combinações de termos) importantes para otimização das buscas, ampliando resultados quanto à temática desejada para a busca de informação. Nesse sentido, a utilização somente de um processo de indexação automática para abstrair palavras não se fez suficiente para representar o campo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, sendo muito necessário o “*background*” da pesquisadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. **O vocabulário controlado como instrumento de organização e representação da informação na FINEP**. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2011.

BORGES, G. S. B. **Indexação automática de documentos textuais**. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

BRASCHER, M. Prefácio. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4, 2012. p. 11-13.

BRASCHER, M; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 9., São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008.

BUSARELLO, A. **Protótipo para sumarização automática de textos escritos em língua portuguesa**. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Ciência da Computação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2013.

CERVANTES, B. M. N. **Contribuição para a Terminologia do Processo de Inteligência Competitiva**: estudo teórico e metodológico. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

CERVANTES, B. M. N. **A Construção De Tesouros com a Integração de Procedimentos Terminográficos**. 209 f. Tese (Doutorado) –Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2009.

CINTRA, Anna Maria; et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Pollis, 2002.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003.

HARPRING, Patrícia. **Introdução aos vocabulários controlados**: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado: Pinacoteca de São Paulo: ACAM Portinari, 2016.

KOBASHI, N. Y. **Vocabulário controlado**: estrutura e utilização. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2008.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2004. 347p.

LUCCA, J. L. de; NUNES, M. das G. V. **Lematização versus Stemming**. Relatório. Disponível em: http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/download/lematizacao_versus_stemming.pdf Acesso em: 1 nov. 2016.

MARSHALL, R. G. **Linguagens Documentárias para a indexação de literatura Infantil e Juvenil**. 113f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PEDROSO, V. S.; CERVANTES B. M. N. O uso de vocabulários controlados para a organização do conhecimento em sistemas de bibliotecas de universidades públicas do Paraná. **Catarse**, v. 1, p. 235-265, 2013.

RODRIGUES, M. R.; CERVANTES, B. M. N. Análise de assunto e mapas conceituais: semelhanças nos processos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 4, p.35-56, out./dez. 2015.

RUBI, M. P. **Política de Indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 168 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

SOUSA, B. P. de; FUJITA, M. S. L. Análise de Assunto no Processo de Indexação: um percurso entre teoria e norma. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2014.

TEMATRES. 2016. **TemaTres**. Disponível em: <https://sourceforge.net/projects/tematres/> Acesso em: 20 ago. 2016.

VAN DER LAAN. **Tesouro e Termonologia**: uma interrelação lógica. 262 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

VOGEL, M. J. M. A influência de Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documentária. **Perspectiva em Ciência da Informação**. v. 14, nº especial, p. 80-92, 2009.

A BRANQUITUDE NAS PRÁTICAS DOCENTES EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: NOTAS TEÓRICO-CRÍTICAS SOBRE UM ENSINO QUE PROMOVE O PRECONCEITO RACIAL⁷⁷

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Gustavo Silva Saldanha

Daniella Camara Pizarro

1 INTRODUÇÃO: CAMINHOS TEÓRICOS PARA A REFLEXÃO SOBRE BRANQUITUDE E RACISMO NA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Esta pesquisa discute as questões relacionadas ao exercício da branquitude no contexto biblioteconômico-informacional, em especial no que tange ao ensino de graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). Entende-se que abordar essa temática é essencial na luta antirracista já que sustenta a premissa da disseminação e da apropriação da informação no combate ao preconceito e à exclusão social. Nesse sentido, o agir docente bem como o sentido ético e político do ensino e da formação de bibliotecários se reconhece no tocante à transformação do espaço social por meio de uma prática profissional crítica e atenta à igualdade de direitos nas relações étnico-raciais.

Trata-se de um estudo teórico, de ordem qualitativa, que se fundamenta na discussão epistemológica e sociocrítica do desenvolvimento do campo no contexto brasileiro e em suas relações

⁷⁷ Este trabalho foi publicado inicialmente no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação do ano de 2018, no GT 06 – Informação, Educação e Trabalho.

históricas e contemporâneas junto ao cenário internacional. O foco central está na reflexão crítica sobre o conceito de branquitude na formação do bibliotecário brasileiro e seu impacto na reprodução do racismo. Como reflexão teórica, a pesquisa se orienta a partir de categorias discursivas que nos permitem iniciar a discussão sobre a branquitude no campo, a saber:

- a) Uma epistemologia histórica, que trata de abordar a noção de historicidade em Wilhelm Dilthey (2010) como manifestação central da possibilidade de formação das ciências sociais, ou seja, a partir da concepção diltheyana de ciência social que sustenta a compreensão da BCI como parte de um modo de perceber a vida sob formas de descrição do real distintas da cientificidade tomada como sinônimo de neutralidade. Estamos nesse território no contexto de indivíduos, associações, épocas, movimentos históricos, organizações sociais, ou seja, de um conjunto de elementos que luta pela transformação ou pela conservação de um dado sistema de cultura;
- b) Uma epistemologia social, que nos apresenta a concepção da historicidade das ciências. Partindo dessa centralidade nas ciências sociais, posicionamos o debate epistemológico em BCI no âmbito de uma tentativa de configuração socioepistêmica, e temos os princípios da epistemologia social sheriana como uma das bases possíveis para essa leitura. Com Shera (1977), podemos perceber a construção de uma configuração simbólica para sustentar o discurso e as práticas do campo, entendida como horizonte necessário para a problematização do real através das lentes das bibliotecas, do livro, do documento, das práticas de mediação e de leitura;
- c) Uma teoria crítico-simbólica, ou seja, a figuração da condição simbólica antevista pela epistemologia social sheriana nos leva à necessidade de problematizar o campo como um saber e um fazer no escopo social demarcado pelas lutas simbólicas. Essa forma de construção do poder e de propagação da opressão tem em Pierre Bourdieu (2012,

2011) um conjunto sólido de análises teóricas e empíricas, demonstrando como que construtos como “raça” são forças que estão muito mais aquém e muito mais além das manifestações materiais expressas no cotidiano;

- d) Uma vertente desclassificacionista, ou seja, uma abordagem que integra categorias de percepção do real sociocrítico do campo para conceber um panorama teórico em BCI capaz de colocar em pauta a reflexão sobre o racismo. Neste âmbito, chegamos até o reconhecimento de um modo de compreensão do campo a partir das lentes teóricas da “desclassificação”, segundo García Gutiérrez (2011). Trata-se de abordar a relação com o real como construto simbólico, sempre tomado como parte das construções hegemônicas necessariamente fechadas, assim como anteviu o discurso bourdieusiano.

Essas categorias discursivas não esgotam a estrutura necessária para a problematização das fraturas críticas em questão – ou seja, dos dilemas da branquitude na formação do bibliotecário, configurando-se aqui como uma teia mínima de construtos teóricos para repensar a crítica da formação do bibliotecário sob a própria revisão (também ela crítica) de nossas possibilidades argumentativas oriundas das teorizações do campo e de abordagens convergentes.

2 PRÊAMBULOS EPISTEMOLÓGICO-HISTÓRICOS: ACHEGAS AO DILEMA HISTORIOGRÁFICO DO CAMPO E SUA REPERCUSSÃO NA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

O desenvolvimento histórico do pensamento biblioteconômico e de suas configurações posteriores a meados do século XX, em geral, identificadas com o acréscimo do termo *information* em sua configuração terminológica macro e nas dimensões micro (como nas expressões *library and information science* e *information literacy*, respectivamente), é sustentado por um conjunto de fatores simbólicos que demarcam as problemáticas e as aporias da luta

antirracista. Fruto das dinâmicas sociopolíticas de cada espaço-tempo, a conformação simbólica de um Ocidente excludente e racialmente opressor é também marca da formação do que hoje podemos chamar de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). Essa evidência representa um dos horizontes centrais desta discussão.

Esse cenário, se vislumbrado (para o intuito metodológico desta pesquisa) apenas o século passado como palco privilegiado das lutas epistêmicas de emancipação e de autonomização em BCI, não deixará de fora a epistemologia de tal disciplina em expansão. Ao contrário, inserida em seu território sociopolítico, a expressão teórica e aplicada da BCI, em gestos acadêmicos e científicos – como classificação, catalogação, estudo de usuários, história das bibliotecas – estará marcada pela manifestação das problemáticas racistas da sociedade que a engendrava. Dito em termos mais precisos, tal configuração estará impregnada do discurso de neutralidade diante da questão, dada a ausência da reflexão crítica sobre os dilemas do universo simbólico e material das figurações raciais.

A opção epistemológico-histórica do campo, na procura por margens de se autodeclarar no escopo das ciências sociais e humanas (ora “mais” Humanidades, ora “mais” “sociológica”, por exemplo, entre as primeiras direções da formação francesa em Biblioteconomia e as práticas da Escola de Chicago, nos Estados Unidos, respectivamente, por exemplo), apontará para o mesmo horizonte epistemológico de configuração inicial das próprias ciências do homem: o positivismo. Essa tendência, no plano das correntes teóricas de pano de fundo que fundamentam e orientam as intervenções no mundo social, reforçará a construção simbólica da figuração racista no campo, uma vez que caminha ladeando o mito da neutralidade epistêmica.

O jogo entre produção e reprodução do mundo socialmente tecido recebe aqui, como em outros tantos e quantos territórios epistêmicos, seu lugar de demarcação. Essa contextualização, posicionada no escopo de uma epistemologia histórica, não exclui as tradições ditas “anômalas” para uma teoria kuhiana (KUHN, 1975) das transformações epistêmicas, ou seja, aquelas interessadas em

constituir um ponto de vista crítico ou, no mínimo, avançar contra as dimensões a-históricas da formação do bibliotecário.

3 A FORMAÇÃO E A EDUCAÇÃO BIBLIOTECÁRIA NO BRASIL: EM DIREÇÃO À BRANQUITUDE

O campo da educação se “configura como um espaço-tempo inquieto, que é ao mesmo tempo indagador e indagado pelos coletivos sociais diversos” (GOMES, 2017, p. 25). Esse campo se estabelece como um espaço para formação que interage com diversas gerações, grupos étnicos, origens socioeconômicas. A partir dele se torna possível a percepção de como os espaços de educação institucional, como os de educação popular, são construídos cotidianamente de forma dinâmica e de tensão conservadora (GOMES, 2017).

No Brasil, é reconhecido na literatura que a formação do bibliotecário possui como origem as escolas francesas e americanas atribuídas como perspectiva humanística e tecnicista, respectivamente (CASTRO, 2002; SOUZA, 1997, 2009). As práticas bibliotecárias e seus processos educacionais perpassam fases distintas até se constituírem no cenário atual. Inicialmente, encontramos o Curso de Biblioteconomia oferecido Biblioteca Nacional, em 1911, onde observamos o caráter eurocêntrico. Para Souza (1997), esta formação pode ser descrita como uma prática artesanal humanística de viés francês e não academicista (SOUZA, 1997).

Em um segundo momento, destaca-se a prática bibliotecária racionalizadora de base norte-americana, com predomínio tecnicista, funcionalista e academicista. Nessa direção, surge a criação de escolas para a formação de bacharéis, o fortalecimento das corporações profissionais e a regulamentação da profissão. Posteriormente, considerando o contexto neoliberal da globalização política e econômica, ressalta-se um conjunto de atividades de documentação, o estudo da informação científica e a necessidade de formação de um quadro pessoal em nível de pós-graduação que atue

na indústria da informação e fomenta o desenvolvimento industrial econômico (SOUZA, 1997, 2009).

Registram-se, pois, as heranças de caráter eurocêntrico e estadunidense que são percebidas no agir do bibliotecário brasileiro. A constituição de tal agir reflete, em grande parte, as práticas docentes recebidas na sua formação e, em última instância, o projeto político pedagógico dos cursos de Biblioteconomia concebidos por esses mesmos docentes. Assim, a escolha dos materiais bibliográficos a serem inclusos nas bibliografias básicas e complementares, assim como as vertentes teóricas a serem ensinadas nos currículos dos cursos, pode ser vista como um ato político. Conforme os saberes, os autores e as vertentes visibilizados pelo docente e/ou curso, identificar-se-á a reprodução de saberes hegemônicos e o “epistemicídio” (GOMES, 2017) de vertentes teóricas oriundas de outros grupos étnico-raciais que não o branco, por não as considerar como saber científico.

A tradicional construção do discurso sobre história do campo (e sua divisão entre tecnicista e humanista) tende, pois, a ocultar tais construtos, incluindo movimentos locais e internacionais que transversalizam a epistemologia e a formação em BCI, silenciando ainda mais as abordagens críticas. Um exemplo está no contexto estadunidense. Ali se constituiu, nesse panorama contestatório de demarcação epistêmica e de ensino, a *Black Librarianship* (Biblioteconomia Negra Americana). Muito além de um vazio debate sobre um certo “tecnicismo americano”, estamos aqui diante de um profundo e limiar movimento crítico, político, social, epistêmico, histórico e fundamentalmente pedagógico.

Criada a partir do século XIX, a *Black Librarianship* é um movimento com foco no desenvolvimento de bibliotecas para afro-americanos durante o período segregacionista. Esse movimento foi consolidado não só por uma vasta bibliografia produzida por bibliotecários, bibliófilos e bibliógrafos. A luta em questão discutiu e também implementou ações no âmbito da formação de afro-americanos nos cursos de Biblioteconomia oferecidos no *Hampton Institute* entre o período de 1925 a 1939, visando o oferecimento de

serviços e produtos para a população afro-americana (JOSEY, 1977; SILVA; SALDANHA, 2018).

Quando observamos a Biblioteconomia Estadunidense influenciadora dos cursos de Biblioteconomia brasileiros, refletimos sobre a ausência da compreensão do discurso histórico do campo e do silenciamento das aderências cabíveis em cada contexto de luta social e epistêmica. Em outros termos, nos deparamos com a fragilidade de nossa historiografia e, como consequência, de nossa formação crítica. Por exemplo, o fenômeno da teoria crítica da *Black Librarianship* se torna um arquétipo (ainda que não o único) de nossos problemas na história e na formação do bibliotecário no Brasil. A proposta crítica e as ações no mundo social da *Black Librarianship* respondem por dilemas não idênticos, dadas as dimensões sociopolíticas de cada historicidade, porém, semelhantes e, em muitos casos, complementares, à questão do negro no Brasil (e na Biblioteconomia de nosso país).

Dessa maneira, perceber a fratura histórica (a ausência absoluta) da dimensão de lutas socioepistêmicas, como esta oriunda do solo estadunidense no território do ensino brasileiro em Biblioteconomia (país com mais de 50% da população autodeclarada negra, incluindo pardos e pretos), demonstra a permanente emergência do enfretamento dos debates étnico-raciais na história e na formação do campo. No plano das teorias críticas, como um movimento social e epistêmico, a *Black Librarianship* americana se apresentaria, por exemplo, como uma teoria crítica para reconstrução do discurso epistemológico e do ensino nos cursos brasileiros.

O ocultamento de movimentos que respondem por tais teorias críticas demonstra os enormes problemas ainda vinculados ao conteúdo formativo do bibliotecário e profissional da informação brasileiro. Essa e outras abordagens que colocam em cena os reais dilemas sociais que não estão fora, mas dentro das práticas de ensino e aprendizagem, indicam o cenário político em constante reprodução da opressão dentro da sala de aula. No foco de nossa perspectiva, trata-se de afirmar o branco como “o cientista” e silenciar outros saberes de fundo crítico na estrutura pedagógica do campo. O horizonte vislumbrado nos convoca, pois, a discussão sobre o

conceito de branquitude como uma alternativa crítica para a formação do bibliotecário brasileiro.

4 AS RELAÇÕES RACIAIS E OS ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE BRANQUITUDE: GRAMÁTICAS DA RAÇA E DO RACISMO NO BRASIL

As relações entre brancos e negros foram balizadas por processos de exclusão, discriminação e preconceito no Ocidente. Na sociedade brasileira, o mito da democracia racial criado no período pós-abolicionista trouxe a ideia de que brancos e negros viviam em uma sociedade igualitária de direitos e deveres, sem preconceitos de cor ou classe social. No entanto, esse não é o estado de coisas comum da conjuntura política, educacional e social da população brasileira. Vemos, por exemplo, que o negro está entre os que mais sofre com encarceramento em massa, genocídio da sua população feito pelo Estado, políticas de exclusão a bens materiais e imateriais, intolerância religiosa, condição de subemprego, entre outros pontos, que nos fazem refletir como o contexto brasileiro se torna uma espécie de armadilha para os negros e negras brasileiros/as, pois estes investem, trabalham e criam para um país que, talvez, nunca forneça a igualdade de direitos que lhes é devida no plano da igualdade democrática.

Mas porque isso acontece? Existe na sociedade o conceito de raça, etimologicamente originado do italiano *razza*, derivado do termo em latim *ratio*, que significa sorte, categoria e espécie. No entanto, nas ciências naturais, esse conceito foi utilizado em um primeiro momento para classificar espécies de animais e vegetais (MUNANGA, 2004). Posteriormente, Carl Von Linné, utilizou o conceito para classificar plantas em raças ou classes. A partir disso, em 1684, o termo foi utilizado no sentido moderno de raça (passou a designar a descendência, linhagem de um grupo de pessoas que possuem ancestrais e características físicas em comum) e sua significação conduziu ao ato da classificação de diversos grupos de pessoas (MUNANGA, 2004). Assim, a diversidade humana foi classificada em raças diferentes. Para Munanga (2004), a

conceitualização e a classificação de raça servem como ferramentas de operacionalização do pensamento e, a partir disso, criam uma hierarquização de pessoas, onde há aqueles considerados “melhores” e outros, “piores”. O pensamento brasileiro hegemônico herdou essa visão eurocêntrica, que acredita na noção de raça como marca de que existem pessoas consideradas superiores (leia-se brancas) e as “outras raças” que devem ser subjugadas às primeiras, reproduzindo as ações racistas.

O racismo é algo presente na vida de todo cidadão e cidadã não-branco brasileiro/a, em especial, as pessoas negras. Por conta do período de escravidão de pessoas de origem africana durante mais de três séculos, os negros são os que mais sofrem com preconceito racial e discriminação por conta da cor de sua pele. Entre os fatores que influenciam na atribuição de “raça inferior” e “raça superior”, encontra-se o fenótipo e, dentre as características fenotípicas, está a cor da pele. Lourenço Cardoso acrescenta a respeito:

A cor é parte do fenótipo, aquilo que se vê, no entanto, também é uma atribuição social, porque se relaciona com a vida cotidiana, na sua ligação com a ideia de raça e de etnia. Em virtude disso, as pessoas classificam-se, e são classificadas, como branca, negra, mestiça. Reitero, a cor é referente a traços genéticos, a tez. A cor é um aspecto de classificação social fundamental no Brasil. Geralmente, será o primeiro dado utilizado para hierarquizar com base na mentalidade racista, ou seja, com base na construção social da ideia de raça e de etnia. (CARDOSO, 2014, p. 32).

Mas o que define se uma pessoa é branca no Brasil? Para Liv Sovik (SOL, 2010, s.p.):

Ser branco é uma função social, não é uma cor exatamente. A cor é uma condição para essa função. A matiz exata da cor pode variar até regionalmente. Um branco na Bahia não é branco

no Rio Grande do Sul. Tem uma série de formas em que a branquitude se define relacionalmente. Isso é algo que a frase esconde, porque volta para a relação internacional. Já ouvi europeus dizerem: “Aqui ninguém é branco.” Isso é uma percepção real, só que, internamente, se você vai ver a identidade brasileira sem o contraste usado no exterior. Existem brancos, sim, no Brasil e que têm os privilégios do branco do mundo inteiro, sobretudo do ocidente.

Conforme Vygotsky (1999), citado por Schucman (2014), para compreender como uma pessoa se torna racista é necessário o entendimento de que as pessoas são constituídas pelas e nas relações sociais por intermédio da linguagem no campo das intersubjetividades. A pessoa se autoconstrói e se transforma com base no contexto em que está inserida e da apropriação dos significados socioculturais. Para compreender como alguém se identifica e percebe o “outro” é preciso também um olhar para suas relações sociais (SCHUCMAN, 2014).

Há no Brasil uma vasta literatura científica que promove os estudos sobre negritude, culturas africana e afro-brasileira, pan-africanismo e outros temas onde o negro é o centro de discussão. Entretanto, as investigações científicas que colocam as pessoas brancas enquanto objetos de estudo ainda se encontram em desenvolvimento (MUNANGA, 2017).

Os estudos críticos sobre a branquitude (*critical whiteness studies*) se iniciaram na década de 1990 nos Estados Unidos da América como luta contra o racismo (COROSSACZ, 2014). Outros países, como a África do Sul, Austrália, Inglaterra e Brasil, possuem produções científicas acerca da questão e têm buscado desenvolver um maior entendimento sobre o tema (CARDOSO, 2010). No âmbito mundial, *Black Reconstruction in the United States* do teórico W. E. B. Du Bois ([1935] 2014) foi, talvez, o primeiro a teorizar sobre a identidade racial branca (CARDOSO, 2010). Consideramos ainda, a obra “Peles negras, máscaras brancas”, de 1953, escrita pelo

psiquiatra e filósofo caribenho Frantz Fanon, como um dos estudos pioneiros ao abordar a identidade racial branca (CARDOSO, 2010).

No Brasil, os estudos sobre a branquitude tiveram início no século XXI com a obra de Guerreiro Ramos intitulada “Patologia social do ‘branco’ brasileiro”, publicada em 1957, considerada a primeira a abordar sobre a identidade racial branca no país. O termo branquitude foi utilizado pela primeira vez na literatura por Gilberto Freyre, em 1962 (CARDOSO, 2008). O termo utilizado por Guerreiro Ramos era “brancura” – mais tarde o mesmo passou a ser conhecido como “branquitude”, pois brancura se relaciona ao fenótipo pele clara, textura do cabelo (geralmente liso), cor dos olhos (azuis, verdes, castanho claro), formato do nariz (afilado), entre outros aspectos, que a caracterizem como pessoa branca (CARDOSO, 2008).

A branquitude teve sua origem nos estudos que buscavam entender o lugar do grupo racial branco na sociedade e os privilégios e o poder que possuem sobre os grupos não-brancos. Guerreiro Ramos (1957), Frantz Fanon (1980), Iray Carone (1992), Edith Piza (2002), Maria Aparecida Silva Bento (2002), Liv Sovik (2004), Lourenço Cardoso (2011), Lia Vainer Schucman (2012), Muller e Cardoso (2017), são alguns dos pesquisadores e pesquisadoras que abordam a branquitude ou a identidade racial branca em diversos contextos.

Nos últimos anos, a literatura sobre o tema tem se solidificado, em especial, nas áreas das ciências sociais, educação e psicologia, onde os estudos críticos sobre branquitude têm sido um dos pontos de discussão para o entendimento das relações raciais e de como essas influenciam nas dinâmicas sociais. Entre os autores/as e obras sobre o tema, destacamos algumas pesquisas consideradas como referência, que apontaremos a seguir.

A tese “Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público” de Maria Aparecida Silva Bento (2002) aborda as “manifestações da racialidade branca no discurso dos gestores dos gestores de pessoal de duas prefeituras do sudeste brasileiro” (BENTO, 2002, s.p.). Para essa pesquisa, a racialidade branca seria entendida como branquitude, algo oculto que interfere nas ações dos gestores nos processos de relações de

trabalho, seleção de pessoal, treinamento, demissão e na resolução de conflitos internos. Além disso, aborda as relações de desigualdade entre brancos e pretos no mercado de trabalho, além do “pacto entre brancos”, que a autora chama de “pacto narcísico”, onde há a negação dos privilégios raciais. Nesse contexto, o negro é visto como “outro inferior” e ameaçador dos privilégios da pessoa branca, vista como “superior” (BENTO, 2002).

“O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil”, tese defendida em 2014 pelo Professor Lourenço Cardoso, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Nesse estudo, Cardoso (2014) possui como questão de pesquisa: por que o branco pensa o outro e não em si? Com o objetivo de realizar análise do pesquisador branco que estuda o negro, sua cultura e o seu “universo”, o autor utiliza entrevistas para coletar e analisar os discursos desses pesquisadores. Na parte teórico-conceitual, entre outros assuntos, é discutida a questão do “branco puro” e o “não-puro”.

Outra obra se faz relevante nesta discussão. Trata-se do livro “Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil”, organizado por Tânia M. P. Muller e Lourenço Cardoso (2017). Encontramos aqui uma coletânea composta por 17 capítulos onde são abordados diferentes estudos relacionados à branquitude em domínios como educação infantil (CARDOSO; DIAS, 2017), educação macumbista (MALOMALO, 2017), Kakistocracia e pós-verdade (ROSSATO, 2017), Frantz Fanon e racialização (FAUSTINO, 2017), discurso moral e segregação racial (MAIA, 2017), entre outros.

Em BCI, quando procuramos pelo termo “branquitude” na Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI), encontramos o trabalho de Silva, Pizarro e Saldanha (2017) intitulado “As temáticas africana e afro-brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação”, apresentado em 2017, no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Aqui, o conceito é debatido juntamente com outros aspectos sociais que fazem parte da vida profissional do bibliotecário.

No que se refere à conceitualização do termo, Corossacz (2017, p. 200) infere que a branquitude é, portanto, caracterizada “por exprimir uma posição de privilégio estrutural, determinada por uma combinação de fatores históricos e de mecanismos ligados ao presente”. Afirma ainda que a branquitude não está posta como uma característica uniforme, mas se manifesta também por outras variáveis como classe, gênero, sexualidade, religião, *status*, religião, entre outras (COROSSACZ, 2017). Ademais, a autora chama a atenção para o fato de que a branquitude e a sua definição mudam a partir do entendimento de quem a percebe e a estuda, seja uma pessoa branca, negra ou indígena.

Segundo Bento (2002, s.p.), a branquitude é caracterizada como “um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade”. Além disso, a branquitude auxilia na preservação das hierarquias raciais por intermédio de um “pacto entre iguais”, onde, dependendo do contexto, pode ser particularmente fecundo para a reprodução de preconceitos e desigualdades (BENTO, 2002).

É importante frisar que ser branco e deter o lugar simbólico de branquitude não é estabelecido apenas pela genética, mas sim por posições e lugares que estes sujeitos ocupam na sociedade. Ser branco no Brasil não é um fato social da mesma ordem do contexto de ser branco nos Estados Unidos ou África do Sul. Para considerar alguém branco no Brasil, deve-se ter aparência, *status* e fenótipo de pessoa branca. Nos Estados Unidos, para ser branco, deve-se analisar a origem étnica e genética da pessoa, e na África do Sul, o fenótipo e origem demarcam a branquitude de um indivíduo (SCHUCMAN, 2014).

Cardoso (2014) explicita essa condição inferindo que existe uma hierarquia entre as próprias pessoas brancas. Ou seja, a pessoa branca inglesa poderia se considerar mais “pura” que o branco de origem portuguesa, pois pela “perspectiva colonial britânica, o português não seria um branco de verdade por causa de sua ‘impureza’ genética e cultural, característica impura originária do seu contato com povos não-brancos, por exemplo, os mouros”

(CARDOSO, 2014, p. 32). Dessa forma, a inferiorização da pessoa branca portuguesa realizada pela pessoa de origem inglesa não está restrita à cor da pele, mas também se refere ao ideal de nação branca desejada (CARDOSO, 2014).

Na nossa sociedade, ser branco significa estar no poder, visto que “a identidade racial branca é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e do racismo” (CARDOSO, 2011, p. 81). Mesmo que de forma inconsciente, os sujeitos brancos exercem, em seu cotidiano, pequenas ações que contribuem para a desigualdade racial e o racismo. É preciso, pois, entender que o poder da branquitude não está no indivíduo, mas sim na sociedade que criou estruturas de poder sociais que permitem a continuação do racismo e das desigualdades étnico-raciais (SCHUCMAN, 2014).

Conforme Cardoso (2011), a sociedade brasileira acredita que o branco não possui uma identidade racial marcada, ou seja, de que o branco não possui uma raça ou etnia e não se encaixaria nos grupos, chamados de minoria racial, nacional ou étnica (CARDOSO, 2008, p. 173-198). Com relação às características, a branquitude é reconhecida por: a) invisibilidade da identidade racial branca; b) privilégios materiais que os brancos detêm em relação aos não brancos; c) privilégios simbólicos que os brancos possuem em relação aos não brancos; e d) Lócus Social da branquitude, que visa pensar a localização da branquitude na sociedade como estrutura de dominação (SCHUCMAN, 2014).

Corroborando com essa estrutura de dominação, a mídia e os meios de comunicação de massa, assim como a ciência (em permanente reconstrução do mito da neutralidade), auxiliam na produção de desigualdades sociais e étnico-raciais entre brancos e não brancos. O fato se reproduz, por exemplo, em novelas ou filmes onde os brancos são representados em papéis de destaque como personagens centrais da trama, dotados de beleza e inteligência e com cargos como executivos, empresários, antropólogos, pesquisadores, condição que perpetua a hegemonia branca. Enquanto isso, os personagens não-brancos, como por exemplo os

negros, estão representados em papéis que reproduzem os estereótipos de inferioridade e/ou objetificação, tais como, empregadas da casa, motoristas, governantas, prostitutas. Geralmente, os não-brancos estão em menor quantidade na trama, possuem um vocabulário que demonstra ter pouco estudo, com postura servil e amigável (SOVICK, 2004).

No que tange ao campo científico, as publicações produzidas nas últimas cinco décadas abordam grupos sociais que sofrem várias formas de domínio, exploração e exclusão social, econômica e cultural. Na história da sociedade brasileira, esses grupos sociais são representados pelos pobres, os índios, os negros e as mulheres. Nesses trabalhos, considera-se o homem branco como sendo o ser humano ideal, de classe média-alta e da elite com “uma posição estrutural de privilégio socioeconômico” (COROSSACZ, 2014, p. 44).

De acordo com Cardoso (2011, p. 81), “a branquitude, ou identidade racial branca, se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência de escala local e global. Não se trata de uma identidade racial homogênea e estática”, ela se modifica com o passar do tempo. Nos processos históricos que aconteceram no mundo, tais como a escravidão, o tráfico de africanos, a colonização e a construção de nações e nacionalidades na América, e a colonização de África proporcionaram a construção da branquitude. Esta acontece quando “os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão, e dessa forma outros grupos aparecem, ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores” (SCHUCMAN, 2014, p. 46). A autora afirma que as culturas nacionais e identidades não brancas surgiram e/ou se adaptaram por intermédio de trocas de ideias, de pessoas, e/ou de símbolos entre as Américas, a Europa e a África.

Liv Sovik, em seu livro “Aqui ninguém é branco” (2009, p. 55), afirma que:

Se o brasileiro não se sente, nem pode dizer, internacionalmente, que é branco, para citar Caetano, isso torna mais complexos os conflitos e desigualdades raciais internas do que, pelo menos

à distância, os fenômenos correspondentes nos Estados Unidos. À diferença do discurso racial americano, o brasileiro está imbuído da comparação internacional. É preciso poder contar uma “história gloriosa do Brasil” — como Caetano denominou o relato “narcisista” da diferença brasileira — que resista ao discurso dominante mundial sobre “raça”, que hoje é o americano, reconheça a história mundial da qual faz parte e, ainda, a forma em que mestiços, negros e brancos têm conotações políticas e lugares específicos no imaginário brasileiro.

No contexto brasileiro, os brancos se tornaram pouco “visíveis”, em alguma medida, por conta do discurso sobre a valorização da mestiçagem que busca propagar a ideia de uma nação mestiça e unívoca, onde seria praticamente impossível definir quem são as pessoas brancas e quem seriam as negras (COROSSACZ, 2017; FREYRE, 1933).

A branquitude interfere no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e justa para todos. Há indivíduos ou grupos de pessoas brancas que desaprovam o racismo, mas possuem privilégios providos por sua identidade racial. Isso acontece por pertencerem a uma sociedade eurocêntrica e de estrutura racista, que colabora com a manutenção da ideia de “superioridade branca”. Há também indivíduos que utilizam conscientemente esses privilégios e exercem o racismo propagando de forma direta ou indireta a supremacia racial branca (CARDOSO, 2008; SCHUCMAN, 2014).

Para Jesus (2017), há uma vantagem estrutural da identidade racial branca que é produzida por intermédio da concessão de privilégios. Diuturnamente, os negros são submetidos a uma gama de situações racistas e discriminatórias que lhes confrontam sua identidade. Há uma linha tênue entre viver e morrer na sociedade brasileira que faz com que os negros não tomem decisões fáceis quanto a denunciar ou se calar frente aos racismos e discriminações sofridas, reagir ou omitir sobre determinados fatos, se afirmar enquanto negro ou negar a sua própria negritude como forma de

sobrevivência em nossa sociedade. Em outras palavras, é uma dicotomia que, por diversos aspectos, acaba por levar o negro a realizar uma negociação da cor enquanto estratégia de sobrevivência. O privilégio branco mantém o *status quo* sustentado pelo tripé da construção negativa de subjetividades coletivas e individuais, a negação de direitos a negros e a descaracterização da discussão sobre raça (JESUS, 2017).

Sobre a descaracterização da discussão racial, conforme Liv Sovik (2002, s.p.), “a desigualdade racial no Brasil pode ser inequívoca, mas sua discussão frequentemente reverte para explicações baseadas em classe social e desigualdade sócio-econômica”. Ou seja, pesquisadores utilizam as questões sociais para explicitar e/ou justificar sobre a questão da desigualdade racial, utilizam a negritude e a identidade negra para trazer pautas relacionadas à discriminação e lutas antirracistas, mas não discutem criticamente a branquitude e o lugar da pessoa branca enquanto pertencente a um grupo racial detentor de privilégios e poder dentro da nossa sociedade (MUNANGA, 2018).

Quanto à construção negativa das subjetividades, Jesus (2017, p. 82) afirma que a branquitude é alimentada por “um conjunto de valores negativos que são perpetuados acerca do negro”. Os valores de humanidade são estabelecidos com base nos padrões de beleza, a “condição única de ser humano”, inteligência, pureza e demais adjetivos atribuídos às pessoas de cor branca. Enquanto isso, o negro recebe toda sorte de adjetivos e estereótipos negativos que são propagados por intermédio de práticas, representações e discursos inferiorizantes e depreciativos quanto ao pertencimento étnico negro (JESUS, 2017).

O acesso a direitos está ligado ao grau de brancura que a pessoa possui. Em outras palavras, quanto mais branco ou branca a pessoa for, maior será o seu acesso a melhores empregos, maior o seu acesso à saúde e melhores escolas, maior será o seu salário e serão menos vítimas de violências (JESUS, 2017). Existe uma relação entre a negação de direitos básicos para sobrevivência e a cor, visto que quanto mais negra a pessoa for, menos acesso a direitos ela terá. Não estamos aqui dizendo que o branco pobre não possui dificuldades

para ascender socialmente, mas para este, a probabilidade de ascender é maior do que a um negro morador de comunidades periféricas. A condição de exclusão de populações não-brancas é também a mantenedora de privilégios brancos, pois estes se mantêm com base na mão de obra e na produção daqueles que estão em condições de sobrevivência.

Corroborando com Liv Sovik (2009, p. 55), inferimos que “faz parte da complexa tarefa de refletir sobre a branquitude no Brasil, identificar novos discursos, que vão além do da mestiçagem, que contestam as hierarquias internacionais, com seu reforço do eurocentrismo e sua valorização da branquitude”. Para que se tenha uma real desconstrução do racismo nas identidades raciais brancas é necessário que as pessoas brancas se percebam enquanto pertencentes a um grupo racial e adquiram a *racial literacy* ou letramento racial (TWINE, 2006 apud SCHUCMAN, 2014). A *racial literacy* se constitui em um conjunto de “práticas de leitura” e de perceber e responder de forma individual às tensões trazidas pelas hierarquias raciais de estrutura social.

5 A BRANQUITUDE E O CAMPO BIBLIOTECONÔMICO-INFORMACIONAL: DISCUTINDO ASPECTOS ÉTICOS, EPISTEMOLÓGICOS E SOCIAIS NO ENSINO

Como campo social, orientando para vivências do mundo das dinâmicas culturais, como indicado em Dilthey (2010), o discurso em BCI responde pela necessidade de formação de profissionais para atuar com públicos diversos de várias etnias, religiões, classes sociais, sexualidade, entre outros. Para que isso aconteça, o docente dos cursos de graduação e pós-graduação em BCI precisa estar atento em como as relações sociais são estabelecidas com seus alunos e alunas. É sob essa historicidade, conforme abordado na concepção diltheyana das ciências sociais, que poderemos conceber nossa compreensão (também ela social) do mundo.

Além do “poder” que detém o docente em sala de aula – fundamentalmente marcado pelas estruturas simbólicas reproduzidas socialmente, como observado em Bourdieu (2012,

2011), ou seja, o seu poder simbólico, há também o “poder” de ser aquele que influenciará, de certa forma, no futuro profissional daquele estudante. O primeiro passo para um docente que se considera branco dentro da sociedade brasileira é detectar a branquitude enquanto um construto social, ter consciência de seus privilégios enquanto pessoa branca dentro da academia e ter a alteridade para se colocar no lugar do “outro”. Geralmente, esse “outro” será seu aluno, seu colega docente, o funcionário que trabalha na secretaria ou no setor administrativo, entre outros, presentes na esfera simbólica que oculta as diferenças e reproduz a opressão.

Ao entender os seus privilégios materiais, simbólicos e imateriais (SCHUCMAN, 2014), o docente conseguirá um maior entendimento do porquê seu aluno ou aluna oriundo das classes populares e/ou de origem africana, possui maior dificuldade para realizar exercícios simples como a interpretação de um texto, a elaboração de uma resenha, a formatação correta de um texto acadêmico, a escrita de um artigo científico, entre outros. Esse exercício, no plano da formação biblioteconômica passa, por exemplo, para a compreensão de uma epistemologia de ordem social, simbolicamente tecida para combater justamente dadas amarras e silenciamentos do mesmo âmbito simbólico, como podemos depreender de uma leitura crítica do pensamento de Shera (1977).

Embora, essas dificuldades sejam atribuídas a uma educação de base precária, ou seja, algo social, há também a questão racial envolvida, justamente porque, por muito tempo, os negros brasileiros não obtiveram acesso à educação e, portanto, ainda há uma lacuna educacional que não foi sanada, bem como o acesso completo ao ensino fundamental, médio e superior. Além de todo esse contexto, os alunos e alunas negros/as, por muitas vezes, possuem uma jornada tripla (estudos, trabalho e família), além de serem o arrimo da sua família no que concerne aos recursos financeiros.

Outro fator importante de ser repensado é o conjunto das políticas de ações afirmativas, consideradas dentro da sociedade brasileira, onde a branquitude é hegemônica. Essas políticas podem

ser compreendidas como etapa epistemológica e pedagógica de um longo processo desclassificacionista: retomando García Gutiérrez (2011), tratar-se-ia de um exercício diário e crítico, no plano político, de perceber como dadas classificações (manifestas em projetos pedagógicos, em matrizes curriculares, etc.) atuam no ocultamento das dinâmicas culturais e no fortalecimento dos gestos opressores. As políticas afirmativas se apresentam, pois, como movimento crítico contra o discurso do “privilégio concedido”.

Trata-se, do ponto de vista de uma necessária desclassificação da realidade fundada em estruturas simbólicas que coagem a mudança social, de exercer o olhar que retira o lugar do poder simbólico das classificações dadas, em geral, protegidas pelo discurso da neutralidade. O intuito das ações afirmativas é a proporção igualitária de negros, indígenas e brancos em todos os setores da sociedade.

A branquitude e seu recurso da neutralidade em contextos de desigualdade extrema se manifesta nesse sentido, quando vemos, por exemplo, alunos brancos fraudando⁷⁸ as cotas por compreender que esse é um privilégio concedido à população negra e à indígena e, por isso, não possui escrúpulos em fraudar e ingressar em curso por intermédio de cotas étnicas. No ambiente universitário, a branquitude pode se manifestar de diversas formas na docência bibliotecária e nas tomadas de decisão de um docente com relação, por exemplo, à atribuição de notas; na seleção de estudantes para bolsas de projetos de pesquisa, extensão e ensino; no pré-conceito ou pré-julgamento atribuído a determinado aluno sem o conhecer, entre outros aspectos.

Silva (2016) em sua pesquisa retrata a inabilidade e a falta de capacitação de docentes do curso de Biblioteconomia para lidarem

⁷⁸ Como elucidar o que estamos abordando, citamos as seguintes reportagens: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/27/interna_gerais,919819/cometi-um-erro-diz-acusada-de-fraudar-cotas-racia-is-na-ufmg.shtml Acesso em: 26 jul. 2018; Ver também: <https://folha.politica.jusbrasil.com.br/noticias/114570856/fraudes-na-uerj-evidenciam-falhas-do-sistema-de-cotas>

com as questões étnico-raciais. Apesar de seus discursos expressarem a importância de se abordar a temática no ensino, estes docentes pouco conheciam os marcos legais referentes à educação das relações étnico-raciais. Nesse sentido, de forma geral, o coletivo docente tem dificuldades na compreensão da branquitude e ainda, não reconhece os privilégios dos brancos em detrimento da marginalização e opressão da população negra e indígena. Dessa forma, o ensino em BCI não conta com uma atuação docente que apoie um projeto social e a diminuição da desigualdade.

Como resultados empíricos destes cenários, encontramos em Pizarro (2017) a pesquisa sobre a formação do bibliotecário a partir das representações sociais de docentes de Biblioteconomia no estado de Santa Catarina. Alguns resultados merecem destaque e, embora o universo da pesquisa tenha sido realizado no sul do Brasil, acredita-se que esta realidade não seja muito diferente do restante dos estados brasileiros.

Dentre algumas constatações, destaca-se que o ensino de Biblioteconomia se concentra, majoritariamente, na dimensão técnica e tecnológica da atuação profissional. Dessa maneira, os projetos político-pedagógicos elaborados pelo corpo docente não garantem a atenção necessária para a formação de uma consciência ética e política dos seus egressos.

Essas evidências científicas demonstram a consequência do predomínio da branquitude. Tem-se, logo, outro grave problema que tem impacto direto na sociedade e, infelizmente, é repercutido por grande parte dos egressos formados pelos cursos em BCI: a reprodução do preconceito racial e exclusão social e informacional da população negra e indígena.

Nessa direção, a semi-consciência dos docentes de Biblioteconomia, em sua maioria brancos, em relação às questões étnico-raciais amplifica o exercício da branquitude, uma vez que esta temática não é contemplada de maneira integral nas práticas docentes, nos projetos de pesquisa e extensão e, ainda, no ensino das práticas profissionais e de seus instrumentos biblioteconômicos, como por exemplo, as linguagens documentárias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DA BRANQUITUDE AO RACISMO NA SALA DE AULA

Apesar de a Lei nº 10.639 estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional para a inclusão da temática da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, constata-se que pouco se aborda sobre a temática nos projetos político-pedagógicos dos cursos de BCI no Brasil. Esse descaso reforça a invisibilidade dessas populações (que são a minoria em acesso aos direitos, mas que compõem a maioria quantitativa do montante populacional brasileiro) pelo coletivo docente bibliotecário brasileiro.

Reconhecendo que uma construção epistemológica e pedagógica sobre uma frágil noção de tecnocentrismo ainda permeia a formação bibliotecária, atesta-se, pois, que a mesma colabora para reforçar a racionalidade instrumental do futuro profissional e o atendimento das demandas mercantilistas que movimentam a economia capitalista. Esse cenário aliado à predominância da branquitude colabora fortemente para a falta de alteridade no agir profissional em detrimento de interesses individualistas.

Portanto, a prática docente não produz como resultado a formação de um egresso com uma bagagem de conteúdos significativos oriundos das áreas humanas e sociais que lhe confira um maior senso crítico para se posicionar politicamente perante a transformação do mundo social. Dessa forma, tal inconsciência fica latente quando após 55 anos da regulamentação da profissão do bibliotecário, ainda encontramos uma categoria profissional politicamente vulnerável, já que não é capaz de contemplar em sua prática a igualdade de direitos e as relações étnico-raciais.

Para além disso, tal prática atua, na teia simbólica que estrutura o mundo social, com nuances de uma herança escravocrata que reproduz o preconceito nas suas ações. O fato se justifica pela ação profissional excludente já que grande parte dos bibliotecários egressos das escolas de Biblioteconomia brasileiras não são formados para atender às necessidades de sua população, que é majoritariamente negra. Retomar as possibilidades críticas do campo, procurando na construção epistemológica em BCI e em suas

fronteiras teóricas as margens para rediscutir tais fenômenos opressores, representa um passo fundamental para transformar as condições opressoras que se multiplicam nas práticas docentes, reproduzindo o ensino como lugar da afirmação de todos os traumas históricos de uma sociedade. A ausência da reflexão sobre a branquitude representa, pois, a primeira evidência teórica e empírica, da promoção do racismo na sala de aula do bibliotecário.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. 185 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CARDOSO, L. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (1957-2007). 2008. 232 f. (Dissertação de mestrado) – Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.
- CARDOSO, Lourenço. O Branco-Objeto: o Movimento Negro situando a Branquitude. **Revista Instrumento**: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, v. 13, n. 1, p. 81-93, jan./jun. 2011.
- CARDOSO, Cintia; DIAS, Lucimar Rosa. A investigação acadêmica sobre processos de branquitude na educação infantil: uma reflexão inicial. In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. (Org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

CARONE, Iray. Necessidade e individuação. **Trans/Form/Ação**, v. 15, p. 85-111, 1992.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus Editora, 2000.

COROSSACZ, Valéria Ribeiro. Relatos de branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 105, p. 43-64, Dez. 2014.

COROSSACZ, Valéria Ribeiro. Nomear a branquitude: uma pesquisa entre homens brancos no Rio de Janeiro. In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. (Org.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DU BOIS, W. E. B. **Black Reconstruction in America (The Oxford W. E. B. Du Bois)**: An Essay Toward a History of the Part Which Black Folk Played in the Attempt to Reconstruct Democracy in America, 1860-1880. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, [1935] 2014.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1980.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1933.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr., 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

JESUS, Camila Moreira de. A persistência do privilégio da brancura: notas sobre os desafios na construção na luta antirracista. In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. (Org.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

JOSEY, E. J. Black Caucus of the American Library Association. In: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.) **Handbook of Black Librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1977.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAIA, Suzana. A Branquitude das classes médias: discurso moral e segregação social. In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. (Org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

MALOMALO, Bas'illele. Retratos dos brancos/as antirracistas feito do ponto de vista da educação macumbista. In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. (Org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. (Org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto (Org.). **Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. (Org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 59-90.

PIZARRO, Daniella Camara. **Entre o saber-fazer e o saber-agir: o que professam os docentes de Biblioteconomia em Santa Catarina**. 2017. 535 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação. Florianópolis, 2017.

ROSSATO, César Augusto. A Kakistocracia e a “política pós-verdade” no regime racista, patriarcal e capitalista predatório: regressão da justiça brasileira e estadunidense com o medo, ódio e crise da identidade branca.

In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. (Org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

SHERA, Jesse H. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **A inserção da temática Africana e Afro-brasileira no ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina**. 2016. 164 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; PIZARRO, Daniella Camara; SALDANHA, Gustavo Silva. As temáticas africana e afro-brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais...** Marília: PPGCI; UNESP, 2017. p. 01-20.

SILVA, Franciéle C. G. da.; SALDANHA, Gustavo S. As culturas africanas e afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: Epistemologia Histórica, pensamento crítico e meio social. In: SPUDEIT, Daniela; et al. (Org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

SOL, Vanessa. Aqui ninguém é branco aborda as relações raciais no Brasil. **UFRJ: Olhar virtual**. Ed. 287, 09 mar. 2010. Disponível em: <http://www.olharvirtual.ufrj.br/2010/imprimir.php?idedicao=287&codigo=9> Acesso em: 20 jul. 2018.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **A Biblioteconomia no Brasil: profissão e educação**. Florianópolis: ACB, 1997.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, V. (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2009.

SOVIK, Liv. Preto no Branco: Stuart Hall e a Branquitude. In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. (Org.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS DE TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA: ENTRE AUSÊNCIAS, INVISIBILIDADES E DESAFIOS

Solange Alves Santana

*Entre o vazio e o conhecimento
o invisível e o visível
a ausência e a presença
há infintos labirintos
que nos conduzem
silenciosamente
a saberes plurais e distintos.*

1 INTRODUÇÃO

Em que pese a existência de uma proclamada “democracia racial” no Brasil, não raro, o paradigma do conhecimento científico hegemônico relegou, por muito tempo, estudos de temáticas afro-brasileiras e africanas ao *locus* da invisibilidade (SILVA, 2014). Tomadas a partir dessa perspectiva supressiva, publicações científicas que, historicamente, buscaram romper esse *locus* de invisibilidade se viram diante de um campo de tensões em um sistema de comunicação científica que cria e tende a reforçar continuamente mecanismos de exclusão, a fim de assegurar uma ecologia de saberes que mantenha no topo saberes ditos hegemônicos.

Diante desse campo de tensões, iniciativas que visam alterar e reverter essa ecologia de saberes se dedicam à elaboração de estratégias e mecanismos a fim de promover a visibilidade de estudos de temática afro-brasileira e africana numa tentativa desafiadora de conferir voz a sujeitos, saberes e vivências que,

marcadamente, se diferenciam das que caracterizam o conhecimento hegemônico.

Santos (1995) traz o conceito de epistemicídio, que abarca a tentativa de anular, subalternizar e invisibilizar saberes não hegemônicos. Nesse sentido, Santos aponta que a produção do conhecimento ocidental, o chamado saber do Norte, colocado como hegemônico, foi pautada por mecanismos de legitimação e negação de conhecimentos alternativos e científicos de comunidades não ocidentais. Carneiro (2005), discutindo os dispositivos de racialidade em sua tese, destaca:

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta (CARNEIRO, 2005, p. 97).

É refletindo sobre esse cenário, em que conhecimentos não hegemônicos são propositalmente relegados ao *locus* da invisibilidade, que Santos (2007) propõe aquilo que chama de emancipação social a partir do Sul, o que se configuraria como uma maneira de enfrentar o epistemicídio e ampliar a compreensão sobre a produção de conhecimento; compreensão essa, segundo o autor, muito mais diversa que a compreensão ocidental. O autor salienta que:

(...) uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não-existente, como uma alternativa não crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo (SANTOS, 2007, p. 28-29).

Santos (2007) também aponta a necessidade de possuímos metodologias próprias para elaboração de um conhecimento que seja rigoroso e que nos defenda de dogmatismos e, ao mesmo tempo, não sejam neutras do ponto de vista das desigualdades e injustiças sociais. O autor salienta que, dentre as distintas formas de produção de invisibilidades em nossa racionalidade ocidental, a monocultura do saber e do rigor, aquela para a qual existiria um único saber científico, seria uma das formas de naturalizar ausências de conhecimentos plurais e não hegemônicos, emergindo daí a urgência na elaboração de metodologias que alterem essa perversa estrutura de ausências, chamada pelo autor de “sociologia das ausências”, mecanismo pelo qual aquilo que está ausente passaria a estar presente, modificando, a certo modo, a estrutura de produção do conhecimento (SANTOS, 2007).

Partindo dos pressupostos da sociologia das ausências, em que aquilo que está invisível busca estar visível, o presente estudo traz um panorama dos periódicos científicos brasileiros de temática afro-brasileira enquanto instrumentos promotores de visibilidade de saberes, vozes e sujeitos.

2 IMPRENSA NEGRA NO BRASIL E PERIODISMO CIENTÍFICO DE TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA: CAMINHOS E APROXIMAÇÕES

Antes de iniciarmos a discussão sobre o periodismo científico brasileiro voltado para as temáticas afro-brasileiras, cumpre abordar alguns pontos relacionados à chamada ‘imprensa negra’ no Brasil, haja vista que, muito antes do surgimento dos primeiros periódicos científicos de temática afro-brasileira surgirem no país, a imprensa negra foi responsável por veicular artigos e textos de caráter científico que não encontravam espaço em periódicos científicos tradicionais.

Na historicização da imprensa negra brasileira, definida como a imprensa que produz conteúdos de interesse da população afro-brasileira, Camargo (1987), Carneiro (2005), Silveira (2005) e Rosa (2014) apontam que data de 1883 o surgimento do primeiro jornal da imprensa negra no Brasil, o pasquim *O Homem de Côr*, editado pela Tipografia Fluminense de Francisco de Paula Brito. O jornal, dedicado a questões referentes “à luta contra os preconceitos de raça”, inseria-se em um campo de debates de ideias e conflitos raciais antes mesmo do início das produções jornalísticas da imprensa abolicionista, imbuídas da causa da libertação de africanos e seus descendentes escravizados (CAMARGO, 1987, p. 41). Outros títulos sucederam o jornal, como *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho* e *O Lafuente*, todos já circulantes em 1833. Fora da Corte do Rio de Janeiro, *O Homem: realidade constitucional ou dissolução social* foi o primeiro impresso a circular em Recife, em 1876, seguido por *A Pátria*, em São Paulo, em 1889, e *O Exemplo*, em Porto Alegre, em 1892. Segundo Rosa (2014), observa-se, nesse período, o crescimento de um discurso e de uma prática jornalística negra não disseminadora de estigmas raciais, notado amplamente na imprensa tradicional no Brasil do século XIX. Nesse sentido, o conceito de imprensa negra se relaciona ao que Sartre (1968, p. 101) denomina “curtos circuitos da linguagem”, pois não é “só o propósito do negro no sentido de se pintar a si mesmo, mas sua maneira peculiar de utilizar os meios de expressão de que dispõe”.

Van Dijk (1997, p. 21) assinala que “o controle do pensamento” decorre do acesso aos meios de produção do discurso e do “controle da ação comunicativa” em uma estrutura de poder. Tomada dessa perspectiva, a imprensa negra buscava, naquele momento, o acesso aos meios de produção do discurso, criando, ao seu modo, meios de divulgar suas ideias. Segundo Rosa (2014), no caso da imprensa negra, tais aspectos dimensionaram a postura refratária da imprensa em abarcar as discussões relacionadas ao combate ao racismo e à integração dos negros no projeto de desenvolvimento do Brasil. A autora aponta que:

Essa posição editorial ideológica fez com que os negros criassem outra via de produção jornalística, isto é, um sistema comunicativo onde essas questões pudessem ser abordadas, para desconstrução do “racismo mediatizado” praticado pela imprensa (ROSA, 2014, p. 557).

No período pós-abolição e início do século XX, observou-se um crescimento no número de publicações de temática negra em diferentes regiões do país, se contrapondo em importância e significado ao poderio ideológico, cultural, político e econômico vigentes. A Frente Negra Brasileira (FNB), uma das mais expressivas entidades negras do país nas primeiras décadas do século XX, abarcando cerca de 20 mil pessoas, organizou departamentos artísticos, esportivos, jurídicos, médicos, pedagógicos e de imprensa, este último com a publicação de jornais como *A Voz da Raça*, (1933), *A Raça*, (1935), em Uberlândia (MG) e o jornal *Alvorada*, de Pelotas (RS), periódico da imprensa negra de maior longevidade do país, circulando de 1907 a 1965.

Ferrara (1981) em seu estudo sobre a imprensa negra paulista listou 56 jornais, entre os quais se destacam, no período de 1915 a 1963, *O Menelik* (1915), *A Rua* (1916), *A Liberdade* (1919), *A Sentinela* (1920), *O Kosmos* (1922), *O Clarim da Alvorada* (1924), *Elite* (1924), *Auriverde* (1928), *O Patrocínio* (1928), *Progresso* (1928), *Chibata* (1932), *A Voz da Raça* (1933), *Tribuna Negra* (1935), *A Alvorada* (1936), *Senzala*

(1946), *Mundo Novo* (1950), *Quilombo* (1950), *A Voz da Negritude* (1953), *O Novo Horizonte* (1954), *Notícias de Ébano* (1957), *O Mutirão* (1958), *Níger* (1960), *Nosso Jornal* (1961) e *Correio d'Ébano* (1963). Dentre as características de conteúdo dessas publicações, Ferrara (1983) aponta desde a abordagem do cotidiano da comunidade negra (versos, notas festivas e amenidades), conteúdos reivindicatórios de participação sociopolítica e econômica a conteúdos de caráter acadêmico-científico. Sodré (1999) destaca que a imprensa negra, através dos jornais, refletia as inquietações geradas em três séculos de domínio colonial sob a rígida estrutura do latifúndio.

A partir da década de 1970, a produção jornalística negra observa um período de efervescência afro-brasileira, desencadeada por processos políticos como a fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), em 1978, apontando para a nova formatação de entidades e organizações negras contra o racismo, cujas primeiras expressões são verificadas por meio de quilombos, irmandades negras, clubes negros, entre outros (SILVEIRA 2005). Observa-se também a partir desse período um olhar voltado à discussão do mito da democracia racial. Ao se referir à imprensa negra da década de 1980, Sodré (1999) verifica a intencionalidade dos jornais negros em desmontar o mito da democracia racial brasileira e montar estratégias antirracistas.

Rosa (2014) salienta que o interesse principal da imprensa negra ao longo da história foi, antes de informar, formar opiniões e que, nesse sentido, a produção incessante da imprensa negra, desde seus primórdios às primeiras décadas dos anos 2000, ganhou relevância para os estudos sobre a imprensa no país.

Ao observarmos a trajetória histórica da imprensa negra brasileira, evidencia-se a importância da criação de um *locus* de visibilidade que possibilitou a divulgação de ideias e narrativas, permitindo que o ausente estivesse presente e revertendo aquilo que, mais tarde, Santos (2007) definiria como sociologia das ausências. Nesse sentido, é possível traçarmos alguns paralelos entre a efervescência do movimento negro e o surgimento, na década de 1960, dos primeiros periódicos científicos de temática afro-brasileira

no país que, por seu turno, buscavam também reverter a perversa lógica da invisibilidade.

3 PERIODISMO CIENTÍFICO DE TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA E A CONSTRUÇÃO DE UM LOCUS DE VISIBILIDADE

No Brasil, os primeiros periódicos científicos surgiram no século XIX. Os primeiros registros apontam para a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, publicada em 1862, e para a *Gazeta Médica da Bahia*, em 1866. No entanto, antes disso, há registros que indicam a circulação de periódicos que veiculavam informação científica como *Miscelânea Científica*, em 1835, *Nictheroy*, em 1836, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de 1839 e ainda em circulação, e *Minerva Brasiliense*, em 1843. Mas é somente no século XX que os periódicos científicos começam a proliferar no país, notadamente, aqueles voltados às áreas das Ciências Biológicas e da Saúde.

Diferentemente do que ocorreu com a imprensa negra, o periodismo científico brasileiro de temática afro-brasileira não possui marcos iniciais definidos, carecendo de investigações sistemáticas a fim de descortinar seus percursos. O presente estudo identificou o surgimento dos primeiros periódicos científicos brasileiros voltados exclusivamente para a temática afro-brasileira em meados da década de 1960 e década de 1970, período em que temáticas específicas como a do negro passam a ocupar maior espaço na academia e coincidindo com a efervescência da produção jornalística afro-brasileira, desencadeada por processos políticos e (res)surgimento de entidades e organizações negras contra o racismo.

Segundo Lesbaupin (1995) foi nesse período que as ciências sociais se voltaram para os movimentos sociais no Brasil, fazendo destes, objeto de investigação. Segundo o autor, um precedente importante foi a efervescência social dos anos 1960, sobretudo, na Europa e Estados Unidos com as lutas pelos direitos civis e revolta dos guetos negros.

Segundo Rocha (2013), a década de 1970 é marcada também pelo ressurgimento do movimento negro no contexto das lutas

sociais no Brasil. O ano de 1978, em especial, é marcado por muitos acontecimentos, entre eles, o lançamento do primeiro número da coletânea *Cadernos Negros*; a publicação do livro *Poemas de Carapinha* do poeta negro Cuti, retomando, por sua vez, a tradição literária de temática negra do poeta Solano Trindade; a criação em São Paulo do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR); e reorganização do Movimento Negro Unificado (MNU). Fernandes (1978) destaca que os movimentos sociais negros visavam fazer frente a um sistema racial injusto, passando a criticar e repulsar o lugar relegado aos negros na sociedade e buscar a solução de problemas ignorados ou descuidados pelas elites no poder, chamando para si a tarefa de desencadear no país uma reflexão sobre o sistema de relações raciais.

Em relação aos periódicos científicos de temática afro-brasileira, conforme levantamento realizado, em 1965, o Centro de Estudos Afro-Orientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) lançou a revista *Afro-Ásia*, umas das publicações pioneiras na abordagem da temática afro-brasileira, tanto no Brasil quanto na América Latina. Em 1978, surgem outros dois importantes periódicos científicos de temática afro-brasileira: *África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, em São Paulo, e *Estudos Afro-Asiáticos*, editado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Os três periódicos científicos compreendiam especialidades tais como Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Relações internacionais, Geopolítica, História e Literatura. Nesse cenário de fortalecimento dos movimentos sociais negros, nota-se que o surgimento de canais para veiculação de artigos e textos científicos de temática afro-brasileira assume um papel de destaque, haja vista a demanda por tais veículos nesse momento, que coincide com o aumento da produção científica no país sobre o negro. Após as décadas de 1960 e 1970, assistimos um período de estagnação no número de periódicos científicos dedicados a temáticas afro-brasileiras, fato esse atribuído a diversos fatores, tais como a crise econômica e a estagnação no financiamento da pesquisa científica no país.

É somente a partir das primeiras décadas dos anos 2000 que assistimos ao surgimento de novos periódicos científicos de temáticas afro-brasileiras. Tal fato se dá pela confluência de uma série de fatores, como a implantação de políticas públicas voltadas para a população negra e afrodescendente – mais especificamente com a implantação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino, e Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; aliadas à adoção de cotas sociais e raciais em universidades públicas estaduais e federais, adoção essa fortalecida pela promulgação da Lei nº 12.711, de agosto de 2012, também conhecida como Lei das cotas, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; a adoção de cotas raciais e sociais no serviço público; a implantação de programas de inclusão de jovens no ensino superior, como Programa Universidade para Todos (ProUni), estabelecido pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Sistema de Seleção Unificada (SiSU); o aumento do número de ingressantes na pós-graduação e maior aporte no volume de recursos financeiros destinados a bolsas de estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que saltou de R\$ 813 milhões de reais em 2000, para cerca de R\$ 2.973 milhões de reais em 2011, conforme aponta o estudo de Cirani, Campanario e Silva (2015). Esses fatores influenciaram no aumento no número de pesquisas relacionadas a questões étnicorraciais, mais especificamente, aquelas para temáticas afro-brasileiras.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo possui caráter exploratório-descritivo. Para a coleta de dados, foram realizados levantamentos no período de 12 a 17 de dezembro de 2018 nas bases de dados: Periódicos CAPES, Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal Revistas USP, SciELO, Google Acadêmico, Plataforma Sucupira e Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org).

Foram utilizadas 17 expressões de busca nos campos correspondentes ao título e ao escopo do periódico, conforme segue: “Negro”, “Negra”, “Afro-brasileiro”, “Afro-brasileira”; “África”, “Africano”, “Africana”, “Afrodescendência”, “Afrodescendente”, “Etnia”, “Étnico”, “Étnicorracial”, “Raça”, “Racial”, “Raciais”, “Diáspora” e “Diásporas”. Após o levantamento nas bases de dados, foram identificados 14 periódicos. Na etapa seguinte, foi realizada leitura do escopo dos 14 periódicos para identificação das áreas temáticas.

Findada a etapa de leitura do escopo, foram selecionados 10 periódicos que compõem o *corpus* do presente estudo. Para a análise dos 10 títulos selecionados, foram verificados os seguintes itens: a) título; b) escopo; c) ISSN; d) ano de criação; e) vinculação institucional; f) área temática; g) periodicidade; h) indexação em bases de dados; i) classificação na plataforma Qualis/Sucupira; j) vigência da coleção.

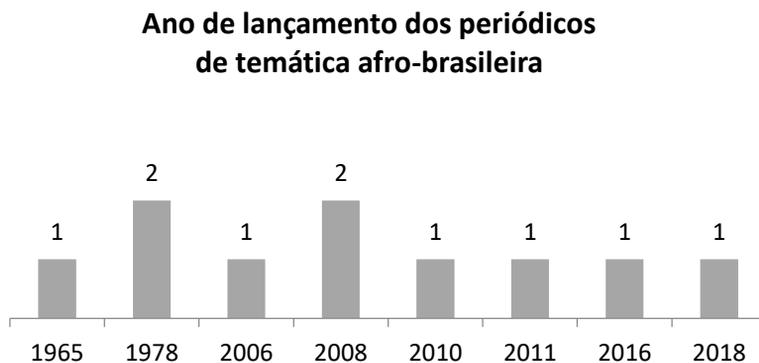
5 RESULTADOS

No levantamento realizado, foram identificados 10 periódicos científicos brasileiros com escopo principal voltado para temáticas afro-brasileiras (Quadro 1 e Anexo A).

Quanto aos aspectos formais dos periódicos científicos analisados, observou-se que todas as publicações possuem corpo editorial e adotam o processo de avaliação por pares às cegas (*peer review*). No que tange ao ano de criação, observa-se que as duas primeiras décadas dos anos 2000 concentram o maior número de lançamentos de periódicos científicos de temática afro-brasileira,

correspondendo a sete títulos lançados no referido período (Figura 1).

Figura 1 – Ano de lançamento dos periódicos científicos de temática afro-brasileira.



Fonte: dados da pesquisa (2018).

O periódico mais antigo identificado no levantamento foi a *Revista Afro-Ásia*, lançada em 1965 pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ainda em circulação, disponível em formato eletrônico. Cumpre destacar que os outros dois títulos da amostra foram lançados no ano de 1978, período este de efervescência da imprensa negra brasileira e aumento do número de movimentos negros no país.

Quadro 1 – Periódicos científicos brasileiros com temática afro-brasileira.

Titulo	ISSN	Instituição responsável	Ano de criação	Periodicidade	Indexação	Qualis (2013-2016)	Fascículo mais recente
África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP	0100-8153 (impresso) 2526-303x (on-line)	Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade de São Paulo	1978	Anual	Não consta	Não avaliado	v. 35 (2015)
Cadernos Sisterhood	2525-5533	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça e Saúde (NEGRAS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	2016	Semestral	Não consta	Não avaliado	v. 2, n. 1 (2017)
Estudos Afro-Asiáticos	0101-546X (impressa) 1678-4650 (on-line)	Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes.	1978	Quadrimestral	- CLACSO - DataÍndice - Latindex - SciELO (2000-2003) - Ulrich's	Não avaliado	v. 25, n. 3 (2003)
Revista ABPN	2177-2770	Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)	2010	Trimestral	- Google Scholar - Sumários de Revistas Brasileiras - Diadorim (em avaliação)	B2 - História; Interdisciplinar B3 - Comunicação e Informação; Filosofia	v. 10, n. 26 (2018)

		da Universidade Estadual de Londrina (UEL).					
Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana	1983-6023	Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política (NEACP) do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo	2008	Semestral	Directory of Open Access Journals (DOAJ)	B 3 - Artes; Interdisciplinar. B 5 - Ciência Política; História; Sociologia.	v. 11 n. 21 (2018)

Fonte: dados da pesquisa (2018).

No que tange à vinculação institucional, caracteriza-se a predominância de periódicos vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, totalizando sete periódicos (Figura 2).

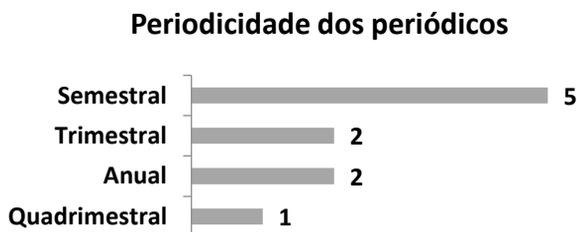
Figura 2 – Vinculação institucional dos periódicos científicos de temática afro-brasileira.



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Dos 10 títulos analisados, cinco possuem periodicidade semestral, dois títulos possuem periodicidade trimestral e dois possuem periodicidade anual (Figura 3). Os periódicos publicam em média 15 artigos por fascículo. No entanto, observa-se que apesar da periodicidade indicada pelos editores, somente três títulos publicam regularmente os fascículos: *Revista ABPN*, *Revista Afro-Ásia* e *Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, revistas estas indexadas em bases de dados e com classificação no sistema de avaliação Qualis-CAPES.

Figura 3 – Periodicidade dos periódicos científicos de temática afro-brasileira.



Fonte: dados da pesquisa (2018).

periódicos inúmeros desafios, muitas vezes, difíceis de serem seguidos, haja vista a complexidade para manutenção de equipes editoriais e de infraestruturas que assegurem a sobrevivência dos periódicos; daí observarmos, por exemplo, a irregularidade na periodicidade de algumas publicações, ou mesmo ausência de *International Standard Serial Number* (ISSN).

6 PERIODISMO CIENTÍFICO E AS TEMÁTICAS AFRO-BRASILEIRAS: CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS E DESCONSTRUÇÃO DE AUSÊNCIAS

No campo de forças da comunicação científica, Meadows (1999) aponta que o periódico científico se configura como um dos principais canais formais de divulgação científica. Desde suas origens no século XVII, o periódico científico passou por modificações causadas não só pelo desenvolvimento tecnológico como também por mudanças ocasionadas por necessidades da comunidade científica, transformando-se de um veículo cuja finalidade consistia inicialmente em publicar notícias científicas a um veículo de divulgação do conhecimento que se origina das atividades de pesquisa. Embora não seja o único canal formal utilizado na comunicação científica, o periódico pode ser visto, segundo Biojone (2003), como um dos meios mais utilizados para a publicação de resultados de pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Oliveira (2005) destaca:

[...] a divulgação do andamento e dos resultados das pesquisas é de vital importância para que o ciclo da comunicação científica se complete (pesquisa – divulgação – leitura – validação e aceitação pelos pares – pesquisa), proporcionando o progresso da ciência com a geração de novos conhecimentos ou utilização de conhecimentos já produzidos (OLIVEIRA, 2005, p. 35).

Neste ínterim, a compreensão da função do periódico para a disseminação do conhecimento científico e o mapeamento dos arranjos e estruturas das publicações se tornam imperiosos para a análise da dinâmica de uma área do conhecimento.

Nas últimas décadas, o debate sobre a hegemonia de saberes científicos e o papel social da ciência e, mais especificamente dos periódicos científicos, tem se intensificado, passando a permear discussões acerca das práticas para a construção do conhecimento científico. Nesse sentido, Santos (2007) aponta que uma sociedade de conhecimento é uma sociedade entrelaçada com práticas de conhecimento e de culturas de conhecimento, tomadas em seu conjunto e articulando distintos saberes.

Estamos de novo regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso; e temos finalmente de perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade (SANTOS, 1988, p. 47).

No plano social, os periódicos científicos com temática afro-brasileira desempenham um importante papel ao disponibilizar aos pesquisadores veículos de comunicação científica especializados e com políticas editoriais definidas que possibilitam a divulgação de estudos que, em muitos casos, poderiam se constituir como estudos de interesse menor para periódicos científicos que não tenham seu escopo voltado para essa temática ou mesmo para periódicos de carácter multidisciplinar. Desse modo, os periódicos de temática afro-brasileira podem ser tomados como significativo *locus* de discussão e de construção de discursos e narrativas, uma vez que dão

visibilidade a distintas abordagens acerca de questões relacionadas ao negro em seus mais diferentes aspectos.

Certamente, tal visibilidade vem acompanhada de muitos desafios, uma vez que os periódicos passam a fazer parte de um sistema no qual padrões e modelos de qualidade são constantemente impostos às publicações, demandando maior aporte de recursos financeiros, humanos e infraestrutura. Se considerarmos ainda o fato de que a maior parte dos periódicos científicos aqui analisados estão vinculados a instituições de ensino superior públicas, os desafios se tornam ainda mais evidentes, tornando-se imperiosa a necessidade de elaboração e implementação de políticas institucionais que assegurem a continuidade das publicações, haja vista os reveses administrativos aos quais as instituições podem estar sujeitas.

Ante a desconstrução das invisibilidades e das ausências, os periódicos científicos com temática afro-brasileira prezam pela divulgação de saberes que, muitas vezes, não estão no centro do debate, resultando daí sua relevância não apenas científica, mas também social e cultural.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomados a partir da perspectiva da sociologia das ausências, os periódicos científicos brasileiros com temática afro-brasileira se configuram como significativos instrumentos promotores de visibilidade de saberes, vozes e sujeitos. Evidentemente, buscar a inserção de temáticas não hegemônicas em um sistema de comunicação científica consolidado não é tarefa das mais fáceis para publicações que contrariam o conhecimento hegemônico. Muitos são os desafios impostos, nesse cenário, aos periódicos, sobretudo, em um ambiente que impõe padrões e modelos pautados em realidades muito distintas da brasileira.

Cumprе destacar que os periódicos científicos com temática afro-brasileira, além de ampliar o espectro temático, devem ser tomados como *locus* de visibilidade, de quebra de ausências e de construção de discursos e narrativas; *locus* esse que confere

visibilidade a distintas abordagens acerca de questões relacionadas ao negro em seus mais diferentes aspectos, constituindo uma nova ecologia de saberes. Do ponto de vista da sociologia das ausências, os periódicos científicos com temática afro-brasileira afirmam e reafirmam continuamente uma práxis da presença que traz consigo distintas vozes e recortes, ante ao epistemícidio, ao silenciamento e à invisibilidade ao qual saberes científicos ainda estão sujeitos.

REFERÊNCIAS

- BIOJONE, Mariana R. **Os periódicos científicos na comunicação da ciência**. São Paulo: Educ: Fapesp, 2003. 155 p.
- CAMARGO, Oswaldo. **O negro escrito**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. 214 p.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 340 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CIRANI, Claudia Brito Silva; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu; SILVA, Heloisa Helena Marques da. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 20, n. 1, p. 163-187, 2015.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. 624 p.
- FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. 1981. 197 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- LESBAUPIN, Ivo. Crise e novas expressões dos movimentos populares e sindical. **Perspectiva teológica**, n. 27, p. 45-64, 1995.
- MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.
- OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi de. Produção científica nacional na área de geociências: análise de critérios de editoração, difusão e indexação em bases de dados. **Ciência da informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 34-42, 2005.

- ROCHA, José Geraldo da. Movimentos sociais e negritude no Brasil. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 12, p. 24-60, 2013.
- ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. Imprensa negra: descobertas para o jornalismo brasileiro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 1, p. 555-568, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, São Paulo, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a new common sense: Law, Science and Politics in the paradigmatic transition**. New York: Routledge, 1995. 614 p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos: CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, 2007.
- SARTRE, Jean-Paul. **Reflexões sobre o racismo**. 5. ed. São Paulo: Difusora Europeia do Livro/Edusp, 1968. 125 p.
- SILVA, Denise Almeida. De epistemicídio, (in)visibilidade e narrativa: reflexões sobre a política de representação da identidade negra em Cadernos Negros. **Ilha Desterro**, n. 67, p. 51-62, 2014.
- SILVEIRA, Oliveira Ferreira da. Palavra de negro. In: SANTOS, Irene. (Org.). **Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre**. Porto Alegre: Do Autor, 2005. 184 p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 501 p.
- VAN DIJK, Teun A. **Racismo y análisis crítico de los medios**. 1. ed. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997. 320 p.

ANEXO A – PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS DE TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA

África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP

Criada em 1978, a revista *África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP* é um periódico acadêmico-científico publicado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (USP). Com periodicidade anual, a publicação visa divulgar estudos sobre o continente africano, do passado e do presente, compreendendo especialidades tais como a sociologia, a antropologia, a ciência política, as relações internacionais, a geopolítica, a história e a literatura. A revista publica textos inéditos em português, inglês, francês, espanhol e crioulo de Cabo Verde. Endereço eletrônico: <http://cea.fflch.usp.br/node/26>

Caderno Sisterhood

Criado em 2016, o *Caderno Sisterhood* é uma publicação acadêmico-científica vinculada ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero, Raça e Saúde (NEGRAS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Com periodicidade anual, a publicação visa divulgar, informar, orientar e permitir a reflexão sobre a situação de saúde de grupamentos e coletividades, considerando as dimensões raciais e de gênero, proporcionando ampliação do conhecimento para os diversos segmentos da sociedade. Foram lançadas duas edições temáticas: *Genocídio negro: impactos na saúde das mulheres, juventude, comunidades tradicionais e comunidade LGBT* (2016) e *Mulheres negras e aborto: autonomia e liberdade* (2017). Endereço eletrônico: <https://www2.ufrb.edu.br/cadernosisterhood/inicio1>

Estudos Afro-Asiáticos

Criada em 1978, a revista *Estudos Afro-Asiáticos* é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes. Com periodicidade quadrimestral, a revista é uma das primeiras publicações no país a dedicar-se a temas com foco em estudos afro-asiáticos. Criado em 1973, o CEAA é uma instituição voltada para a pesquisa, ensino e documentação sobre relações

raciais e cultura negra no Brasil, países africanos e asiáticos. Endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/revistas/ea/paboutj.htm>

Revista ABPN

Criada em 2010, a **Revista da ABPN** é um periódico científico eletrônico de acesso aberto, publicado pela Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as). Com periodicidade trimestral, a publicação objetiva dar visibilidade às discussões sobre relações raciais a partir da produção de pesquisadores(as) e intelectuais negros(as), bem como de outros(as) comprometidos(as) com a promoção da equidade racial e a produção de conhecimento sobre África e diásporas africanas, em escalas nacional e internacional. Endereço eletrônico: <https://www.abpn.org.br/revista-abpn>

Revista África e Africanidade

Criada em 2008, a *Revista África e Africanidade* é um periódico científico eletrônico de acesso aberto publicado pela Editora Timbuktu. Com periodicidade trimestral, a publicação dedica-se a temas africanos, afro-brasileiros e afro-latinos e agrega conteúdos acadêmicos, de informação, entretenimento e subsídios para a prática pedagógica e pesquisas escolares da educação básica, visando a reflexão e o debate acadêmico e pedagógico sobre temas como a História do negro no Brasil; educação étnicorracial; preservação do patrimônio, territorialidades negras; relações raciais e os complexos processos de construção identitária e cultural. A publicação se estrutura em quatro núcleos: Espaço Acadêmico (formado por artigos, resenhas e relatórios de pesquisa), África e Africanidades na Sala de Aula (suplemento totalmente destinado a subsidiar alunos e professores da educação básica); Colunas (textos com caráter informativo e de entretenimento que abrangem diversos temas tais como direito, finanças, cinema, saúde, beleza, comportamento) e, por último, Catálogo de Fontes de Pesquisa sobre a temática negra, formado por museus, centros culturais, bibliotecas, arquivos nacionais do Brasil e do exterior. Endereço eletrônico: <http://www.africaeaficanidades.com.br/index.html>

Revista Afro-Ásia

Criada em 1965, a revista *Afro-Ásia* é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Orientais e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com política de acesso aberto e periodicidade semestral, a publicação dedica-se à divulgação de estudos relativos às populações africanas, asiáticas e seus descendentes no Brasil e alhures, visando promover a reflexão e o debate acadêmico sobre temas relacionados com a história da escravidão, as relações raciais e os complexos processos de construção identitária. Assim como produzir referências significativas para uma ação sócio-política progressista, orientada para o combate às desigualdades étnico-raciais na sociedade. Endereço eletrônico: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia>

Revista Afroatitudeanas

Criada em 2006, a Revista Afroatitudeanas é uma publicação acadêmica do Projeto Afroatitude, fruto de um Programa Nacional Afroatitude, que atende dez universidades públicas que adotaram o sistema de cotas para negros. Com periodicidade anual, tem como objetivo disseminar trabalhos acadêmicos de bolsistas ligados ao Programa Nacional Afroatitude; promover debates e reflexões sobre as questões de discriminação racial, direitos humanos, vulnerabilidade social e prevenção das DST/AIDS; e criar um canal de comunicação com diversas comunidades a respeito dos temas e trabalhos desenvolvidos pelas IES participantes do Programa Brasil Afroatitude. A revista possui quatro eixos temáticos: Cultura e População Negra/Discriminação Racial, Vulnerabilidade Social, Prevenção das DST/AIDS e Direitos Humanos. Endereço eletrônico: <http://www.uel.br/revistas/afroatitudeanas/?content=portal.htm>

Revista Negras

Criada em 2018 e com previsão de publicação do primeiro número para 2019, a *Revista Negras* é uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça e Saúde (NEGRAS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Com periodicidade semestral, a publicação visa divulgar, informar, orientar e permitir a reflexão sobre a situação de saúde de grupamentos e coletividades, considerando as dimensões raciais e de gênero, proporcionando ampliação do conhecimento para os diversos segmentos da sociedade. Com política de acesso aberto e periodicidade semestral, a publicação recebe editoriais, artigos originais, relatos de experiência, resumos expandidos, relatos de grupos de pesquisa e resenhas de livros, indexados e avaliados por pares. As áreas temáticas são: a) Territórios Negros: estudo do espaço demográfico e geográfico ocupado pela população negra ao longo da história, formas de distribuição espacial nos centros urbanos, na zona rural e formas de resistência cultural através da apropriação do território; b) Religiosidade: estudo das práticas religiosas do povo negro e demais grupos étnicos, e de suas interfaces com a saúde; c) Corporeidade: estudos sobre a vivência e significado das experiências corporais, associadas à perspectiva de gênero e raça, e sua repercussão na saúde individual e coletiva. Endereço eletrônico: <https://www2.ufrb.edu.br/negrascgs/edicoes-anteriores>

Revista Nguzu

Criada em 2011, a *Revista Nguzu* é uma publicação do Núcleo de Estudos AfroAsiáticos (NEAA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Com periodicidade semestral, a publicação traz dossiês temáticos. O primeiro dossiê apresentou o tema *Educação, corporalidade e racismos contemporâneos* (2011). O segundo dossiê, ainda não publicado, terá o tema *Cultura Banto*, visando recobrir um amplo campo de estudos e pesquisas. Endereço eletrônico: [http://www.uel.br/neaa/sites/default/files/revistas/nguzu_miolo_fin al.pdf](http://www.uel.br/neaa/sites/default/files/revistas/nguzu_miolo_final.pdf)

Sankofa

Criada em 2008, a revista *Sankofa* é uma publicação eletrônica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Com política de acesso aberto e periodicidade semestral, a publicação tem como objetivo publicar de textos inéditos nas áreas de História da África, Diáspora, Cultura Política e Colonialidade. O conceito de *Sankofa* (*Sanko* = voltar; *fa* = buscar, trazer) se origina de um provérbio tradicional entre os povos de língua *Akan* da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em *Akan* “se wo were fi na wosan kofa a yenki” que pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”. Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro. Endereço eletrônico: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/about>

OS ARQUIVOS PELOS DIREITOS HUMANOS E PELA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Gláucia Aparecida Vaz

1 INTRODUÇÃO

Uma educação de qualidade está diretamente ligada ao desenvolvimento de habilidades nos alunos que os capacitem para a vida. Neste sentido, esta capacitação deve proporcionar ao sujeito uma capacidade crítica, possibilitando-o fazer diversas leituras sobre o mundo que o cerca.

Os arquivos públicos são detentores de um enorme potencial cultural e educativo. As atividades didáticas no arquivo podem ser estruturadas para a educação patrimonial e para o ensino de história, sendo que a primeira busca dar ao indivíduo uma visão mais coletiva dos conceitos de memória, patrimônio e história, e a segunda busca capacitar o sujeito na leitura documental, no processo de pesquisa e na sua habilidade crítica que deve ser fundamentada além dos livros didáticos de história.

Segundo Koyama (2013, p. 49):

O manejo e análise de fontes permite aos estudantes colocar em prática a reconstrução do passado e potencializar sua capacidade crítica frente ao conhecimento histórico que estão aprendendo. Nesse processo de aprendizagem, as fontes históricas (primárias e secundárias) se transformam em um elemento didático central, já que constituem a base para o desenvolvimento de algumas das habilidades fundamentais para a reconstrução histórica, como a interrogação, o cotejo e a reelaboração de interpretações

históricas, as quais, por sua vez, estimulam uma aprendizagem significativa e de qualidade.

Portanto, o contato direto do aluno com o documento é importante não apenas para aguçar seus sentidos ao tocar ou ler esse documento. A experiência desses sentidos é parte importante do processo; porém, esse contato com o documento em seu contexto permite que sua compreensão a respeito da construção da história seja grandemente ampliada. A partir do momento que o aluno tem a oportunidade de questionar um fato ou pensar em outras formas de interpretações sobre o mesmo, ele está se transformando em um sujeito mais crítico e melhor preparado para realizar escolhas.

Sobre a importância do contato com o documento de arquivo, Taylor aponta que:

A experiência sensível de leitura de documentos de arquivo implica serem percebidos em seu contexto de produção, imersos em suas séries e correlacionados a outros documentos e séries do mesmo produtor. Também implica serem apreendidos em sua materialidade, cheiros, toque, cores e tintas, e no enfrentamento das dificuldades de sua compreensão, sem limpezas, transcrições e outras pontes “facilitadoras” de sua leitura. Essa experiência sensível só é possível na pesquisa real, feita nos arquivos, e foge dos tempos e restrições das experiências didáticas prevalentes. A interrogação sobre as possibilidades de realização de experiências assim concebidas, nas ações educativas em arquivos é, por si só, um núcleo de pesquisas extraordinário. (TAYLOR, 1972, p. 319).

Taylor reforça, ainda, a importância dessa experiência sensível que é estar em contato com o documento de arquivo, percebendo as ações do tempo, cada detalhe peculiar que cada documento carrega, criando uma atmosfera mais próxima dos fatos históricos e do processo da construção ou reconstrução desses fatos. Entender o

documento em seu contexto se alinha primeiramente ao princípio arquivístico da proveniência, que visa garantir que o documento não saia de seu contexto e, dessa forma, não perca seu sentido. O autor ainda chama a atenção para a necessidade de que essas atividades sejam realizadas em um tempo diferente da sala de aula, que sejam feitas no tempo do arquivo, apreciando cada detalhe.

2 ARQUIVOS E EDUCAÇÃO

Vários pesquisadores em Arquivologia vêm apontando em seus trabalhos como vem sendo construído a relação arquivo e escola. Francesca Cavazzana Romanelli faz considerações sobre a convergência de forças que tem aproximado escolas e arquivos. Em um seminário de 2002 na Universidade de Firenze, “Archivi, didattica e nuove tecnologie”, a pesquisadora e arquivista apresentou um *workshop* com o nome de “La didattica della storia. Archivi, reti, strumenti digitali: esperienze in corso”, em que afirma que “a promoção didática dos arquivos não foi fruto de ações unilaterais, mas o resultado da convergência de movimentos e realidades ‘básicas’ do mundo da escola e dos arquivos”. Em seu artigo para a *Archivum* (XLV, 2000, pp. 267-284), revista do *International Council on Archives* (ICA), Romanelli descreve essa aproximação, que vem ocorrendo desde o final da década de 1970 (KOYAMA, 2013).

Essa convergência arquivo-escola leva para a reflexão sobre a necessidade de adaptação dos currículos escolares que já convergem nos parâmetros curriculares atuais para o favorecimento de práticas de aprendizagem baseadas em aquisição de competências e habilidades. “Na visão de Eamon, a estrutura desses currículos permite aos arquivos criarem exercícios voltados para a aprendizagem de habilidades específicas e transversais” (KOYAMA, 2013, p. 68). Osborne (1986, p. 20), por sua vez, “acredita que ampliar o público dos arquivos é fundamental para obter suporte social, garantia de existência e continuidade dos arquivos”. Ou seja, a

“ampliação do suporte social aos arquivos é parte de uma busca empreendida pelo reconhecimento de seu papel”.

Oferecer serviços educativos integradores e de qualidade beneficia a sociedade como um todo e é garantia de continuidade da existência dos arquivos que dependem desse reconhecimento de seu lugar como instrumento de mudança social para continuar atuando. O reconhecimento de seu papel se dá no momento em que o indivíduo consegue entender o arquivo não apenas como o lugar de guarda e preservação de documentos, mas quando essa compreensão é ampliada e o arquivo passa a ser o lugar da construção de sua própria história e onde o sujeito tem a liberdade de pensar e questionar.

Além disso, Koyama (2013, p. 72) destaca que:

Segundo vários dos textos desses arquivistas, essa ampliação traria a garantia de continuidade de recebimento de recursos financeiros pelos arquivos e também a segurança da preservação da documentação arquivística. Seguindo essa cadeia argumentativa, desse modo, finalmente, as ações educativas dos arquivos estariam colaborando, decisivamente, para a preservação da memória social e da identidade cultural de seu território. Em 1986, trabalhar diretamente com as escolas pode encurtar distâncias entre os arquivos e o público-alvo das ações educativas: Trabalhar com as escolas auxilia [o arquivo] a criar um foco que não é sempre fácil de encontrar quando se lida com a educação de forma mais ampla, em que é difícil saber quem é o público alvo e como melhor atingi-lo. Por outro lado, o sistema escolar é bem definido: ele tem um currículo, tem canais para desenvolvimento profissional e um serviço para os professores, tem um sistema de comunicações; acima de tudo, tem alunos em grupos organizados, encarregados da tarefa de aprender coisas específicas - e tudo isso torna

possível atividades focadas, precisas e voltadas para resultados.

Dessa forma, percebe-se que as ações educativas desenvolvidas nos arquivos públicos abrem caminho para o tão debatido e sonhado reconhecimento por parte da sociedade. Esse reconhecimento, por sua vez, que reforça a sua importância social, garante investimentos de recursos financeiros. A melhor maneira de conseguir uma maior penetração social é por meio de ações nas escolas, estruturadas em todos os níveis escolares. A estrutura dos currículos pode favorecer o planejamento de ações educativas, auxiliando o arquivo a encontrar seu público-alvo e trabalhar de acordo com suas demandas.

Ao estabelecer essa ponte com as escolas, os arquivos públicos assumem um papel de auxiliares no processo educacional. O desenvolvimento de habilidades e competências, principalmente no campo da informação e da pesquisa, é foco tanto dos parâmetros curriculares quanto de guias voltados para a educação patrimonial no âmbito nacional e internacional. Sobre o desenvolvimento dessas habilidade e competências, o artigo *Integrating Primary Sources into the Elementary School Classroom: A Case Study of Teachers' Perspectives*, de Gilliland-Swetland (1999), descreve suas pesquisas feitas na University of California, Los Angeles (UCLA), sobre possibilidades de ensino de História e de estudos sociais com leituras de coleções de documentos de arquivo digitalizados (KOYAMA, 2013). Nesse estudo, ela apresenta um novo conceito, que busca descrever o que são esses conjuntos de habilidades e competências no âmbito dos arquivos:

Letramento arquivístico diz respeito à consciência dos usuários de seu patrimônio documental e do papel que os documentos de arquivo têm no estabelecimento e na proteção de seus direitos, e no registro e comunicação desse patrimônio. Letramento arquivístico também relaciona-se às competências dos usuários em

fazer uso das habilidades de pesquisa em busca de prova e de informação. Essas habilidades incluem a capacidade de considerar os documentos em seu contexto arquivístico, de construir significados a partir da leitura de materiais não sintetizados ou não redigidos, de levar em conta as circunstâncias da criação do documento (isto é, perguntar quem o que, quando, por que, onde e como), analisar a forma e a natureza do documento, determinar se é um original, e em que versão, e compreender sua cadeia de custódia. (Gilliand-Swetland, 1999 apud Koyama, 2013, p. 74).

O letramento arquivístico reúne tanto as características de ações que são desenvolvidas pela educação patrimonial quanto de ações mais estruturadas voltadas ao ensino de história. O conjunto dessas ações possibilitam o despertar para a consciência do valor de um patrimônio documental, com finalidades de sua preservação e perpetuação. Faz também com que o sujeito compreenda o contexto de criação do documento e não apenas pontos isolados, despertando uma consciência global no processo de construção do conhecimento.

Em uma pesquisa mais aprofundada sobre "*Archival Literacy*", Morris, Mykytiuk e Weiner (2014, p. 397) definem o termo letramento arquivístico como "o conhecimento, conjunto de habilidades e competências necessárias para encontrar, interpretar e usar eficientemente os arquivos, manuscritos e outros tipos de fontes primárias únicas e não publicadas". Esses pesquisadores desenvolveram uma pesquisa a fim de listar quais seriam as habilidades e competências necessárias para alunos do curso de história conseguirem maior êxito em suas pesquisas nos arquivos. Essa pesquisa foi dividida em duas etapas, sendo a primeira etapa apresentada no artigo "*Archival Literacy for History Students: Identifying Faculty Expectations of Archival Research Skills*". De acordo com Morris, Mykytiuk e Weiner (2014), embora encontrar, interpretar e usar arquivos seja inerente ao estudo de história, não existe na literatura um padrão que descreva quais habilidades esses

estudantes devem possuir. O objetivo do estudo foi identificar nos cursos de história, as expectativas dos graduandos em relação às habilidades necessárias para desenvolverem pesquisas em arquivos, criando uma lista de competências de pesquisa arquivística que poderiam ser incorporadas nos cursos de história ou introduzido pelos arquivistas nos arquivos por meio de ações educativas.

Segundo os autores, os cursos de história não oferecem um treinamento sistemático em arquivos. Nos dados levantados durante o desenvolvimento da pesquisa, os autores apontaram que, em vez de ensinar habilidades de pesquisa em arquivos, os cursos de história, em sua maioria, ensinam a desenvolver pesquisas por tentativa e erro, que consiste em realizar várias tentativas para se chegar a uma solução; quando a tentativa não consegue êxito, é realizada uma nova busca até que se alcance a solução do problema. Isso torna o processo de pesquisa frustrante, resultando em uma insatisfação dos historiadores com os arquivistas.

Os arquivistas podem ajudar a preencher uma lacuna educacional para os estudantes de história, mas primeiro eles precisam identificar quais habilidades os historiadores precisam utilizar de forma eficaz os serviços oferecidos pelos arquivos. Os arquivistas também precisam estreitar a comunicação com as universidades, criando um processo de aprendizagem global, conectando universidades e arquivos. O objetivo da primeira fase do estudo foi identificar até que ponto as fontes primárias são incorporadas nos cursos de História da Pardue University.

A lista de habilidades e competências se destina a ser usada por arquivistas, bibliotecários e professores dos cursos de História, para que possam criar aulas baseadas em um conteúdo para o letramento arquivístico. Nessa primeira etapa, os autores apontaram para um outro estudo das pesquisadoras Beth Yakel e Deborah Torres, onde foram identificadas algumas dificuldades enfrentadas por usuários de arquivos: dificuldade com a terminologia arquivística, regras e procedimentos dentro dos arquivos, dificuldade no uso de instrumentos de pesquisa e, mais grave ainda, de utilização das fontes primárias. Em outra pesquisa, Peter Carini identificou uma

pequena lista de conceitos que poderiam servir como ponto de partida para a criação de uma lista de habilidades e competências em pesquisa arquivística. Em seu artigo, defende que os arquivistas se envolvam mais nessas ações e ainda identificou uma clara necessidade do desenvolvimento de diretrizes sobre o que os alunos precisam saber sobre os arquivos. Apontou também para a necessidade dessas discussões estarem presentes nos cursos de arquivologia.

Em 2012, a *American Historical Association* iniciou um projeto para identificar as habilidades e competências que um estudante deve ter após a conclusão de um curso de História. O documento preliminar confirmou a necessidade de os formandos de História serem capazes de distinguir fontes primárias e secundárias, compreender o contexto histórico das fontes e avaliá-las quanto à credibilidade, assim como, deveriam selecionar fontes primárias e secundárias apropriadas como evidência para comprovação de fatos. Surpreendentemente, o documento não mencionou a habilidade de utilização dos materiais de arquivo ou as habilidades específicas necessárias para localizá-los e usá-los efetivamente.

A lista de habilidades e competências de alunos do curso de História, em seus processos de pesquisa e utilização dos arquivos, foi construída com base em uma lista de um arquivista da Pardon University, que apresentava inicialmente 13 pontos fundamentais. Foi realizado também uma análise dos currículos dos cursos de História oferecidos pela Pardon University naquele período em 2012. Após essa análise, foram realizadas entrevistas com o corpo docente do Departamento de História, onde os professores foram convidados a comentar sobre a lista inicial, o que resultou em uma lista maior com 51 habilidades e competências inerentes aos alunos do curso de História.

Na segunda etapa desse estudo, a pesquisa foi ampliada para um total de 47 instituições de ensino superior, sendo que 27 delas ofereciam cursos de Mestrado em História e 20 ofereciam o curso de Doutorado em História. O objetivo dessa segunda fase era saber a opinião de bibliotecários, arquivistas e historiadores sobre a lista de habilidades e competências desenvolvida na primeira fase. Os

pesquisadores queriam saber se os profissionais concordavam ou discordavam com a lista e se deveria ser acrescentado ou retirado algum item.

A lista propõe não apenas habilidades no processo de busca de informação, mas um conhecimento do funcionamento global de um arquivo. Para que se tenha esse conhecimento é necessário, primeiramente, que o aluno tenha o contato direto com o documento para que veja e entenda questões sobre conservação, os danos e mudanças que sofreu ao longo dos anos. É essencial que o arquivo público ofereça programas que permitam esse tipo de contato. São habilidades que podem ser atendidas quando se tem as ações dos arquivos públicos integradas aos currículos escolares.

Além disso, a lista de habilidades destaca a necessidade de o aluno ser capaz de elaborar uma questão, coletar evidências e a partir disso elaborar argumentos de pesquisa. Habilidades que para serem desenvolvidas necessitam de um conjunto de ações no âmbito educacional e que são desenvolvidas a longo prazo e não de forma imediata.

A colaboração dos arquivistas neste processo também é fundamental, visto que é atribuição deste profissional familiarizar o aluno ao ambiente do arquivo, fornecendo informações sobre o funcionamento da instituição, os trâmites para solicitação de documentos, serviços oferecidos, e conhecimento de termos e conceitos arquivísticos. Outra habilidade importante é o conhecimento dos protocolos para publicação que nos alerta sobre a necessidade da citação das fontes. Utilizar fontes de outros repositórios, como bibliotecas e centros de documentação, também é um fator que pode enriquecer o resultado final de uma pesquisa.

Hensley, Murphy e Swain (2014) apresentaram no artigo "*Analyzing Archival Intelligence*", um estudo colaborativo entre arquivistas e bibliotecários que desenvolvem programas educacionais em bibliotecas na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. Este estudo também se fundamentou no conceito de *Archival Intelligence*, desenvolvido por Yakel e Torres (2003). Esses autores destacaram três elementos da *Archival Intelligence*: (a) o conhecimento

sobre teoria arquivística, práticas e procedimentos nos arquivos; (b) a capacidade de usar estratégias para reduzir incerteza; e (c) habilidades cognitivas. Cada uma dessas dimensões é caracterizada por pontos específicos do conhecimento. Os pesquisadores focaram na primeira dimensão da *Archival Intelligence*, que propõe que um pesquisador deverá possuir (a) compreensão do uso de linguagem em arquivos; (b) internalização de regras; e (c) a conscientização e avaliação do seu conhecimento e do conhecimento do arquivista.

Nessa pesquisa, Hensley, Murphy e Swain (2014) destacam que o principal objetivo do estudo não é ensinar como fazer pesquisa, mas sim criar um movimento em direção e uma compreensão mais global sobre como desenvolver habilidades e competências nos usuários de arquivos. Fazendo com que esses usuários sejam capazes de utilizar múltiplos repositórios como fontes de pesquisa e, principalmente, que eles reconheçam com facilidade as fontes primárias. Os autores também destacam a importância da internalização das regras dos arquivos pelos pesquisadores, pois uma pesquisa bem-sucedida depende também do conhecimento dos trâmites burocráticos para acessar os serviços dos arquivos.

Koyama (2013, p. 78) aponta que os conhecimentos apontados por Gilliland-Swetland como “*archival literacy*”, “não são comuns, mesmo entre historiadores, o que por si só justificaria a aproximação entre arquivos e ensino de História, inclusive nos cursos de graduação”, o que pode explicar as dificuldades encontradas mesmo por pesquisadores profissionais nos processos de pesquisa em arquivos públicos.

No cenário internacional, conforme foi apresentado, temos algumas ações de instituições arquivísticas que tem caminhado para a construção e desenvolvimento do “*archival literacy*” por meio de ações educativas. Encontramos alguns exemplos de utilização de conjuntos de documentos para fins didáticos na Inglaterra desde o início do século XX:

Nas escolas inglesas, o uso de reproduções de fragmentos de documentos, impressos ficou conhecido como “metodologia das fontes”, e uma

das primeiras publicações da Historical Association, em 1906, dizia respeito à publicação de fontes documentais. A metodologia das fontes derivou de uma ação americana. O Relatório de 1903, do “Committee of Seven” para a American Historical Association, *The Study of History in Schools*, apontou as fontes documentais como complementos do bom trabalho com os livros texto de História. Desde então, têm sido publicados, de forma continuada, livros com seleções de documentos para uso escolar. (TAYLOR, 1972, p. 318).

Em sua pesquisa, Koyama (2013, p. 93), investigando o site do Arquivo Nacional Inglês, fez algumas considerações:

Se abrirmos hoje o site do Arquivo Nacional inglês vamos encontrar um enorme botão laranja, em que está escrito Education, dominando todo o lado esquerdo superior da sua página principal. Nesse link abrem-se opções de pesquisa por período, da alta idade média à contemporaneidade, ou por gênero, com áudio, vídeos, jogos online, oficinas que podem ser agendadas no Arquivo e com as quais também temos a opção de interagir online, e muitos planos de aula, disponíveis para download, pré-formatados por série, tema e indicação de relações com os parâmetros curriculares ingleses. Na seção educativa do National Archives, UK, as lições são publicadas com indicação de sua adequação aos ciclos (key stages) e aos componentes curriculares, com o seguinte texto: Nossas sequências didáticas são investigações singulares, referenciadas pelo currículo, que podem ser realizadas em uma aula, ou acompanhadas como lição de casa. Cada sequência tem um PDF para impressão, e seu tamanho pode ser adaptado ao

quadro eletrônico. Use-as tal como estão ou adapte as às necessidades de seu grupo.

O Arquivo Nacional inglês estrutura suas ações educativas de acordo com o currículo escolar e permite que o professor utilize jogos e planos de aula sem precisar se deslocar ao arquivo. É importante destacar que isso só é possível porque o país possui uma política educacional totalmente integrada ao uso das instituições culturais que passa por avaliações periódicas que garantem a constante adequação e evolução dos conteúdos oferecidos, além dos recursos financeiros para a manutenção dos serviços. Outro diferencial apontado por Koyama (2013) são as séries de arquivos de áudio digital, que apresentam palestras de pesquisadores universitários renomados, feitas especialmente para alunos, ao lado de investigações, em estilo radiofônico, de temas históricos, utilizando documentos do Arquivo Nacional, lidos por atores e que podem ser incorporados pelos usuários. O usuário ainda pode ler as transcrições de apresentações e palestras e ter acesso a imagens dos documentos que estão sendo discutidos.

A experiência francesa, descrita por Pegeon (2012, p. 90), no Arquivo Nacional francês, faz referência:

às visitas guiadas, às exposições e às salas do Musée de l’Histoire de France, em que a abordagem se aproximava à de uma aula inaugural – mesmo se o contato com a fonte documental fosse privilegiado–, sucederam, no começo dos anos de 1980, as oficinas, nas quais o aluno é colocado mais diretamente em contato com o documento original. Oficinas de caligrafia, sigilografia ou heráldica, para não citar aquelas que se encontram em todos os serviços educativos de arquivos na França, propõem, após a apresentação do local e da função dos arquivos, uma abordagem teórica da questão escolhida, depois uma reapropriação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos na forma de um trabalho

técnico ou artístico, apresentado oralmente. O Archives Nacionales dispõe, até o momento, de mais de trinta oficinas que compreendem o conjunto dos períodos medieval, moderno e contemporâneo.

O Arquivo Nacional francês promove visitas, apenas o primeiro passo para uma profunda imersão no mundo dos arquivos, que permitem o contato com documentos originais, o que desperta ainda mais o interesse dos alunos. A reapropriação do conhecimento é outro ponto importante dentro das atividades oferecidas pelo arquivo, pois é nesta etapa que o aluno pode refletir e construir a sua própria visão sobre determinado tema. A oportunidade de reconstrução da história colabora para o desenvolvimento crítico do sujeito, que passa a compreender o conhecimento como algo plural, e não singular.

Koyama (2013, p. 78) também encontrou ações interessantes no Arquivo Chileno:

No manual para professores publicado no site do Archivo Nacional de Chile (2009) lemos que seu projeto educativo visa aproximá-lo das escolas, para assim difundir entre as comunidades escolares a função arquivística e o patrimônio custodiado pelo Arquivo Nacional chileno, contribuindo dessa maneira para o fortalecimento da consciência patrimonial das novas gerações. Esta iniciativa está fundada nas necessidades que surgem na sociedade chilena atual, relativas ao patrimônio e à educação. Em primeiro lugar, responde à tendência social de revalorização dos bens patrimoniais e, portanto, às visões de sociedade educativa, que propõem e impulsionam outros atores, e não só a escola, a assumirem responsabilidades sobre a função de ensinar. Neste quadro, todos os agentes sociais, particularmente as instituições culturais públicas,

assumem um compromisso com a educação, relacionado ao acesso à cultura e ao patrimônio.

No caso chileno, percebe-se não apenas a sua preocupação em despertar a consciência da preservação patrimonial, mas principalmente a de atender anseios da sociedade atual, reconhecendo o arquivo como um instrumento social, que por isso deve acompanhar suas mudanças. Chama-se a atenção não apenas para o papel do arquivo, mas de todas as instituições culturais públicas.

No cenário nacional, Koyama (2013, p. 86) apresenta o exemplo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP):

O Núcleo de Ação Educativa desempenha o papel de difundir os serviços e o acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, devolvendo o conhecimento ali produzido à sociedade. Entre as atividades desenvolvidas pela equipe da Ação Educativa, destacam-se a organização de oficinas, cursos e seminários. Também faz parte das atribuições do núcleo o atendimento a grupos que queiram visitar o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Dessa forma, a Ação Educativa divulga a importância do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo para a sociedade, tanto no seu potencial de pesquisa quanto na sua utilidade pública. Para cumprir essa missão, trabalha principalmente na área educacional, através de projetos que visam aproximar a Unidade de Arquivo de instituições de ensino fundamental, médio e superior.

As ações do APESP também é destaca por Barbosa (2013) quando, em 1997, elaborou o seu primeiro projeto de “Ação Educativa e Cultural no Arquivo do Estado de São Paulo”, que consistia em um programa contínuo de atividades com objetivo de aproximar arquivo e escola. Os inúmeros projetos desenvolvidos contribuiram tanto para a formação de professores quanto de alunos.

O Arquivo Histórico do Município de São Paulo (AHSP) implementou ações educativas com maior intensidade após a década de 1990, por meio de seminários, oficinas e exposições. Porém, essas ações não se mantiveram estáveis. Somente após 2012 é que houve uma retomada nas atividades, quando as ações educativas voltadas para o público escolar passaram a ser uma atribuição legal (BARBOSA, 2013).

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) desenvolve atividades de educação patrimonial buscando integrar toda a comunidade, desde alunos do ensino fundamental até o público da terceira idade. O projeto Cestas da Memória foi criado com o intuito de identificar pessoas, eventos e lugares no acervo fotográfico da instituição, contando para isso, com a participação da comunidade. Buscando trabalhar o ensino de história, foi desenvolvido a “Coleção história dos bairros de Belo Horizonte: uma proposta de estudo da história local”, em 1999. Esse projeto surgiu da demanda do público escolar que frequentava o arquivo em busca de informações sobre seus respectivos bairros. Foi feito um levantamento de documentação referente a cada bairro e regionais da capital a fim de facilitar a identificação de informações. O material é composto por nove cartilhas e um material exclusivo do professor. O material foi distribuído para as bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Belo Horizonte. Dessa maneira, alunos e professores puderam conhecer melhor todo o potencial do acervo do APCBH (BARBOSA, 2013).

Koyama (2013, p. 89) apresenta também a experiência do Arquivo Público de Uberaba, que em 2010, divulgou a atividade “Arquivo Itinerante”:

O Projeto “Arquivo Itinerante” um dos pioneiros do Arquivo Público de Uberaba, criado em 1987, vem desenvolvendo um trabalho de informação e divulgação sobre a evolução Histórica de Uberaba, junto às escolas das redes públicas e privadas da comunidade uberabense. Para a disseminação dos conhecimentos, que abrangem

os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais do município, são ministradas diversas palestras, subsidiadas em pesquisas extraídas do acervo documental do Arquivo Público de Uberaba. Os conteúdos são adaptados aos programas da disciplina do ensino fundamental e médio, e, geralmente ilustrados com fotografias, *slides*, mapas e documentos relativos ao tema abordado, atuando como reforço de aprendizagem. [...] Percebe-se, a partir da prática do “Arquivo Itinerante”, um maior envolvimento dos alunos com as origens e evolução histórica de Uberaba, momento em que aprendem a valorizá-la, sentindo-se parte integrante do processo de desenvolvimento da cidade.

A página *TeachArchives.org* é um recurso inovador voltado para professores, administradores, bibliotecários, arquivistas e educadores. Esse site oferece exercícios e artigos com base em uma nova abordagem de ensino nos arquivos. Tal iniciativa é o resultado de um trabalho cooperativo entre alunos e professores nos arquivos, com o apoio do Departamento de Educação dos Estados Unidos (SAFA). Foi um trabalho desenvolvido ao longo de três anos em parceria entre a *Brooklyn Historical Society* (BHS) com 18 professores de três universidades: *Long Island University Brooklyn*, *New York City College of Technology* (City Tech) e *Saint Francis College*. De 2011 a 2013, mais de 1.100 alunos da *Brooklyn Historical Society* analisaram documentos originais. Avaliadores independentes descobriram que os estudantes participantes do programa eram mais engajados e apresentavam melhor desempenho do que alunos que não participaram do treinamento (TEACH ARCHIVES, 2013).

O site da *Teach Archives* apresenta sua filosofia de ensino e seus objetivos explicando sobre os benefícios de aplicar essas ações no ensino primário. O programa dessa iniciativa ensina a criar objetos de aprendizagem, fornece orientação sobre a escolha dos

documentos para o desenvolvimento de atividades, como criar folhetos de divulgação, ensina sobre o cuidado e manuseio dos documentos, como usar *tablets* e câmeras no auxílio das atividades, construir um planejamento que envolva todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem (alunos, professores e arquivistas), orientação para tomada de decisões, fala sobre citações, contexto documental, orientada para a construção de habilidades em paleografia e aprendizagem de localização do documento.

A página também divulga as experiências realizadas por várias instituições, com o intuito de compartilhar conhecimento e inspirar outros educadores e arquivistas a implantar programas de ações educativas. Os programas e ações apresentados até aqui tanto no cenário nacional, quanto no internacional, demonstram o potencial dos arquivos públicos na colaboração e promoção de uma educação integrada, capaz de despertar nas pessoas senso crítico e uma capacidade de contextualização durante o processo de desenvolvimento de pesquisas.

O resultado entre a integração arquivo-escola capacita pessoas para o desenvolvimento de pesquisas, para a compreensão da importância das fontes primárias na construção da história e na preservação da memória. Além disso, contribui para a promoção de cidadania e inserção social. O sujeito passa a ser capaz de questionar os fatos apresentados, indo além daquilo que lhe é apresentado como oficial. O contato com os documentos de arquivos permite o reconhecimento do arquivo e sua documentação como algo pertencente à comunidade, não sendo apenas um lugar a serviço do Estado, mas a serviço de uma sociedade. A integração sujeito e objeto (neste caso, o documento de arquivo) promove a conscientização para o reconhecimento da importância da preservação patrimonial, visto que passa a entender o patrimônio como um conceito próximo, presente em seu cotidiano, compondo também parte de sua história.

3 ARQUIVOS E RESISTÊNCIAS

Além da função educacional, os arquivos públicos têm um caráter histórico e de resistência, de celebrar a lembrança para evitar o esquecimento. Os chamados arquivos da resistência guardam documentos que demonstram a luta de determinados grupos e principalmente relembram abusos e desrespeitos aos direitos humanos. Tanto os documentos produzidos por instituições quanto documentos referentes a arquivos privados são essenciais para a reconstituição de fatos e compreensão do contexto desses acontecimentos. Segundo Napolitano (2015, p. 10):

A relação entre memória e história, nunca é demais lembrar, não é uma equação simples, na qual dois conjuntos bem delimitados de elementos se tangenciam em pontos específicos. Embora não se confundam, posto que memória é, fundamentalmente, uma construção cultural livre, enquanto a história é operação intelectual enquadrada em convenções científicas, as duas frequentemente se embaralham. O problema da “verdade” que, em princípio, poderia ser utilizado como o delimitador entre história e memória, tampouco é um demarcador de fronteiras entre as duas. Nem a história é uma ponte direta para “aquilo que realmente aconteceu” como sonhavam os pais fundadores da disciplina no século XIX, nem a memória é, necessariamente, uma ficção imaginativa sem nenhum compromisso com o real.

Daí a importância de se buscar compreender as diversas histórias produzidas, a partir de diferentes pontos de vistas, que podem surgir por meio de documentos públicos e privados. A análise dessas diferentes perspectivas é capaz de fornecer uma retratação mais fiel do real.

Napolitano (2015) apresenta os diversos atores sociais, individuais e coletivos que estão envolvidos no processo de construção da memória e que tem a capacidade de legitimar seus argumentos no debate público. Nessa disputa pela memória e seus usos políticos, o autor destaca:

- Instituições político-ideológicas e associações de classe: partidos, organizações não governamentais, institutos, sindicatos, entidades empresariais e associações de classe;
- Instituições e atores voltados à produção e preservação de memórias: associações, museus, arquivos, públicos ou privados;
- Mídia jornalística impressa, eletrônica e digital;
- Campo artístico: sobretudo, aquelas vinculadas aos meios massivos (cinema, música popular, televisão);
- Universidades e outros epicentros da produção do conhecimento legitimado em uma sociedade;
- Movimentos sociais e culturais, ligados ou não a instituições mais amplas (como a Igreja Católica ou a partidos políticos) são particularmente importantes na construção de uma memória identitária militante (NAPOLITANO, 2015, p. 15).

Esses espaços e instituições são realmente importantes na construção da memória, mas é preciso destacar as redes de sociabilidade privada, que incluem a família, a vizinhança e círculos culturais que também refletem um determinado período histórico. Os círculos de convívio menores, que por muitas vezes não parecem na história oficial, também devem ter suas vozes ouvidas e ampliadas.

Para compreender o papel dos arquivos na construção de uma memória, na reparação de danos e promoção de justiça e verdade, faz-se necessário entender primeiro, no caso do Brasil, como se deu a construção da memória social sobre a ditadura e sobre outros movimentos sociais.

Nos dias atuais, a situação ainda requer cuidado em qualquer análise, pois o país vive uma fase em que existe um grupo que se movimenta para o retorno do regime militar, revivendo momentos

históricos ocorridos no regime com intuito de enaltecer a fase, como a melhor já vivida no país. De fato, esse pensamento não reflete os anseios da maioria, mas sinaliza para uma outra fase de revisão de conceitos e a forma como essa memória está sendo reconstruída.

A contribuição das narrativas dos familiares de presos políticos, para a construção de uma memória histórica da ditadura militar no Brasil, revela-se um cenário pouco explorado na educação patrimonial que utiliza documentos históricos. Gianordoli-Nascimento et al. (2012, p. 105) apontam:

como as memórias pessoais dizem não apenas de um passado vivido pelas entrevistadas, mas também de um fato histórico cujos elementos podem ou não estar presentes na memória coletiva. Além disso, podem se caracterizar como memórias históricas orais, uma vez que retratam não apenas as vivências de familiares ou de militantes, mas de um período histórico importante no Brasil. Trabalhos dessa natureza, realizados a partir de uma perspectiva psicossocial, denotam a importante articulação entre história e memória para a compreensão dos fatos históricos de uma época, bem como dos processos e das circunstâncias segundo os quais as memórias sociais são construídas, reconstruídas e atualizadas. Tratam-se então, de investigações inseridas no campo da memória histórica, compreendida ... como uma 'memória da história', englobando memórias orais e memórias documentais, para cuja construção contribuem: (1) tanto memórias coletivas quanto memórias comuns e memórias pessoais; (2) tanto a história vivida quanto os testemunhos ouvidos; (3) tanto os documentos históricos stricto sensu quanto as produções didáticas, midiáticas e artísticas posteriores.

Por meio das histórias individuais, busca-se unir fragmentos de um mesmo fato, observando não apenas os reflexos já conhecidos e partilhados coletivamente no país, como também sentimentos vivenciados individualmente, que, por vezes, escapam do registro histórico tradicional. Em um estudo realizado em 2012, Gianordoli-Nascimento et al., entrevistaram sete famílias de desaparecidos políticos em Minas Gerais e Espírito Santo, com o intuito de aprofundar a experiência vivida pelas famílias durante o período da ditadura militar, buscando determinar seus sentimentos e aprendizados.

Essa pesquisa registrou a alteração no cotidiano da família, onde os familiares relataram uma vida constantemente aflita, com casas invadidas, medo de perseguição e, principalmente, a sensação de privação da liberdade, visto que saíam pelas ruas sempre apreensivos, pois não sabiam se estavam sendo vigiados ou não. A clandestinidade também foi apontada como uma nova alternativa, alterando a maneira como essas famílias se relacionavam no meio social. Por vezes, eram obrigados a viver em uma clandestinidade total, desaparecendo totalmente do convívio social, e por outras vezes, viviam em uma situação de semiclandestinidade, alterando alguns de seus hábitos cotidianos. Um simples encontro ou comunicação entre o militante e a família era um grande risco, provocando apreensão e trazendo grande sofrimento a todos.

No tópico sobre prisão e tortura, Gianordoli-Nascimento et al. (2012) relatam o sofrimento das mulheres, muitas vezes, na condição de esposas dos perseguidos políticos. Os autores destacam principalmente o duplo papel transgressor que as mulheres desempenharam nesse período: o de agente político, que atuava contra o regime, e o de gênero, subvertendo o padrão de comportamento esperado das mulheres. As famílias dos perseguidos também foram fundamentais nas denúncias dos abusos e, por esse motivo, também sofriam constantes ameaças de tortura. Percebe-se, dessa forma, que o período do regime militar no Brasil não alterou apenas a situação institucional do país. Quando se fala em violação de direitos, a história do sujeito mostra uma face da história até então

silenciada, ou com sua importância diminuída. Gianordoli-Nascimento et al. (2012, p. 117) destacam a relação e importância das memórias pessoais e coletivas:

As memórias pessoais são aquelas ligadas aos atos e testemunhos pessoais, à história de vida do sujeito, não sendo meramente individuais, mas fruto de uma construção social. As memórias comuns são compostas por lembranças comuns a grupos de pessoas que nem sempre estão em interação, mas vivenciaram períodos históricos e experiências comuns, construindo assim memórias semelhantes. As memórias comuns e pessoais 'não são concebidas em contraposição às memórias coletivas, ou seja, como um processo estritamente individual, mas sim em sua operação em contextos sociais e sob a influência ou determinação destes'.

O Fundo Clamor, localizado no Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP, tem uma grande contribuição para o processo de resgate da memória histórica dos casos de sequestro, prisões e tortura de crianças e adolescentes, durante as ditaduras militares no Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. A prática de sequestros e desaparecimento de filhos de militantes políticos era uma prática comum durante o regime militar no Cone Sul. Essas práticas foram denunciadas por sobreviventes e familiares de presos políticos entre os anos de 1970 e 1990. Além do Fundo Clamor, foi realizada uma pesquisa documental dos Arquivos do Terror, no Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos (CDyA) da Corte Suprema de Justiça do Paraguai, que contém registros dos 35 anos da ditadura militar de Alfredo Stroessner no Paraguai (BARRETO, 2014).

O Fundo Clamor foi criado a partir de denúncias levadas ao Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, que acolheu a ideia de divulgar as atrocidades cometidas durante o regime militar em países da

América do Sul. Solicitou ainda que o Comitê em Defesa dos Direitos Humanos para Países do Cone Sul, por motivos de segurança, permanecesse vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, da Arquidiocese de São Paulo.

O acervo do Fundo Clamor permite perceber o protagonismo brasileiro em ações de torturas e na identificação dos abusos sofridos por diversas famílias. O resgate do conteúdo deste Fundo e de outros semelhantes é crucial para percebermos a política de cooperação adotada entre os países do Cone Sul, inclusive o Brasil, bem como o protagonismo brasileiro nas ações de repressão, troca de prisioneiros e treinamento em áreas de inteligência e técnicas de interrogatórios (BARRETO, 2014).

Outra iniciativa a ser destacada é a do Arquivo Público do Estado de São Paulo que em 1º de abril de 2013 disponibilizou para livre consulta na internet cerca de 1 milhão de imagens do acervo DEOPS/SP. Apoiado na Lei de Acesso e na regulamentação estadual da Lei, o APESP então disponibilizou na internet uma parte da documentação que antes só podia ser consultada em seus salões de consulta, sem mais ter a necessidade da assinatura do termo de responsabilidade. A ação dá continuidade à política do Estado de São Paulo de optar pela disponibilização pública para consulta de arquivos relacionados a violações de direitos humanos, que se iniciou com a Regulamentação Estadual do Decreto Federal nº 8.159 – que autorizava a liberação à consulta do acervo DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo) mediante a assinatura de um termo de responsabilidade, no qual o consulente se responsabilizava por qualquer uso indevido da documentação. Tal medida foi tomada após a transferência do acervo do Deops/SP da Polícia Federal ao APESP, em 1991, fruto de reivindicações da população civil organizada, que lutava para que o acervo fosse salvaguardado dos antigos agentes da repressão (BORIN; SOARES, 2013).

Nesse caso, percebe-se uma vez mais a força do Arquivo Público, quando a sociedade compreende a sua importância, pois foi a reivindicação da sociedade civil organizada que possibilitou que o

acervo pudesse ter o seu acesso ampliado. O Arquivo Público do Estado de São Paulo possui ainda mais dois projetos que contribuíram para a formação da base de dados no Site Memória Política e Resistência: O Memórias Reveladas e o Projeto Preservação e Difusão da Memória Pública: modernização e ampliação dos laboratórios do Arquivo Público do Estado de São Paulo. O site Memória Política e Resistência, além de disponibilizar o acervo do DEOPS/SP, oferece uma parte voltada para uma publicação periódica trimestral com matérias relacionadas às temáticas do acervo disponibilizado (BORIN; SOARES, 2013).

Borin e Soares (2013) observaram que a disponibilização desse acervo na *web*, aumentou uma procura de familiares de desaparecidos e presos políticos. Um público que já poderia ter acesso a este acervo desde 1991, mas a maioria dessas pessoas não sabia que tinham esse direito. A divulgação maciça do lançamento do site trouxe, o que os pesquisadores chamaram de uma demanda reprimida. Isso demonstra que o trabalho de difusão tem a função também de conscientizar e despertar o cidadão para o que arquivo possui e o direito que ele de conhecer sobre sua história.

O APESP foi um dos precursores na disponibilização desse tipo de acervo na internet, apoiando ações de promoção de direitos humanos, e dando sustentação a ações de reparação e à difusão da memória pública. Preocupado com a reparação de danos sofridos por diversos cidadão e suas famílias, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) buscou desenvolver instrumentos de pesquisas que pudessem facilitar o acesso aos processos administrativos oriundos da Comissão Especial de Indenização, instituída pela Lei Estadual nº 11.042, de 18 de novembro de 1997. Esta Lei reconhece a responsabilidade do estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados às pessoas detidas, por motivos políticos, no período de 02 de agosto de 1961 a 15 de agosto de 1979, e estabelece normas para que sejam indenizadas. A Lei de criação foi alterada pela Lei Estadual nº 11.815, de 26 de junho de 2002, que fixa novo prazo para encaminhamento (VASCONCELOS; MENEZES, 2013).

Os autores destacam o cuidado que deve ser tratado o acesso em torno desse tipo de documentação e alerta para a responsabilidade do profissional que deve considerar sempre a veracidade das informações contidas nesses documentos. Os processos administrativos oriundos da Comissão Especial de Indenização possuem os dados pessoais e depoimentos das vítimas que relatam com detalhes os abusos sofridos. Apresentam também documentos oficiais, como certidões de órgãos públicos estaduais e federais e inquéritos policiais e militares.

Foi formada uma equipe de historiadores e arquivistas para desenvolver o instrumento de busca, que contém entradas por vários verbetes, sendo possível localizar companheiros de celas e até o nome dos torturadores. Essa documentação é necessária para as vítimas e para seus familiares, pois permitem provar os maus tratos e abusos sofridos. A preocupação da instituição em facilitar esse processo de busca de informações trabalha ao encontro da promoção da verdade, justiça e reparação.

Além dessa iniciativa, o APERS possui um Programa de Educação Patrimonial, que oferece atividades de formação para professores, estudantes de História e áreas afins. Oferece oficinas para alunos do ensino fundamental. Uma delas abre debates sobre a escravidão no Brasil e outra discute o ofício do historiador e a produção de conhecimento (ALVES; BRANDO, 2013).

O projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil”, realizado por meio de uma parceria entre a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e a Universidade Federal do Rio de Janeiro produziu um importante acervo de história oral. O objetivo principal deste projeto foi construir um acervo de fontes orais e audiovisuais a partir da realização de entrevistas com pessoas cujas histórias de vida são atreladas à perseguição política durante a última ditadura militar no Brasil. Este acervo de história oral suscita questionamentos acerca do potencial histórico do testemunho e das temáticas referentes às subjetividades e trajetórias de vida. Nesse sentido, pode servir como fonte e objeto de estudo para os historiadores, constituindo-se, portanto, em um rico manancial para

os estudos históricos do Brasil contemporâneo (SANTOS; SILVA, 2013).

Um exemplo de como os arquivos pessoais podem ajudar na reconstituição histórica é o Arquivo José Gregori, doado pelo titular ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, em 2008; composto de mais de 16 mil documentos, reflete os debates realizados e incorporados à agenda política de direitos humanos no Brasil após a redemocratização até o início dos anos 2000. José Gregori foi chefe de Gabinete do Ministério da Justiça (1995-1997), quando o Programa Nacional de Direitos Humanos começou a ser gestado; primeiro titular da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (1997-2000) e Ministro da Justiça (2000-2001) (ALBERTI; ALVES; HEYMANN, 2017). Segundo Alberti, Alves e Heymann (2017, p. 91), trata-se de um arquivo de direitos humanos, pois “por meio de seus documentos, é possível reconstituir os debates que acompanharam a elaboração e a implantação de políticas públicas fundamentais no campo dos direitos humanos no Brasil”.

Desde que foi sancionada a Lei de Acesso à Informação (12.527/2012) e a Lei de criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (12.528/2011), houve diversos avanços que possibilitaram a abertura e acesso aos arquivos da repressão para a promoção de justiça, por meio do conhecimento da verdade. Essas ações, infelizmente, ainda não conseguiram reparar e nem tampouco identificar todos as pessoas que sofreram abusos no período de Ditadura Militar no Brasil.

Como determinava a Lei nº 12.528/2011, a CNV trabalhou por dois anos e sete meses. Ao final deste período, entregou um relatório de três volumes, seis tomos, e mais de quatro mil páginas à Presidenta Dilma Rousseff, em uma cerimônia realizada no dia 10 de dezembro de 2014 (PEDRETTI, 2017). Após o término dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade em 2015, seu acervo foi recolhido ao Arquivo Nacional, recebendo diversas críticas. Uma delas chama a atenção: Gilney Viana, ex-presos político e militante, declarou ao Jornal “O Globo”:

Particpei das comissões indígena e camponesa (composta por entidades e movimentos sociais). Os crimes contra eles não foram reconhecidos no relatório. Cria, assim, duas categorias de perseguidos ao não os incluírem na relação das 434 vítimas. Esse é o ponto mais débil desse relatório. É o seu ponto fraco. Mantém a invisibilidade dos que mais sofreram. Eles não estavam em partidos políticos nem pertenciam a organizações de esquerda. (PEDRETTI, 2017, p. 67).

O Movimento Independente Mães de Maio, formado por familiares vítimas de violência policial, também declararam que a história de negros e indígenas foram ignoradas no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (PEDRETTI, 2017). Em razão dessa constatação, Pedretti (2017) investigou o Fundo “Comissão Nacional da Verdade”, mais especificamente a série “Violações de Direitos Humanos”. O pesquisador destaca dois documentos dessa série: “Repressão aos negros durante a ditadura” e “Violações do Direitos Humanos dos Povos Indígenas”. Pedretti ainda destaca que a discussão em torno da repressão aos negros na ditadura não avançou muito até se repensar na forma de abordagem da temática, buscando destacar como “a ditadura agiu no cerceamento da cultura negra e das manifestações políticas e sociais dos variados grupos negros que se organizaram pelos direitos humanos”. O cerceamento cultural é vivenciado tanto pela população negra quanto a população indígena. O autor chama atenção para a ausência de debates quanto à violação dos direitos de negros e indígenas em seus documentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Detectada esta lacuna, que é reflexo de uma institucionalização e naturalização do preconceito racial, os arquivos públicos e os arquivistas podem, de alguma forma, tentar ajudar nesta reparação, divulgando esta documentação, chamando atenção até para a forma

como foi elaborado, e, de uma maneira educativa, para que seja possível, de fato, lembrar e para que isso não se repita, ao mesmo tempo em que se defende que a igualdade e a verdade sejam garantidas aos diversos grupos e atores sociais.

A história das classes subalternas é sempre fragmentar e episódica (GRAMSCI, 1977 apud MARQUES; STAMPA, 2010). A construção ou reconstituição histórica de movimentos sociais e questões de importância a serem debatidas sobre interesses e garantias de direitos das minorias é sempre complexa, de maneira que os arquivos públicos não abrigam toda a documentação sobre esses movimentos. A maior parte das informações vem de arquivos pessoais, dispersos, que necessitam de um pesquisador ávido para juntar, compreender e contextualizar todas as histórias.

A memória dos movimentos sociais serve para demonstrar à sociedade a sua força de mobilização e de sustentação da democracia que está sedimentada na liberdade de manifestação, nas lutas diárias e reivindicações em busca do estabelecimento da igualdade e de direitos urgentes que surgem de acordo com os avanços de comportamento e pensamento sociais. De acordo com Marques e Stampa (2010, p. 28):

O trabalho de investigação sobre esses temas se defronta com a fragilidade dos documentos, a precariedade dos registros, a falta de conservação de fontes, o parco registro da memória social, limites próprios aos grupos sociais subalternos em razão mesmo das dificuldades que eles têm de produzir sua própria história. Mas também se depara com dificuldades teórico-metodológicas, que envolvem a discussão da importância dessas lutas, de formas a trabalhá-las de maneira a se aproximar de uma narrativa que ultrapasse uma história de organizações (importante, mas não suficiente) a as conduza para uma história de grupos sociais, que explicita a densidade das experiências vivenciadas, a singularidade dos embates, a complexidade dos elementos neles

envolvidos e que supõem conflitos, alianças, lealdades, reciprocidades.

Geralmente, esses movimentos sociais não possuem uma organização bem estruturada, o que se encontra, de maneira geral, são documentos fragmentados de seu contexto, o que dificulta muito o processo de reconstrução histórica e perpetuação da memória. Percebe-se que esses movimentos são mais do que apenas movimentos para reivindicações de direitos trabalhistas, que também são essenciais, mas a análise deve ser feita além das questões salariais, passando pelas decisões econômicas tomadas pelo Estado que influenciam de maneira direta no modo de vida de toda a população.

A subjetividade desses movimentos é o grande desafio para os arquivos de descobrir uma maneira de estruturar a história desses movimentos sem deixar se perder a essência dessas instituições. Dessa maneira:

as noções de experiência e de autoconstrução dos grupos sociais e da classe são, nesse sentido, referências centrais ao trabalho, orientando não só a pesquisa e análise, como, no plano documental, a consideração da lógica interna de organização de informações e coleções de militantes ou institucionais (MARQUES; STAMPA, 2010, p. 225).

A fragmentação da documentação, entre outros inúmeros problemas estruturais, fruto de uma ausência de política nacional de arquivos e de uma política documental, é o principal desafio a ser enfrentado. A documentação referente a movimentos sociais deve ser compreendida além da objetividade do documento de arquivo, pois possui uma subjetividade, que exige um tratamento especial e formas de difusão igualmente diferenciadas para que o público em geral possa conhecer essa história que permanece em grande parte à margem da história oficial divulgada e tomada como verdade

absoluta no âmbito escolar. Fato este que fragmenta não só a nossa história e memória passadas, mas compromete de forma significativa o nosso futuro, quando não nos permite conhecer as várias faces e os vários atores que contribuíram para a construção da história nacional.

A relação arquivo-escola precisa de políticas públicas consistentes e integradas, capazes de criar uma rede colaborativa entre instituições culturais e o ambiente escolar. O desenvolvimento de habilidades e competências para o uso eficiente dos arquivos públicos garante a sua capacitação para a pesquisa, mas, mais do que isso, colabora para a promoção de cidadania e inclusão social. A ausência de investimentos financeiros, combinada com o número reduzido de funcionários, aumenta cada vez mais a invisibilidade social dos arquivos públicos. O desenvolvimento do letramento arquivístico e de uma inteligência arquivística requer ações conjuntas para que possam ser um dia uma realidade no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V.; ALVES, C.; HEYMANN, L. Impossível paraíso? Um arquivo marcado pela temática dos direitos humanos. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 5, p. 91-100, 2017.

ALVES, Clarissa S.; BRANDO, N.; MENEZES, V. Ação educativa e educação patrimonial em arquivos: a oficina “resistência em Arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos” no APERS. **Revista Opis**, Catalão, v. 15, n. 1, 2015.

BARBOSA, A. C. O. **Arquivo e sociedade**: experiências de ação educativa em arquivos brasileiros (1980-2011). 2013. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARRETO, A. F. A. L. Ditadura, direitos humanos, arquivos e educação a partir do patrimônio: documentar a ditadura para que(m)? In: STAMPA, Inez Terezinha; SÁ NETTO, Rodrigo de. (Org.). **Arquivos da repressão e da resistência**: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013.

- GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. **Mulheres e Militância no Espírito Santo**: encontros e confrontos durante a ditadura militar. 2006. 336 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
- GILLILAND-SWETLAND, A. J.; KAFAL, Y. B.; LANDIS, W. E. Integrating Primary Sources into the Elementary School Classroom: A Case Study of Teachers' Perspectives. **Archivaria**, Toronto, v. 48, p. 89-116, 1999.
- HESLEY, M. K.; MURPHY, B.; SWAIN, E. D. Analyzing archival intelligence: a collaboration between library instruction and archives. **Communications in Information Literacy**, v. 8, n. 1, p. 96-114, 2014.
- KOYAMA, A. C. **Arquivos online**: práticas de memória, de ensino de história e de educação das sensibilidades. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.
- NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 09-45, 2015.
- NIMER, C.; DAINES, G. Teaching undergraduates to think archivally. **Journal of Archival Organization**, v. 10, p. 4-44, 2012.
- OSBORNE, K. Archives and Classroom. **Archivaria**, Toronto, n. 23, p. 16-40, 1986-87.
- PEDRETTI, L. Silêncios que gritam: apontamentos sobre os limites da comissão nacional da verdade a partir do seu acervo. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 5, p. 62-76, out. 2017.
- PEGEON, A. Uma Experiência Pedagógica em Arquivos: A disciplina "Arquivo" dos Archives nacionais da França. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 89-102, 2012.
- SANTOS, D. R.; SILVA, I. P. Marcas da Memória: a construção de um acervo de história oral da ditadura e anistia no Brasil. In: **Arquivos da repressão e da resistência**: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura. s.l., 2013.
- STAMPA, I. T.; NETTO, R. S. (Org.). **Rio de Janeiro**: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013.

TAYLOR, H. A. Clio in the Raw: Archival Materials and the Teaching of History. **The American Archivist**, v. 35, p. 317-330, jul./out. 1972.

WEINER, S. A.; MORRIS, S.; MIKYTIUK, L. Archival literacy competences for undergraduate history majors. **The American Archivist**, v. 78, n. 1, p. 154-180, Spring/Summer 2015.

WEINER, S. A.; MORRIS, S.; MIKYTIUK, L. Archival literacy for history students: identifying faculty expectations of archival research skills. **The American Archivist**, v. 77, n. 2, p. 394-424, 2014.

WEINER, S. A.; MORRIS, S. L.; MYKYTIUK, L. J. Spanning Boundaries to Identify Archival Literacy Competencies. **Libraries Faculty and Staff Presentations**. Paper 83, s.l., 2014.

YAKEL, E.; TORRES, D. A. AI: Archival intelligence and user expertise. **The American Archivist**, v. 66, n. 1, p. 51-78, 2003.

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

*Jailma Cruz da Silva
Adriana Miranda Pimentel*

1 INTRODUÇÃO

A democratização do ensino superior nos últimos anos tem contribuído para a inserção de estudantes que se autodeclararam pessoas com deficiência (PcD) nas Instituições de Ensino Superior (IES). Dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelam um aumento de matrículas entre os anos 2012 e 2017.

Em 2012, foram matriculados no ensino superior 7.037.688 alunos. Desse universo, 27.143 se declararam PcD, sendo 3.613 com cegueira e 6.679 com baixa visão (INEP, 2012). Já em 2017, ingressaram no ensino superior cerca de 8.286.663 alunos e, desses, 38.272 se autodeclararam com algum tipo de deficiência, dos quais, 2.203 se declararam cegos e 10.619 com baixa visão (INEP, 2017). Nota-se um percentual de crescimento de aproximadamente 32% no ingresso de PcD nas IES entre os anos destacados.

Os dados possibilitam o entendimento de que, embora o acesso das PcD no ensino superior esteja legalmente amparado por lei e ocorrendo de fato, ainda é incipiente no âmbito das IES, ficando evidente que não basta possibilitar o acesso se não existirem estruturas físicas e materiais adequados que garantam a permanência do estudante no ambiente acadêmico (MARTINS; SILVA, 2016). Essa realidade tem se apresentado como um grande desafio para o desenvolvimento de políticas e ações que assegurem aos alunos com deficiência o exercício pleno da cidadania e a

democratização do acesso e da permanência nesse nível de ensino (MARTINS; SILVA, 2016).

Em revisão de literatura recentemente realizada por Silva e Pimentel (2018), foi identificada a carência de estudos sobre estudantes com deficiência visual no ensino superior; na análise dos artigos selecionados, observou-se a necessidade de uma maior integração entre discurso e prática na inclusão educacional. Entre os artigos analisados, o acesso e a permanência dos estudantes nas IES foram os aspectos mais ressaltados, muito embora essa inclusão esteja associada aos desafios e às dificuldades devido aos diferentes entraves relacionados à infraestrutura e ao material humano, pedagógico e metodológico. O acesso é visto inicialmente como porta de entrada para a universidade, mas essa ação, ainda que esteja amparada por leis, não é suficiente, pelo contrário, só passa a fazer sentido quando encontra, em suas bases, relação direta com o processo de permanência.

Quanto ao acesso aos recursos acadêmicos no ensino superior, buscou-se a realização deste estudo a fim de conhecer como se dá a permanência dos estudantes com deficiência visual (EcDV) na Universidade Federal da Bahia. A pesquisa parte dos seguintes questionamentos: quais as dificuldades e desafios do EcDV na Universidade? Qual o ponto de vista dos estudantes sobre os recursos materiais e a infraestrutura física disponível na Universidade? Quais as estratégias de suporte pedagógico e material oferecidos pela Universidade para inclusão desses estudantes?

Com base nessas indagações, este estudo busca conhecer a perspectiva dos estudantes com deficiência visual sobre a experiência de formação na Universidade Federal da Bahia, especificamente, em relação ao acesso aos recursos materiais.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), pesquisas desse tipo permitem explicar o porquê das coisas, revelando a melhor maneira de fazer, “mas não quantificam os valores e as trocas

simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados não são métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”. Minayo (2001, p. 18) afirma que “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais”.

Para coleta de dados, optamos por utilizar a pesquisa exploratória, visto que permite uma maior aproximação entre o pesquisador e o problema a ser investigado. Para melhor resultado, realizou-se entrevista semiestruturada com oito EcDV assistidos pelo Núcleo de Apoio à Inclusão do Alunos com Necessidade Educacionais Especiais (NAPE). Foram considerados estudantes vinculados ao Núcleo até 2017, sendo dois com baixa visão e seis cegos. A maior parte era de graduandos, matriculados nos cursos de Pedagogia, Serviço Social, Bacharelado Interdisciplinar em Artes, Comunicação; havendo também um mestrando em Dança e dois doutorandos, um em Educação e outro em Difusão do conhecimento.

As entrevistas foram realizadas em local e data pré-determinados, após a identificação e aceite dos alunos participantes da investigação, para possibilitar comodidade aos estudantes e incentivo à participação neste estudo. Dessa maneira as entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro previamente elaborado, com 10 tópicos.

O roteiro de entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram traduzidos na escrita Braille e gravados por meio de um aparelho mp4 (padrão de container de áudio e vídeo), com letras ampliadas, por se tratar de um público com limitações visuais.

As transcrições das entrevistas foram realizadas na íntegra, mediante assinatura do TCLE, conforme diretrizes da Resolução nº 510/2016, e analisadas utilizando a técnica de análise de discurso. Dessa maneira, para análise do material recolhido, o tratamento se deu da seguinte maneira: o áudio das entrevistas foi transcrito e, com base no material textual resultante, foram identificadas categorias

analíticas. Dessa forma, foi realizada uma síntese a partir da análise e da interpretação de todo material produzido, buscando a integração textual dos dados. A análise das entrevistas será apresentada, a princípio, considerando as duas categorias identificadas: 1) acesso e permanência do ponto de vista do EcDV; 2) inclusão educacional na UFBA.

Ressalta-se que esta pesquisa foi submetida ao comitê de ética em pesquisa da UFBA, em acordo com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012, por ter seres humanos como objeto de estudo e teve seu parecer aprovado, conforme Anexo A.

2.1 AGENTES INTERLOCUTORES DA PESQUISA

Os estudantes interlocutores ingressaram na UFBA entre 2012 e 2017. Como forma de preservar suas identidades, optamos pelo uso dos seguintes nomes fictícios: Ana, Iza, Liz, Fábio, Wel, Daniel, Bruno, Ítalo. Dos oito estudantes entrevistados, três são do sexo feminino e cinco do sexo masculino, com idade acima de 30 anos. Por compreender que a trajetória pessoal, educacional e profissional são etapas complementares, optamos por apresentar os entrevistados trazendo os aspectos pessoais citados no decorrer das entrevistas conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Estudantes participantes da investigação.

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Nome fictício	Tipo de Deficiência Visual	Idade	Curso	Observações relevantes dos investigados
Ana	Cega	30	Serviço Social	Cega total devido a uma paralisia cerebral, é graduada em Serviço Social e declara que a principal influência na escolha do curso foi uma prima, também assistente social, além da afinidade com o curso, pois, segundo ela, “é revolucionária em buscar por seus direitos”.
Bruno	Cego	40	Doutorando em Educação	Cego desde o nascimento, interno do Instituto de Cegos da Bahia, é professor de História.
Daniel	Cego	55	Bacharelado Interdisciplinar em Artes	Cego em função do agravamento da retinose pigmentar. Ele ingressou na Universidade a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por influência de sua filha, explicou que a escolha pelo curso de artes se deu por gostar da área e por influência da esposa de um amigo, a qual lhe deu boas referências do curso.

Fábio	Cego	56	Ciências Sociais	Cego, devido ao glaucoma agressivo, o estudante revelou que seu pleito na Universidade se deu por duas razões: por incentivo de uma professora que, ao perceber seu potencial, o impulsionou; e por sua mãe, que tinha o sonho de vê-lo formado.
Italo	Cego	45	Doutorado em Difusão do Conhecimento	Na UFBA, teve duas vivências: em 2004, iniciou o Curso de Especialização de Gestão Social para o Desenvolvimento, na Faculdade de Educação, e, em 2013, iniciou o doutorado recém-concluído em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento.
Iza	Baixa Visão	39	Mestranda em Dança	Sua baixa visão foi ocasionada por um descolamento de retina ocorrido no segundo semestre do Mestrado em Dança. Ela declarou que recebeu apoio e incentivo do seu marido para continuar os estudos.
Liz	Baixa Visão	Não declarou	Pedagogia	Liz revelou que o ingresso no ensino superior se deu inicialmente por estar desempregada e visualizar na Universidade portas para o mercado de trabalho. Quanto ao apoio da família, Liz declarou que houve divisão de opiniões quando resolveu cursar o ensino superior, pois alguns familiares afirmaram ter medo

				devido às limitações que a baixa visão impõe sobre a vida dela; no entanto, a outra parte da família achava que ela deveria encarar o desafio de ingressar e cursar o ensino superior.
Wel	Cego	56	Comunicação	Cego total devido à retinose pigmentar. Wel revelou que, quando prestou vestibular pela primeira vez, não havia nenhum recurso de acessibilidade, por esse motivo, desanimou um pouco com relação à entrada na Universidade, o que explica seu ingresso tardio.

3 ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS PARA OS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

O ingresso na Universidade foi apresentado pelos EcDV, nossos agentes interlocutores da pesquisa, como um processo que envolve a família, a formação escolar e suas escolhas pessoais. Diante do discurso, nota-se que o apoio familiar foi determinante para o ingresso no ensino superior, seguido de amigos com deficiência que foram referência nesse processo, conforme fragmento:

Minha primeira referência foi minha família, que sempre me motivou a estudar e estar sempre estudando; outras pessoas cegas que na época eu percebia logrando êxito nos estudos e, em terceiro lugar, a minha consciência que o caminho para se credenciar e se colocar no mundo de uma maneira digna e estar preparado para enfrentar as adversidades; o caminho é o saber, até porque o conhecimento constitui não só um instrumento para nos emancipar economicamente, mas se colocar no mundo de uma maneira crítica e consciente (Ítalo).

Diante do relato, percebe-se a importância do núcleo familiar em fomentar e fortalecer a inserção do estudante como protagonista de sua própria história educacional, principalmente, de seu ingresso no ensino superior. No entanto, o ensino regular e os cursinhos pré-vestibulares também foram grandes responsáveis pelo bom êxito desses estudantes no ingresso no ensino superior, pois a maioria revelou que o apoio da escola e o incentivo por parte dos professores foram elementos que os impulsionaram nessa conquista.

Eu concluí o ensino médio e, após cinco anos, eu busquei um cursinho pré-vestibular. Nesse cursinho inicialmente eles não queriam que eu participasse alegando que não tinham como

auxiliar uma pessoa com deficiência visual, e eu falei pra eles que eu seria apenas um ouvinte, que eu só queria uma cadeira, que eu levaria o meu gravador e assistiria às aulas. Tanto que o ledor para o simulado, eu que providenciei, todos os simulados eu que providenciava o ledor. E aí eu fiz o cursinho, passei na UFBA (Ana).

Conforme relato acima, apesar das dificuldades iniciais, o apoio de pessoas próximas permitiu o ingresso na Universidade. Tais ingressos são permeados por situações determinantes no que diz respeito ao acesso e à permanência dos EcDV no ensino superior.

Martins e Silva (2016) definem a categoria acesso de duas maneiras: na primeira acepção, o termo está relacionado diretamente aos recursos materiais facilitadores do aprendizado dos EcDV; enquanto na segunda, assume o sentido de ingresso no sistema universitário. As autoras destacam, ainda, que o acesso de pessoas com deficiência visual (PcDV) advém da elaboração de políticas públicas que garantam medidas protetivas, amparadas na legislação. Já a permanência, segundo elas, consiste na possibilidade de usufruir dos espaços e dos recursos tecnológicos e educacionais de forma isonômica à oferecida aos demais alunos da instituição. Nesse contexto, o acesso e a permanência de estudantes com deficiência nas IES, segundo Santiago (2014), carecem de melhorias em relação à garantia de atendimento igualitário aos discentes com e sem deficiência, afirmando a necessidade de maior aprofundamento da equipe gestora a respeito da educação inclusiva.

Os estudantes que participaram da investigação, por sua vez, relatam que são muitos os desafios enfrentados para sua permanência na UFBA e, em termos das dificuldades encontradas, foram apontados diferentes aspectos. *A priori*, os estudantes chamaram atenção para os problemas relativos ao processo de seleção para a entrada na Universidade, entre os quais apontam despreparo de alguns profissionais da equipe de ledores, o apoio especializado a PcDV no processo seletivo, o que prejudica o

entendimento e, conseqüentemente, a aprovação no processo. O participante Wel expressou sua percepção sobre o referido processo:

Os ledores não eram preparados, senti dificuldade no entendimento, entretanto nesse primeiro momento no vestibular eram poucos recursos de acessibilidade para me acompanhar no vestibular, então eu perdi o vestibular, desanimei um pouco com relação a entrar na universidade.

Percebe-se que, para a pessoa com deficiência (PcD), em especial o EcDV, as barreiras no ingresso são iniciadas desde o processo seletivo, não apenas por se tratar de provas difíceis, mas, sobremaneira, pela precariedade do apoio especializado como forma de garantir acesso digno e com equidade.

Quanto à disponibilidade de materiais acessíveis, os estudantes entrevistados relataram carência no ambiente acadêmico, relacionada, de modo geral, à estrutura arquitetônica, material e física da IES. Autores como Fialho e Silva (2012) e Guerreiro, Almeida e Silva Filho (2012) atentam para a importância de avaliar junto aos estudantes com deficiência a qualidade das adequações realizadas nas edificações universitárias com o objetivo de dar autonomia a esses estudantes. Tais autores consideram que esse deve ser um dos aspectos a serem verificados nas intervenções arquitetônicas, para fins de acessibilidade da PcD.

Os participantes deste estudo questionaram a importância da estrutura arquitetônica para o EcDV no ambiente universitário. Fabio também pontuou que, além da acessibilidade arquitetônica, é de fundamental importância a conscientização da barreira atitudinal, segundo ele, um dos maiores desafios encontrados no ambiente acadêmico:

Não adianta ter uma rampa, um elevador, se as pessoas ao redor não sabem tratar e respeitar o diferente. Sinto falta disso, as pessoas devem

compreender que o espaço é democrático e deve construir o acesso para todos.

Pensando nessa questão, Pimenta (2017) afirma que, mesmo com algumas ações institucionais de acesso, a permanência de estudantes é um desafio; as lacunas aparecem devido aos diferentes tipos de barreiras existentes, tanto no espaço físico, quanto no pedagógico. Sem contar os desafios a serem enfrentados na conjuntura acadêmica.

Quanto à estrutura material, observamos no relato da estudante Liz que ainda são incipientes os recursos materiais e físicos disponíveis, e esse é um problema que deve ser solucionado pela IES investigada, pois ainda não atende completamente às necessidades de estudantes com deficiência. Liz relatou alguns dos problemas enfrentados na sala de aula:

Dificuldades com materiais adaptados e disponíveis. Faltava cadeira para eu sentar, já que eu escrevo em cadeira com mesa e a maioria das salas só tinha cadeira de braço.

Ítalo, por sua vez, explicou que a permanência no ambiente acadêmico é complicada, mas que ele procurou métodos que o ajudassem nesse sentido. Percebemos que a permanência do EcDV é um desafio para as IES brasileiras, como também para o próprio estudante, conforme revelou a fala de Ítalo. Diante do relato apresentado, compreendemos a existência de carência no atendimento às necessidades do EcDV, de modo que alguns discentes criam estratégias para sua permanência, mesmo que de forma parcial, enfrentando com determinação os desafios no ambiente acadêmico.

O apoio institucional é muito importante tanto no acesso quanto na permanência dos estudantes, mas, segundo Ítalo, nem sempre o discurso combina com a prática. Ele também relata sua estratégia quando precisa ir à biblioteca e revela uma carência física

e estrutural nesse ambiente, responsável pela disseminação da informação:

Quando eu procuro estes espaços, eu busco estabelecer estratégias que minimizem estas dificuldades, me relacionar bem com as pessoas que solicito para ir lá junto comigo realizar as buscas. Eu não conto com nenhum apoio relacionado aos gestores e funcionários, primeiro porque não vejo iniciativa em relação a isso e, segundo, porque os funcionários não estão interessados (Ítalo).

Observamos que existem lacunas em relação ao acesso e à permanência desses estudantes no ensino superior a serem visualizadas por meio de levantamentos e pesquisas. Neste estudo, por exemplo, foi possível identificar que o ingresso de PcDV na UFBA aconteceu de forma tardia, ou seja, já na fase adulta, após os 30 anos de idade. Sobre isso, Daniel chamou atenção para alguns pontos e apresentou alguns questionamentos referentes ao processo de ingresso do deficiente visual no ensino superior:

Queremos, no futuro da universidade, pessoas jovens com deficiência na universidade. Por que jovens com deficiência visual não ingressam cedo na universidade? Por quê? Veja as pessoas com deficiência visual que temos aqui na UFBA. Quais as idades deles? Temos garotos de 17 e 18 anos muito inteligentes, por que não estão aqui? Não se sentem motivados? Por que as portas estão fechadas? Por que sentem discriminados na própria seleção do Enem? Tem algum fator que ainda é um empecilho muito grande nesse processo (Daniel).

Essas lacunas precisam ser preenchidas e uma possibilidade é a disseminação da cultura inclusiva nas IES, a fim de garantir aos

EcDV um ensino igualitário e, principalmente, com qualidade estrutural e equidade para a permanência desses estudantes no ambiente educacional. Santiago (2014, p. 131) declara:

No entanto, para que haja a **permanência** é fundamental a promoção da cultura da inclusão na IES, com o incentivo de atitudes por parte dos servidores, que favoreçam a coesão social e a aceitação da diversidade, indispensáveis para que haja o processo de inclusão educacional.

Coutinho (2011) reforça que a falta de conhecimento das particularidades das PcDV e a falta de estrutura adequada nas IES suscitam, como consequência, o impedimento de acesso desses sujeitos, como também a não permanência na educação superior. Figueiredo (2011) também destaca que é imprescindível, para o estudante com algum tipo de deficiência, uma estrutura adaptada; só assim ele pode responder às novas propostas ofertadas pela universidade e se sentir parte desse ambiente no percurso acadêmico.

3.1 A INCLUSÃO EDUCACIONAL NA UFBA

Do ponto de vista teórico, e conforme afirmação de Masini (2013, p. 52), o termo inclusão é definido da seguinte maneira:

[...] o sentido etimológico do termo inclusão – do verbo incluir, do latim *includere*, que significa conter em, compreender, fazer parte de ou participar de. Inclusão diz respeito, pois, ao ato de incluir. Assim, falar de inclusão escolar é falar do aluno que se sente contido na escola, participando daquilo que o sistema educacional oferece, contribuindo com seu potencial para os projetos e programações da instituição.

Assim, a inclusão, em especial a educacional, deve ser entendida como um conjunto de ações, discutidas e deliberadas com a participação de gestores, professores, estudantes e demais profissionais atores desse processo. Pimenta (2017) refere que a inclusão é entendida como um processo de reconhecimento do direito das pessoas com deficiência ao ensino regular. Assim, na IES pesquisada, e de acordo com falas dos entrevistados, a inclusão da PcDV ainda está em processo de adequação.

Ana, uma das colaboradoras da pesquisa, alertou que a inclusão ainda é um processo em construção, embora já em andamento na IES investigada:

A inclusão é bonita, mas não é fácil! Demanda um certo trabalhinho. É, desses detalhes! E aí são essas coisas que eu digo que a inclusão é bonita, mas não vou mentir que dá trabalho. E é um exercício, se todo mundo tivesse isso em mente, praticasse, não seria tão trabalhoso. A inclusão ainda está em processo.

A afirmação de Ana revela a concepção da estudante em relação ao processo de inclusão educacional da UFBA, como aluna com deficiência, que vivencia essa experiência. Entendendo a inclusão como um processo integrativo, que envolve uma comunidade e não apenas um agente mediador, Dallabona (2011) destaca que é necessária a integração da comunidade universitária (professores, técnicos e alunos) como forma de melhorar o acesso e assegurar a permanência do estudante com deficiência, sendo observada a promoção de discussões voltadas à temática da PcD, a fim de que sejam compreendidos o espaço, as limitações e o contexto social das PcDV.

O discente Daniel falou do seu ponto de vista sobre a inclusão educacional na UFBA, que entrou nesse processo inclusivo com atraso, quando comparada a outras IES:

Talvez, a UFBA entrou nesse processo de inclusão com 10 a 15 anos de atraso, visto que outras instituições já saíram na frente com seus programas e processos e a UFBA ainda iniciando; acho que hoje ela se encontra num grau de preocupação muito maior, com ampliação de pessoal no atendimento, equipamento. Acredito que esta ação de inclusão da UFBA está de bom tamanho para uma realidade que exige muito mais. Hoje tem intérprete de libras para o aluno surdo, mas o cego, não tem acesso a audiodescrição⁷⁹ e isso é fora do comum porque temos aulas ilustradas (Daniel).

A observação de Daniel em relação ao intérprete de libras para o estudante surdo, em comparação à necessidade de transcritor e leitor para o estudante com deficiência visual, é bastante relevante. Trata-se de uma ferramenta necessária em sala de aula para o estudante cego, mas que não faz parte da realidade da UFBA.

Observamos também, na IES investigada, a ausência de estrutura física e o despreparo da comunidade acadêmica, como bem contempla a fala de Fabio:

Eu fiquei sem almoçar porque não tinha uma pessoa para me levar até o Restaurante Universitário [RU], nem um colega de sala de aula, foi aí que um colega Moisés me levou até a sala da Diretora do *campus* e solicitei falar com ela. Esperei uma hora e, ao conversar com ela, falei a situação, que precisava de uma pessoa para me acompanhar para almoçar e ela deslocou uma

⁷⁹ Audiodescrição é um recurso que traduz imagens em palavras, permitindo que as pessoas cegas ou com baixa visão consigam compreender conteúdos audiovisuais ou imagens estáticas, como filmes, fotografias, peças de teatro, entre outros (FREITAS, 2018). FREITAS, Fernando. **O que é audiodescrição?** Fundação Dorina Nowill para cegos. 2018. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/blog/o-que-e-audiodescricao/>.

pessoa para isso. Também houve a situação de um colega deficiente visual também subir na cadeira e descer as calças no RU de Ondina para que fosse percebida a presença dele para que fosse atendido (Fabio).

O relato sobre o acontecimento no RU demonstra que ainda há muito trabalho de inclusão a ser realizado na Instituição, principalmente, em relação à equipe técnica, que demonstra despreparo para atender o público com deficiência. Percebemos no fragmento acima que a mobilidade e a autonomia do estudante com deficiência visual na Universidade são necessárias.

Nesse contexto, Sasaki (2006) reafirma que a integração da comunidade educacional possibilita a inclusão de estudantes com deficiência em classes comuns. Embora a comunidade acadêmica não esteja consciente do seu envolvimento no processo inclusivo, as ações de acolhimento e as barreiras atitudinais assumem grande importância para a inclusão do discente com deficiência.

A cultura inclusiva assume grande importância no contexto universitário, como também abrange o espaço e o ambiente inclusivo. Quanto aos espaços inclusivos dentro do *campus* da UFBA, Bruno menciona as bibliotecas e enfatiza que “deveriam ser mais atuantes na UFBA, é um dever disponibilizar informações para toda comunidade acadêmica”. O estudante sugere que dentro de cada *campus* da UFBA deveria haver ações de inclusão efetiva, que contemplassem todos os alunos ali matriculados para acesso e disseminação da informação. Ele relata uma situação vivenciada dentro do *campus*:

Quando eu adentrei a primeira vez na biblioteca da UFBA foi uma **infelicidade**, eu estava acostumado com o atendimento da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, lá quando chega uma pessoa cega, logo vem uma pessoa recepcionar e oferecer ajuda, diferente do que aconteceu na Biblioteca Central da UFBA, que ao chegar no setor fui recepcionado por servidores que não

ajudavam na minha pesquisa, precisei várias vezes, pedir ajuda de colegas estudantes para fazer a pesquisa (Bruno). (Grifo nosso).

A IES poderia adquirir recursos acessíveis e adaptados para ficarem em posse das bibliotecas, como por exemplo, os óculos Orcam, tecnologia assistiva que auxiliam a PcD em suas leituras diárias.

Outros fatores são relatados pelos entrevistados sobre ações de colegas, docentes e técnicos que denunciam desconhecimento e falta de consciência sobre o papel desses agentes para a formação da cultura inclusiva no ambiente acadêmico. Alguns estudantes relatam preconceito de alguns colegas, dentro e fora da sala de aula, na maioria das vezes, por não entenderem que a PcDV apresenta apenas a limitação de não enxergar. O relato abaixo caracteriza uma situação de preconceito que ocorre com frequência na trajetória acadêmica dos EcDV na Instituição:

Os colegas, é outra situação muito difícil, pois nem todos me veem como uma pessoa capacitada. Fico até sem graça em relatar isso, eu faço meu trabalho na maioria individual porque pra mim é mais confortável e evito constrangimentos; desde quando entrei, eu só realizei trabalho em grupo duas vezes e, ainda assim, em um desses trabalhos, apresentei só, porque o colega não acreditou em mim [...]. Tem colegas que passam por mim e não falam, reconheço a voz e ainda assim eles me ignoram (Fabio).

Os colegas de sala não são os únicos a praticar preconceito e exclusão com esses alunos. Os técnicos administrativos também são mencionados nessa ação. Segundo Wel:

Os técnicos administrativos são bem parecidos com os professores, boa parte é inerte ou ausente com relação aos alunos como um todo. Há uma

indiferença, ou talvez medo e preconceito. São poucos que me ajudam, um exemplo são os seguranças, de dez que encontro apenas um me oferece ajuda para descer ou subir escadas. Um outro problema seríssimo que aconteceu comigo foi no primeiro dia de aula, fui procurar saber onde era minha sala, e a atendente simplesmente nem olhou para o meu rosto e falou: olhe no mural, nós colocamos a relação de sala e professores no mural.

Nesse contexto de estruturas disponíveis na Universidade, refletir sobre o papel do docente também é fundamental para o processo de inclusão educacional no ensino superior. Para Castanho e Freitas (2006), a qualificação do profissional na educação superior, como agente de inclusão, demanda um conhecimento que vai além do científico, devido à realidade de incertezas, singularidades e conflitos de valores e limitações em sala de aula.

A relação aluno-professor e, por conseguinte, as metodologias adotadas em sala de aula foram citadas em diferentes momentos pelos estudantes durante as entrevistas, o que confirma a necessidade de se avaliar como vem sendo realizado e concebido o processo inclusivo dos estudantes com deficiência matriculados na UFBA, conforme relatos abaixo:

Os professores continuam dando aula como se não tivesse aluno com deficiência em sala, eles dão andamento ao planejamento de aula, não têm um plano ABC [...]. Os professores deveriam procurar compreender e mudar sua metodologia, e particularmente eu acho que deveria se tornar uma disciplina obrigatória para o professor entender como ocorre esse processo de inclusão entre as pessoas com deficiência (Iza).

Os professores, nem todos são comprometidos e responsáveis. Lembro sempre de uma frase

quando eles chegavam na sala e me falavam “Ah, esqueci de você” (Liz).

Eu devo admitir que tem alguns professores maravilhosos, que trabalham por dom, diferente de muitos que trabalham por dinheiro. Teve uma professora que perguntou: “Como vou resolver seu problema?” Daí respondi: O problema não é meu, o problema é seu! (Daniel).

Embora a atualização docente seja imprescindível para a formação do profissional, observamos diante dos relatos que alguns professores ainda não respondem adequadamente à demanda desse grupo de estudantes. Em sua maioria, os docentes utilizam uma metodologia tradicional, ou seja, uma didática que não contempla a diversidade de seus alunos, em especial, o aluno com deficiência visual, o que dificulta o aprendizado no acompanhamento das aulas de forma digna e com equidade em relação aos demais alunos.

Daniel fez um alerta sobre a necessidade de a instituição dialogar com o sindicato dos professores sobre a questão da PcD no ambiente universitário, principalmente, em relação ao acolhimento e às metodologias adotadas em sala de aula, em que os EcDV relatam se sentir desfavorecidos em relação aos demais, devido à didática praticada por alguns docentes:

[...] a inclusão, ela não é apenas uma placa na porta, ela precisa passar pela capacitação das pessoas que compõem todo sistema administrativo e educacional da universidade, e por conta da universidade ser tocada como se fosse uma microcidade com eleições, essa preocupação politiqueria interfere diretamente nesses aspectos, porque são poucos os administradores que querem se indispor com os sindicatos dos docentes.

Nesse cenário, Glat e Pletsch (2010) completam que a inclusão educacional é um grande desafio para a formação docente, entendendo que a universidade deve formar profissionais que não sejam apenas ferramentas de difusão de conhecimentos, mas, sobretudo, de novas atitudes e práticas que valorizem a diversidade de seus alunos.

De acordo com Lira (2014), as PcD necessitam, por sua vez, de acesso igualitário ao conhecimento, o que possibilita atuarem na mediação do processo de ensino-aprendizagem de maneira satisfatória as suas necessidades. Para isso, o docente deve estar preparado para receber diferentes perfis de estudante em sala de aula. As instituições devem preparar docentes, estudantes e técnicos administrativos para a inclusão educacional; os docentes, em especial, devem construir estratégias de ensino, adaptar o conteúdo e a metodologia, de modo que sejam efetivos à aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos.

Refletindo sobre o papel da Universidade, Ítalo acrescenta que:

[...] a universidade deve fazer com que o aluno faça parte daquele universo do pensamento universitário. O objetivo da universidade é formar e, através da formação, transformar e através da transformação: informar. Informar a todos que ali é um lugar de formação e de transformação. Mas essa formação e essa transformação, essa unidade deixa de ser uma unidade modificadora da sociedade quando não pensa uma política para todos em sua prática efetiva e inclusiva, onde dentro da própria universidade que se defende e se protagoniza transformadora social da informação, nós temos a exclusão e suas práticas excludentes dos seus próprios servidores, seja professores, técnicos e funcionários terceirizados.

Nesse contexto, enfatizamos a necessidade de analisar e compreender os procedimentos para adaptação de material didático

com vistas à inclusão de pessoas que apresentam deficiência visual. Nesse aspecto, o NAPE assume grande importância como setor responsável por apoiar pedagogicamente os estudantes com deficiência matriculados na UFBA e, assim, minimizar a dificuldade do EcDV no acesso aos recursos materiais.

O Núcleo oferece atendimento às pessoas com deficiência motora, visual e auditiva. São ofertados serviços tais como: apoio à inclusão do aluno com necessidade educacionais especiais (NEE) em todos os espaços e contextos; informação à comunidade universitária sobre a legislação e as normas educacionais vigentes que beneficiam esses estudantes; assessoramento técnico-pedagógico a professores e coordenadores de cursos; convênios com outros organismos e instituições que possam implementar programas de apoio em parceria; fornecimento de material didático especializado ou adaptado necessário ao aluno, quando houver disponibilidade (NAPE, 2009).

Além disso, o Núcleo realiza pesquisas na área da tecnologia assistiva, visando construir novas concepções e possibilidades tecnológicas para o estudante com NEE, contribuindo, dessa maneira, para a redução de barreiras enfrentadas na Universidade e, conseqüentemente, para a permanência e a formação desse estudante.

Por compreenderem a importância do Núcleo para o estudante com deficiência, especialmente o EcDV, os interlocutores deste estudo relataram o compromisso do setor com a formação acadêmica:

Gostaria de enfatizar mais uma vez o trabalho positivo do NAPE que com poucos recursos, estes são mínimos possíveis, mas eles procuram fazer um serviço de excelência. E dizer que eles mereciam uma melhor atenção da gestão da instituição da UFBA (Fabio).

No entanto, há também outros aspectos ressaltados sobre essa assistência que foram levantados pelos entrevistados, entre eles Daniel destacou:

Acho que o NAPE, no nome, carrega um tipo de ação que na prática ele acaba por transferir para a pessoa com deficiência, o ônus de uma dupla jornada e diversas dificuldades porque a instituição não se sente disposta a fazer um enfrentamento junto ao corpo docente onde reside a principal dificuldade.

Nessa observação, percebemos a necessidade de um diálogo do Núcleo e da coordenação dos cursos junto aos professores, com o objetivo de tornar as aulas de fato inclusivas e com metodologias igualitárias, que permitam acesso a todos os discentes pertencentes ao ambiente acadêmico.

Entre as dificuldades relatadas, os estudantes ressaltaram a demora dos professores em disponibilizar os textos, visto que, em sua maioria, precisam ser tratados e só depois adaptados para um arquivo digital. Eles explicaram que somente alguns professores já se preocupam em encaminhar os textos em *Portable Document Format* (PDF), facilitando a leitura em sintetizadores de voz.

Outros professores, no entanto, encaminham os estudantes para retirada dos textos impressos no setor de cópias – textos que nem sempre podem ser adaptados para PDF ou lidos por algum dos *softwares* sintetizadores de voz. Nesses casos, o material impresso deve passar pelo processo de edição realizado pela equipe técnica do NAPE. Rasuras que comprometam a qualidade do texto implicam em demora no trabalho de adaptação, dificultando o uso para o EcDV.

Essa situação também foi relatada por um entrevistado que teve seu ingresso ainda no período de implantação do NAPE:

Lembro que entreguei um livro para ser adaptado no formato digital e eles levaram um ano para me

devolver, então tive que buscar outras estratégias, outros caminhos (Ítalo).

A demora do retorno em tempo hábil, conforme solicitado pelo estudante, prejudica seu desenvolvimento no decorrer do curso; por vezes, esse aluno não contempla os prazos estabelecidos pelos professores para as atividades e avaliações.

Nesse contexto, os estudantes ressaltaram também a necessidade de expansão do Núcleo de Apoio no atendimento às demandas dos EcDV, como também chamaram atenção para a gestão institucional na disponibilização dos recursos e, conseqüentemente, na qualidade do atendimento para o público que procura o NAPE. Diante do exposto, fica evidente que precisamos sair do discurso teórico da legislação sobre o processo inclusivo educacional e aplicá-lo de fato nas Instituições de Ensino Superior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de EcDV no ensino superior é uma realidade em ascensão e a temática tem sido refletida em debates acadêmicos por ser objeto de pesquisas que abordam o tema da inclusão educacional associada à educação superior. Apesar de a literatura ser escassa, mas também por isso, o tema apresenta caráter relevante e inspirador. Com essa compreensão, iniciamos uma pesquisa com o objetivo geral de identificar como vem sendo realizado o suporte ao EcDV na UFBA, resultando neste estudo, com recorte, especificamente, relativo ao acesso aos recursos acadêmicos no período de 2012 a 2017.

As PcD, historicamente, vivenciaram um contexto de iniciativas isoladas, assistencialistas e insuficientes para proporcionar o apoio e o acolhimento necessários no sistema de ensino regular. Desse modo, a inclusão educacional é uma temática muito abrangente, que não avalia apenas o processo do acesso, mas também as condições oferecidas para que os estudantes permaneçam nas IES até a sua formação. Entre fatos e contextos expostos nas falas dos discentes agentes desta pesquisa, destacamos: a limitada acessibilidade na UFBA, nas diferentes dimensões, em particular,

algumas dificuldades quanto ao oferecimento de material didático acessível, que contemple as necessidades dos estudantes em tempo real.

Percebemos que existem processos e fatores internos e externos à instituição que produzem condições desfavoráveis à inclusão educacional dos EcDV. Entre os fatores internos, verificamos, na fala dos entrevistados, a necessidade de melhorias no sistema institucional de informação e de comunicação, desde o estágio da matrícula até a viabilização dos materiais didático-pedagógicos para os EcDV. Quanto aos fatores externos, há uma divergência entre as previsões legais e as ações governamentais para sua implementação.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) decreta que os sistemas educacionais sejam aprimorados, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. Em relação aos aspectos pedagógicos, a mesma Lei assegura a educação como direito da pessoa com deficiência, em todos os níveis de ensino, por meio de projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem de todos os estudantes.

Em descumprimento às orientações técnicas para a organização de espaços de convivência coletiva, no que refere à acessibilidade na UFBA, foi relatada a existência de barreiras que dificultam o deslocamento e a mobilidade dos EcDV no espaço acadêmico, prejudicando a autonomia acadêmica dos estudantes. Nesse mesmo sentido, foi descrita carência de rampas com indicadores em braille e piso tátil, inclusive no caminho do NAPE. A biblioteca central não dispõe de rampa de acesso e o elevador na entrada se encontra quebrado; não há vagas em estacionamento para pessoas com deficiência nas proximidades das salas de aulas. Percebemos, no meio acadêmico, preconceitos, barreiras e obstáculos, físicos e atitudinais, esses últimos, os mais relatados pelos estudantes nas entrevistas. Entraves dessa natureza, por sua vez, têm

grande influência tanto no acesso quanto na permanência desses estudantes na IES.

Identificamos, nas falas dos EcDV entrevistados, aspectos pedagógicos que dificultam a permanência desse público em seus percursos acadêmicos na UFBA. Em algum momento, as falas revelaram a inquietude dos estudantes em relação ao atendimento das suas necessidades específicas. A resposta da problemática foi corroborada nas narrativas dos estudantes com deficiência visual que retrataram desenvolvimento de algumas práticas, a exemplo da docente que em algum momento não atende a diversidade e os tempos diferentes de apropriação de saberes desses discentes. Posturas de professores, técnicos administrativos e colegas de sala revelam a busca de padrões de “normalidade”, acompanhada de barreiras atitudinais, manifestadas principalmente nas atitudes discriminatórias e nas manifestações do preconceito, muitas vezes, velado.

Para Diniz (2007, p. 23), “anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida, não o resultado de um catálogo universal e absoluto sobre os corpos com impedimentos”. Compreendemos que o processo inclusivo da IES envolve organização e aplicação de respostas educativas que permitam a adequação dos conteúdos e das estratégias pedagógicas, sobretudo, a eliminação de barreiras relacionadas com as posturas da comunidade educativa.

Nessa trajetória de escrita e escuta, observamos que a permanência dos EcDV na UFBA é um processo em andamento, que ainda não é satisfatório, apesar da existência de políticas públicas que garantam a esses estudantes o direito de êxito no ingresso e na permanência nas IES. No entanto, é importante ressaltar que a UFBA, IES investigada, demonstrou estar comprometida com o processo de inclusão educacional das PcD.

Os dados recolhidos revelam que os EcDV são pessoas muito determinadas, persistentes, diante de dificuldades e desafios vivenciados no ambiente universitário, a exemplo da continuidade dos estudos revelada por alguns dos estudantes entrevistados. Por

fim, esta pesquisa pode evidenciar que além de garantir o acesso, é necessária a criação de dispositivos de autonomia para o estudante com deficiência visual, em seu curso, sendo esses instrumentos necessários para seu acesso ao ensino de qualidade. Fica evidente, dessa maneira, que existe uma carência de maior eficácia, efetividade e garantia dos direitos assegurados nas políticas públicas já existentes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Instituída por meio da Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Brasília, 2015.
- BRASIL. **Normas Gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Instituída por meio da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2000.
- CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, p. 93-99, 2006.
- COUTINHO, M. M. A. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na educação superior e a construção de suas identidades**, Campo Grande. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2011.
- DALLABONA, K. G. A inclusão de deficientes visuais no curso superior na educação a distância. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 17., 2011, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, 2011.
- DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- FIALHO, J.; SILVA, D. O. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 1, p. 153-168, 2012.
- FIGUEIREDO, A. C., et al. Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre a educação inclusiva. In: SAMPAIO, S. M. R. (Org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 187-207.

FREITAS, Fernando. **O que é audiodescrição?** Fundação Dorina Nowill para cegos. S.l, 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. O papel da Universidade no contexto da política de educação inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 345-356, set./dez. 2010.

GUERREIRO, E. M. B. R.; ALMEIDA, M. A.; SILVA FILHO, J. H. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. **Avaliação**, v. 19, n. 1, p. 31-60, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: INEP/MEC, 2016.

LIRA, D. Acessibilidade na educação superior: novos desafios para as universidades. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: FAED/UDESC, 2014, p. 1-16. >. Acesso em: 9 maio 2017.

MARTINS, L. M. S. M.; SILVA, L. G. S. Trajetória acadêmica de uma estudante com deficiência visual no ensino superior. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 54, n. 41, p. 251-274, maio/ago. 2016.

MASINI, E. F. S. **O perceber de quem está na escola sem dispor da visão**. São Paulo: Cortez, 2013.

NÚCLEO de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais-NAPE. Salvador, BA, 2018. Disponível em: <http://www.nape.acessivel.ufba.br/index.html> Acesso em: 15 fev. 2017.

PIMENTA, C. M. F. M. **Acesso e permanência de estudantes com deficiência visual em uma Instituição de Educação Superior**. 2017. 239 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

SANTIAGO, C. A. **Políticas públicas e estratégias para a garantia da acessibilidade de alunos com deficiência: O caso do Campus de Salvador do IFBA**. 2014. 84 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed.
Rio de Janeiro: WVA, 2006.

A INFORMAÇÃO E SEU CARÁTER SOCIAL

Bruno Almeida dos Santos

Nídia M. L. Lubisco

1 INTRODUÇÃO

A evolução da sociedade humana promovida pelas tecnologias digitais levou ao que alguns teóricos conceituassem a sociedade contemporânea como da informação e do conhecimento. Jamil e Neves (2000) mostram que ocorreram modificações drásticas com o advento das tecnologias eletrônicas e telemáticas que determinaram o surgimento de novas ferramentas e equipamentos, os quais passam a exigir novas capacitações e especializações do sujeito ou para seu manejo; esta concepção, e sua prática, segundo Pierre Lévy (1993), atua como meio de expansão das potencialidades humanas e, conseqüente e intencionalmente, são capazes de potencializar as condições de melhoria no que se refere ao padrão de vida. O inverso desse aprendizado caracteriza a exclusão, que não é só tecnológica, mas, principalmente, social.

A sociedade humana viveu revoluções, como a agrícola, iniciada por volta do ano 10 mil a.C., e a industrial (século XVIII), que marcaram profundamente a história da humanidade. Vivemos, desde o século XX, a chamada revolução informacional e global, que vem provocando grandes mudanças em nosso meio econômico, político e social, a partir de uma nova forma de pensar e fazer. Nesse contexto, a informação, aliada ao conhecimento, assume um importante papel, criando assim, novas possibilidades de pesquisa e desenvolvimento.

Para Ramos (2008), a informação ocupa um lugar central na contemporaneidade, sendo que é através dela que cada setor da sociedade se organiza e define suas estratégias de ação; ela é um elemento essencial para a tomada de decisões de instituições e empresas em todo o mundo. Ante o exposto, torna-se relevante

compreendê-la na tomada de decisões, na resolução de problemas e no atendimento às necessidades informacionais das pessoas, bem como avaliar o seu valor social. Assim, o objetivo desta breve revisão de literatura é mostrar o caráter social da informação e seu papel na vida humana.

2 CONCEITO(S) DE INFORMAÇÃO

De acordo com Capurro e Hjørland (2007), a palavra informação tem suas raízes latinas (*informatio*) e é usada em dois contextos básicos: o ato de moldar a mente e o ato de comunicar o conhecimento. Porém, sua origem é grega, como informam estudos de Seiffert (1968) e Schnelle (1976), donde Capurro (1978) explorou a linhagem da palavra latina *informatio*, bem como seu desenvolvimento subsequente. Sobre o significado do termo, Capurro e Hjørland (2007) nos mostram que a palavra informação é empregada em várias áreas, com conceitos diferentes, dificultando a obtenção de uma definição específica para o termo, uma vez que possui diferentes acepções, a depender do contexto em que ela está empregada e a área com que ela se relaciona.

Moraes (2002) aborda que a polissemia referente à palavra informação vai crescendo na medida dos interesses que se consolidam em torno dela, na chamada Era da Informação: sejam interesses acadêmicos, que disputam a prioridade da “propriedade” ou mesmo novas organizações epistemológicas, em busca de afirmação de *status* de ciência primordial da informação; sejam interesses econômicos, que enfatizam o aspecto “pragmático” e operacional das “atividades” de informação; ou mesmo políticos e sociais, que destacam a função de dominação ou libertação que a informação vem ocupando na sociedade contemporânea.

Nos dicionários, como apresenta Ferreira (2004), a palavra informação é definida como o ato de informar alguma coisa ou o resultado desse ato. A partir dessa visão, o que se percebe é que a informação resulta de uma ação do verbo informar. Contudo, não se sabe se tem uma descrição sobre o que é esse ato de informar e nem

se faz uma descrição desse objeto, onde a ação de informar ocorre. Analisando o conceito da palavra informação, Moraes (2002, p. 48) afirma que:

A informação, a depender do enfoque que se queira atribuir-lhe, possui diferentes dimensões explicativas e conceituais. Mas, sempre é a representação de algo, '[...] é produzir um significado novo a algo [...]' (Fernandes, 1993: 136), a partir de uma seleção no universo de saberes. Essa seleção se dá segundo determinados interesses (“olhares”) que se sobressaem de acordo com as relações de poder e produção de saberes/tecnologias. Seleção que se dá a partir de específicos recortes da realidade, fragmentando-a segundo as intenções sobre o que destacar camuflar, deturpar... (Re) ligando os fragmentos sob uma determinada e específica ordenação.

Enfocando a palavra informação na área da Ciência da Informação, Pinheiro (2004) assevera que a informação é tradicionalmente relacionada a documentos impressos e a bibliotecas, quando, de fato, a informação de que trata a Ciência da Informação pode estar em diferentes formatos com que ela se apresenta – numa televisão, em um rádio, em um cinema, em um jornal, num livro, numa revista, em um computador, na Internet, em conversas diárias, numa comunicação científica, em uma patente, em um repositório, em uma base de dados, em objetos, numa fotografia, no registro magnético, em um arquivo, numa biblioteca digital, numa inovação da indústria, em um museu, em um memorial, em um centro de referência, informação ou documentação. Todos os campos de conhecimento “alimentam-se” de informação, mas poucos são aqueles que a tomam por objeto de estudo, e este é o caso da Ciência da Informação. Por outro lado, esta informação de que trata a Ciência da Informação se movimenta num território multifacetado, tanto podendo ser informação numa determinada área, quanto com determinada abordagem.

Para Araújo (2014), vários autores se dedicaram à ordenação sistemática dos conceitos de informação presentes na Ciência da Informação, porém, uma ampla sistematização foi apenas realizada por Rafael Capurro e Birger Hjørland. Eles identificaram quatro conceitos principais: o da teoria da informação (formulada por Shannon e Weaver); o da visão cognitiva (proposta por Bertram C. Brooks e desenvolvido por Nicholas J. Belkin); o da informação como coisa (sugerida por Michael Buckland); e o quarto, relacionado ao desenvolvimento de distintas teorias, como a análise do domínio, sociocognitivismo, hermenêutica e a semiótica. Araújo (2014) também exhibe em sua obra a sistematização de três conceitos de informação, elaborados por autores ligados a contextos variados, onde o primeiro está ligado a sua dimensão material, física, sendo o fenômeno estudado a partir de uma perspectiva quantitativa e positivista. O segundo conceito está voltado para a dimensão cognitiva, sendo a informação algo associado à interação entre dado e conhecimento e seu estudo está relacionado à identificação de significados, interpretações. E, por último, o terceiro conceito de informação é inserido no escopo da ação humana e no âmbito de contextos socioculturais.

Le Coadic (2004), teórico da Ciência da Informação, define a informação como um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), que pode ser apresentado na forma oral ou audiovisual. Neste caso, a informação seria tudo aquilo que é registrado seja em nossa memória ou em algum suporte. Ela também é conceituada como um arranjo de dados, que forma uma mensagem sobre determinado acontecimento ou evento.

Para Barreto (1994), a informação liga o mundo, além de participar da revolução e evolução do ser humano na história. Quando bem assimilada, ela produz o conhecimento, modifica o estoque mental de informações do ser humano e traz benefícios ao seu desenvolvimento e à sociedade em que vive. Por isso, ela se faz presente na vida dos indivíduos antes de seu nascimento e o acompanha durante toda sua vida. O ser humano sem informação é vazio de conhecimento e perdido em seu próprio tempo. Barreto

(1994) também afirma que a informação está associada ao conceito de redução da incerteza e que ela é identificada com o sistema de organização de identidades inanimadas ou de seres vivos racionais. Aqui, porém, analisaremos as características e qualidades da informação entre os seres humanos que habitam em espaço social, econômico, político e cultural. Mostraremos também o conhecimento das unidades voltadas para sua aquisição, processamento, armazenamento e disseminação.

3 UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Chamamos de Unidades de Informação (UI) ou Instituições Documentais (ID) as organizações, no sentido da Teoria Geral da Administração, cujas funções gerais são a coleta (reunião), a organização, a preservação e a difusão de coleções, documentos, fontes e outros recursos que conduzem à criação do conhecimento e respondem a necessidades informacionais de um indivíduo ou grupos de indivíduos. Vieira e Ardigo (2015) lembram que o termo UI teve a sua criação na França e estava relacionado às áreas de atuação dos profissionais da informação. Para Pompeu (1976, p. 8), “Centros ou unidades de informação são organizações [...], que utilizam os métodos e processos denominados de sistemas de informação, para produzir diversos tipos de serviços apresentados sob formas variadas”. Essas unidades abarcam os arquivos, as bibliotecas, os museus, os memoriais, os computadores, os centros de documentação, centros de informação, os centros de referência e outros espaços. De acordo com Tarapanoff, Araújo Júnior e Cormier (2000, p. 92),

As unidades de informação (bibliotecas, centros e sistemas de informação e de documentação) foram e são, tradicionalmente, organizações sociais sem fins lucrativos, cuja característica como unidade de negócio é a *prestação de serviços*, para os indivíduos e a sociedade, de forma tangível (produtos impressos), ou intangível (prestação de serviços personalizados, pessoais, e

hoje, cada vez mais, de forma virtual – em linha, pela Internet).

Silveira e Moura (2010), de forma similar aos autores anteriores, conceituam as unidades de informação como sendo instituições direcionadas para aquisição, armazenamento e disseminação de informações, podendo ser bibliotecas, centros e sistema de informação e de documentação com a especialidade na prestação de serviços para os indivíduos e a sociedade.

Essas unidades também são reconhecidas como organizações as quais, de acordo com Drucker (1993), são instituições sem fins específicos que englobam qualquer tipo de empresa, com o papel na Sociedade da Informação de integrar conhecimentos especializados, a fim de torná-los produtivos. Russo (2010) reconhece duas principais finalidades das unidades de informação: a primeira é atender às necessidades dos seus interagentes; e a segunda é facilitar o acesso à informação solicitada pelos interagentes, de forma rápida e com qualidade. López Yépez (1993) lembra que, como disseminadoras da documentação, a missão comum das unidades de informação ou instituições documentais é executar as operações inerentes ao processo informativo-documental, descritas a seguir:

- A incorporação da documentação no fundo documental (acervo) e conseqüente formação de depósitos documentais;
- O tratamento da documentação (identificação física, ordenação temática e descrição do conteúdo temático);
- A organização e conservação física da documentação acumulada;
- A difusão da documentação (objetivo final).

Quanto à classificação das unidades de informação, a maioria dos cientistas concorda com Otlet (1934). Esse autor partiu de uma análise inicial do documento e do livro como uma unidade; a seguir, fez a análise do conjunto, tomando o documento e o livro como um conjunto de unidades semelhantes. Depois ele identificou cada conjunto em organismo, explicando que cada denominação especificava o seu respectivo conteúdo principal. Assim, Otlet chegou à classificação final de cinco grandes unidades: as agências

de literatura e documentação; as bibliotecas; os arquivos históricos; os registros administrativos; documentação e gestão (escritórios, secretarias); e os museus (coleções de espécimes, objetos, modelos).

Moreiro (1998) apresenta, em sua obra, a combinação de uma pluralidade de critérios onde é possível a criação de uma variedade de modelos: a) materialidade da mensagem: impressa ou passageira; b) natureza da audiência: individual ou coletiva; c) distribuição de usuários: concentrados ou dispersos; d) distribuição das fontes: concentradas ou dispersas; e) estrutura da aquisição, armazenamento e acesso: centralizada ou descentralizada, orientação, gostos, desejos e tendências dos receptores; f) tipologia dos documentos fornecidos, de acordo com o seu conteúdo: documentos originais, referências, dados e diretórios; g) meios utilizados para difusão: oral, impresso, *online* e critério de função múltipla, que pode incluir: registro de informações de identificação dos documentos ou dados de qualquer tipo de prova documental, bem como aquisição e coleta de recursos de informação, análise, descrição e indexação, entre outras funções.

Atualmente, alguns autores têm preferência por classificar as unidades de informação ou instituições documentais pela maneira tradicional, apresentando-as como: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Porém, com a evolução informacional vivida nos últimos tempos, outros espaços também podem ser considerados unidade de informação, integrada ou não às instituições apontadas por essa classificação tradicional, como os centros de informação, os memoriais, os centros de referência, os centros de cultura, os sítios e os monumentos, as organizações internacionais, nacionais e regionais, entre outras. Ribas e Ziviane (2007) lembram que esses espaços, muitas vezes ocupados por um profissional da informação, são privilegiados de interação social, produção simbólica e circulação de conhecimento, tendo como objetivo primeiro promover a socialização do conhecimento e da informação, visando o favorecimento de uma sociedade inclusiva. Dessa forma, as unidades de informação não podem ser compreendidas apenas como ambientes dedicados ao acesso de materiais de informação, elas devem ser entendidas como espaços

abertos, de convivência e de caráter social, onde acontece o diálogo e a troca de informação.

4 O CARÁTER SOCIAL DA INFORMAÇÃO

Quando se fala em unidades de informação, entende-se como espaços de caráter social porque a informação nelas presente também apresenta essa mesma característica. A informação é algo essencial para vida individual e social do ser humano e isso pode ser percebido desde os primórdios da sociedade, quando o ser humano ainda fazia seus registros nas rochas, até os dias atuais, onde tudo gira em torno dela. Além disso, ela é necessária e útil aos indivíduos porque os incita a ter um olhar crítico dos fatos de sua realidade, possibilitando, assim, uma incorporação, reflexão, imaginação e assimilação de conhecimentos capazes de dar significados ao desenvolvimento de suas ações ou atividades. Goffman (2005), ao analisar o caráter social da informação, assegura que esse movimento obedece a um conjunto de signos verbais e não verbais comunicados eventual ou intencionalmente, total ou parcialmente nas interações entre os sujeitos, sendo a informação a representação daquilo que os sujeitos expressam de si e impressionam os outros.

No campo de estudos da Ciência da Informação, a informação social se desenvolveu e consolidou graças às contribuições de autores como HjØland, Capurro, Saracevic, Le Coadic, Frohmann, entre outros. Ramos (2008) lembra que a informação, vista como social, deu origem ao paradigma social da informação, onde ela é entendida e inserida nos processos e práticas sociais e culturais, deixando de ser vista apenas como um objeto físico ou um conhecimento isolado.

Para Moreira e Duarte (2016), o principal avanço do terceiro paradigma da Ciência da Informação, paradigma social, foi o de reconhecer o sujeito como parte de um contexto social, atuando sobre ele e sofrendo influências desse espaço. São esses indivíduos vistos no paradigma social como “[...] produtores de sentido, que se articulam em comunidades diversas, de diferentes naturezas: profissionais, étnicas, religiosas, sexuais, políticas, econômicas, etc”

(ARAÚJO, 2008, p. 11). Nesse sentido, nota-se que o campo da informação social tem uma grande preocupação com o ser humano e as relações que ocorrem no seu cotidiano, segmentos, classes e instituições sociais. Ramos (2008, p. 37) lembra que “[...] o campo da informação social entende a sociedade como um produto do homem e, ao mesmo tempo, o homem como um produto social”. É por meio desse entendimento que compreendemos a informação social como um atributo dos sujeitos sociais, originada a partir das práticas sociais, estruturada, codificada e sustentada pelo poder público (NASCIMENTO, 2007).

Com um olhar voltado para informação inserida na conjuntura das práticas sociais, Araújo (1999, p. 155) afirma que:

No contexto das práticas sociais, a informação é um elemento de fundamental importância, pois é por meio do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir deste momento, tomam decisões sobre suas vidas, seja de forma individual, seja de forma coletiva.

Observamos, assim, o importante papel da interação informacional, isto é, fazer com que os indivíduos sociais possam se comunicar e adquirir o conhecimento daquilo que é essencial para viver em sociedade. O poder da informação junto com os modernos meios de comunicação tem a capacidade de transformar culturalmente o ser humano e a sociedade onde ele vive (ARAÚJO, 1994). Em outras palavras, Belkin e Robertson (1976) consideram que a informação pode ser um elemento modificador das estruturas. Porém, para que essa informação seja um elemento ativo de transformação e modificação na vida das pessoas, é preciso que elas tenham o acesso a ela e possam usá-la. Através do acesso e uso da informação, o ser humano torna potente a sua capacidade de escolha, tomando decisões por si e pelo melhor da sociedade; assim “[...] o acesso à informação deixa de ser retórico para torna-se imprescindível, imperativo, vital, mesmo que de forma fragmentária,

como ocorre em períodos de exceção” (CASTRO, 2002, p. 2). Além do acesso, Marteleto e Nascimento (2004) indicam que os processos de produção, transferência e uso de informações são sociais e estão ligados ao desenvolvimento da sociedade.

Varela (2007) afirma que a informação é um bem social e que o seu uso em atividades sociais, educacionais e culturais pode trazer consequências marcantes ao estilo de vida das pessoas, assim como nas suas formas de trabalho e em seus conflitos. Essa mesma autora mostra também, em sua obra, que a informação é um fator fundamental para o convívio humano, constituindo um acontecimento formado socialmente, em diferentes níveis e espaços; ela existe onde há cultura, assim qualquer grupo social, tendo sido orientado para objetivos humanistas, é capaz de gerar, transformar, interpretar e disseminar informações.

Através de um processo educativo, a informação pode ser produzida, transferida, disseminada e recebida. E, por meio desse procedimento, ela permite ao sujeito social uma formação onde ele é capaz de desenvolver o conhecimento de si e do mundo e, assim, programar ações políticas em diferentes níveis, desenvolvendo uma cidadania ativa. Araújo (2001) considera que a construção da cidadania ou de exercícios de cidadania acontece, necessariamente, pelo uso e acesso à informação; isso porque tanto a conquista dos direitos políticos, como dos direitos civis e sociais, depende essencialmente do acesso livre à informação sobre tais direitos, como também de ampla circulação, disseminação e comunicação de informação sobre esses direitos e de uma discussão crítica sobre os processos que se desenvolvem no contexto social em questão.

Por meio do acesso e uso da informação, os indivíduos, além de conseguirem exercer sua cidadania, conseguem também assegurar os seus direitos sociais, a partir do momento em que se apropriam dessa informação e a utilizam como base para sua resistência e sobrevivência (CASTRO, 2002). Nascimento (2007, p. 60) conclui que:

Enquanto social, a informação se reafirma como um agente redutor de incertezas na relação entre

sujeito de direitos e o mundo vivido, como elemento singular na comunicação e harmonização de suas relações sociais. Em situações de risco à liberdade e/ou de perda de autonomia, a condição da informação (seja a do senso comum, da ciência ou social) é de partilha para compartilhamento, compondo o seu ciclo na relação com o sujeito: construção, comunicação e uso como um processo contínuo e retroalimentador do seu cotidiano.

Desse modo, pode-se inferir que a informação, com seu caráter social, tem o papel importante na vida dos indivíduos, como o de reduzir suas incertezas e harmonizar as suas relações sociais. A falta de acesso à informação pode fazer com que os indivíduos ou grupo de indivíduos não conquistem seus direitos e nem exerçam sua plena cidadania. A informação, assim, deve ser vista com a mesma preocupação com que se vislumbra a educação, a saúde, a moradia e qualquer outro bem social de direito coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que o presente texto possa ter trazido reflexões e entendimento sobre o caráter social da informação e seu papel na vida das pessoas. A informação, que tem seus aspectos físico, cognitivo e social, é essencial para a vida, tornando-se um bem social inserido nas diversas práticas e ações da humanidade. O que seria das pessoas se elas não tivessem acesso e usassem a informação? Talvez elas não conseguissem viver, sobreviver e se transformar, pois é através da informação que o ser social consegue se desenvolver e modificar a si e ao mundo onde está inserido.

Deste modo, acreditamos que possibilitar aos indivíduos o acesso e uso de informações pode ser um caminho para a transformação social e individual. O contrário disso pode fazer com que uma pessoa ou um grupo de pessoas não se desenvolva criticamente e culturalmente, não reduza suas incertezas, não se transforme, não conquiste seus direitos e nem exerça sua cidadania.

A informação é e sempre foi um elemento fundamental para o ser humano e a sociedade. Por isso, estudar esse fenômeno e disseminá-lo para as pessoas precisa ser uma prática diária de todo profissional da informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. Ciência da Informação: origem e evolução. In: ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014. p. 99-151.

ARAÚJO, E. A. de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, maio/ago. 1999.

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: práticas informacionais de organizações não governamentais – ONGs brasileiras. **Informação & Informação**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 31-54, jan./jun. 2001.

ARAÚJO, V. M. R. H. **Sistemas de recuperação da informação: nova abordagem teórico-conceitual**. 1994. 240 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BELKIN, N. J.; ROBERTSON, S. E. Information Science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science – JASIS**, v. 27, n. 4, p. 197-204, jul./ago. 1976.

CAPURRO, R. **Information: Ein Beitrag zur etymologischen und ideengeschichtlichen Begründung des Informationsbegriffs** [Information: A contribution to the foundation of the concept of information based on its etymology and in the history of ideas]. Munich: Saur, 1978.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, abr. 2007.

- CASTRO, A. L. S. O valor da informação: um desafio permanente. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 1-11, jun. 2002.
- DRUCKER, P. F. **La sociedade postcapitalista**. Barcelona: Apóstrofe, 1993.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- JAMIL, G. L.; NEVES, J. T. R. A era da informação: considerações sobre o desenvolvimento das tecnologias da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 41-53, jan./jun. 2000.
- LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 124 p.
- LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1993.
- LÓPEZ YÉPEZ, J. **La Documentación como disciplina: teoria e historia**. Pamplona: Eunsa, 1995.
- MARTELETO, R.; NASCIMENTO, D. M. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, p. 1-9, out. 2004.
- MORAES, I. H. S. **Política, tecnologia e informação em saúde**. Salvador: Casa da Qualidade Editora, 2002. 171 p.
- MOREIRA, F. M.; DUARTE, A. B. S. O paradigma social da informação e as teorias sociais: relações e contribuições. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 169-178, 2016.
- MOREIRO, J. A. **Introducción al estudio de la información y la documentación**. Medellín: Universidad de Antioquia, 1998.
- NASCIMENTO, L. A. L. **Direito à informação e direitos sociais no contexto do capitalismo contemporâneo**. 2007. 238 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2007.

OTLET, P. **Traité de documentation**. Bruxelles: Editiones Mundaneum, 1934.

PINHEIRO, L. V. R. Informação: esse obscuro objeto da Ciência da Informação. **Revista Morpheus**, v. 3, n. 4, p. 1-11, 2004.

POMPEU, Â. L. **Modelo para unidade de informação em organizações de pesquisa e sua contribuição para a utilização de tecnologia**. 1976. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, 1976.

RAMOS, L. B. **Centros de cultura, espaços de informação: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

RIBAS, C.; ZIVIANI, P. O profissional da informação: rumos e desafios para uma sociedade inclusiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 47-57, set./dez. 2007.

RUSSO, M. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SCHNELLE, H. Information. In: RITTER, J. (Ed.). **Historiches Wörterbuch der Philosophie, IV [Historical dictionary of philosophy, IV]**. Stuttgart: Schwabe, 1976. p. 116-117.

SEIFFERT, H. **Information uber die Information [Information about information]**. Munich: Bbeck, 1968.

SILVEIRA, S. M.; MOURA, M. A. Scripts de atendimento em call centers: uma visão de documentos eletrônicos. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 145-168, 2010.

TARAPANOFF, K.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H.; CORMIER, P. M. J. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, set./dez. 2000.

VARELA, A. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VIEIRA, D. C.; ARDIGO, J. D. Paradigmas da Biblioteconomia e Ciência da Informação: estudo de caso em uma unidade de informação especializada. **Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 124-137, jan./abr. 2015.

PLURALIDADE CULTURAL E IDENTIDADES: BREVES REFLEXÕES

Marcio Ferreira da Silva⁸⁰

1 A PLURALIDADE CULTURAL EM TEMPOS DE CRISE

Pensar a cultura, diversidade, identidade cultural, consiste em uma tarefa complexa. O que está posto como convenção, em certo grau, estabelecido e aceito como definições amplas e gerais sobre o pensar e significar a cultura não encontra unanimidade. Como afirma Garcia Clanclini (2005, p. 69), relativamente aos estudos da cultura, a única coisa que se pode julgar ou afirmar sobre a ocorrência de algum entendimento envolvido sobre a temática é, precisamente, a falta de consenso. Em linhas gerais, definições de dicionários destacam cultura compreendida como ato de cultivar. Deriva do latim *cultura*, vocábulo acolhido do alemão *Kultur*, e encontra no francês a derivação de *kulturell* (CUNHA, 2000, p. 233). Definições de cultura parecem parte de um mecanismo de sincrônico e submisso ao controle humano.

As definições se firmam na realidade e indicam o contínuo caminhar cultural associado às qualidades humanas perpetuadas como fruto de um processo de cooperação, transmissão entre os membros de uma sociedade. O que nos sugere, evidentemente, um domínio coletivo de um código de comunicação, vida em grupo, produção de elementos de identificação, etc. A linguagem funciona como elemento medular e desencadeador do processo de comunicação, potencializados por arranjos resultantes das interações humanas (LOGAN, 2012, p. 68-72). Possivelmente, por essas razões, encontramos acepções de cultura centrados em princípios como

⁸⁰ As discussões apresentadas neste capítulo fazem parte de tese defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp/Marília-SP.

civilidade, intelectualidade, evolução (progresso), refinamento (FERREIRA, 2004, p. 587); ora destacadas dão o tom da perspectiva devotada ao conceito de civilização, comumente associado à cultura como modo de viver (ABBAGNANO, 2007, p. 225). É a valorização do simbólico, das representações, do imaginário, inserida no cotidiano de referentes à trama social (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 47).

Podemos compreender cultura a partir de uma perspectiva de entendimento centrada nas atividades em que o ser humano, inclinado a interagir socialmente, altera o mundo, por envolver dois ramos de ação concreta sobre cultura, o espiritual e o material (FERREIRA, 2004, p. 587). Em sentido básico, cultura se refere ao processo de desenvolvimento do ser humano, persegue a sofisticação.

A visão predominante sobre cultura para o que não corresponderia ao padrão europeu, é usualmente classificada como inferior e marcada pela necessária inserção no processo de civilização. Essa perspectiva possui característica binária em sua essência, qual seja, a noção de cultura inferior e cultura superior reveladora de posicionamento etnocêntrico. Essa acepção é amparada por uma perspectiva dominadora alicerçada no poder político, bélico, econômico superdimensionada pelo momento de ebulição cultural e expansão do modelo de desenvolvimento baseado no capital. A percepção de cultura ocidental se delimita em compreender a evolução linear da cultura humana. Compreensão que outorgou ao ocidente o rótulo de cultura superior, ancorada, essencialmente, por meio do domínio econômico, político e racista.

A cultura, na qualidade de um termo específico, pode ser entendida como fator preponderante de herança social. Cada caracterização é variável, conforme Linton (2000, p. 86), sugere que a cultura deve ser pensada de forma mais extensiva ao conjunto de culturas existentes. As singularidades de cada indivíduo ou grupo compõem a herança social da humanidade. Entendemos que a cultura emerge no processo de diálogo, das tramas sociais. Sua complexidade se estende para além de um processo natural ou

biológico. Ainda assim, os contatos culturais se revelaram traumáticos para umas culturas, principalmente, àquelas subjugadas a categorias inferiores.

Os fatos seguintes à Segunda Guerra Mundial provocaram mudanças na agenda de discussões sobre as relações culturais. O surgimento do esforço mundial com a criação, em outubro de 1945, da Organização das Nações Unidas, lançou luz sobre questões referentes às culturas e à diferença. O marco inicial de um processo de reflexão desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, marcante para a desconstrução do paradigma simplista que categorizava e fundamentava, desde as colonizações europeias, as sociedades como superiores e inferiores (BORGES; MEDEIROS; D'ADESKY, 2009, p. 18-19). Outrossim, elege como o valor a diversidade para os direitos humanos e a interpretação baseada na universalidade, indivisibilidade e reconhecimento da diversidade (SILVA, 2011, p. 39) e pluralidade cultural.

2 CULTURA E PÓS-MODERNIDADE: ASPECTOS IDENTITÁRIOS À ORGANIZAÇÃO NEGRA

Para entender o que ocorre no plano local das trocas sociais, buscamos, neste trabalho, entender alguns elementos contemporâneos que afetam os grupos sociais que julgamos de extrema relevância à proposta deste capítulo. Para Perry Anderson (1999, p. 9-10), o surgimento do termo pós-moderno tem origem no contexto hispânico, por volta dos anos de 1930; antecipa-se ao surgimento na Inglaterra e Estados Unidos da América, quando Frederico Onís declinou o termo “pós-modernismo” como explicação ao “refluxo conservador dentro do próprio modernismo”. Contudo, Anderson afirma que a conotação filosófica da pós-modernidade ganha relevo com Lyotard ao considerar que a pós-modernidade se relaciona com o modo de rejeição e autocrítica da modernidade derivado da descrença nas metanarrativas.

Isso exposto, a modernidade se refere ao período histórico no qual o Iluminismo se caracterizava como o modelo valorativo da razão, visão alinhada com os propósitos delineados pelos ideais das

elites, cujo indivíduo está no centro, independente e encorajado em sua intelectualidade forjada no cerne da ciência, no conhecimento rígido por limite epistemológicos de um “[...]modelo totalitário na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautam [...] pelas suas regras metodológicas”, estágio transitório que transforma as ciências (SANTOS, 1989, p. 21).

Afloram, na pós-modernidade, análises e impasses acerca de temas caros à humanidade como ecologia, intolerância religiosa, direitos dos povos tradicionais e grupos excluídos socialmente, embate nas relações sociais intensificadas pelas novas tecnologias e crise das identidades. Desse cenário do século XX, grupos sociais reivindicam os espaços sociais; mulheres, negros e povos tradicionais avaliam a representação de suas narrativas, das contribuições e abordagens de resistência cultural, crítica ao racismo, xenofobia, machismo, dentre outros aspectos. Entretanto, a visão pós-moderna de tradução e representação da realidade estabelece uma linha dicotômica com o pensamento marxista. Em linhas gerais, atentamos para o aspecto também contraditório de que na pós-modernidade o capitalismo encontrou terreno para disseminar valores e defesa de uma economia livre.

Para Milton Santos, a globalização se notabiliza como “ápice do capitalismo”. Parte do arsenal estratégico da implantação dos elementos da globalização, as narrativas fantasiosas de “aldeia global”, entendimento centrado na instantaneidade da informação e coação das populações locais em crenças, fábulas produzidas. O “espaço e tempo contraídos”, miticamente, sugerem uma nova vida da qual todos terão acesso e se deslocariam com facilidade no globo, sensação de “[...] que o mundo é menor e as distâncias mais curtas” (HALL, 2001, p. 69). Longe disso, o que ocorre efetivamente é o aprofundamento das diferenças (SANTOS, 2001, p. 17-36), somado ao reducionismo e fragmentação cultural.

O aspecto polissêmico envolvido no termo cultura, destacado no início deste capítulo, indica um chão movediço, complexo, inclusive para compreender a identidade cultural. Em primeiro

lugar, por acreditar que está no contexto da diferença a matriz processual que marca as identidades e, em segundo, por se tratar de uma visão simbólica e social (BACZKO, 1985, p. 8, tradução nossa).

Em dado momento da passagem da modernidade à pós-modernidade, os referenciais passaram a se desintegrar no espaço social, a organização dos grupos sociais permitiu sensivelmente a composição e articulação de “reivindicações identitárias e multiculturais” à resistência cultural ao panorama “monocultural” (SEMPRINI, 1999, p. 40).

A branquitude se caracteriza pela questão identitária por valorizar um padrão simbólico de comportamento dominante na política, economia, cultura brasileira desde a colonização brasileira como:

[...] um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e o do racismo (CARDOSO, 2011, p. 81).

Negritude e branquitude indicam aspectos da sociedade brasileira que conservam e marcam a memória e resistência das populações escravizadas e vincula a representação do grupo dominante. Ao considerar os argumentos de valorização do branqueamento da nação e as barreiras no campo político, cultural e ideológico com fulcro de evitar a ascensão social das populações negras, no “[...] país que desenvolveu o desejo de branqueamento, [veremos que] não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não” (MUNANGA, 2004).

A identidade é concebida, segundo Taylor (1997, p. 45), pela pessoa que apresenta e se caracteriza com a finalidade de edificar sua condição humana. A tese defendida consiste no fato de que a construção da nossa identidade ocorre face ao “reconhecimento ou inexistência de reconhecimento”, ocorre via linguagens numa dimensão dual entre indivíduo e sociedade que, às vezes, advém de incorreção quanto à análise e prejudica pessoas, grupos, face o

reconhecimento distorcido que subjuga a cultura e desconstrói as representações. Nos fazeres biblioteconômicos, o processo de representação da informação afetados por representações sociais equivocadas, por exemplo, otimizam essas distorções e podem omitir ou esconder narrativas de grupos ou coletivos.

Para Castells (1999), a construção da identidade, em contexto sociológico, tem se estabelecido via “matéria-prima” fornecida das relações no contexto do campo do saber (geografia, história, biologia), instituições, “aparatos de poder”, na religião e na memória coletiva. No âmbito coletivo, por entender a identidade como uma construção imbricada em relações de poder, destaca três maneiras e origens de entender a identidade. Na primeira, a identidade legitimadora é elaborada por instituições dominantes que visam à expansão e à racionalização desse domínio sobre “atores sociais” comumente presentes nas abordagens que se voltam ao nacionalismo promovido por organizações estruturadas, disseminadoras de elementos que reforçarão a dominação.

A segunda é a identidade de resistência. Geralmente, é criada por atores sociais em posições desfavoráveis, seja por conta da desvalorização, da estigmatização e/ou da opressão pelos grupos dominantes. A terceira acepção apresentada é a identidade de projeto. Surge da iniciativa de atores sociais com base em “tipos de materiais culturais” para conceber a identidade com foco na reorientação da sociedade. Por exemplo, o caso do feminismo que faz frente ao patriarcalismo (CASTELLS, 1999, p. 24). Tão importante quanto as definições apresentadas por Castells, nos parece possível que cada resultado será distinto.

Nesse cenário de constantes tensões, as ações se pautam por articulações que visam à desobstrução do acesso das categorias e grupos marginalizados à produção cultural. Assim, uma das motivações articuladas por movimentos e grupos tem sido o multiculturalismo de viés crítico. Lembramos a presença inicial histórica de perspectivas multiculturais preocupadas exclusivamente com a manutenção de um *status quo* cultural exclusivo de uma nação. No intuito de aprofundar essa questão,

veremos adiante algumas ponderações históricas sobre o multiculturalismo, tomando o caminho pavimentado pela pluralidade cultural.

3 MOVIMENTOS MULTICULTURAIS E PERCEPÇÕES DAS NARRATIVAS

No multiculturalismo, os debates que originam abordagens do tema, verifica-se no núcleo de sua existência a questão da diferença (SEMPRINI, 1999, p. 8-11), imperativa nas abordagens de tom reivindicatório. A construção das identidades e sua valorização ganharam relevo e importância à formulação de estudos sobre a temática, alinhada com aspectos conceituais e históricos do multiculturalismo, envolvidos pelo cenário dinâmico vinculado à história e desenvolvimento cultural das nações mais desenvolvidas, principalmente, quanto às perspectivas referentes ao conceito de pluralidade cultural.

Sob o ponto de vista histórico, o termo multiculturalismo é apresentado pela primeira vez no contexto canadense (GOMARASCA, 2012), inserido nas estratégias de política do estado. Foi utilizada pelo primeiro ministro canadense na década de 1970, para explicar as políticas com vistas de estabelecer um novo espaço de relacionamento entre os diferentes grupos culturais existentes. A diversidade cultural urge como um problema.

Na cena norte-americana dos séculos XVIII e XIX, o grande número de imigrantes do ciclo migratório apresenta impulso para reflexões sobre a questão da pluralidade cultural via os impactos dos movimentos imigratórios para os tempos contemporâneos como fenômeno motivador de amplos debates sobre as diferenças culturais. As características das populações que povoaram os Estados Unidos da América marcaram um dos pontos cruciais do entendimento sobre as populações integradas reveladas por Alexis Tocqueville. Além da composição de imigrantes brancos, destacavam-se os indígenas (nativos) e negros (em condição escrava da África Ocidental) como aqueles que, por motivações variadas, passavam a integrar a sociedade norte-americana. Essas populações

carregavam elementos que compunham sua cultura, etnia e linguagem. As variações étnicas de grupos africanos com sua “língua, hábitos, costumes e tradições culturais” se transformariam em relevantes elementos à composição da cultura da nação (SILVA, 2001, p. 87). Esse processo migratório desencadeou discussões acerca de estado-nação simetricamente próximas de visões conservadoras de estruturação e proteção da cultura nacional.

Nessa acepção, o multiculturalismo surgiu sob uma perspectiva assimilacionista. Perfilado como uma primeira fase do multiculturalismo, o assimilacionismo consiste necessariamente em um posicionamento conformista dos grupos culturais e étnicos face a uma cultura dominante (CARDOSO, 1996, p. 10). As estratégias eram pautadas por um processo sistemático de descaracterizar as culturas marcadas como diferentes, proibição de expressões religiosas indígenas e africanas, com claro objetivo de provocar o “desenraizamento cultural”. A sociedade norte-americana foi edificada no sangue indígena e no persistente racismo sobre as populações negras urdido sob uma “corrente racista de tipo biológico” (SEMPRINI, 1999, p. 13-19), liberal, monocultural de caráter individualista.

Posteriormente, como o alvo do viés crítico multicultural, a presença majoritária do multiculturalismo assimilacionista é forjada para que as populações recém-chegadas fossem assimiladas pela vertente cultural dominante, terreno fértil à estruturação e valorização de discurso à emergência da narrativa cultural de valorização da memória e da cultura nacional, o Estado-Nação. Para implantação multicultural, a educação funcionou como um braço estatal estratégico para treinar filhos de imigrantes e introduzi-los ao idioma, costumes norte-americanos em ações compensatórias e ações afirmativas.

Multiculturalismo trata da inserção de diferentes culturas em uma mesma sociedade. Em sua conceituação mais geral, diz respeito ao fenômeno que objetiva estabelecer a coexistência de diferentes culturas em um mesmo espaço territorial. Santos (2003) discorre quão complexa tem sido a realidade no que se refere às definições

sobre o multiculturalismo, que em linhas gerais, tem-se firmado na aceção de compreender as culturas presentes nas sociedades 'modernas'. Sua complexidade se assemelha às dificuldades apresentadas para se definir o termo cultura. A pós-colonização e o crescente processo da globalização aprofundaram sensivelmente as desigualdades, aumentaram a densidade migratória do Sul para o Norte, o que permitiu inferir não ser possível distinguir com clareza as suas diferenças e olhar sobre as questões étnicas (SANTOS, 2003). Se por um dado instante seria possível associar aspectos específicos de uma cultura e diferenciá-la, contudo, na nova realidade multicultural isso não parecia ser possível.

O multiculturalismo tem convivido com certa dualidade crítica. Por um lado, a crítica dos conservadores, principalmente nos Estados Unidos, onde obtém espaço de ressonância, especialmente, por ir ao encontro das alterações migratórias (entrada dos ilegais, maioria da América Latina) e ocorrência das mudanças étnicas ocorridas na sociedade norte-americana. No outro extremo da crítica, estão os grupos considerados progressistas ou de esquerda. As críticas partem desde a consideração de que o multiculturalismo é um conceito eurocêntrico germinado no âmbito de uma política da cultura do Estado-Nação a considerações de que o termo é parte de uma estratégia estabelecida na globalização cultural do capitalismo multinacional (SANTOS, 2003, p. 28-32). Apesar das críticas, a perspectiva da qual se ergue o multiculturalismo está posta para identificar "as diferenças culturais" na conjuntura transnacional e global.

Outra característica relevante e associada ao multiculturalismo está na intenção de se contrapor a qualquer viés hegemônico e conservar articulações de autossuficiência e emancipatória. Obviamente, a perspectiva ora apresentada consiste no olhar crítico multicultural contemporâneo. Nesse sentido, o tipo de multiculturalismo crítico figura com características combativas, face ao reconhecimento de direitos de grupos étnicos para denunciar as desigualdades sociais (GOMARASCA, 2012).

Os movimentos sociais, com base em seu dinamismo social, são caracterizados como ações coletivas que visam promover

transformações de ordem política e social no cenário contemporâneo, ao combater ou denunciar as desigualdades a partir da identificação da insatisfação social. Desse modo, esses grupos articulam protestos, reivindicações de direitos, críticas e denúncias contra opressões. Esses movimentos foram surgindo pautados por momentos marcados historicamente para os quais contribuiu o multiculturalismo.

Nos Estados Unidos da América, por exemplo, a articulação dos movimentos afrodescendentes⁵ na luta pelos direitos civis e por políticas igualitárias foi um marco para as discussões étnicas norte-americanas, sobretudo, por inaugurar as bases de reflexões políticas, culturais e sociais estrategicamente abraçadas pelos intelectuais (professores universitários, advogados e outros profissionais liberais) e em suas pesquisas, que colaboraram com subsídios para compor metodologias e materiais didáticos para o ensino formal. Assim, a educação foi relevante enquanto estratégia dos movimentos de contornos étnicos no contexto estadunidense para sedimentar um caminho que interferisse diretamente na realidade (SILVA; BRANDIN, 2008), somadas a outras iniciativas como a formação dos *Black Studies* no fim da década de 1960. O *Black Studies* foi um movimento criado dentro das universidades norte-americanas com a instalação de departamentos de pesquisa cujo objetivo era proporcionar visibilidade e um espaço de debate sobre as questões de história, cultura, política e articulação entre grupos sociais da população afro-americana. O primeiro departamento foi criado em 1968 na San Francisco State University e, logo em 1969, espalhou-se por outras instituições como Havard, Yale e Columbia (GONÇALVES; SILVA, 1998).

No Brasil, os movimentos multiculturais contribuíram com amplos debates sobre racismo e questões de raça; o movimento negro é o mais atuante movimento do contexto multicultural voltado para a questão étnica. No tocante aos temas que a globalização e os deslocamentos culturais estabeleceram, o sexismo foi mais um que desafiou os movimentos em seu combate. O sexismo é definido como um comportamento caracterizado por buscar justificar as

desigualdades entre os sexos. Se for mulher negra, o problema se agrava quando racismo e sexismo estão articulados e traçam atributos peculiares à mulher negra e restringem sua atuação profissional (doméstica) (GONZALES, 1984). Em síntese, possui conotação depreciativa sobre a mulher e seu pressuposto de partida está no tratamento desigual comparado ao homem.

O preconceito contra a mulher não possui atributos exclusivamente negativos, constam, sobretudo, de atitudes positivas, fazendo crer na existência de um sexismo ambivalente. O sexismo ambivalente pode ser subdividido, segundo Formiga (2007), em duas categorias consideradas principais, “hostil” e “benévolo”. A primeira acepção apresentada pela autora consiste de maneira direta e irrefutável em preconceito que ergue colunas divisórias, crenças, práticas, “[...] antipatia e intolerância ao seu papel como figura de poder e decisão”. O sexismo benévolo, por sua vez, refere-se aos tratamentos diferenciados entre homens e mulheres com características, como vincular atributos de fragilidade por ser mulher, como justificativa positivista (FORMIGA, 2007).

No Brasil, segundo Carneiro (2003), o movimento feminista é um dos mais respeitados no mundo. O feminismo se ergue nos anos de 1960 como o novo movimento social (HALL, 2001, p. 44), conjuntamente com “revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas [...]”. Nos anos de 1970, o *Women Studies* norte-americano foi relevante ao redefinir conceitos a partir de contestações, principalmente, à abertura do espaço acadêmico e participação em estudos da cultura. Escosteguy (1998, p. 2) atribui a Stuart Hall o reconhecimento da participação e influência feminina sobre aspectos relacionados aos Estudos Culturais:

[...] a abertura para o entendimento do âmbito pessoal como político e suas consequências na construção do objeto de estudo dos Estudos Culturais; a expansão da noção de poder que, embora bastante desenvolvida, tinha sido apenas trabalhada no espaço da esfera pública; a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão da própria

categoria 'poder'; a inclusão de questões em torno do subjetivo e do sujeito; e, por último, a reabertura da fronteira entre teoria social e teoria do inconsciente – psicanálise (ESCOSTEGUY, 1983, p. 2).

O reconhecimento do posicionamento político do movimento feminista, traço presente no âmbito nacional, tem contribuído à elaboração e reivindicação de políticas públicas para promoção da igualdade de gênero e combate da discriminação nos espaços sociais (educação, trabalho, política, ciência), democratização do Estado, combate à violência doméstica, entre outras iniciativas (CARNEIRO, 2003).

Entre as conquistas mais recentes no combate à violência, destaca-se a criação da Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha. Bandeira (2009), ao analisar três décadas de movimento feminista no Brasil, aponta que as ações que pautaram a luta de combate à violência contra a mulher foi um dos motes inseridos no debate contra as formas de comportamento de inferiorização (sexismo) da mulher, lutas que foram “desencadeadas pelas mulheres contra padrões, papéis e normas de comportamentos culturais e sociais desiguais que lhes foram impostos e que hierarquizam os sexos” (BANDEIRA, 2009).

Como assinalado anteriormente, as reações e reivindicações monoculturais ocorrem no contexto em que grupos sociais são identificados. Segundo Semprini (1999, p. 59), consiste no “processo de marginalização de um conjunto de indivíduos que o torna homogêneo e o constitui enquanto grupo”.

Diante do exposto, os movimentos multiculturais apresentaram pautas reivindicatórias, participação e representação de grupos face à sociedade heterogênea no que se refere ao gênero, religião, raça, culturas, dentre outros. Esses movimentos lançaram críticas à abertura dos espaços de poder aos grupos que compõem a sociedade em discutir os conflitos, desigualdades sobre a questão da diferença e os padrões de comportamentos generalizadores que excluem e descartam a pluralidade de pensar, agir e produzir

conhecimento. Têm contribuído fortemente à cena cultural, política, científica para dar voz as outras narrativas e discursos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cena multicultural, a diversidade e compreensão das múltiplas narrativas dos grupos sociais exige de profissionais bibliotecários e cientistas da informação atuações comprometidas com o acesso às informações produzidas sobre e pelos grupos, a saber: grupos indígenas, afrodescendentes, LGBTQI+, feminino e outros que têm sido objeto de pesquisas na área com variadas análises que sustentam o potencial de desempenho.

Na elaboração de serviços e produtos de informação voltados para o movimento indígena (AGUILAR, 2009), e na abordagem técnica sobre os povos indígenas durante o processo de descrição de conteúdos informacionais, se realiza diagnóstico quanto à necessidade de cabeçalhos de assuntos que representem o conteúdo e, não menos importante, de autores e autoras, produtores e responsáveis pelas obras que apresentam os discursos desses grupos (FRANCA; SILVEIRA, 2014). Pinho (2010) e Milani (2010) ressaltam os aspectos éticos sobre temática e terminologia referente às escolhas de representação e eventuais ambiguidades terminológicas que resultem em “desvios” sobre grupos LGBTQI+ e feminino. Assim como, pesquisas sobre informação musical associada ao *Reggae* com foco na identidade afrodescendente (SILVA JÚNIOR; SILVA; LIMA, 2012) ou que identificavam e apontavam a carência de um Tesouro Afro-Brasileiro (LIMA; KROEFF; RIBEIRO JÚNIRO, 2014).

Contudo, o que se expôs até aqui sem intenção de esgotar o tema, lança luz sobre diversos aspectos da trama social e de crítica e exige diálogo permanente dos profissionais da informação. Posicionamentos reivindicatórios de valorização dos discursos, pautas vinculadas ao tratamento da informação e representação adequados da informação em uma sociedade complexa, diversa que disputa espaço de poder. Assim, a cultura, a política, a religião, os padrões de comportamentos, as fronteiras científicas demandam compressões sobre a cena multicultural.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fortes, 2007.
- AGUILAR, A. O indigenismo na era da informação. **PontodeAcesso**, v. 3, n. 2, p. 158-191, 2009.
- BACZKO, B. **Los imaginários sociales: memórias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1985.
- BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência femininano Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade & Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p.401-438, maio/ago., 2009.
- BORGES, E.; MEDEIROS, C. A.; D'ADESKY, J. **Racismo, preconceito e intolerância**. 7. ed. São Paulo: Atual, 2009.
- CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- CARDOSO, L. O branco-objeto: O movimento negro situando a branquitude. **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 91-93, 2011.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, set./dez., 2003.
- CASTELLS, M. O poder das identidades. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua português**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- ESCOSTEGUY, A. C. A contribuição do olhar feminista. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 1-11, jan./jun., 1998.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário de língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- FORMIGA, N. S. Valores humanos e sexismo ambivalente. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Niterói, v. 19, n. 2, jul./dez., 2007.
- FRANCA, A. S.; SILVEIRA, N. C. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **Transinformação**, v. 26, n. 1, p. 67-76, 2014.
- GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. **O Jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, n. 2, p. 223-244, 1984.

GOMARASCA, P. Multiculturalismo e convivência: uma introdução. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XX, n. 38, p. 11-26, jan./jun. 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JAPIASSU; H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LIMA, G. S.; KROEFF, M. S.; RIBEIRO JUNIOR, D. I. Tesouro Afro-Brasileiro: uso estratégico para organização e recuperação de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ECI, UFMG, 2014.

LINTON, R. **O homem: uma introdução à antropologia**. 12. ed. São Paulo: Martins Fortes, 2000.

LOGAN, R. K. **Que é informação?** A propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC Rio, 2012.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras**. 2010. 149 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único ao pensamento universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SILVA, S. J. A. **As Nações Unidas e a luta internacional contra o racismo**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

SILVA, A.; BRANDIN, M. R. L. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. **Diversa**, v. 1, n. 1, p. 51-66, jan./jun., 2008.

SILVA JÚNIOR, J. F.; SILVA, L. K. R.; LIMA, I. F. Informação musical: Construindo a identidade através do reggae. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

TAYLOR, C. **Multiculturalismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

EXPERIÊNCIA E MEDIAÇÃO NA LITERATURA: UM ESTUDO DO PROJETO TERTÚLIA LITERÁRIA BETIM

Eni Alves Rodrigues

1 LITERARIEDADE E LEITURA LITERÁRIA: UM ESPAÇO DA FRUIÇÃO

O texto, para propiciar uma leitura literária, precisa primeiramente ser considerado literário. Mas devemos nos perguntar o que é considerado um texto literário e o que é considerado um texto não literário. Segundo Graça Paulino (2017):

A leitura se diz literária quando a ação do leitor constitui predominantemente uma prática cultural de natureza artística, estabelecendo com o texto lido uma interação prazerosa. O gosto da leitura acompanha seu desenvolvimento, sem que outros objetivos sejam vivenciados como mais importantes, embora possam também existir. O pacto entre leitor e texto inclui, necessariamente, a dimensão imaginária, em que se destaca a linguagem como foco de atenção, pois através dela se inventam outros mundos, em que nascem seres diversos, com suas ações, pensamentos, emoções. (PAULINO, 2017 apud CEALE, 2017, s.p).

O texto precisa passar por espaços de legitimação que o classifique como literário e o distinga dos demais textos encontrados na cultura letrada. Quanto a esta diferenciação, um dos princípios que pode determinar um texto como literário ou não é seu caráter estético, ou seja, um texto no qual haja intencionalmente o uso de estratégias linguísticas em sua elaboração. Durante muito tempo, os textos considerados literários eram apenas aqueles carregados de

rebuscamento linguístico e que narravam, através da imaginação e com subjetividade, aspectos da vida humana.

Na contemporaneidade, a classificação de um texto como literário vai além da estética literária, pois há uma preocupação maior com o lugar que ocupa na comunidade letrada do que propriamente do gênero textual e dos recursos de linguagem neles adotados. Sendo assim:

Determinar uma obra como literária é remontar na linguagem a sua função estética, de modo que o objeto literário traga em si não uma literatura, mas uma literariedade, isto é, aquilo que torna determinada obra uma obra literária. (ROSA, 2015, p. 2).

Nesse sentido, uma obra escrita pode ser considerada literária pelas particularidades específicas da estética de sua constituição e do tipo de interlocução existente com seus leitores. Temos como exemplo dessa premissa o gênero memorialístico dos diários, que tanto podem ser adotados com objetos de estudos da História como da ciência literária. Acrescentamos a este exemplo que “a memória poética tem possíveis elos com a construção de uma memória cultural e, sobretudo, pública, considerando a tensão que marca a relação entre memória e poesia” (RIBEIRO, 2004, p. 29). A relação estabelecida com o texto produzido vai dizer muito do lugar que lhe será conferido no rol da tipologia textual; depois de ser legitimado como Literatura, ainda poderá ou não ser inserido num cânone literário.

Sobre a interação texto e leitor, Iser (1983) propõe um deslocamento do pensamento estruturalista da literatura em si mesma para discutir o aspecto social da leitura. Essa discussão insere mais um ponto na ciência literária e engloba um relevante aspecto no jogo da leitura: o leitor. Desde o momento da escrita do texto o autor

conta com um “leitor modelo”⁸¹ para que a produção de sentido almejada possa ser alcançada. Nesse momento da interação, texto e leitor, a sociedade e a cultura, serão fatores influenciadores das infinitas produções de sentidos possíveis na leitura de um texto.

Em textos literários, temos a necessidade de um leitor interagindo com a obra escrita, podendo ser apenas aquele imaginado pelo autor. Portanto, é interessante refletirmos como o indivíduo recebe o objeto literário. Nesse sentido, Jauss (1979) vem acrescentar à teoria literária a estética da recepção. Em suas reflexões, Jauss propõe que os aspectos diacrônicos e sincrônicos da obra sejam considerados e afirma também haver importante relacionamento entre a literatura e a sociedade. O leitor passa a ser um aspecto relevante para o objeto literário, influenciando sua produção, seja nos recursos da linguagem bem como nos recursos estéticos utilizados na confecção de uma obra. O estudo da recepção da obra literária pelo leitor investigará não só os índices de compreensão cognitiva do texto, mas também o quanto este causa estranhamento ao leitor e o quanto o leitor vai gostar ou não do texto.

O contato do leitor com a leitura do texto literário, longe das amarras das leituras escolarizadas ou da busca exclusiva de conhecimento científico (mesmo que esse, muitas vezes, possa ser produzido em leituras literárias), vai propiciar ou não uma leitura de fruição. A obtenção de deleite com a Literatura não é simples, pois esta é uma arte que não depende apenas de habilidades sensoriais, como a Música, Teatro, Pintura, dentre outras. Na leitura literária, a fruição exige habilidades cognitivas, experiências de mundo e outros recursos, pois “só se pode gostar daquilo que se entende e compreender o que se aprecia” (ZIBERMAM, 1989, p. 53). Podemos afirmar que as habilidades cognitivas e funcionais de leitura apresentam níveis: primeiramente, o leitor se aproximaria daquilo que compreende e gosta por algum motivo, e, depois gradativamente começa em categorias literárias mais complexas, obtendo, assim, um bom índice de compreensão e de fruição do texto literário. Acredita-

⁸¹ ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

se que toda leitura produzirá sentido para o leitor; porém, leitores com vivências e habilidades aprimoradas de leitura podem aumentar e pluralizar os sentidos alcançados em contato com a obra literária.

Assim sendo, a ampliação da fruição da leitura literária pode ser exponenciada com a mediação da leitura, deslocando esta do estereótipo de ler literatura apenas para viajar. Uma bússola literária, vinda da mediação, pode ser uma opção para que este viajante literário faça seu próprio roteiro, conhecendo os pontos turísticos já marcados, mas indo além, explorando outros lugares e fazendo conexões ainda não mapeadas no texto literário. A importância da leitura literária para o cidadão é, muitas vezes, questionada, como podemos observar no trecho seguinte:

E muitos perguntam: por que a leitura literária deveria ser tomada como uma competência socialmente relevante hoje? Retornando ao que foi destacado no início desta exposição, lembremos que os textos informativos tendem a dominar uma situação social de premência e falta de tempo para acesso a dados que se multiplicam com rapidez, tanto em contextos científicos quanto em contextos midiáticos. As motivações para a leitura literária teriam de ultrapassar esse contexto de urgência e serem encaradas em nível cultural mais amplo que o escolar, para que se relacionem à cidadania crítica e criativa, à vida social, ao cotidiano, tornando-se um letramento literário de fato, ao compor a vida cotidiana da maioria dos indivíduos. (PAULINO, 2015, p. 9).

A leitura literária pode produzir sentidos não apenas imaginários; ela pode ser relevante para a compreensão da realidade e até promover mudanças significativas na vida de um leitor. As reflexões críticas, estéticas podem ser melhor alcançadas em espaços de compartilhamento de leitura e com mediação de leitores experientes ou de leitores críticos de Literatura.

2 A MEDIAÇÃO LITERÁRIA EM ESPAÇOS DE COMPARTILHAMENTOS DE LEITURAS

Na contemporaneidade, a intitulada Sociedade de Informação é marcada pela falta de perenidade e de profundidade dos textos nas mídias e redes sociais. Nos textos literários, vemos reflexos disso no aumento das publicações de biografias e textos curtos de personalidades da mídia social. Nesse ambiente de volatilidade da informação e da falta de concentração na leitura, encontrar leitores de textos densos e não midiáticos tem sido tarefa árdua. Reunir leitores de Literatura presencialmente se torna algo muito difícil de ser realizado. Ações que oferecem espaços de debate literário, que não sejam acadêmicos, mercadológicos ou derivados destes, não são muito comuns. Se na realidade virtual tem sido comum viver compartilhando experiências, por que não compartilhar experiências de leituras? Ainda mais, por que não ir além do compartilhamento destas nas redes sociais e resgatar o prazer da convivência com outros leitores presencialmente? Nesse sentido, Cosson (2014) analisa a importância dos círculos de leitura:

Os círculos de leitura possuem um caráter formativo, proporcionando uma nova aprendizagem coletiva e colaborativa ao ampliar o horizonte interpretativo da leitura individual por meio do compartilhamento das leituras e do diálogo em torno da obra selecionada [...] (COSSON, 2014, p. 138).

Os espaços socioculturais que buscam alcançar os leitores e oferecer competências literárias, longe das cobranças e das lições necessárias das leituras escolarizadas do texto em sala de aula ou em outros espaços socioculturais, visam ir muito além de compartilhar leituras literárias e vivências de mundo. Esses projetos de leitura buscam empoderar o leitor e suas leituras, disseminar as leituras lidas, subir o nível da produção de sentido das leituras realizadas e (por que não?) produzir autores de literatura.

A experiência de leitura literária para um nível de excelência ideal “exige atenção, concentração, disciplina, já que o texto literário se caracteriza pela pluralidade de sentidos e pela potencial intertextualidade que oferece” (BELMIRO, 2015, p. 101). A fim de propiciar essas competências, surge o papel do mediador nos projetos de compartimento de leitura, o que não se encontra em espaços de compartilhamento virtuais. A mediação não é o espaço de autoridade de um professor de literatura ou de um crítico literário, pois o mediador precisa ser aquele que vai guiar o leitor para o encontro com as muitas possibilidades de leitura de um texto literário e oferecer ampliação gradativa do nível de leitura dos participantes.

O mediador de leitura necessita estar sempre pautado pelo respeito à diversidade dos participantes e, especialmente, respeitar os direitos do leitor, os quais são enumerados por Penac (1997):

- I - O direito de não ler.
- II - O direito de pular páginas.
- III - O direito de não terminar um livro.
- IV - O direito de reler.
- V - O direito de ler qualquer coisa.
- VI - O direito ao bovarismo (doença textualmente transmissível).
- VII - O direito de ler em qualquer lugar.
- VIII - O direito de ler uma frase aqui e outra ali.
- IX - O direito de ler em voz alta.
- X - O direito de calar. (PENNAC, 1997, p. 121).

Os direitos de leitor, ao ler uma obra, passam primeiro pelo direito à Literatura, como reflete Antonio Candido ao declarar que:

Podemos dizer que a literatura é o sonho acordado das civilizações. Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim,

confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. (CANDIDO, 1989, p. 111).

No intuito de levar os cidadãos ao exercício de seu direito humano à leitura, surgem projetos de leitura para propiciar o compartilhamento de conhecimentos e leituras; um deles é o Tertúlia Literária Betim, sobre qual discorreremos no próximo item deste texto.

3 TERTÚLIA⁸² LITERÁRIA BETIM – UM ESPAÇO EFETIVO DE MEDIAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE LEITURAS

Tertúlia Literária Betim é um projeto de compartilhamento de leituras da Biblioteca Pública “Leonor de Aguiar Batista” inspirado pela participação no Projeto de Extensão Universitária Tertúlia Literária da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE-UFMG), em 2013. O projeto Tertúlia Literária Betim iniciou em 2014 com o tema “Infância na Literatura”, sob coordenação da bibliotecária autora deste texto; com a equipe participante do Tertúlia Literária da FaE-UFMG, o projeto foi implantado a cidade de Betim-MG, na biblioteca pública. No ano em que se iniciou, contávamos com oito pessoas na equipe; este número foi reduzindo, e hoje contamos com apenas quatro, incluindo a coordenação. O projeto na UFMG era voltado a professores; no Tertúlia Literária Betim, o público-alvo foi modificado para os leitores em geral, visando contemplar aqueles que tivessem interesse pela leitura literária e pelo compartilhamento das suas impressões de leitura de uma obra.

Tertúlia Literária Betim é um projeto que reúne leitores para falar de suas experiências de leitura de textos literários em encontros mensais e podemos classificá-lo, segundo Cosson (2014), como um círculo de leitura. Os participantes leem livros de literatura previamente selecionados e se reúnem na biblioteca. Esses encontros

⁸² Assembleia literária.

acontecem mensalmente na biblioteca pública de Betim ao longo do ano. Nesses encontros, são compartilhadas experiências de leitura dos participantes com a intervenção de um mediador (escritor, estudioso da obra ou do autor, professor(a) de literatura ou leitor experiente). Os mediadores são escolhidos pela coordenação na *network* da equipe e dos tertulianos. Nos dias que antecedem essa sessão presencial, os participantes acessam o grupo de discussão *online* em redes sociais (*Facebook* e *WhatsApp*) e o *blog* do projeto (suspensão temporariamente) para trocarem informações sobre os autores e sobre as temáticas abordadas nos livros, lerem outros textos, assistirem vídeos, ouvir uma música relacionada à leitura e, ainda, compartilhar impressões individuais, formular ou responder a perguntas postadas pelos participantes e equipe partícipe.

O projeto Tertúlia Literária Betim teve seu desenho adaptado das premissas do projeto da UFMG. Contudo, tem vida própria desde a modificação do público-alvo até os objetivos específicos a serem alcançados. Assim, a equipe responsável relacionou para o projeto os seguintes objetivos específicos:

- Constituir um espaço de interlocução no qual os leitores e mediadores de leitura conversem sobre obras literárias;
- Criar um ambiente que estimule a apreciação estética da Literatura;
- Estimular os participantes a irem além de leitores de Literatura;
- Criar condições para que os participantes possam vivenciar coletivamente o prazer de ler;
- Incentivar a criação de bibliotecas pessoais;
- Propiciar aos cidadãos o acesso às obras literárias e motivá-los a frequentar as bibliotecas públicas, fortalecendo a inclusão cultural.

O projeto Tertúlia Literária Betim é organizado pela equipe de funcionários da Biblioteca Pública de Betim e constituído de oito encontros presenciais e horas não presenciais para leitura e participações *online*, nas quais há discussões, informações e trocas de experiências. Os participantes e mediadores recebem certificados de

participação. No caso dos participantes, além das horas presenciais (três horas em cada encontro), são adicionadas horas para a leitura das obras e para as participações *online*, perfazendo assim, um total de 90 horas.

Todos os elementos do momento da tertúlia são voltados para a socialização da leitura da obra. Um especial cuidado é utilizado na preparação do lanche, na ambientação do espaço no qual cada encontro é realizado; tudo gira em torno dos textos selecionados. Trechos das obras selecionadas são utilizados na confecção de marcadores de páginas e na decoração do ambiente. Contudo, o projeto também se depara com obstáculos à realização plena. Um deles é a falta de financiamento para bibliotecas públicas e seus projetos literários. No Tertúlia Literária Betim não é diferente; falta financiamento para comprar obras em número suficiente para atender aos tertulianos que não podem comprar as obras e também para remunerar mediadores, dentre outras necessidades.

Apesar das dificuldades de execução, o projeto tem sido realizado sem interrupção por cinco anos (em 2019 estamos na 6ª edição) e cada encontro é um momento único de deleite literário. Na sessão presencial mensal do projeto, o mediador dialoga sobre o livro e estimula a discussão sobre as leituras realizadas no período. A conversa sobre o livro lido é o ponto principal do Tertúlia Literária Betim. A importância da socialização literária pode ser vista no trecho a seguir.

[...] ler implica compartilhar espaços, construir pensamentos e aumentar as aprendizagens e as motivações educativas. Uma das consequências dessa perspectiva é compreender a leitura não como um processo individual, mas sim coletivo. (BELMIRO, 2015, p. 5).

Na busca de socializar as leituras e promover o aumento do nível de leitura dos participantes, foi adotada a sequência de temas e obras do Projeto de Extensão Universitária Tertúlia Literária da FaE-UFMG, com intervenções dos conhecimentos da equipe do Tertúlia

Literária Betim e de sugestões dos participantes. No Quadro 1, apresentamos quais foram os temas e obras de cada edição do Tertúlia Literária Betim.

Quadro 1 – Tema, ano, títulos dos livros lidos, autores, de acordo com cada edição do Projeto Tertúlia Literária Betim.

Edição/ Ano	Tema	Livros lidos	Autores
2014	A infância na literatura	Meu pé de laranja lima	José Mauro de Vasconcelos
		O menino do pijama listrado	John Boyne
		Indez e Por parte de pai	Bartolomeu Campos de Queiroz
		O pequeno príncipe	Antoine Saint-Exupéry
		O menino do dedo verde	Maurice Druon
		Éramos seis	Maria José Dupré
		Minha vida de menina	Helena Morley
		Infância	Graciliano Ramos
		Miguilim	Guimarães Rosa
2015	O amor na literatura	Romeu e Julieta	William Shakespeare
		Histórias de amor	Rubem Fonseca
		Amor de perdição	Camilo Castelo Branco
		Diário de uma paixão	Nicholas Sparks
		A hora da estrela	Clarice Lispector
		Amor nos tempos do cólera	Gabriel García Márquez
		Helena	Machado de Assis
		Beijo de Lua	Edinéia Alves (Betinense/tertuliana)
		Bagagem	Adélia Prado

Continua

Continuação

2016	O crime na literatura	Histórias extraordinárias	Edgar Allan Poe
		O crime do padre Amaro	Eça de Queirós
		Édipo Rei	Sófocles
		Travessuras da menina má	Mário Vargas Llosa
		Crime e castigo	Fiódor Dostoiévsk
		O Xangô de Baker Street	Jô Soares
		No limite da alma	Ieda Alkmim (Betinense)
		Livro do desassossego	Fernando Pessoa
2017	O feminino na literatura	Uma morte muito suave	Simone de Beauvoir
		Memorial de Maria Moura	Raquel de Queiroz
		Lucíola	José de Alencar
		A menina quebrada	Eliane Brum
		A distância entre nós	Thrity Umrigar
		Quarto de despejo	Carolina Maria de Jesus
		Divã	Martha Medeiros
2018	Memórias na literatura	Homens e anjos	Luciana Oliveira (betinense/tertuliana)
		Na minha pele	Lázaro Ramos
		Paula	Isabel Allende
		Cazuza	Lucinha Araújo
		Infiel	Ayaan Hirsi Ali
		O sapo que queria ser príncipe e O velho que acordou menino	Rubem Alves
		Rita Lee	Rita Lee
		Olga	Fernando Morais
Histórias e viagens	Djanir Arantes Aguiar (betinense)		

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Algumas alterações foram propostas e implantadas na escolha dos livros a partir da segunda edição do projeto. As obras escolhidas deveriam contemplar vários gêneros literários: contos, poesia, clássicos, *best sellers* e uma obra de escritor betinense e, caso o autor dessa obra esteja vivo, ele seria o mediador do encontro. Também foi implantada uma graduação de leitura, classificadas em mais leves e mais densas. Assim, começamos com um clássico, de poucas páginas para partir para um autor mais denso, depois um autor do cânone brasileiro e, assim, intercalando graus de complexidade de leitura com gêneros diferentes. Pensamos que a diversidade de leitores e de leituras precisam ser respeitadas; precisamos ir além do cânone branco, masculino e elitista consagrado da literatura, conforme afirma Abreu:

[...] é necessário ampliar os estudos do livro e da leitura para além do círculo restrito das obras consagradas ou da imagem que nelas se faz de livros e leituras. Nem todos os leitores são gente branca e bem vestida em casas elegantes e confortáveis. (ABREU, 2001, s.p.).

Essa postura inclusiva de literatura tem nos levado a resultados muito bons quando pensamos na realidade da leitura no Brasil, onde se lê pouco e as bibliotecas públicas não conseguem durabilidade de seus projetos literários.

Após a primeira edição, tivemos sucesso na avaliação dos participantes e da equipe. Obtivemos até o reconhecimento externo, com um convite da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais para um relato de experiência no seminário anual da instituição. No evento, ressaltamos que, mesmo sem verbas, é possível realizar projetos literários de qualidade e que estes fazem diferença na leitura no Brasil, pois há aumento de leitores e empoderamento de leitura. A elevação do nível de leitor e leitura é visível nos participantes; um exemplo que reitera esta afirmação é o fato de que, na quinta edição da nossa tertúlia, as obras que exigiam

uma leitura mais aprofundada foram as de melhor avaliação pelos tertulianos.

Findado a segunda edição com efetiva participação de tertulianos, foi possível ver alguns pontos negativos. Uma das dificuldades foi a de conseguir mediadores para o Tertúlia Literária Betim; porém, como contamos com o apoio da equipe do Projeto Tertúlia da FaE-UFMG, foi sugerido que, para ficar mais fácil e interessante, convidássemos pessoas da cidade que gostam de ler, que apreciam a literatura (professores, escritores, e outros profissionais ou estudantes de Literatura). Assim, fizemos e foi possível cumprir mais uma etapa do nosso projeto, ir além de tornar os leitores mais qualificados, torná-los mediadores. A mediação literária é um ponto importante para o empoderamento do leitor e para ampliar a produção de sentido obtida na leitura da obra. Podemos perceber esta importância no trecho a seguir:

como é importante a mediação de uma pessoa mais experiente no processo de leitura literária de alguns textos que chamamos aqui de “desafiadores”, [...] Na dinâmica da conversação literária é que a mediação acontece. No processo de discussão de um texto literário, o diálogo sobre a obra permite que as dúvidas das crianças apareçam, e a mediação estimula o debate e a reflexão. Caso o grupo seja constituído de um leitor mais experiente, este pode contribuir para que o texto seja discutido coletivamente, fazendo perguntas para ouvir o que pensa o leitor. (GROSSI, 2018, p. 158).

Embora a autora do trecho esteja refletindo sobre a mediação literária com crianças, o mesmo efeito pode se percebido em círculos de leitura com leitores adultos.

A imersão mediada do tema abordado em cada edição também é um fator relevante. Podemos citar como exemplo, a edição com a temática “crime na literatura”; como este é um tema de pouca vivência dos leitores, foi convidado um advogado criminal com

gosto por Literatura para mediar o primeiro encontro, para que ele fizesse uma imersão dos leitores ao tema. Assim, as leituras vindouras foram melhor compreendidas e apreciadas. A mediadora de um encontro da edição de 2016, com a temática do “crime na literatura”, refletiu sobre a importância da estética literária e afirmou que: “o importante na obra de suspense não é apenas descobrir quem é o culpado, mas a riqueza das estratégias literárias utilizadas no romance para que o leitor seja confundido ou esclarecido sobre o suspeito do crime”⁸³.

Com o objetivo de manter o foco do projeto na Literatura e na leitura literária, evitávamos a inclusão do tema “mulheres na Literatura” porque a maioria dos tertulianos são mulheres (temos apenas dois homens que frequentam o Tertúlia Literária de Betim) e temíamos que o projeto fugisse da discussão literária para a terapia de grupo. No entanto, na terceira edição, a temática das mulheres foi adotada; isso foi feito com muito cuidado na seleção das obras, e até com o título da edição, pois ao invés de adotar “Mulheres na literatura” adotamos “O feminino na Literatura”, pois assim, a temática ficaria mais abrangente, podendo até incluir autores masculinos.

Um ponto positivo na edição de 2017, com “O feminino na literatura”, foi a continuidade da imersão temática no primeiro encontro; começamos com o livro de Simone Beauvoir e trouxemos para o debate a célebre frase da autora: “Não se nasce mulher, torna-se”. Repetimos a estratégia de trazer um profissional da área do tema, uma psicóloga, doutoranda que pesquisa sobre o feminino. Na escolha dos livros dessa edição foi retirado com pesar, poesia e contos, pois segundo os tertulianos e mediadores, a leitura ficava muito fluida e, em consequência disso, a discussão, o compartilhamento das leituras se tornavam rasos. Esta recusa reflete uma situação mercadológica e acadêmica, onde a prosa é a maioria

⁸³ Fala realizada na mediação do encontro 29/09/2016.

das publicações e, além disso, no Brasil, o gênero preferido é a ficção, especificamente autoajuda⁸⁴.

Mesmo sofrendo alterações pelas avaliações feitas e pela redução dos recursos, o projeto Tertúlia Literária Betim continua sendo executado. Trata-se de um projeto com relativa autonomia e de grande demanda dos participantes, pois contamos com presença efetiva de mais de 20 pessoas nos encontros. Consideramos este número importante, pois no Brasil, a frequência às bibliotecas públicas por não-estudantes é muito baixa. Um dado que confirma isso é que a biblioteca pública é associada a “um lugar para pesquisar ou estudar” para 71% dos entrevistados da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” de 2015. Na referida pesquisa, a análise dos resultados informa que:

A biblioteca é fortemente associada com um espaço para estudo e pesquisa. Outros usos e associações que esse espaço poderia ter, o que concorreria para a ampliação de seu público frequentador, tiveram percentuais baixos de menções. (RETRATOS, 2016, p. 111).

Vinte pessoas (ou mais) que saem das suas casas para compartilhar suas leituras com as outras e ouvir as contribuições de mediadores que trazem mais informações sobre a obra lida, torna-se um número expressivo dada a realidade brasileira, pois são leitores que se esforçam não por uma formação acadêmica, mas por exercerem seus direitos de leitores e usufruírem do seu direito pleno à Literatura.

A edição realizada em 2018, a quinta edição do projeto, teve como tema “Memórias na literatura”, assunto que tem merecido destaque no meio acadêmico e mercadológico. Os livros escolhidos seguiram os princípios das edições anteriores, incluindo uma nova

⁸⁴ Dados da reportagem: AUTOBIOGRAFIA EDITORA. **Saiba quais gêneros literários são mais lidos no Brasil e no mundo**. S.l., 2017. Disponível em: <http://blog.autografia.com.br/saiba-quais-generos-literarios-sao-mais-lidos-no-brasil-e-no-mundo/>

diretriz de dar protagonismo às literaturas africanas e afro-brasileiras. Em 2017, tivemos a inclusão da obra *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus, e em 2018, da obra *Na minha pele* de Lázaro Ramos.

Na edição de 2018, contamos apenas com uma mediadora de fora de Betim. No primeiro encontro, trouxemos uma mestra em Literatura (mulher e negra), militante da causa feminina e negra no Brasil. Ela estudou especificamente o tema “memórias” em sua dissertação e conduziu a fala oferecendo conhecimento sobre a estética memorialística, por exemplo, apontando as diferenças entre gênero, memória e biografia. Como o livro lido para o primeiro encontro foi o de Lázaro Ramos, ela conduziu também a fala para a importância da escrita das memórias dos afrodescendentes brasileiros, onde os heróis da luta das causas negras sejam reconhecidos.

O fato de todos os outros mediadores da edição 2018 serem tertulianos e/ou profissionais betinenses demonstra o quanto o nível de profundidade de leitura foi aumentado com o projeto. Além disso, como se trata de um projeto de leitura por fruição, os tertulianos já exercem seus direitos de leitor com frequência, inclusive o de não ler a obra indicada, mas não deixam de ir ao encontro por causa disso. Eles sabem que a socialização literária não está atrelada apenas ao fato de ler a obra indicada; esta é um espaço de conhecimento, prazer e deleite.

Também na edição 2018, foi possível perceber outro fator que demonstra o crescimento do conhecimento literário dos tertulianos que estão frequentando o projeto desde o início, pois a vivência da literariedade tem permitido a eles perceberem a qualidade estética das obras indicadas. Ao lerem a obra de Isabel Allende e a de Lucinha Araújo logo perceberam a diferença entre a obra literária e a obra jornalística, embora o enredo de ambas seja a morte de um filho por doença. Também com as obras de Lázaro Ramos e Ayaan Hirsi Ali foi obtido grande êxito ao notarem a importância do “lugar de fala” de cada um, e porque algumas memórias são soterradas e outras são monumentos da História.

O projeto Tertúlia Literária Betim tem sido um exemplo de aplicação de círculos de leitura e da mediação literária em bibliotecas públicas. O projeto tenta aliar a teoria obtida na academia à prática da equipe e dos tertulianos para lograr êxito no acesso ao direito humano à literatura. Os objetivos maiores do projeto são o de possibilitar que o leitor produza sentidos com a leitura literária (seja literariamente, seja na vida) e transformar esses leitores, consumidores literários, em produtores (escritores ou mediadores). Para ilustrar que os passos de empoderamento do leitor estão sendo alcançados, podemos citar um poema produzido por uma tertuliana:

Tenho medos dentro de mim
Muitos medos embolados
De vez em quando, um deles tenta crescer,
Pra dentro de mim
Antes eu deixava,
E me virava na cama
Agora eu é que dito as regras,
Que venham!
Enfrento um de cada vez.
Sozinhos, eles também têm medo de mim! (Cida
Amaral, 2018)⁸⁵

A possibilidade de transformação de leitor em autor é algo possível de ser atingido com a mediação literária. Podemos, à guisa de conclusão, afirmar que os círculos de leitura são experiências que podem ser atividades duradouras e de bons resultados em bibliotecas públicas. Além disto, é possível perceber com o exemplo do Tertúlia Literária Betim, uma oportunidade de dar voz (leitura) a grandes escritores/as silenciados/as pelo mercado editorial ou por condições sociais excludentes, bem como a probabilidade de elevar o nível dos leitores, dando acesso a outras impressões e modos de leitura de uma obra literária.

⁸⁵ Poema de uma tertuliana.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Diferentes formas de ler**. Originalmente apresentado na Mesa redonda Práticas de Leituras: história e modalidades, no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, Campo Grande, 2001. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Marcia/marcia.htm> Acesso em: mar. 2018.

AUTOBIOGRAFIA Editora. **Saiba quais gêneros literários são mais lidos no Brasil e no mundo**. [Reportagem]. s.l., 2017. Disponível em: <http://blog.autografia.com.br/saiba-quais-generos-literarios-sao-mais-lidos-no-brasil-e-no-mundo/> Acesso em: mar. 2019.

BELMIRO, C. A.; MACHADO, M. Z. V.; BAPTISTA, M. C. Tertúlia literária: construindo caminhos para a formação literária de professores alfabetizadores na universidade. **Perspectiva**, v. 33, n. 1, p. 97-118, fev. 2016.

CANDIDO, A. **Direitos humanos e literatura**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CEALE. **Glossário de termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores**. Belo Horizonte: FaE, 2017.

ECO, U. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GROSSI, M. E. A.; MACHADO, M. Z. V. **A literatura infantil pelo olhar da criança**. 2018. 251 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

ISER, W. Problemas da Teoria da Literatura atual. In: LIMA, L. C. (Org.). **Teoria da Literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. p. 359-383.

ISER, W. O Jogo do texto. In: LIMA, L. C. (Org.). **A literatura e o leitor: textos de estéticas da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 105-118.

JAUSS, H. R. A estética da recepção: colocações gerais. In: LIMA, L. C. **A literatura e o leitor: textos de estéticas da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 43-61.

PAULINO, G. **Algumas especificidades da leitura literária: leituras literárias: discursos transitivos**. Belo Horizonte: CEALE. p. 55-70, 2005.

PENNAC, D. **Como um romance**. Tradução de Leny Werneck. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

RETRATOS da Leitura no Brasil. 4. ed. s.l., 2016. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf Acesso em: mar. 2019.

RIBEIRO, M.; VECCHI, R. Versos e Gritos: memória poética da guerra colonial. **Abril**: Revista dos Estudos de Literatura Portuguesa e Africana-NEPA UFF, v. 5, n. 9, p. 27-41, 2012.

ROSA, D. N. S. **Estudo sobre o conceito literariedade, pensamento pragmatista e a estética popular na construção da identidade cultural na pós-modernidade do gênero Hip-Hop/RAP**. 2015. 15 f. TCC (Graduação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

TERTÚLIA. In: TERTULIA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2011. p. 853.

ZIBERMAN, R. **Estética da Recepção e História da literatura**. São Paulo: Ática, 1989.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA DISCIPLINA RELAÇÕES DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Fernanda C. da Silva Costa

Daniella Alves de Melo

Laelson Felipe da Silva

Gisele Rocha Côrtes

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação, enquanto ciência social aplicada, possui vários objetivos e um desses é buscar atender as necessidades informacionais de grupos e indivíduos. Considerando a informação como fonte de saber e poder, a articulação com os Estudos de Gênero contribui no processo de produção, organização, acesso e disseminação de conteúdos informacionais que possibilitam a construção de práticas sociais que promovam a subversão das desigualdades vivenciadas pelas mulheres em distintas esferas sociais. O contato de mulheres e homens com referências analíticas pautadas na equidade de gênero, mediado por profissionais da informação, pode fornecer subsídios para a reelaboração, reconhecimento e desestabilização das categorias que sustentam a hierarquia dos gêneros e a própria estrutura do patriarcado.

Partindo da perspectiva teórica de Joan Scott (1995) sobre gênero, que o entende, simultaneamente, como um componente constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo, portanto, o primeiro modo de fornecer significado às relações de poder, este trabalho tem como objetivo geral apreender como a disciplina *Relações de Gênero e Ciência da Informação*, ofertada como disciplina optativa pelo departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (DCI-

UFPB), no período letivo 2017.2 predominantemente ofertada para os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, tal disciplina se constituiu em espaço de mediação de conteúdos informacionais relativos à Teoria de Gênero, capazes de contribuir para a formação de um profissional mais consciente da necessidade de orientar suas ações no combate à violência/opressão e desigualdade de gênero.

Levando em consideração esses apontamentos, entendemos que pautar as relações de gênero no campo da Ciência da Informação pode contribuir para ampliar as cosmovisões dos indivíduos, ocasionando novas formas de compreensão, produção e uso dos conhecimentos (MARTELETO, 2009; CRIPPA, 2014). Assim, por meio da sua atuação, os(as) profissionais da informação podem problematizar discriminações e desigualdades e contribuir para a produção, acesso e compartilhamento de informações cujo conteúdo apresente pautas ligadas ao respeito, à equidade e à superação da violência de gênero.

Para tanto, o presente artigo se encontra dividido em três seções; na primeira, apresentamos as estratégias metodológicas utilizadas para a realização da pesquisa; na segunda, inicialmente, realizamos uma pequena síntese do processo histórico de construção do conceito de gênero, ressaltando sua ligação umbilical com o Movimento Feminista, para, em seguida, apresentar como este emerge e se desenvolve no campo da Ciência da Informação no Brasil e no DCI-UFPB; por último, na terceira seção, são expostos os achados da pesquisa, precedido de uma discussão sobre o conceito de Práticas Informacionais, tanto do ponto de vista institucional quanto individual.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Entendendo a pesquisa como uma práxis social, por meio da qual a ciência questiona e reconstrói a realidade, a metodologia se constitui no caminho do pensamento e na prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO, 2009, p. 16). Dessa forma, diz respeito não apenas aos instrumentos, métodos e técnicas de

investigação que o pesquisador utiliza para atingir seus objetivos, mas compreende a sua visão social de mundo, que se encontra alicerçada e representada nas concepções teóricas que ele abraça. A metodologia, além de permitir a realização da pesquisa, fornece a esta o fio que tece e constrói a coerência lógica interna da mesma. Assim, uma boa metodologia deve expressar, de forma evidente e precisa, a natureza e o tipo da pesquisa, o recorte empírico e os sujeitos/atores da investigação, os instrumentos de coleta e os métodos e técnicas de análise dos dados.

Partindo dessa compreensão, este trabalho se configura como uma pesquisa quali-quantitativa, quanto à natureza da abordagem da realidade, e de tipo correlacional, no que se refere ao objetivo a ser alcançado, pois, de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 103), “esse tipo de estudo tem como objetivo avaliar a relação entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis (em determinado contexto)”, uma vez que buscamos analisar a relação entre Práticas Informacionais e a mudança/transformação de ideais e representações.

O campo empírico da pesquisa, entendendo-o como o recorte espacial da realidade onde o fenômeno que se pretende estudar se manifesta (MINAYO, 2009), delimitou-se à disciplina *Relações de Gênero e Ciência da Informação*, ofertada pelo DCI-UFPB, como disciplina optativa, no período letivo 2017.2. Os atores/sujeitos da investigação foram os(as) alunos(as) matriculados(as) e que cursaram a disciplina, num total de 15 (quinze), onde predominavam os(as) discentes dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário misto, elaborado e enviado *online*, para todos(as) os(as) alunos(as) matriculados(as) e que cursaram a disciplina. Após envio, obtivemos o retorno de 8 (oito) discentes, que se constituiu em nossa amostra.

Para a análise/interpretação, por se tratar de uma pesquisa de natureza mista, utilizou-se para os dados quantitativos, os recursos estatísticos básicos da inferência percentual expressos em gráficos, tabelas e quadros e, para os dados qualitativos, a técnica de categorização presente no método de análise de conteúdo, na

perspectiva de Bardin (2000), que têm seu alicerce na construção de categorias analíticas a partir dos conteúdos dos dados empíricos.

3 GÊNERO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DISCIPLINA “RELAÇÕES DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO”

Ao explicar a respeito da disciplina *Relações de Gênero na Ciência da Informação*, ofertada pelo DCI-UFPB, é fundamental resgatar a origem do conceito gênero e a sua estreita relação com o Movimento Feminista. O termo gênero emergiu no fim do século XX e sua origem está intrinsecamente associada às reivindicações do Movimento Feminista contemporâneo, nos questionamentos sobre a situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres em diversas partes do mundo. O Feminismo ocidental, surgido nas Revoluções Burguesas dos séculos XVIII e XIX, na Europa Central e Estados Unidos, preconizava o reconhecimento das mulheres como específica e sistematicamente oprimidas, fundamentando a concepção de que as relações de poder entre homens e mulheres não possuem fundamento na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação⁸⁶. Concebe-se Feminismo na ótica de Fougeytollas Scwebel (2009, p. 150) como movimento coletivo de luta das mulheres, “um campo de produção de conhecimento fortemente teorizado e disputado e mesmo uma visão emancipatória do mundo”.

A categoria analítica e metodológica gênero surgiu com as feministas anglo-saxãs e americanas, objetivando “rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual”; elas desejavam acentuar, através da linguagem, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). O conceito possui uma perspectiva

⁸⁶ Matos (2015) salienta que o Feminismo como movimento social e político, se disseminou pelo mundo e foi historicamente construído de forma plural, agregando distintas correntes ideológicas e abrangendo uma perspectiva simultaneamente local e global. Em seu escopo, possui concepções teóricas diferenciadas a respeito das dinâmicas de emancipação das mulheres.

interdisciplinar e compreende a organização social entre os sujeitos pelo prisma das práticas sociais. Conforme Saffioti (2004, p. 183), “o próprio sexo não se inscreve puramente no terreno biológico, mas sofre elaboração social, que não se pode negligenciar sob pena de naturalizar processos de caráter histórico”⁸⁷.

De acordo com Costa, Sardemberg e Vanin (2010), no Brasil, primeiramente caracterizado como “estudos e pesquisas sobre as mulheres”, os estudos de gênero vêm se institucionalizando desde os anos 1970. À semelhança do cenário internacional, esse campo de conhecimento também foi constituído por meio de uma rica imbricação das teorias com as demandas e lutas feministas, no âmbito do movimento social do período de transição à democracia do sistema político – dos anos 1980, 1990 e 2000 (SCAVONE, 2008).

Scavone (2008) afirma ainda que a institucionalização acadêmica desses estudos, impulsionada pela criação de núcleos de pesquisas nas universidades nos anos 1980, dos concursos de pesquisas sobre mulheres, financiados pela *Fundação Carlos Chagas/Ford* (1978-98), das produções de revistas especializadas no tema, a exemplo das Revistas *Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu*, a implantação do Programa de Pós-Graduação de Estudos Feministas e de Gênero na Universidade Federal da Bahia⁸⁸, assim como estudos teóricos e empíricos em distintas áreas do conhecimento, têm produzido um acúmulo de capital simbólico e científico incontestável. Esses processos foram e são fundamentais para colocar em cena os estudos de gênero na academia, contribuir para a desconstrução de um sujeito único e universal e visibilizar a produção científica das mulheres.

⁸⁷ Saffioti (2004) afirma que o primeiro estudioso a conceituar e mencionar o conceito de gênero foi Robert Stoller, em 1968, ao pesquisar meninos e meninas que em decorrência de problemas anatômicos haviam sido criados como sendo de um sexo diferente do seu “verdadeiro”. A autora enuncia ainda que, apesar de Simone Beauvoir não ter formulado o conceito de gênero, apresentou seus princípios na frase “Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher”.

⁸⁸ O programa foi criado em 2006 e configura importante iniciativa de consolidação do campo de estudos de gênero no país.

A exclusão das mulheres da ciência, atividade que, seja no passado ou no presente, sempre foi vista como desenvolvida por homens, tem sido alvo de investigação em diversos estudos de gênero em âmbito nacional e internacional (LETA, 2014; OLINTO, 2006; FOX, 2005). O espectro de pesquisas nessa arena tem crescido no Brasil, nas últimas décadas, buscando visibilizar as mulheres como sujeitos de conhecimento e do conhecimento (LETA, 2014).

Na área da Ciência da Informação, campo historicamente configurado pela significativa participação de mulheres, os estudos de gênero, conforme Espírito Santo (2008), Bufrem e Nascimento (2012), Siciliano, Souza e Meth (2017), ainda necessitam ser abordados de forma mais expressiva. Não obstante, as autoras apontam que, nos últimos anos, houve um incremento de produções na literatura do campo da Ciência da Informação alargando seu escopo. Ressaltam-se estudos associados à indexação, linguística e acesso à informação e à tecnologia e sua utilização por mulheres, reflexões sobre a profissional da informação e as questões de gênero, inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia, indicadores de gênero na sociedade do conhecimento, escrita e leitura (OLINTO, 1994, 2006, 2011; FERREIRA, 2003; ESPÍRITO SANTO, 2008; CRIPPA, 2014).

Estudos como esses devem ser estimulados na área, pois envolvem análises sobre relações de poder, pelas quais se percebe a informação como importante fator para dirimir as desigualdades e ampliar o reconhecimento sobre as possibilidades políticas, tanto de diminuição dos desequilíbrios sociais, quanto da ruptura da tradição do modelo binário de gênero nas esferas da política, das instituições e das organizações (BUFREM, NASCIMENTO, 2012, p. 212).

Corroborando com a concepção de Joan Scott (1995, p. 86) que “[...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um modo primordial

de dar significado às relações de poder [...]”, direciona-se o foco ao fato de que as práticas das unidades informacionais estão enredadas de generificação, “[...] produzem-se, ou ‘engendram-se’, também a partir das relações de gênero” (LOURO, 2008, p. 25).

Nesta direção, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPsi), em parceria com o DCI-UFPB e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UFPB), têm visibilizado reflexões sobre estudos de gênero em debates, seminários, ações extensionistas, projetos de pesquisa, entre outros. Assim, considerando importante a inclusão do tema na formação de alunos e alunas de Arquivologia e Biblioteconomia, iniciou-se a oferta, em 2017, da disciplina *Relações de Gênero na Ciência da Informação*, no nível da graduação⁸⁹. A ementa da disciplina é constituída dos seguintes elementos: Mulheres e Ciência da Informação; Relações de Gênero: categoria analítica, histórica, relacional e o fenômeno informacional; Tecnologias de comunicação e informação, mediação da informação e o empoderamento das mulheres; Produção científica, Ciência da Informação e a perspectiva de gênero na Arquivologia e na Biblioteconomia; Relações de Poder e Informação⁹⁰. Conforme Crippa (2014):

[...] discutir, já no nível de graduação, as práticas de uma diferença sexual na escrita, na leitura, na organização dos conhecimentos, significa pôr em ato representações profissionais engendradas em um horizonte de sentido na qual ser mulher no

⁸⁹ A disciplina foi aprovada pelo colegiado do Departamento de Ciência da Informação e foi oferecida como conteúdo flexível. No presente momento está em discussão, na reformulação do Projeto Pedagógico dos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, a sua instituição como disciplina optativa.

⁹⁰ Importante frisar que um dos objetivos da disciplina consiste em apresentar a perspectiva de gênero em intersecção com marcadores sociais de raça/etnia, sexualidade, classe e geração, para aperfeiçoar a formação acadêmica e a atuação profissional de arquivistas e bibliotecários(as) nas ações de organização, acesso, uso, mediação, apropriação e democratização da informação.

lugar de ser homem reflete uma maneira diferente de existir, de viver, de escrever, de ler e de pensar o conhecimento e sua organização. A experiência e o conhecimento feminino não aparecem na medida em que a experiência e o conhecimento masculino se apresentam como proposta universal, determinando, assim, a norma (CRIPPA, 2014, p. 162).

No sentido de compreender como a disciplina se relaciona com as ações dos(as) discentes diante da inserção de seus conteúdos informacionais a sua prática acadêmica, profissional, e social, apresentamos a disciplina enquanto prática informacional destes(as) discentes.

4 A DISCIPLINA RELAÇÕES DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ENQUANTO PRÁTICA INFORMACIONAL

A disciplina *Relações de Gênero na Ciência da Informação* pode ser compreendida como resultado das discussões da aplicação de conceitos e metodologias que configurem como uma prática contra-hegemônica no campo da Ciência da Informação, fomentada pelo GEPSI. Neste sentido, apresenta-se como instrumento crítico, visto que os conteúdos informacionais e a abordagem dessa disciplina passam a se inserir em um *habitus* (BOURDIEU, 1996) científico-acadêmico, cujos conteúdos não eram abordados antes dentro das grades curriculares dos cursos do DCI-UFPB.

Também traz a esse campo científico reflexões necessárias à reconfiguração de perspectivas generalizantes e cristalizadas (CÔRTEZ, 2012), possibilitando aos(às) discentes acesso a conteúdos informacionais específicos, os quais correlacionam as Teorias de Gênero, a partir de uma visão interseccional, ao fenômeno informação. Assim, a disciplina se insere nas Práticas Informacionais dos discentes,

[...] tendo em vista que a produção e a reprodução dos artefatos culturais se realiza pelo modo informacional, pelo menos nas sociedades históricas, pode-se afirmar que, nestas sociedades, toda prática social é uma prática informacional – expressão que se refere aos mecanismos mediante aos quais significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização (MARTELETO, 1995, p. 91).

Nesse sentido, sabemos que os construtos sociais são dimensões que levam às práticas, compreendendo a interação entre sujeitos e informação. Assim, “práticas informacionais são a noção de vida cotidiana e a percepção de que fatores sociais, culturais, individuais e temporais influenciam a resolução de problemas pelos sujeitos e a relação deles com a informação” (ROCHA, DUARTE, PAULA, 2017, p. 40).

Com isso, tratar de gênero na Ciência da Informação é mais do que apenas considerar um novo termo a ser inserido em trabalhos acadêmicos, pois os estudos de gênero não discutem apenas a utilização de um termo em detrimento de outro, discutem construções sociais implícitas nessas categorias, vindo ao encontro a uma demanda desse próprio campo, que ao contrário de alguns outros, se mostrou reticente quanto à produção de estudos sobre gênero, diversidade e sexualidade (SANTOS; TARGINO; FREIRE, 2017).

A disciplina objeto deste trabalho colabora para ampliar os horizontes das reflexões sociais com o campo da Ciência da Informação, incluindo uma categoria que lhe era, até então, ausente. Assim, contribui com a formação de discentes em seus aspectos acadêmicos e profissionais, de modo a robustecer suas bases teóricas para produção laborativa e científica, mediante a reflexão da constituição social do gênero. Ela se insere enquanto uma forma de Práticas Informacionais destes(as) alunos(as), possibilitando, mediante seus conteúdos, o acesso à informação com potencial para

ressignificar percepções arraigadas em padrões dominantes de gênero, que influenciam na mediação, na organização, disseminação, acesso e uso da informação.

4.1 ASPECTOS DAS PRÁTICAS SOCIAIS E INFORMACIONAIS DOS(AS) DISCENTES

Primeiro, entende-se aqui, que os(as) discentes já conduzem suas práticas sociais, sendo a partir dessas que recebem e interpretam a informação, criando seus significados próprios e coletivos, pois a partir de um:

[...] sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de seu regente (BOURDIEU, 1983, p. 61).

O *habitus* determina o modo como os sujeitos vivem e se manifesta a partir das escolhas realizadas no dia a dia, onde, na área da informação, essas escolhas cotidianas são estruturalmente relacionadas à busca, uso e compartilhamento (SAVOLAINEN, 1995). Assim, escolher por esta disciplina, sendo ela de cunho não obrigatório, revela uma disposição, ou mesmo predisposição, que possibilitou sua predileção dentre as demais, seja pelas questões de gênero, informacionais ou outras.

Entendendo a escolha enquanto prática, analisamos o perfil social dos(as) discentes abordados(as) nessa pesquisa, a partir da primeira fase da aplicação do questionário, composto de seis perguntas, sendo três de múltipla escolha (gênero, idade e período

cursado), uma aberta (qual a graduação), uma dicotômica (se fazia parte de movimentos sociais) e uma dicotômica com complemento (graduação anterior e qual).

A maioria dos(as) discentes se definiu como mulher cisgênero (75%). Porém, um dos sujeitos utilizou a opção “outros” para denominar seu gênero como “heterossexual”, mostrando que, nem mesmo o conteúdo ministrado na disciplina, foi suficiente para sanar a frequente dúvida entre gênero e orientação sexual; porém, nesse contexto, pode ser considerado um caso isolado. Já as idades médias dos(as) discentes está entre 21 e 25 anos, sendo apenas um, acima dos 50 anos, estando a maioria em sua primeira graduação.

Como a disciplina foi ofertada pelo Departamento de Ciência da Informação, os(as) alunos(as) se dividem entre as graduações de Arquivologia e Biblioteconomia. No entanto, observou-se um considerável número de discentes do curso de Psicologia (37,5%), o que faz sentido pela relevância do tema para esta área de atuação profissional. Além disso, os discentes se dividiam entre o 3º, 6º, 9º e 10º períodos dos seus respectivos cursos, sendo uma turma mista em relação ao tempo de vida acadêmica. Finaliza-se a primeira parte do questionário com a informação de que um pequeno número de discentes participa de movimentos sociais, sendo apenas dois, o que equivale a 25% do total de respondentes.

Considerando o perfil apresentado, pode-se inferir que a disciplina ofertada pelo DCI-UFPB pode ter sido bem recebida pelos(as) discentes de Biblioteconomia e Arquivologia devido à familiaridade com o Departamento. Todavia, ao considerar os(as) alunos(as) de Psicologia que cursaram a disciplina, a familiaridade com o Departamento não fora um quesito relevante para escolha.

Há um ponto em comum entre os(as) discentes que se conserva no fato de que mais da metade se declararam mulheres, onde, considerando que os estudos de gênero abordam um dos eixos sob o qual as mulheres são historicamente oprimidas, adentrar nesse campo de pesquisa sobre tal tema, ou mesmo buscar compreender suas implicações, pode estar incorporado ao *habitus* das mulheres que selecionaram a disciplina. Além disso, 87,5% dos(as)

respondentes declararam possuir, mesmo que superficialmente, conhecimento prévio sobre os estudos de gênero.

4.2 IMPACTO DA INSERÇÃO DA DISCIPLINA RELAÇÕES DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ÀS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DOS(AS) DISCENTES

Ao ser inserida nas Práticas Informacionais acadêmico-profissionais dos(as) alunos(as), percebe-se, por meio dessa pesquisa, que a disciplina proporcionou significativa colaboração na construção do conhecimento desses(as) alunos(as), a medida que, possibilitou acesso a conteúdos informacionais estruturados sobre os tópicos que se propôs a abordar⁹¹. Consideramos ainda, as diferentes identidades e posições dos(as) sujeitos(as), que nesse lugar sócio-histórico, têm acesso a uma produção que conectam interesses sociais variáveis.

Essa percepção foi possível diante da aplicação da segunda parte do questionário, que contabilizou 17 perguntas, sendo 14 com alternativas hierarquizadas, tendo a finalidade de verificar o nível de afinidade e conhecimento em relação aos aspectos investigados. As duas primeiras perguntas, da segunda parte da pesquisa, buscaram investigar o conhecimento dos(as) discentes a respeito da Ciência da Informação, antes e depois de cursar a disciplina. Nesse sentido, antes da disciplina a maioria dos(as) discentes não conhecia ou conhecia superficialmente a Ciência da Informação, mesmo aqueles(as) que são de áreas correlatas (Arquivologia e Biblioteconomia); apenas duas pessoas disseram conhecer. Pode-se constatar, no entanto, que a disciplina contribuiu para que os(as)

⁹¹ Gênero: categoria analítica, histórica e relacional. Mulheres: produtoras, usuárias e profissionais nas unidades informacionais. Bibliotecas e Arquivos: equidade de gênero nas Práticas Informacionais. Informação, conhecimento e equidade de gênero. Informação e Saber Poder. Organização, acesso e uso da informação e relações de gênero, entre outros conteúdos.

discentes passassem a conhecer mais profundamente a Ciência da Informação.

Do mesmo modo, a terceira e quarta perguntas, buscaram investigar o conhecimento dos(as) alunos(as) a respeito das Teorias de Gênero, antes e depois de cursar a disciplina. A maioria, disse conhecer o assunto superficialmente, apenas um(uma) disse conhecer suficientemente. Assim como em relação à Ciência da Informação, a maioria dos(as) discentes sinalizaram que, após o término da disciplina, ela havia contribuído para o aumento dos seus conhecimentos a respeito do assunto em questão, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo comparativo das contribuições da disciplina.

	Antes da disciplina	Contribuição da disciplina
Ciência da Informação	Não conheciam	Contribui significativamente
Teorias de Gênero	Conheciam superficialmente	Contribui significativamente

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Em seguida, perguntou-se se a disciplina foi importante para formar a percepção do discente quanto à temática “Gênero” na Ciência da Informação, onde 100% dos alunos responderam que sim. Dessa forma, pode-se inferir que a disciplina cumpriu o objetivo principal a que se propôs. Além disso, para esse questionamento, pediu-se que os(as) alunos(as) justificassem sua resposta, onde pode ser observado que existe a compreensão por parte dos sujeitos da importância de ser trabalhada essa temática, constatada por colocações como declarou (Participante 1) “ajudou a entender as dificuldades e melhorar a formação de muitas ideias em relação a gênero e a entender a importância do debate sobre o tema”.

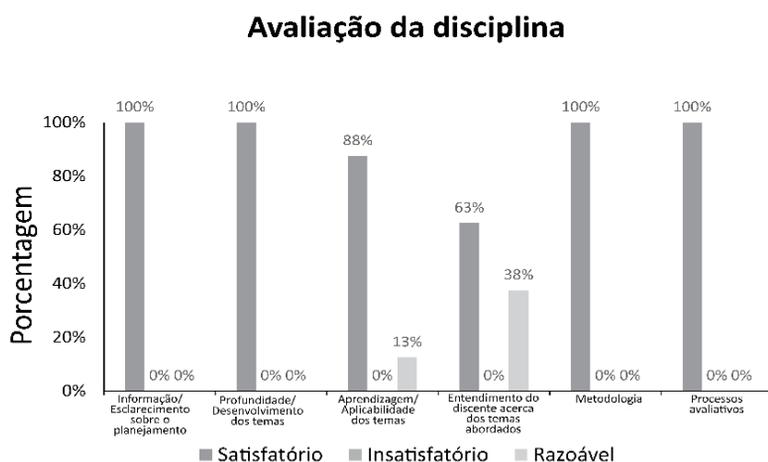
No que diz respeito ao material bibliográfico utilizado ao longo da disciplina, a maioria dos(as) discentes avaliou que o mesmo contribuiu significativamente para o aprendizado e que, na maioria das vezes, era suficiente para sanar as dúvidas gerais sobre o assunto.

O que demonstra um acerto na escolha dos textos por parte da docente.

Em seguida, foram realizadas uma série de perguntas em relação a vários aspectos da disciplina, as quais os(as) alunos(as) poderiam responder por meio das opções “satisfatória”, “insatisfatória” e “razoável”. Como pode ser observado na Figura 1, dos seis itens avaliados, quatro obtiveram a opção “satisfatório” como 100% das respostas. Apenas dois desses itens, a saber, *aprendizagem/aplicabilidade dos temas* e *entendimento do discente acerca dos assuntos* obtiveram também a resposta “razoável”.

No que diz respeito à *aprendizagem/aplicabilidade*, que obteve uma resposta “razoável”, acredita-se que o aluno não tenha tido possibilidade de fazer a ligação entre a teoria e suas práticas diárias. Já no segundo caso, *entendimento do discente*, pode-se inferir que a falta de tempo para se dedicar aos estudos, o contato com elementos conceituais e metodológicos novos e a forma como foram abordados, pode ter dificultado a compreensão de alguns discentes a respeito do conteúdo.

Figura 1 – Avaliação da disciplina.



Fonte: dados da pesquisa (2018).

As próximas duas questões buscaram analisar se os discentes acreditavam haver relação entre os conteúdos abordados e sua vida acadêmica/profissional e se, nesse sentido, eles trouxeram benefícios. Mais de 80% dos sujeitos disseram acreditar que os conhecimentos recebidos possuem total ou significativa afinidade com sua formação, e, além disso, para 75% dos(as) respondentes eles podem trazer melhorias, conforme pode ser observado nas seguintes falas:

Por que o assunto gênero foi muito maquiado ao longo dos anos, é importante essa abordagem para nos mostrar aquilo que até então não era falado nas escolas e em outros ambientes acadêmicos. (Participante 1).

Contribuindo no processo de comunicação entre pessoas diversas e sexualidades diversas, mas com propósitos em comum e saber lidar com esta realidade da qual é tão próxima no âmbito acadêmico e profissional. (Participante 2).

Em seguida, investigou-se o domínio do assunto apresentado pela docente em sala de aula, nesse aspecto, todos(as) os(as) alunos avaliaram como suficiente, sendo disponibilizadas as alternativas “suficiente”, “insuficiente” e “razoável”, o que mostra familiaridade da professora com os temas.

E por último, procurou-se saber se a disciplina atendeu as expectativas dos discentes. Nesse caso, 100% das respostas configuraram como sim, sendo os motivos de acordo com a fala de alguns dos sujeitos:

Me fez entender a importância da discussão sobre gênero. (Participante 1).

Na verdade, a disciplina excedeu as minhas expectativas. Quando eu tive acesso à ementa da cadeira, tive medo de ficar meio “de fora”, sem entender bem uma parte do conteúdo - visto que eu não venho da área da Ciência da Informação. Mas eu acho que os temas escolhidos para trabalhar foram úteis para todos, independente do curso, uma

vez que, como nós vimos na disciplina: as implicações do gênero estão em todo lugar. Gostei muito também sobre como a disciplina não se reduziu às questões de gênero, abordando também diversas Interseccionalidades, como raça, sexualidade, regionalidade e por aí vai. Por ser uma turma pequena e a professora ser bem aberta, eu me senti confortável para participar e me engajar nas discussões, o que me possibilitou, inclusive, compreender uma articulação entre a Psicologia e a Ciência da Informação. Só tenho a agradecer! (Participante 2).

Diante do exposto, percebe-se que a disciplina conseguiu alcançar seus objetivos, com metodologia e bibliografia eficientes, atendendo as expectativas dos(as) alunos(as) em praticamente todos os sentidos e contribuindo para que eles obtivessem conhecimento tanto em Ciência da Informação quanto nas Teorias de Gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante um longo período, o estudo de gênero e o papel das mulheres na história e na produção do conhecimento foram suprimidos por formas hegemônicas de poder, e na Ciência da Informação não foi diferente. Assim, percebe-se, através dessa pesquisa, que a iniciativa de ofertar uma disciplina que aborde Gênero e Ciência da Informação, trouxe contribuições importantes para o campo, que, nessa perspectiva, tem a chance de ampliar suas áreas de estudo, fornecendo, além disso, uma preocupação social as suas temáticas.

Para os(as) discentes, as Práticas Informacionais propiciadas pela disciplina, proporcionaram a oportunidade de construir novas formas de compreensão, produção e uso da informação, tornando-os capazes de problematizar discriminações e desigualdades e contribuir para a produção, acesso e compartilhamento de informações cujo o conteúdo represente pautas ligadas ao respeito, a equidade e a superação da violência de gênero.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2000.
- BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, dez. 2012.
- COSTA, Albertina Alcântara Costa; SARDEMBERG, Cecília Maria Bacelar; VANIN, Iole. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. In: ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA: Pensado Gênero e Ciências, 2., Brasília, 2010. **Anais...** Brasília, 2010. p. 55-70.
- CRIPPA, Giulia. **Poéticas da Informação**. São Paulo: Todas as Musas, 2014.
- ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008.
- FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, v. 15, n. 2, p. 189-201, 2003.
- FOUGEYROLLAS-SCWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 144-149.
- FOX, Mary Frank. Gender, family characteristics, and publication productivity among scientists. **Social Studies of Science**, v. 35, p. 131-150, 2005.
- LETA, Jacqueline. Mulheres na ciência brasileira: desempenho inferior? **Revista Feminismos**, v. 2, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2014.
- LOURO, Guaraci Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 2009.
- OLINTO, Gilda. **Reprodução de classe e produção de gênero através da cultura**. 1994. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

- OLINTO, Gilda. Indicadores de gênero para a sociedade do Conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, 2006.
- SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. 3ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Estudos Feministas**, n. 16, p. 173-186, 2008.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SICILIANO, Melli; SOUZA, Cleiton da Mota de; METH, Clara de Mello e Souza. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na ciência da informação? **Informação & informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, maio/ago., 2017.

BIBLIOTECA PÚBLICA E REPRESENTAÇÃO DA SUBALTERNIDADE? UMA QUESTÃO PERTINENTE

Fernando Cesar Gomes

Fabício José Nascimento da Silveira

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca pública é uma instituição de grande relevância social. Constatamos esta que pode ser aferida, dentre outros aspectos, por meio de sua inserção na paisagem cultural de determinada coletividade, seja em função das atividades que desenvolve e dos serviços que presta ao público; do reconhecimento coletivo acerca de seus atributos enquanto lugar para se buscar e acessar informações de distintas naturezas; ou, mediante sua demarcação enquanto local de leitura, lazer, memória, sociabilidade e educação.

Assim observado, é possível assinalarmos que são as conexões estabelecidas com a comunidade que conferem às bibliotecas públicas seu reconhecimento enquanto instância responsável pela recuperação, organização, preservação e disseminação das diversas modalidades de conhecimentos e manifestações culturais responsáveis pela:

Consolidação de saberes e práticas que não só dão conta da história, mas que, além disso, possibilitam uma apropriação da cotidianidade que se constrói no dia a dia e que está carregada de significados que enriquecem o capital cultural e que permitem à comunidade ser protagonista de

sua própria história⁹². (JARAMILLO, 2016, p. 77, tradução nossa).

Todavia, para que essas competências e potencialidades se efetivem é fundamental que as pessoas e os grupos sociais fixados em seu entorno se sintam representados por e nesse espaço público. Representação que pressupõe ser objetivada tanto em seus acervos e coleções, quanto nos serviços ali desenvolvidos, uma vez que as bibliotecas públicas, em função da prerrogativa democrática que as caracterizam, devem direcionar as ações que executam em prol da “igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social” (IFLA/UNESCO, 1994, p. 1) dos diferentes sujeitos que atendem.

No entanto, por se constituírem em dispositivos culturais que refletem as relações de força que pautam a vida social, essas unidades biblioteconômicas podem, também, privilegiar certos discursos de representação, conferindo evidência a histórias e narrativas de determinados grupos, enquanto silencia ou negligencia a presença em seus ambientes de manifestações que expressariam os anseios, conhecimentos e memórias de outras coletividades.

Atentando, pois, para a dualidade desse jogo representacional levado a cabo no contexto das bibliotecas públicas, no presente capítulo, indaga-se acerca da inserção, nessas instituições, de indivíduos e grupos subalternizados socialmente. Para tanto, recorreremos ao duplo conceito de representação formulado Gayatri Chakravorty Spivak em sua obra *Pode o subalterno falar?*, com vistas a problematizarmos o modo como essas bibliotecas contemplam – ou não contemplam – em seus acervos, serviços e ambientes certos segmentos populacionais subjugados pela “invisibilidade pública”⁹³.

⁹² *Consolidación de saberes y prácticas, que no sólo dan cuenta de la historia, sino que además, posibilita una apropiación de la cotidianidad que se construye en el día a día y que está cargada de significados que enriquecen el capital cultural y permiten a la comunidad ser protagonista de su propia historia.*

⁹³ Usamos esse termo no mesmo sentido que foi formulado por Fernando Braga da Costa (2008, p. 15-16), para quem “a invisibilidade pública,

Em termos empíricos, as análises aqui propostas refletem acerca de ações desenvolvidas por bibliotecas públicas locais e estrangeiras relacionadas à população negra e a sujeitos que vivem em situação de rua (contexto brasileiro), bem como a mulheres aborígenes (caso do Canadá). O trabalho se desenvolve, assim, por meio de revisão de literatura a partir da qual são recuperadas as proposições de Spivak acerca da representação dos “subalternos”, aproximando-as, em seguida, das funções sociais que definem os modos de atuação dessas unidades bibliotecárias. Com isso, busca-se identificar, mediante exemplos concretos, os pontos de tensão e as possibilidades que esses espaços têm de se confrontarem com a invisibilização pública de certos discursos, conhecimentos, sujeitos ou coletividades específicas.

2 SUBALTERNIDADE E REPRESENTAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA OBRA *PODE O SUBALTERNO FALAR?*, DE GAYATRI CHAKRAVORTY SPIVAK⁹⁴

Adotando como foco central de sua discussão o lugar ocupado pelas mulheres indianas no contexto pós-colonial, o texto *Pode o subalterno falar?*, de autoria da socióloga Gayatri Chakravorty Spivak, foi publicado pela primeira vez no ano de 1985 no periódico estadunidense *Wedge*. Portando o subtítulo de “especulações sobre o sacrifício das viúvas”, o artigo instituía reflexões acerca da história

desaparecimento de um homem no meio de outros homens, é resultado de um processo histórico de longa duração. [...] Trata-se, portanto, de uma forma de violência simbólica e material que vem oprimir cidadãos das classes pobres, na cidade ou no campo. [...] **A invisibilidade pública é fundada e mantida por motivações sociais e psicológicas, por antagonismos de classe mais ou menos conscientes, mais ou menos inconscientes**”. (Grifos nossos).

⁹⁴ Gayatri Chakravorty Spivak (24 de fevereiro de 1942, Calcutá) é socióloga de formação e professora do Departamento de Inglês e Literatura Comparada da Universidade de Columbia. Influenciada pelo marxismo, o pós-estruturalismo e a teoria da desconstrução, escreveu “*Can the Subaltern Speak?*”, considerado um texto seminal para os estudos pós-coloniais.

das mulheres indianas, tendo por referência a prática da imolação das viúvas, ou sacrifício das viúvas, ato nomeado pelos britânicos como *suttee*, ritual no qual as esposas, após a morte de seus maridos, se imolavam, atirando-se no fogo da pira funerária.

Estruturando sua argumentação a partir de uma pergunta: *Pode o subalterno falar?*, a autora colocava em evidência as ambiguidades que marcam o lugar de fala de sujeitos tradicionalmente subalternizados em função de sua condição colonial. Proposição esta também assinalada por Cruz (2011), ao sugerir que quando analisamos o título original em inglês dessa obra:

Can the Subaltern Speak? – observamos que a autora, ao usar *can* e não *may*, deixa ao leitor a livre inferência sobre o sentido do verbo modal *can*: queria ela perguntar se o subalterno pode (no sentido de permissão) falar? Ou se esse subalterno pode no sentido de saber, ser capaz de falar? E mais, estaria ela surpresa ante a possibilidade de um subalterno falar? (CRUZ, 2011, p. 1).

Com isso, percebemos que a intenção geral da autora era questionar o modo como o sujeito do “Terceiro Mundo” é representado no e pelo discurso hegemônico ocidental. Em função disso, propõe uma descentralização radical da figura do sujeito, denunciando, em certa medida, a conivência instaurada entre a produção de alguns intelectuais com os interesses políticos e econômicos que sustentariam as esferas de poder do Ocidente, sobretudo, no contexto europeu. Em outras palavras, o que Spivak (2014) advoga é a necessidade de se olhar para os sujeitos que vivem na periferia do capitalismo com uma visão menos ocidentalizada (leia-se das metrópoles), pois essa abordagem, largamente difundida pelos intelectuais europeus, tende a calar a voz daqueles que não figuram no centro do capitalismo mundial. Razão pela qual, na percepção de Almeida (2014), a problemática central de *Pode o subalterno falar?*, gira em torno de se “teorizar sobre um sujeito subalterno que não pode ocupar uma categoria monolítica e

indiferenciada, pois esse sujeito é irredutivelmente heterogêneo” (ALMEIDA, 2014, p. 11).

Perseguindo esse objetivo, Spivak (2014) dialoga e critica certos postulados presentes nas obras de Deleuze, Guattari, Foucault e Derrida assinalando que, apesar da importância de suas formulações teórico-conceituais, eles ignoram em muitos aspectos a divisão internacional do trabalho, revelando-se incapazes de lidarem com o capitalismo global. Indo além dessa avaliação, a socióloga indiana sublinha alguns problemas no modo como Foucault, Deleuze e Guattari invocam em suas obras as relações entre o desejo, o poder e a subjetividade, por entender que essa associação corrobora para a construção de um sujeito dominante, cuja existência resultaria em uma violência epistêmica pautada no apagamento do Outro colonizado. De acordo com a apreciação da própria Spivak:

Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária subjetividade. É bem conhecido que Foucault localiza a violência epistêmica – uma completa revisão da episteme – na redefinição da sanidade mental do século 18 europeu. Mas, e se essa redefinição específica tiver sido apenas uma parte da narrativa da história da Europa, assim como nas colônias? (SPIVAK, 2014, p. 60).

Intentando se desvencilhar desse caminho, Spivak (2014) lança mão do conceito de subalterno, que havia sido formulado anteriormente por Gramsci, com vistas a reinterpretar o sujeito colonizado, que fora consubstanciado, até aquele momento, como o Outro pelo discurso da metrópole. Para ela, o subalterno seria todo aquele que não pertence social, política ou geograficamente às estruturas hegemônicas de poder. São os excluídos, os marginalizados, os violentados pela dinâmica da discriminação. Ou seja, subalterno é todo aquele indivíduo que pertence “[...] às camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato

social dominante” (SPIVAK, 2000, p. XX apud ALMEIDA, 2014, p. 13).

Por conseguinte, a autora de *Pode o subalterno falar?* desenvolve uma crítica à representação hegemônica do Outro na qual desloca o conceito de subalterno da esfera social e econômica gramsciana, para uma esfera geopolítica marxista que considera a divisão internacional do trabalho como fator que expõe a subalternidade dos países da periferia do capitalismo, outrora chamados de países do “Terceiro Mundo”. Dessa maneira, Spivak questiona o estabelecimento de uma espécie de hierarquia dentro da noção de subalternidade em que no topo estariam os países desenvolvidos, responsáveis por ditar econômica e politicamente as regras do capitalismo mundial a serem seguidas, em larga medida, pelos países em desenvolvimento, que se localizam num ponto abaixo dessa cadeia de nivelamento.

Ao fazer isso, a socióloga instaura um adensamento do conceito de subalterno, desenvolvendo sua noção dentro do contexto dos países que já assumem uma condição de subalternidade frente a outros, quando trata da questão das viúvas indianas e sua posição numa sociedade governada por valores ligados ao patriarcalismo. Contudo, segundo Spivak, antes que tal adensamento conceitual seja concretizado e validado, é preciso desenvolver uma crítica em relação ao projeto marxista e ao que expressam Deleuze e Guatari quando abordam a questão das classes dominantes e classes dominadas, debatendo temas como a expropriação dos trabalhadores e a exploração entre os países. Isso porque:

a relação entre o capitalismo global (exploração econômica) e a aliança dos Estados-nação (dominação geopolítica) é tão macrológica que não pode ser responsável pela textura micrológica do poder. Para se compreender tal responsabilidade, deve-se procurar entender as teorias da ideologia – de formações de sujeito, que, micrológica e, muitas vezes, erraticamente,

operam interesses que solidificam as macrologias (SPIVAK, 2014, p. 54).

É preciso dizer, então, que não se trata de considerar simploriamente a questão da exploração dos trabalhadores – característica do sistema capitalista – e nem a discussão sobre a exploração geopolítica como dois grandes eixos de investigação acerca da subalternidade. Mais que isso, a proposta de Spivak (2014) consiste em problematizar os discursos de representação do Outro subalternizado, em tensionar “o lugar incômodo e a cumplicidade do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência” (ALMEIDA, 2014, p. 12), chamando a atenção dos leitores para a dupla significação do termo “representação” – uma de abordagem política e outra de dimensões estético-filosófica – que pode ser entendido tanto como *Vretretung* (falar por alguém) ou como *Darstellung* (falar sobre, construir um retrato de alguém).

Levando a cabo esse projeto, a autora utiliza as viúvas indianas como exemplo para falar de subalternidade, uma vez que elas se encontram em uma situação agudizada de impedimento no que diz respeito à autorrepresentação (no sentido do *Vretretung*). Primeiro, porque elas são mulheres em uma sociedade patriarcal, condição à qual se soma a viuvez, não restando a elas outra opção senão a autoimolação no funeral de seus maridos. Por meio desses enquadramentos, Spivak enfatiza que esses fatores de marginalidade do subalterno são mais arduamente impostos ao gênero feminino, posto que, naquela sociedade, a mulher não pode falar e, quando tenta fazê-lo, não encontra os meios para se fazer ouvir.

Por causar muito estranhamento ao olhar ocidental, o *sati* ou *suttee* foi proibido pelos colonizadores britânicos ainda no século XIX. Não obstante, mesmo após sua abolição, ação política que foi considerada por alguns historiadores como “ato admirável”, Spivak (2014) julga ser inevitável problematizar a questão. Gesto efetivado pela socióloga por meio do desvelamento das narrativas produzidas por alguns autores coloniais a respeito dessa questão. Caminhando nessa direção, Spivak cita o livro de Edward Thompson, publicado

em 1928, como um “espécime perfeito de justificativa do imperialismo como uma missão civilizadora” (SPIVAK, 2014, p. 152). Para ela, o problema dessa publicação, tal como no caso de tantas outras, consiste no fato de representar o sujeito colonial se valendo de uma gramática enunciativa marcadamente “contínua e homogênea em termos de chefes de Estado e administradores britânicos” (SPIVAK, 2014, p. 153). Em outras palavras, a construção do sujeito colonial – nesse caso específico, as mulheres indianas – se dá pelo olhar do colonizador.

Soma-se a isso o fato de tais mulheres serem tomadas como objeto de proteção dos colonizadores britânicos, ato de intervenção que culmina no desaparecimento da figura da mulher do Terceiro Mundo, uma vez que as viúvas se veem encurraladas “entre a tradição e a modernização” (SPIVAK, 2014, p. 157), entre o patriarcado e o imperialismo colonial. Mesmo sendo tuteladas por uma nova instância legal, essas mulheres continuam não tendo voz, permanecem silenciadas. Isto porque, se antes elas respeitavam as regras hindus de subordinação, agora são obrigadas a se curvarem à proteção e aos desígnios do colonizador.

Comentando, como exemplo, o suicídio de uma jovem indiana diante de um cenário marcado por questionamentos em relação à tradição, Spivak discute os efeitos que a consciência da voz (ou de sua ausência, de seu silenciamento) impinge sobre os sujeitos subalternizados por serem tratados como “os outros”. Em seu texto, a autora reconstrói essa história nos seguintes termos:

Uma jovem de 16 ou 17 anos, Bhuvanewari Bhaduri, enforcou-se no modesto apartamento de seu pai no norte de Calcutá, em 1926. O suicídio se tornou um enigma, já que, como Bhuvanewari estava menstruada na época, claramente não se tratava de um caso de gravidez ilícita. Quase uma década depois, foi descoberto que ela era membro de um dos muitos grupos envolvidos na luta armada pela independência da Índia. Ela tinha finalmente sido incumbida de realizar um

assassinato político. Incapaz de realizar a tarefa e, não obstante, consciente da necessidade prática de confiança, ela se matou (SPIVAK, 2014, p. 161).

Na análise que tece desse episódio, Spivak chama a atenção para o fato de que a jovem, tendo consciência de que a explicação para seu ato se daria numa abordagem patriarcal (o envolvimento ilícito com um homem), espera o período menstrual para modificar a situação, ou seja, reescreve a história sobre sua morte recorrendo a um marcador fisiológico. Desse modo, é possível se considerar o suicídio da jovem como uma manifestação expressa de sua consciência de sujeito subalternizado, que seria, a todo custo, calado pelo sistema dominante.

Tendo como pano de fundo os conceitos e as análises engendradas pela socióloga indiana, consideramos ser necessário avançarmos nas discussões referentes à “representação dos subalternos”. Nesse sentido, e em função de nosso objeto de estudo, levantamos aqui as seguintes questões: as bibliotecas públicas se constituem em espaços que representam e que respondem às necessidades de públicos tidos como subalternos e/ou invisibilizados socialmente? Como essa representação ganha contornos específicos em seus acervos, ambientes e serviços?

Responder a essas indagações implica transpor para o cenário das bibliotecas públicas a dupla acepção do conceito de representação formulada do Spivak (falar por alguém e falar sobre alguém) e discutir se essas instituições bibliotecárias conseguem, em maior ou em menor medida, colocar no mesmo plano de ação os discursos, narrativas, conhecimentos, histórias e memórias tanto de grupos tidos como hegemônicos, quanto daqueles que se encontram em condição de marginalização sócio-histórica⁹⁵. Antes, porém, julga-se conveniente explicitarmos quais são as funções sociais das bibliotecas públicas.

⁹⁵ Conforme já mencionado anteriormente, a parte analítica deste estudo contemplará exemplos relacionados a três públicos específicos: moradores em situação de rua e a população negra (contexto brasileiro), e mulheres aborígenes (caso canadense).

3 A DIMENSÃO SOCIAL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em manifesto publicado no ano de 1994⁹⁶, caracterizam a biblioteca pública como “centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros” (IFLA/UNESCO, 1994, p. 1), cujos acervos e ações “devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas” (IFLA/UNESCO, 1994, p. 1).

Por meio de tais formulações, o referido Manifesto define as linhas de atuação dessas instituições, cujos eixos centrais giram em torno da promoção da cultura, da educação, da leitura, do lazer e da informação em seus mais variados formatos e suportes, constituindo-se, assim, em ponto de referência (funcional, simbólica e afetiva) para todos os grupos e sujeitos que se inter-relacionam no cerne de determinada paisagem social. A partir desses apontamentos, configuram-se como funções básicas dessas unidades biblioteconômicas:

1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
4. Estimular a imaginação e

⁹⁶ De acordo com Orera e Pacheco (2016), o manifesto foi publicado pela primeira vez em 1949, sendo revisto pela IFLA no ano de 1972. Devido às mudanças que ocorreram nas bibliotecas públicas, especialmente em decorrência de questões sociais e tecnológicas, surgiu a necessidade de se adequar novamente o texto, o que ocorreu em 1994. No ano de 2009, partes específicas desse Manifesto foram novamente atualizadas, focando-se nas dimensões tecnológicas a serem cobertas pelas Bibliotecas Públicas.

criatividade das crianças e dos jovens; 5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas; 6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo; 7. Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural; 8. Apoiar a tradição oral; 9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local; 10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse; 11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática; 12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários (IFLA/UNESCO, 1994, p. 2).

Embora esse rol de atividades corrobore para uma apreensão funcionalista das bibliotecas públicas, as linhas de ações acima assinaladas se mostram úteis em relação ao desvelamento do modo como elas operam cotidianamente, evidenciando suas possibilidades de intervenção social e deixando claro que, por meio do cumprimento de cada uma delas, as bibliotecas públicas:

[...] convertem-se, assim, em centro intelectual da comunidade, permitindo ampliar e aprofundar o conteúdo de suas coleções bibliográficas, enriquecendo tanto a vida coletiva quanto a personalidade individual através dos serviços bibliotecários oferecidos de forma geral (indivíduos e grupos) à população. [...] Em outras palavras: a importância das bibliotecas públicas pode ser medida pelo efeito para o bem que têm na sociedade. No plano sociológico, é uma instituição que faz parte da vida em sociedade de homens e mulheres; a partir da ótica da ciência política, pode ser observada como um serviço público que permite a liberdade e a igualdade de

acesso à informação para ajudar a construir uma sociedade democrática; na esfera da Biblioteconomia é a instituição social que conforma parte da cultura bibliográfica e bibliotecária a serviço da comunidade⁹⁷ (MENESES TELLO, 2013, p. 164-165, tradução nossa).

Mesmo portando tantas possibilidades de intervir socialmente, é preciso não perder de vista que as bibliotecas públicas são espaços políticos, estando, pois, sujeitas aos jogos de força que configuram a realidade da comunidade na qual se inserem. Condição que pode, em muitos casos, subverter a dimensão democrática e cidadã que deveria sustentar seus serviços e ações. É o que também aponta Castrillón (2011) ao problematizar o fato de algumas dessas instituições restringirem suas instalações e destinarem suas verbas ao atendimento das necessidades e desejos de parte restrita da população. A fim de ilustrar seus questionamentos, a bibliotecária e educadora colombiana ressalta que esse cerceamento, por vezes, acontece de forma explícita, em outras, de modo mais sutil, como quando, por exemplo, uma biblioteca pública confere:

[...] prioridade, em seus serviços, a um setor da sociedade, abrindo suas portas somente aos que

⁹⁷ [...] se convierten así en el centro intelectual de la comunidad, permitiendo ampliar y profundizar en el contenido de sus colecciones bibliográficas; enriqueciendo tanto la vida colectiva como la personalidad individual a través de los servicios bibliotecarios dirigidos a la generalidad (individuos y grupos) de la población. [...] En otras palabras: a importancia de las bibliotecas públicas se puede medir por el efecto para el bien que tienen en la sociedad. En el plano de la sociología, es una institución que forma parte de la vida en sociedad de hombres y mujeres; desde la óptica de la ciencia política, puede observarse como un servicio público que permite la libertad y la igualdad de acceso a la información para ayudar a construir una sociedad democrática; en la esfera de la bibliotecología es la institución social que forma parte de la cultura bibliográfica y bibliotecaria al servicio de la comunidad.

de maneira espontânea – ou por vezes, obrigada – chegam a ela, privilegiando algumas de suas funções, limitando seus recursos e coleções, programando atividades de um só tipo ou destacando algumas, como a da circulação e do consumo passivo da informação, entre outras (CASTRILLÓN, 2011, p. 35).

Agindo assim, as bibliotecas públicas “perdem de vista outras possibilidades [de ação] que as tornariam mais necessárias e vitais para a sociedade” (CASTRILLÓN, 2011, p. 36), corroborando, com isso, para a manutenção da disparidade de oportunidades que instauram e sustentam relações assimétricas de acesso à informação, ao conhecimento, à memória e a manifestações culturais de forma geral. Condição que promove, em última instância, a invisibilização de determinados saberes e referências simbólicas, bem como a subalternização de certos sujeitos e grupos sociais que não participam diretamente das esferas hegemônicas de legitimação dessa realidade.

Mas como tudo isso pode ser visualizado na prática? Alfredo Ghiso nos oferece uma via analítica de apreensão dessa realidade ao demarcar que uma biblioteca pública fomenta e reproduz relações de subalternização:

[...] ao manter e oferecer informação desatualizada, ao manejar bases de dados pobres para pobres. [...] Informação que não autoriza ou potencializa os sujeitos sociais, individuais ou coletivos, por sua falta de pertinência, ou por que, ainda que disponham de informação atualizada ou adequada, os usuários não estão em condições de se apropriar dela, devido a suas deficiências nos processos de aprendizagem (GHISO, 2001 apud CASTRILLÓN, 2011, p. 35-36).

Ao chamar atenção para esses aspectos, o autor assevera a importância de se discutir a participação dos “subalternos” no

espaço público, em especial no contexto das bibliotecas. Posição também compartilhada por Costa (2008), para quem a invisibilidade social se instaura, em primeiro lugar, por meio do silenciamento da voz do “outro”. Isso porque, segundo o autor:

Situações crônicas de disparidade social e econômica, em geral fundadas sobre vínculos de mandonismo e subalternidade, prejudicam – e até mesmo interrompem – o poder de comunicação que é próprio aos seres humanos. Todos calam. Ninguém conversa. A comunicação retrai-se. [...] O sujeito tornado *invisível*, arrastado por trocas impessoais, não suscita mais as reações que pessoas despertam em pessoas. [...] A invisibilidade pública – construção social e psíquica – tem a força de *ressecar* expressões corporais e simbólicas dos humanos então apagados. Pode abafar a voz e baixar o olhar. Pode endurecer o corpo e seus movimentos. Pode emudecer os sentimentos e fazer fraquejar a memória. Faz esmorecer – em todos estes níveis – o poder de aparição de *alguém*. (COSTA, 2008, p. 5 e 16, grifos do autor).

Afirmativa que, por sua vez, encontra ecos nas questões levantadas por Gayatri Spivak (2014), em razão de a socióloga indiana afirmar, também, que a subalternidade é uma condição na qual a fala cotidiana do subalterno (o outro não hegemônico) está submetida a processos intermitentes de sufocamento⁹⁸.

Contudo, se até aqui tratamos de algumas modalidades de atuação por meio das quais as bibliotecas públicas fomentam a

⁹⁸ Para efeitos de sustentação desse argumento, mostra-se pertinente citarmos aqui o que Hannah Arendt assinala e desenvolve a partir do campo filosófico em *A condição Humana*: “A vida sem discurso e sem ação [...] está literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano” (ARENDR, 2008, p. 189).

subalternidade, cabe-nos, agora, efetuarmos uma guinada discursiva e nos perguntarmos: em que medida essas instituições podem se contrapor à invisibilização de certos conhecimentos em seus acervos e coleções, ou ao silenciamento de distintos públicos e sujeitos em seus espaços?

Projetar respostas para mais essa indagação pressupõe, em primeiro lugar, adotar por premissa que as bibliotecas públicas são “centros comunitários, acessíveis e democráticos, onde se promovem os diálogos horizontais e a tradição intercultural, e onde se mitigue, principalmente, o preconceito face ao diferente, estabelecendo os primeiros sinais de uma ecologia de saberes”⁹⁹ (GORDILLO SÁNCHEZ, 2017, p. 141, tradução nossa).

Complementar a isso, é preciso que os gestores dessas instituições se indaguem a todo momento sobre qual discurso de representação elas estão produzindo e disseminando. Em outras palavras: a quem ou a que interesses/projetos essas bibliotecas representam? Recorrendo, mais uma vez, aos termos empregados por Spivak (2014), é preciso saber se elas falam por seu público (representação no sentido de *Vretretung*), de sua comunidade (na acepção de *Darstellung*) ou se são capazes de dar voz àqueles que, em última instância, conferem sentido a sua existência.

Sendo assim, e visando demarcar que as bibliotecas públicas são instituições de grande relevância social porque “favorecem processos de transformação tanto nos indivíduos como na sociedade”¹⁰⁰ (JARAMILLO, 2016, p. 75, tradução nossa), cujos modos de atuação podem amenizar e até combater práticas históricas e arraigadas de subalternização (estejam elas relacionadas às dimensões étnicas, raciais, epistêmicas, de gênero, de modos de vida, etc.), apresentamos na seção abaixo relato de três experiências que

⁹⁹ [...] centros comunitarios, accesibles y democráticos, donde se promuevan los diálogos horizontales y la traducción intercultural, y donde principalmente se mitigue el preconceito hacia el diferente, estableciendo los primeros asomos de una ecología de saberes.

¹⁰⁰ [...] favorecer procesos de transformación tanto en los individuos como en la sociedad.

caminham nessa direção. Duas delas foram desenvolvidas no Brasil e a terceira no contexto canadense.

4 BIBLIOTECA PÚBLICA E SUBALTERNIDADE: EXPERIÊNCIAS E PROBLEMATIZAÇÕES

A primeira experiência a ser mencionada investiga o atendimento prestado por bibliotecas públicas de Porto Alegre¹⁰¹, do Pará¹⁰² e da cidade de São Francisco¹⁰³ (nos Estados Unidos) a moradores em situação de rua e em condições de vulnerabilidade social. Desenvolvida como um trabalho de conclusão de curso, a pesquisa¹⁰⁴, que foi realizada por Deuzenise Maria da Silva, considera a biblioteca pública como “uma instituição social e democrática, que tem como uma de suas funções disseminar o conhecimento e o acesso à informação a quem a procura, possibilitando o desenvolvimento do indivíduo como cidadão” (SILVA, 2017, p. 16), razão pela qual defende que, enquanto espaço de exercício da cidadania, essas unidades biblioteconômicas devem oferecer a seu público um atendimento de excelência, “disponibilizando acesso ao conhecimento sem exclusão” (SILVA, 2017, p. 25).

Em termos metodológicos, o levantamento de dados se deu por meio de análise documental das políticas de informação que pautam as atividades das bibliotecas investigadas, e, também, mediante entrevistas realizadas com moradores em situação de rua e vulnerabilidade social das respectivas cidades, bem como com bibliotecários e/ou servidores das instituições responsáveis pelo

¹⁰¹ Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul e Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães.

¹⁰² Biblioteca Pública Municipal Avertano Rocha.

¹⁰³ Biblioteca Pública da cidade de São Francisco.

¹⁰⁴ Essa pesquisa tem por título: “A biblioteca pública no contexto de vida de moradores em situação de rua e vulnerabilidade social: estudo de caso em Porto Alegre-RS” e sua referência completa encontra-se citada na bibliografia deste texto.

atendimento direto a esse público. Com as entrevistas, além de se apreender a percepção desses sujeitos em relação ao trabalho desenvolvido por cada uma das bibliotecas, a pesquisadora buscou identificar com que frequência e com quais objetivos tais usuários frequentam esses espaços; descrever o comportamento informacional desses sujeitos; como as relações mantidas com e nessas instituições impactam em suas histórias de vida; se já sofreram algum tipo de discriminação nesses lugares; e se eles se sentem contemplados/representados na e pela biblioteca pública da sua comunidade.

Como resultado, Silva (2017) conclui que:

nenhuma das bibliotecas dispõe de serviços de inclusão social voltados à população em situação de rua e vulnerabilidade social, muito menos elaboram ações para atrair esse cidadão para seu espaço, porém, mesmo não oferecendo uma atividade específica para esse grupo, as bibliotecas são abertas a toda a população e procuram atender qualquer pessoa que as procura. As bibliotecas promovem atividades culturais que possibilita (sic) toda a comunidade se envolver e, conseqüentemente, alguns moradores em situação de rua acabam não só utilizando os serviços e espaços das bibliotecas, mas sim participando de ações culturais que as bibliotecas executam (SILVA, 2017, p. 111).

Sendo assim, mesmo constatando que as bibliotecas estudadas padecem com a ausência de uma política de representação para esse público-alvo, a pesquisadora faz questão de ressaltar que “esses espaços são bastante frequentados pela população em situação de rua, nesse caso a biblioteca deve aproveitar essa oportunidade para cumprir um de seus papéis como formadora de leitores possuindo iniciativas de atividades de inclusão social para essa população” (SILVA, 2017, p. 112).

Em face disso, conclui seu estudo afirmando que o profissional bibliotecário deve operar em favor de mudanças nesses ambientes, para que todas as pessoas se sintam pertencentes (representados) a esses espaços, atuando para que as bibliotecas públicas se convertam em locais cujas ações fomentem, sempre, o exercício pleno da cidadania.

Outro estudo que se dedica a problematizar o processo de representação de sujeitos subalternizados em bibliotecas públicas foi desenvolvido por Bárbara Kelly, bibliotecária da Biblioteca Pública de Regina, Canadá. Em seu texto “Refletindo as vidas de mulheres aborígenes no desenvolvimento de coleções de bibliotecas públicas canadenses”¹⁰⁵, a autora defende que um dos aspectos que caracteriza essas instituições é o fato de que elas podem ajudar seus usuários a conhecerem melhor sua identidade e sua cultura, ampliando, assim, suas possibilidades de atuação no mundo. Potencialidade que se efetiva, entre outros aspectos, por meio de “[...] coleções que não apenas introduzam novos conhecimentos e ideias, mas que também reflitam para o usuário sua vida de forma realista e afirmativa”¹⁰⁶ (KELLY, 2010, p. 1, tradução nossa).

Em função disso, argumenta a favor do desenvolvimento de uma coleção para e sobre as mulheres aborígenes¹⁰⁷ no Canadá, buscando explorar e celebrar a diversidade e a complexidade de sua cultura e modos de vida. Na defesa dessa proposta, a bibliotecária focaliza o aumento da produção de literatura sobre esse grupo étnico e apresenta estatísticas específicas sobre as mulheres aborígenes, sublinhando que entre 1996 e 2006 esse contingente populacional

¹⁰⁵ “Reflecting the Lives of Aboriginal Women in Canadian Public Library Collection Development”, artigo publicado na revista *Partnership: The Canadian Journal of Library and Information Practice and Research*, no ano de 2010.

¹⁰⁶ [...] collections that not only introduce new knowledge and ideas but also reflect back to the user their life in a realistic and affirming way.

¹⁰⁷ Vale ressaltar que, em seu trabalho, Kelly considera como mulher aborígine ou indígena qualquer mulher que se identifique ou tenha sido identificada como tal.

cresceu cerca de 45% em terras canadenses. Para Kelly (2010), esses números são importantes porque:

[...] as tendências populacionais são altamente relevantes quando se analisa os objetivos do desenvolvimento das coleções das bibliotecas públicas canadenses. Os objetivos do desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas comumente incluem frases como “apoiar a aprendizagem ao longo da vida”, “refletindo a diversidade da [...] comunidade”, “reconhecendo uma leitura própria, visualizando e escutando os interesses de nossos usuários” ou “para enriquecer a vida de cada pessoa em nossa comunidade” (KELLY, 2010, p. 2, tradução nossa)¹⁰⁸.

A esses apontamentos, a autora acrescenta uma série de outros aspectos a serem levados em consideração quando o que se pretende é desenvolver, no contexto nas bibliotecas públicas, coleções representativas de e para uma parcela normalmente marginalizada da população:

Há mais para se entender por trás do raciocínio sobre o desenvolvimento de uma coleção para mulheres aborígenes do que estatísticas populacionais e políticas de bibliotecas bem-intencionadas. A escritora Jeannette Armstrong declarou: “As taxas e problemas de suicídio relacionadas ao nosso povo são resultado de ter sido dito: você é estúpido, ignorante, um bêbado,

¹⁰⁸ *Population trends are highly relevant when reviewing the collection development goals of Canadian public libraries. Public library collection development goals commonly include such phrases as “support lifelong learning”, “reflecting the diversity of [...] community”, “recognizing the unique reading, viewing and listening interests of our users” or “to enrich the life of every person in our community”.*

“você nunca vai representar nada - só porque você é indígena. Para mim, essa é a maior mentira que precisamos combater”. Uma biblioteca pública pode ser parte do combate a essas mentiras, facilitando o acesso a histórias e informações que representam as muitas facetas da vida das mulheres aborígenes (KELLY, 2010, p. 2, tradução nossa)¹⁰⁹.

A partir desse relato, torna-se evidente que mesmo em países com altos níveis de desenvolvimento humano e social, existem grupos e sujeitos cujas histórias são invisibilizadas e a cultura posta à margem da representação pública. Combater esses processos de subalternização deveria ser um dos propósitos das bibliotecas, sobretudo, naquilo que concerne as suas políticas de desenvolvimento de coleções e em termos dos serviços que disponibilizam à comunidade. Isso pressupõe, contudo, que tanto a instituição quanto funcionários fundamentem suas ações:

[...] em um pensamento crítico, democrático e emancipatório [...] que problematize as implicações geopolíticas do conhecimento baseada na ideia de centro-periferia e elimine o racismo epistêmico que legitima uma hierarquia de dominação sobre os conhecimentos não ocidentais¹¹⁰. (GORDILLO SÁNCHEZ, 2017, p. 148-150, tradução nossa).

¹⁰⁹ *There is more to understanding the reasoning behind collection development for Aboriginal women than population statistics and well intentioned library policies. The writer, Jeannette Armstrong, stated "The suicide rates and problems our people are having are a result of being told you're stupid, ignorant, a drunk, you'll never amount to anything -- just because you're Indian. To me, that's the biggest lie of all that needs to be dispelled." A public library can be part of dispelling that lie by facilitating access to stories and information that represent the many facets of the lives of Aboriginal women.*

¹¹⁰ [...] en un pensamiento crítico, democrático y emancipatorio [...] que problematice las implicaciones geopolíticas del conocimiento que trae la idea de

Corroborando com esse modo de compreensão, e assim como Ghiso (2001), Kelly (2010) também discute alguns entraves que enfrentou ao buscar formar um acervo capaz de “representar”, na Biblioteca Pública de Regina, as mulheres aborígenes. Entre as dificuldades mais evidentes, destaca a desatualização dos materiais encontrados e as barreiras financeiras impostas pelo sistema administrativo ao qual a instituição se encontrava subordinada.

Mesmo em face dessa realidade, a bibliotecária estabelece uma listagem de fontes de informação sobre as mulheres aborígenes e de autores que trabalham com temas relacionados àquele grupo. Além disso, referencia uma pequena, mas importante bibliografia contendo livros de ficção, não ficcionais, jornais, revistas, bases de dados, obras cinematográficas e musicais que tratam de assuntos pertinentes às demandas daquelas mulheres. Complementar a esse trabalho, Kelly (2010) aponta para uma série de outras atividades que podem ser concretizadas no âmbito de uma biblioteca pública, cujo propósito central gira em torno da promoção da visibilidade de grupos e sujeitos que foram, historicamente, subjugados por forças hegemônicas. Que atividades seriam essas? Eis a resposta da autora:

a compilação de recursos de representação e de obras usadas e criadas por mulheres aborígenes; a investigação sobre os desafios e questões em relação à coleta e preservação de artefatos e histórias orais; a revisão mais profunda sobre a demografia, o que incluiria a mudança social e do status econômico das mulheres dentro e fora da reserva e em ambientes rurais e urbanos; a avaliação de coleções de importantes bibliotecas públicas; ideias para coleções criativas, métodos de desenvolvimento para atender às necessidades das mulheres aborígenes; e, o mais importante, uma melhor compreensão de como as bibliotecas

centro-periferia, y elimine el racismo epistémico que legitima una jerarquía de dominación sobre los conocimientos no-occidentales.

se relacionam com as mulheres aborígenes, para que quaisquer mudanças feitas realmente reflitam o que elas querem e esperam de suas bibliotecas públicas¹¹¹ (KELLY, 2010, p. 25-26, tradução nossa).

Observações semelhantes também foram feitas por Cardoso e Nóbrega (2013) no âmbito do estudo “A biblioteca pública na (re)construção da identidade negra”, desenvolvido a partir de pesquisa realizada junto à Biblioteca Pública do Estado do Maranhão. Objetivando demarcar que a parca presença de materiais informacionais referentes à memória histórica das pessoas afrodescendentes nas coleções dessa instituição acaba por promover o silenciamento e a deslegitimação da herança e da tradição negra em todo o estado, as autoras propõem uma série de diretivas para que a Biblioteca não apenas passe a dar visibilidade a narrativas e manifestações expressivas da cultura afro-brasileira, como, também, seja capaz de conceber ações e serviços específicos para atender às necessidades desse grupo populacional.

Como causa dessa subalternização, Cardoso e Nóbrega (2013) salientam que, no Maranhão e, praticamente em todo o Brasil:

[...] a história oficial enaltece os homens reconhecidos como vitoriosos, esquecendo que por detrás destes existe o trabalho de outros homens sem os quais essa história não poderia acontecer. Esta história oficial foi sendo

¹¹¹ [...] *compiling a representation of resources and Works being used and created by Inuit women; investigating the challenges and issues regarding the collection and preservation of artifacts and oral histories; a more indepth review of demographics that would include the shifting social and economic status of women on and off reserve and in rural and urban settings; a collection assessment of key public libraries; ideas for creative collection development methods to meet the needs of Aboriginal women; and most importantly a better understanding of how libraries engage with Aboriginal women so that any changes made truly reflect what they want and expect from their public libraries.*

construída a partir de meias verdades, operando com silêncios, apagamentos, censuras. Silêncio que serve para consolidar histórias já contadas e formar novas histórias oficiais (CARDOSO; NÓBREGA, 2013, p. 3379).

Para além desse apagamento histórico, asseveram que outro fator responsável por agravar o processo de invisibilização pública da cultura e das pessoas negras se refere à criação de estereótipos para se “representar” esses sujeitos e sua tradição, inclusive no âmbito das políticas e dos espaços públicos.

Com o propósito de comprovarem esses argumentos, as autoras recorrem à pesquisa realizada por Cardoso (2008), a partir da qual se intentou verificar como a história oficial da população negra brasileira vem sendo contada em livros que compõem o acervo da Biblioteca Infanto-juvenil “Viriato Corrêa”, anexo da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão. Trabalho de investigação que adotou por prerrogativa “que esses livros se constituem em veiculadores de estereótipos, muitas vezes negativos em relação ao negro, através de seus textos e ilustrações [...]” (CARDOSO; NÓBREGA, 2013, p. 3379). De forma complementar, citam, ainda, o estudo de Rosemberg (1985), onde encontram indícios suficientes para afirmarem que nesses livros a situação social do negro é enunciada, quase sempre, em posição inferior à do branco, e que a população negra aparece, majoritariamente, em situações de sujeição e vinculadas à pobreza, o que contribui para a criação de estereótipos e para a reprodução de valores que incidem, sobremaneira, na perpetuação de ideologias hegemônicas de subalternização.

Enfrentar essa problemática não pressupõe, segundo Cardoso e Nóbrega (2013), extirpar tais obras do acervo da biblioteca, mas, antes, discuti-las no sentido de se desconstruir essas formas pejorativas de representação da população negra, de sua história e de sua cultura. Em função disso, recomendam a adoção de obras e narrativas que promovam “o reconhecimento da contribuição da população negra, que se deu em todos os âmbitos (político,

econômico e cultural) na sociedade brasileira” (CARDOSO; NÓBREGA, 2013, p. 3381).

De forma correlata, sugerem que o desenvolvimento de coleções e as práticas de mediação – da leitura e da informação – promovidas pela Biblioteca Pública maranhense incorporem em seus horizontes de ação o trabalho com narrativas orais. Caminhando nessa direção, a Biblioteca poderia se converter em espaço capaz de potencializar a voz desses sujeitos, tornando-os, eles mesmos enunciadore de suas histórias, memórias e representações. Isso porque, de acordo com as pesquisadoras:

[...] a narrativa oral traz mensagens, informações, outras memórias; tem uma função importante na luta contra o silenciamento da memória, no seu movimento; em mostrar que a memória é também individual e através dela as sociedades podem apropriar-se de informações (CARDOSO; NÓBREGA, 2013, p. 3392).

Por meio desse postulado, Cardoso e Nóbrega (2013) reafirmam a responsabilidade ética das bibliotecas públicas e o compromisso social dos profissionais da informação de lidarem com questões complexas como as representações étnico-raciais. Movimento também empreendido por Kelly em relação à presença e marcadores representacionais das mulheres aborígenes na Biblioteca de Regina, no Canadá, e por Deuzenise Maria da Silva, quando esta expõe publicamente a apatia de certas bibliotecas em reagir à invisibilização de moradores em situação de rua e em condições de vulnerabilidade social, especialmente em Porto Alegre.

Sendo assim, e fazendo uma paráfrase do texto de Spivak (2014), nos perguntamos aqui: pode o subalterno falar na biblioteca pública? Responder a essa questão implica, mais uma vez, retomarmos os marcadores funcionais e simbólicos que definem a importância social dessas instituições.

Nesse sentido, e adotando por prerrogativa que as bibliotecas públicas são espaços democráticos por natureza, cujos serviços,

acervos e atividades que oferecem devem ser planejados tendo-se em vista o atendimento amplo e irrestrito de todos os membros da comunidade, a resposta precípua para essa última indagação é sim, os “subalternos” podem e devem falar na e por intermédio da biblioteca pública.

Mas como garantir isso? Conjugando tanto no plano discursivo e político, quanto no exercício cotidiano das ações que desenvolvem os elementos necessários para que os distintos sujeitos que a elas recorrem possam acessar e fazer uso de um conjunto multivariado de referências, ajudando-os, assim, a edificarem pontos de interconexão entre sua biografia individual e os fatos, alusões e narrativas instituintes da história e da realidade do grupo ao qual pertencem. Somente quando passarem a agir dessa forma, as bibliotecas públicas se configurarão de fato como “lugares onde se difundem as representações coletivas e sociais dos povos em situação de desigualdade frente às grandes metrópoles”¹¹² (GORDILLO SÁNCHEZ, 2017, p. 152, tradução nossa).

Dito com outras palavras, apenas quando se abrirem à pluralidade humana é que as bibliotecas se constituirão em espaços efetivamente públicos. Com isso, mais que falar por alguém (*Vretretung*) ou falar de alguém (*Darstellung*), elas passarão a viabilizar que cada sujeito e que cada grupo fale por si mesmo, que apareça para o mundo, que represente e que se sinta representado no/pelo outro. Nas considerações que se seguem, tecemos mais alguns apontamentos acerca dessas dimensões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo buscou evidenciar que, enquanto instituição social, as bibliotecas públicas são, também, espaços de representação da vida social. Nesse sentido, se mostram impregnadas pelo mesmo jogo de forças que definem a realidade cotidiana da comunidade onde se inserem. Com isso, seus espaços,

¹¹² [...] lugares donde se difundan las representaciones colectivas y sociales de los pueblos en situación de desigualdad frente a las grandes metrópolis.

acervos, coleções e serviços podem ser usados tanto para conferir visibilidade a certos discursos, quanto para invisibilizar, de forma hegemônica, narrativas, histórias e memórias que dizem de públicos e sujeitos subalternizados publicamente.

Tomando isso como pressuposto e sem negligenciar as prerrogativas democráticas que deveriam subsidiar o modo como essas instituições atuam, ao longo do texto nos indagamos de que maneira as bibliotecas públicas têm buscado atender e representar grupos de usuários historicamente menos privilegiados, caso, por exemplo, de moradores em situação de rua e de vulnerabilidade social, mulheres aborígenes e da população afrodescendente.

Ao fim desse percurso, e por meio do diálogo estabelecido com os relatos de Silva (2017), Kelly (2010) e Cardoso e Nóbrega (2013), chegamos a algumas constatações que indicam possíveis respostas para a inquietação enunciada: as bibliotecas públicas são, em sua maioria, instituições que reproduzem, a partir de seu *modus operandi*, estruturas hegemônicas de colonização do saber; em função disso, acabam por subverter os fundamentos democráticos e multiculturais que, historicamente, foram e são evocados para definir suas funções básicas; com isso, nem sempre essas unidades biblioteconômicas conseguem responder e representar a multiplicidade de sujeitos e públicos que a elas recorrem; contudo, e essa talvez seja a evidência mais importante de nosso trabalho, existem sim bibliotecas e bibliotecários que se preocupam com a imensa diversidade de narrativas, memórias e manifestações culturais que dão forma ao tecido social onde estão inseridos.

Nessa mirada, e tendo por referência as problematizações lançadas por Gayatri Chakravorty Spivak (2014), é preciso – diríamos até que é urgente – que essas instituições constantemente se indaguem acerca das representações que têm ajudado a agenciar e a propagar. De forma complementar, faz-se necessário que elas enfrentem a questão da subalternização de saberes e da invisibilização de certos públicos e sujeitos em seus espaços, serviços e coleções. Por fim, e não menos importante, é fundamental que as bibliotecas públicas aprendam a “valorizar a existência de outros

protocolos e modos subalternizados de se conhecer, transmitir e produzir saberes”¹¹³ (GORDILLO SÁNCHEZ, 2017, p. 137, tradução nossa).

Portanto, tomando por verdade que as bibliotecas públicas são instituições que podem intervir – enquanto local de cultura, educação, memória, lazer, leitura e informação – em muitos aspectos no contexto da vida cotidiana, torna-se evidente que a justificativa para sua existência continua atrelada à relação que elas estabelecem com seu público, seja conferindo respostas as suas demandas, acolhendo-o em seus espaços ou facultando os meios necessários para que suas histórias, tradições e conhecimentos não sejam subalternizados ou invisibilizados socialmente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart (2010). Prefácio – Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CARDOSO, Francilene do Carmo. **A biblioteca pública no fortalecimento da identidade negra**. 2008. (s.n.) f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Departamento de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2008.
- CARDOSO, Francilene do Carmo; NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2013.
- CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.
- COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce**: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e

¹¹³ [...] valorizar la existencia de otros protocolos y modos subalternizados de conocer, transmitir y producir saberes.

entrevistas. 2008. 403 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CRUZ, Edna Sousa. Os sentidos do poder/saber dizer. **EntreLetras**, v. 2, n. 2, 2011.

GHISO, Alfredo. Bibliotecas populares comunitárias: trânsitos y negociaciones socioculturales. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO Y DEL CARIBE DE SERVICIOS DE INFORMACIÓN A LA COMUNIDAD, 1., 2001, Medellín. **Anais**. Medellín: Universidad de Antioquia, 2001.

GORDILLO SÁNCHEZ; Daniel Guillermo. Decolonización, bibliotecas y América Latina: notas para la reflexión. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 31, n. 73, p. 131-155, 2017.

JARAMILLO, Orlanda. Papel de la biblioteca pública en la recuperación de la memoria local y el fortalecimiento del tejido social. In: MOURA, Maria Aparecida; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da (Org.). **Anais do Encontro da Associação de Educação e Pesquisa Em Ciência da Informação da Ibero-América e Caribe**. 10., 2016, Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2017, p. 74-87.

KELLY, Barbara. Reflecting the lives of aboriginal women in Canadian public library collection development. **Partnership: The Canadian Journal of Library and Information Practice and Research**, v. 5, n. 2, p. 1-28, 2010.

MENESES TELLO, Felipe. Bibliotecas y sociedad: el paradigma social de la biblioteca pública. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 27, n. 61, p. 157-173, sep./dic. 2013.

ORERA ORERA, Luiza; HERNÁNDEZ PACHECO, Federico. El desarrollo de colecciones en bibliotecas públicas. Fundamentos teóricos. **Investigación Bibliotecológica**, v. 31, n. 71, p. 235-270, 2017.

SILVA, Deuzenise Maria da. **A biblioteca pública no contexto de vida de moradores em situação de rua e vulnerabilidade social**: estudo de caso em Porto Alegre - RS. 2017. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

UNESCO, I. F. L. A. **Actualização do Manifesto da IFLA sobre Bibliotecas Públicas**. 2009.

UNESCO, I. F. L. A. **Manifesto sobre Bibliotecas Públicas**. 1994.

RECURSOS PARA O FUNCIONAMENTO COESO E MANUTENÇÃO DE REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

Everton da Silva Camillo
Claudio Marcondes de Castro Filho

1 INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas nas últimas décadas importam para a conjuntura atual: um cenário munido de inúmeras transformações que vão desde o assentamento tecnológico até suas proporções de apropriação no contexto social. Isso fez com que as tecnologias da informação e da comunicação pudessem avançar de forma expressiva e romper com as barreiras tanto físicas quanto geográficas a fim de oferecerem novas possibilidades de serviço por meio de uma atuação conjunta e interligada: as redes.

O que são redes? Frente à pergunta, Manuel Castells (2005b, p. 566), grande estudioso do assunto, infere: “[...] redes são estruturas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos”. Assim, as redes assumem estruturas expansíveis, que interconectam pontos de acesso que passam a se comunicar com o todo. As redes também partilham uma mesma codificação, significante tanto para as partes quanto para o todo. Desse modo, as redes perpassam os serviços e as instituições. Serviços dos mais variados tipos e instituições das mais variadas naturezas. Por isso, a noção de rede igualmente se vincula ao contexto da educação, por ser fundamental, até mesmo, para os equipamentos de informação, como são as bibliotecas. “Para que uma rede de bibliotecas seja considerada como um organismo coletivo, é necessário saber reconhecer as suas especificidades e as suas diferenças, mas que essa rede tenha interesses em comum” (CASTRO FILHO, 2018, p. 23-24).

Nesse sentido, como haviam considerado Varela Orol, García Molero e González Guitian (1988, p. 218), a rede de biblioteca é “[...] uma organização [...] formada por um conjunto de bibliotecas conectadas que se comprometem formalmente na consecução de objetivos comuns”. Como um dos objetivos em comum das bibliotecas é possibilitar o acesso à informação e ao conhecimento, desse modo, fica claro compreender que as bibliotecas facilmente se adequam a esta estrutura que tem como alicerce as redes de base microeletrônica.

Frente a essas colocações, este estudo tem como objetivo evidenciar a importância dos recursos físicos, humanos, financeiros e de informação para o coeso funcionamento e manutenção de uma rede de bibliotecas, pois se sabe que o monitoramento desses recursos de informação incide no conhecimento da saúde tanto das bibliotecas quanto das redes a que essas bibliotecas se vinculam. Assim, a correta atenção no investimento dos recursos básicos de equipamentos de informação é capaz de alavancar seus serviços e produtos a fim de que se alcance as demandas de informação dos seus sujeitos informacionais e, conseqüentemente, angariar, dentre os potenciais, usuários reais da informação; justificativa do estudo.

Metodologicamente, foi realizado um estudo qualitativo, descritivo e exploratório. O método empregado foi a Análise de Conteúdo, de Bardin (2016). A técnica eleita para operacionalizar a aplicação desse método foi a análise de conteúdo de tipo temática, com a confecção de um sistema categorial. O conteúdo analisado foi uma entrevista aplicada a um coordenador de rede de bibliotecas escolares. O foco da entrevista recaiu sobre os recursos básicos estruturais das bibliotecas e das redes a que estas se vinculam, isto é, os recursos humanos, físicos, financeiros e de informação.

2 A SOCIEDADE EM REDE

O termo ‘sociedade em rede’ pode suscitar em ocorrências, da ordem do imaginário, que fazem referência ao campo do ciberespaço, com os cibernautas, e até mesmo às operações robóticas amparadas

pelos apetrechos da telecomunicação. Entretanto, diferentemente de alguma expectativa humana de que essa seja a esperança de uma tecnologia que resolva todos os problemas do mundo, a sociedade em rede é a sociedade em que nós vivemos, é aquela que, vagarosamente, como num processo movente, sai de um estado e adentra outro (CASTELLS, 2005a).

O vocábulo 'rede' chega à ciência por meio do médico e naturalista italiano Marcello Malpighi. A forma primitiva desse conceito tinha estreita relação com a tecelagem, sendo que essa relação permitiu que dicionários do século XVII ainda o definissem como um trabalho de fio ou seda, ou um tecido em que há malhas e aberturas. Contudo, posteriormente abocanhado pela área da medicina, esse termo passa a pertencer ao vocabulário médico até o fim do século XVIII.

É na virada do século XVIII para o século XIX, portanto, que podemos assistir a ruptura do cordão umbilical dessa noção com o corpo humano, no contexto de uma estrutura biológica, ao passo que se torna emergente a concepção moderna de rede, sendo uma matriz técnica de arranjo do território, separando-se definitivamente da sua relação com o corpo (MUSSO, 2010; MARTELETO, 2007).

A sociedade em rede nasce da coexistência das tipologias de sociedades antes surgidas; a sociedade agrária deu lugar à sociedade industrial e essa, em última instância, tem tido como destino final a sociedade em rede, que traz todas essas outras formas de organização social em sua base formativa. Para Benigno (2010), o prenúncio dessa nova sociedade tem a década de 1990 como ponto referencial, período a partir do qual as pessoas passaram a se apoderar da expressiva capacidade de comunicação que a internet proporciona e da sua consequente oportunidade de ser usada como instrumento de trabalho e de criação de conhecimento e de riquezas. Assim, houve uma apropriação da internet pelas pessoas no intuito de construir suas próprias redes, que, segundo Castells (2005^a, p. 19), “[...] incluem e organizam o essencial da riqueza, o conhecimento, o poder, a comunicação e a tecnologia que existe no mundo”.

Destarte, considera-se que este é um novo contexto a partir do qual a vida das pessoas é alcançada e desenvolvida, só que por um

outro viés. Isso quer dizer que essa nova forma de sociedade representa o novo alicerce social dominante do planeta e, pouco a pouco, absorve as inúmeras formas de ser e existir no mundo, dado a abundante oferta de tecnologias da informação e da comunicação, que se adaptam à vida das pessoas, englobando seus interesses, valores e projetos de vida (CASTELLS, 2005a).

Essa nova forma de sociedade só pode se desenvolver a partir de um novo contexto. Fala-se de um novo sistema tecnológico e das tecnologias da informação e da comunicação de base microeletrônica, além da comunicação digitalizada. Contudo, vale ressaltar que o nascimento da sociedade em rede não tem relação com o determinismo tecnológico, embora seja evidente que sem a tecnologia, essa nova forma de organização social nunca teria vindo à existência. Dessa maneira, a tecnologia não exerce determinação sobre a sociedade, é apenas por ela incorporada. Mas a sociedade tampouco determina a inovação tecnológica, apenas a utiliza. Assim, é oportuno lembrar que a eletricidade não foi a determinante da gênese da sociedade industrial, entretanto, sem a eletricidade, questiona-se se tal sociedade teria existido.

O paradigma tecnológico que enquadra a microeletrônica, a informática, as telecomunicações e os novos materiais sintéticos, desde a década de 1970, passou a se expandir de forma grandiosa. Tomou proporções de alcance em termos de inovação tecnológica com aplicações, assim como penetrou em todos os âmbitos da atividade humana. Castells (2005a) ainda considera que é possível considerarmos que a internet assume papel protagonista neste novo sistema de *corpus* tecnológico, uma vez que ela é uma rede de computadores interligados por uma linguagem informática comum; ademais, ela é um meio de comunicação livre e interativo baseado em programas informáticos. Portanto,

[...] utilizando a internet como plataforma tecnológica para a criação de fluxos de comunicação, esta sociedade [a sociedade em rede] tem vindo a estabelecer novas formas de sociabilidade, de produção, de intervenção cívica,

forjando as novas características que a enformam (BENIGNO, 2010, p. 28).

Para Benigno (2010), contextualizar essas redes é elencar suas possibilidades de existência mediante as modernas tecnologias da informação e da comunicação. As redes têm dimensões variáveis, assim como são estruturas abertas e dinâmicas acessíveis globalmente por qualquer pessoa. Dessa forma, na atual conjuntura, os processos enredados no bojo da dominância estão cada vez mais baseados em rede, constituindo, assim, o modo principal de organização das atividades humanas, transformando, sob essa lógica, todos os domínios da vida. Essa lógica tem relação com o estabelecimento de um sistema tecnológico centrado nas tecnologias da informação, que para Castells (2005a, p. 21) denuncia “[...] a formação de uma nova economia, um novo sistema de meios de comunicação, uma nova forma de gestão, tanto nas empresas como nos serviços públicos, uma nova cultura”, além de assumir que as “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 2005b, p. 565).

Portanto, a transitável sociedade em rede fomenta discursos que denunciam a formação de uma nova conjuntura social em que o trabalho em rede se faz no bojo de uma nova e emergente forma de economia amparada tanto pela internet quanto pelas tecnologias da informação e da comunicação. Com isso, atuar em rede é sinônimo de uma cooperação que se comunica com a necessidade de um novo entendimento para o estabelecer estrutural de um emergente e novo mundo.

3 RECURSOS PARA AS REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

Para se ter uma rede de biblioteca escolar, no sentido de instituição social e educacional, são necessários alguns pré-requisitos: os recursos informacionais, financeiros, humanos, e tecnológicos, com a intencionalidade de uma política que atenda a comunidade

escolar, pois a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, 2005, 2016), em suas diretrizes, preconiza a necessidade desses recursos para que se tenha uma gestão por pessoal qualificado da biblioteca escolar e tornar os programas e serviços eficazes. Portanto, a rede deve ser formada por uma equipe familiarizada com os mesmos objetivos na busca de novas parcerias para realizações sociais e culturais, atenta as novas tendências e, naturalmente, aos novos desafios que se apresentem durante o processo, como é o caso específico das bibliotecas escolares.

Nesse sentido, Borges (2007) as entende como esses recursos, os produtos e serviços de informação que caberia a rede de bibliotecas escolares como sendo: a) livro; b) recurso em Braille; c) texto falado; d) videotexto; e) audiolivro; f) catálogos; g) catálogo *online*; h) manuais; i) panfletos; j) cartilhas; k) folders. Sobre os serviços de informação de possível aplicação à rede, mediante ainda os contributos de Borges (2007), apontamos: a) disseminação seletiva da informação; b) consulta local; c) empréstimo domiciliar; d) atividades culturais; e) oficina literária; f) comutação Bibliográfica; g) realização de eventos e campanhas; h) divulgação na *web* por meio de página da rede; i) serviços que notabilizam a acessibilidade; j) levantamento bibliográfico; k) pesquisa de opinião; l) Acesso público à Internet; m) *Blogs* com informações úteis; n) serviço de referência presencial; o) Serviço de referência *online*; p) treinamento específicos; q) biblioterapia.

Esses são, à vista disso, alguns dos produtos e serviços de informação que podem ser integrados à rede de bibliotecas escolares como parte da sua responsabilidade na construção de uma abordagem pedagógica distinta e plural que prime pela disseminação e uso da informação nas bibliotecas escolares. Rompe-se, assim, o silêncio presente nesses espaços do saber por meio de interações mais intensificadas, dinâmicas, participativas e colaborativas com os usuários da informação dos Ensinos Fundamental e Médio da rede de ensino municipal e/ou estadual e federal. É necessário reconhecer a rede biblioteca escolar como um organismo vivo da escola, disponibilizando aos utilizadores os

recursos necessários à leitura, ao acesso, ao uso e à produção da informação em suporte analógico, eletrônico e digital.

Para que os serviços e produtos da rede de bibliotecas escolares atendam as demandas, é necessário que exista uma equipe qualificada de profissionais, provenientes de diversas áreas do conhecimento. No contexto das redes de bibliotecas escolares, são necessários profissionais específicos, como pedagogos, bibliotecários e outros profissionais especializados de outras disciplinas (fotografia, música, vídeo). Com o advento das tecnologias de informação e comunicação, as redes de bibliotecas rompem barreiras físicas e geográficas juntamente com a possibilidade de interligar produtos e serviços, de modo que o trabalho colaborativo ocorra a despeito de cumprir propostas latentes.

Com relação aos recursos financeiros na rede de biblioteca escolar, apontamos além das verbas subsidiadas pelo governo, outras formas de capacitação financeira, como a de projetos desenvolvidos na rede que possam ter a parceria da iniciativa privada e terceiro setor. São projetos de cunho social, educacional e cultural que trazem benefícios para os usuários e leitores das bibliotecas, para a gestão de coleções, para a promoção e as práticas das competências, da leitura, da *Web 3.0* e dos produtos e serviços. Não estamos aqui privatizando absolutamente nada, apenas buscando recursos financeiros com parceiros para projetos sociais, culturais e educacionais como forma de melhorar a formação dos estudantes.

Portanto, espera-se que a rede de biblioteca escolar seja um espaço agregador de conhecimentos e com recursos diversificados, engajado na mudança das práticas educativas, no suporte às aprendizagens, no apoio ao currículo, no desenvolvimento da competência digital, da informação e da tecnologia da informação e comunicação, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania.

4 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. Richardson (2012, p. 90) considera que “A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”. As possibilidades de delinear uma investigação também de abordagem quantitativa a partir do mesmo universo de pesquisa não são negadas, tendo em vista as múltiplas perspectivas pelas quais se pode olhar os fenômenos e os fatos de um mesmo universo; contudo, a escolha da abordagem qualitativa da pesquisa se deu, unicamente, em função dos objetivos traçados à investigação, que tem proximidade com a busca de significados.

Silva (2017, p. 84) pontua que “[...] a tipologia descritiva procura conhecer e entender as diversas relações que ocorrem no contexto social, político, econômico e nos demais aspectos [...] na sociedade”. Gil (1999, p. 44), entretanto, diz: “[...] as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Já com Vergara (2000, p. 47), entende-se que a pesquisa descritiva “Não tem compromisso em explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”. Concebe-se, assim, que a pesquisa descritiva é uma oportunidade para descrever realidades, bem como entender as relações e contextos dessas realidades. Portanto, evidenciar a importância dos recursos físicos, humanos, financeiros e de informação para o coeso funcionamento e manutenção de uma rede de bibliotecas conferiu a esta pesquisa a característica de um estudo exploratório. Gil (1999, p. 27) considera que “este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado”.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de entrevista semiestruturada. O que fomenta a decisão de uso desse tipo de entrevista é a possibilidade que o entrevistador tem de avaliar atitudes, podendo este relatar as reações e gestos do entrevistado. “O

entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada” (GIL, 1999, p. 112). Na entrevista semiestruturada, ao que Laville e Dionne (1999, p. 188) relatam, os:

temas são particularizados e as questões abertas são preparadas antecipadamente, mas com plena liberdade quanto à retirada eventual de algumas, à ordem em que essas perguntas estão colocadas e ao acréscimo de perguntas improvisadas.

Desse modo, o Quadro 1 apresenta as perguntas feitas (12), que enfatizam os recursos financeiros, humanos, físicos e de informação tanto de bibliotecas quanto de redes de bibliotecas.

Quadro 1 – Perguntas aplicadas.

	Perguntas
1	Há bibliotecários em cada uma das unidades da rede de bibliotecas?
2	O quadro de funcionários abrange as diversas formações e cargos para o coeso funcionamento da rede?
3	Há o estabelecimento de padrões de mobiliário?
4	Os aspectos estruturais das bibliotecas (iluminação, ventilação, etc.) se respaldam em normativas?
5	As tecnologias da informação e da comunicação são abundantes?
6	Há a garantia de verba destinada especialmente para a biblioteca?
7	A verba tem como finalidade a manutenção regular e inovações necessárias ao melhor funcionamento da rede e suas bibliotecas?
8	Há um plano orçamentário para desenvolvimento da rede de bibliotecas?
9	Há a emissão de relatórios que indicam a ‘saúde’ ao mesmo tempo que perspectivam o desenvolvimento da rede?
10	Há recursos de informação plurais?
11	Há equilíbrio entre os tipos de recursos informacionais presentes nas bibliotecas da rede?
12	As bibliotecas proveem o acesso a todos os equipamentos eletrônicos, computacionais e audiovisuais necessários?

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

O Quadro 2, por sua vez, apresenta o perfil do entrevistado.

Quadro 2 – Perfil do entrevistado.

Sexo	Cargo	Localização	Formação superior mínima
Masculino	Coordenador de rede de bibliotecas	Florianópolis, estado de Santa Catarina	Graduação em Biblioteconomia

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Recorreu-se à aplicação do método Análise de Conteúdo, valendo-se da sua técnica de análise temática, que, na maioria das vezes, prevê a elaboração de um sistema categorial. Bardin (2016, p. 44) entende esse método como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Pode-se dizer que o grande objetivo da análise de conteúdo do tipo categorial é organizar categoricamente um conjunto de mensagens num sistema que traduza as ideias-chave veiculadas pelo conjunto de documentos em análise.

Para Bardin (2016), esse método possui três fases intrinsecamente relacionadas e que compõem a organização da análise: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A fase de pré-análise “Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas” (BARDIN, 2016, p. 125). É nesse momento que ocorrem as leituras flutuantes (momento em que o analista se deixa invadir por impressões e orientações dos documentos) e a escolha dos documentos. Constituir um *corpus* de documentos para serem analisados implica, quase sempre, escolhas, seleções e regras. Portanto, eis as principais regras:

- a) Exaustividade – o sistema de categorias resultante deve abranger todos os itens relevantes

para o estudo presentes no corpo documental. Além disso, cada categoria deve abranger por completo o conjunto das unidades de sentido que se coloca sob o seu teto.

b) Exclusividade – uma unidade de registro não deve pertencer a mais do que uma categoria, sendo de boa prática [...] explicitar os indicadores das unidades a incluir em cada categoria a fim de ‘tornar certos os resultados discutíveis’.

c) Homogeneidade – um sistema de categorias deve referir-se a um único tipo de análise, não tendo cabimento, portanto, misturar diversos critérios de classificação.

d) Pertinência – um sistema de categoria deve ser adaptado ao corpus em análise, à problemática e aos objetivos da investigação.

e) Objetividade – há que evitar a subjetividade e a ambiguidade na sua formulação tornando-a utilizável, de igual modo, por vários investigadores, o que implica uma definição precisa, operatória (diferente da definição lógica) e que se traduz na explicitação metódica dos critérios que nos levam a identificar determinada parcela da mensagem com determinada categoria.

f) Produtividade – deve oferecer a possibilidade de análises férteis em novas hipóteses e permite avançar para um nível de teorização que não fique apenas pela descrição e pela interpretação imediata dos documentos, mas permita a elaboração de novos constructos coerentes com os dados [...] (AMADO; COSTA; CRUSOÉ, 2014, p. 335-36).

Para Amado, Costa e Crusoé (2014), essas são as regras da categorização que preveem a validação interna do sistema, que já está elaborado e apresentado no Quadro 3. Esse quadro apresenta as categorias e os seus respectivos indicadores. Contudo, é válido lembrar que os indicadores se apresentam como hipóteses e não

interrogações; hipóteses estas inspiradas nas perguntas previamente aplicadas. Isso vai em direção à necessidade de confirmá-las ou infirmá-las junto ao relato do entrevistado e os seus pontos de vista.

Quadro 3 – Sistema de categorias.

Categoria I	Recursos humanos	
	Indicadores	
	Indicador I	Há bibliotecários em cada uma das unidades da rede de bibliotecas;
	Indicador II	O quadro de funcionários abrange as diversas formações e cargos para o coeso funcionamento da rede;
Categoria II	Recursos físicos	
	Indicadores	
	Indicador III	Há o estabelecimento de padrões de mobiliário;
	Indicador IV	Os aspectos estruturais das bibliotecas (iluminação, ventilação, etc.) se respaldam em normativas;
	Indicador V	As tecnologias da informação e da comunicação são abundantes;
Categoria III	Recursos financeiros	
	Indicadores	
	Indicador VI	Há a garantia de verba destinada especialmente para a biblioteca;
	Indicador VII	A verba tem como finalidade a manutenção regular e inovações necessárias ao melhor funcionamento da rede e suas bibliotecas;
	Indicador VIII	Há um plano orçamentário para desenvolvimento da rede de bibliotecas;
	Indicador IX	Há a emissão de relatórios que indicam a 'saúde' ao mesmo tempo que perspectivam o desenvolvimento da rede;

Continua

Categoria IV	Recursos de informação	
	Indicadores	
	Indicador X	Há recursos de informação plurais;
	Indicador XI	Há equilíbrio entre os tipos de recursos informacionais presentes nas bibliotecas da rede;
	Indicador XII	As bibliotecas proveem o acesso a todos os equipamentos eletrônicos, computacionais e audiovisuais necessários;

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

A segunda fase da aplicação do método Análise de Conteúdo – exploração do material – “Consiste no processo através do qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo expresso no texto” (OLIVEIRA, 2008, p. 572). Bardin (2016) infere que se as diferentes operações da fase de pré-análise forem concluídas com êxito, a etapa de exploração do material não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas.

Destarte, o próximo procedimento é o de sistematização do conteúdo do material. O Quadro 4 é formado pelas categorias que vão de I a IV, na primeira coluna, pelos indicadores que vão de I a XII, na segunda, e pelas unidades de registro, na terceira coluna. As unidades de contexto¹¹⁴ utilizadas para equacionar os recortes das unidades de registro¹¹⁵ são os trechos da entrevista.

¹¹⁴ São unidades de compreensão da unidade de registro. Ex: frase, para a palavra, tema, para o parágrafo.

¹¹⁵ É uma unidade de segmentação ou de recorte. Pode ser uma palavra, uma frase, um texto.

Quadro 4 – Processo de sistematização do conteúdo do material.

Categorias	Indicadores	Unidades de registro
Categoria I	Indicador I	“Nas faculdades todas possuem bibliotecários e um auxiliar de biblioteca (em alguns casos também formado em Biblioteconomia) e estagiários. Já nas unidades operativas a presença do profissional não é obrigatória, mas temos motivado os diretores das unidades para que contratem um profissional formado”.
Recursos humanos	Indicador II	“Depende muito da estrutura que se tem e a qual se quer chegar (atrelado a isso a motivação e proatividade do profissional gestor da biblioteca). Mas penso que um profissional com a formação, atento às mudanças, pró-ativo, com um perfil de liderança e apto a transformar desafios em oportunidades. Junto a ele, um profissional da área de T.I. é de fundamental importância. [...] Entretanto, na estrutura da instituição, tenho a sorte de ter profissionais das áreas do Direito, da Arquitetura, da Pedagogia, de Mapeamento de Processos e da Comunicação Científica”.
	O quadro de funcionários abrange as diversas formações e cargos para o coeso funcionamento da rede	
Categoria II	Indicador III	“Por muito tempo, sim. Agora, cada projeto de biblioteca será montado conforme o contexto da unidade, levando em consideração os cursos em seu portfólio, tamanho, infraestrutura de T.I. e outros”.
Recursos físicos	Há o estabelecimento de padrões de mobiliário	
	Indicador IV	“Estes elementos, dentro de todas

	Os aspectos estruturais das bibliotecas (iluminação, ventilação, etc.) se respaldam em normativas	as unidades da instituição, são pensados e executados pelo Setor de Engenharia [...], que estuda padrões nacionais e internacionais de qualidade e segurança, logo, é possível desenvolver as coleções sem maiores preocupações”.
	Indicador V As tecnologias da informação e da comunicação são abundantes	“Não diria um grande número, mas o suficiente. As unidades são equipadas fortemente com laboratórios de informática, alguns próximos das bibliotecas, então as demandas por estes equipamentos acabam sendo atendidas nestes ambientes”.
Categoria III	Indicador VI	“Toda a verba vem da própria da instituição. As bibliotecas recebem valores oriundos de multas, mas nem todas têm o dinheiro revertido para elas mesmas, em alguns casos fica com a unidade”.
Recursos financeiros	Há a garantia de verba destinada especialmente para a biblioteca	
	Indicador VII A verba tem como finalidade a manutenção regular e inovações necessárias ao melhor funcionamento da rede e suas bibliotecas	“Não seria a única finalidade, mas tem este propósito também”.
	Indicador VIII Há um plano orçamentário para desenvolvimento da rede de bibliotecas	“Não todos estes itens. Recursos de informação e materiais promocionais estão dentro do orçamento da Rede. Materiais de escritório e administrativo, não. Algumas das atividades promocionais (como de marketing

		e ações culturais), além de alguns itens de infraestrutura (como biblioteca virtual e bases de dados), também estão contemplados neste orçamento”.
	Indicador IX Há a emissão de relatórios que indicam a ‘saúde’ ao mesmo tempo que perspectivam o desenvolvimento da rede	“Sim, ao final do ano, ao projetar o orçamento do ano seguinte, os relatórios são gerados conforme as atividades realizadas pelas bibliotecas. Para 2018, faremos esta comparação conforme um estudo global de comunidade, que no momento está acontecendo em toda Santa Catarina. A ideia é que com as necessidades identificadas possamos planejar melhor este planejamento financeiro e pontuar se nossos objetivos estão sendo alcançados”.
Categoria IV Recursos de informação	Indicador X Há recursos de informação plurais	“Materiais bibliográficos (livros, periódicos, teses, dissertações, TCCs, guias, relatórios, enciclopédias, dicionários); materiais audiovisuais (DVDs, CDs, softwares) e materiais tridimensionais (jogos, aromas, tecidos e guarda-chuvas)”.
	Indicador XI Há equilíbrio entre os tipos de recursos informacionais presentes nas bibliotecas da rede	“Ele é determinado a partir da nossa Política de Gestão de Estoques Informacionais, levando em consideração os aspectos de aquisição (compra, doação, permuta) e de descarte. O documento costuma ser atualizado a cada três anos, conforme as nossas bibliotecas vão se desenvolvendo e percebendo novas necessidades”.
	Indicador XII	“Nem todos. Gostaríamos, por

	As bibliotecas proveem o acesso a todos os equipamentos eletrônicos, computacionais e audiovisuais necessários	exemplo, de dispor de leitores digitais (e-readers) e de tecnologia assistiva”.
--	--	---

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

A fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação – a seguir – é a última da aplicação do método. É nessa fase que o analista tem a possibilidade de realizar interpretações em tessitura com o quadro teórico inicialmente desenhado ou ainda abrir pistas em torno de novas dimensões tanto teóricas quanto interpretativas, sugeridas pela leitura do *corpus*, que é o material analisado (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014). Para Bardin (2016), é nessa fase que os resultados brutos são tratados. Há operações que fazem com que esses resultados sejam “falantes”, isto é, que consigam conferir informações válidas por meio de procedimentos estatísticos, quadros, diagramas, figuras e modelos. É esse o momento em que, ao se chegar ao fim da análise, obtém-se informações como produto para endossar as respostas para as perguntas iniciais à pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que tange aos **recursos humanos**, o entrevistado, para além de inferir sobre a existência de bibliotecários, pontua a existência de auxiliares de biblioteca, bem como estagiários nas bibliotecas, embora ressalte que nas unidades operativas não é obrigatório haver bibliotecários. No entanto, a coordenadoria da rede motiva as unidades interligadas a contratarem esse profissional, por terem consciência da sua indispensabilidade para o desempenho das ações, além dos marcos legal e constitucional sobre a ausência de bibliotecários em bibliotecas. É necessário haver um profissional

habilitado para agir no entremeio da informação e do sujeito, que é o profissional de biblioteconomia e que deve ter seu lugar no espaço escolar para efeito do que se espera à educação no que tange à colaboração ao ensino (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2018). Além disso, é papel do bibliotecário escolar desenvolver o ensino, a gestão, a liderança, a colaboração e o envolvimento com a comunidade. Já aos seus assistentes compete desempenhar funções administrativas e tecnológicas (IFLA, 2005, 2016).

Quanto à diversidade de cargos para o coeso funcionamento da rede, o entrevistado tem a expectativa de que os profissionais possam ser proativos, líderes, aptos a transformar desafios em oportunidades, e ressalta: *“na estrutura da instituição, tenho a sorte de ter profissionais das áreas do Direito, da Arquitetura, da Pedagogia, de Mapeamento de Processos e da Comunicação Científica”*. Com isso, fica evidente que a atuação do profissional de Biblioteconomia se mostra interdisciplinar, pois destaca a importância do trabalho coletivo com os demais profissionais para o alcance dos serviços de desenvolvimento da educação.

Sobre os **recursos físicos** das unidades, estas, por exemplo, não dispõem de um padrão para o mobiliário. Segundo o entrevistado, *“Agora, cada projeto de biblioteca será montado conforme o contexto da unidade, levando em consideração os cursos em seu portfólio, tamanho, infraestrutura de T.I. e outros”*. A IFLA confirma essa perspectiva de flexibilidade das unidades, pois indica que *“Não existem padrões universais para a dimensão e design das instalações da biblioteca escolar, mas é útil haver critérios que norteiem o planejamento”* (IFLA, 2016, p. 38).

Os aspectos estruturais dessas unidades de informação, ao que se percebe, de acordo com o relato, são pensados por um departamento específico, chamado Setor de Engenharia. Desse modo, as unidades de informação são regidas por padrões nacionais e internacionais de qualidade e segurança por diversos motivos, dentre eles a existência de equipamentos eletrônicos, materiais inflamáveis, rede de fiação no espaço dentre outros. O entrevistado relata que o número de tecnologias da informação e da comunicação

não é abundante, mas o suficiente, além das demais unidades da rede serem equipadas com laboratórios de informática bem próximos das bibliotecas, o que, supostamente, também chama a atenção do Setor de Engenharia a zelar pela segurança do espaço quanto a fisicalidade estrutural das bibliotecas.

Para a IFLA (2016), os aspectos das bibliotecas escolares têm mudado. É evidente que a tecnologia tem cada vez mais potencializado as múltiplas linguagens para trabalho com os alunos nesses espaços de informação e conhecimento. Atualmente, muitas bibliotecas têm assumido a concepção de centros de aprendizagem, pois possibilitam aos usuários se envolverem nas ações por meio de uma cultura participativa, tornando-os consumidores de informação ao passo que os recursos físicos deixam de protagonizar a intencionalidade desses ambientes. Para Lankes (2016, p. 116) “a nova visão da biblioteca não é local ou como acervo de livros, mas como uma plataforma comunitária para a criação e o compartilhamento de conhecimento”. Dessa maneira, e ao contrário, os elementos físicos são compreendidos como coparticipantes do processo de criação de produtos de informação e não mais como protagonistas dessa ação.

Quanto aos **recursos financeiros**, a consideração inicial do entrevistado foi: *“Toda a verba vem da própria da instituição”*. A instituição em que trabalha, por ser do setor privado, designa verba para a manutenção das bibliotecas. Além disso, o mecanismo de cobrança de multas dos usuários de cada unidade se traduz como uma alternativa para investir financeiramente nas unidades e realizar pequenos reparos, isso a partir da reversão do dinheiro coletado com a cobrança das multas. Fica assumido, com isso, que os demais recursos incipientemente existirão se não houver recurso financeiro sendo injetado nas unidades de informação a fim de que sua saúde seja garantida.

Sobre os recursos financeiros, a IFLA (2016, p. 28) propõe que *“Para garantir a atualização e vitalidade da coleção de recursos educativos e informativos de uma biblioteca escolar, é necessária uma dotação orçamental adequada”*. A biblioteca também deve passar por um planejamento orçamentário, pois não deixa de se

configurar como uma instituição social e organizacional. Esse planejamento é endossado pelo bibliotecário como copartícipe junto a uma frente organizativa composta por diretores, professores, alunos e demais profissionais que possam contribuir para a manutenção da função desses espaços de informação.

Quando perguntado sobre a existência de um plano orçamentário, o entrevistado alegou: *“Recursos de informação e materiais promocionais estão dentro do orçamento da Rede. Materiais de escritório e administrativo, não. Algumas das atividades promocionais (como de marketing e ações culturais), além de alguns itens de infraestrutura (como biblioteca virtual e bases de dados), também estão contemplados neste orçamento”*. Desse modo, fica claro que os esforços orçamentários se concentram nas atividades significantes para a função social, educativa e cultural que desempenham as bibliotecas escolares. Como indicado, os materiais de escritório e administrativo não são contemplados nesse orçamento, o que, como pressuposto, faz-nos crer que a compra desses elementos possa estar estrelada a um outro planejamento orçamentário específico. As escolhas e atendimento das demandas para as unidades de informação também são feitas levando-se em conta a emissão de relatórios, que subsidiam investimentos, compras, planejamento e ações futuras para as bibliotecas e as redes.

Para a IFLA (2016, p. 29), *“Os relatórios anuais devem incluir evidências sobre a qualidade dos serviços e programas da biblioteca escolar e o seu impacto sobre o ensino e a aprendizagem na escola”*. Em face a isso, quando perguntado se são feitas emissões de relatórios anuais para aferir a saúde das bibliotecas e da rede como um todo, foi dito: *“Sim, ao final do ano, ao projetar o orçamento do ano seguinte, os relatórios são gerados conforme as atividades realizadas pelas bibliotecas”*. Desse modo, as despesas orçamentárias são cuidadosamente planejadas para o próximo ano e têm como foco os planos de ação delineados para o novo período.

Os **recursos de informação** presentes na rede, em geral, como afirma o entrevistado, são *“Materiais bibliográficos (livros, periódicos, teses, dissertações, TCCs, guias, relatórios, enciclopédias, dicionários);*

materiais audiovisuais (DVDs, CDs, softwares) e materiais tridimensionais (jogos, aromas, tecidos e guarda-chuvas)”.

Desde o ano 2000, o Manifesto da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar (IFLA/UNESCO, 2000) tem preconizado que o acervo dessas unidades deve ser composto por uma diversidade de materiais informativos. Contudo, é a Política de Gestão e de Estoques Informacionais das unidades que equaciona os tipos de recursos de informação para a rede em foco. Essa Política compreende os aspectos de aquisição (compra, doação, permuta) e descarte. É um documento passível de atualização a cada três anos, pois frente às demandas e desenvolvimento das bibliotecas novas necessidades são percebidas e incorporadas tanto no documento quanto no planejamento. Entretanto, nem todas as modalidades de *gadgets* como recursos de informação são contempladas para serem trabalhadas nas unidades da rede, como os leitores digitais (*e-readers*) e as tecnologias assistivas.

É importante ter em mente que a variedade de recursos de informação é fundamental, pois permite que os esforços das redes de bibliotecas estejam em consonância com os programas escolares e com a cultura e interesses dos usuários frente às novas abordagens não analógicas para se trabalhar aspectos, inclusive, da mediação da informação; a biblioteca é o “[...] centro dinâmico de informação da escola, que permeia o seu contexto e o processo ensino-aprendizagem, interagindo com a sala de aula, que dispõe de recursos informacionais adequados” (ANTUNES, 1998, p. 87). Frente à atual sociedade baseada na informação e no conhecimento, as bibliotecas que disponham de novos, diversificados e atuais equipamentos de informação e comunicação estão a permitir que seus usuários abram a porta para ingressarem num mundo dinâmico em que a apropriação da informação igualmente ocorre pela via da rede de base microeletrônica (IFLA, 2005, 2016).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade em rede é o modelo social que vem se consolidando de maneira frenética e abocanha as múltiplas

linguagens e as distintas maneiras dos sujeitos serem e estarem no mundo. É uma sociedade que se baseou nas redes de base microeletrônica para trabalhar com a informação e o conhecimento para gerar riquezas e projetos de vida.

Nesse contexto, do qual já fazemos parte, a biblioteca escolar é um espaço para o estímulo de capacidades em contextos similares. Ela atua no desenvolvimento da competência digital, da informação e da tecnologia da informação e comunicação, pois anseia formar leitores críticos e construir cidadania. Ademais, pode ser entendida como um espaço agregador de conhecimentos que dispõe de recursos diversificados, pois vai na direção da mudança das práticas educativas, atuando no suporte à aprendizagem.

Desse modo, a entrevista permitiu com que pudéssemos chegar ao entendimento de que o funcionamento e a manutenção de uma rede de bibliotecas representa trabalho árduo e de constante planejamento, visto que a atuação em rede tem a implicação de procedimentos e desdobramentos nos níveis estratégico e operacional e requer insumos das mais variadas naturezas, isto é, os recursos humanos, físicos, financeiros e de informação. Assim, a atuação em rede é uma perspectiva de interconexão que se baseia no desenvolvimento equilibrado para que as unidades de informação vinculadas a uma rede minimamente alcancem os seus objetivos junto aos usuários reais e potenciais da informação.

Com a análise dos trechos da entrevista ficou evidente que a rede de bibliotecas em foco oportuniza um desenvolvimento equilibrado às unidades de informação vinculadas a esta. É evidente a importância dos recursos para o coeso funcionamento e manutenção de uma rede de bibliotecas; e embora haja muitas conquistas e um bom desempenho da rede em foco, ao que é percebido, ainda existem lacunas que são passíveis de pequenos incrementos e ajustes e, noutra vertente, ações que denotam um pouco mais de urgência para o bom desempenho tanto das partes (as unidades de informação) quanto do todo (a rede em si).

REFERÊNCIAS

- AMADO, J.; COSTA, A. P.; CRUSOÉ, N. A técnica de Análise de Conteúdo. In: AMADO, J. (Coord.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 301-351.
- ANTUNES, W. A. **Biblioteca escolar no Brasil**: reconceitualização e busca de sua identidade a partir de autores do processo ensinoaprendizagem. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENIGNO, M. L. M. **Projecto**: rede de bibliotecas de Macedo de Cavaleiros. Orientador: Manuela Barreto Nunes. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Bibliotecas) – Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 2010.
- BORGES, M. E. N. O essencial para a gestão de serviços e produtos de informação. **RDBCI**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 115-128, jul./dez. 2007.
- CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Bibliotecas escolares no interior do Estado de São Paulo: evidências sobre a carência de recursos. **Revisa ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 206-223, abr./jul. 2018.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005b.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. In: CARDOSO, G. et al. **A sociedade em rede em Portugal**. Porto: Campo das Letras, 2005a.
- CASTRO FILHO, C. M. Rede de bibliotecas em Portugal: um programa modelo. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 23-34, set./dez. 2018.
- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. Tradução da Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal. IFLA, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf> Acesso em: 24 jan. 2019.

IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar**. Tradução de Neusa Dias de Macedo. IFLA, 2005. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf Acesso em: 24 jan. 2019.

IFLA/UNESCO. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. Tradução: Neusa Dias de Macedo. São Paulo: IFLA, 2000. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VI%20I/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf> Acesso em: 25 jan. 2019.

LANKES, D. R. **Expect more: melhores bibliotecas para um mundo complexo**. São Paulo: FEBAB, 2016.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MARTELETO, R. M. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. esp., p. 46-62, 2007.

MUSSO, P. A filosofia da rede. In: PARENTE, A. **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 17-38.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, R. C. **Gestão de bibliotecas públicas no contexto híbrido: um estudo comparativo de bibliotecas híbridas no âmbito nacional e internacional em prol do desenvolvimento de comunidades**. Orientador: Rosângela Formentini Caldas. 2017. 288 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

VARELA OROL, C.; GARCÍA MOLERO, L. A.; GONZÁLEZ GUITIAN, C. Redes de biblioteca. **Boletín de la ANABAD**, v. 38, n. 1-2, p. 215-242, 1988.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

BIBLIOTECA MACHADO DE ASSIS: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E ORALIDADES

Danielle Barroso

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este ensaio é uma breve reflexão de uma bibliotecária negra que, neste momento, luta constantemente por sua reintegração no mercado de trabalho. Mesmo estando no ano de 2019, século 21, o racismo e o preconceito de gênero são fatores determinantes para a exclusão de mulheres negras na sociedade brasileira, que apesar de almejar avançar na sua profissão (que somente foi conseguida com 31 anos, algo que aos olhos da sociedade chegou de forma tardia, mas na visão de uma pessoa negra aconteceu no momento que pôde acontecer), ainda luta para poder ser vista como uma profissional bibliotecária.

Minha formação não foi diferente dos demais colegas, mas adentrar na universidade depois dos 30, sendo uma mulher negra, foi complicado, por vezes, dolorido; mas segui meus passos, pois já havia chegado um pouco além do que previam a mim.

Não vou afirmar que enquanto criança dizia querer ser bibliotecária quando crescesse, pois, nem tinha conhecimento dessa profissão, mas um objeto que fez da minha infância um momento mais mágico, foi o livro. Este me fez querer ir além do que eu mesma ousei pensar sendo uma mulher negra. E hoje, vejo que a Biblioteconomia esteve presente em minha vida desde sempre.

Bibliotecar é uma arte, que como artista que sou, não poderia ter me graduado em uma profissão que não fosse essa. Trabalhar com informação em formatos variados, enveredar por áreas diversas, como a comunicação, a psicologia e tantas outras, é um privilégio que poucas profissões permitem. O bibliotecário é um profissional multidisciplinar e com potencial que agrega várias áreas do conhecimento. E digo isso não por estarmos adaptando nosso perfil

profissional para o novo modelo de trabalho, mas por ser, de fato, uma área que nos possibilita sermos muitos em um só.

Credito minhas conquistas à Biblioteconomia, assim como meus desafetos, visto que vivo uma relação de amor e ódio com minha profissão. Pensei inúmeras vezes desistir, mas o amor fala mais alto e permanece. A minha insistência em bibliotecar vem muito do fato de ser quem eu sou: tornei-me negra na universidade. Foi através de duas figuras femininas, Fabiana e Luane, mulheres de asè, com seus crespos majestosos, suas falas fortes e consistentes que foi despertado em mim a negritude que estava submersa por anos de racismo e opressões diversas. É claro que essas questões não sumiram da minha vida e nem sumirão, mas uma coisa é certa: me senti forte e segura de ser quem eu sou e fazer o que tenho que exercer enquanto estiver nesse plano, bibliotecar. Seja numa biblioteca, centro de documentação, editora, sala de aula, etc.; algo de bom a Biblioteconomia quer me oferecer, eu creio!

Por este motivo, escolhi trazer nas próximas seções, um ensaio sobre a experiência de estar em uma biblioteca pública do estado do Rio de Janeiro pela primeira vez e ser aquela pessoa que procura por livros sobre as temáticas negras, algo considerado por mim, importante para a criação e fortalecimento da identidade de crianças e pessoas negras por intermédio da inserção da leitura e literatura negra em suas vidas.

2 AS REFLEXÕES INICIAIS

Início esse texto informando se tratar de uma pesquisa não-acadêmica, mas sim de um ensaio a partir da observação de uma profissional apaixonada pelo universo dos livros, bibliotecas e afins, visitando a Biblioteca Machado de Assis (BMA) pela primeira vez.

Neste capítulo, tenho como objetivo apresentar a Biblioteca Machado de Assis (BMA) e buscar mostrar, através de minha escrita, um pouco do que vivenciei em breve visita à tarde após um *workshop* voltado para bibliotecários e áreas correlatas, ministrado pelo colega Nelson de Freitas, bibliotecário e autor do *blog* “Bibliovagas”.

Transformar minha visão da biblioteca em palavras me remete às aulas de Fundamentos Teóricos da informação I e II¹¹⁶, onde a informação nos era apresentada de formas diversas e nos mais variados contextos.

[...] a oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob várias formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso (MARCUSCHI, 2001, p. 25).

Como bibliotecária negra, meus olhos e pensamentos voltam-se para questões étnico-raciais, coisa que durante a graduação não foi um fator determinante na minha formação, pois sabemos o quanto a Biblioteconomia ainda é eurocêntrica. Não entrarei nessas questões, pois “não há aqui a imposição de uma epistemologia de verdade, mas um chamado à reflexão” (RIBEIRO, 2017, p. 90). Para nós, pessoas negras, a escrita é algo que nos aproxima de nossa ancestralidade, nos torna mais fortes e possibilita exercitar o nosso lugar de fala enquanto seres pensantes.

1.1 JUSTIFICATIVA

Este capítulo é a forma que encontrei de exercitar minha visão bibliotecária acerca de questões raciais na Biblioteconomia. A ideia inicial era coletar dados mais aprofundados sobre a biblioteca, informações sobre a escolha do nome, o desenvolvimento do acervo, o mobiliário, enfim, questões referentes ao funcionamento de uma biblioteca de modo geral. No entanto, mesmo diante de inúmeras tentativas, não consegui contato com o profissional responsável e as informações aqui disponibilizadas são as que coletei após o *workshop* e também em *sites* na internet.

¹¹⁶ Disciplina ministrada no curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense pela Professora Dra. Lídia Silva de Freitas

A biblioteca e a formação do profissional bibliotecário se dão dentro de um contexto socioeconômico, político e cultural. Conforme Gisela Eggert-Steidel (1996, p. 34-35), “a influência europeia diminui na segunda metade do nosso século para dar lugar à hegemonia americana no que diz respeito ao ensino, organização e administração de nossas bibliotecas”. Minha formação, assim como de muitos colegas, foi pautada em pensamentos de autores brancos; o pensar e fazer da maioria dos bibliotecários não está voltado para a inserção de pautas raciais.

A arte de ‘bibliotecar’ em um país onde a educação está sempre em segundo plano e a valorização da cultura, em geral, é a partir de uma perspectiva limitada e pelos olhos do opressor é algo ainda difícil de ser realizado. Assim, bibliotecários se veem em um processo de (re)construção de identidade profissional, não para agregar valor a seu currículo lattes, mas sim, para atrair mais e novos usuários para seu ambiente de trabalho e trazer ressignificação do que é a biblioteca e o seu papel na construção da identidade e cidadania.

O bibliotecário é multifacetado, e enquanto profissionais negros, temos uma demanda grande e urgente na valorização educacional e cultural do nosso povo, e a Biblioteconomia com seu campo vasto de atuação nos proporciona assumir vários perfis profissionais partindo do princípio de pesquisar, organizar e disseminar a informação/conhecimento que nos cabe enquanto profissionais da informação.

Para nós, bibliopretos, inserir as questões raciais na Biblioteconomia e na biblioteca é fator essencial, visto que pensar uma Biblioteconomia afrocentrada é ressignificar nossa própria história enquanto indivíduos, resgatando nossa ancestralidade perdida em meio a tantos anos de invisibilidade oriundas de práticas racistas. Dessa forma,

colocar o africano/afrodescendente como agente da história no mundo ocidental, uma vez que nos últimos quinhentos anos estiveram à margem da história social, cultural, econômica e religiosa,

torna-se, assim, um dos princípios básicos da teoria e da prática afrocêntricas (SILVA, 2016, p. 258).

Enquanto profissionais negros nos colocarmos a serviço da promoção da cultura, história, memória da população negra é descobrir nossa própria história, nos percebermos “sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p. 93). Dessa forma, inserir a ideia de uma Biblioteconomia que enalteça a produção científica e tecnológica do continente africano é mostrar versões, até então contadas do ponto de vista de um pensamento único, de “estudos quase que exclusivamente centrados não apenas em fontes ocidentais como assentes, teórica e epistemologicamente, em paradigmas que, raras vezes, permitem descrever, analisar e compreender as sociedades e os povos africanos” (FURTADO, 2016, p. 134).

1.2 METODOLOGIA

A visita ao espaço ocorreu em setembro de 2018, quando participei de um *workshop* sobre empreendedorismo na Biblioteconomia e áreas afins. Como estava no local para participar de um curso, estava munida de caderno e canetas, itens essenciais para um trabalho de campo, mesmo que naquele momento não tivesse planos de produzir algo sobre a biblioteca. Dessa forma, foram visitados os espaços e acervo da presente biblioteca e realizado um diário de campo com anotações, coleta de panfletos pegos na recepção, informações passadas pela bibliotecária durante o *tour* e fotos. Tudo isso foi fundamental para este trabalho, e para o surgimento deste breve relato sobre as dependências da BMA e a inserção das questões étnico-raciais.

3 HISTÓRIA DA BIBLIOTECA

Situada na Praça *Chaim Weizmann*, rua Farani nº 53, em Botafogo, o casarão neoclássico da década de 1920 foi construído pela família Castro Maya¹¹⁷ (MAGALHAES, 2017). A BMA é uma biblioteca que a princípio não chama atenção do grande público por ser em um prédio antigo, que, por vezes, passa despercebido pelos transeuntes. Um fator que percebo entre as pessoas em relação a prédios antigos é ignorar a memória que aquele local preserva.

A preservação da memória e do patrimônio é uma tendência que se constitui nos países periféricos com algum atraso e em situação conflituosa. No âmbito geral, em nosso tempo e em nosso espaço o brasileiro -, a memória dicotomiza-se entre a sua participação na reconstrução histórica para manter vivo o vivido, a tradição e a genealogia identitária diante à aceleração do tempo e o risco da perda das referências, e na desconsideração e indiferença dada à memória, com a inconsciente valorização do novo em detrimento ao velho, provocada pela irresistível lógica do progresso e do desenvolvimento social e econômico. (MONASTIRSKY, 2009, p. 325).

Anteriormente, a biblioteca criada em 1956, localizava-se na sobreloja de um edifício situado na Rua Farani nº 3B. A partir de 1968, com a criação da Associação de Amigos da Biblioteca de Botafogo (AABB), a BMA se mudou para o casarão que, custeado pela Associação, passa por reformas. Uma dessas reformas foi no ano de 1996 e se tornou significativa, visto que foram construídos o auditório e o salão de referência. A AABB é um parceiro de longa data da BMA; ousar dizer que, talvez sem o seu apoio, a biblioteca até

¹¹⁷ Raymundo de Castro Maya, engenheiro, técnico da Estrada de Ferro D. Pedro II (Estrada de Ferro Central do Brasil), e de Teodósia Ottoni de Castro Maia, herdeira de tradicional família de liberais mineiros.

poderia estar na mesma situação das bibliotecas parque brasileiras: sem recursos e esquecidas (MAGALHAES, 2017).

4 ACERVO

A visita à biblioteca ocorreu de forma informativa, onde pude constatar obras da literatura brasileira e estrangeira; algumas chamaram bastante minha atenção. Entrei pela parte lateral e logo avistei o busto do autor Machado de Assis, nome pelo qual a biblioteca foi batizada. No térreo, havia parte do acervo e uma sala com mesas e cadeiras, assim como um lindo banco com escritos de Lima Barreto (Figura 1).

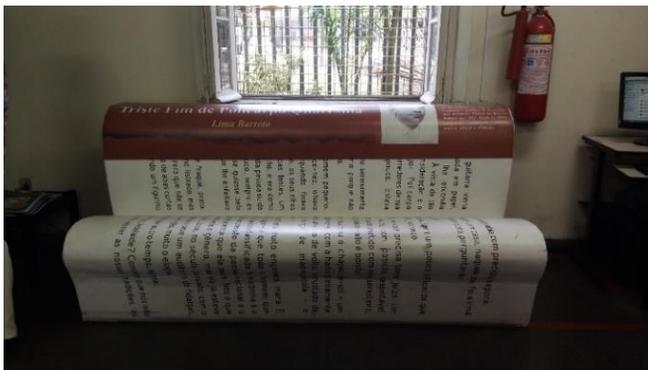
No segundo andar, entre vários espaços e salas, um mural de cordéis¹¹⁸, onde estavam expostos obras e objetos que fazem menção ao norte/nordeste (Figura 2 e 3). A literatura de cordel pode ser vista como uma das formas de ressignificação da memória e história de populações nordestinas, das quais, a população negra é parte.

Toda a biblioteca dispõe de um canto no qual homenageia um escritor, expõe sua obra, aproximando o usuário de usufruir do ambiente de uma maneira lúdica, porém, trazendo a realidade da vida e obra daqueles que compõem o acervo da biblioteca. Na BMA não é diferente, visto que dispõe de espaço reservado para este fim.

O casarão é ocupado de forma com que o usuário se sinta à vontade para estudar assim como utilizar os computadores que são disponibilizados mediante consulta aos responsáveis pelo espaço.

¹¹⁸ Literatura de cordel é conhecida como “é um tipo de poema popular, oral e impressa em folhetos, geralmente expostos para venda pendurados em cordas ou cordéis, o que deu origem ao nome” (SIGNIFICADOS, 2015, s.p.).

Figura 1 – Banco com trechos da obra “Triste fim de Policarpo Quaresma” de Lima Barreto.



Fonte: acervo pessoal (2018).

Figura 2 – Espaço destinado à literatura de cordel.



Fonte: acervo pessoal (2018).

Figura 3 – Um ral exposto com cordéis.



Fonte: acervo pessoal (2018).

A área destinada às crianças conta com um cenário bem convidativo aos pequenos. Cores fortes, mobiliário diferenciado, brinquedos “não tecnológicos”, um ambiente que os torna pertencentes àquele lugar. Passear pela biblioteca me trouxe muitas reflexões acerca do fazer bibliotecário que perpassa os limites do trabalho cotidiano a qual estamos condicionados; nossa missão, nesses espaços, é fazer com que os usuários se sintam parte do todo, que possamos ser a ponte que os levem ao conhecimento, informação e o que mais for necessário para seu desenvolvimento enquanto indivíduos. Vieira (1983, p. 84) pede:

[...] que o bibliotecário troque a forma pelo conteúdo e assuma seu papel de agente social, trabalhando o conhecimento e a informação com seu público, no intuito de favorecer o crescimento do indivíduo, a comunicação entre pessoas e

grupos (ainda que distanciadas no tempo e no espaço), o revigoramento da cultura e a melhoria da qualidade de vida. Por fim, que a biblioteca deixe de ser reduto do bibliotecário e se torne a casa do povo ou ainda mais que isso: que a biblioteca seja o público, tão viva e dinâmica ela se torne.

Figura 4 – Catálogo manual.



Fonte: acervo pessoal (2018).

Figura 5 – Estante com referências de culinária regionais.



Fonte: acervo pessoal (2018).

Figura 6 – Estante com referência em literatura afro brasileira.



Fonte: acervo pessoal (2018).

Dentre as várias atribuições que temos na construção de um acervo que atenda a todos os possíveis usuários, devemos levar em consideração alguns aspectos, entre eles, o desenvolvimento de coleções.

O desenvolvimento de coleções num acervo de biblioteca sempre terá que ser abrangente e participativo, onde o interesse do usuário da comunidade é ferramenta indispensável para uma excelente política de desenvolvimento de coleções. (ARAÚJO, 2013, p. 4).

O grande trunfo da biblioteca Machado de Assis é a gama de serviços que oferecem à comunidade como aulas de xadrez, idiomas, pintura, oficina de teatro, rodas de canto e poesia, grupo de estudos literários e tantas outras atividades. Situada em meio a uma praça envolta de prédios comerciais, uma das atividades que a biblioteca realiza, periodicamente, é o “Livro na Praça”, que consiste em distribuir exemplares doados em duplicata e, com isso, atrair novos usuários para as dependências da biblioteca.

No entanto, dentro do que pude perceber no acervo, constatei uma lacuna importante no que diz respeito à literatura negra. A Figura 7 demonstra tal lacuna ao percebermos a estante com menção à Carolina Maria de Jesus e a quantidade de livros que abriga com a temática afro.

Entendo que, por se tratar de uma biblioteca pública pertencente à Rede de Bibliotecas da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, nem sempre teremos um acervo completo a nossa disposição, mas o meu olhar para essas questões sempre me trará reflexões a serem discutidas e analisadas nesse novo tempo de pensar uma Biblioteconomia Negra (SILVA, 2019).

Figura 7 – Estante referente à literatura negra.



Fonte: acervo pessoal (2018).

A importância da representação negra na biblioteca a partir de uma visão afrocentrada, é crucial para a formação social da população negra, pois esta irá reconhecer-se nos elementos que constituem a experiência africana na diáspora como protagonista, que embora tenha vindo para o Brasil na condição de escravizada, detém uma trajetória histórica com um sistema de crenças, costumes, comportamentos, a forma de ser e estar de portar-se, diferentemente do modelo europeu imposto como modelo de padrão social, cultural e intelectual. (GOMES, 2016, p. 747).

Nesse sentido, ressalto que, apesar das dificuldades que as bibliotecas públicas passam, há algumas ações que ainda podem ser realizadas visando suprir tal déficit, como, por exemplo, campanha

de doação de livros de literatura negra e afro-brasileira, contato com editoras e livrarias especializadas nas temáticas negras solicitando doação de livros para o acervo, contato com autores e autoras negros para solicitação de livros lançados juntamente com convite de lançamento da obra na biblioteca, entre outros

Reafirmo que pensar uma Biblioteconomia Afrocentrada é resgatar nossa identidade negra que há tanto sofre um apagamento histórico e social. Nós como bibliotecários negros, agentes educacionais e sociais, temos a missão de reverter essa invisibilidade através dos livros e de todo meio que nos é cabível enquanto profissionais da informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer uma biblioteca é se reconhecer enquanto ser pensante. Na experiência trazida neste capítulo, me permito adentrar entre as estantes e me fazer presente naquele espaço. Construo em cada livro que leio um capítulo novo de minha história e, assim, posso convidar aos demais frequentadores do espaço que façam o mesmo.

Entendo que minhas palavras beiram poesia, mas não consigo expressar a Biblioteconomia de outra forma. Preciso ser parte e não o meio do processo. Meu texto sobre a BMA é um relato de uma bibliotecária apaixonada por Machado de Assis, que mesmo não tendo todas as informações que eram necessárias para formar uma pesquisa incrível sobre o espaço, juntou suas anotações e fotos de um *tour* após seu curso.

Mais que avaliar o acervo e/ou serviços prestados à comunidade, quero deixar minhas impressões sobre a profissão que me formei, refletirmos juntos o quanto o bibliotecário negro precisa se fazer presente no acervo da instituição a qual ele está inserido. Considero ainda, importante repensarmos e discutirmos ainda mais o racismo em todas as suas esferas, assim como está representado quando não consideramos as populações negras para estarem presentes no acervo de nossas bibliotecas ou nas ações que

desenvolvemos. São tantas as questões urgentes e necessárias que precisamos refletir dentro da Biblioteconomia para (re)construirmos uma sociedade mais igualitária, justa e transparente!

Vou insistir em dizer que a Biblioteconomia terá uma visibilidade forte através de pessoas como nós, presentes em Coletivos de Bibliotecários Negros ou nas produções que nos visibilizam, trazendo assuntos que precisam ser repensados e trabalhados de uma forma mais coerente e verdadeira para termos uma sociedade da informação que reconhece o valor de sua cultura, história e memória de todos os povos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Samantha Andrade de. A construção de uma política de desenvolvimento de coleções: o gerenciamento dos bibliotecários na política de acervo na Unama. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, n. 2, v. 3, 2013.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

EGGERT-STEINDEL, Gisela. A percepção social do profissional bibliotecário: uma pesquisa exploratória. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 1, n. 1, p. 33-43, 1996.

GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov., 2016.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para escrita: atividades de retextualização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MONASTIRSKY, Leonal Brizolla. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 323-334, jul./dez. 2009.

RIBEIRO, Djamilla. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando. Coleções Feminismos plurais. 2017.

SIGNIFICADOS. **Significado de Literatura de Cordel**. S.L., 2015.
Disponível em: <https://www.significados.com.br/literatura-de-cordel/>
Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVA, Maurício Silva. Afrocentricidade: um conceito para a discussão do currículo escolar e a questão étnico-racial na escola. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 255-261, maio/ago., 2016.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Representações Sociais acerca das Culturas Africana e Afro-Brasileira na Educação em Biblioteconomia no Brasil**. 2019. 518 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VIEIRA, Anna da Soledade. Repensando a biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 81-85, jul./dez. 1983.

O PAPEL DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DIANTE DO FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO¹¹⁹

*Arthur Ferreira Campos
Júlio Afonso Sá de Pinho Neto*

1 INTRODUÇÃO

Caracterizada como o objeto de estudo e problematização na Ciência da Informação, a informação é contextualizada atribuindo valores peculiares no campo científico e no âmbito social (PINHEIRO, 2004). A sociedade pós-moderna vigente, concordando com as contribuições de Lyotard (1993) e Oliveira, Vidotti e Bentes (2015), beneficia-se da informação de forma cotidiana e, dessa forma, consumimos e produzimos informação sob uma perspectiva consciente, como também, inconsciente.

Nesse preâmbulo, ao publicarmos ou compartilharmos notícias, ‘memes’, imagens, vídeos, isto é, informação em geral, em alguma mídia social, em algum aplicativo de mensagens, ou em algum *website*, estamos lidando com o consumo e produção de informação. E ainda, no âmbito comunicacional, estamos envolvendo outros sujeitos no processo. A espécie humana, em tese, possui a necessidade de se comunicar entre si e, no contexto de sociedade pós-moderna, essa particularidade define um *status* social de ‘poder’ e de ‘vivacidade’¹²⁰.

¹¹⁹ Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

¹²⁰ Abordamos e afirmamos, nessa ótica, que produzir e consumir informação é uma prática referente a poder e à capacidade de se sentir vivo. Isso se define pelo fato de que Pinheiro e Brito (2014) incitam que a informação é um mecanismo de poder, devido a sua produção ser obtida por setores da elite que manipulam a informação para continuarem no poder, ou seja, contemplando uma manutenção de interesses.

Sendo assim, esse corrente compartilhamento, produção, consumo e publicação de informação possui um lado positivo e um lado negativo. O positivo abrange a possibilidade de rapidez no fluxo informacional, o que ocasiona o acesso e uso por todos os indivíduos pertencentes àquela teia ou fluxo de informação; contudo, o lado negativo é a ocorrência do fenômeno da desinformação, o qual se formaliza como objeto de estudo deste capítulo.

Pinheiro e Brito (2014) atestam que a desinformação se refere a um dos 'fenômenos negativos da informação', fomentado por práticas que se apoiam ao ato de desinformar. Os autores compreendem o significado de desinformação em três fatores: ausência de informação, informação manipulada e engano proposital. Sobretudo, concordamos com esses estudiosos e afirmamos como ideia principal que as particularidades teórico-metodológicas sobre a competência em informação ou competência informacional, contextualizadas por eles, podem solucionar o problema da desinformação.

Diante desse cenário, estabelecemos a seguinte questão de pesquisa: como estabelecer, subsidiar e solucionar o problema da desinformação consoante os aportes teórico-metodológicos da competência em informação? Em complemento, procuramos delinear nosso estudo consoante o objetivo geral de problematizar sobre o conceito de desinformação e apontar a sua solução com as contribuições da competência em informação.

Em referência aos aspectos metodológicos traçados nas sessões seguintes, utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica, na medida que essa "[...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório" (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). Nesse sentido, essa conceituação de Lima e Mioto (2007) se associa com o diálogo proposto aqui, na proporção que há um planejamento para arquitetar materiais relevantes ao alinhamento das temáticas aqui estudadas, não se associando à aleatoriedade.

2 RECORTE TEMPORAL SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Conhecida como *Information Literacy* fora do território brasileiro, a competência em informação surge na perspectiva das consequências que se desencadearam a partir do excesso de informação na denominada sociedade do conhecimento, de acordo com Bell (1973), sociedade da informação, de acordo com Squirra (2005) ou, como adotamos como denominação, sociedade pós-moderna consoante Lyotard (1993) e Oliveira, Vidotti e Bentes (2015). Em contrapartida, enquanto a produção excessiva de informações ganhava espaço, surgiu-se a concepção de que havia o ‘não acesso’ a essas informações (DUDZIAK, 2002; CAMPELLO; ABREU, 2005).

Dudziak (2002, p. 2, grifo nosso) contempla que

a explosão informacional criou **barreiras** como o número praticamente ilimitado de fontes, as emergentes ferramentas informacionais disponíveis e a **falta de habilidade em lidar com tais ferramentas**.

Nesse pensamento, a preocupação de análise deste capítulo provém da palavra ‘barreiras’ e da expressão ‘falta de habilidade em lidar com tais ferramentas’, visto que sustentamos como hipótese de que a competência em informação é a solução para lidar com a desinformação.

As questões referentes à competência em informação, em tradução ao termo *information literacy*, tiveram nascimento na década de 1970, mais precisamente no ano de 1974, oriunda de uma preocupação dos profissionais bibliotecários, isto é, “há algum tempo, as habilidades de informação são objeto de interesse dos bibliotecários, preocupados em orientar os usuários quanto ao uso eficiente das fontes de informação bibliográficas” (SERAFIM; FREIRE, 2016, p. 36). Seu criador, o bibliotecário norte-americano

conhecido como Paul Zurkowski contempla o assunto no relatório “*The information service environment relationships and priorities*”¹²¹.

Esse relatório consolidou a *information literacy* como mecanismo de otimização do acesso e uso da informação relacionando, nessa visão, as bibliotecas com as instituições privadas. Com isso, Zurkowski faz considerações correlacionando o trabalho dos indivíduos com o propósito dos recursos informacionais, ou seja, se um determinado indivíduo era treinado para aplicar certo recurso, ele era ‘competente’ (em termos informacionais) naquela ação.

Nessa perspectiva:

Quadro 1 – Recomendações de Zurkowski.

ZURKOWSKI RECOMENDA QUE:
Os Recursos Informacionais deveriam ser aplicados a situações de trabalho;
Técnicas e habilidades seriam necessárias no uso das ferramentas de acesso à informação, assim como no uso de fontes primárias;
A informação deveria ser usada na resolução de problemas.

Fonte: Dudziak (2002, p. 3).

Em 1979, outro bibliotecário dos Estados Unidos, Robert Taylor, delimitou a conexão entre os bibliotecários e a *information literacy* tornando a concepção (por indivíduos e pelas instituições) dos variados recursos informacionais como algo estritamente necessário e, também, “que a maioria dos problemas poderia ser resolvida por meio do uso da informação” (DUDZIAK, 2002, p. 3).

Com isso, Dudziak (2002, p. 4) relata que:

¹²¹ Tradução nossa: “As relações e prioridades do ambiente de serviços de informação”.

O conceito de Information Literacy começava a se popularizar entre bibliotecários, educadores e administradores. Surgiu e foi construído a partir de uma preocupação em relação ao número crescente de informações disponibilizadas (seu acesso físico e organização), e a admissão de que a informação é essencial à sociedade. Nos anos que vieram, o conceito adquiriu feições novas e variadas.

A formulação de *information literacy* estava sendo entendida e, conseqüentemente, vinha tomando interesse pela comunidade tanto de profissionais de organizações quanto profissionais que possuem papel educacional na sociedade. Face a isso, nos anos 1980, Patricia Breivik conceitua pressupostos da *information literacy* com base em um estudo de usuários feito na Biblioteca da *University of Colorado*, nos Estados Unidos.

Breivik (1985 apud DUDZIAK, 2003, p. 25) indica que a prática em *information literacy* “era um conjunto integrado de *habilidades* (estratégias de pesquisa e avaliação), *conhecimentos* de ferramentas e recursos, desenvolvidos a partir de determinadas *atitudes*”. Apesar de Breivik ter provado esses determinados pressupostos para a *information literacy* em 1985, suas considerações se apresentam até então atuais para a sociedade pós-moderna, já que consideramos que entender, avaliar e saber usar uma informação é uma competência que não está presente em todos os sujeitos.

No ano de 1987, destaca-se o surgimento da pesquisa de Kuhlthau “*Information Skills for an Information Society: a review of research*”¹²². Em consenso, o trabalho de Kuhlthau determina a *information literacy* no âmbito educacional.

Doyle (1994 apud DUDZIAK, 2003, p. 25) aponta esse trabalho em duas perspectivas:

¹²² Tradução nossa: “Competências Informacionais para a Sociedade da Informação: uma revisão de pesquisa”.

1. A integração da *information literacy* ao currículo, a partir da proficiência em investigação, identificada como a meta das bibliotecas do ensino médio;
2. O amplo acesso aos recursos informacionais, cruciais ao aprendizado estudantil, a partir da apropriação das tecnologias de informação. Os estudantes usam as tecnologias de informação como ferramentas na busca pelas informações mais apropriadas ao seu aprendizado.

Utilizar as tecnologias de informação, como auxílio ao aprendizado, é a proposta considerada por Kuhlthau, alinhando a *information literacy* no âmbito educacional, como uma competência atrelada ao currículo estudantil.

Com isso:

O ponto importante é a integração da *information literacy* ao currículo, o que significa entendê-la não como uma disciplina isolada, autônoma e desprovida de contexto, mas sim em harmonia com o universo do aprendiz. Ao referir-se à proficiência investigativa como meta educacional e ao amplo acesso aos recursos informacionais, Kuhlthau amplia o conceito da *information literacy*, desfazendo a noção corrente na época de que as habilidades informacionais se restringiam à biblioteca e aos materiais científicos bibliográficos (DUDZIAK, 2003, p. 25).

Continuando com essa concepção correlacionada com a união entre profissionais bibliotecários e profissionais educadores, em 1989, a *American Library Association* (ALA) publicou um relatório sobre a relevância geral da *information literacy* para os sujeitos. Consta no documento que:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma

informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação [...] Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION – PRESIDENTIAL COMMITTEE ON INFORMATION LITERACY, 1989, p. 1 apud DUDZIAK, 2003, p. 26).

A necessidade da benéfica aproximação entre o ambiente da sala de aula e o ambiente da biblioteca é o que a ALA recomenda neste documento. Devido a isso, a *information literacy* propunha um padrão (educacional) diferenciado para o aprendizado, reformulando os currículos, considerando o domínio dos recursos informacionais, visando a autonomia para utilização das tecnologias de informação para benefício social ou próprio.

Os anos 1990, destacam-se pelo “interesse pela implementação de programas educacionais voltados para a *Information Literacy*” (DUDZIAK, 2002, p. 6). Com o advento da internet e as facilidades de comunicação e aprendizado proporcionadas pela mesma, a necessidade de tornar os indivíduos competentes em informação a partir dos recursos informacionais era crescente.

Muitas pesquisas eram feitas na temática da *information literacy*, alinhando cada vez mais o termo com o contexto informacional digital e eletrônico. Bruce (1997 apud DUDZIAK, 2002, p. 7) destaca essa temática como um determinado ‘fenômeno’. Ele compreendia que:

[...] a *Information Literacy* é muito mais uma questão situacional experimentada pelos sujeitos, resultando disso uma ênfase em determinadas concepções e experiências. Bruce abriu caminho para a visão do aprendizado, conceito

eminentemente dinâmico, a partir do que denominou as sete faces da *Information Literacy* (tecnologia da informação, fontes de informação, processo de informação, controle de informação, construção de conhecimento, extensão do conhecimento e inteligência) (BRUCE, 1997 apud DUDZIAK, 2002, p. 7).

Voltando para a *American Library Association* (ALA), em 1998, outro relatório acerca da *information literacy* foi publicado. O documento “*A progress report on information literacy: An update on the American Library Association Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*”¹²³ conceitua “a necessidade de adequação de sistemas e de profissionais de informação à realidade atual de multiplicidade de recursos e fontes informacionais, reforçando a necessidade de atuação interdisciplinar” (DUDZIAK, 2002, p. 7-8).

Sob essa ótica, Dudziak (2003) contextualiza essas determinadas décadas explicitadas (1970, 1980 e 1990) relacionando a *information literacy* como um período evolutivo. Assim sendo, para a autora, a década de 1970 se relaciona aos criadores e precursores do conceito, a década de 1980 aos exploradores do conceito e a década de 1990 relacionada à busca de caminhos da *information literacy*. Então, a *information literacy* pode ser considerada como uma determinada competência advinda do indivíduo em âmbito educacional. Essa competência pode ser destinada às habilidades de uso da informação e seus relacionados recursos informacionais.

3 CONCEITO DE DESINFORMAÇÃO E SEU CENÁRIO NA PÓS-MODERNIDADE

Descrever a conjuntura referente ao conceito de desinformação no cenário pós-moderno é uma tarefa complexa, diante da

¹²³ Tradução nossa: “Um relatório de progresso sobre a alfabetização da informação: Uma atualização sobre a American Library Association Comité Presidencial sobre Alfabetização da Informação: Relatório Final”.

diversidade de informações que circundam perante o cotidiano dos sujeitos. Acessamos e disseminamos informação ao trocarmos mensagens pelos nossos *smartphones* em grupos de amigos, de família ou de trabalho; ao fazermos e/ou compartilharmos uma publicação numa rede ou mídia social, seja um texto, seja uma imagem, ao indicarmos uma leitura de uma notícia para um amigo, etc. (ARAÚJO, 2018).

A informação está em todo lugar e a usamos de forma consciente ou inconsciente, visto que o ser humano, é uma espécie que alcança a evolução cognitiva, tecnológica, social, ética, moral, entre outros, no ato de se comunicar, de se informar e de 'compartilhar'. No contexto deste estudo, delineamos o uso da informação juntamente com a limitação da chamada 'desinformação', na proporção que "a ciência da informação deve considerar a informação e a desinformação como objetos complementares de estudo da 'ciência da informação'" (MATHEUS, 2005, p. 156). Em consenso, afirmamos que a concepção e estudo sobre desinformação são periódicos no campo da CI.

Pinheiro e Brito (2014) indicam que a desinformação seria um entendimento referente aos 'fenômenos negativos da informação', ou seja, a facilidade de disseminação, acesso e uso da informação em geral, a qual circula pelas camadas sociais, causaria uma crítica referente à desinformação, como uma manifestação negativa da própria informação. À vista disso, os autores compreendem que a desinformação contempla 'ausência de informação' e 'instrumento de alienação'. Em complemento,

Identifica o emprego do conceito de desinformação como ruído ou ausência de informação, como instrumento de alienação coletiva e dominação, e como meio de logro, ou engano arquitetado para alguém. Mais do que um debate de cunho semântico, a incompreensão do que seja desinformação apresenta consequências para indivíduos ou sistemas no tocante a adequada interpretação da própria informação (PINHEIRO; BRITO, 2014, p. 1).

A desinformação, como fenômeno negativo da informação, fundamenta-se em compartilhamentos de informações inverossímeis, duvidosas, enganosas e tendenciosas a disseminar a ignorância aos receptores, ao passo que, muitas dessas, podem ser analisadas como mecanismos de controle. Temos casos, no Brasil e no mundo, referentes à desinformação e à explosão da circulação das *fake news*.

Fake news, em tradução para o português significa ‘notícias falsas’, o que se aplica para a discussão desta seção sobre desinformação. Delmazo e Valente (2018, p. 157) corroboram ao dissertar sobre essa particularidade e ressaltam sobre a facilidade de disseminação de *fake news* ao passo que “[...] conteúdos falsos e desinformação tornam-se *fake news* em virtude do alcance”. Em contextualização, consoante à contribuição desses autores, podemos visualizar as *fake news* como uma consequência da circulação do que Pinheiro e Brito (2014) atestam como o ‘fenômeno negativo da informação’, ou seja, a desinformação.

E nesse contexto,

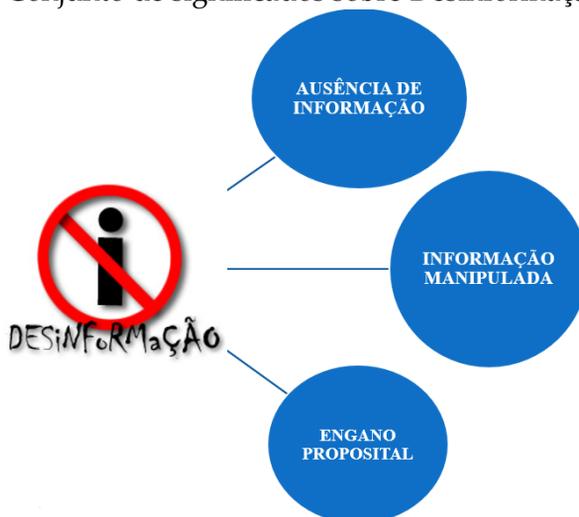
A quantidade de informações enganosas disseminadas já atinge grandes proporções. Exemplos recentes deste cenário são o número de compartilhamentos, nas redes sociais, de notícias falsas sobre as eleições americanas de 2016 e o caso conhecido como ‘Operação Lava-Jato’, aqui no Brasil (LEITE; MATOS, 2017, p. 2336).

Em referência a Leite e Matos (2017), concordamos com a afirmação desses teóricos de que vivemos numa ‘infosfera’, cuja produção e consumo de informação é observada e contemplada de forma exponencial. A informação é, hodiernamente, estudada como um fenômeno em profusão na sociedade pós-moderna e a desinformação é entendida como outro fenômeno em profusão, porém, que deve ser estudado com diligência.

Pinheiro e Brito (2014) dissertam que a desinformação pode ser traçada em três conjuntos de significados, sendo eles a ausência de

informação, a informação manipulada e o engano proposital. Sob essa ótica, a Figura 1 ilustra a aproximação que os teóricos se referem.

Figura 1 – Conjunto de significados sobre Desinformação.



Fonte: adaptado de Pinheiro e Brito (2014).

Nessa ótica, o primeiro significado, referente à **ausência de informação**, compreende o estado de ignorância cuja proposição gera indivíduos não informados ou mal informados, ocasionando a precariedade informacional, correspondente à ignorância sobre determinado tema ou assunto. Por conseguinte, a competência em informação seria a solução para a ‘ausência de informação’. O segundo significado, referente à **informação manipulada**, compreende o ato de ‘enganar propositalmente’, devido à observação de que os setores da elite fornecem e fomentam instrumentos de controle, com produtos informacionais de baixo nível cultural, constituindo a ‘imbecilização dos setores sociais’. Em síntese, a informação manipulada estabelece o ‘desinformar’ como ato de ‘informar’. O terceiro significado, referente ao **engano proposital**, compreende o ato de enganar propositalmente e induzir ao erro, sendo a consequência de desinformar como um propósito do desinformador (PINHEIRO; BRITO, 2014).

Diante dessa reflexão, entendemos que o conceito de desinformação, no que concerne à amplitude e à complexidade da sociedade pós-moderna, contempla as facetas correlacionadas com a possibilidade de ignorância, manipulação, controle, conteúdos de baixa instrução, enganação, etc. Mas também, inferimos que como fenômeno negativo da informação, a disseminação de conteúdos referentes à desinformação para as camadas sociais, pode ser solucionada com o exercício da competência em informação. Em acréscimo, um sujeito que conhece as fontes de informação confiáveis e não confiáveis, possuindo a capacidade de filtrá-las e de interpretá-las, e não somente compartilhá-las sem o ato de crítica ou reflexão, isto é, um sujeito provido de competência em informação, é posicionado aqui como um fator chave para a possível solução do fenômeno intitulado como desinformação.

Salientamos que, no que concerne à categorização de pós-modernidade e à sociedade pós-moderna (LYOTARD, 1993; OLIVEIRA; VIDOTTI; BENTES, 2015), a desinformação é um fenômeno observado tanto no contexto analógico quanto no contexto digital. Isso porque a exponencial circulação de informações no que Leite e Matos (2017) denominam como 'infosfera', é uma característica comprovada nas mais diversas redes e mídias sociais.

4 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL COMO SOLUÇÃO PARA A DESINFORMAÇÃO

A *information literacy* se relaciona com a competência informacional em sentidos explicados pelos estudiosos dos anos 1970 a 1990, como explicitado anteriormente. Dominar um determinado recurso informacional e saber usar a informação são características da competência informacional.

Com isso, Campello e Abreu (2005, p. 179) sustentam que “o conceito de competência informacional envolve, entre outras, a ideia de habilidade de informação”. A competência informacional é considerada como habilidade essencial no processo de pesquisa. Para complementar esse pensamento,

Usuários competentes em informação estão preparados para aplicar habilidades informacionais e de uso de biblioteca ao longo de sua vida. Ou seja, uma pessoa competente em informação domina as habilidades necessárias para desenvolver o processo de pesquisa (KUHLETHAU, 1996 apud CAMPELLO; ABREU, 2005, p. 179).

No Brasil, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) relaciona como correto a adoção do termo ‘competência em informação’ como explicação da terminologia norte-americana *information literacy* (BELLUZZO; FERES, 2013). A importância dessa temática é global e, para tanto,

Acha-se inserida no espectro de fatores que compõem o cenário da sociedade contemporânea, sendo considerada uma área de estudos e pesquisa já consagrados na literatura especializada internacional e em países desenvolvidos, mas, no contexto brasileiro ainda constitui matéria carente de básica teórica para sua melhor compreensão e implementação nas práticas e lides desde a educação básica, abrangendo todos os níveis escolares formais, além do contexto de aprendizado corporativo de organizações. Em decorrência, é preciso desenvolver ações para sensibilizar gestores, educadores e profissionais da informação no sentido de que trabalhem de forma integrada a fim de se oferecer condições básicas que ultrapassem os muros da mera transmissão de conceitos reprodutores de conhecimento e informações (BELLUZZO; FERES, 2013, p. 19).

Em espaço educacional, a ‘competência informacional’ ou ‘competência em informação’, igualando-se à terminologia *information literacy* utilizada fora do Brasil, apresenta-se como

habilidade necessária e essencial para os sujeitos usarem a informação. Desse modo, o uso da informação, munido da habilidade em competência informacional, converge para o que Pinheiro e Brito (2014) evidenciam como solução para o que entendemos como o conceito e significado do fenômeno desinformação, entendido pelos autores como o ‘fenômeno negativo da informação’.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pauta, postulando e relacionando as discussões e reflexões dissertadas neste capítulo, posicionamo-nos na afirmação de que a competência em informação, isto é, a habilidade em informação referente ao seu uso, acesso, disseminação, pesquisa, produção e consumo, é uma das estratégias para a possível solução do fenômeno negativo da informação, tratado como desinformação.

No que abarca as contextualizações relacionadas à educação e à pesquisa, temos a competência em informação ou competência informacional como uma habilidade pertinente ao sujeito que trata com a informação em seu cotidiano. Em referência a Araújo (2018), os indivíduos, hodiernamente, arrojam-se com o uso da informação no seu dia a dia. É um fenômeno sequencial do que Lyotard (1993) categoriza como sociedade pós-moderna e Oliveira, Vidotti e Bentes (2015) atestam a condição de pós-modernidade com a necessidade de estudos centrados nos sujeitos, usuários da informação e de ambientes de informação.

As contribuições de Pinheiro e Brito (2014) sobre a desinformação apontam que esse ‘fenômeno negativo da informação’ é algo com que devemos nos preocupar. Em compreensão, a desinformação não seria um simples fator atrelado às *fake news* ou à ignorância, mas também, um mecanismo de controle de uma elite que coordena o que deve ser produzido e consumido em informação pelas outras camadas da sociedade.

Os estudos de Dudziak (2002, 2003) e Campello (2005) convergem para a sintetização de que um indivíduo competente em

informação possua habilidades e capacidades para criticar, interpretar e ponderar se o que está sendo circulado é uma nota verossímil ou não, ou, até mesmo, se aquilo que está sendo consumido é um mecanismo de controle. Dessa forma, a competência em informação possui um papel considerável na possível solução do que diz respeito ao fenômeno da desinformação.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Report of the Presidential Committee on information literacy**: Final Report. Washington, D.C., 1989.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BELLUZO, Regina Celia Baptista; FERES, Glória Georges. **Competência em Informação**: de reflexões as lições aprendidas. São Paulo: FEBAB, 2013.
- CAMPELLO, Bernadete dos Santos; ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Competência informacional e formação do bibliotecário. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 178-193, jul./dez. 2005.
- DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018.
- DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Information Literacy uma revolução silenciosa**: diferentes concepções para a competência em informação, 2002. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO, Fortaleza, 2002. [Conference paper].
- DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.
- LEITE, Leonardo Ripoll Tavares. MATOS, José Claudio Morelli. Zumbificação da Informação: a desinformação e o caos informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. esp. CBBD 2017, p. 2234-2349, 2017.

- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MATHEUS, Renato Fabiano. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10 n. 2, p. 140-165, jul./dez. 2005.
- OLIVEIRA, H. P. C.; VIDOTTI, S. A. B. G.; BENTES, V. et al. **Arquitetura da informação pervasiva**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, 117 p.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. **Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 3, n. 4, p. 1-11, 2004.
- PINHEIRO, Marta Macedo Keer; BRITO, Vladimir de Paula. Em busca do significado de desinformação. **DataGramZero**, v. 15, n. 6, p. 1-7, dez. 2014.
- SERAFIM, Lucas Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Incompetências em informação: o caso da conveniência na busca por informação. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 36-59, 2016.
- SQUIRRA, Sebastião Carlos de Moraes. Sociedade do conhecimento. In: MARQUES DE MELO, Sather (Org.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Editora da UMESP, 2005.
- ZURKOWSKI, Paul G. **Information services environment relationships and priorities**. Related Paper. Washington D.C.: National Commission on Libraries, 1974.

E-SCIENCE NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS: DA INFRAESTRUTURA À GESTÃO DOS DADOS DE PESQUISA

Valdinéia Barreto Ferreira

1 INTRODUÇÃO

Apresentam-se, neste trabalho, achados preliminares da pesquisa em curso intitulada “*e-Science*¹²⁴ nas bibliotecas universitárias brasileiras: da infraestrutura à gestão dos dados de pesquisa.” O objetivo do estudo é identificar como as bibliotecas universitárias brasileiras estão reagindo às demandas impostas pelo novo modelo de investigação científica. Esse modelo representa a potência da Ciência melhorada pelo uso intensivo das ferramentas computadorizadas e sua ampliação em torno de um esforço colaborativo.

Resgatam-se, nesse momento, elementos da pesquisa desenvolvida, os quais focam questionamentos acerca da gestão dos dados brutos de pesquisa nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, atualmente, sendo reposicionadas pela infraestrutura *e-Science*. Na atual conjuntura acadêmica vivencia-se a utilização de uma infraestrutura de apoio à realização de pesquisas, cercada de ferramentas computacionais para analisar grandes conjuntos de dados científicos de modo colaborativo (E-SCIENCE, 2012).

Os dados brutos de pesquisa, insumo resultante da investigação científica, multiplicaram-se de forma astronômica a partir da utilização dos aparatos tecnológicos provenientes da

¹²⁴ A *e-Science* se caracteriza pela alocação de recursos digitais constituídos pelos principais aparatos tecnológicos para a construção de infraestruturas computacionais que fornecem suporte às práticas científicas contemporâneas (E-SCIENCE, 2012).

infraestrutura *e-Science* criada. As agências de fomento, inicialmente no Reino Unido e Estados Unidos e, posteriormente, em outros locais do mundo, foram as principais responsáveis por iniciativas que financiaram a composição de uma base inovadora para a Ciência e forneceram um ambiente propício aos pesquisadores para o desenvolvimento de seus empreendimentos colaborativos. Além disso, respaldaram o desenvolvimento progressivo de projetos de pesquisa que possuíam como principal característica uma Ciência centrada em dados com forte cunho colaborativo.

Por serem considerados como insumo valioso para a perpetuação e desenvolvimento da Ciência, ao longo dos anos os dados de pesquisa se transformam em grande fonte de estudo e, pela perspectiva contemporânea, também em motivo de preocupação. Uma inquietude manifestada por diversas áreas do conhecimento científico, especialmente pela área da Ciência da Informação (CI), por se predispor tradicionalmente a investigar os produtos informacionais da prática científica. Dentre as causas dessa preocupação assinalam-se aspectos que vão desde o armazenamento ao reuso desses dados. Preocupação que se atém a todas as etapas do ciclo de vida dos dados de pesquisa. A depender do modo como são criados e posteriormente guardados, estes podem ficar perdidos para sempre e prejudicar o reuso por outros pesquisadores. A gestão desses dados se tornou uma das grandes questões do momento para a comunidade científica.

A sociedade contemporânea experimenta os efeitos e a enorme repercussão que as descobertas estão causando no âmbito das tecnologias de informação e comunicação. Diversos segmentos estão sendo afetados direta ou indiretamente pela revolução tecnológica em curso, a qual se caracteriza pela aplicação do conhecimento e informação como um ativo gerador de novos conhecimentos e de dispositivos para o processamento/comunicação da informação, impulsionando um ciclo de retroalimentação cumulativo entre a inovação e o seu uso (CASTELLS, 2006).

A produção do conhecimento científico ganhou novo impulso e facilitador para esta atividade. A utilização dos artefatos

tecnológicos agregados ao forte cunho colaborativo contribuiu para a geração exponencial dos dados de pesquisa. A biblioteca, instituição tradicional e parceira na cadeia produtiva desse conhecimento, bem como laboratório de diversas áreas científicas, fortalece essa rede e reafirma a sua importância como um ator apto a gerir os insumos produzidos ao fornecer cotidianamente os subsídios para esse fazer. As bibliotecas universitárias, especialmente por estarem inseridas no segmento acadêmico, são requisitadas com mais veemência para atender às exigências da comunidade científica frente aos novos desafios desse fazer.

Contudo, no que concerne às bibliotecas universitárias brasileiras, pergunta-se: estão equipadas adequadamente para atender à demanda dos pesquisadores no que se refere aos dados de pesquisa produzidos? Existe uma infraestrutura *e-Science* que favoreça a produção e tratamento desses dados? Em que medida as bibliotecas universitárias estão respondendo às mudanças advindas com o fenômeno da *e-Science*? As bibliotecas universitárias possuem políticas, programas e/ou planos para a gestão dos dados de pesquisa? O tratamento, preservação, reuso e compartilhamento desses dados é uma realidade nas universidades ligadas a essas bibliotecas? A gestão dos dados de pesquisa é uma demanda de serviço para a qual as bibliotecas universitárias estão atentas e preparadas? Os bibliotecários estão aptos para atender a essa nova necessidade? Ocorrem capacitações para preparar os bibliotecários com vistas a atender às solicitações dos pesquisadores? A quem cabe a responsabilidade pela implementação de ações que visam a gestão de dados de pesquisa em uma universidade? A comunidade acadêmica está preparada para a preservação e reuso desses dados? E a curadoria é acatada em todas as suas fases?

Responder a questionamentos dessa ordem é uma pretensão da pesquisa em desenvolvimento que se alia à possibilidade ofertada de colocar em evidência as narrativas das/os pesquisadoras/es negras/os, da CI e áreas afins. Traduz-se como uma ocasião ímpar, além de justificar um esforço investigativo dessa natureza. Permite-se dar voz a quem historicamente tem poucas oportunidades de se fazer ouvir, além de contribuir com um movimento enorme em busca

de empoderamento, visibilidade, protagonismo. Um caminho sem volta rumo ao reconhecimento e ocupação de espaços de direito.

Desfruta-se de um lugar de fala apropriado, em que se permite conhecer a produção de bibliotecárias/os negras/os que fazem pesquisa, atuam em diversos espaços e buscam contribuir com a agenda de estudos de áreas do conhecimento estratégicas para a sociedade. Busca-se, com esse estudo, enveredar por caminhos que permitam responder a questões pertinentes ao tema, forneça subsídios para a tomada de decisão, assim como fortaleça a proposição de políticas e planos que coloquem as bibliotecas universitárias em consonância com as demandas emergentes da Ciência contemporânea.

Resultados parciais são apresentados e as seções contempladas retratam: a introdução do trabalho e a seção seguinte intitulada “Práticas colaborativas contemporâneas e a infraestrutura *e-Science*”, uma contextualização do ambiente em que ocorre a tão comentada explosão de dados de pesquisa, em um contexto de produção e consumo da tecnologia de comunicação e informação. Na sequência, apresenta-se a seção intitulada “Bibliotecas universitárias e a gestão dos dados de pesquisa”, na qual se contextualiza o ambiente de análise ao se apresentar um esboço sobre a temática. A metodologia informa a trajetória adotada e os recursos utilizados para a coleta dos dados empíricos. A seção seguinte, intitulada “Cenário nas bibliotecas universitárias brasileiras”, expõe alguns achados iniciais da pesquisa em curso e encerra-se com as considerações preliminares e as referências.

2 PRÁTICAS COLABORATIVAS CONTEMPORÂNEAS E A INFRAESTRUTURA E-SCIENCE

As práticas colaborativas ou práticas colaborativas de nova geração indicam os contornos assumidos pela Ciência desenvolvida no século XXI, altamente marcada pela produção de dados em proporções surpreendentes e superiores à capacidade humana de processamento. Identificam-se, nesse cenário, associações dessas

práticas a termos como *Big Data*¹²⁵, *e-Science*, *cyberinfrastructure*¹²⁶, *e-Reserche*¹²⁷ e outros. Esses termos engrossam o vocabulário pertinente às manifestações que caracterizam uma prática renovada de construção do conhecimento focada na produção intensiva de dados compartilhados e absorvidos por uma sociedade que envolve segmentos diversos.

Forma-se uma grande rede com interesses heterogêneos e complexos. Inserem-se nessa rede instituições privadas e públicas, comunidades científicas, organizações sem fins lucrativos e muitos outros agentes que se tornam elementos de um processo de construção do conhecimento, no qual atuam como atores e actantes¹²⁸, em um coletivo repleto de conexões, colaborações e compartilhamentos. Tais práticas colaborativas de produção do conhecimento científico exigem um ferramental tecnológico potente para tratar os insumos derivados das produções, associações, negociações, alinhamentos, estratégias e competências que ligam os envolvidos nesse construto. Esse instrumental tecnológico, mantido e suportado em um ambiente apropriado, apresenta características que viabilizam a mudança de papéis que ocorre no encadeamento das interlocuções. Ou seja, ao mesmo tempo em que os elementos da

¹²⁵ *Big data* é um termo utilizado para se referir ao aumento no volume de dados que são difíceis de armazenar, processar e analisar por meio de tecnologias de banco de dados tradicionais (HASHIM et al., 2015, p. 99, tradução nossa).

¹²⁶ *Cyberinfrastructure* é a iniciativa originária de políticas governamentais nos Estados Unidos, com a intenção de fortalecer o desenvolvimento da alta computação e da tecnologia de informação e comunicação (JANKWSKI, 2007).

¹²⁷ *e-Reserche* é uma forma de rede colaborativa, de larga escala e computacionalmente intensiva de pesquisa e de bolsas de estudo para todas as disciplinas, incluindo todas as ciências físicas e naturais, relacionadas e aplicadas às disciplinas tecnológicas, biomédicas, ciências sociais e as humanidades digitais (ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES, 2013).

¹²⁸ Actantes, termo tomado da semiótica por Latour (2001, p. 346) e usado para designar os não humanos ou as “coisas” que juntamente com os atores fazem parte do coletivo que a todos agrega.

rede são os meios para a execução das práticas colaborativas podem, em seguida, transformarem-se em produtos resultantes das inovações e descobertas tecnológicas.

Os papéis de atores/actantes mediadores e intermediários se intercalam no processo. De modo explícito, identificam-se esses elementos em uma rede de conexão de práticas colaborativas contemporâneas como: a infraestrutura *e-Science*; as agências de fomento; as universidades; os institutos de pesquisa; os laboratórios; a comunidade científica; os dados de pesquisa; as políticas públicas, entre outros. Elementos que permitem viabilizar a descrição de um coletivo que age e, nesse agir, proporciona a mobilização e desenho de conexões que compõem um fazer científico renovado e inovador.

Ao forte cunho colaborativo se agrega o desejo de compartilhamento de competências, *expertise* e recursos, assim como o alívio do isolamento do pesquisador, o que possibilita maior aplicabilidade dos resultados de pesquisa, melhor aproveitamento dos dados produzidos e um trabalho desenvolvido em redes colaborativas, necessário em momentos de crise econômica como o que atravessa a sociedade contemporânea.

A evidência de mudanças nos elementos envolvidos no processo de construção do conhecimento é visível e essas interferem nos agentes que compõem a economia do conhecimento. Resgata-se da literatura científica a assertiva de Barona Vilar (2013, p. 21, tradução nossa) ao sinalizar como elementos desse processo:

a ciência e seus produtos, o sistema em que ocorrem, o público, cientistas e tecnólogos especialistas, o apoio financeiro, as formas de legitimação, patentes e regulamentação dos direitos de propriedade intelectual.

Pode-se ainda acrescentar sobre a economia política do conhecimento, de acordo com Barona Vilar (2013, p. 21, tradução

nossa), que a “inovação e a tecnociência¹²⁹ configuram uma nova economia política do conhecimento científico e é a principal fonte de riqueza dos países desenvolvidos”.

As práticas colaborativas desenvolvidas nos diversos campos científicos repercutem na manutenção de uma atividade de excelência e influenciam ainda a produção e fornecimento da informação científica, tecnológica e de inovação em uma sociedade diferenciada, a qual sofre os efeitos das transformações tecnológicas, políticas-institucionais e de inovação. Segundo Albagli, Appel e Maciel (2013), essas práticas são “expressas em noções tais como: redes de conhecimento, coinovação, cocriação, produção *peer-to-peer*, *crowdsourcing*, inovação aberta, inovação social, *open Science* entre outras, cada qual com seu significado específico”.

A *e-Science* aflorou inserida no desafio de se enfrentar o “dilúvio de dados” produzidos e popularizou uma nova metodologia de pesquisa, desenvolvida em diferentes lugares, com uma história ainda imprecisa, denominações e grafias distintas, flexíveis e ainda tênues, mas com o objetivo comum de se usar tecnologias de computação em rede para melhorar a colaboração e os métodos inovadores de investigação (WHITMIRE, 2013).

As agências de fomento e conselhos internacionais são os grandes responsáveis por iniciativas que apoiam e fornecem manutenção para os projetos *e-Science* distribuídos pelo mundo, conforme pontuamos anteriormente. Essas experiências representam o cenário de produção de dados intensivos com práticas e iniciativas de cooperação, a exemplo do Projeto *Worldwide LHC Computing Grid*

¹²⁹ Em Latour (2011), encontra-se a observação de que o termo tecnociência foi forjado como um recurso para evitar a repetição interminável das palavras “ciência e tecnologia”. Esse termo é entendido como um recurso de linguagem que denota a íntima ligação que caracteriza os conceitos e desconfigura seus limites. Entretanto, apenas a menção ao termo tecnociência não cancela as distinções existentes entre os vocábulos ciência e tecnologia. Evidencia, sobretudo, a conexão proporcionada pelas pesquisas realizadas e políticas implementadas que as relacionam e são sublinhadas pelo termo (APAZA YANARICO, 2011).

(WLCGP)¹³⁰, lançado em 2002, e o Projeto Genoma Humano¹³¹, iniciado em 1990, e coordenado durante 13 anos pelo Departamento de Energia do Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos.

Outros exemplos de infraestruturas emergentes de computação em nuvem e plataformas de computação de nova geração voltadas para o gerenciamento e processamento de grandes volumes de dados são resgatados por Ferreira (2018, p. 5), como a *Amazon*¹³², o *Disc*¹³³, o *MapReduce*¹³⁴ do Google, o *Hadoop*¹³⁵ e o *Dryad*¹³⁶. Conforme Parastatidis (2011, p. 176), empresas como o *Google*, o *Yahoo* e a *Microsoft* estão demonstrando ser possível agregar enormes volumes de dados de toda parte na *web* e armazená-los, gerenciá-los e indexá-los, para depois construir experiências atraentes para os usuários em torno dessa questão.

No âmbito das bibliotecas brasileiras, pode-se qualificar como embriões de infraestruturas *e-Science* e esforço por um trabalho

¹³⁰ *Worldwide LHC Computing Grid*, para obter maiores detalhes acesse o endereço eletrônico: <http://wlcg.web.cern.ch>

¹³¹ Trabalho colaborativo desenvolvido por pesquisadores de vários países com o objetivo principal de “gerar a sequência de DNA de boa qualidade para os cerca de três bilhões de pares de bases e identificar todos os genes humanos”. Planejado para durar 15 anos, teve sua conclusão antecipada em 2003, devido ao desenvolvimento acelerado das tecnologias (PROJETO, 2003, p. 1).

¹³² A *Amazon* oferece serviços de infraestrutura de nuvem abrangentes e altamente especializados no endereço eletrônico: <http://aws.amazon.com>

¹³³ *Data-Intensive Super Computing* (DISC). Disponível em: www.pdl.cmu.edu/DISC

¹³⁴ *MapReduce* “é um modelo de programação e aplicações associadas para processamento e geração de grandes conjuntos de dados” (DEAN; GHEMAWAT, 2004, p. 1).

¹³⁵ *Hadoop* é uma plataforma de *software*, em Java, de computação distribuída voltada para *clusters* e grandes conjuntos de dados. Disponível em: hadoop.apache.org

¹³⁶ *Dryad* é uma infraestrutura que permite que um programador use os recursos de um *cluster* de computadores ou de um centro de dados para a execução de programas de dados paralelos (MICROSOFT, 2016).

colaborativo desenvolvido em rede, iniciativas como: Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadadas (CCN); Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT); Projeto *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e os Repositórios Institucionais e de Dados, entre outros.

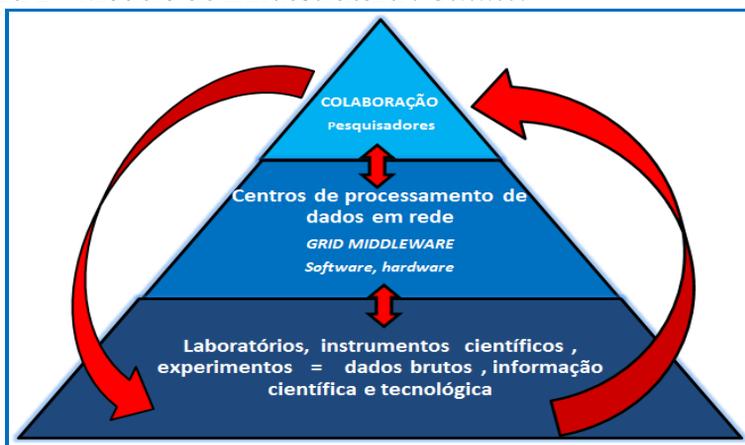
Conceber um modelo que represente a infraestrutura *e-Science* requer fundamentos que a identifique e permita referência e comparação com outras estruturas. A alocação de recursos e todo arsenal necessário para a sustentação da prática colaborativa contemporânea caracteriza esse tipo de infraestrutura sobre a qual Albagli, Appel e Maciel (2013) comentam:

A *e-Science* supõe a construção de uma infraestrutura informática computacional de uso distribuído, capaz de permitir a colaboração à distância de equipes de pesquisa, envolvendo o uso intensivo e o compartilhamento de dados e recursos computacionais. Essa infraestrutura tecnológica tem sido baseada em *Grids, Middleware, Workbenches, Webservices, Virtual Research Environments (VRE)*, tecnologias de notação e armazenamento de dados concebidas em padrões como XML3, entre outras.

O exercício para identificação de um modelo de infraestrutura *e-Science* é realizado em Ferreira (2018, p. 22); a autora expõe a adaptação do modelo construído na Figura 1.

Nos três níveis apresentados na pirâmide, identificam-se os elementos que compõem a infraestrutura *e-Science*: os pesquisadores; a alta tecnologia em rede; e os instrumentos e insumos das pesquisas realizadas. É pertinente salientar que na base da pirâmide se encontram os laboratórios, instrumentos científicos e experimentos dos quais se originam os dados brutos de pesquisa e a informação científica e tecnológica.

Figura 1 – Modelo de Infraestrutura *e-Science*.



Fonte: Ferreira (2018) baseada em (ANDRONICO et al., 2011).

Questiona-se: como as bibliotecas universitárias brasileiras estão fazendo a gestão desses insumos? A seção seguinte introduz a discussão em busca de respostas.

3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS: A GESTÃO DOS DADOS DE PESQUISA

Entende-se que os encargos das bibliotecas universitárias se ampliam e também precisam ser inovados, especialmente ao agregarem novas práticas e serviços aos existentes que emergem em decorrência das demandas pelo tratamento dos dados de pesquisa resultantes das investigações científicas potencializadas em um ambiente *e-Science*.

Pressupõe-se que iniciativas devam ser tomadas e abranjam os diversos segmentos institucionais envolvidos na cadeia de produção de conhecimento, para dar conta dessa demanda emergente. As bibliotecas universitárias, historicamente, o local mais qualificado para o tratamento e organização do conhecimento científico, possuem *know-how* para estarem à frente dessa empreitada. As frentes de atuação foram redirecionadas e precisam agir, não apenas como provedoras das demandas informacionais da comunidade

acadêmica – gerindo acervos e disponibilizando espaços destinados à consulta e pesquisa – mas atuando muito além, ao estender suas práticas e serviços muito a frente desse escopo. Tais instituições agregam ao papel de fornecedoras de insumos informacionais a parceria ativa com os pesquisadores, os quais demandam por seus serviços e as impulsionam a inovar em sua atuação.

Essa movimentação não é recente na área da Biblioteconomia e foi resgatada por bibliotecários norte-americanos, britânicos e canadenses por volta dos anos 2000, um passo para a retomada da Biblioteconomia de Dados¹³⁷, conforme pontua Semeler (2017, p. 17). Todavia, mudanças dessa envergadura pressupõem bem mais que competências pertinentes ao bibliotecário habituado a lidar com as tradicionais práticas e serviços biblioteconômicos. São necessários investimentos em várias vertentes, de capacitação de pessoal à disponibilização de infraestrutura adequada para atender a uma comunidade científica que expressa necessidades diferenciadas e faz aflorar exigências e questionamentos os mais diversos.

Dudziak (2018a, p. 2) afirma que “A atuação do bibliotecário no apoio ao pesquisador já é uma realidade em muitas universidades” e dentre os diversos serviços realizados pelo bibliotecário destaca ainda: suporte para a realização de revisões de literatura; capacitação no uso dos recursos e fontes científicas de informação; capacitação dos usuários para a utilização de gerenciadores de referências e citações; orientações para a seleção de revistas para publicação; auxílio na formação de trabalhos acadêmicos; orientação para a formatação de referências e citações; esclarecimentos sobre a política de acesso aberto, licenças e direitos autorais; instruções sobre o depósito da produção intelectual em repositórios; realização de levantamentos e análises bibliométricas,

¹³⁷ “As origens da Biblioteconomia de Dados estão no surgimento de coleções de dados de pesquisa oriundas da utilização de métodos quantitativos de pesquisa em ciências sociais, especialmente dados públicos produzidos por instituições governamentais, como sensos eleitorais e os dados sobre economia” (SEMELER; PINTO, 2019, p. 123).

esclarecendo sobre métricas e indicadores; orientação no uso de identificadores digitais; e a manutenção de perfis de pesquisadores.

Diante dos inúmeros serviços prestados pelas bibliotecas universitárias, “fornecer apoio a gestão de dados de pesquisa parece um pequeno passo adiante”, enfatiza Dudziak (2018a, p. 2). Os bibliotecários de dados são os profissionais que se enquadram no escopo demandado para atuar na nova configuração de bibliotecas universitárias ou de pesquisas que atenderão à necessidade de tratamento desses dados. As competências desses profissionais devem contemplar habilidades que os capacitem a trabalhar com qualquer tipo de dados produzidos.

Esses profissionais atuam em muitas frentes de trabalho nas bibliotecas universitárias, as quais perpassam desde consultorias e serviços técnicos ao apoio específico ao pesquisador. No rol dos serviços de dados de pesquisa prestados, destacam-se: a orientação sobre a busca, descoberta e gestão dos dados; o auxílio na elaboração de planos e seleção de dados de pesquisa; as orientações sobre o depósito em repositórios temáticos e sobre como citar esses dados; a elaboração de *workshops* e capacitações; o registro dos dados como produção científica da instituição; a elaboração de políticas e diretrizes institucionais; e a implementação do repositório de dados de pesquisa responsável por acolher os depósitos e prover a manutenção e preservação dos dados produzidos na instituição (DUDZIAK, 2018b).

No bojo dessa conjuntura, é evidente a necessidade de políticas, projetos e planos de gestão que contemplem os dados brutos de pesquisa e, ao mesmo tempo, as bibliotecas universitárias devem estar aptas para atender a essa exigência. Esses dados se configuram como um ativo de suma importância e podem ganhar aplicabilidade estratégica a depender do destino para o qual seja empregado. Para não terminarem como simples subprodutos dos processos de pesquisa e sejam “descartados ou armazenados em mídias ou em servidores sem a devida gestão quando os projetos forem concluídos”, conforme destacam Sayão e Sales (2015), deve-se adotar e implementar medidas e iniciativas para atuarem nessa

frente de ação. Os dados de pesquisa são descritos no Relatório da Organisation for Economic Co-operation and Development (OCDE, 2007, p. 13), tais como:

Registros factuais (escores numéricos, registros textuais, imagens e sons) utilizados como fontes primárias para pesquisa científica, e que são comumente aceitos na comunidade científica como necessários para validar resultados da pesquisa.

No desenho macro da gestão de dados de pesquisa se encontram as políticas, as quais, conforme salienta Costa (2017), devem abordar aspectos como: regras de compartilhamento e reuso; prazo de carência para algumas categorias de dados; prazo de armazenamento para algumas classes de dados; padrões de metadados e interoperabilidade. Não se pode esquecer, nesse conjunto, do plano de gestão de dados, exigência recorrente aos pesquisadores normalmente realizada pelas agências de fomento quando da concessão de financiamentos e bolsas de pesquisa. A autora ainda pontua que também deve ser contemplada a definição dos requisitos necessários para a implementação do DOI¹³⁸ desses dados.

Esforços de estudos internacionais em busca de mapear a realidade do gerenciamento dos dados de pesquisa em universidades são identificados na série de quatro relatórios apresentada por Bryant, Lavoie e Malpas (2017), *The Realities of Research Data Management*, a qual exploram como as universidades estão enfrentando o desafio de gerenciar dados de pesquisa durante todo o seu ciclo de vida, em contextos nacionais distintos. No Brasil, estudos nessa temática começam a ser mais constantes, a exemplo

¹³⁸ *Digital Object Identifier* (DOI) significa Identificador de Objeto Digital. Conforme Ferreira et al. (2015, p. 6), o DOI “é um padrão de identificação de documentos em redes digitais. Composto por números e letras, é atribuído a um objeto digital para que este seja identificado de forma única e persistente no ambiente Web”.

dos esforços de autores como Sayão e Sales (2013; 2015), Bertin, Visoli e Drucker (2017) e Costa (2018). Espera-se que esse cenário esteja bastante ampliado na próxima fase da pesquisa.

4 METODOLOGIA

A metodologia adotada na investigação se caracteriza como descritiva, com a estratégia do método *Survey*, e de natureza qualitativa. Como recorte para a coleta dos dados empíricos, nesse momento, optou-se pelas bibliotecas universitárias federais brasileiras. Entende-se ser esse segmento de bibliotecas um *locus* adequado para a investigação pretendida e celeiro constante de acolhimento e suporte às práticas científicas.

Apresentam-se, nesse trabalho, os resultados do levantamento preliminar obtido com a aplicação do questionário *online* (*e-surveying*) desenvolvido no *Google Docs*¹³⁹ e enviado para 38 coordenadoras/es de bibliotecas universitárias em março de 2018. O período de aplicação durou um mês e o instrumento foi enviado três vezes para o *e-mail* das/os coordenadoras/es dos sistemas de bibliotecas universitárias selecionadas.

5 CENÁRIO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

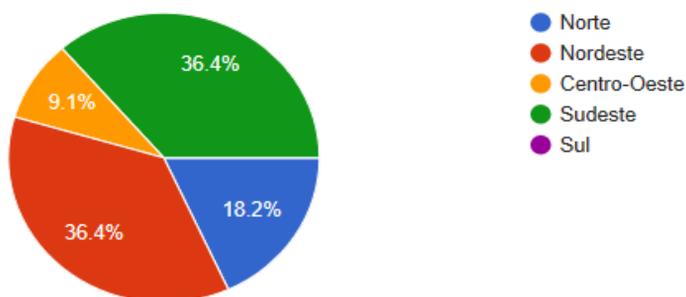
Urge responder aos questionamentos que se apresentam frente a um cenário efervescente de demandas pertinentes às bibliotecas universitárias. O resultado do questionário *online* aplicado em março de 2018, conforme indicado na metodologia, foi direcionado para 38 bibliotecas universitárias federais brasileiras. Obteve-se retorno de 11 respondentes, o que corresponde a 28% da amostra selecionada, valor expressivo ao se considerar que o instrumento foi aplicado *online*. Nesse tipo de pesquisa (*online*), no qual se enquadra o

¹³⁹ O *Google Docs* é um serviço para *Web*, *Android* e *iOS* que permite criar, editar e visualizar documentos de texto e compartilhá-los com amigos e contatos profissionais (COSTA, 2015).

questionário utilizado, a taxa de retorno gira em torno de 7% a 13% sobre o total (GALAN; VERNETTE, 2000).

Em termos de cobertura geográfica, nessa etapa da pesquisa, não se obteve retorno da região sul. Todavia, Rossi et al. (2016) apresentam as primeiras iniciativas para a concepção de serviços de suporte e gerenciamento de dados de pesquisa em uma biblioteca universitária dessa região, o que permite inferir a existência de esforços nessa frente de atuação também no sul do país. A Figura 2 ilustra as respostas das demais regiões ao questionário e respectivo percentual de representação no cenário nacional.

Figura 2 – Bibliotecas universitárias respondentes por região do país.



Fonte: elaborado pela autora (2019).

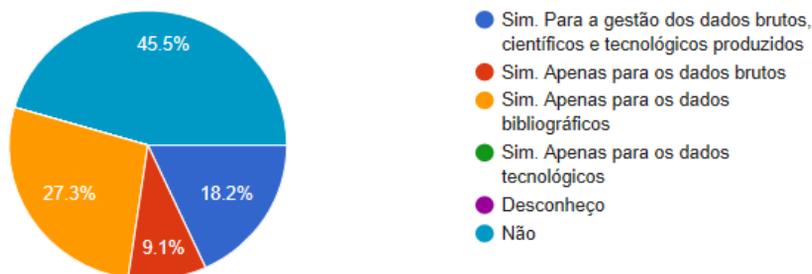
O entendimento do termo *e-Science* pela comunidade investigada como o conjunto de ferramentas e tecnologias para apoiar a pesquisa foi satisfatório (66,7%). Apesar de o aparecimento do termo ser recente na comunidade científica – por volta dos anos 1999 e 2000¹⁴⁰ – no âmbito do *locus* investigado, esse não é desconhecido e seu entendimento aceitável. Quando se questionou sobre quais serviços de suporte e infraestrutura para *e-Science* eram oferecidos pela biblioteca de atuação, obteve-se um retorno de 75%

¹⁴⁰ Conforme Jankowski (2007), o termo *e-Science* ou (*eScience*), originário no Reino Unido e predominante no restante da Europa, foi cunhado por John Taylor, no ano 1999, quando ocupava o cargo de diretor geral do *Research Councils UK*. Entretanto, segundo Tolle, Tansley e Hey (2011, p. 235), o termo foi cunhado no ano 2000.

para bibliotecas digitais. As demais opções de serviços questionadas foram: descoberta de fontes de dados (16%), 2 respondentes; curadoria de dados (8,3%), 1 respondente; preservação de dados (16,7%), 2 respondentes; integração de dados (8,3%), 1 respondente; repositório de dados (66,7%), 8 respondentes. Não se obteve indicação alguma para os serviços/suportes tais como: laboratórios; de citação, publicação; e distribuição de dados. Evidências estas que acentuam a necessidade de implantação também desses serviços.

A sinalização para a não existência de políticas para a gestão dos dados brutos, científicos e tecnológicos nas bibliotecas investigadas foi expressiva, com 45,5% das indicações, a refletir a necessidade de investimentos nesse âmbito das bibliotecas universitárias, com a implementação de políticas públicas voltadas para a gestão de dados brutos, científicos e tecnológicos. A Figura 3 apresenta as respostas obtidas.

Figura 3 – Políticas para a gestão dos dados de pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Quanto à existência dos planos para gestão dos dados elaborados pelos pesquisadores e bibliotecários, a situação não se altera; 63% dos respondentes indicaram não ter conhecimento sobre a inexistência desses planos e apenas 34,4% indicaram sua existência. Revela-se necessário um esforço interno dos bibliotecários da instituição para a importante formalização dos serviços a serem cobertos e implementados e o comprometimento das instâncias

institucionais envolvidas na cadeia produtiva dos dados de pesquisa, com o fundamental apoio das esferas superiores da instituição.

A atuação da biblioteca universitária, relativa à manutenção e suporte da infraestrutura básica para o tratamento dos dados produzidos pela instituição, pela concepção dos respondentes, é insatisfatória (45,5%), resultado que indica existir campo para se realizar muito trabalho em várias frentes de atuação; boa representou 36,4% e regular 9,1% das respostas. Quanto a programas de capacitação, os percentuais alcançam 72,7% para a inexistência e apenas 27,3% para a existência, resultado que afeta diretamente a atenção dos bibliotecários quanto à importância da gestão dos dados de pesquisa e uma infraestrutura satisfatória para o desempenho das atividades voltadas para esse serviço. A maioria (54,5%) não está atenta para as questões expostas, resultado que causa preocupação, pois deve partir do bibliotecário o envolvimento nessas frentes de atuação. O baixo percentual de realização de capacitações, pontuado pelos respondentes, está diretamente relacionado com a limitada atenção dos bibliotecários às questões expostas no trato com os dados de pesquisa; uma situação influencia a outra e os reflexos são replicados nos resultados apresentados e no cenário identificado nas bibliotecas universitárias investigadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS PRELIMINARES

O quadro relacionado à reação das bibliotecas universitárias brasileiras no enfrentamento das demandas impostas pelo novo modelo de investigação científica é preocupante e necessita de muita mobilização e comprometimento de todos os segmentos envolvidos na cadeia produtiva do conhecimento científico. Nessa empreitada, deve-se estabelecer uma força tarefa que envolva de imediato os editores científicos, agências de fomento e universidades. Os dirigentes dessas instituições, cuja liderança nessa questão deve ser das bibliotecas universitárias, precisam ser estimulados a unir forças para reverter a situação exposta e acompanhar as exigências advindas da mudança do paradigma da produção científica.

As bibliotecas universitárias brasileiras investigadas precisam avançar significativamente para reverter o cenário identificado, considerando-se a grandeza e constante crescimento do movimento em busca de adequação à pretensão mundial de suporte e tratamento dos dados advindos da explosão exponencial de dados de pesquisa. Exemplos como os da *University of Edinburgh* (Reino Unido), *University of Illinois em Urbana-Champaign* (EUA), *Monash University* (Austrália) e *Wageningen University & Research* (Holanda) dispostos na série de relatórios *The Realities of Research Data Management*, apresentada por Bryant, Lavoie e Malpas (2017), podem ser analisados e replicados, obedecendo-se as devidas especificidades e proporções, nas diversas bibliotecas universitárias brasileiras que ainda não se adequaram às demandas presentes.

Como ponto positivo a ser considerado, ressalta-se o caminho ao qual se dirige o movimento em prol da Biblioteconomia de Dados. Esse movimento não tem retorno e, mais cedo ou mais tarde, a tendência será inevitavelmente a adequação das bibliotecas universitárias às exigências imediatas da Ciência centrada em dados. É premente o desenvolvimento de políticas e planos para a gestão de dados de pesquisa nas bibliotecas universitárias brasileiras, as quais devem estar afinadas e capacitadas para atender a demanda emergente.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; APPEL, André Luiz; MACIEL, Maria Lucia. *E-Science e ciência aberta: questões em debate*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Encontro** [...]. Florianópolis: ANCIB, 2013.

ANDRONICO, Giuseppe et al. e-Infrastructures for e-Science: a global view. **Journal of Grid Computing**, Berlin, v. 2, n. 9, p. 155-184, mar. 2011.

APAZA YANARICO, Augustín. Uma tecnociência para o bem-estar social. **Ciência e Tecnologia Social** – a construção crítica da tecnologia pelos autores sociais, Planaltina-DF, v. 1, n. 1, p. 99-120, jul. 2011.

ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES. **E-Research**. 2013. Disponível em: <http://www.arl.org/focus-areas/e-research>. Acesso em: 1 abr. 2014.

BARONA VILAR, Josep Lluís. Ciencia y colaboración em la sociedad actual. In: GONZÁLEZ ALCAÍDE, Gregório; GÓMEZ FERRI, Javier; AGULLÓ CALATAYUD, Víctor (coord.). **La colaboración científica: una aproximación multidisciplinar**. València: Nau Llibres, 2013. p. 21-26.

BERTIN, Patrícia Rocha Bello; VISOLI, Marcos Cezar; DRUCKER, Debora Pignatari. A gestão de dados de pesquisa no contexto da e-Science: benefícios, desafios e oportunidades para organizações de P&D. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 34-48, ago. 2017.

BRYANT, Rebecca; LAVOIE, Brian; MALPAS, Constance. **The Realities of Research Data Management**. Dublin: OCLC Research, 2017. 4 partes. Disponível em: <https://www.oclc.org/research/publications/2017/oclcresearch-research-data-management.html> Acesso em: 27 maio 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 698 p. (A Era da informação: economia, sociedade e cultura, 1).

COSTA, Maíra Murrieta. **Diretrizes para uma política de gestão de dados científicos no Brasil**. 2017. 288 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

COSTA, Marvin. *Google Docs: crie, edite e visualize documentos online*. **Vida Digital**, 2015. Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/google-docs-app.html> Acesso em: 9 jun. 2016.

DEAN, Jeffrey; GHEMAWAT, Sanjay. Reduce: simplified data processing on large clusters. **To appear in OSDI**, 2004. Disponível em: <http://static.googleusercontent.com/media/research.google.com/pt-BR//archive/mapreduce-osdi04.pdf> Acesso em: 11 ago. 2016.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Gestão de dados de pesquisa: o que os bibliotecários (e as bibliotecas) têm a ver com isso?** 2018a. Disponível em: <http://www.sibi.usp.br/noticias/gestao-de-dados-de-pesquisa-o-que-o-bibliotecario-tem-ver-com-isso/> Acesso em: 17 abr. 2019.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Gestão de dados de pesquisa em engenharia**. [São Paulo]: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2018b.

100 slides. Disponível em: <https://www.poli.usp.br/wp-content/uploads/2018/12/Gest%C3%A3o-de-Dados-de-Pesquisa-em-Engenharia.pdf> Acesso em: 25 maio 2019.

E-SCIENCE. [2012]. Disponível em: <http://hlwiki.slais.ubc.ca/index.php/E-Science>. Acesso em: 11 jul. 2012.

FERREIRA, Elisabete et al. Digital Object Identifier (DOI): o que é, para que serve, como se usa? **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 5-9, jul./dez. 2015.

FERREIRA, Valdinéia Barreto. **E-Science e políticas públicas**: ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2018. 256 p.

GALAN, Jean-Philippe; VERNETTE, Eric. Vers une 4ème génération: les études de marché. **Décisions Marketing**, n. 19, p. 39-52, jan./abr. 2000.

HASHEM, Ibrahim Abaker Targio et al. The rise of “big data” on cloud computing: review and open research issues. **Information Systems**, Amsterdã, v. 47, p. 98-115, jan. 2015.

JANKOWSKI, Nicholas W. Exploring e-Science: an introduction. **Journal of Computer-Mediated Communication**, Philadelphia, US, v. 12, n. 2, p. 549-562, fev. 2007.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru: EDUSC, 2001. 370 p. (Filosofia e Política).

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Tradução de Ivone C. Benedetti. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011. 422 p.

MICROSOFT. **Dryad**. 2016. Disponível em: <https://www.microsoft.com/en-us/research/project/dryad/> Acesso em: 12 ago. 2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Principles and Guidelines for Access to Research Data from Public Funding**. Paris: OECD, 2007. 22 p.

PARASTATIDIS, Savas. Uma plataforma para tudo que sabemos: criando uma infraestrutura de pesquisa orientada ao conhecimento. In: HEY, Tony; TANSLEY, Stewart; TOLLE, Kristin (Org.) **O quarto paradigma**: descobertas científicas na era da eScience. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. p. 175-181.

- PROJETO Genoma Humano. 2013. Disponível em:
<http://www.minutobiomedicina.com.br/postagens/2013/07/29/projeto-genoma-humano/> Acesso em: 19 nov. 2015.
- ROSSI, Tatiana et al. Suporte à pesquisa e gerenciamento de dados: proposta de concepção de serviço para biblioteca universitária da UFSC. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. **Anais [...]**. Manaus, 2016.
- SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. Dados de pesquisa: contribuição para o estabelecimento de um modelo de curadoria digital para o país. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 8, n. 2, 2013.
- SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. **Guia de gestão de dados de pesquisa**: para bibliotecários e pesquisadores. Rio de Janeiro: CNEN, 2015. 88 p.
- SEMELER, Alexandre Ribas. **Ciência da Informação em contextos de e-Science**: bibliotecários de dados em tempos de Data Science. Orientador: Adilson Luiz Pinto. 2017. 168 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- SEMELER, Alexandre Ribas; PINTO, Adilson Luiz. Os diferentes conceitos de dados de pesquisa na abordagem da biblioteconomia de dados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 113-129, jan./abr. 2019.
- TOLLE, Kristin; TANSLEY, Stewart; HEY, Tony. Conclusões. In: HEY, Tony; TANSLEY, Stewart; TOLLE, Kristin (Org.). **O quarto paradigma**: descobertas científicas na era da eScience. Tradução Leda Beck. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 263 p.
- WHITMIRE, Amanda Lea. Thoughts on “eResearch”: a scientist’s perspective. **Journal of eScience Librarianship**, Massachusetts, US, v. 2, n. 2, jul. 2013.

SERVIÇOS ON-LINE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS: ESTUDO DA DISPONIBILIDADE¹⁴¹

Leidiane Reis
Nídia M. L. Lubisco

1 INTRODUÇÃO

Os serviços *online* ofertados por bibliotecas universitárias, tema deste estudo, inserem-se em duas vertentes de interesse na literatura especializada: de um lado, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) e sua repercussão no mundo acadêmico; de outro, os recursos disponibilizados por essas unidades de informação, no cumprimento de sua função primordial, qual seja, a de participar do desenvolvimento dos programas de ensino e pesquisa das instituições que as abrigam.

O presente capítulo representa uma compilação dos resultados obtidos com a conclusão da dissertação de mestrado em Ciência da Informação ocorrida no ano de 2014. Contudo, visando atualizar os resultados então obtidos, uma nova análise foi realizada em 2017, focando, dessa vez, os estados do Nordeste, visando analisar se houve alteração no quadro encontrado há quatro anos, com relação a alguns itens analisados. Vale ressaltar que a região Nordeste foi escolhida por ter em seu território o maior número de estados.

Diante do exposto, o presente estudo buscou responder a seguinte questão: os serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias brasileiras estão de acordo com o que as TICs oferecem

¹⁴¹ O presente estudo foi apresentado de forma oral no XX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (2018), e posteriormente incluído nos Anais do evento.

para otimizar o desempenho¹⁴² das instituições? Para responder a essa questão, estabeleceu-se como objetivo geral: conhecer os serviços *online* oferecidos pelas bibliotecas universitárias federais brasileiras e identificar como a disponibilidade desses serviços pode contribuir para o desenvolvimento¹⁴³ das respectivas instituições de ensino superior (IES). Para dar cumprimento a esse objetivo, estabeleceram-se as seguintes etapas como objetivos específicos: a) identificar e caracterizar os serviços *online* oferecidos pelas bibliotecas universitárias brasileiras; b) averiguar e analisar quais serviços *online* são oferecidos com maior frequência nas instituições observadas; e c) associar a oferta de serviços das bibliotecas universitárias federais com a posição das universidades no *ranking* de desempenho.

A pesquisa justifica-se, pois, numa relação recíproca de causa e efeito, acredita-se que o estágio de desenvolvimento de uma biblioteca universitária reflete o estágio de desenvolvimento de sua respectiva instituição e vice-versa, donde concordamos com a visão de Gelfand (1968) ao afirmar que “As universidades serão o que são suas bibliotecas”.

A motivação para a pesquisa consistiu na visível percepção de que a tecnologia de informação digital se aprimora constantemente e a biblioteca universitária necessita acompanhar tal evolução, devendo, para tanto, manter-se em ininterrupta atualização e evolução. Assim, entende-se que a relevância deste estudo está em apontar a contribuição que os serviços *online* podem propiciar para que as IES desenvolvam seus programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação, mediante o acesso eficaz a recursos informativos facilmente acessíveis.

¹⁴² O termo desempenhar empregado na questão de pesquisa, nesse contexto, está associado a questões específicas relacionadas a serviços *online* ofertados pelas BU.

¹⁴³ O verbo desenvolver utilizado neste objetivo geral, de acordo com o dicionário de Aurélio (2004), está tecido no sentido de progredir, crescer.

2 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

A Sociedade da Informação, desde 1990, vem sendo implantada em vários países. No Brasil, governo e sociedade buscam andar juntos para assegurar a perspectiva de que seus benefícios efetivamente alcancem a todos os brasileiros. O advento da Sociedade da Informação é o fundamento de novas formas de organização e de produção em escala mundial, reorganizando a situação dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial (TAKAHASCHI, 2000).

Segundo Tamaro e Salarelli (2008, p. 60), “[...] as tecnologias sozinhas tendem a empobrecer a humanidade, se não forem combinadas com o desenvolvimento cultural e social das pessoas e seu contexto”. A internet e as possibilidades que ela traz devem trabalhar facilitando a vida do usuário, disseminando informação e colaborando para que ela (internet) seja apropriada por ele (usuário) como meio de desenvolver sua condição de cidadão e, assim, buscando as informações de que necessita para tal. As tecnologias da informação e comunicação vêm contribuindo continuamente com a vida cotidiana e, do mesmo modo que elas modificam a sociedade, a sociedade é modificada por elas.

Segundo o *Livro verde*, no ano de seu lançamento (2000), o *personal computer* (PC) era o equipamento mais usado para acesso à internet, em função de suas possibilidades. Contudo, naquele período, um computador pessoal era um produto caro e tinha seu uso reduzido por conta da complexidade das interfaces, da fragilidade e da instabilidade dos sistemas operacionais. Atualmente, vive-se em um contexto diferenciado. Os computadores vêm sendo barateados e a inserção de dispositivos móveis, tais como *notebooks*, *netbooks*, *palm tops*, tabletes e celulares *smartphones*, entre outros, vêm permitindo o acesso imediato à internet. Em muitos locais, é possível se conectar facilmente sem fio, pelos sistemas *wifi*, 3G, 4G e outros. A relação do ser humano com o computador é facilitada pelo ícone, ou seja, pela interface gráfica, intuitiva para os nativos digitais, mas que representa ainda comandos complexos para

os (socialmente) excluídos, isto é, sem acesso à grande rede, bem como para os chamados imigrantes digitais, isto é, representantes de uma geração que embora tenha condição de acesso, não cultiva o aprendizado necessário para se conectar. Estes últimos integram uma população cada dia menor, diferentemente dos socialmente excluídos.

A utilização de dispositivos móveis digitais, a cada dia, conquista mais adeptos e enriquece a experiência de usuários, principalmente, entre os nativos digitais, expressão que designa aqueles nascidos no início da década de 1990, também chamados 'geração digital' (*digital natives*) (ACCART, 2012). Tal proliferação se deve ao avanço tecnológico que permite que os aparelhos, como os já citados e outros dispositivos, estejam entre os equipamentos de acesso à internet (TOMAÉL et al., 2014). Essa mudança de paradigma facilita ainda mais a disseminação de informações na *web*. As novas formas de comunicação tecnológica estão criando novos hábitos, novas formas de interação social, fomentadas pelo desenvolvimento das mídias digitais. Nesse contexto, em que o fluxo constante de informações se efetiva pelos mais diversos meios comunicacionais, torna-se possível a criação de vínculos sociais nas comunidades virtuais (MORIGI; PAVAN, 2004).

A *web 2.0* é uma ferramenta que se caracteriza por utilizar a *web* no desenvolvimento de serviços e atividades *online* em alta velocidade, com mais capacidade de armazenamento e de forma interativa. A Biblioteconomia, para se inserir nesse contexto, apropriou-se de parte da expressão, passando a designar as bibliotecas bem providas de TICs de biblioteca 2.0. Nesse contexto, a biblioteca 2.0 se apoia na *web* social para disseminar e executar seus serviços.

A interatividade é uma exigência crescente dos usuários das bibliotecas e deve ser entendida de maneira mais ampla que a simples possibilidade de transferência bidirecional de dados por meio do *website* da biblioteca. Deve ser percebida como a possibilidade do usuário, por meio dessa troca

de dados, encontrar a informação ou facilidade que deseja. (AMARAL, 2005 p. 32).

Assim, a *web* 2.0 é um termo usado no campo da Biblioteconomia e se caracteriza pela utilização de recursos e tecnologias na comunicação e interação com usuários. Já a “[...] *web* 1.0 ou *web* tradicional [é] formada por sítios que oferecem informação estática, sem real interação com os usuários” (ACCART, 2012, p. 183).

Isso não significa que a *web* 2.0 se aplica apenas a bibliotecas digitais e virtuais, mas sim, a todas as modalidades de biblioteca, principalmente as universitárias. “Na *web* 2.0 todos os usuários são participantes de um processo de criação coletiva, em conjunto desenvolvem a websocial” (TOMAEL et al., 2014).

Essa tecnologia, como se percebe, permite que a biblioteca esteja cada vez mais em interação com os sujeitos e se fundamenta em quatro teorias: 1) é centrada no usuário; 2) oferece experiência multimídia; 3) é socialmente rica; 4) é comunitariamente inovadora.

No que diz respeito à democratização da informação, nunca, em tempo algum, a informação pôde ser disponibilizada em volumes tão grandes, com distribuição tão barata, com tamanha rapidez de atualização e através de mecanismos de pesquisa tão poderosos. (AMARAL, 2005, p. 33).

Um problema proveniente do constante crescimento do volume de informações na rede é a falta de padronização na disponibilização de informações, conforme se pronuncia Amaral (2005, p. 29). “Assim, se a quantidade e a diversidade de informação são pontos fortes da Internet, a falta de organização e de estrutura, bem como a ausência de mecanismos eficiente de recuperação [...]” (AMARAL, 2005, p. 29), constituem um dos seus problemas. Obviamente, o bibliotecário pode minimizar esses problemas, empregando técnicas de pesquisa pertinentes ao seu labor no serviço de referência.

Atualmente, já se discute o aprimoramento da *web* 3.0, ou *web* semântica, que se caracteriza, principalmente, pela proposta de categorizar a informação na *web* de forma relevante e associar a informação presente como um conjunto de etiquetas de dados que descrevem adequadamente os metadados, desenvolvendo, assim, *softwares* que possibilitem conexões que fazem sentido (TOMAÉL et al., 2014). Sobre o mesmo tema, Accart (2012, p. 188) afirma que “A *web* 3.0 recorre à inteligência artificial com o objetivo de encontrar a informação pertinente a partir de consultas às vezes confusas”, no sentido que aceita linguagem natural em vez de estruturada. A *web* 3.0 se caracteriza como um assunto extenso e específico que possibilita outras discussões; contudo, essa abordagem não será aqui aprofundada, pois foge ao escopo deste estudo.

3 SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS DE INFORMAÇÃO ONLINE

Os conteúdos obtidos na internet nem sempre são os mais adequados para trabalhos de caráter acadêmico ou científico, mas há como sanar esse problema, mediante a consulta a bases de dados especializadas ou bibliotecas digitais, que têm a mesma confiabilidade das bibliotecas tradicionais. Com o uso da internet, podem ser oferecidos serviços de informação que facilitam a vida do usuário, poupando-o, por exemplo, de se deslocar e permitindo acesso além das limitações de horário, a exemplo dos serviços disponíveis nos *websites* (AMARAL, 2005, p. 29). A autora diz ainda que o *website* da biblioteca universitária atua, principalmente, como mediador da informação, facilitando e dinamizando o acesso dos usuários aos serviços *online*.

Os profissionais da informação tiveram seu perfil aperfeiçoado para conviver com os avanços tecnológicos que adentraram as unidades de informação. Tais avanços alteram as relações dos profissionais da Informação e a sua práxis, trazendo mudanças na forma de relação pessoal e urbanidade. Ressaltando que o presente trabalho tem como foco principal os serviços, considera-se relevante

caracterizá-los, segundo o que explicita Lubisco (2014). Na sua concepção, os serviços se enquadram como:

[...] atividades, benefícios ou a geração de satisfações; são essencialmente intangíveis e na sua fase inicial não passam de uma promessa do que ainda não existe. Portanto, têm que ser materializados, no sentido de serem operacionalizados por alguém ou por uma máquina, para passar a existir. [...] Entenda-se, assim, por **serviço** o conjunto organizado que materializa as funções de determinado tipo de **organização, orientado para atender a seu usuário/cliente/beneficiário específico**. (LUBISCO, 2014, p. 19, grifo nosso).

A seguir, apresentam-se os serviços na mesma ordem em que aparecem no formulário de coleta de dados, segundo as funções dadas pelos autores indicados. Os serviços estão classificados sob essa ótica, conforme segue:

- a) **Função Informacional** – Item 1 – *Link* direto para o site da biblioteca; Item 2 – Telefone para contato; Item 3 – Horário de funcionamento; Itens 4 e 5 – *E-mail* da biblioteca e Fale Conosco; Item 6 – Tutorial na página *web* que orienta na utilização da biblioteca;
- b) **Função Promocional** – Item 7 – *Feed* de notícias ou *Rich Site Summary* (RSS); Item 8 – *Rankings* de desempenho de avaliação das universidades;
- c) **Função Instrucional** – Item 9 – Mapa do *site*; Item 10 – Normalização de trabalhos acadêmicos;
- d) **Função Referencial** – Item 11 – *Links* para bases nacionais e estrangeiras: Portal Capes, BRAPCI e SciELO; Item 12 – Sugestões de novas aquisições¹⁴⁴; Item 13 – Sistema

¹⁴⁴ O sistema Pergamum de gerenciamento de coleções e serviços, adotado pela UFBA e por outras bibliotecas universitárias brasileiras, dispõe dessa

Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)¹⁴⁵; Item 14 – Repositório Institucional (RI); Item 15 – Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD);

e) Função De Pesquisa – Item 16 - Catálogo *online*; Item 17 – Comutação bibliográfica (COMUT); Item 18 – Reserva e renovação *online* de empréstimo; Item 19 – Perguntas frequentes/FAQ; Item 20 – Livros digitais;

f) Função De Comunicação – Item 21 – *Flicker*; Item 22 – *YouTube*, Item 23 – Mensagens Instantâneas (MI); Item 24 – *Blogs*; Item 25 – *Facebook*; Item 26 – *Twitter*.

As bibliotecas, especialmente as universitárias, devem considerar a frequente utilização das ferramentas disponíveis na *web* para aperfeiçoar a interação entre usuário e profissional e otimizar a disseminação de informações. Assim, ela estará cumprindo tanto sua finalidade de prestar serviços de informação para sua comunidade-alvo, como de dar visibilidade a sua instituição.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo em questão se enquadra no âmbito de pesquisa social aplicada que, de acordo Gil (2008), preocupa-se com a utilização e aplicação prática da investigação, visando a colaborar com intervenções e transformações na sociedade. Foram definidas as abordagens qualitativa e quantitativa, pois a associação dessas duas abordagens permitiu uma análise mais completa. Prosseguindo com o percurso metodológico, sob a linha de pensamento de Triviños (2013), ressalta-se que o estudo se enquadra no âmbito exploratório-descritivo, pois se buscou aprofundar, nos limites de uma realidade específica, para encontrar os elementos necessários que permitam,

função – sugestões – como também a de divulgar últimas aquisições. Esse é um diferencial que pode ser apresentado também no *website* da biblioteca.

¹⁴⁵ Disponível em: <http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/sistema-eletronico-de-editoracao-de-revistas-seer>

em contato com determinada população – amostra – obter os resultados que se deseja sobre um determinado universo.

Como método de investigação, foi utilizada a pesquisa documental. Para Gil (2008, p. 51), “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Já o método de estudos de múltiplos casos foi utilizado por observar 26 *websites* das bibliotecas universitárias federais que, para Triviños (2013, p. 136), “[...] pode ter a possibilidade de estudar dois ou mais sujeitos, organizações etc.” A técnica de coleta de dados foi a observação direta e extensiva por meio de formulários *websites*, sem interferência ou comunicação com os profissionais das referidas bibliotecas.

Para a identificação do número de Bibliotecas Centrais e/ou órgãos coordenadores de Sistemas de Bibliotecas nas universidades, foi pesquisada uma IES de cada estado, sendo sete da região Norte, três da Centro-Oeste, nove da Nordeste, quatro da Sudeste e três no Sul do país. A coleta de dados ocorreu entre março e maio de 2014. As informações referentes ao endereço eletrônico e localização das universidades foram recolhidas no *website* do Ministério da Educação (MEC). A coleta de dados referente à nova etapa da pesquisa, focada nos estados do Nordeste, ocorreu entre setembro de 2017 e janeiro de 2018, utilizando o mesmo processo metodológico.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao identificar e caracterizar os serviços *online* oferecidos pelas bibliotecas universitárias federais brasileiras, que corresponde ao primeiro objetivo deste estudo, foi realizado o levantamento nas bibliotecas centrais e/ou órgãos coordenadores de Sistemas de Bibliotecas, a fim de conhecer a realidade das instituições. Antes disso, no entanto, foi necessário identificar quais bibliotecas federais disponibilizavam *sites* na *web* por meio do portal da instituição e de buscadores da internet, quando necessário.

Em 100% das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) pesquisadas, foram encontrados *websites* com informações institucionais e outras informações correlatas sobre a universidade.

No entanto, essa porcentagem não se repete com relação à disponibilização de *link* direto para acesso ao portal da biblioteca universitária (BU), como será observado na Tabela 1.

Em associação com o desenvolvimento do primeiro objetivo, buscou-se atingir o segundo objetivo de averiguar quais serviços *online* são oferecidos com maior frequência nas instituições observadas. É fato que todas as bibliotecas centrais e/ou órgãos coordenadores de Sistemas de Bibliotecas analisados dispõem de *websites*; todavia, o acesso ao *site* nem sempre é facilitado pelo portal principal da instituição. Dessa forma, para ter acesso ao *website*, com a ausência do *link* direto para o site da biblioteca, muitas vezes, deve-se recorrer a outros buscadores da internet. Isso limita as possibilidades do usuário que, em tese, deveria encontrar no sítio da universidade tanta informação quanto possível.

5.1 ANÁLISE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO COMPARATIVA DE SERVIÇOS DE ACORDO COM SUA DISPONIBILIDADE – (TABELA 1)

Fazendo uma média geral dos serviços correspondentes a cada função, observa-se que os serviços representados na função Informacional têm maior expressividade, 75,6%. Esse é um fato frustrante porque a oferta desses serviços é relativamente esperada, pois são serviços que divulgam informações básicas da BU. Outros serviços que se destacam com boa representatividade são apresentados na função Pesquisa, 65,4%. São serviços básicos, todavia, sem a oferta do catálogo *on-line*, por exemplo, a instituição fica muito limitada e pode ter grande redução de visitas ao seu *website*, já que o usuário não pode ao menos localizar determinada obra virtualmente. Os itens que contemplam a função Promocional, 57,7%, poderiam ter um melhor desempenho, ou seja, serem mais bem aproveitados, pois podem promover o perfil da biblioteca, atraindo novos alunos e pesquisadores. Já os serviços com função de Comunicação, 21,1%, têm uma baixa representatividade, o que só reforça a necessidade de que as BU federais necessitam estreitar as

relações com as TIC no quesito comunicação *on-line*. Com a *web 2.0*, muda-se a forma de lidar com a Internet. A *web 1.0* era estruturada por meio de sites que colocavam todo o conteúdo *on-line*, de maneira estática, sem que fosse possível a interação entre usuários virtuais. Com a *web 2.0* é possível criar ligações através das comunidades de usuários com interesses semelhantes, por meio de plataformas mais abertas e dinâmicas. (BLATTMANN; SILVA, 2007). Os dados integrais podem ser visualizados na tabela 1.

5.2 ANÁLISE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA DE SERVIÇOS COMPARADOS POR REGIÃO – (TABELA 2)

Numa análise geral e comparativa entre regiões, observa-se que as regiões Centro-Oeste e Sul apresentam, respectivamente, 60,2% e 79,5% em relação à disponibilidade dos serviços analisados. O Norte do país apresenta índices bastante baixos (36,8%). Por sua vasta extensão geográfica, o Brasil mostra disparidades entre regiões, problema ocasionado também pela má distribuição de renda. A região Nordeste que, em 2014, apresentava oferta de serviços de 51,2%, em 2017 demonstra elevação de sua oferta para 59,7; em análise geral, esses dados representam menos que 10%; contudo, individualmente, determinados estados tiveram intenso desenvolvimento, o que de todo modo é um reflexo do empenho das bibliotecas universitárias federais na melhoria de ofertas de serviços *online*. Ademais, outros serviços foram identificados, tais como Mecanismo *Online* para Referências (MORE) e similar, geração de ficha catalográfica, *link* para o Portal de domínio Público, ferramentas voltadas para acessibilidade (livros falados), apresentação da biblioteca em imagens 3D, entre outros. Segundo o IBGE (2013, p. 117), “[...] a elevação do nível educacional da população e a maior igualdade no acesso à educação de qualidade devem ser objetivos prioritários das políticas públicas”. O reflexo desse contexto pode ser observado na Tabela 2.

Na perspectiva de alcançar o terceiro objetivo, ou seja, associar a oferta de serviços das Bibliotecas Universitárias federais, com a posição das universidades em *ranking* de desempenho, foram

utilizadas as técnicas de levantamento e observação, com abordagem qualitativa e quantitativa. Para se obter um critério de classificação das IFES localizadas nas capitais brasileiras, população objeto deste estudo, foram adotados os dados do *ranking Web of World Repositories – Webometrics*¹⁴⁶.

Os critérios adotados pelo *Webometrics* para estabelecer a relação entre disponibilidade de serviços e a presença das universidades na *web* referem-se a:

- Visibilidade, atividade, análise de *links* para avaliação da qualidade e presença na *web*;
- Número de arquivos na rede e o número de publicações científicas na Internet.

O exame de tal relação, analisa se a presença das universidades no *ranking* é refletida na oferta dos serviços *online* pelas universidades federais pesquisadas. O *Webometrics* divulga uma nova listagem a cada semestre, que pode ser consultada em seu portal. Até a finalização desse estudo estavam disponibilizadas informações sobre avaliação referente ao ano de 2018.1.

Em conformidade com o objetivo geral, a presença das universidades no referido *ranking* é um reflexo real da preocupação das instituições em estar de acordo ao que as TICs disponibilizam para otimizar seu desempenho. A reanálise considerou a posição das universidades brasileiras comparadas com outras instituições do mundo, da América Latina e do Brasil. Não foi possível reapresentar de forma completa os dados trazidos em 2014, pois naquele ano, apresentamos apenas instituições da América Latina e somente a UFBA e UFPE tinham presença no referido *ranking Webometrics*, mediante os métodos utilizados para pesquisa. Já na listagem apresentada em 2018.1, foi possível detectar as IES do Nordeste que compõem o estudo, umas com posição mais expressivas, outras nem tanto. Contudo, é gratificante constatar a presença de todas. Na pesquisa realizada em 2014, os dados disponíveis eram referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012. A UFBA e UFPE tiveram presença em 2011.1 e 2011.2, estando na 14^o e 16^o posição em ambos os períodos,

¹⁴⁶ Disponível em: <http://www.webometrics.info/en/Methodology>

respectivamente. A UFBA manteve presença e se elevou para 12^o posição em 2012.1 e 2012.2. Em 2018.1, observa-se que ambas as universidades anteriormente citadas, com relação à mesma região, têm posição a partir da 20^a colocação, o que demonstra que, apesar da maior disponibilidade de serviços apresentada na Tabela 2, houve uma pequena queda. Assim, infere-se que outras IES da América Latina também estão focadas no desenvolvimento tecnológico, oferta de serviços *online* e na disponibilidade de acesso aberto para trabalhos científicos, o que as colocou numa posição mais elevada que as universidades brasileiras. Numa análise da posição (Brasil-América Latina-Mundo), presente na Tabela 3, é possível observar que IES brasileiras ainda necessitam de considerável investimento humano e financeiro para se aproximar do topo.

Tabela 1 – Distribuição comparativa de serviços de acordo com sua disponibilidade.

Função Informativa		Função Promocional		Função Instrucional		Função Referencial		Função de Pesquisa		Função de Comunicação	
	%		%		%		%		%		%
Item 1 – Sites de IFES que disponibilizam os links diretamente na página	73,1	Item 7 – <i>Feed</i> de notícias ou RSS	80,8	Item 9 – Mapa do website da Biblioteca	26,9	Item 11 – Portal CAPES, BRAPCI e SciELO	96,2	Item 16 – Catálogo online da biblioteca	96,2	Item 21 – <i>Flicker</i>	3,8
Item 2 – Telefone para contato	100	Item 8 – Presença de notícias sobre rankings de desempenho de avaliação no site inicial das universidades	34,6	Item 10 – Instruções online para normalização de trabalhos acadêmicos	53,9	Item 12 – Espaço para sugestão de novas aquisições	19,2	Item 17 – COMUT	69,3	Item 22 – <i>YouTube</i>	11,5

Item 3 – Horário de funcionamento	53,9					Item 13 – Plataforma SEER	15,4	Item 18 – Reserva e renovação de empréstimo <i>online</i>	69,3	Item 23 – Mensagem instantânea	11,5
Item 4 – <i>Email</i>	84,7					Item 14 – RI	38,5	Item 19 – Perguntas frequentes/FAQ	30,8	Item 24 – <i>Blogs</i>	19,2
Item 5 – Fale conosco	69,3					Item 15 – BDTD	73,1	Item 20 – Livros digitais	61,6	Item 25 – <i>Facebook</i>	42,3
Item 6 – Tutorial para utilização de serviços	73,1									Item 26 – <i>Twitter</i>	38,5
Média total	75,6		57,7		40,4		48,4		65,4		21,1

Fonte: dados da pesquisa (2014).

Tabela 2 – Distribuição da média de serviços comparados por região.

Centro-Oeste		Nordeste			Norte		Sudeste		Sul	
BU/IES	%	BU/IES	%	%	BU/IES	%	BU/IES	%	BU/IES	%
			2014	2017						
UFG	61,5	UFAL	27,0	80,7	UFAC	30,8	UFES	53,8	UFRGS	80,8
UFMT	65,4	UFBA	61,5	76,9	UNIFAP	23,0	UFMG	57,7	UFSC	77,0
UFMS	53,8	UFC	57,7	80,7	UFAM	34,6	UFRJ	42,3	UFPR	80,8
		UFMA	34,6	76,9	UFPA	53,8	UNIFESP	61,5		
		UFPB	53,8	80,7	UNIR	38,5				
		UFPE	61,5	88,4	UFRR	50,0				
		UFPI	46,1	61,5	UFT	27,0				
		UFRN	57,7	69,2						
		UFS	61,5	76,9						
	60,2		51,2	59,7		36,8		53,8		79,5

Média total

Fonte: dados da pesquisa (2014, 2017, 2018). Legenda: UFG: Universidade Federal de Goiás; UFMT: Universidade Federal do Mato Grosso; UFMS: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; UFAL: Universidade Federal de Alagoas; UFBA: Universidade Federal da Bahia; UFC: Universidade Federal do Ceará; UFMA: Universidade Federal do Maranhão; UFPB: Universidade Federal da Paraíba; UFPE: Universidade Federal de Pernambuco; UFPI: Universidade Federal do Piauí; UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; UFS: Universidade Federal de Sergipe; UFAC: Universidade Federal do Acre; UNIFAP: Universidade Federal do Amapá; UFAM: Universidade Federal do Amazonas; UFPA: Universidade Federal do Pará; UNIR: Universidade Federal de Rondônia; UFRR: Universidade Federal de Roraima; UFT: Universidade Federal do Tocantins; UFES: Universidade Federal do Espírito Santo; UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro; UNIFESP: Universidade Federal de São Paulo; UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina; UFPR: Universidade Federal do Paraná.

Tabela 3 – Distribuição de IES que apresentam posição no *Ranking Webometris*.

2018/jan.			
IES/Nordeste	Posição/Mundo	Posição/América Latina	Posição/ Brasil
UFAL	3324 ^o	254 ^o	103 ^o
UFBA	787 ^o	23 ^o	14 ^o
UFC	756 ^o	21 ^o	12 ^o
UFMA	2146 ^o	116 ^o	51 ^o
UFPB	1170 ^o	46 ^o	25 ^o
UFPE	755 ^o	20 ^o	11 ^o
UFPI	3036 ^o	211 ^o	86 ^o
UFRN	777 ^o	22 ^o	13 ^o
UFS	1884 ^o	93 ^o	44 ^o

Fonte: dados da pesquisa (2017, 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À frente desse novo modelo de organização de Sociedade da Informação em que informações são criadas e compartilhadas permanentemente, fomenta-se um cenário de desenvolvimento social e econômico no qual o conhecimento se forma pela obtenção cada vez maior e mais rápida de informação especializada. O Serviço de Referência, que pode ser considerado um alicerce da biblioteca universitária, ao oferecer assistência personalizada ao usuário, teve seu perfil igualmente alterado pelas inovações tecnológicas. Tal serviço, que tinha a característica do atendimento frente a frente, rendeu-se à tecnologia e criou a possibilidade do Serviço de Referência Virtual, que pode ser considerado uma extensão do Serviço de Referência tradicional, mas com a vantagem de sanar a dúvida de um montante mais extenso de usuários simultaneamente e de forma remota.

Na contextualização teórica e empírica, foram realizadas a identificação e caracterização das universidades federais existentes nas capitais brasileiras e, posteriormente, foi feito um levantamento

dos serviços virtuais e *online* ofertados por elas. Esse foi um procedimento essencial para a constatação do diagnóstico atual das universidades nessa particularidade.

Considera-se que este trabalho está inserido em uma categoria de pesquisa em constante renovação. A realidade encontrada na análise dos dados, possivelmente, será alterada em pouquíssimos anos, pois, no que diz respeito ao uso de tecnologias digitais, as mudanças são constantes.

Os resultados evidenciaram que as universidades brasileiras da região Norte ainda estão em processo embrionário na oferta de produtos e serviços *online*. Isso pode ser associado, em tese, a questões socioeconômicas. As demais regiões, contudo, disponibilizam serviços virtuais e *online* de maneira mais volumosa e efetiva, embora se tenha constatado que ainda há o que melhorar.

Diante dos resultados encontrados, considera-se que as universidades federais brasileiras estão de acordo, em parte, ao que as TICs disponibilizam para melhorar seu desempenho. Para elevar a melhoria desses serviços, infere-se que devem ser realizados maiores investimentos na aquisição de equipamentos e dispositivos modernos, adesão a serviços de internet de ponta e qualificação permanente de pessoal.

Na pesquisa realizada em de 2017, que analisou os estados do Nordeste, pode-se observar relativa melhora no quadro apresentado em 2014, mas nada que possa alterar substancialmente as informações teóricas contidas na pesquisa anterior. Esse é um caminho longo e que está sendo percorrido aos poucos, levando-se em consideração o atual contexto social e econômico desfavorável à conjuntura do país como um todo e, particularmente, às universidades federais. Todavia, almeja-se que, brevemente, novas pesquisas nessa perspectiva sejam realizadas e exponham resultados mais prósperos.

REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Philippe. **Serviço de referência: do presencial ao virtual**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2012. 312 p.

AMARAL, Sueli Angélica do. Web sites: uso de tecnologias no cumprimento das funções da biblioteca. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 15-40, jul./dez., 2005.

BLATTMANN, Ursula; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. Colaboração e interação na web 2.0 e biblioteca 2.0. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 191-215, jul./dez. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JOB, Ivone. **A biblioteca universitária brasileira na sociedade global**. [S.l.: s.n.] 2006. Disponível em: <http://www.cibersocied.net/congres2006/gts/comunicacio.php?id=678&llengua=po> Acesso em: 14 set. 2010.

LUBISCO, Nídia M. L. Relatório de pesquisa desenvolvida durante o estágio pós-doutoral, na Universidad de Salamanca (ES) – I/Bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos: transposição de um modelo teórico de avaliação para um instrumento operacional. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 80-141, dez., 2014.

MORIGI, Valdir José; PAVAN, Cleusa. Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 117-125, jan./abr., 2004.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008. 378 p.

TOMAÉL, Maria Inês; ZANINELLI, Thais Batista; PRADO, Maira; FEITOSA, Leonina; COSTA, Eliandra dos Santos; PALLISSER, Allyson. Práticas de inovação do bibliotecário no ambiente virtual. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 19, n. 39, 83-112, jan./abr., 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2013.

ANÁLISE DOS AMBIENTES INFORMACIONAIS DO NÚCLEO TEMÁTICO DA SECA E DO SEMIÁRIDO DA UFRN (NUT-SECA) SOB A ÓTICA DO WAYFINDING NO CONTEXTO DA ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO¹⁴⁷

*Arthur Ferreira Campos
Fernando Luiz Vechiato*

1 INTRODUÇÃO

A Encontrabilidade da Informação por um sujeito acontece de forma autônoma quando um ambiente informacional está bem estruturado, possibilitando a ele/ela a criação de mapas mentais que o/a ajude a se localizar e se orientar no espaço, facilitando o processo de busca informacional (VECHIATO, 2013; VECHIATO; VIDOTTI, 2014; CAMPOS, 2017). O termo *wayfinding*, agregado ao significado ‘orientação espacial’, foi utilizado primeiramente na área da Arquitetura e Urbanismo por Kevin Lynch nos anos 1960, compondo o conteúdo de seu livro “*The image of city*”. Nesse preâmbulo, o *wayfinding* está ligado à localização, orientação e sinalização no espaço urbano (RIBEIRO, 2009).

Observamos também que os ambientes informacionais analógicos e digitais, muitas vezes, carecem de recursos que

¹⁴⁷ Este capítulo apresenta resultados da pesquisa intitulada “*Wayfinding* no contexto da encontrabilidade da informação: uma análise dos ambientes informacionais do Centro de Documentação Núcleo Temático da Seca e do Semiárido da UFRN (NUT-Seca)” (PVE14164-2017), desenvolvida no período de Agosto/2017 a Julho/2018, com financiamento da Pró-reitora de Pesquisa da UFRN (PROPESQ/UFRN).

propiciem a orientação espacial, dificultando as ações mencionadas por Ribeiro (2009). Vechiato e Vidotti (2014) propõem atributos e recomendações para a Encontrabilidade da Informação em ambientes informacionais. São esses as taxonomias navegacionais, os instrumentos de controle terminológico, as folksonomias, os metadados, a mediação dos informáticos, dos profissionais da informação e dos sujeitos informacionais, os *affordances*, o *wayfinding* (contextualizado neste capítulo), a descoberta (acidental) de informações, a acessibilidade e a usabilidade, a intencionalidade, e as possibilidades de mobilidade, convergência e ubiquidade.

Dentro dessa ótica, procuramos estudar os englobamentos que circundam o *wayfinding*, visando a aplicação num determinado ambiente informacional, ou seja, observamos o atributo *wayfinding* no contexto da Encontrabilidade da Informação, consoante as contextualizações de Vechiato e Vidotti (2014), e aplicamos seus aportes para avaliar o Núcleo Temático da Seca e do Semiárido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (NUT-Seca UFRN).

O NUT-Seca UFRN foi fundado na década de 1980, sendo um Centro de Documentação com materiais heterogêneos. Lá, são armazenados, analogicamente, Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e outros tipos de pesquisas acadêmicas, artigos de jornais referentes à seca no Nordeste, amostras em conserva de espécies de animais locais, livros, revistas e folhetos (ARANHA, 1989). Com isso, o Núcleo demanda potencial acadêmico em ensino, pesquisa e extensão. Hodiernamente, a gestão do NUT-Seca está vinculada ao Departamento de Ciência da Informação da UFRN e, nesse Centro de Documentação, há a atuação de servidores técnico-administrativos e bolsistas vinculados aos cursos de graduação da referida Universidade.

Como hipótese inicial, o NUT-Seca UFRN não sinaliza adequadamente seus ambientes informacionais (analogico e digital) quanto à orientação espacial, dificultando a encontrabilidade da informação, de forma autônoma, pelos usuários. Em perspectiva de teste dessa hipótese, os objetivos traçados são: investigar o conceito de *wayfinding* como atributo atrelado à encontrabilidade da informação no contexto da Ciência da Informação; analisar os

ambientes informacionais do NUT-Seca para diagnóstico de possíveis problemas relacionados à orientação espacial; estudar a percepção dos usuários do NUT-Seca em relação aos mecanismos de orientação espacial.

2 ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO E *WAYFINDING*: ILUSTRANDO UM DELINEAMENTO

Podemos considerar a problemática de *findability* (encontrabilidade) relacionada ao arcabouço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em âmbito *web* (VECHIATO, 2013). *Findability*, segundo Morville (2005), contextualiza a facilidade de descoberta de informações numa navegação no espaço da *web*, à qual pode ser fundamental para que não haja perda do foco de determinada busca e para que seja possibilitada a amplitude de informações buscadas.

Morville (2005, p. 4, tradução nossa) define *findability* como:

1. A qualidade que um objeto possui para ser localizado ou recuperado;
2. O grau no qual um determinado objeto pode ser fácil de ser descoberto ou recuperado;
3. O grau em que um sistema ou ambiente suporta navegação e recuperação.

Em contexto, a terminologia *wayfinding* se relaciona a conceitos de orientação, localização e sinalização (RIBEIRO, 2009). Partindo desse pressuposto, apresenta-se o *wayfinding* como atributo que auxilia na encontrabilidade de informações a partir de qualquer elemento que indique orientação espacial em ambientes (VECHIATO, 2013). Destacamos que a autonomia do indivíduo nas habilidades de busca informacional é um complemento fundamental, e o *wayfinding* é trazido para a Ciência da Informação no âmbito da Encontrabilidade da Informação (VECHIATO, 2013).

Morville (2005), em seu livro "*Ambient Findability*", discorre sobre o estudo do *wayfinding*, favorecendo e defendendo a aproximação com "*findability*". Em consenso, o *wayfinding* nasce na

área de Arquitetura e Urbanismo se referindo à orientação em ambientes urbanos (mapas, números de rua ou sinais de direção) e, numa conjuntura histórica, Kevin Lynch, nos anos 1960, com seu livro “*The image of the city*”, é o primeiro estudioso a considerar o *wayfinding* em encadeamento científico.

Morville (2005, p. 16, tradução nossa) destaca que o *wayfinding* é uma característica particular de cada sujeito, sendo importante para a evolução humana, visto que “nossos instintos de direção [*wayfinding*] testemunham o poder da evolução”. Nesse âmbito, a possibilidade de análise com o comportamento de usuários de ambientes informacionais, na medida que um *website* (ambiente informacional digital) pode possuir pistas ou trilhas de navegação que ajudam o percurso de busca informacional. Morville (2005), portanto, indica que os estudos de *wayfinding* na *web* se aproximam estritamente aos princípios recorrentes da usabilidade, já que na *web* o que é considerado como interação é a navegação propriamente dita.

Nesse pensamento de orientação e auxílio à navegação, concordamos com Lynch e Horton (2009) ao visualizarem o *wayfinding* desmembrado em quatro elementos: orientação (*orientation*), decisões de rota (*route decisions*), mapeamento mental (*mental mapping*) e encerramento (*closure*) (MORVILLE, 2005; LYNCH, HORTON, 2009).

Num delineamento mais amplo, o *wayfinding* é:

voltado ao movimento orientado, [e] utiliza-se da aplicação dos recursos da sinalização para orientar e auxiliar os usuários a chegarem em determinado destino com segurança, tornando a experiência dos mesmos agradável (CARDOSO et al., 2011, p. 11).

Na Ciência da Informação, consoante aos estudos de Vechiato (2013) e Vechiato e Vidotti (2014), o *wayfinding* é contextualizado como um dos atributos e recomendações para a Encontrabilidade da

Informação, ou seja, relaciona-se à legibilidade ambiental subordinada as particularidades de Encontrabilidade da Informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia deste estudo se baseia no cumprimento dos objetivos definidos e, para isso, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica mediante leituras sobre os temas “*Wayfinding*” e “Encontrabilidade da Informação”. Para o cumprimento do primeiro objetivo específico, foram abordados, principalmente, os autores Lynch e Morville, os quais são considerados como referências para a compreensão da orientação espacial para navegação em ambientes urbanos e *websites*. Também foram revisados os principais autores que pesquisam a teoria do *wayfinding* no contexto da encontrabilidade da informação, portanto, no âmbito da Ciência da Informação.

A utilização do método de abordagem indutiva fomentou a constatação sobre as definições teóricas do *wayfinding* a partir do referencial teórico. O método de abordagem indutiva ou método indutivo, de acordo com Marconi e Lakatos (2003):

é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 86).

Nesse pensamento, utiliza-se do pressuposto que o *wayfinding* é uma característica instintiva de todo e qualquer sujeito, ou seja, a orientação espacial faz parte de cada ser no âmbito da locomoção em espaços urbanos e informacionais.

Para o cumprimento do segundo objetivo específico, analisamos os ambientes informacionais do NUT-Seca UFRN consoante às diretrizes de *wayfinding* propostas por Miranda e Vechiato (2017), as quais são delineadas e traçadas na área da Ciência da Informação. Essas possuem respaldo nos estudos de Lynch e

Horton (2009), Foltz (1998) e Morville (2005), os quais são teóricos que correlacionam o *wayfinding* com a legibilidade ambiental.

Como prática e observação, no âmbito geral, os ambientes informacionais, tanto analógicos e digitais, possuem particularidades e especificidades únicas e, nessa concepção de caso, Miranda e Vechiato (2017) sugerem diferentes diretrizes avaliativas visionadas para esses espaços.

Definimos, aqui, os ambientes informacionais do NUT-Seca UFRN como sendo o ambiente informacional analógico (prédio) e o ambiente informacional digital (*website*). O NUT-Seca UFRN analógico é um Centro de Documentação localizado dentro do campus central da Universidade em questão. O *website* do Núcleo, mais precisamente o catálogo *online* informatizado pelo SIABI – Sistema de Automação de Bibliotecas¹⁴⁸ foi criado para disseminar, no formato digital, a maioria dos recursos informacionais presentes no ambiente analógico para a *web* sob a forma de metadados ou materiais completos. Optamos por avaliar os ambientes informacionais do Núcleo devido à importância do valor documental e arquivístico existente em ambos os ambientes informacionais e pela falta de sinalização observada em ambos.

Para o cumprimento do terceiro objetivo específico, utilizamos o questionário como técnica de pesquisa extensiva e a entrevista padronizada como técnica de pesquisa intensiva (MARCONI; LAKATOS, 2003). Ambos são direcionados aos usuários do Núcleo.

Destacamos que para o processo relacionado à entrevista padronizada, os sujeitos foram submetidos, em conjunto, à execução de duas tarefas antes de serem entrevistados. Essas tarefas são referentes a buscas de informações em ambos os ambientes informacionais (prédio e catálogo *online*).

Os sujeitos, primeiramente, executaram as tarefas relacionadas a um dos ambientes e depois foram entrevistados para relatarem sobre as facilidades e as dificuldades obtidas para se localizarem e se orientarem dentro dos referidos espaços. Vale salientar que, antes de

¹⁴⁸ Disponível em: http://www.siaclientes.com/nutseca/Telas/w_busca_rapida.php Acesso em: jun. 2019.

começarmos com a aplicação das técnicas de questionário e de tarefas juntamente com a entrevista padronizada, os sujeitos que participaram desta pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cuja finalidade foi informá-los sobre a finalidade da pesquisa, procedimentos de coleta de dados, sigilo dos dados e informações referentes aos autores da pesquisa.

Marconi e Lakatos (2003, p. 201) consideram que o “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Com isso, neste segundo momento, a análise é de característica quantitativa e sistemática, referentes à exposição da análise estatística utilizando a porcentagem (%) como unidade de medida.

Marconi e Lakatos (2003, p. 197) expõem que a entrevista padronizada ou estruturada “é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas”. Com isso, neste terceiro momento, a análise é de característica qualitativa. Em termos de representação, utilizamos uma amostra de 15 sujeitos para responderem o questionário e cinco sujeitos para executarem as tarefas e, a partir disso, serem entrevistados.

Em consenso, defendemos que essa tríade de técnicas de coleta de dados é aqui contextualizada como Triangulação Metodológica, representada na Figura 1.

Figura 1 – Triangulação Metodológica.



Fonte: elaborado pelos autores (2017).

4 ANÁLISE DOS AMBIENTES INFORMACIONAIS DO NUT-SECA UFRN

O estudo aqui contemplado é uma forma de avaliação para as especificidades de um ambiente informacional (analógico ou digital) e tem pressupostos na pesquisa de Campos (2017). Essa avaliação, adentrando a realidade do Núcleo Temático da Seca e do Semiárido da UFRN, possui consentimento nas diretrizes de *wayfinding* propostas por Miranda e Vechiato (2017).

Nesse âmbito, para a realidade prática de ambientes informacionais analógicos, Miranda e Vechiato (2017, p. 16) apresentam as seguintes diretrizes:

1. Disponibilizar um mapa bem estruturado do local;
2. Estruturar as rotas de forma que auxiliem a navegação e busca;
3. Oferecer sinalizações ou pistas (*affordances*) para auxiliar na tomada de decisão;
4. Criar uma identidade para cada espaço, diferenciando-o dos outros;
5. Fornecer características visuais distintas para cada região;
6. Fazer uso de um marco ou ponto de referência para auxiliar o usuário a situar-se no espaço.

Em seguimento, atendendo às especificidades de ambientes informacionais digitais, Miranda e Vechiato (2017, p. 19) apontam a necessidade de:

1. Criar um ambiente que permita a encontrabilidade da informação tanto por meio do mecanismo de busca como pelo sistema de descoberta acidental de informação;
2. Oferecer recursos que permitam que o usuário se situe no *site* e sempre saiba onde está exatamente;
3. Apresentar um *layout* objetivo e que não confunda o usuário;
4. Criar uma identidade para cada ambiente do *site*;
5. Dispor informações para que o usuário consiga saber que achou o que realmente estava querendo encontrar.

Essas diretrizes, no contexto desta pesquisa, foram utilizadas para avaliar os ambientes informacionais do Núcleo Temático da Seca e do Semi-árido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Figura 2).

Como resultados, a primeira diretriz de *wayfinding*, definida por Miranda e Vechiato (2017), não é contemplada pelo NUT-Seca. Observa-se que mesmo o NUT-Seca sendo pequeno em espaço, há a necessidade de um mapa estruturado para designar o sujeito ao seu destino.

Figura 2 – Ambiente analógico do NUT-Seca UFRN.



Fonte: NUT-Seca (2017).

A segunda diretriz de *wayfinding* definida por Miranda e Vechiato (2017) não é observada no NUT-Seca. Assim que o usuário passa pela porta do Centro de Documentação, ele se depara com uma sala em formato retangular contendo as mesas dos servidores do local, uma mesa grande retangular para estudo, *banners* informativos, estantes, uma abertura lateral na parede do lado esquerdo que leva ao acervo e uma abertura lateral na parede do lado direito que leva à outra sala de trabalho destinada aos servidores e bolsistas.

A terceira diretriz proposta por Miranda e Vechiato (2017) é observada na realidade do NUT-Seca com elementos de sinalização, pistas na maioria dos ambientes do Centro. Isso acontece na medida

em que o acesso ao acervo é livre, isto é, qualquer um pode entrar para pesquisar uma informação (o que em âmbito da encontrabilidade não é algo ruim, porém, no âmbito da Ciência da Informação, há certamente a carência e necessidade de um profissional da informação para guiar e orientar as pesquisas no acervo).

A quarta diretriz proposta por Miranda e Vechiato (2017) não se aplica à realidade do Centro de Documentação em questão porque os espaços já possuem sua identidade mesmo se isso não for pensado anteriormente. A quinta diretriz proposta por Miranda e Vechiato (2017) se assemelha à diretriz anterior; porém, as características se aplicam na medida que se consegue diferenciar o espaço do acervo e o espaço da área de trabalho dos servidores e dos bolsistas. A sexta diretriz definida por Miranda e Vechiato (2017) necessita de análise para avaliar o NUT-Seca, visto que é necessário saber o tipo de usuário que irá adentrar no espaço.

Fazendo uma análise sensorial, o NUT-Seca recebe usuários de todos os tipos e cada um, certamente, possui um objetivo específico. Um ponto de referência que vise o auxílio dentro do espaço é uma necessidade para todos, porém, cada um levará esse determinado ponto inicial de uma forma distinta. Portanto, percebe-se que o NUT-Seca deve ser melhor sinalizado, principalmente, no que circunda a faixa externa do Núcleo Temático.

Em relação à avaliação do *website* do NUT-Seca, a primeira diretriz proposta por Miranda e Vechiato (2017), observamos na Figura 3 que o *website* apresenta três possibilidades de busca (Pesquisa rápida, por campo e avançada), as quais podem ser visualizadas no 'Menu Principal'.

A segunda diretriz de *wayfinding* proposta por Miranda e Vechiato (2017), na realidade do *website* do NUT-Seca, o ato de acessar o primeiro item que foi recuperado na busca pela palavra-chave 'Seca', de Registro Bibliográfico 5587 e título 'O CDS e a terra', como indica a Figura 3, gera a página demonstrada na Figura 4. Nessa página, o usuário acessa as informações gerais, mas não acessa o documento digital.

Figura 3 – Busca no *website* do NUT-Seca.



Fonte: *website* do NUT-Seca (2017).

Figura 4 – Orientação espacial no *website* do NUT-Seca.



Fonte: *website* do NUT-Seca (2017).

Quanto à segunda diretriz de *wayfinding* proposta por Miranda e Vechiato (2017), o *website* do NUT-Seca não apresenta trilha de navegação que permite que o usuário saiba onde está. Entretanto, a Figura 3 mostra o *link* que dá acesso à página anterior da busca

(elipse em destaque), mas esse não pode ser considerado como uma trilha que indique o caminho que o usuário navegou.

Na terceira diretriz de *wayfinding* proposta por Miranda e Vechiato (2017), na realidade do *website* do NUT-Seca, observa-se que o *layout* é confuso e subjetivo. As letras pequenas e a harmonia de cores geram confusão quanto ao foco de uma busca; e é subjetivo porque, considerando que esse é um *website* aberto ao público, existe uma área restrita para preenchimento de matrícula e senha, como consta na Figura 5 (círculo em destaque).

A quarta diretriz de Miranda e Vechiato (2017), na realidade do NUT-Seca não é posta em prática já que os ambientes do *website* são bastante semelhantes. A quinta diretriz de *wayfinding* proposta por Miranda e Vechiato (2017), na realidade do NUT-Seca, isso pode ser visto quando, na busca pela palavra-chave 'Seca', observa-se que todas as palavras congêneres à 'Seca' estão destacadas em vermelho (Figura 3).

Dando seguimento à triangulação metodológica, em sua segunda fase, aplicamos o questionário com os usuários do NUT-Seca, como também com possíveis usuários. Destacamos que foi submetido a cada respondente um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cuja finalidade consiste em informar sobre a natureza da pesquisa e destino dos dados.

Figura 5 – Área do usuário.



Fonte: *website* do NUT-Seca (2017).

Os resultados do questionário aplicado com 15 indivíduos, referentes ao ambiente informacional analógico, são ilustrados em porcentagem na Figura 6.

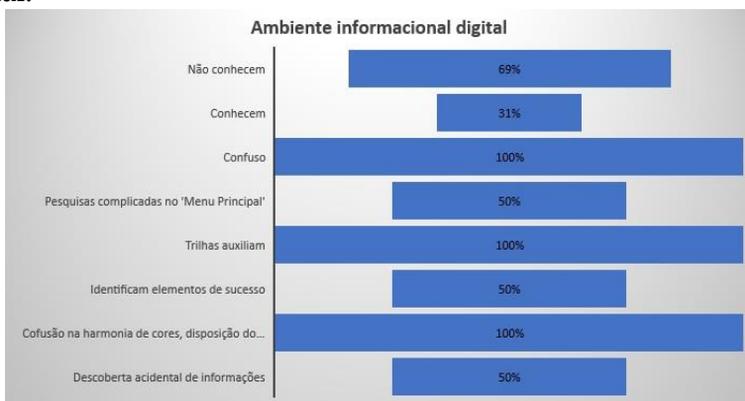
Figura 6 – Resultado do questionário do ambiente informacional analógico.



Fonte: dados da pesquisa (2017).

Subsequentemente, os resultados referentes ao ambiente informacional digital são ilustrados na Figura 7.

Figura 7 – Resultado do questionário do ambiente informacional digital.



Fonte: dados da pesquisa (2017).

Em referência à terceira parte da triangulação metodológica, aplicamos tarefas a cinco sujeitos que passavam perto do NUT-Seca no momento da pesquisa visando entrevistá-los (sobre as suas facilidades e dificuldades na execução). Dessa forma, a seguir, expõe-se as tarefas propostas, juntamente com a entrevista padronizada realizada e uma questão final relacionada ao processo como todo.

TAREFA 1: Encontre o prédio do NUT-Seca, entre, faça uma busca no acervo por um material referente à Coleção Carnaúba e mostre.

1. Pensando nos elementos de sinalização, localização e orientação existentes no prédio do NUT-Seca (interno e externo), você considera que eles ajudam que o usuário seja autônomo numa pesquisa? Por quê?
2. Você acha que é necessário um mapa estruturado do prédio do NUT-Seca para auxiliar onde o usuário está e onde ele pode ir? Por quê? Dessa forma, o que seria, na sua opinião, o ponto inicial marcante para iniciar uma busca de informações no acervo?

TAREFA 2: Encontre o catálogo do site do NUT-Seca por um buscador de sua preferência (Ex: *Google*), entre e busque, utilizando uma palavra-chave, por um material referente a Coleção do Projeto Baixo-Assú e mostre.

3. Você teve dificuldades de fazer essa determinada busca no *site* do NUT-Seca (leve em consideração a harmonia de cores, disposição dos ícones, *layout* e trilhas de navegação)? Por quê?
4. Você considera que o *site* está bem estruturado, facilitando a busca e recuperação das informações, e ainda na possível descoberta de informações que não foram buscadas inicialmente? Por quê?

QUESTÃO FINAL: Em relação aos ambientes do NUT-Seca (prédio e site) e seus elementos de localização e orientação, em qual

ambiente você sentiu mais facilidade para executar as tarefas propostas? Por quê?

Consoante aos resultados dessa terceira fase, observa-se maior facilidade de execução da Tarefa 1 do que da Tarefa 2. Para o ambiente analógico, há relatos de dificuldades para encontrar o prédio, falta de elementos de *wayfinding* no âmbito externo, facilidade de se localizar devido aos elementos de *wayfinding* dispostos no âmbito interno e a necessidade de definição do marco inicial de rotas na recepção/início do acervo.

Para o ambiente digital, os sujeitos que tiveram facilidade de executar a Tarefa 2, já eram usuários; os sujeitos que tiveram o primeiro contato com o *website* sentiram dificuldades. Há relatos de confusão por causa da harmonia de cores, *layout*, tamanho das letras e foi mencionado que as cores não combinam com a identidade do NUT-Seca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos fundamentam a triangulação metodológica para a análise dos ambientes informacionais do NUT-Seca UFRN. Conforme a análise do ambiente informacional analógico do NUT-Seca, a partir das diretrizes de *wayfinding* (MIRANDA; VECHIATO, 2017), caracterizando a primeira fase, observamos que a preocupação por reparos na estrutura da construção e seu espaço interno devem ser maiores.

Segundo a análise do ambiente informacional digital do NUT-Seca, sob a ótica das diretrizes de *wayfinding* para ambientes digitais (MIRANDA; VECHIATO, 2017), observamos que o catálogo *online* poderia oferecer mais recursos visuais que facilitem a pesquisa pelos usuários.

Na segunda fase da análise por triangulação metodológica, sob a ótica do questionário com os usuários do NUT-Seca, destacamos que 87% dos respondentes conhecem o ambiente analógico, 57% acreditam que o prédio é escondido, 60% acreditam que as sinalizações de orientação e localização do prédio para os usuários

são ruins, 77% sentem a necessidade de um mapa estruturado que sinalize onde o sujeito está e onde ele pode ir.

Ainda na segunda fase de análise, referente ao questionário relacionado ao ambiente informacional digital, 69% dos respondentes não conhecem o respectivo catálogo e 31% conhecem. Desses 31%, 100% acreditam que o catálogo *online* é confuso, 50% acreditam que as pesquisas no 'Menu Principal' são feitas de forma complicada.

Para a terceira fase da triangulação metodológica, relacionada à aplicação de tarefas juntamente com a entrevista padronizada, constatamos que os usuários tiveram mais facilidade de executar a Tarefa 1, relacionada ao ambiente informacional analógico, do que a Tarefa 2, relacionada ao ambiente informacional digital.

Na entrevista padronizada, em relação ao ambiente informacional analógico, uma parcela dos usuários envolvidos, relataram que não acreditam na necessidade de um mapa estruturado porque o ambiente é pequeno; porém, as diretrizes de *wayfinding* propõem que é necessário e, no questionário, 77% dos usuários acreditam na necessidade de disponibilização de um mapa estruturado. Em relação ao ambiente informacional digital, os usuários que sentiram facilidade para executar a Tarefa 2, já tinham conhecimento nesse espaço, mas os usuários que não tinham prática demonstraram dificuldades.

Como contribuições, esta pesquisa sugere que o NUT-Seca possua elementos externos que ajudem os sujeitos informacionais a encontrarem o ambiente de forma autônoma. No catálogo *online* do NUT-Seca, consideramos necessário que as letras sejam maiores. O *website* precisa melhorar a busca informacional, já que, muitas vezes, os usuários tentam refinar a busca para o processo avançado e o catálogo os direciona para outras informações.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, T. de Q. Do projeto Rio Grande do Norte (PRN) ao Programa de Desenvolvimento Científico e tecnológico do Nordeste. In: ARANHA, Terezinha de Queiroz Aranha (Org.). **A problemática da seca no Rio Grande do Norte: Relatório Final**. Mossoró: 1989. p. 13-51. (Coleção Mossoroense; Série C, volume CDLXX).
- CAMPOS, A. F. **Wayfinding no contexto da encontrabilidade da informação**: uma análise dos ambientes informacionais do Centro de Documentação Núcleo Temático da Seca e do Semiárido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (NUT-SECA UFRN). 2017. 103f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia), Departamento de Ciência da informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- CARDOSO, E. et al. Contribuição metodológica em design de sinalização. **InfoDesign: Revista Brasileira de Design da Informação**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 10-30, 2011.
- LYNCH, K. **The image of the city**. São Paulo: Massachusetts Institute of Technology and the President and Fellowsof Harvard College, 1960.
- LYNCH, P. J.; HORTON, S. **Web style guide**: basic design principles for creating web sites. 3. ed. 2009.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- MIRANDA, E. B. S.; VECHIATO, F. L. *Wayfinding* em ambientes informacionais: proposta de recomendações para avaliação no contexto da encontrabilidade da informação. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 1, n. 3, jul/dez., 2017.
- MORVILLE, P. **Ambient Findability**. Sebastopol: O'Reilly Media, 2005.
- RIBEIRO, L. G. **Onde estou? Para onde vou? Ergonomia do ambiente construído: Wayfinding e Aeroportos**. 120 f. Tese (Doutorado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- VECHIATO, F. L. **Encontrabilidade da Informação**: contributo para uma conceituação no campo da Ciência da Informação. 2013. 206 f. 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G. Encontrabilidade da Informação: atributos e recomendações para ambientes informacionais digitais. **Informação & Tecnologia**, Marília/João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 42-58, jul./dec., 2014.

INTER-RELAÇÕES CONCEITUAIS COMPLEXAS: INTEGRAÇÃO ENTRE ONTOLOGIA E FOLKSONOMIA

Jacqueline Aparecida de Souza

1 INTRODUÇÃO

A Organização da Informação, por ser a subárea da Ciência da Informação que se dedica à proposição de teorias e metodologias para análise e condensação de conteúdo informacional e desenvolver produtos documentários¹⁴⁹, busca lidar com um novo elemento do paradigma tecnológico, demarcado pela autonomia do usuário na produção e consumo de informação e com enfoque nas linguagens naturais que, tradicionalmente, tinham seus fenômenos atenuados pela aplicabilidade das linguagens de indexação¹⁵⁰.

Neste contexto, a *folksonomia* se apresenta como uma nova forma de classificar o conteúdo na *web*. Em 2004, ao ter conhecimento de serviços *online* que permitiam ao usuário adicionar e pesquisar *bookmarks* sobre qualquer assunto, Thomas Vander Wal formulou o termo *Folksonomy*, junção dos termos *folk* (povo, pessoas) com *taxonomy* (classificação), propondo a seguinte definição: resultado da marcação livre e pessoal de informações e objetos (qualquer coisa com uma URL) para a própria recuperação. A marcação é feita em um ambiente social (geralmente compartilhado e aberto a outras

¹⁴⁹ Entende-se por produtos documentários os resumos, lista de cabeçalhos, tesouros, ontologias.

¹⁵⁰ Linguagens de indexação se trata de uma lista de termos autorizados, em forma de uma estrutura semântica, cuja finalidade é controlar sinônimos, diferenciar homógrafos, ligar termos cujos significados apresentem alguma relação (LANCASTER, 1993). São instrumentos que profissional auxiliam o profissional a representar o conteúdo informacional, para aprimorar e mediar o acesso ao conteúdo ou recurso informacional.

pessoas), sendo a folksonomia criada a partir do ato de marcação pela pessoa que consome a informação (VANDER WAL, 2007).

Entende-se que é de forma livre, pois a *tag* pode ser utilizada ou alterada por outro usuário e, o fato da escolha pela *tag* não estar submetida a nenhum controle ou regra de vocabulário, neste ambiente aberto, promove a construção coletiva e possibilita uma abordagem colaborativa.

Os Sistemas Baseados em *Folksonomia* (SBF)¹⁵¹, como *Citeulike*¹⁵², *Flickr*¹⁵³, *Delicious*¹⁵⁴, *YouTube*, tornaram-se populares por serem considerados simples, tendo em vista que basta atribuir uma etiqueta (*tag*) a um recurso digital (*sites*, foto, trabalho acadêmico, vídeo), no qual essa *tag*, ao ser compartilhada e aberta a outros usuários, promove o acesso e confere maior visibilidade ao recurso informacional.

As *folksonomias* exibem as *tags* agrupadas (em formato de nuvens ou listas), sem impor uma estrutura fechada, pré-estabelecida, no qual a relação semântica entre os conceitos não é explícita. Ademais, promove alta contextualização semântica, decorrente da relação associativa entre as *tags*. Apesar de suas limitações, como a falta de controle terminológico, erros ortográficos e ambiguidade, são abordadas sob diversas perspectivas, a saber: para conhecimento de determinada comunidade, para observação de novas práticas sociais, como uma nova metodologia e estratégia para indexação¹⁵⁵.

¹⁵¹ Sistemas baseados em folksonomia: sistemas que viabilizam ou utilizam a folksonomia, como Ferramentas de Social *Bookmarking*, Sistemas de Etiquetagem Social, Sistemas de Etiquetagem Colaborativa, Sistemas de Classificação Social e Sistemas de Classificação Distribuída.

¹⁵² *CiteULike* – os recursos informacionais etiquetados são trabalhos acadêmicos: <http://www.citeulike.org/>

¹⁵³ *Flickr*: os recursos informacionais etiquetados são fotografias: <https://www.flickr.com/>

¹⁵⁴ *Delicious*: os recursos informacionais etiquetados são *websites*.

¹⁵⁵ Indexação é o processo de atribuir – enumerar conceitos – que sintetizem e representem o conteúdo de um documento, de acordo com as políticas e a

Nessa conjuntura, destaca-se o desafio em tratar os registros de conhecimento disponíveis em ambiente digital, onde as representações são efetuadas via conjunto de conceitos, no qual as relações semânticas (implícitas ou explícitas) são um elemento-chave comum entre as *folksonomias* e as ontologias, outro sistema de organização do conhecimento oriundo em ambientes digitais.

Associada à noção de *web* semântica, as ontologias são uma “especificação explícita de uma conceitualização” (GRUBER, 1993), cujo propósito é garantir inteligibilidade nas comunicações entre humanos e máquinas. Elas representam conhecimento estruturado por meio de conceitos, instâncias, atributos e relações que são modeladas na forma de um grafo ou rede, permitindo a definição de vários tipos de relacionamentos tais como: o pai-filho, o todo-parte, o causa-efeito, o de associação, entre outros. Estas relações semânticas mais estruturadas podem tornar o processo de recuperação da informação menos custoso para o usuário, pois ele terá outras formas de acessar a mesma informação. Adicionalmente, utilizar ontologias para classificação da informação é uma tarefa que tem um alto custo cognitivo para o usuário, pois, assim como as taxonomias, as ontologias são difíceis de construir e manter (BASSO; FERREIRA; SILVA, 2009).

Se por um lado a tarefa de organizar a informação na forma de uma ontologia tem um alto custo cognitivo, organizar a informação utilizando *tags* é uma tarefa bem simples (BASSO; FERREIRA; SILVA, 2009). Ressalta-se que o valor do processo de atribuição de *tags* é derivado do fato de que as pessoas usam seu próprio vocabulário, adicionando, assim, significado explícito ao recurso, o qual pode vir do entendimento delas sobre a informação ou sobre o objeto que está sendo categorizado, tornando a classificação da informação uma tarefa de baixo custo.

Tendo em vista que a *folksonomia* não tem uma estrutura conceitual estabelecida, com relações semânticas apenas implícitas e elaborada por usuários não especialistas para organização de seus

especialidade (domínio) a representar em um sistema de recuperação da informação (GONÇALVES; SOUZA, 2008).

recursos informacionais de forma pessoal e, por outro lado, as ontologias que apresentam uma estrutura conceitual explícita, cujas relações semânticas são complexas, a proposta deste texto é demonstrar a integração entre estes dois sistemas de organização do conhecimento que, apesar de distintos em relação à estrutura e elaboração, podem ser complementares no tocante à organização e representação da informação em ambientes digitais.

Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura nas áreas de Ciência da Informação e Ciência da Computação. Neste texto, primeiramente, discute-se de forma comparativa as folksonomias e as ontologias e, sequencialmente, a sua integração, seguida das considerações finais.

2 FOLKSONOMIA E ONTOLOGIA: OBSERVAÇÃO COMPARATIVA

Alguns aspectos relevantes das folksonomias se referem a sua viabilidade para indexação de grandes coleções de dados, seu fácil manuseio, e o fato da marcação social tornar grandes comunidades conscientes do uso de metadados de conteúdo descritivo, além do aspecto comportamental dos usuários na atribuição das *tags*, no sentido de que eles podem aprender, compartilhar e usufruir das *tags* dos outros.

O processo de atribuição das *tags* nem sempre tem objetivos sociais e coletivos para auxiliar a recuperação de recursos de uma comunidade e grupo, assumindo apenas objetivos estritamente pessoais. Neste sentido, Weller (2007) cita os estudos de Al-khalifa e Davis (2007), os quais discutem a natureza das *tags*, agrupando-as em três categorias: pessoal, subjetiva e factual.

Segundo Al-khalifa e Davis (2007) na categoria pessoal (*personal tags*) as *tags* tem um público-alvo¹⁵⁶ e são frequentemente usadas para organizar os recursos do usuário, podendo ser classificadas em *tags* de auto-referência, *tags* de gerenciamento de tarefas e tempo. As *tags* de auto-referência são qualquer *tag* que se

¹⁵⁶ *Audience.*

aproxime do interesse do usuário, como datas, nomes próprios. As *tags* de gestão de tarefa e tempo funcionam como lembretes e listas de tarefas para gerenciar atividades futuras. Ainda nesta categoria, ressalta-se o uso de preposições, frases inteiras e abreviaturas.

Na categoria subjetiva (*subjective tags*), as *tags* expressam as opiniões sobre o recurso e podem ser classificadas como compostas ou informais. As compostas consistem em um qualificador subjetivo como “*Beautifulsite*”, “*goodfor*”, e as informais incluem palavras produzidas pelo próprio vocabulário do usuário, como “*kool*”(cool), “*Kickass*”.

Por fim, na categoria factual, as *tags* identificam distintos aspectos relacionados ao recurso, como: autoria, local, principais conceitos, título, idioma, sinônimos, acrônimos, variação ortográfica ou linguagem específica de uma área de aplicação ou uso. Essa categoria fornece o que é denominado como metadados usuais.

Complementarmente, há sete funções associadas às *tags* (GOLDER; HUBERMAN, 2006 apud WELLER, 2007):

1. Identificar sobre o que (ou de quem) é um recurso: costumam ser substantivos comuns com muitos níveis de especificidade, bem como muitos substantivos próprios, no caso de conteúdo que se refere às pessoas ou organizações;
2. Identificar o que é o recurso: *tags* podem identificar que tipo de objeto informacional foi etiquetado, por exemplo: artigo, blog, livro, fotografia;
3. Identificar quem é o proprietário do recurso: algumas etiquetas estão associadas a que possui ou criou o conteúdo etiquetado;
4. Refinar categorias: algumas *tags* não ocorrem isoladas e, ao invés de estabelecer categorias próprias, refinam ou qualificam categorias já existentes;
5. Identificar qualidades ou características: geralmente são adjetivos que expressam a opinião do usuário acerca do recurso etiquetado, como por exemplo: engraçado, assustador;

6. Auto-referenciar: as *tags* podem ser iniciadas com o pronome possessivo (meu, minha), identificando a relação do recurso e do conteúdo com o próprio usuário;
7. Organizar tarefa: as *tags* relacionadas à execução de tarefas que podem auxiliar o usuário ou um grupo.

Portanto, a noção sobre a natureza e tipos de função assumidos pelas *tags* auxiliam na compreensão e interpretação dos metadados que são produzidos no processo de etiquetagem e como os mesmos podem ser utilizados.

Concernente à ontologia, elas são um componente relevante no desenvolvimento de pesquisas com abordagem semântica. De forma contrária às folksonomias, elas são projetadas por especialistas e utilizadas para tornar explícito e inequívoco o significado dos recursos, não apenas para comunicação interpessoal, mas também na perspectiva da interação ser humano-computador. As conceitualizações são expressas em sistemas de conceitos (classes), instâncias (indivíduos) e as relações entre eles, incluindo possibilidades de definição de novos tipos de relações entre os conceitos, para além dos propostos nos sistemas de organização tradicionais, e permitem a adição de regras e axiomas. Sua criação é laboriosa e requer uma abordagem cuidadosa sobre como representar adequadamente um domínio de conhecimento e, no espectro dos sistemas de organização do conhecimento, elas ampliam as possibilidades dos métodos tradicionais, sendo um sistema semanticamente mais rico que os demais, contendo informações explícitas sobre os objetos e o contexto. Isso é realizado pelo uso de atributos ou restrições adicionados às relações de conhecimento, pela inclusão de instâncias (WELLER, 2007).

As ontologias são um sistema de organização do conhecimento oriundo da Ciência da Computação e que dialoga com outras áreas do conhecimento por sua riqueza em representar e organizar o conhecimento e a informação. No âmbito da Biblioteconomia, a aplicação das ontologias são basicamente pelas:

- Necessidades de representação com características específicas (domínios novos, domínios que seja necessária maior explicitação conceitual, domínios não

contemplados/cobertos adequadamente por outros sistemas para uma organização do conhecimento) ou esquema de ontologias profundas;

- Necessidades de recuperação, organização inseridas no modelo da web semântica;
- Domínios de conhecimento específicos com necessidades particulares de organização e recuperação: terminologia, hierarquia, descrição, sob o esquema de ontologias leves (RODRIGUEZ GARCIA; GONZÁLEZ CASTILLO, 2018).

Relativamente à comparação entre as ontologias e as folksonomias e como elas convergem, Binzabiah e Wade (2012) enfatizam o fato das *tags* não se conectarem entre si de forma explícita, mas reconhecem que elas são relevantes para determinar o significado, garantindo maior precisão semântica a partir da aproximação entre os conceitos e das relações semânticas implícitas. A seguir, o Quadro 1 apresenta as distinções entre as folksonomias e ontologias.

Quadro 1 – Comparativo entre ontologia e folksonomia.

<i>Formal taxonomies or ontologies</i>	<i>Folksonomies and free tagging</i>
Categorization or model is seen as something static that can be created in advance.	Something that is created and updated as a part of ongoing activity.
Ontologies often are based on hierarchical structures.	Folksonomy creates an entirely flat namespace.
Hierarchical structures provide much more expressiveness and support for reasoning of various kinds.	Less expressiveness and support for reasoning of various kinds.
Hierarchical structures they are also more sensitive to changes.	Less sensitivity for changes.
The namespace in an Ontology is normally entirely closed. Users are free to choose whatever tags they want to describe entity.	The namespace in a folksonomy is normally entirely open. Users are free to choose whatever tags they want to describe an entity.
Provide a framework to handle structured information and to	Does not provide such a framework.

extract conclusions from such structured information.	
Ontologies are difficult to maintain.	Easy to maintain.
On the spectrum of knowledge representation systems, the most expensive in creation and maintenance is an ontology.	Easier to create, edit, use and reuse.
Requires consensual agreement on its contents from community members.	Does not require such consensual agreement.
Metadata is generated only by experts.	Metadata is generated not only by experts but also by creators and consumers of the content.
Usually, controlled vocabulary is used.	Usually, freely chosen keywords are used instead of a controlled vocabulary.
	Folksonomic tagging is intended to make information increasingly easy to search, discover, and navigate over time.
	The number of websites that support tagging has rapidly increased since 2004.
	Multidimensional: users can assign a large number of tags to express a concept and can combine them.
	Uncontrolled tagging can result in a mixture of types of things, names of things, genres and formats.

Fonte: adaptado de Binzabiah e Wade (2012).

Com ênfase na funcionalidade das folksonomias, convém ressaltar que, quando bem desenvolvidas em comunidade, são úteis como um vocabulário compartilhado, oriundo e familiar a seus usuários principais, sendo mais fácil a pesquisa e descoberta de informação, assim como a navegação. Como as folksonomias são desenvolvidas em ambientes sociais, os usuários, geralmente, podem

descobrir quem criou uma *tag* específica e ver as outras *tags* criadas por essa pessoa. Isso permite uma pesquisa mais intuitiva, pois o usuário pode aprender com outro usuário que tende a interpretar e marcar o conteúdo de uma maneira que faça sentido para eles, aumentando, assim, sua capacidade de encontrar conteúdos relacionados. Para uma coleção mais restrita de banco de dados multimídia, os usuários começariam com a navegação, em vez de pesquisar, pois não saberiam o que está disponível para eles. A maioria dos mecanismos de pesquisa gerais enfatiza a pesquisa, enquanto a maioria dos mecanismos especializados fornece navegação baseada em semântica. Um dos principais motivos é que os mecanismos de pesquisa baseados em coleta podem fornecer aos usuários tópicos e uma quantidade de documentos suficientes para serem pesquisados. Assim, resumos com vários documentos, como o agrupamento baseado em tópicos de vídeos relacionados, serão muito úteis para ajudar os usuários a navegar pelas coleções de multimídia (TJONDRONEGORO; SPINK, 2008).

Complementarmente, a ontologia hierárquica deve ser usada para classificar e visualizar palavras-chaves, tópicos e outros metadados gerados por usuários e aplicativos. Um dicionário de anotação bem definido é importante, pois permite a padronização de várias descrições de conteúdos multimídia. Para a formulação de pesquisa, a classificação baseada em ontologia pode ajudar os usuários a reformular sua consulta se ela for muito específica. Por exemplo, em vez de procurar “aloe vera”, os usuários podem sugerir que pesquisem “babosa”. Além disso, uma indexação com palavras-chaves e resumos semânticos permitirá que os mecanismos de pesquisa ofereçam suporte aos usuários na localização de tópicos relacionados (TJONDRONEGORO; SPINK, 2008).

Considerando a funcionalidade, o processo de busca da informação, navegação e descoberta de novos e distintos recursos por parte do usuário, discute-se, a seguir, a integração entre esses dois sistemas conceituais emergentes em ambientes digitais.

3 INTEGRAÇÃO ENTRE FOLKSONOMIA E ONTOLOGIA

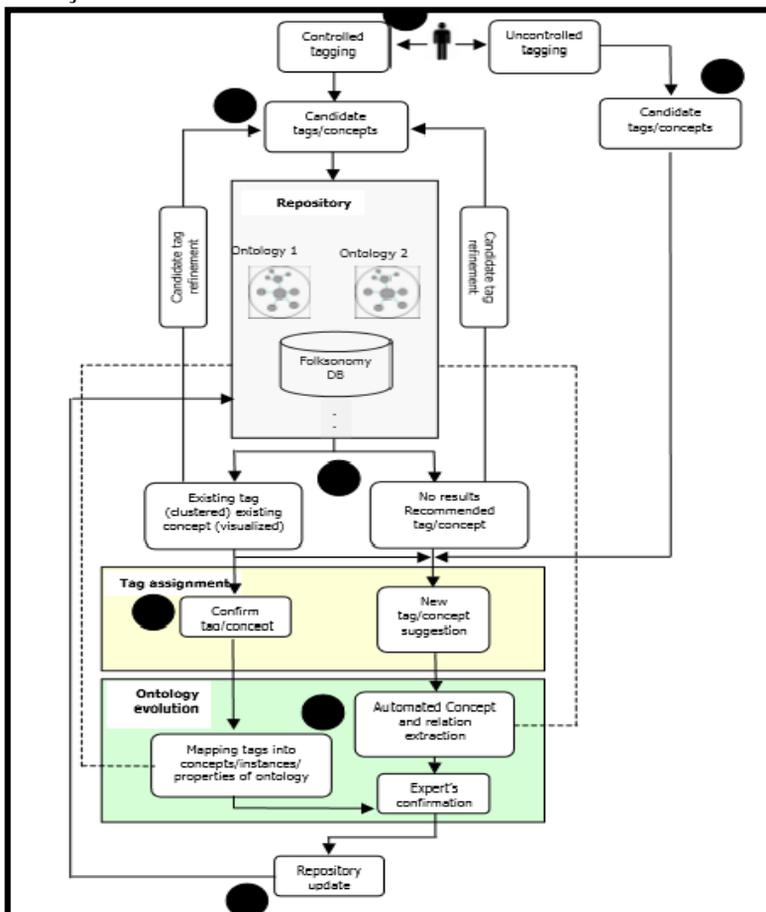
No âmbito da abordagem integrada nos sistemas de representação do conhecimento, Sharif (2009) apresenta dois modelos de um sistema integrado, no qual cada uma dessas tecnologias reduz as suas limitações e explora o seu potencial. Conforme a Figura 1, o autor apresenta um processo de marcação/etiquetagem baseado em ontologia e folksonomia.

Com base na Figura 1, considera-se que a maioria dos usuários, apesar de serem os provedores de informação, não está familiarizado com as ontologias. Neste sentido, a inserção de novos conteúdos (conceito, relação, instância) se trata de um processo difícil para os usuários e se questiona como explorar os benefícios da ontologia sem incomodá-los e impor grandes desafios.

Na sua proposta, Sharif (2009) reforça que a comunidade molda colaborativamente as definições formais de um domínio através do compartilhamento, sem a necessidade de estabelecer ou impor acordos acerca do significado de uma *tag*, pois seu significado gradualmente emerge com o uso do próprio sistema. Novas *tags* podem ser introduzidas quando necessário e a construção e manutenção estará ligada ao uso real do sistema. Neste sentido, as folksonomias reagem, refletem às mudanças e respondem às novas necessidades dos usuários.

Outro ponto evidente na Figura 1 é que diferentes níveis de colaboração são possíveis: a comunidade pode trabalhar com uma ontologia existente e sugerir novos conceitos ou instâncias, o que contribui para manutenção, expansão e atualização da ontologia. Também os usuários podem atribuir *tags* a um objeto sem que a *tag* seja sugerida ou já tenha sido utilizada, sem controle. Portanto, há um repositório que auxilia na recomendação de *tags* apropriadas e auxilia o usuário.

Figura 1 – Integração entre ontologia e folksonomia para organização.

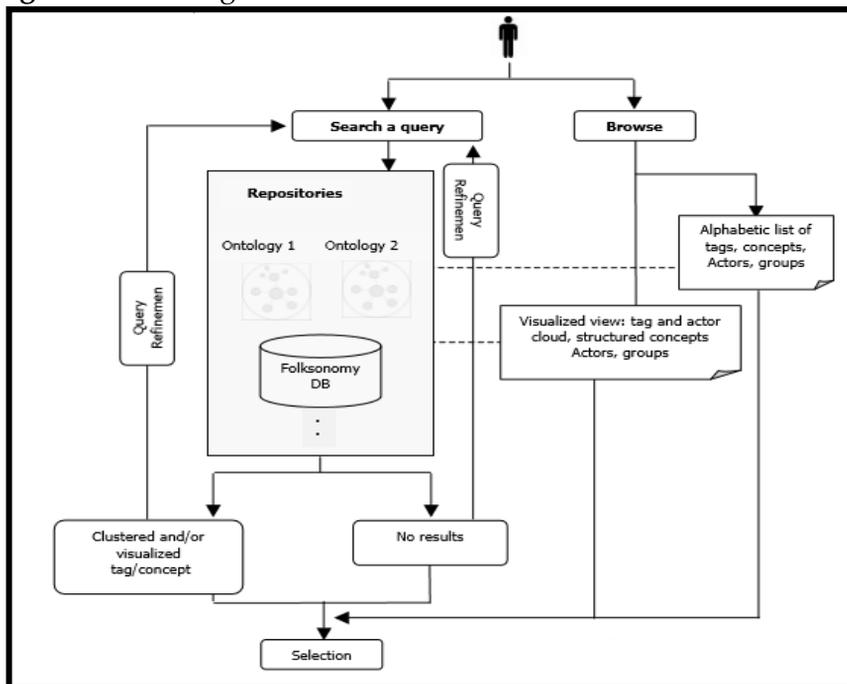


Fonte: Sharif (2009).

Relativamente aos sistemas baseados em folksonomia, considera-se a relevância da navegação se basear em nuvem de palavras, apesar de não se apresentar como a forma mais sofisticada, mas que pode reforçar também as ontologias. Conforme o modelo exposto na Figura 2, a lista alfabética de *tags*, conceitos, usuários e grupos podem ser desenvolvidos com base em um repositório de ontologias e folksonomias existentes. Adicionalmente, é possível a visualização de conceitos, nuvens de *tags* e de usuários, o que auxilia uma navegação mais inteligente. Também, caso o usuário decida por

consultar as ontologias incorporadas no sistema, isso levaria a uma melhor precisão e revocação. É patente que uma pesquisa de folksonomia baseada em ontologia reduz a ambiguidade. Na abordagem proposta e representada na Figura 2, observa-se o enriquecimento semântico por meio das *tags* explorando ontologias.

Figura 2 – Ontologia baseada em folksonomia.



Fonte: Sharif (2009).

Após o exposto, tanto as diferenças, como convergências entre folksonomias e ontologias são utilizadas para potencializar os ideais da *web* semântica.

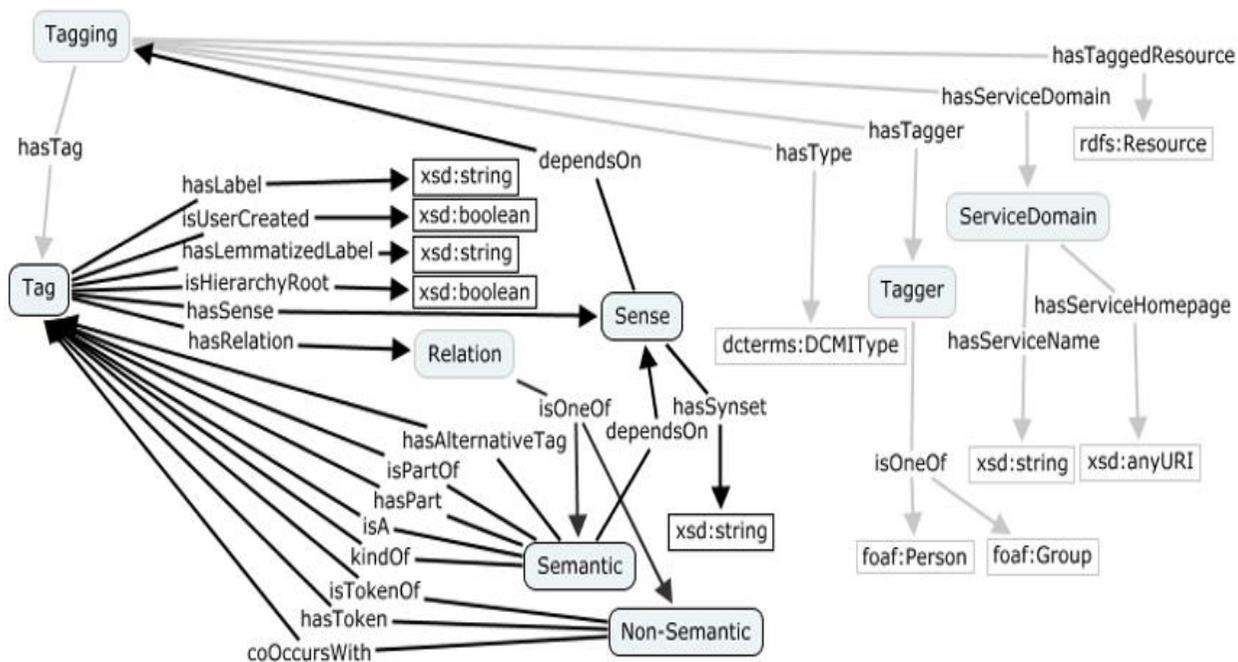
Os usuários de sistemas integrados podem explorar os benefícios da ontologia, aprimorando a busca folksonômica sem o conhecimento da existência da infraestrutura ontológica ou das ontologias relacionadas. Com esta abordagem para a integração de folksonomias e da *web* semântica, mostra-se que as ontologias podem ser usadas para estruturar as folksonomias semanticamente e o conhecimento dinâmico fornecido pelas folksonomias pode ser usado como um recurso para aquisição de conhecimento de baixo

para cima (*bottom-up*) para apoiar a evolução da ontologia (SHARIF, 2009, p. 11).

Similarmente, Basso, Ferreira e Silva (2009) desenvolveram um processo para gerar ontologia com diversas relações (hierárquicas e não hierárquicas) que facilite a tarefa da recuperação da informação a partir das *tags* de um usuário. Além de continuarem a ressaltar os problemas ocasionados pela folksonomia, principalmente ambiguidade, uso de acrônimos, homônimos e sinônimos, também mencionam que com o aumento no número de categorizações, devido aos SBF utilizarem listas ou nuvem de *tags* para iniciar a recuperação da informação, o que exige bastante esforço cognitivo por parte do usuário. Enfatiza que a única relação entre as *tags* é a de co-ocorrência, não existindo muitas outras opções de visualização e acesso à informação; por ser semanticamente fraca, esta relação gera apenas uma estrutura plana entre as *tags*. Neste sentido, os autores apresentam na Figura 3 um modelo ontológico¹⁵⁷ que representa o processo de atribuição de *tags* (*tagging*) estendido a partir do modelo de Knerr com relacionamentos semânticos entre as *tags*.

¹⁵⁷ Modelo de dados que representa conceitos.

Figura 3 – Tagging e modelo ontológico.



Fonte: Basso, Ferreira e Silva (2009).

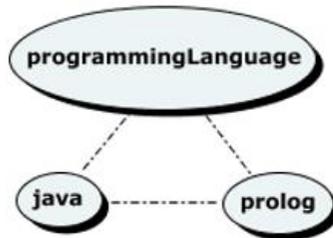
Relativamente à Figura 3, destaca-se que a relação *hasAlternative* é ideal para resolver problemas associados a sinonímia, uma vez que ela relaciona uma *tag* a formas alternativas de escrita. As relações *hasPart* e *isPartOf* agrupam partes a um todo e vice-versa. Quanto às relações *isA* e *kindOf*, elas associam semanticamente termos mais abrangentes com *tags* cujo significado é mais específico e vice-versa. Também, podem formar estruturas hierárquicas se forem obtidas recursivamente até um nó raiz de uma ontologia. Deste modo, segundo os autores, esta taxonomia pode substituir a nuvem ou lista de *tags* e permitir ao usuário especializar uma busca até obter o resultado esperado. Ademais, permite fazer busca mais abrangente, retornar a todos os objetos categorizados com *tags* mais específicas (gênero/espécie, por exemplo). Sequencialmente, apresenta-se a Figura 4, na qual consta um conjunto de *tags* (*programmingLanguage*, *Java* e *Prolog*) cuja única relação é a de co-ocorrência, evoluindo para uma ontologia com diversas relações semânticas entre as *tags* (BASSO; FERREIRA; SILVA, 2009).

Conforme a Figura 4, observa-se que mais de um sentido foi atribuído à *tag* “*java*”, assim como foram atribuídas outras *tags* para mostrar o conjunto de *tags* em forma hierárquica (BASSO; FERREIRA; SILVA, 2009). Os autores seguiram uma abordagem bastante automática e apresentaram como as ontologias podem ser utilizadas nos sistemas de recuperação e para recomendação de conteúdo, uma vez que elas possuem informações sobre o interesse dos usuários.

Figura 4 – Ontologia estruturada por tags.

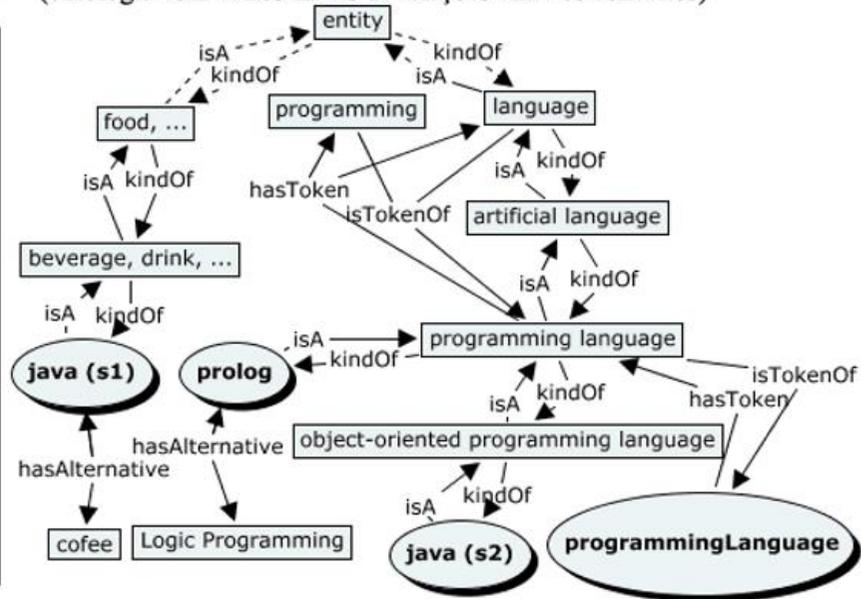
Entrada:

(tags relacionadas por co-ocorrência)



Saída:

(ontologia com vários níveis de relações entre os conceitos)



Fonte: Basso, Ferreira e Silva (2009).

Specia e Motta (2007) reforçam como as ontologias podem ser utilizadas para aprimorar tarefas nos sistemas baseados em folksonomia, pontuando três utilidades:

1. Desambiguação de consulta (*tag*): nas pesquisas de *tags*, a extensão de consulta para todas as *tags* relacionadas (ou um subconjunto deles) pode ser oferecida ao usuário. As heurísticas simples, com base nos tipos de *tags*, podem ser usadas para estender a pesquisa a um subconjunto das *tags* relacionadas. Além disso, se a *tag* pesquisada for ambígua, o usuário pode receber as *tags* relacionadas em cada *cluster* que aparece para escolher o sentido. A pesquisa pode, então, ser restrita a esse sentido adicionando outra *tag* (do *cluster*) à consulta;
2. Visualização: os *clusters* de *tags* relacionadas (e as relações entre eles) podem ser apresentados graficamente para fornecer uma melhor compreensão sobre o uso da *tag* pesquisada no sistema;
3. Sugestão de *tag*: ao marcar um recurso, o usuário pode ser oferecido sugestões de *tags* “adequadas”, com base em outras *tags* usadas por outras pessoas para esse recurso ou *tags* relacionadas que são altamente frequentes em um determinado *cluster*.

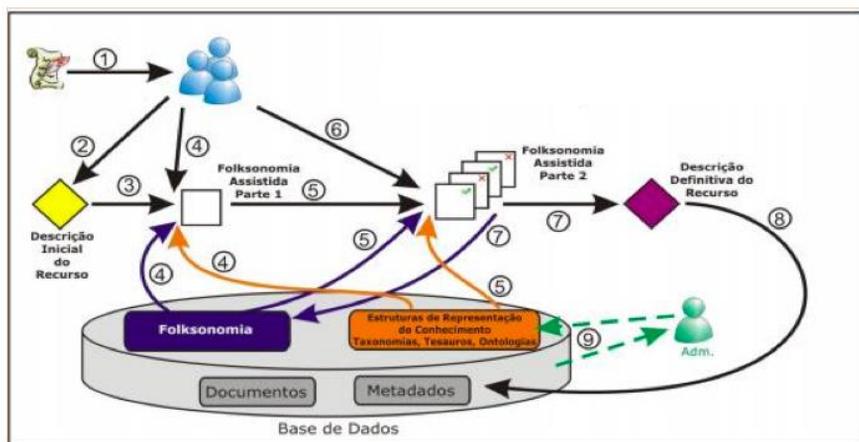
Da integração entre folksonomia e ontologia advém a expressão Folksonomia Assistida (FA), compreendida como um processo de apoio ao usuário no momento de definir os termos mais adequados para as *tags* que farão referência ao seu recurso informacional (SEGUNDO; VIDOTTI, 2011). Segundo e Vidotti (2011) destacam que o processo de FA é composto por duas partes principais. A primeira, refere-se à implementação da FA no qual deverá ter a interface de comunicação do usuário com o sistema informático alterada ou nova para a inserção de informações no campo palavra-chave, que será utilizado como referência para a inserção de conteúdo para as *tags*. Ou seja, deve-se apresentar ao usuário, no momento da digitação da *tag*, de forma sistemática, um conjunto de informações previamente inseridas no sistema como

sugestão de *tags*. A busca de informação para a sugestão é baseada em busca sintática.

A segunda parte estabelece que o sistema deverá receber os termos enumerados pelo usuário e proceder à pesquisa de relacionamento da informação dada pelo usuário em relação ao conjunto de informações internas que a ferramenta dispõe. O processo de relacionamento em questão é, justamente, uma busca de relações dentro de uma estrutura de representação do conhecimento das áreas de especialidades, visto que esta pode ser caracterizada por um tesauro ou ainda por uma ontologia, que permitirão uma busca hierárquica horizontal, mas, principalmente, uma busca hierárquica vertical de relacionamento de termos (SEGUNDO; VIDOTTI, 2011).

Este processo está representado na Figura 5 e expressa a principal característica da Folksonomia Assistida: oferecer ao usuário um conjunto de termos que já estão sendo empregados no sistema, de forma que ele possa utilizar a base de conhecimento de um repositório específico para qualificar a descrição de seu recurso.

Figura 5 – Folskonomia Assistida.



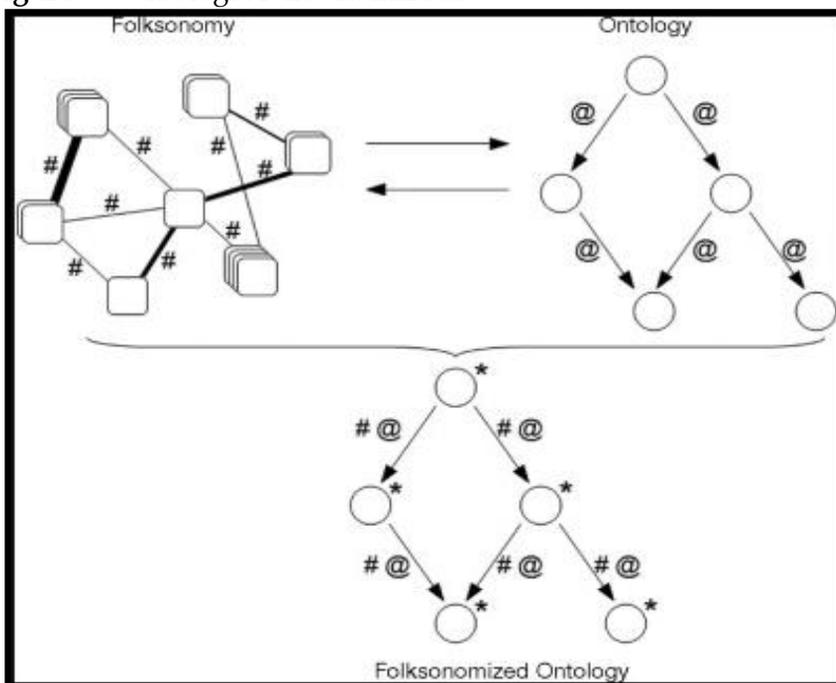
Fonte: Segundo e Vidotti (2011).

Em consonância ao que já foi exposto, outro conceito recorrente na literatura é a Ontologia Folksonomizada (*Folksonomized Ontology* – FO), definida como uma ontologia alinhada com termos de uma

folksonomia e enriquecida com seus dados contextuais. Por dados contextuais, entende-se por dados que emergem de uma análise estatística de uma folksonomia, como a frequência das *tags*, co-ocorrência e conteúdo informativo. A escolha do domínio coberto pela ontologia e folksonomia tem impactos diretos nos resultados. Os resultados serão tão bons quanto a sobreposição entre seus domínios (WANG et al., 2014, p. 179).

Essa técnica demonstra que, por um lado a FO está alinhada com *tags*, e que conduz uma combinação de classificação baseada em semântica, categorização e *tag* mais rica, e, por outro lado, os dados contextuais são usados para rever e melhorar a ontologia, conforme a Figura 6.

Figura 6 – Ontologia folksonomizada.



Fonte: Wang et al. (2014).

A Figura 6, de Wang et al. (2014), esquematiza os papéis desempenhados por uma ontologia e uma folksonomia na construção de uma ontologia folksonomizada. A FO é apresentada

como uma entidade híbrida. Trata-se de uma combinação simbiótica, aproveitando ambas as organizações semânticas.

As ontologias fornecem uma base semântica formal, que é contextualizada por dados locais, melhorando as operações com as *tags*. Por outro lado, as *tags* foram utilizadas como ferramentas para analisar a ontologia e apoiar o seu processo de evolução, mostrando discrepâncias entre o conhecimento emergente de uma comunidade e a representação formal desse conhecimento na ontologia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto as folksonomias quanto as ontologias se associam às técnicas tradicionais de organização e representação da informação e do conhecimento; porém, de maneiras distintas. Enquanto as folksonomias incorporam as dimensões sociais oriundas da atribuição das *tags*, de forma livre, social, privilegiando a linguagem natural, as ontologias possibilitam a estruturação de um vocabulário formal, com relações semânticas explícitas, e, dessa maneira, ambas, considerando suas vantagens e desvantagens, reforçam as discussões acerca de metadados na *web*.

De acordo com o que foi apresentado, é patente que o não envolvimento dos usuários em construção de ontologias decorrente do alto custo e do nível de especialização exigidos podem interferir na cobertura e representação de um domínio de conhecimento. Todavia, com integração entre diferentes sistemas de organização do conhecimento, sobretudo, pelas folksonomias e o ambiente colaborativo, constata-se um aprimoramento no desenvolvimento de ontologias, assim como, atenuam-se os problemas ocasionados pelo uso das folksonomias, ficando evidente sua complementaridade.

Por fim, observou-se que a integração entre estes sistemas ocorre por duas vertentes: primeiramente, pelas folksonomias servirem como fonte para popular as ontologias, sobretudo, por representarem a garantia do usuário no que tange a nomear ou indexar recursos, e, secundariamente, as ontologias como apoio ao usuário na realização de pesquisas nos sistemas de informação,

assim como no próprio processo de indexação. Verifica-se que algumas abordagens utilizam análise estatística por frequência e co-ocorrência das *tags*, outras enfatizam a importância de as relações semânticas entre os conceitos serem explícitas, de forma a emergir uma estrutura de conhecimento com base nas *tags*.

REFERÊNCIAS

- BASSO, Carlos Alberto M.; FERREIRA, Josiane MP; DA SILVA, Sérgio Roberto P. Uma Proposta para a Evolução de Ontologias a partir de Personomias em Sistemas Baseados em Tagging. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO, 29., ENCONTRO NACIONAL DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, 7., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS; INF, 2009.
- BINZABIAH, Reyad; WADE, Steve. Proposed method to build an ontology based on Folksonomy. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SOCIETY (I-SOCIETY 2012). **Anais...** London, UK: IEEE, 2012. p. 441-446.
- GONÇALVES, Julia Aparecida; SOUZA, Renato Rocha. **Relações e conceitos em ontologias**: contribuições das teorias de Farradane e Dahlberg. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008.
- GRUBER, Thomas R. A translation approach to portable ontology specifications. **Knowledge acquisition**, v. 5, n. 2, p. 199-220, 1993.
- LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet Lemos, 1993.
- RODRÍGUEZ GARCÍA, Ariel Alejandro; GONZÁLEZ CASTILLO, Raúl Ariel. (Coord.). **Tendencias multidisciplinares del uso de los metadatos**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2018.
- SEGUNDO, José Eduardo Santarém; VIDOTTI, Silvana. Representação iterativa e folksonomia assistida para repositórios digitais. **Liinc em Revista**, v. 7, n. 1, p. 283-300, 2011.
- SHARIF, Atefeh. **Combining ontology and folksonomy**: an integrated approach to knowledge representation. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS (IFLA GENERAL CONFERENCE AND

ASSEMBLY). Emerging trends in technology: libraries between Web 2.0, semantic web and search technology. Italy, 2009. [Conference paper]

SPECIA, Lucia; MOTTA, Enrico. **Integrating folksonomies with the semantic web**. In: EUROPEAN SEMANTIC WEB CONFERENCE. Berlin, Heidelberg: Springer, 2007. p. 624-639.

TJONDRONEGORO, Dian; SPINK, Amanda. Web search engine multimedia functionality. **Information Processing & Management**, v. 44, n. 1, p. 340-357, 2008.

VANDER WAL, Thomas. Folksonomy. **Vanderwal.net**, s.l., 2007. Disponível em: <http://vanderwal.net/folksonomy.html> Acesso em: 10 jul. 2019.

WANG, Shufeng et al. An ontology evolution method based on folksonomy. **Journal of applied research and technology**, v. 13, n. 2, p. 177-187, 2015.

WELLER, Katrin et al. Folksonomies and ontologies: two new players in indexing and knowledge representation. **Applying web**, v. 2, p. 108-115, 2007.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Adriana Miranda Pimentel

Doutora em Saúde Pública, com ênfase em Ciências Sociais em Saúde, pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, e graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade de São Paulo, USP. Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (EISU/UFBA) onde desenvolve pesquisas sobre itinerários formativos de estudantes indígenas e quilombolas no ensino superior. No Programa, orienta estudos sobre formação no ensino superior, formação em saúde e vida estudantil. Iniciou trajetória acadêmica na área de Terapia Ocupacional Social e na Atenção Básica, especialmente nos estudos com populações em situação de vulnerabilidade e atenção à saúde. Revisora de periódicos em Terapia Ocupacional, Saúde Coletiva e na área Interdisciplinar, atuando também como Editora Associada da Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. Dedicar-se aos estudos sobre juventudes e práticas cotidianas em diferentes contextos sociais - áreas urbanas e comunidades tradicionais, precisamente sobre os usos e as diferentes formas de criação que se originam do modo como os jovens constroem seus itinerários e experiências de vida.

Ana Patrícia Silva Moura

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba. Estagiou na Biblioteca do Jardim Botânico de João Pessoa. Atualmente, estagia na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

Arthur Ferreira Campos

Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduando em Arquivologia (UFPB) e

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).

Bruno Almeida dos Santos

É doutorando em Ciência da Informação na Universidade Federal da Bahia, Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2018) e é graduado em Biblioteconomia e Documentação pela mesma Universidade (2014). Pesquisador do grupo de pesquisa GEINFO Saberes e Fazer em Informação e Conhecimento tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente em temas como: Transinformação; Gênero, Sexualidade, Raça, Etnia e Informação; Informação, Cidadania e Cultura; Estudo Usuários e de Comunidade; Acesso, Busca e Uso da Informação em Unidades e Fontes de Informação, assim como tem interesse nas disciplinas de Iniciação da Pesquisa Científica e Metodologia da Pesquisa Científica.

Claudio Marcondes de Castro Filho

Livre-docente em políticas públicas. Professor do Departamento de Informação, Educação e Comunicação. Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto.

Daniella Alves de Melo

Mestra e Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Bacharela em Comunicação (habilitação em Relações Públicas) e graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPSI). Atualmente dedica-se ao estudo das Práticas Informacionais e da Competência Crítica em Informação, articulando-as às questões sociais.

Daniella Camara Pizarro

Professora adjunta do Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação (DBI/FAED) da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC. Atua no ensino de Biblioteconomia com habilitação em

Gestão da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da UDESC. Doutora em Ciência da Informação e está vinculada ao Grupo de Pesquisa em Cultura Impressa e Digital (GP-CiDi) e ao Grupo Informação, Tecnologia e Sociedade (GRITS). Tem como enfoque de pesquisa e extensão o multiculturalismo na Biblioteconomia e Ciência da Informação, o ensino de Biblioteconomia, a formação e atuação ética e política do Bibliotecário, bem como suas representações sociais coletivas; e ainda, questões relacionadas às bibliotecas especiais, especialmente, as de unidades penais (frequentemente identificadas com o termo “biblioteca prisional”).

Danielle da Conceicao Barroso

Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2013). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Ciência da Informação.

Dávila Maria Feitosa da Silva

Mestra em Biblioteconomia pelo Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri. É graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará/Campus Cariri. Atua como bibliotecária escolar. É ativista no Grupo de Mulheres Negras do Cariri – PRETAS SIMOA.

Divino Ignácio Ribeiro Junior

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento - EGC pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2010), Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - UNESP (2001), e graduado em Tecnologia em Processamento de Dados pela Universidade de Marília - UNIMAR (1996). Desenvolve pesquisa e produtos tecnológicos para Repositórios e Bibliotecas Digitais desde 2008, com softwares Dspace, OMEKA e TEDE. Atuou em projetos de Repositórios Digitais: UNA-SUS UFSC, Repostiório FAED/UDESC, Repositório da ABONG, Repositório do Fórum Social Mundial, Repositório

Digital da Rede Nossa São Paulo, Repositório Digital do Museu Nacional do Mar de SC, Repositório da FGV, Repositório Institucional da UNISUL e Repositório Institucional do SENAC/SC. Atua em consultoria e treinamento em bibliotecas digitais desde 2012, em parceira com instituições privadas realizando treinamento sobre Repositórios com Dspace e OMEKA. Atuou em projeto de desenvolvimento no Instituto Stela - SC. Atua no Ensino de Graduação e Pós-Graduação strictu-sensu em disciplinas relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação, Geração de Bases de Dados, Organização e Recuperação da Informação, Gestão do Conhecimento. Atua na Pesquisa e Desenvolvimento nas áreas: Engenharia do Conhecimento, Gestão da Informação, Web Semântica e Engenharia de Ontologias, com experiência no desenvolvimento de Sistemas Baseados em Conhecimento para área da Saúde. É Docente da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC desde 2002. Lidera o Laboratório de Tecnologias Aplicadas à Gestão do Conhecimento e da Informação - LabTecGCI - UDESC desde 2010. Foi integrante do Grupo de Pesquisa em Novas Tecnologias da Informação - GPNTI - (UNESP). Foi Pesquisador do Grupo Cyclops - InCOD, no Centro Tecnológico da UFSC. Foi integrante do Observatório do Conhecimento do PPEGC/UFSC. Foi Gerente de Tecnologia da Informação no período de 2005-2006 na UDESC.

Eni Alves Rodrigues

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000) e em Letras pela Unicesumar (2019). Mestra em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em Literaturas de Língua Portuguesa (2015). Doutoranda em Literaturas de Língua Portuguesa, estudando as literaturas africanas de língua portuguesa. Atua como bibliotecária na biblioteca pública de Betim, desde 2009, e desde o início do projeto Tertúlia Literária Betim atua como coordenadora dele.

Erinaldo Dias Valério

Professor do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: erinaldodiasufc@yahoo.com.br

Everton da Silva Camillo

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Marília. Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. E-mail: evertonscamillo@outlook.com

Fabício José Nascimento da Silveira

Doutor em Ciência da Informação e Professor Adjunto da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG).

Felipe Arthur Cordeiro Alves

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Atua como Técnico em Arquivo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Mestrando no curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

Fernanda C. da Silva Costa

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/IBICT) convênio com Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB), Bacharela em Biblioteconomia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Licenciada em História –

Universidade Potiguar (UNP). Tem se dedicado a pesquisas de forma ampla em Memória e Informação, Estudos de Gênero e Raça.

Fernando Cesar Gomes

Mestrando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Fernando Luiz Vechiato

Graduado em Biblioteconomia, Mestre e Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – Campus Marília). Professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Decin/UFRN).

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Bacharela em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação (2013-2016) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat). Integrante do Núcleo de Estudos sobre Performance, Patrimônio e Mediações Culturais (NEPPaMCs). É membro da equipe gestora 2018-2020 da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB). Faz parte do Conselho Editorial da Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina. Participou como bolsista de extensão e voluntária no Projeto Biblioteca de Referência e Projeto Espaço Ações Afirmativas do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC (2013-2017) e foi bolsista de iniciação científica do Grupo de pesquisa Didática e Formação Docente – GpDD (2016). Faz parte da organização das obras: “Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política” (2018) e “Bibliotecári@s Negr@s: informação,

educação, empoderamento e mediações” (2019) juntamente com Graziela dos Santos Lima; do livro “O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação” (2018) e “O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação” (2019) em parceria com Nathália Lima Romeiro; do livro “Mulheres negras na Biblioteconomia” (2019) e, do livro “Epistemologias Negras: relações raciais na Biblioteconomia” (2019) com Danielle Barroso, Graziela dos Santos Lima, Elisângela Gomes e Erinaldo Dias Valério. Bolsista de Doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Temas de pesquisa: Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, *Black Librarianship* Americana e Biblioteconomia Negra Brasileira, Branquitude, Epistemologia, Representações Sociais, Temática Africana e Afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-Raciais, Mulheres negras na BCI, Mídias sociais, Bibliotecas especializadas, NEABs.

Gisele Rocha Côrtes

Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

Gláucia Aparecida Vaz

Doutora em Ciência da Informação, Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais, possui experiência em Biblioteca escolar, organização de acervos bibliográficos, fotográficos e documentais. Tem interesse em pesquisas sobre estudos de usuários e práticas informacionais em arquivos.

Graziela dos Santos Lima

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Câmpus Marília, Mestra em Gestão de Unidade de Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Graduada em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da informação, Pesquisadora Associada do Núcleo de

Estudos Afro-brasileiros (NEAB). Pesquisadora do Instituto Afrolatinoamericano de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais - IAPPES .É membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat) vinculado ao Grupo de Pesquisa Ecce Liber, É Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação - FTI na UNESP, Campos de Marília, SP, Atuou na coordenação executiva na Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN e atuou no Gerenciamento de Projetos Sociais e culturais do Núcleo de Estudos Afro - Brasileiros e Instituto de Estudos Culturais Luisa Mahin. Faz parte da organização das obras: *Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política*; juntamente com Franciéle Carneiro Garcês da Silva, lançado em 2018 pela Editora ACB, *Epistemologias Negras: relações raciais na Biblioteconomia*, juntamente com Danielle Barroso, Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Elisângela Gomes e Erinaldo Dias Valério, lançado em 2019 pela Rocha Gráfica e Editora: Selo Nyota e do segundo volume *Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações* juntamente com Franciéle Carneiro Garcês da Silva, lançado em 2019 pela Rocha Gráfica e Editora: Selo Nyota . Tema de pesquisa: Organização e Representação da informação e Organização e Representação do Conhecimento, Bibliotecas especializadas, bibliotecas escolares, gestão da informação em núcleos e/ou laboratórios, gestão nas organizações do terceiro setor, gestão em projetos, Temática Africana e Diáspora Africana nas Américas, Educação para Relações Raciais, assuntos relacionados aos NEABs e Mulheres Negras. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3861-2937>.

Gustavo Silva Saldanha

Pesquisador Adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bolsista de produtividade 2 do CNPq. Atua como docente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT e em Biblioteconomia da UNIRIO. É líder do grupo de pesquisa Ecce

Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes (IBICT). É membro, desde 2017, da equipe “Médiations en information: communication spécialisée”; do Laboratoire d’Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales (Lerass) da Université Toulouse III Paul Sabatier, França; desde 2008, da Rede Franco-Brasileira de Mediações e Usos Sociais dos Saberes e da Informação (Rede Mussi) e, desde 2014, do International Center for Information Ethics (ICIE). Foi vice-coordenador na gestão 2015-2016 do Grupo de Trabalho 1 (Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Possui graduação em Biblioteconomia (UFMG-2006), especialização em Filosofia Medieval pela (Faculdade São Bento-RJ-2010), mestrado em Ciência da Informação (UFMG-2008), doutorado em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ). Realizou, sob o fomento da Capes, no período 2017-2018, o estágio pós-doutoral na Université Toulouse III, Toulouse, França, com o projeto “Outras margens de fundamentação epistemológico-histórica da ciência da informação”.

Ingrid Passos

Possui graduação em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2018). Tem experiência na área de Ciência da Informação.

Jacqueline Aparecida de Souza

Docente no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DECIN/UFRN) e professora colaboradora no Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGIC/UFRN). Doutora em Informação e Comunicação nas Plataformas Digitais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (PPGL/UFSCar) e bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação (DCI/UFSCar).

Jailma Cruz da Silva

Bacharela em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (2010). Especialista em Planejamento e Gestão da Inovação - NPGA/UFBA (2014). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (EISU) - IHAC/UFBA (2019). Atua na área de Biblioteca Pública e Gestão de Documentos Eletrônicos (GED), consultoria na área da Biblioteconomia: Organização de acervo e automação de bibliotecas.

Juliana Santos Conceição

Mulher negra, candomblecista, oriunda dos Projetos Sociais e Raciais, Ruas da Bahia e Instituto cultural Steve Biko, da cidade do Salvador-BA e Bibliotecária pela Universidade Federal da Bahia.

Júlio Afonso Sá de Pinho Neto

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Teoria e Metodologia da Comunicação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Pós-doutorado em Ciência da Informação pela Faculdade de Comunicação e Documentação da Universidade de Murcia, Espanha. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).

Laelson Felipe da Silva

Mestre e Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Graduando em Biblioteconomia e bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tem se dedicado aos Estudos de Práticas Informacionais na interação com o conceito de Gênero para análise fenômenos como empoderamento e sua relação com conteúdos informacionais contra hegemônicos.

Leidiane Reis

Mulher negra, oriunda de projeto social para ingresso na universidade, Bibliotecária e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia.

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Professora Assistente DCI/ICI/UFBA. Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT. Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba.

Marcio Ferreira da Silva

Professor no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Possui formação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas em 2010 com a monografia de conclusão intitulada “Os usos e usuários da informação no setor sucroalcooleiro de Alagoas”. Migrou para Marília-SP no ano de 2011, para iniciar os estudos de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp, campus Marília. Sua dissertação abordou aspectos da comunicação de maneira transversal ao analisar “Os processos de comunicação e mediação da informação em uma indústria do setor sucroalcooleiro do estado de São Paulo”. Após a defesa e aprovação em concurso para Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, tomou posse como Analista Sociocultural – Bibliotecário na Diretoria de Ensino em Araçatuba-SP. Defendeu doutorado em 2018 com a tese “A questão da Representação das religiões de matriz africana na CDD: Uma análise crítica da umbanda” com foco sobre os processos de representação tendo como metodologia de análise a Teoria das Representações Sociais. Tem publicado em periódicos científicos nacionais e internacionais sobre Teoria Crítica de Raça, Representação do Conhecimento Negro, Comunicação da Informação, Aspectos metodológicos em Organização do Conhecimento. É membro pesquisador dos Grupos

de Pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação, Unesp/Marília-SP.

Márcia Silveira Kroeff

Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, desde 1997, onde já respondeu, dentre outros cargos administrativos, pelo de Pró-reitora de Pesquisa e Desenvolvimento (2000-2002). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993), possui mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1995) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2000). Em 2009 tornou-se especialista em Gestão de Arquivos Públicos e Empresariais, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente exerce atividades docentes no Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED. Também possui Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1986), e especialização em Educação Física Infantil pela mesma Universidade (1988). Em julho de 2007 concluiu estágio de Pós-Doutorado na área de Atividade Física relacionada à Saúde, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina. De agosto de 1997 a junho de 2010 foi professora de Metodologia Científica, no Curso de Educação Física do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte - CEFID/UDESC. Em 2010 teve seu pedido de transferência aprovado para o curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação - FAED/UDESC. Atualmente é coordenadora da Editora UDESC. ORCID= 0000-0003-3344-8699

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Possui Doutorado em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília (UnB); Mestrado em Linguística, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Especialização em Gerenciamento de Bibliotecas Públicas e Escolares pela Universidade de Brasília (UnB); Especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Regional do Cariri (URCA); e Graduação em Biblioteconomia, pela

Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, é professora do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e do Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB) da UFCA; Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: bibliotecas públicas, escolares, leitura e formação de leitores.

Maria Cristiana Félix Luciano

Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba. Atuou como assistente de Biblioteca no Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP-Faculdades). Mestranda no curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

Michelli Pereira da Costa

Professora da Universidade de Brasília. Doutora e mestre em Ciência da Informação e bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: ciência aberta, dados de pesquisa, acesso aberto, bibliotecas digitais, bibliotecas populares e bibliotecas prisionais. Foi editora pelo Brasil do *E-LIS Eprints in Library and Information Science* de 2012/2014 (repositório temático internacional da produção científica em Ciência da Informação). Atuou como pesquisadora no IBICT em projetos de acesso aberto entre 2011 e 2014. É Professora Adjunta do curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília.

Nathany Brito Rodrigues

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília e integra o Coletivo de Artistas do Paranoá/Itapoã Noiz por Nóiz.

Nídia M. L. Lubisco

Bibliotecária, doutora em Documentação pela Universidad Carlos III de Madrid, docente do Instituto de Ciência da Informação da UFBA. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, Especialista em Modernização de Sistemas Administrativos, Mestre em Ciência da Informação e Doutora em Documentação (Universidad Carlos III de Madrid, 2007), é professora dos cursos de graduação de Biblioteconomia e Arquivologia, do Instituto de Ciência da Informação; do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (mestrado e doutorado); e Professor Colaborador do Programa de Saúde, Ambiente e Trabalho, da Faculdade de Medicina, todos na Universidade Federal da Bahia. Lidera do grupo de Pesquisa GEINFO Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento, investigando nas áreas de planejamento, gestão e avaliação de unidades de informação, com ênfase em bibliotecas universitárias. Além das disciplinas ligadas às áreas citadas, ministra disciplina referente à elaboração do trabalho científico no Programa de Pós-Graduação em Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas (mestrado e doutorado), do Instituto de Ciências da Saúde, também da UFBA. Atua na área de revisão textual e normalização de trabalhos acadêmicos, tendo publicado em coautoria o Manual de estilo acadêmico, pela EDUFBA, que se encontra na sua 6a. edição (2019). É parecerista *ad-hoc* de nove revistas científicas da área. Recebeu prêmio internacional da Emerald Net em 2009 por artigo publicado em coautoria, sobre capítulo de sua tese. De março a dezembro de 2013, esteve em estágio pós-doutoral na Universidad de Salamanca, com bolsa da Capes. Foi Vice-diretora do Instituto de Ciência da Informação da UFBA (out. 2010-out. 2014). Coordenou o Núcleo de Periódicos da UFBA, criado no âmbito da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (out. 2015-fev. 2017). Também no ano de 2015, o grupo de pesquisa que lidera teve projeto de pesquisa aprovado pelo edital Universal 05/2015 da FAPESB, para o desenvolvimento de quatro pesquisas, cujo objeto é a qualificação de serviços e produtos do Sistema de Bibliotecas da UFBA. É membro da Academia de Ciências da Bahia, desde maio de 2016, e Presidente

do Núcleo Docente Estruturante, do Curso de Biblioteconomia, desde 2017.

Patrícia da Silva Oliveira

Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba. Atua na Gerência Operacional de Combate à LGBTfobia.

Quedma Ramos da Silva

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Rosevânia Machado

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Solange Alves Santana

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Possui graduação em Letras (Bacharelado e Licenciatura) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e em Biblioteconomia pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Atualmente, é Técnica em Documentação e Informação na Universidade de São Paulo. É professora de Língua Portuguesa, escritora e revisora.

Valdinéia Barreto Ferreira

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Administração Pública, com aprofundamento em Gestão pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Gestão Universitária e Qualidade em Serviços pela UFBA. Bacharela em Biblioteconomia e Documentação (UFBA). Bibliotecária e Membro do Núcleo Científico do Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA. Membro da Rede de Inovação Tecnológica do Nordeste – Rede NIT-NE, na Malha de Inovação do SIBI/UFBA. Coordenadora do Sistema de Bibliotecas do

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (BIBLIOJUD – 2002/2010). Ministra aulas e palestras sobre estratégias de busca e recuperação da informação científica, em bases de dados nacionais e estrangeiras; normalização do trabalho técnico-científico; *e-Science* e ambientes colaborativos. Atua nas áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Administração Pública, com *expertise* nos processos de automação de bibliotecas; capacitação de usuários; serviços de referência e recuperação da informação; normalização do trabalho técnico-científico; identificação de ambientes colaborativos; infraestrutura *e-Science* e estudos métricos. Premiada com Menção Honrosa, no Prêmio CAPES de Tese – Edição 2017, na área de Comunicação e Informação, pela tese de doutorado intitulada: “*e-Science e políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação no Brasil: colaboração, infraestrutura e repercussão nos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia da área de nanotecnologia*”. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises Métricas Aplicadas à Ciência e Tecnologia (GEPMIC).

Wellington Marçal de Carvalho

Professor do Magistério Superior na Universidade Federal de Rondônia, no Departamento de Ciência da Informação/Biblioteconomia. Doutor em ‘Literaturas de Língua Portuguesa’ pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Conceito CAPES 5). Integrante do Grupo de Estudos em Estéticas Diaspóricas, vinculado a Linha ‘Identidade e alteridade na literatura’, no projeto de pesquisa intitulado ‘Migrações e deslocamentos - a constituição de ‘estéticas diaspóricas’ nas literaturas africanas de língua portuguesa’. Mestrado em ‘Letras – Literaturas de Língua Portuguesa’ pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas (2013). Graduação em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (2004). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, principalmente em catalogação utilizando o formato MARC 21 para descrição de dados bibliográficos; tratamento do documento

arquivístico. Especialista em Recursos Hídricos e Ambientais pelo Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (2007). Diretor da Biblioteca Universitária/Sistema de Bibliotecas da UFMG (2013-2017). Presidente da Comissão Organizadora do XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (2014). Presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias/FEBAB (2016-2018). Desenvolve trabalhos no eixo temático: Letras (Literaturas de língua portuguesa); Africanidades; Arquivística; Organização e tratamento da informação; Administração pública; Direito administrativo; Movimentos reivindicatórios; Assédio moral; Narrativas de subalternidade. Biblioteconomia.

Com imensa satisfação tenho a incumbência de prefaciar esse segundo volume do livro “Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações” que rompe definitivamente com a ideia de produção de conhecimento hegemônica ocidentalizante na Ciência da Informação. Os textos, ainda mais instigantes, refletem postura “crítica e autocrítica” no desenvolvimento da temática étnico-racial nos fazeres e saberes da Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação, tencionando e ampliando a discussão a respeito da alteridade da produção científica de pesquisadores negr@s na construção das redes de seus saberes que, interconectados, engendram novas tessituras constitutivas e ampliam a visão sobre informação e negritude. Esta nova configuração da interação em rede nos permite desenvolver o entendimento e compreensão do mundo acadêmico-profissional em que estamos inseridos, da nossa área de atuação profissional, das possibilidades de efetiva inserção dos sujeitos negr@s em nossas ações. Olhar a cultura africana e afro-brasileira na perspectiva de *griots* desterrados que habitam o universo da produção brasileira na literatura, nas artes, na ciência e na construção da cultura da oralidade.

Profa. Dra. Ana Cláudia Borges
Departamento de Biblioteconomia
Universidade Federal do Espírito Santo

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-60527-11-3



9 788560 1527113